

ANAIS



e-ISSN 2596-2892

CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

XXIII CONIC

26, 27 E 28 DE OUTUBRO

2023

Volume 1 – Ciências Sociais, Exatas e da Terra





CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
XXIII CONIC

26, 27 E 28 DE OUTUBRO

2023

Volume 1 – Ciências Sociais, Exatas e da Terra



**LIGA DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO UNIVERSITÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE**

**ANAIS DO CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO UNI-RN:
CONIC 2023**

**NATAL/RN
2023**

ANAIS DO CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO UNI-RN: CENTRO

UNIVERSITÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE – UNI-RN

Rua Prefeita Eliane Barros, 2000 – Tirol – Natal/RN – CEP 59.014-540

Portal de Revistas: <http://revistas.unirn.edu.br>

Catálogo na Publicação – Biblioteca do UNI-RN Setor de
Processos Técnicos

C759 Congresso de Iniciação Científica do Centro Universitário do Rio Grande do Norte (23: 2023: Natal, RN).

Anais do Congresso de Iniciação Científica do UNI-RN: desafios contemporâneos da educação, Natal (RN), 26 a 28 de outubro de 2023. – Natal: UNI-RN, 2023.

2 v. (I, 294 p.; II, 358 p.)

ISSN 2596-2892 (edição online) ISSN
2446-5089 (edição impressa)

(Ciências Sociais, Exatas e da Terra; v.1, Ciências da Saúde; v.2)

1. Educação - Resumos. 2. Saúde - Resumos. 3. Empreendedorismo - Resumos. 4. Iniciação Científica - Resumos. I. Centro Universitário do Rio Grande do Norte. II. Título.

RN/UNI-RN/BC

CDU 001(063)

LIGA DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE CENTRO UNIVERSITÁRIO
DO RIO GRANDE DO NORTE

CONSELHO DIRETOR E CHANCELARIA

Presidente da Liga de Ensino do RN - Dr. Manoel de Medeiros Brito
Chanceler do UNI-RN - Dr. Manoel de Medeiros Brito

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO UNI-RN
DIREÇÃO GERAL, ASSESSORIA E APOIO ESTRATÉGICO

Reitor - Prof. Daladier Pessoa Cunha Lima Vice-Reitora -
Profa. Angela Maria Guerra Fonseca
Assessoria do Reitor - Maura Marjorie Gomes Nogueira Assessoria de
Comunicação - Zilene dos Santos Costa
Marketing - Allan Almeida
Secretaria Geral - Rosana Karla Pereira Caldas Prefeitura do
Campus - Josefa Arioene Medeiros
Biblioteca - Helena Maria da Silva Barroso

ÁREA ACADÊMICA

Pró-Reitoria Acadêmica - Profa. Fátima Cristina de Lara Menezes Medeiros
Controle Acadêmico - Patrícia Falcone Pessoa
Coordenação Estágios e Convênios - Prof. Alcir Veras da Silva
Coordenação dos Cursos de Administração - Prof. Domingos Carvalho de Souza
Coordenação do Curso de Arquitetura e Urbanismo - Profa. Camila Furukava
Coordenação do Curso de Ciências Contábeis - Prof. Domingos Carvalho de Souza
Coordenação do Curso de Direito - Profa. Úrsula Bezerra e Silva Lira
Coordenação do Curso de Engenharia Civil - Prof. Fábio Sérgio da Costa Pereira
Coordenação do Curso de Serviço Social - Profa. Adriana Coura Feitosa Lopes
Coordenação do Curso de Sistema de Informação e Tecnologia em Redes de Computadores - Profa.
Wannise de Santana Lima
Coordenação do Curso de Educação Física - Profa. Sônia Cristina Ferreira Maia
Coordenação do Curso de Enfermagem - Profa. Juliana Raquel Silva Souza
Coordenação do Curso de Fisioterapia - Prof. Robson Alves da Silva
Coordenação do Curso de Nutrição - Profa. Carina Leite de Araújo Oliveira
Coordenação do Curso de Psicologia - Profa. Adriana Coura Feitosa Lopes
Comissão Própria de Avaliação - Prof. Werner Farkatt Tabosa
Educação e Gestão Ambiental UNI-RN Sustentável - Mariana M. de Araújo Nunes
Estudos Transdisciplinares - Profa. Wannise de Santana Lima
Departamento de Pesquisa e Pós-Graduação - Prof. Aluisio Alberto Dantas
Núcleo de Extensão Universitária - Profa. Mariana Medeiros de Araujo Nunes
Programa de Monitoria - Prof. Eduardo Henrique Cunha de Farias

ÁREA ADMINISTRATIVA

Assessor Financeiro - Prof. Prof. Márcio Carvalho
Setor de Informática - Francisco das Chagas da Silva
Setor de Recursos Humanos - Ana Elizabete de Lara Menezes Spindola Rodrigues
Setor de Contabilidade - Mário Henrique C. de Sá Leitão
Setor de Serviços Gráficos - Wantoilton Albuquerque

COMISSÃO CIÊNCIA DO XXIII CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO UNIRN

Aluísio Alberto Dantas - Coordenação Geral
Eduardo Henrique Cunha de Farias - Coordenação Científica
Cristiane Clébia Barbosa - Assessoria

COMITÊ DO XXIII CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO UNIRN

Adriana Coura Feitosa Lopes
Adriana Gomes Medeiros de Macedo Dantas
Alcir Veras da Silva Alessandra Silva de Oliveira Martins
Alexandre Luiz Galvão Damasceno
Aluísio Alberto Dantas
Ana Elizabete de Lara Menezes Spindola Rodrigues
Angela Maria Guerra Fonseca
Camila Furukava Carina Leite de Araújo Oliveira
Domingos Carvalho de Souza
Édson Luiz Amaral de Oliveira
Eduardo Henrique Cunha de Farias
Fábio Sérgio da Costa Perreira
Fátima Cristina de Lara Menezes Medeiros
Fernando Roberto Brandão da Silva
Francisco das Chagas da Silva
Helena Maria da Silva Barroso
José Marcelo as Silva Rodrigues
Josefa Arioene Medeiros Dantas
Juliana Raquel Silva Souza
Larissa Inês da Costa
Mariana Medeiros de Araujo Nunes
Mário Henrique C. de Sá Leitão
Maura Marjorie Gomes Nogueira
Patrícia Falcone Pessoa
Paulo Sergio Santa Rosa Castim
Robson Alves da Silva
Romeica Cunha Lima Rosado Batista
Rosana Karla Pereira Caldas
Úrsula Bezerra e Silva Lira
Wannise de Santana Lima
Wantoilton Albuquerque
Werner Farkatt Tabosa
Zilene dos Santos Costa

APRESENTAÇÃO

É crescente o êxito dos congressos de iniciação científica, a cada ano. No UNI-RN, a iniciação científica tem uma característica especial, pois faz parte do próprio projeto institucional. Através dessa atividade, o processo ensino/aprendizagem sai da mesmice, no sentido de incentivar os alunos por novos conhecimentos. Ela é fundamental na manutenção do “learning environment”, ou seja, de um ambiente institucional, não restrito à sala de aula, que favoreça uma formação acadêmica de qualidade superior.

Mais uma vez, o CONIC 2023 foi um sucesso. O evento representa o apogeu de vários meses de trabalho, de pesquisas, de estudos, com alunos e professores em interação intelectual efetiva. Parabéns aos organizadores, aos incentivadores e, principalmente, aos autores dos trabalhos científicos e culturais apresentados durante o 23º CONIC, cujos resumos estão presentes neste compêndio, o qual é uma prova inequívoca do elevado padrão acadêmico do UNI-RN.

Natal, outubro de 2023

Daladier Pessoa Cunha Lima

Reitor do UNI-RN

PROFESSORES ORIENTADORES DOS TRABALHOS

ÁREA DE CONHECIMENTO	ORIENTADORES		
ADMINISTRAÇÃO	<p><i>Cristiane Clébia Barbosa</i> <i>Everlane Ferreira Moura</i> <i>Domingos Carvalho de Souza</i> <i>Márcio Carvalho de Brito</i></p>		
ARQUITETURA E URBANISMO	<table style="width: 100%; border: none;"> <tr> <td style="width: 50%; border: none; vertical-align: top;"> <p><i>Anderson Albino Ferreira</i> <i>André Felipe Moura Alves</i> <i>Adriana Conceição Silva</i> <i>André Felipe Moura Alves</i> <i>Camila Furukava</i> <i>Cristiane Clébia Barbosa</i> <i>Debora Nogueira Pinto Florencio</i> <i>Fábio Sérgio da Costa Pereira</i></p> </td> <td style="width: 50%; border: none; vertical-align: top;"> <p><i>Huda Andrade Silva de Lima</i> <i>Miss Lene Pereira da Silva</i> <i>Sandra Albino Ribeiro</i> <i>Suerda Campos da Costa</i> <i>Tomás Barros Vasconcelos</i> <i>Werner Farkatt Tabosa</i> <i>Yuri Simonini Souza</i></p> </td> </tr> </table>	<p><i>Anderson Albino Ferreira</i> <i>André Felipe Moura Alves</i> <i>Adriana Conceição Silva</i> <i>André Felipe Moura Alves</i> <i>Camila Furukava</i> <i>Cristiane Clébia Barbosa</i> <i>Debora Nogueira Pinto Florencio</i> <i>Fábio Sérgio da Costa Pereira</i></p>	<p><i>Huda Andrade Silva de Lima</i> <i>Miss Lene Pereira da Silva</i> <i>Sandra Albino Ribeiro</i> <i>Suerda Campos da Costa</i> <i>Tomás Barros Vasconcelos</i> <i>Werner Farkatt Tabosa</i> <i>Yuri Simonini Souza</i></p>
<p><i>Anderson Albino Ferreira</i> <i>André Felipe Moura Alves</i> <i>Adriana Conceição Silva</i> <i>André Felipe Moura Alves</i> <i>Camila Furukava</i> <i>Cristiane Clébia Barbosa</i> <i>Debora Nogueira Pinto Florencio</i> <i>Fábio Sérgio da Costa Pereira</i></p>	<p><i>Huda Andrade Silva de Lima</i> <i>Miss Lene Pereira da Silva</i> <i>Sandra Albino Ribeiro</i> <i>Suerda Campos da Costa</i> <i>Tomás Barros Vasconcelos</i> <i>Werner Farkatt Tabosa</i> <i>Yuri Simonini Souza</i></p>		
DIREITO	<table style="width: 100%; border: none;"> <tr> <td style="width: 50%; border: none; vertical-align: top;"> <p><i>Adriana Gomes Medeiros de Macedo Dantas</i> <i>Ana Maria de Araújo Ananias</i> <i>Andréa de Andrade Fernandes</i> <i>Camila Furukava</i> <i>Cristiane Clébia Barbosa</i> <i>Emmanuelli Karina de Brito G. Moura Soares</i> <i>Everlane Ferreira Moura</i> <i>Everton da Silva Rocha</i> <i>Fabio Fidelis de Oliveira</i> <i>Fábio Sérgio da Costa Pereira</i> <i>João Batista Machado Barbosa</i> <i>José Eduardo de Almeida Moura</i></p> </td> <td style="width: 50%; border: none; vertical-align: top;"> <p><i>Leonardo Medeiros Junior</i> <i>Marcelo Henrique de Sousa Torres</i> <i>Marcelo Maurício da Silva</i> <i>Marília Rodrigues da Silva</i> <i>Nelisse de Freitas Josino Vasconcelos</i> <i>Rasland Costa de Luna Freire</i> <i>Ricardo César Ferreira Duarte Junior</i> <i>Rosangela Maria Rodrigues M. Mitchell de Moraes</i> <i>Sandresson de Menezes Lopes</i> <i>Ursula Bezerra e Silva Lira</i> <i>Walber Cunha Lima</i></p> </td> </tr> </table>	<p><i>Adriana Gomes Medeiros de Macedo Dantas</i> <i>Ana Maria de Araújo Ananias</i> <i>Andréa de Andrade Fernandes</i> <i>Camila Furukava</i> <i>Cristiane Clébia Barbosa</i> <i>Emmanuelli Karina de Brito G. Moura Soares</i> <i>Everlane Ferreira Moura</i> <i>Everton da Silva Rocha</i> <i>Fabio Fidelis de Oliveira</i> <i>Fábio Sérgio da Costa Pereira</i> <i>João Batista Machado Barbosa</i> <i>José Eduardo de Almeida Moura</i></p>	<p><i>Leonardo Medeiros Junior</i> <i>Marcelo Henrique de Sousa Torres</i> <i>Marcelo Maurício da Silva</i> <i>Marília Rodrigues da Silva</i> <i>Nelisse de Freitas Josino Vasconcelos</i> <i>Rasland Costa de Luna Freire</i> <i>Ricardo César Ferreira Duarte Junior</i> <i>Rosangela Maria Rodrigues M. Mitchell de Moraes</i> <i>Sandresson de Menezes Lopes</i> <i>Ursula Bezerra e Silva Lira</i> <i>Walber Cunha Lima</i></p>
<p><i>Adriana Gomes Medeiros de Macedo Dantas</i> <i>Ana Maria de Araújo Ananias</i> <i>Andréa de Andrade Fernandes</i> <i>Camila Furukava</i> <i>Cristiane Clébia Barbosa</i> <i>Emmanuelli Karina de Brito G. Moura Soares</i> <i>Everlane Ferreira Moura</i> <i>Everton da Silva Rocha</i> <i>Fabio Fidelis de Oliveira</i> <i>Fábio Sérgio da Costa Pereira</i> <i>João Batista Machado Barbosa</i> <i>José Eduardo de Almeida Moura</i></p>	<p><i>Leonardo Medeiros Junior</i> <i>Marcelo Henrique de Sousa Torres</i> <i>Marcelo Maurício da Silva</i> <i>Marília Rodrigues da Silva</i> <i>Nelisse de Freitas Josino Vasconcelos</i> <i>Rasland Costa de Luna Freire</i> <i>Ricardo César Ferreira Duarte Junior</i> <i>Rosangela Maria Rodrigues M. Mitchell de Moraes</i> <i>Sandresson de Menezes Lopes</i> <i>Ursula Bezerra e Silva Lira</i> <i>Walber Cunha Lima</i></p>		
ENGENHARIA CIVIL	<table style="width: 100%; border: none;"> <tr> <td style="width: 50%; border: none; vertical-align: top;"> <p><i>Aldo da Fonseca Tinoco Filho</i> <i>Anderson Albino Ferreira</i> <i>Carlos Gomes de Moura</i> <i>Cristiane Clébia Barbosa</i> <i>Everlane Ferreira Moura</i></p> </td> <td style="width: 50%; border: none; vertical-align: top;"> <p><i>Fábio Sérgio da Costa Pereira</i> <i>Leaivlam Rodrigues de Lima</i> <i>Sandra Albino Ribeiro</i> <i>Suerda Campos da Costa</i> <i>Tomás Barros Vasconcelos</i> <i>Werner Farkatt Tabosa</i></p> </td> </tr> </table>	<p><i>Aldo da Fonseca Tinoco Filho</i> <i>Anderson Albino Ferreira</i> <i>Carlos Gomes de Moura</i> <i>Cristiane Clébia Barbosa</i> <i>Everlane Ferreira Moura</i></p>	<p><i>Fábio Sérgio da Costa Pereira</i> <i>Leaivlam Rodrigues de Lima</i> <i>Sandra Albino Ribeiro</i> <i>Suerda Campos da Costa</i> <i>Tomás Barros Vasconcelos</i> <i>Werner Farkatt Tabosa</i></p>
<p><i>Aldo da Fonseca Tinoco Filho</i> <i>Anderson Albino Ferreira</i> <i>Carlos Gomes de Moura</i> <i>Cristiane Clébia Barbosa</i> <i>Everlane Ferreira Moura</i></p>	<p><i>Fábio Sérgio da Costa Pereira</i> <i>Leaivlam Rodrigues de Lima</i> <i>Sandra Albino Ribeiro</i> <i>Suerda Campos da Costa</i> <i>Tomás Barros Vasconcelos</i> <i>Werner Farkatt Tabosa</i></p>		

SUMÁRIO

ADMINISTRAÇÃO

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA EMPRESÁRIOS	27
A IMPORTÂNCIA DA ÉTICA NO MERCADO DE TRABALHO	28
A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DE PESSOAS NO AMBIENTE DE TRABALHO E SEUS DESAFIOS EM LIDAR COM AMOTIVAÇÃO	29
COMO SER UM BOM GESTOR E QUAIS SUAS PRINCIPAIS HABILIDADES E COMPETÊNCIAS	30
DIFICULDADES ENFRENTADAS PELOS IDOSOS EM RELAÇÃO AO ENGAJAMENTO SOCIAL E QUALIDADE DE VIDA	31
FORMAR PROFISSIONAIS COM QUALIDADE POR MEIO DE AÇÕES INOVADORAS PARA O DESENVOLVIMENTO DASOCIEDADE	32
IMPLEMENTAÇÃO DE GESTÃO DE PESSOAS NAS EMPRESAS BRASILEIRAS	33
O “BOOM” DAS LOJAS AMERICANAS E SUA REALIDADE FINANCEIRA	34
PRINCIPAIS PILARES DA ADMINISTRAÇÃO: VISÃO PRÁTICA, EMPRESARIAL E SUA IMPORTÂNCIA NA FORMAÇÃOACADÊMICA	35
SOCIEDADE EMPRESARIAL: UMA ANÁLISE DESCRITIVA	36
UMA ABORDAGEM ABRANGENTE SOBRE INVESTIMENTOS E DECISÕES FINANCEIRAS	37

ARQUITETURA

ANTEPROJETO DE UM CENTRO DE TRATAMENTO E ACOLHIMENTO PARA CÃES E GATOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE, EM JOÃO CÂMARA/ RN	41
NO TEMPO DO VERDE NASCE: REQUALIFICAÇÃO URBANA CENTRO HISTÓRICO DE CEARÁ-MIRIM/RN	42
PAPEL VITAL DAS CORES NA TOPOGRAFIA: COMPREENDENDO A SUPERFÍCIE TERRESTRE ATRAVÉS DA PALETA VISUAL	43
A IMPORTÂNCIA DA MAQUETE FÍSICA DE TOPOGRAFIA PARA ESTUDANTES DE ARQUITETURA E URBANISMO	44
A IMPORTÂNCIA DAS MAQUETES DE RELEVO NA TOPOGRAFIA	45
A RESILIÊNCIA COMO ASPECTO DE QUALIDADE EM HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL: UM ANTEPROJETO PARA SANTO ANTÔNIO/RN	46
A TRANSFORMAÇÃO DO ENSINO ATRAVÉS DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	47
ABORDAGEM TEÓRICA PARA PROJETOS COM ÊNFASE EM CONFORTO ACÚSTICO NO AMBIENTE ESCOLAR	48

SUMÁRIO

ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA: CRIAÇÃO DE PROJETOS INCLUSIVOS	49
ANÁLISE DE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO, TENDO COMO MODELO EM ESCALA UMA MAQUETE 3D	50
ANÁLISE TOPOGRÁFICA DE UMA GLEBA UTILIZANDO UMA MAQUETE COMO FERRAMENTA DE ESTUDO	51
ANTEPROJETO ARQUITETÔNICO DE UM COMPLEXO MULTIFUNCIONAL NO BAIRRO DA PRAIA DO MEIO, NATAL/RN.	52
ANTEPROJETO ARQUITETÔNICO DE UM EDIFÍCIO CORPORATIVO, COM FOCO NO BEM-ESTAR DOS COLABORADORES, NA CIDADE DE NATAL-RN	53
ANTEPROJETO ARQUITETÔNICO DE UMA GALERIA COMERCIAL COM O PRINCÍPIO DA CONSTRUÇÃO MODULAR	54
ANTEPROJETO DE UM COMPLEXO DE ESPORTES ELETRÔNICOS EM NATAL/RN	55
ANTEPROJETO DE UM HOTEL BOUTIQUE: UM NOVO CONCEITO DE HOTELARIA NO MUNICÍPIO DE SERRA DE SÃO BENTO	56
ANTEPROJETO DE UM STÚDIO DE ARTE E CULTURA DE APOIO A ARTISTAS INDEPENDENTES LOCAIS NA CIDADE DE NATAL	57
ANTEPROJETO DE UMA ACADEMIA NA PRAIA DA PIPA-RN: PROPOSTA DE INTEGRAÇÃO COM A NATUREZA PARA PROMOVER O LAZER E TURISMO	58
ANTEPROJETO DE UMA GALERIA COMERCIAL COM O USO DA ESTRUTURA METÁLICA NO MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM-RN	59
ARQUITETURA COMO TESTEMUNHA DO PASSADO	60
ARQUITETURA CONTEMPORÂNEA NORDESTINA: HIGH TECH SUSTENTÁVEL	61
ARQUITETURA E O AMBIENTE PEDAGÓGICO: PADRÕES E EXCEÇÕES	62
ARQUITETURA MODERNA E SUA CONSERVAÇÃO: QUAL A IMPORTÂNCIA?	63
ARQUITETURA SUSTENTÁVEL E A MINIMIZAÇÃO DE DANOS PARA FUTURAS CONSTRUÇÕES	64
AVALIAÇÃO PÓS-OCUPAÇÃO DE AMBIENTES HOSPITALARES: PROPOSTA DE DIRETRIZES PARA A HUMANIZAÇÃO DOS ESPAÇOS DE TRABALHO DA ENFERMAGEM NO HOSPITAL REGIONAL ALUÍSIO BEZERRA – SANTA CRUZ/RN	65
CIDADES INTELIGENTES E URBANISMO ECOTECH	66
CLÍNICA VETERINÁRIA LUNA: PRODUTO DE UMA CLÍNICA VETERINÁRIA PARA O BEM-ESTAR ANIMAL COM ÊNFASE EM CÃES E GATOS, NA CIDADE DE PARNAMIRIM-RN	67
COMPARATIVO ENTRE O MÉTODO TRADICIONAL DE CONSTRUÇÃO E OS PRÉ-MOLDADOS	68
COMPLEXO POLIESPORTIVO: PROPOSTA DE UM ANTEPROJETO ARQUITETÔNICO COM ESTÍMULO À SUSTENTABILIDADE ATRAVÉS DA ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA E O REUSO DE ÁGUA NO BAIRRO DE FELIPECAMARÃO EM NATAL - RN	69

SUMÁRIO

DESAFIO DE 40 HORAS: UMA AVALIAÇÃO SOBRE A EXPERIÊNCIA PRÁTICA DO CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO ATRAVÉS DO PROJETO DE EXTENSÃO	70
ECOARQ: CONSTRUINDO UM FUTURO SUSTENTÁVEL	71
ENGENHO CUNHAÚ BOUTIQUE DE EVENTOS: ANTEPROJETO DE UM ESPAÇO DE EVENTOS NA FAZENDA ENGENHOCUNHAÚ EM CANGUARETAMA/RN	72
ENTRE RUAS E MARQUISES: PROPOSTA DE ANTEPROJETO ARQUITETÔNICO DE UM ABRIGO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA NA VILA DE PONTA NEGRA, NATAL/RN	73
IMPORTÂNCIA E INFLUÊNCIA DA TOPOGRAFIA NA ARQUITETURA	74
INTERPRETAÇÃO DE CURVAS DE NÍVEL E SUA RELEVÂNCIA DENTRO DA ANÁLISE DO TERRENO.	75
MAQUETE EM MODELO TRIDIMENSIONAL DE PERFIL TOPOGRÁFICO	76
MAQUETE TOPOGRÁFICA: METODOLOGIA E OBJETIVOS	77
NATTUS SPA: ANTEPROJETO DE UM SPA URBANO COM ÊNFASE NO DESIGN BIOFÍLICO PARA O BAIRRO DE NOVAPARNAMIRIM/RN	78
NEUROARQUITETURA APLICADA A UM CENTRO DE SAÚDE MENTAL PRIVADO NA CIDADE DE NATAL/RN	79
NEUROARQUITETURA E O DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS COM TEA	80
PARQUE DE TODOS! A SOCIEDADE TRANSFORMANDO O ESPAÇO PRIVADO: ESTUDO PRELIMINAR DE UM PARQUE URBANO NO HIPERMERCADO CARREFOUR DA ZONA SUL DE NATAL/RN	81
PRITZKER, UM PRÊMIO MACHISTA? O QUE LEVOU A ESCOLHA TARDIA DE MULHERES AO HORÁRIO MÁXIMO DA ARQUITETURA	82
PROPOSTA ARQUITETÔNICA DE UM NOVO FÓRUM DE JUSTIÇA - VARA DE FAMÍLIA, PARA O MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE, APLICANDO OS CONCEITOS DA NEUROARQUITETURA	83
PSICOLOGIA DAS CORES	84
REQUALIFICAÇÃO DE PRÉDIOS ABANDONADOS PARA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	85
RESUMO EXPANDIDO SOBRE A LEI MARIA DA PENHA E A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO BRASIL	86
RESUMO EXPANDIDO METODOLOGIA CIENTÍFICA UNI-RN A INFLUÊNCIA DA NEUROARQUITETURA E BIOFILIA NO BEM-ESTAR DO INDIVÍDUO	87
RESUMO MAQUETES DE RELEVO TOPOGRÁFICO	88
TECNOLOGIA: IMPORTÂNCIA DO DESENVOLVIMENTO NA ARQUITETURA E URBANISMO	89

SUMÁRIO

UM ESTUDO DE CASO NA ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR LUÍS ANTÔNIO COMO INSTRUMENTO PARA UM PLANO DE DIRETRIZES ARQUITETÔNICAS E SUA METODOLOGIA DE APLICAÇÃO	90
--	----

DIREITO

A CONTRIBUIÇÃO DA PERSPECTIVA FEMINISTA PARA A ARGUMENTAÇÃO	93
A USUCAPIÃO DO BEM DE HERANÇA ENTRE HERDEIROS	94
A LIBERDADE CONTRATUAL E SEUS LIMITES CONSTITUCIONAIS	95
DIREITO CIVIL – CONVIVÊNCIA CIVILIZADA: DESVENDANDO OS SEGREDOS DO DIREITO DE VIZINHANÇA	96
FRAUDES E IRREGULARIDADES EM LICITAÇÕES: UM ESTUDO SOBRE PROBLEMAS NO DIREITO ADMINISTRATIVO	97
LEI N 14.405 E SUAS MUDANÇAS NA DESTINAÇÃO DO EDIFÍCIO	98
PROTEÇÃO A PROPRIEDADE: USUCAPIÃO FAMILIAR E SEUS EFEITOS	99
"DISCERNIMENTO SOBRE AS LEIS DELEGADAS"	100
A (IM)POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DA SÚMULA 377 DO STF AOS INVENTÁRIOS EXTRAJUDICIAIS	101
A AUTORIZAÇÃO DE USUCAPIÃO EM IMÓVEIS PÚBLICOS: UMA EXCEÇÃO À REGRA DA IMPOSSIBILIDADE.	102
A COMPROVAÇÃO DO DOLO ESPECÍFICO E SUA COMPLEXIDADE PROBATÓRIA NOS ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NOS MOLDES DA LEI N.º 14.230/2021	103
A CRIMINALIZAÇÃO DO RACISMO NA PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS: UM EXAME CRÍTICO DAS INTERSEÇÕES NA CRIMINALIZAÇÃO DO RACISMO, RACISMO INSTITUCIONAL NA SAÚDE E A BUSCA PELA IGUALDADE RACIAL	104
A DESCRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO VOLUNTÁRIO NO BRASIL: É PELA VIDA	105
A DOMINAÇÃO E VIOLÊNCIA COM O CORPO FEMININO DURANTE O PARTO E SEUS REFLEXOS	106
A ECONOMIA DE CONHECIMENTO DA ARÁBIA SAUDITA: SUAS IMPLICAÇÕES NO REINO DO ORIENTE MÉDIO	107
A EFETIVIDADE DO USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL	108
A ESCUTA TELEFÔNICA E SUAS PERSPECTIVAS	109
A FASE JUSNATURAL DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E A ESCOLA IBÉRICA DA PAZ	110

SUMÁRIO

A GARANTIA CONSTITUCIONAL À MORADIA E O DIREITO REAL DE HABITAÇÃO DO CÔNJUGE SUPÉRSTITE: A EVOLUÇÃO DA LEGISLAÇÃO CIVILISTA E O ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL ATUAL	111
A IMPORTÂNCIA DA INTERVENÇÃO FEDERAL NA CONTEMPORANEIDADE: ANÁLISE DA INTERVENÇÃO FEDERAL NO DISTRITO FEDERAL	112
A IMPORTANCIA DA SAÚDE DE FORMA CONSTITUCIONAL E OS CONTRATOS PRIVADOS ENTRE O SUS E OS HOSPITAIS	113
A IMPORTÂNCIA DO MARKETING PARA O MAIOR CONSUMO DE PRODUTOS BIODEGRADÁVEIS	114
A IMPORTÂNCIA DO PODER LEGISLATIVO: QUAL A SUA FUNÇÃO NO PAÍS	115
A INCOMPATIBILIDADE DO DISCURSO DA FUNÇÃO SOCIAL E OS IMÓVEIS PÚBLICOS ABANDONADOS	116
A INEVITABILIDADE DA NEGOCIAÇÃO COLETIVA NO SETOR PÚBLICO ANÁLISE EVOLUTIVA DOUTRINÁRIA	117
A INFLUÊNCIA DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS NA REGULAÇÃO DE CONTRATOS DE CONSUMO	118
A INFLUÊNCIA DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS NAS RELAÇÕES CONTRATUAIS PARA A ATUAÇÃO NO COTIDIANO CÍVEL	119
A INTERAÇÃO ENTRE A MODA E O DIREITO	120
A LEGITIMIDADE DA USUCAPIÃO FAMILIAR SOBRE BENS IMÓVEIS NAS SITUAÇÕES DE ABANDONO DO LAR	121
A LEI DA IMPRENSA E OS LIMITES DA CENSURA	122
A LEI DA USUCAPIÃO	123
A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E A DESPESA COM PESSOAL COMISSIONADO: O IMPACTO DA DESPESA COM A CONTRATAÇÃO DE CARGOS COMISSIONADOS-OS LIMITES DA LRF E A EFICIÊNCIA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS ESSENCIAIS NO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ	124
A LEI MARIA DA PENHA E OS INSTRUMENTOS INTERNACIONAIS: EFICÁCIA NA OMISSÃO DO ESTADO BRASILEIRO	125
A LIMITAÇÃO DA DURAÇÃO DO TRABALHO E A GARANTIA DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA.	126
A LINHA TÊNUE ENTRE TRABALHO E DESCANSO: A DELIMITAÇÃO PRECISA DA JORNADA DE TRABALHO COMO GARANTIA DA DIGNIDADE HUMANA	127
A NATUREZA JURÍDICA DO DIREITO DE LAJE	128
A NECESSIDADE DE UMA REFORMA TRIBUTÁRIA NO CONTEXTO BRASILEIRO	129
A OBRIGATORIEDADE DO REGIME DE SEPARAÇÃO LEGAL DE BENS PARA AS PESSOAS COM MAIS DE 70 ANOS	130

SUMÁRIO

A PARTICIPAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA SOCIEDADE DO SÉCULO XXI	131
A PERSISTÊNCIA CULTURAL DO ESTUPRO NOS DIAS ATUAIS	132
A PERSPECTIVA CRISTÃ E NIILISTA DE DOSTOIEVSKI EM “OS IRMÃOS KARAMÁZOV”	133
A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO ATRAVÉS DA TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA	134
A PROTEÇÃO DA POSSE EM RELAÇÃO AO DIREITO DE PROPRIEDADE EM TEMPO DE PANDEMIA DA COVID-19	135
A QUEBRA DA PACTA CORVINA : POSSIBILIDADE DE RENUNCIAR A CONCORRÊNCIA À HERANÇA ANTES DA MORTE DO CÔNJUGE POR MEIO DE PACTO ANTENUPCIAL	136
A REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO PARA A MANUTENÇÃO DA SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	137
A RELATIVIZAÇÃO DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE FACE À IMPOSSIBILIDADE DE USUCAPIR BENS PÚBLICOS	138
A RESPONSABILIDADE CIVIL E INFIDELIDADE CONJUGAL: ANÁLISE DA APLICABILIDADE DOS DANOS MORAIS EM CASOS DE TRAIÇÃO	139
A SUCESSÃO DE BENS DIGITAIS: UMA ANÁLISE DAS QUESTÕES JURÍDICAS ENVOLVIDAS	140
A SUSPENSÃO DO DIREITOS POLÍTICOS DOS CONDENADOS CRIMINALMENTE: UMA ANÁLISE PRINCÍPIOLÓGICA DOS SEUS EFEITOS EXTRAPENAIIS	141
A TEORIA DA RESPONSABILIDADE NO ATO DE GREVE E SUA RELAÇÃO COM O ARTIGO 9º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988	142
A TRANSFERÊNCIA DE MILHAS AÉREAS POR DIREITO SUCESSÓRIO: A DECISÃO DA TERCEIRA TURMA DO STJ E A LEGITIMIDADE DOS CONTRATOS DE EMPRESAS DE AVIAÇÃO CIVIL	143
A VULNERABILIDADE DAS MULHERES TRANS NO SISTEMA CARCERÁRIO	144
ABANDONO AFETIVO INVERSO E A RESPONSABILIDADE CIVIL DOS ASCENDENTES PERANTE SEUS DESCENDENTES	145
ABANDONO DIGITAL: DANOS NEUROPSICOSSOCIAIS E A RESPONSABILIZAÇÃO PARENTAL CIVIL	146
ABORTO LEGAL	147
ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL NO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO FRENTE AO PRINCÍPIO DA OBRIGATORIEDADE DA AÇÃO. UMA EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA PUNIBILIDADE	148
ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO E IMPORTÂNCIA DA LEI MARIA DA PENHA NA SOCIEDADE	149
ANÁLISE DAS LEIS DE AMPARO A MULHERES EM SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA COM A INTERPRETAÇÃO DAS DECISÕES DOS TRIBUNAIS SUPERIORES E O PAPEL DO MOVIMENTO FEMINISTA	150
ANÁLISE DAS LICITAÇÕES SOB A ÓTICA DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS	151

SUMÁRIO

ANÁLISE DO ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA FACE AO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO	152
ANÁLISE SOBRE A USUCAPIÃO DE USUFRUTO: COMO SANAR AS FALHAS DA LEGISLAÇÃO	153
AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE IMOBILIÁRIA POR ESTRANGEIROS	154
ARTIGO CIENTÍFICO	155
AS ADVERSIDADES GERADAS PELOS DIFERENTES TIPOS DE TRÁFICO PARA O DESENVOLVIMENTO DO PAÍS	156
AS CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS DECORRENTES DA AUSÊNCIA DO REGISTRO IMOBILIÁRIO NO ÂMBITO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA: UM ESTUDO DE CASO DO BAIRRO NOVA CEARÁ-MIRIM (CEARÁ-MIRIM/RN)	157
AS FALHAS NO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO E A INEFICÁCIA DAS SANÇÕES PENAIS	158
AS MUDANÇAS NA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: UMA ANÁLISE DA NOVA LEGISLAÇÃO	159
AS PROMESSAS FEITAS POR CANDIDATOS A CARGOS ELETIVOS PODE SER CONSIDERADO UM CONTRATO?	160
ASSÉDIO MORAL NA INDÚSTRIA DA MODA SOB A PERSPECTIVA FOUCAULTIANA	161
ASSÉDIO MORAL NO AMBIENTE CORPORATIVO: CAUSAS, CONSEQUÊNCIAS E ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO	162
ATITUDES DOS POLICIAIS FEDERAIS BRASILEIROS EM RELAÇÃO ÀS ARMAS DE FOGO	163
ATUAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA INTERNET: PERSPECTIVAS SOBRE O TRABALHO INFANTIL E OS DESAFIOS DA SEGURANÇA DIGITAL	164
BENEFÍCIOS TRAZIDOS PELA NOVA LEI DE LICITAÇÕES: A LEI 14.133/2021	165
BRASIL: O PAÍS DAS LEIS UTÓPICAS	166
CAMINHOS PARA ENFRENTAR A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA E A NEGLIGÊNCIA MÉDICA NO BRASIL	167
CARL SCHMITT E A CONSTITUIÇÃO: ANÁLISE DO CONSTITUCIONALISMO SCHMITTIANO	168
COMO A RELIGIÃO INFLUENCIA NO MUNDO ATUAL	169
COMPRA DE TERRAS RURAIS POR ESTRANGEIROS NO BRASIL E O POSICIONAMENTO DO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO ACERCA DO TEMA	170
CONCURSO PÚBLICO NA SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA	171
CONDOMÍNIO EDILÍCIO: DESAFIOS E CONFLITOS	172
CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, ÉTICA E AUTONOMIA PESSOAL	173

SUMÁRIO

CONTRATO DE ADESÃO E DIRIGISMO CONTRATUAL: O DESEQUILÍBRIO ENTRE OS POLOS CONTRATANTES	174
CONTRATO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	175
CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19: PROBLEMA OU SOLUÇÃO?	176
COROAS REMENDADAS: O CONGRESSO DE VIENA (1815) E AS RELAÇÕES DE PODER NO ESPAÇO EUROPEU(SÉCULOS XVIII E XIX)	177
CORREÇÃO E PROBLEMAS NO SISTEMA JURÍDICO	178
CRIMES CIBERNÉTICOS	179
CRIOPRESERVAÇÃO DE GAMETAS E EMBRIÕES DE PESSOAS FALECIDAS	180
DA RESTRIÇÃO A IGUALDADE: TRANSFORMAÇÕES NOS DIREITOS DAS MULHERES NOS CÓDIGOS CIVIS BRASILEIROS	181
DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA AO FEMINICÍDIO	182
DESAFIOS DO EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DE MÉDICO FRENTE AS HIPÓTESES DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL NO BRASIL: UMA ANÁLISE JURISPRUDENCIAL	183
DESAFIOS PARA O ACESSO A SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL	184
DIREITO À PRIVACIDADE EM PERIGO: EXPLORANDO AS IMPLICAÇÕES LEGAIS DA VIOLAÇÃO DE DADOS	185
DIREITO À SOCIOEDUCAÇÃO E A PEDAGOGIA: UM OLHAR SOBRE O SISTEMA SOCIOEDUCATIVO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	186
DIREITO DA FAMÍLIA E ALIENAÇÃO PARENTAL: CONTRIBUIÇÃO DO CASO JOANNA MARCENAL PARA A REVOGAÇÃO DA LEI Nº 12.318/2010	187
DIREITO DAS FAMÍLIAS: BREVE ANÁLISE SOBRE A IMPORTÂNCIA DA MEDIAÇÃO COMO INSTRUMENTO PARA A PRESERVAÇÃO DAS RELAÇÕES FAMILIARES	188
DIREITO DE LAJE COMO DIREITO REAL DE PROPRIEDADE	189
DIREITO DE LAJE: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E SUAS DIFERENÇAS COM O DIREITO DE SUPERFÍCIE E O CONDOMÍNIO EDILÍCIO	190
DIREITO DE LAJE: NOVIDADES GERADAS PELA LEI 13.465/2017.	191
DIREITO DE VIZINHANÇA: A LIMITAÇÃO DAS RESPONSABILIDADES	192
DIREITO DESPORTIVO	193
ENTENDIMENTOS ATUAIS SOBRE A EQUIPARAÇÃO ENTRE UNIÃO ESTÁVEL E CASAMENTO	194
ERROS TESTEMUNHAIS, VIÉS DO PRÓPRIO GRUPO	195

SUMÁRIO

ESPERANÇA DE UMA VIDA MELHOR: CAMINHOS PARA LIBERAÇÃO DA CANNABIS PARA USO MEDICINAL	196
EVOLUÇÃO DA PROTEÇÃO CONTRA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: INVESTIGAÇÃO DAS LEIS PROTETIVAS CONTRA VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR	197
FEMINICÍDIO: UMA ANÁLISE ESTATÍSTICA SOBRE O FEMENICÍDIO NO BRASIL, NO NORDESTE E NO RIO GRANDE DO NORTE	198
GUARDA COMPARTILHADA: UM PARADIGMA PARA A SOLUÇÃO DOS CONFLITOS DECORRENTES DO DIVÓRCIO SOB O CONTEXTO DA SAÚDE DOS FILHOS: UMA REVISÃO DE ARTIGOS	199
HERANÇA DIGITAL NO DIREITO DAS SUCESSÕES	200
HERANÇA DIGITAL: CONTROVÉRSIAS DA PARTE HERDEIRA NO QUE TANGE À NÃO REGULAMENTAÇÃO DA TRANSMISSIBILIDADE DOS BENS DIGITAIS NO BRASIL	201
HOMICÍDIO COM EMPREGO DE VENENO	202
IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA SOB A ÓTICA DO STJ: ENTENDIMENTO SUFRAGADO DO TEMA 1.108	203
IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: AS PRINCIPAIS CONSEQUÊNCIAS PARA O SERVIDOR PÚBLICO	204
INCLUSÃO DE PESSOAS TRANSGÊNERO NO AMBIENTE ESCOLAR: DESAFIOS E OPORTUNIDADES: UMA REVISÃO DE LITERATURA	205
INOVAÇÕES NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES: PREGÃO ELETRÔNICO	206
INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL PÓS MORTE E O DIREITO SUCESSÓRIO	207
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E A APLICAÇÃO PENAL: COMO GARANTIR QUE A PENA APLICADA SEJA JUSTA À GRAVIDADE DO DELITO?	208
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E RESPONSABILIDADE CIVIL; CAUSALIDADE E GERENCIAMENTO	209
INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE PRIVADA: A UTILIZAÇÃO DA DESAPROPRIAÇÃO PARA FINS DE REFORMA AGRÁRIA	210
INVESTIGAÇÃO CRIMINAL DEFENSIVA NO BRASIL: O DESAFIO DA PARIDADE DE ARMAS NO INQUERITO POLICIAL.	211
LEI COMPLEMENTAR: CRIAÇÃO E REVOGAÇÃO	212
LEI SECA E SUA EFICIÊNCIA NO BRASIL	213
LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (LIA): ANÁLISE ACERCA DAS PRINCIPAIS MUDANÇAS CAUSADAS PELA LEI Nº 14.230/21	214
MECANISMOS JURÍDICOS GARANTIDORES DA IGUALDADE SALARIAL ENTRE HOMENS E MULHERES.	215

SUMÁRIO

MECANISMOS JURÍDICOS GARANTIDORES DA ISONOMIA SALARIAL E CRITÉRIOS REMUNERATÓRIOS ENTRE HOMENS E MULHERES	216
MERCANTILIZAÇÃO DA ADVOCACIA: DEMANDAS PREDATÓRIAS E ABUSO DO DIREITO DE LITIGAR	217
NÃO FOI UM SUICÍDIO, FOI UM FEMINICÍDIO: O SUICÍDIO FEMINICIDA E A URGÊNCIA DE SUA PREVISÃO COMPOLÍTICAS PÚBLICAS DE PREVENÇÃO	218
O ACESSO À JUSTIÇA: LIBRAS COMO PONTE PARA A IGUALDADE NA JUSTIÇA SOCIAL NO ÂMBITO JURÍDICO	219
O AUMENTO DE ANIMAIS DOMÉSTICOS NA PANDEMIA E SUA ILEGALIDADE NA PROIBIÇÃO EM CONDOMÍNIOS	220
O CONDÔMINO ANTISSOCIAL E A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE: UMA ANÁLISE ACERCA DA LEGITIMIDADE DAS RESTRIÇÕES IMPOSTAS	221
O CONFLITO DAS COMPETÊNCIAS CONSTITUCIONAIS FRENTE À PANDEMIA DO COVID-19	222
O CRIMINOSO A LUZ DA NEUROCIÊNCIA.	223
O DIREITO DA HERANÇA EM RELAÇÃO AO CONCUBINATO QUE TENHA GERADO FILHO	224
O DIREITO DE SUCESSÕES E A LEGALIDADE DA DESERDAÇÃO	225
O DIREITO INDISPONÍVEL À VIDA: COMO A PRÁTICA DO ABORTO AFRONTA UM DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	226
O DIREITO NO RENASCIMENTO: CRÍTICA E SOLIDIFICAÇÃO DA CIÊNCIA JURÍDICA NO RENASCIMENTO EUROPEU E ESPANHOL	227
O DIREITO SUCESSÓRIO EM CASO DE FAMÍLIAS MULTIPARENTAIS NA ATUALIDADE.	228
O FEMINICÍDIO NO BRASIL	229
O IMPACTO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES ADMINISTRATIVAS NO BRASIL	230
O INSTRUMENTO DA USUCAPIÃO FAMILIAR EM APARENTE CONFLITO COM A EMENDA CONSTITUCIONAL 66/2010	231
O OLHAR DA PSICOLOGIA JURÍDICA SOBRE A TRÍADE HOMICIDA	232
O PODER DOS INFLUENCIADORES DIGITAIS E O CDC	233
O PODER LEGISLATIVO NA REGULAMENTAÇÃO DE CONTRATOS DE TRABALHO: NA PERSPECTIVA DO DIREITO CIVIL CONTRATUAL.	234
O QUE AS CRISES NA SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE REVELAM SOBRE AS VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS NO SISTEMA PRISIONAL?	235
O QUE É A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA AS MULHERES: QUAIS SÃO OS TIPOS?	236
O SENSACIONALISMO MIDIÁTICO E SEUS EFEITOS NA IMPARCIALIDADE JUDICIAL	237

SUMÁRIO

O USO DE BANDEIRAS EM VARANDAS E JANELAS DE EDIFÍCIOS E A ANÁLISE DO CÓDIGO CIVIL EM CONDOMÍNIOS.	238
OS ATAQUES DAS FACÇÕES CRIMINOSAS NO RIO GRANDE DO NORTE E A RESPONSABILIDADE DO ESTADO	239
OS ATRIBUTOS DOS ATOS DA ESFERA ADMINISTRATIVA	240
OS CRIMES CIBERNÉTICOS E O DIREITO À SEGURANÇA JURÍDICA NO BRASIL	241
OS DIREITOS DO CONSUMIDOR E OS LIMITES DA TELEMEDICINA NA SAÚDE SUPLEMENTAR	242
OS DIREITOS HUMANOS E A PERSPECTIVA NA MANIFESTAÇÃO ARTÍSTICA	243
OS IMPACTOS DA FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA NO DIREITO SUCESSÓRIO.	244
OS IMPACTOS NEGATIVOS DA TECNOLOGIA NO DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	245
PARADIGMA ENTRE O DIREITO NATURAL E OS DIREITOS HUMANOS: SOB ANÁLISE FILOSÓFICA E SOCIOLÓGICA	246
PRINCIPAIS IMPACTOS DA ECONOMIA COMPARTILHADA	247
PRINCÍPIO DA IGUALDADE SOB A PERSPECTIVA DO DIREITO PENAL	248
PROCESSO DE CODIFICAÇÃO DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E SUAS FONTES: UMA ANÁLISE EXPLORATÓRIA.	249
RACISMO CONTEMPORÂNEO: AS MULTIPLAS FACES DO RACISMO	250
REINTEGRAÇÃO DOS APENADOS NA SOCIEDADE: UMA VERDADE OU MITO?	251
RENÚNCIA ANTECIPADA DE HERANÇA CONCORRENTE PELO CÔNJUGE	252
SAÚDE MENTAL: CONCEITO E SUA INICIAÇÃO NA ORDENAÇÃO JURÍDICA BRASILEIRA	253
STJ: CONDOMÍNIOS PODEM PROIBIR ALUGUEL POR APLICATIVOS DE TEMPORADA	254
SUCESÃO TESTAMENTÁRIA: UMA ANÁLISE DO ABANDONO AFETIVO COMO CAUSA DE DESERDAÇÃO	255
TERCEIRIZAÇÃO E REFORMA TRABALHISTA: POSSIBILIDADE DE CLÁUSULA DE INSTRUMENTO COLETIVO QUE RESTRINJA A TERCEIRIZAÇÃO	256
TOMBAMENTO POR VIA JUDICIAL E POR LEI: PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO BRASIL	257
TRISTE, LOUCA E MÁ? A PSICOLOGIZAÇÃO DO ADOECIMENTO DAS MULHERES ENQUANTO UMA “NOVA” MODALIDADE DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO E REVITIMIZAÇÃO	258
UBERIZAÇÃO: EM BUSCA DO EQUILÍBRIO ENTRE FLEXIBILIDADE E SEGURANÇA	259
UMA ANÁLISE DA LEI DE ALIENAÇÃO PARENTAL Nº 12.318/2010 X PROJETO DE LEI Nº 1.372/2023	260

SUMÁRIO

UMA ANÁLISE DA UTILIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA E DO AMICUS CURIAE PELO STF NO JULGAMENTO DA ADI 3510 COMO UM INSTRUMENTO DE ABERTURA DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE À LUZ DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA	261
UMA ANÁLISE DE COMO AS TEORIAS DA POSSE SE MANIFESTAM NO CÓDIGO CIVIL	262
UNIÃO ESTÁVEL, SEPARAÇÃO DE FATO E POSSE: REFLEXOS DAS SITUAÇÕES FÁTICAS NO DIREITO À HERANÇA.	263
USO DE CIGARRO ELETRÔNICO E NARGUILÉ NO BRASIL: UM CENÁRIO NOVO E EMERGENTE. O ESTUDO COVITEL, 2022	264
USUCAPIÃO COLETIVO COMO INSTRUMENTO DE GARANTIA AO DIREITO FUNDAMENTAL À PROPRIEDADE	265
USUCAPIÃO COMO FORMA DE GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DOS QUILOMBOLAS	266
USUCAPIÃO DE VEÍCULO ROUBADO	267
USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL: UMA ANÁLISE GERAL	268
USUCAPIÃO FAMILIAR COMO MÉTODO DE EFICÁCIA AO DIREITO FUNDAMENTAL À MORADIA PARA MULHERES COM FALTA DE AMPARO SOCIAL E ECONÔMICO	269
USUCAPIÃO FAMILIAR EM CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	270
VIOLÊNCIA CONTRA IDOSOS: O ABUSO PARENTAL	271

ENGENHARIA CIVIL

ERGONOMIA E SEGURANÇA NO TRABALHO APLICAÇÕES PARA TRABALHADORES RURAIS	275
A FALTA DE ACESSIBILIDADE NAS CALÇADAS E A QUALIDADE DE VIDA DOS IDOSOS BRASILEIROS	276
A IMPORTÂNCIA DA UTILIZAÇÃO DO REVIT EM CONJUNTO DO PROJETO DE COMBATE A INCÊNDIO E SEGURANÇADO TRABALHO	277
A RELAÇÃO DA PLASTICIDADE E CONSISTÊNCIA DE UM SOLO COM A PAVIMENTAÇÃO	278
AMPLIAÇÃO DE UMA RESIDÊNCIA UNIFAMILIAR UTILIZANDO O REVIT	279
CONCURSO DE PONTE DE MADEIRA	280
DUCTILIDADE VIGAS DE CONCRETO ARMADO DE FLEXÃO SIMPLES E SUA RELEVÂNCIA PARA A SEGURANÇA DOS USUÁRIOS: UM ESTUDO SOBRE ESTÁGIOS, DOMÍNIOS DE DEFORMAÇÃO DE CONCRETO	281
ESTRUTURAS MISTAS DE AÇO E CONCRETO: DESDE A CONCEPÇÃO AOS DIAS ATUAIS	282
ESTUDO COMPARATIVO ENTRE ESTRUTURAS DE AÇO E ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO	283

SUMÁRIO

ESTUDO DA CALHA PARSHALL NA OTIMIZAÇÃO DO TRATAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO UTILIZANDO A EQUAÇÃO DE BERNOULLI	284
GRANULOMETRIA POR PENEIRAMENTO E SUA IMPORTÂNCIA NA ENGENHARIA CIVIL	285
MECANISMO PARA AUMENTAR A EFICIÊNCIA DE FLOCULADO NA ETA	286
O IDOSO E O USO DO TEMPO COMO QUALIDADE DE VIDA	287
PATOLOGIA E CORROSÃO DE ESTRUTURAS DE PONTES	288
PATOLOGIAS CAUSADAS A ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO	289
PROJETO DE RESIDÊNCIA TÉRREA	290
PROJETO E EXECUÇÃO DE UMA PONTE DE MACARRÃO	291
USO DA REALIDADE AUMENTADA NA CONSTRUÇÃO CIVIL	292
UTILIZAÇÃO DO SOFTWARE REVIT EM PROJETOS ARQUITETÔNICOS	293
VIABILIDADE CONSTRUTIVA E SUSTENTÁVEL DE EDIFICAÇÕES POPULARES FEITAS COM PAINÉIS MONOLÍTICOS EM EPS (POLIESTIRENO EXPANDIDO) NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	294



CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

XXIII CONIC

2023

GRADUAÇÃO ADMINISTRAÇÃO

Volume 1 – Ciências Sociais, Exatas e da Terra



A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA EMPRESÁRIOS

Autor(es):

Cintia Rochelly da Silva Monteiro: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Cristiane Clébia Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) Para falar da vida do empresário em primeiro lugar é necessário analisar a vida do jovem, desde o ensino fundamental, pois ele se tornará um futuro empresário. A implementação de tal assunto no currículo escolar gera o poder da tomada de decisões e de escolhas de compra mais assertivas, afinal de contas as crianças são persuadidas de informações de marketing o tempo todo, de todas as formas, e ter esse conhecimento sobre finanças lhes dará mais capacidade de economizar e escolher o melhor cenário econômico. Existe uma fragilidade notável na educação financeira do Brasil, este permanece como um dos países com maior desigualdade social e de renda do mundo, segundo o novo estudo realizado pelo World Inequality Lab (Laboratório das Desigualdades Mundiais).

(Metodologia) A pesquisa foi realizada de maneira bibliográfica utilizando palavras chave e dados científicos. Além disso entrevistamos a Empresa Futuro com valor que é uma escola voltada para esse tipo de ensinamento baseada na importância da educação financeira não só para as empresas, mas também englobando os jovens. Nos dados percebemos que a administração familiar, o planejamento e organização empresarial e a economia do país como um todo estão interligadas nesse contexto.

(Resultados) Os principais resultados encontrados servem de alerta para expor a necessidade de inserção desse assunto não só no currículo escolar desde o ensino fundamental II como na vida do empresário, pois os cenários estão interligados. Obter com clareza, conceitos e definições servem para ajudar no fácil entendimento da economia.

(Conclusão) A saúde financeira pessoal está diretamente interligada com a profissional e irá depender do discernimento e planejamento para permanecer saudável, e não apenas de conhecimento de senso onde o mesmo é gerado a partir das experiências de vida, baseado em intuição ou observação da realidade, mas sim científico, gerado a partir de observações e experimentos, que passam por uma compreensão metodológica rigorosa; estudada, entendida e posta em prática. As medidas já estão sendo tomadas através de órgãos e instituições públicas e privadas, as pessoas estão tendo consciência da importância de saber gerir e organizar sua vida pessoal, já entendem a necessidade de ter um planejamento financeiro para suas empresas e assim tornar-se mais frutuoso não só para um olhar microeconômico quanto globalizado

Palavras-chave: Economia; bancos; interligadas; desenvolvimento econômico; currículo escolar.

A IMPORTÂNCIA DA ÉTICA NO MERCADO DE TRABALHO

Autor(es):

Felipe Oliveira de Moura: Discente do curso de Administração do UNI-RN
João Matheus Gomes de Souza: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Victor Ribeiro Mariz: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Antônio Dantas Bezerra Gurgel: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Luis Filipe de Amorim Garcia Albuquerque da Silva: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Cristiane Clébia Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) A ética, como alicerce moral, desempenha um papel crucial na moldagem do comportamento dos indivíduos em sua interação com a sociedade. Em um mundo cada vez mais complexo, interdependente e diversificado, seu papel se torna ainda mais preeminente. O respeito pelos princípios éticos não só promove a confiança e a justiça, mas também sustenta a coesão social e a harmonia. Além disso, a ética fornece diretrizes claras para a tomada de decisões em situações complexas e éticas, o que é essencial em uma sociedade que enfrenta desafios morais multifacetados. Portanto, seu papel na construção de uma sociedade equitativa e compassiva é verdadeiramente insubstituível.

(Metodologia) Este trabalho científico do curso de graduação em administração tem como foco o tema “Ética no trabalho”. Foi realizado uma pesquisa acerca do tema através de artigos da base de dados do Google acadêmico. Os descritores utilizados incluíram palavras-chave como Ética, Trabalho e Responsabilidade social. A seleção dos artigos seguiu critérios rigorosos, selecionando diferentes perspectivas do conteúdo.

(Resultados) No ambiente profissional, a ética forma a base de relacionamentos interpessoais sólidos, que são essenciais para a prosperidade dos negócios. Valores como honestidade, integridade, responsabilidade, respeito, justiça e transparência são os pilares que sustentam essa convivência saudável. Eles não apenas promovem a integridade nos negócios, mas também impulsionam a sustentabilidade e a equidade social. É crucial reconhecer que a ética é um conceito em constante evolução, ajustando-se às transformações sociais em curso. A capacidade de adaptação da ética a novos desafios e contextos é vital para garantir que ela permaneça relevante no ambiente de trabalho em constante mudança, preservando sua integridade e promovendo um ambiente empresarial mais ético e progressista.

(Conclusão) A ética é um elemento inalienável da sociedade contemporânea, desempenhando um papel crucial tanto no âmbito profissional como na forja de uma sociedade mais justa e harmônica. Recai sobre os líderes empresariais a importante responsabilidade de acolher e propagar a ética no ambiente de trabalho, assegurando que ela se adapte de forma contínua às mudanças sociais e culturais em andamento. Somente por meio dessa abordagem poderemos vislumbrar a realização de uma sociedade mais ética, justa e sustentável para as gerações vindouras, onde os princípios éticos fundamentais permeiem todas as esferas da vida.

Palavras-chave: Ética; trabalho; responsabilidade social.

A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DE PESSOAS NO AMBIENTE DE TRABALHO E SEUS DESAFIOS EM LIDAR COM A MOTIVAÇÃO

Autor(es):

Clara Estefane Oliveira de Farias: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Hamili Ferreira de Melo: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Lourdes Vitória da Silva Gomes Leonez: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Cristiane Clébia Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) A gestão com pessoas caracteriza-se como um conjunto de políticas e práticas que permitem a conciliação de expectativas entre a organização e as pessoas, para que ambas possam realiza-las a longo tempo (Dutra, Dutra & Dutra, 2017). A gestão trata-se da interação entre os indivíduos na busca do alinhamento entre as tarefas de responsabilidade de cada funcionário em seus determinados cargos, de acordo com a sua posição hierárquica e suas qualificações e características necessárias para ocupar o seu respectivo tal cargo. Assim como vários segmentos, a gestão de pessoas é de grande importância para o fundamento de uma empresa, pois conseguem administrar a instituição, desenvolver os colaboradores e potencializar a produtividade da equipe. Grant (2002) defende que para gerir as pessoas, é necessário haver primeiramente um completo relacionamento com a empresa, ter foco nas atividades da instituição e claro, sempre ter interações com o ambiente interno e externo da empresa. O autor recomenda também, que para se ter uma boa ação de gestão estratégica, é necessário identificar: quais são as formas de gestão que são utilizadas, qual é o tipo de estratégia escolhida, como são caracterizadas as estruturas e por último saber quais são as características para a capacidade escolhida. Os trabalhadores são as peças principais de qualquer instituição, nela é necessário haver interações comunicativas entre eles que possam se interligar com vários setores da empresa, pois havendo interações entre eles, pode-se haver novas ideias que podem auxiliar no seu trabalho e podem ser soluções para resolver possíveis problemas. Sendo assim, como os trabalhadores são de extrema importância para a empresa, sempre é valioso que eles sempre estejam motivados e focados para servirem de combustível para uma boa produtividade. Nisso os trabalhadores precisam estar sempre engajados e de certa forma comprometidos com a organização, para que consigam um ótimo desempenho.

(Metodologia) A elaboração deste trabalho surgiu através do questionamento das autoras sobre as principais importâncias de gerir pessoas no âmbito do mercado de trabalho. Sendo assim, a pesquisa se deu através do método de pesquisa descritiva, pois foram coletados as informações mais importantes sobre o assunto e seus respectivos detalhes que enriquecem este artigo. A pesquisa se dá também por um questionário feito com 5 funcionários do supermercado Super Show Alto Alvorada, onde teriam que responder perguntas relacionados a motivação no ambiente de trabalho.

(Resultados) Através da pesquisa feita com os 5 funcionários do supermercado, foi captado através do questionário que todos os colaboradores se sentem sim, motivados no trabalho. A maioria respondeu que o que os fazem ficar tão motivados em exercer suas atividades na empresa é a relação de amizade que eles tem entre si e com a gestão, também dizem que o que faz se sentirem motivados são os cargos de confiança que a empresa concede para eles.

(Conclusão) Por esse fato se sentem bastantes motivados no seu trabalho, e concordam em dizer que as tarefas são divididas de forma justa e que todos que estão em seus respectivos cargos estão porque são capazes e qualificados em fazerem suas funções. Na última pergunta, foi questionado qual seria o grau de motivação deles, o resultado coletado pelos participantes do questionário foram de 8 a 10.

Palavras-chave: Gestão; empresa; desafios; motivação; pessoas.

COMO SER UM BOM GESTOR E QUAIS SUAS PRINCIPAIS HABILIDADES E COMPETÊNCIAS

Autor(es):

João Victor Lima da Silva: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Gabriel Fonseca Bezerra: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Martim Soares Parreira do Amaral: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Arthur Oliveira De Paiva Rodrigues: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
João Vitor Jacome Galvão de Medeiros: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Cristiane Clébia Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) O gestor desempenha um papel crucial na gestão, envolvendo planejamento, organização, liderança e controle para alcançar metas. Ele influencia e motiva a equipe a trabalhar em conjunto para atingir objetivos. As habilidades administradoras do gestor são fundamentais para o sucesso e incluem habilidades técnicas, humanas e conceituais, dependendo muito de sua competência. O gestor deve adaptar-se constantemente a novas situações, se localizar no seu ambiente e equilibrar as necessidades dos colaboradores. A gestão é o caminho que os próprios gestores executam para atingir os objetivos de suas organizações. Competências técnicas, humanas e conceituais são necessárias para um gestor eficaz e eficiente. As competências humanas estão muito envolvidas com a capacidade de se relacionar e trabalhar com pessoas, criando um ambiente estável, de confiança e motivação.

(Metodologia) Este estudo tem como objetivo explorar habilidades cruciais para se tornar um gestor eficaz. Buscando alcançar esse objetivo, vai ser empregado abordagens metodológicas que combinam pesquisa bibliográfica, pesquisa em questionário e análise de dados. A metodologia será dividida em três etapas: 1. Revisão Bibliográfica: Será realizada uma revisão bibliográfica abrangente sobre o papel do gestor nas organizações, responsabilidades, competências-chave e o impacto da gestão eficaz no desempenho organizacional. 2. Elaboração do Questionário: Com base na revisão bibliográfica, um questionário estruturado será desenvolvido para coletar dados sobre as percepções das competências e habilidades dos gestores. O questionário será projetado para avaliar a importância atribuída a diferentes competências e a eficácia percebida dos gestores em suas funções. 3. Amostra e Coleta de Dados: Uma amostra representativa de gestores e profissionais que trabalham em cargos de supervisão e gestão será selecionada. O questionário será administrado eletronicamente, garantindo a confidencialidade das respostas dos participantes.

(Resultados) As entrevistas realizadas com gestores destacam várias habilidades e competências necessárias para ser um bom gestor. Vamos analisar e discutir as principais ideias apresentadas: 1. Atualização no Mercado e Organização: - Um dos gestores mencionou a importância de se manter atualizado no mercado. Isso é fundamental, especialmente em ambientes empresariais em constante evolução, para tomar decisões informadas. - A organização do ambiente de trabalho também é destacada como uma competência chave. Isso ajuda a manter a eficiência e produtividade, além de demonstrar profissionalismo. 2. Conhecimento da Empresa e Ambiente: - Conhecer bem o ambiente e a área da empresa é ressaltado como uma habilidade importante. Isso envolve entender a cultura organizacional, as operações e as nuances do negócio. Esse conhecimento é crucial para tomar decisões estratégicas eficazes. 3. Inovação e Liderança: - A inovação é mencionada como parte do papel do líder, que deve motivar o ambiente de trabalho. Isso sugere a importância de inspirar a equipe a buscar soluções criativas e a se adaptar às mudanças.

(Conclusão) Este artigo enfatiza que ser um bom gestor não se resume a uma única habilidade, mas a uma combinação de várias habilidades e competências. Além disso, ressalta a importância de investir no desenvolvimento contínuo dessas habilidades para enfrentar os desafios em um ambiente empresarial em constante mudança. É importante notar que a gestão eficaz é uma disciplina complexa e multifacetada. Além das habilidades e competências mencionadas, fatores como ética, empatia, inteligência emocional e adaptação a mudanças também desempenham um papel significativo. Portanto, os gestores devem buscar um desenvolvimento contínuo para se manterem relevantes e eficazes em suas funções.

Palavras-chave: Gestão; organização; competências; habilidades; carreira; liderança; comunicação.

DIFICULDADES ENFRENTADAS PELOS IDOSOS EM RELAÇÃO AO ENGAJAMENTO SOCIAL E QUALIDADE DE VIDA

Autor(es):

João Vitor Frossard Marinho: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Vicente Meira Neto: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) O envelhecimento da população é uma realidade que se intensifica a cada ano, e os idosos representam um segmento significativo da sociedade brasileira. O aumento da expectativa de vida é um indicativo positivo do avanço na área da saúde, mas também traz desafios e preocupações, especialmente em relação ao bem-estar e à qualidade de vida dos idosos. Neste contexto, o presente trabalho tem como foco o público-alvo idosos, cujas dificuldades, em especial o isolamento social, são questões cruciais a serem enfrentadas. O isolamento social entre os idosos é um problema de pesquisa relevante e complexo, com impactos significativos na saúde física e mental desses indivíduos. Esta pesquisa busca contribuir para a compreensão dessas dificuldades, bem como para a promoção do envelhecimento ativo e para a análise crítica das políticas públicas voltadas para os idosos no Brasil.

(Metodologia) Trabalho baseado em levantamento bibliográfico através do banco de pesquisa científico SciELO, no qual foram investigados 5 artigos. As palavras-chaves utilizadas foram: Envelhecimento, Isolamento social, Qualidade de vida, Apoio social, Idoso, Profissionais de saúde, Brasil e Atenção ao idoso. Os critérios de inclusão para as fontes de pesquisa deste trabalho foram: publicados em periódicos científicos revisados por pares, disponibilidade em texto completo em português, publicação nos últimos 10 anos, relevância temática para o estudo e abordagem do tema no contexto brasileiro. Artigos que não atendiam a esses critérios foram excluídos.

(Resultados) É importante compreender os desafios do envelhecimento, isolamento social, tecnologia assistiva e políticas públicas no Brasil. O isolamento social pode levar à solidão e depressão, enquanto a falta de atividade física afeta a mobilidade e a saúde dos idosos. As barreiras incluem falta de acesso a instalações esportivas, preocupações com segurança e estigmas relacionados à idade. Os idosos precisam de interação social, atividades físicas adaptadas e um ambiente inclusivo. Governos, profissionais de saúde, instituições esportivas e a sociedade devem colaborar para promover políticas e programas que incentivem o exercício e combatam o isolamento social em idosos. Compreender esses fatores é fundamental para melhorar o bem-estar dos idosos e construir uma sociedade inclusiva para todas as idades.

(Conclusão) Identificamos com sucesso os fatores de risco e as barreiras relacionadas ao isolamento social e à atividade física em idosos. Isso nos permite promover um envelhecimento mais saudável, emocionalmente equilibrado e independente. Este estudo enfatiza a importância de abordagens multidisciplinares e inclusivas para enfrentar os desafios do envelhecimento e destaca a necessidade contínua de pesquisa e políticas adequadas para atender a uma população em crescimento.

Palavras-chave: Envelhecimento; idosos; isolamento social; qualidade de vida; bem-estar; políticas públicas; saúde; atividade física.

FORMAR PROFISSIONAIS COM QUALIDADE POR MEIO DE AÇÕES INOVADORAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE

Autor(es):

Maria Luiza de Souza Soares: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Cristiane Clébia Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) Este artigo tem como objetivo explorar a importância de ações inovadoras na formação de profissionais de alta qualidade para contribuir efetivamente para o avanço da sociedade. Num mundo em rápida mudança, é crucial que as instituições educativas e as partes interessadas adotem estratégias inovadoras para formar e desenvolver profissionais equipados com as aptidões e competências necessárias. Este artigo enfatiza a importância de incorporar iniciativas inovadoras na educação profissional e destaca os resultados alcançados através desses esforços.

(Metodologia) Esta pesquisa utilizou uma abordagem qualitativa para coletar dados de diversas fontes, incluindo literatura publicada, estudos de caso e entrevistas com profissionais e educadores de diferentes áreas. Os dados foram analisados utilizando técnicas de análise temática para identificar padrões comuns e extrair as principais conclusões. O estudo também examinou práticas inovadoras bem-sucedidas implementadas em instituições e organizações educacionais para promover o desenvolvimento profissional.

(Resultados) Os resultados deste estudo revelaram que as ações inovadoras desempenham um papel crucial na formação de profissionais com habilidades e competências necessárias para enfrentar os desafios enfrentados pela sociedade. Através da implementação de métodos de ensino inovadores, como aprendizagem baseada em projetos, aprendizagem experiencial e integração de tecnologia, os alunos foram capazes de desenvolver habilidades de pensamento crítico, resolução de problemas, comunicação e trabalho em equipe. Além disso, estas abordagens inovadoras reforçaram a sua adaptabilidade, criatividade e mentalidade empreendedora, permitindo-lhes contribuir para o desenvolvimento social de diversas formas.

(Conclusão) Concluindo, os resultados destacam a importância de incorporar ações inovadoras na educação profissional para formar profissionais de alta qualidade. Ao integrar métodos de ensino inovadores e promover parcerias colaborativas, as instituições educativas podem dotar os alunos dos conhecimentos, competências e atributos necessários ao desenvolvimento social. Os resultados destas iniciativas incluem o desenvolvimento de profissionais competentes que possuem uma compreensão profunda das necessidades sociais, são capazes de resolver problemas complexos e podem contribuir eficazmente para o progresso social, económico e ambiental. No geral, este estudo enfatiza a necessidade de inovação contínua na educação profissional e destaca os benefícios potenciais de tais esforços. Ao nutrir profissionais com uma educação de qualidade baseada na inovação, as sociedades podem enfrentar os desafios atuais e futuros de forma mais eficaz e trabalhar em prol do desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Formar profissionais; inovação; desenvolvimento da sociedade.

IMPLEMENTAÇÃO DE GESTÃO DE PESSOAS NAS EMPRESAS BRASILEIRAS

Autor(es):

Davi Leão Randel: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Matheus Gustavo Sousa de Lima: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Cristiane Clébia Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) O trabalho em tese trata-se da implementação da gestão de pessoas nas empresas que operam no Brasil. Entende-se que, o Brasil é um ambiente de negócios incertos, onde empresas tem tido explosões de informação e inovações sem necessariamente a inclusão de pessoas. Tal aceleração é observada em muitas indústrias, não apenas nas economias desenvolvidas, mas também nas regiões em desenvolvimento e nos mercados emergentes. Sob tais condições, os líderes modernos são forçados a entregar organizações rápidas, competentes, tecnologicamente inteligentes e inovadoras, competindo e escalando com sucesso as suas atividades. Desse modo, é de extrema importância uma boa gestão de pessoas.

(Metodologia) A elaboração deste trabalho se deu através do método de pesquisa bibliográfica, do tipo descritivo-exploratório. Neste trabalho também levou-se em consideração o estudo teórico realizado de forma interna durante a execução do projeto, o qual se deu por meio de debates, reflexões e compartilhamento de ideias ao longo das reuniões realizadas entre os seus integrantes.

(Resultados) Ao fim da análise de diversos artigos, percebe-se que existe uma necessidade de adaptação e incorporação de novas demandas pelos gestores contemporâneos. Embora a gestão de pessoas seja um campo dinâmico de intervenção, as pesquisas ainda enfrentam algumas dificuldades, como o aparente desinteresse dos profissionais em comunicar suas práticas, a demora em utilizar e compartilhar práticas bem-sucedidas por meio da publicação em periódicos científicos, bem como os poucos núcleos de pesquisa na área existentes no Brasil. Os artigos também destacam a necessidade não apenas de ampliar os estudos acerca da gestão de pessoas, mas também acerca de temáticas recentes cada vez mais discutidas nas organizações de trabalho. Decerto, a aprendizagem organizacional vem tomando a agenda de prioridades dos profissionais de gestão de pessoas de pequenas e grandes organizações.

(Conclusão) Com base no estudo e leitura dos artigos mencionados, é nítido o fato de que muitas empresas e seus setores ainda não priorizam a gestão de pessoas e deixam a desejar; porém muitas já passam por uma fase de transição, onde o capital humano passa a ser extremamente valorizado, pois enxergaram que a gestão de pessoas é um fator crucial para o sucesso de uma empresa. Ela pode contribuir para a melhoria do clima organizacional, aumentar a motivação e o engajamento dos colaboradores, reduzir a rotatividade de funcionários, capacitar e desenvolver os colaboradores, além de valorizar a diversidade e inclusão.

Palavras-chave: Gestão de pessoas; empresas; avaliação de desempenho; crescimento organizacional; indicadores de gestão.

O “BOOM” DAS LOJAS AMERICANAS E SUA REALIDADE FINANCEIRA

Autor(es):

Clara Coutinho de Queiroz Monteiro: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

*Domingos Carvalho de Souza: Docente do UNI-RN
Márcio Carvalho de Brito: Docente do UNI-RN*

(Introdução) O presente artigo tem como finalidade apresentar o balanço patrimonial dos três últimos anos da empresa Americanas S.A a fim de mensurar a situação econômica e financeira no decorrer do tempo por meio do estudo dos índices de mercado. Considerada a quinta maior rede varejista do Brasil, a Lojas Americanas foi fundada em 1929, no Rio de Janeiro e teve sua marca oficializada em 1936 no centro de Porto Alegre. Atualmente, após reportar inconsistências contábeis nos balanços, a empresa passa por um processo de recuperação judicial estimando cerca de 20 bilhões de endividamento.

(Metodologia) A linha principal que norteia a pesquisa é descritiva, assumindo um caráter qualitativo, já que objetiva observar, analisar, classificar e interpretar os dados financeiros, atribuindo sentido ao panorama atual da temática abordada.

(Resultados) Em posse do balanço patrimonial dos últimos três anos e sabendo da situação atual da empresa, tornou-se imprescindível explorar o nível de liquidez, endividamento e rentabilidade. No que diz respeito à liquidez, o capital circulante líquido (CCL) da Americanas dobrou de 2020 a 2021, ao passo que teve uma diminuição drástica de 2021 a 2022, comprovando que a empresa regrediu em sua folga financeira no curto prazo. Semelhantemente, a sua liquidez corrente também diminuiu de 2022 a 2021, deixando claro que a capacidade da empresa de quitar suas obrigações dentro do prazo está menor a cada ano. No que diz respeito ao índice de endividamento geral, no decorrer dos anos vêm aumentando significativamente, ficando claro que o grau de ativos que estão sendo financiados com recursos de terceiros aumentou. Além disso, o índice de cobertura de juros caiu drasticamente de 2021 à 2022, o que explica o fato de a Americanas não estar conseguindo atender as obrigações de juros sobre a dívida, gerando grande risco ao negócio. Sobre às margens monetárias brutas, operacionais e líquidas da empresa, houve até uma evolução em 2022, porém não foi suficiente para compensar as perdas de 2020 e 2021, o que mais uma vez comprova a dificuldade que a empresa está para conseguir obter lucro após pagar os custos e despesas, assim como os juros e imposto de renda. Isso comprova-se no retorno sobre o ativo total, que mensura a eficiência global da empresa em gerar lucros com seus ativos disponíveis, além do retorno sobre o investimento dos proprietários da empresa. Conforme os dados obtidos, é notório que, apesar de em 2022 esses índices terem sido melhor do que nos dois anos anteriores, não chegam a compensar o comportamento negativo dos anos anteriores.

(Conclusão) Conclui-se, após a análise dos dados financeiros da Lojas Americanas, que o principal motivo para a crise econômica ter acontecido foi o alto nível de endividamento, ainda que em 2022 a rentabilidade esteve melhor do que nos anos passados. Diante do seu crescimento acelerado, a Americanas foi obrigada a adquirir financiamentos e, em contrapartida, a sua lucratividade estava desproporcional as dívidas obtidas, resultando na falência do negócio. É importante frisar que outros fatores também influenciaram nesse quadro, como a competitividade do ramo, os altos custos de operação, a inadimplências dos clientes e problemas na gestão de negócios.

Palavras-chave: Análise financeira; lojas Americanas; crise econômica.

PRINCIPAIS PILARES DA ADMINISTRAÇÃO: VISÃO PRÁTICA, EMPRESARIAL E SUA IMPORTÂNCIA NA FORMAÇÃO ACADÊMICA

Autor(es):

Maria Eduarda da Silva Almeida: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Lorena de Macedo Silva: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Ana Luiza de Sousa Galvão: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Cecília Yasmin Alencar Alves: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Anna Clara dos Santos Martins: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Cristiane Clébia Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) O curso de administração está entre as três graduações mais procuradas no Brasil. Dessa forma, percebe-se o quanto importante é a análise e aprofundamento da grade curricular das faculdades, tendo em vista suas responsabilidades para formar profissionais de qualidade. Devido o desenvolvimento do mercado e indústria, os futuros gestores precisam buscar formas para se atualizar que superem a área de formação, necessitam saber fazer análises mais aprofundadas e inovar regularmente.

(Metodologia) Para a confecção deste resumo, foram utilizados artigos produzidos no espaço de tempo de 2010 a 2023. A seleção dos artigos científicos foi feita nas principais bases de banco de dados como Google Scholar e SciELO, além de pesquisas feitas em sites governamentais e livros, logo o tipo de pesquisa utilizado foi o bibliográfico. Dessa maneira, foram realizadas análises e discussões sobre a problemática do tema proposto, por meio de pesquisa de dados e elementos essenciais para verificar a incorporação dos cinco pilares.

(Resultados) A comparação e discussão dos resultados das empresas, expressaram limitações durante as entrevistas tendo em vista a falta de aprofundamento e detalhamento dos cinco pilares. Essa informação é essencial para estudantes que querem um ensino completo e atualizado na sua graduação. Com o constante crescimento do mercado, os futuros profissionais precisam buscar formas que transcendem a área de formação, necessitam desenvolver análises mais aprofundadas e pensar sistemicamente. Devido a chegada das novas tecnologias, é necessário que os profissionais se reinventem para atender às competências fundamentais da atualidade. Para que o desenvolvimento estudantil seja convertido em práticas comerciais assertivas, é preciso fazer uma análise para descobrir quais os conhecimentos e competências precisam ser aprimoradas, como as habilidades digitais, mercadológicas, financeiras e gestórias. Dessa forma, percebe-se que é essencial ter estratégia em todos os cinco pilares, é necessário que as partículas de informação complementem os mesmos, pois é importante ter ferramentas e habilidades técnicas suficientes para que ocorra uma análise aperfeiçoada da grade acadêmica.

(Conclusão) Através das análises feitas e unido à prática do funcionamento das empresas, percebe-se a necessidade de aprofundamento nessas áreas citadas, pois contribuem para a formação intelectual, profissional e social do estudante de administração, além de acompanhar a evolução do atual mercado. As pesquisas que podem surgir a partir deste resumo seriam sobre prováveis mudanças nas grades curriculares das universidades, trazendo temas mais modernos, acompanhando a evolução do mercado e do momento econômico, de acordo com a realidade mercadológica do Brasil e do mundo.

Palavras-chave: Finanças; gestão de recursos humanos; empreendedorismo; marketing; gestão de operações.

SOCIEDADE EMPRESARIAL: UMA ANÁLISE DESCRITIVA

Autor(es):

Joyce Millena Gomes de Oliveira : Discente do curso de Administração do UNI-RN
Isasmim Bezerra de Araújo Lacerda Lima: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Ana Luiza Dantas de Azevedo: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Luisa Maria De Andrade Albuquerque Lucietto: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Ana Paula Marinho dos Santos: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Cristiane Clébia Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho desenvolvido busca apresentar um pouco sobre os tipos de sociedades empresariais presentes nos mercados nos dias atuais. Há milhares de anos a história das sociedades empresariais se remonta, as formas e estruturas dessas sociedades têm evoluído muito com o tempo para se adaptar às mudanças sociais, culturais, econômicas e políticas. A evolução do modelo de propriedade e responsabilidade é notório para o crescimento. Antigamente, as operações comerciais eram menos complexas e mais limitadas, já atualmente, há maior necessidade de cumprir uma série de leis e regulamentos, tanto no âmbito local quanto internacional. Durante o estudo, exploramos conceitos relacionados à sociedade empresarial, discutimos os diferentes tipos de sociedades existentes e destacamos suas vantagens e desvantagens. Este enfoque nos permitiu uma compreensão abrangente do tema em questão, contribuindo para uma análise mais completa e embasada.

(Metodologia) A pesquisa foi feita por meio da metodologia descritiva-exploratória, que se trata de uma análise minuciosa e que faz uma coleta de dados qualitativos, uma vez que analisamos e investigamos o alvo estudado. Por meio da internet foi feita a coleta e análise dos dados sobre a pesquisa realizada. Foi explorado sobre o que é a sociedade empresarial, os tipos de sociedade, as vantagens e desvantagens das mesmas.

(Resultados) Diante dos resultados obtidos, as sociedades empresariais também estão enfrentando desafios relacionados à responsabilidade social e sustentabilidade. Cada vez mais, os consumidores e investidores estão exigindo que as empresas sejam socialmente responsáveis, desenvolvendo práticas sustentáveis e contribuindo para o desenvolvimento socioambiental. As sociedades desempenham um papel fundamental na economia, gerando empregos, produzindo bens e serviços e contribuindo para o desenvolvimento econômico do país, sendo fundamental que essas sociedades sejam organizadas de forma legal e ética, respeitando as leis trabalhistas, ambientais e tributárias. Além disso, é essencial que essas sociedades sejam organizadas e administradas de forma responsável, seguindo as boas práticas de governança corporativa e respeitando os interesses das partes envolvidas, sejam elas sócios, funcionários, clientes ou a sociedade como um todo.

(Conclusão) Nesse trabalho, conclui-se que as sociedades empresariais antigas eram caracterizadas por uma estrutura e regulamentação mais simples, propriedade centralizada e menos preocupação com responsabilidade social e sustentabilidade. Já as sociedades empresariais modernas são mais complexas, regulamentadas, com estruturas de propriedade distribuídas, presença global e uma crescente preocupação com a responsabilidade social e sustentabilidade. Portanto, a compreensão das diferenças entre as sociedades empresariais antigas e modernas são essenciais para abordar os desafios e oportunidades presentes no cenário empresarial atual.

Palavras-chave: Sociedades empresariais; economia; mercado; sustentável; gestor.

UMA ABORDAGEM ABRANGENTE SOBRE INVESTIMENTOS E DECISÕES FINANCEIRAS

Autor(es):

Andreza Tatiane de Paiva Lima: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Domingos Carvalho de Souza: Docente do UNI-RN

(Introdução) Este artigo científico tem como objetivo explorar as principais teorias da moderna gestão de investimentos, destacando suas formulações conceituais e seu impacto no ambiente financeiro. Por meio de uma revisão teórica abrangente, serão analisadas as formulações de Modigliani e Miller, a teoria do portfólio de Markowitz, o modelo de precificação de ativos (CAPM), a teoria de mercado eficiente, a teoria das opções e a teoria da agência.

(Metodologia) Para alcançar os objetivos propostos neste artigo científico, será adotada uma abordagem teórico-conceitual baseada em uma revisão bibliográfica sistemática. A pesquisa será conduzida por meio de levantamento de artigos científicos, livros, publicações acadêmicas e relatórios relevantes na área de finanças corporativas e investimentos. Serão utilizadas bases de dados confiáveis, como Scopus, PubMed e Google Scholar, para identificar os estudos mais relevantes e atualizados sobre a Moderna Teoria de Finanças.

(Resultados) A gestão de investimentos é uma área de estudo que se baseia em uma série de teorias e conceitos fundamentais para compreender e tomar decisões informadas sobre investimentos financeiros. O referencial teórico a seguir apresenta algumas das principais teorias e abordagens que moldaram a moderna teoria de finanças e têm influência significativa na gestão de investimentos. FORMULAÇÕES DE MODIGLIANI E MILLER TEORIA DO PORTFÓLIO DE MARKOWITZ MODELO DE PRECIFICAÇÃO DE ATIVOS (CAPM) TEORIA OU HIPÓTESE DE MERCADO EFICIENTE . TEORIA DAS OPÇÕES TEORIA DA AGÊNCIA

(Conclusão) A moderna teoria de finanças desempenha um papel fundamental na compreensão e nas decisões relacionadas aos investimentos e às finanças corporativas. Através das formulações de Modigliani e Miller, entendemos que o valor de uma empresa é determinado pela sua capacidade de gerar benefícios futuros esperados de caixa, independentemente da sua estrutura de capital. A teoria do portfólio de Markowitz nos auxilia na construção de carteiras ótimas, considerando a relação entre risco e retorno, visando maximizar a utilidade esperada do investidor. O modelo de precificação de ativos (CAPM) nos permite precificar ativos com base no retorno e risco esperado, reconhecendo que investimentos de maior risco devem oferecer uma remuneração mais elevada. A teoria de mercado eficiente nos mostra que os preços dos ativos refletem as informações disponíveis, eliminando oportunidades de ganhos anormais. A teoria das opções, por sua vez, nos ajuda a avaliar empresas, projetos de investimento e tomar decisões estratégicas. Por fim, a teoria da agência destaca a importância do alinhamento de interesses entre os principais e agentes na governança corporativa. Compreender essas teorias e conceitos é fundamental para a tomada de decisões financeiras informadas e para a maximização do valor dos investimentos. Os gestores e investidores devem estar cientes dessas abordagens e utilizar as ferramentas e técnicas adequadas para analisar, avaliar e gerenciar os riscos e retornos de suas carteiras. No entanto, é importante ressaltar que as teorias financeiras estão em constante evolução e são influenciadas por novas pesquisas e descobertas. Portanto, é essencial manter-se atualizado e adaptar as estratégias de investimento de acordo com as mudanças no ambiente econômico e financeiro.

Palavras-chave: Moderna teoria de finanças; investimentos; decisões financeiras; teoria do portfólio; CAPM; teoria de mercado eficiente; teoria das opções; teoria da agência.



CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

XXIII CONIC

2023

GRADUAÇÃO ARQUITETURA

Volume 1 – Ciências Sociais, Exatas e da Terra



ANTEPROJETO DE UM CENTRO DE TRATAMENTO E ACOLHIMENTO PARA CÃES E GATOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE, EM JOÃO CÂMARA/ RN

Autor(es):

Lorena Borges Pires: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):

Huda Andrade Silva de Lima: Docente do UNI-RN

(Introdução) De acordo com os dados levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e atualizados pelo Instituto Pet Brasil (2019), em 2018 foi estimado um total de 141,6 milhões de animais de estimação no país, superando a última pesquisa de 2013 onde a população animal era de 132,4 milhões. Entretanto, junto com o crescimento populacional das pessoas, o número de animais abandonados nas ruas aumenta a cada dia na maioria dos países do mundo, ocupando cerca de 5% a 10% da população de uma cidade (SOUZA, 2017). Estes animais, diante da situação a que são expostos, ficam sujeitos a doenças, acidentes e procriação, junto a proliferação de zoonoses que afetam a qualidade de vida da sociedade.

(Metodologia) Com a intenção de potencializar os melhores resultados e manter um fluxo de trabalho contínuo, será utilizada a metodologia de projeto desenvolvida por George Kneller (1976) e em conjunto a NBR 16636-2 (2017), a fim de ajustar o método de projeto com as fases em normativas. Somando-se a isto, foram realizadas pesquisas que permitissem a verificação do estado do problema, sob o aspecto teórico, pesquisas bibliográficas e de outros estudos, com fonte de dados reais, utilizando conceitos de acordo com autores e especialistas. Além disso, foram feitos estudos de referências diretos e indiretos, de forma a compor o referencial empírico. Nos estudos diretos é possível visitar o Instituto de Tarcísio Barreto, o Espaço Com.Viver localizados na cidade de Natal/RN. Os estudos indiretos, feitos através da pesquisa online em páginas eletrônicas, buscou-se analisar abrigos e clínicas modelo que pudessem trazer estratégias arquitetônicas e inspirações através de soluções projetuais, que possam ser norteadoras para o processo da elaboração do projeto, como o programa de necessidade, pré- dimensionamento outros.

(Resultados) Vale ressaltar que se realizou uma pesquisa documental das normas e legislações vigentes para projetar e executar obras no município, como as normativas pertinentes do município como o Plano Diretor, Código de Obras, Código de Postura e NBR`s. Além disso as resoluções do Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV), que abordam conteúdos sobre as necessidades de um estabelecimento médico veterinário.

(Conclusão) Assim, percebe-se que a estrutura que o presente trabalho, constituem uma base teórica capaz de contribuir para o desenvolvimento do anteprojeto do centro de tratamento e acolhimentos para animais em situação de rua, atendendo adequadamente aos requisitos técnicos, ambientais e funcionais, além de levar em consideração o bem-estar, a qualidade ambiental e a ambiência dos espaços.

Palavras-chave: Abrigo; arquitetura; animais abandonados.

NO TEMPO DO VERDE NASCE: REQUALIFICAÇÃO URBANA CENTRO HISTÓRICO DE CEARÁ-MIRIM/RN

Autor(es):

Thacyany Thaynara Fagundes de Lima Silva: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):

Huda Andrade Silva de Lima: Docente do UNI-RN

(Introdução) Nos espaços públicos ocorrem diversas atividades diárias, incluindo as interações sociais, passeios, deslocamentos, sejam eles curtos ou longos. A vitalidade dessas áreas se manifesta na forma como são aproveitadas, na duração, e frequência de sua utilização, como também na interação pessoal com os elementos construídos na rotina cotidiana. Com processos de expansão e novas dinâmicas urbanas, os espaços públicos nos centros históricos demandam mais atenção, uma vez que enfrentam desafios relacionados ao esvaziamento e à descaracterização. Portanto, tornar essas áreas mais adequadas e acessíveis às demandas da população é crucial para o estímulo à utilização e vitalidade dessas localidades.

(Metodologia) Para alcançar esse objetivo, este estudo se dedica a analisar a região por meio de abordagem exploratória e descritiva, visto que foi desenvolvido uma pesquisa bibliográfica, análise de referências projetuais somada à coleta de dados, realizadas por meio de visitas in loco e entrevistas, utilizando a metodologia de Jan Gehl. Esses estudos visam compreender as fragilidades e potencialidades do local, a fim de identificar soluções que integrem o espaço público local à rotina dos habitantes de Ceará-Mirim.

(Resultados) Por conseguinte, estudou-se o contexto histórico, socioeconômico e natural da cidade de Ceará-Mirim, como também identificou-se os pontos de interesse histórico e turístico, conflito de fluxo viários e análise da dinâmica de uso entre o desenho urbano e a população da fração urbana analisada. Além disso, procurou-se identificar e elencar os conceitos de urbanidade, sua relação com a vitalidade urbana e como poderia contribuir para o turismo da região da cidade de Ceará-Mirim a fim de traçar os melhores caminhos de intervenção. Por fim, incorporar os conceitos de urbanidade na concepção da requalificação urbana, de modo a promover a valorização dos bens locais.

(Conclusão) Diante da análise, o resultado desse processo é um projeto que apresenta soluções destinadas a atender as atividades e necessidades da área estudada. Além disso, foi constatada a importância de estudar e identificar os desafios existentes na região, envolvendo ativamente os residentes locais na busca de soluções que promovam o dinamismo da área e a valorização dos recursos locais.

Palavras-chave: Requalificação urbana; centro histórico; urbanidade.

PAPEL VITAL DAS CORES NA TOPOGRAFIA: COMPREENDENDO A SUPERFÍCIE TERRESTRE ATRAVÉS DA PALETA VISUAL

Autor(es):

Ana Beatriz Campos Marques: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Carolina Vieira Lourenço: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Bárbara Pereira de Azevedo: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Rafaela Melo de Araújo: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):

Werner Farkatt Tabosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) A topografia, o estudo da superfície terrestre, depende crucialmente das cores para representação e interpretação de dados. As cores em mapas, imagens de satélite e sensoriamento remoto desempenham um papel vital ao indicar elevações, tipos de terreno, fenômenos naturais e mudanças climáticas. Além disso, as cores influenciam a percepção e comunicação de informações, afetando áreas como geologia, agricultura e gestão ambiental. Este tema explora a importância das cores na topografia e como ela se destaca como um alicerce essencial para a compreensão do terreno.

(Metodologia) A metodologia aplicada adota uma abordagem que envolve diversas técnicas de pesquisa. O estudo começa a partir da coleta de dados geoespaciais, como mapas topográficos e imagens de satélite que usam cores para mostrar características geográficas. Em seguida, são analisadas essas representações visuais para encontrar padrões e diferenças nas cores usadas. Estudos de trabalhos e projetos de especialistas, como cartógrafos e geólogos, são feitas de forma que ajudem a contextualizar o estudo. Software e modelagem computacional ajudam a avaliar imagens de satélite e outras fontes visuais. Comparando diferentes casos, o estudo identifica padrões e diferenças na forma como as cores são usadas em contextos variados. Por fim, o estudo avalia as limitações e vieses associados ao uso de cores na topografia, e sugere práticas recomendadas. Essa abordagem abrangente ajuda a entender melhor como as cores afetam a topografia e sua aplicação na tomada de decisões em diversos campos relacionados à geografia e ao meio ambiente.

(Resultados) Por meio disso, é possível obter resultados que demonstram a possibilidade de aprimorar nossa compreensão da superfície terrestre, revelando como as cores são utilizadas para representar informações geográficas. Isso, por sua vez, pode melhorar a precisão dos mapas e imagens de satélite. Além disso, o estudo pode contribuir para uma comunicação mais eficaz de dados geográficos, beneficiando pesquisadores, tomadores de decisão e o público em geral, podendo também ajudar na identificação de padrões e tendências no uso de cores em representações visuais da topografia, auxiliando na detecção de mudanças ambientais, variações climáticas e evoluções no uso da terra ao longo do tempo. Esses dados podem influenciar a tomada de decisões em áreas de planejamento urbano.

(Conclusão) Através dos dados apresentados, podemos observar as recomendações para práticas melhores e mais eficazes na escolha de cores para mapas e imagens de sensoriamento remoto, promovendo uma representação geoespacial mais precisa e eficiente. Além disso, podemos observar como o estudo das cores na topografia podem contribuir para a conscientização ambiental e a promoção da sustentabilidade, destacando como as cores podem ser usadas para chamar a atenção para questões ambientais cruciais, como a mudança climática e a conservação da biodiversidade. Por fim, os resultados podem ter impacto na educação geográfica, influenciando a forma como a topografia é ensinada e aprendida.

Palavras-chave: Topografia; cores; mapas; geográficas; superfície terrestre; elevações.

A IMPORTÂNCIA DA MAQUETE FÍSICA DE TOPOGRAFIA PARA ESTUDANTES DE ARQUITETURA E URBANISMO

Autor(es):

Raquel Oliveira Santiago da Silva : Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Camilla Cavalcanti Coutinho da Silveira: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Maria Eduarda Costa de Moraes: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):

Werner Farkatt Tabosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) A topografia é a pesquisa e a análise das características geográficas da superfície terrestre. É fundamental em áreas como engenharia, arquitetura e geologia, uma vez que fornece dados organizados sobre o local estudado, sendo indispensável para a organização e efetivação de projetos em diferentes regiões. A maquete topográfica é uma ferramenta crucial para a análise topográfica, sendo utilizada para representar uma determinada extensão territorial em uma proporção menor.

(Metodologia) Para este trabalho, empregou-se uma metodologia de pesquisa descritiva, com a finalidade de descrever a importância da maquete física de topografia para estudantes de Arquitetura e Urbanismo. A execução, permite uma visualização tridimensional do terreno, contendo por exemplo as curvas de nível, a hipsometria e outras características. A pesquisa será qualitativa, concentrando-se principalmente na observação e análise de informações obtidas através dos materiais disponibilizados na disciplina de Topografia.

(Resultados) Portanto, será confeccionada uma maquete topográfica com base em um planejamento prévio que levará em consideração as curvas de nível, a escala e os tipos de relevo. Essa iniciativa visa proporcionar uma experiência prática que permitirá uma melhor compreensão do conteúdo ministrado em sala de aula. Além disso, a maquete servirá como uma ferramenta que possibilitará uma análise detalhada da topografia em estudo, tendo uma melhor perspectiva e enriquecendo o aprendizado e promovendo uma melhor assimilação das informações geográficas.

(Conclusão) Diante do exposto, é perceptível a relevância da análise topográfica e do uso da maquete como ferramenta de estudo para estudantes de Arquitetura e Urbanismo. Esse trabalho contribui para uma formação mais sólida e para uma atuação mais eficaz na área, proporcionando uma compreensão mais precisa da configuração de um determinado espaço. Dessa forma, preparando os estudantes para enfrentar desafios reais através da prática, permitindo-lhes compreender aspectos geoespaciais locais para a execução de projetos arquitetônicos e urbanos.

Palavras-chave: Topografia; maquete topográfica; análise topográfica; planejamento urbano; arquitetura; geologia; curvas de nível.

A IMPORTÂNCIA DAS MAQUETES DE RELEVO NA TOPOGRAFIA

Autor(es):

*Ana Karoline Rodrigues Silva de Freitas: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Havila Fernanda Pimenta Gurgel: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Maria Luisa Cavalcanti da Rocha: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

Orientador(es):

Werner Farkatt Tabosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) A topografia é a ciência que se debruça sob a medição e representação eficaz das características físicas das superfícies da terra. Para a arquitetura, é uma ciência imprescindível, pois baseados nesses dados trazidos pelo estudo ela se torna mais precisa, segura e adequada. Mas, não somente isso, o estudo da superfície é imprescindível para elaboração de mapas, gestão de recursos naturais e uma variedade de estudos relacionados a geografia e engenharia. Uma das maneiras de representar a análise topográfica é por meio de maquetes. As maquetes são representações físicas em escala reduzida do terreno ou área geográfica específica, construídas de forma a replicar as características do relevo original. Elas são elaboradas com base em dados obtidos por meio de técnicas topográficas, como levantamentos, GPS e outras tecnologias de medição de campo e permitem a visualização tridimensional e tátil do terreno. Facilitando a compreensão das elevações, depressões e demais características geográficas do terreno estudado.

(Metodologia) Como já mencionado, as maquetes desempenham um papel fundamental na representação topográfica auxiliando na interpretação e compreensão das características de cada terreno estudado. Dentre os principais motivos estão a visão tridimensional do terreno, permitindo a visualização de elevações e depressões de forma mais clara e intuitiva do que em mapas em duas dimensões. A análise de perfil longitudinal, que permite criar perfis topográficos detalhados, determinando variações das elevações ao longo de uma linha, que se curva pra cima ou para baixo, a depender se há declive ou acive no objeto de estudo. Representações por maquete também trazem uma aprofundada avaliação dos riscos naturais e, com isso, avaliação dos riscos ambientais que qualquer modificação no terreno pode trazer, pois há um fornecimento de informações precisas por meio desse estudo. Facilitando assim, as escolhas para adequações de recursos usados para utilizar o máximo o local, da melhor forma possível. Não menos importante, permitem a análise dos riscos relacionados a fenômenos naturais. Riscos de inundações, deslizamentos de terra e erosão, minimizando assim, os danos causados e preservando áreas sensíveis.

(Resultados) A partir dos resultados obtidos, foi possível evidenciar a importância das maquetes de relevo para a topografia, uma vez que essas representações em escala tridimensional fornecem uma visualização tangível e precisa do terreno. Essas maquetes são ferramentas valiosas para a eficiência na coleta de dados topográficos e na tomada de decisões em projetos relacionados ao terreno.

(Conclusão) Em suma, as representações topográficas por meio de maquetes não apenas aprimoram a precisão e segurança da arquitetura, mas também desempenham papel fundamental para preservação do ambiente. Portanto, seja na elaboração de estudos geográficos, mapas ou na construção civil, a incorporação das maquetes enriquece a compreensão e tomada de decisões, o que a torna uma modalidade essencial na topografia.

Palavras-chave: Maquetes; relevo; topografia.

A RESILIÊNCIA COMO ASPECTO DE QUALIDADE EM HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL: UM ANTEPROJETO PARA SANTO ANTÔNIO/RN

Autor(es):

Izabel Angelina Cecilia Silva: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):

Sandra Albino Ribeiro: Docente do UNI-RN

(Introdução) Os programas habitacionais brasileiros consideram resolver o problema da habitação como uma questão de necessidade da população e mercado, ou seja, diminuindo a carência e priorizando a produção. Levando assim o cumprimento dos parâmetros quantitativos em relação aos qualitativos como a função social da política habitacional e ao atendimento das necessidades dos moradores. A cidade de Santo Antônio se localiza a 70km de Natal, capital do estado do Rio Grande do Norte. Assim como várias outras cidades no país, Santo Antônio requer a produção de HIS, sobretudo com qualidade. Este trabalho apresenta um anteprojeto arquitetônico de uma Habitação de Interesse Social (HIS) para a cidade de Santo Antônio/RN a partir da adoção do conceito de Resiliência do Ambiente Construído. Este termo está presente em diversas áreas como ecologia, economia, engenharia e etc. Na área de Arquitetura e Urbanismo entende-se por resiliência como a “capacidade do ambiente construído em resistir e se adaptar para lidar com mudanças/impactos de diferentes ordens impostos ao longo do tempo” e, sobretudo, a Resiliência é vista como um aspecto de qualidade na habitação.

(Metodologia) Os procedimentos metodológicos utilizados neste trabalho são em ordem: uma revisão bibliográfica a partir de artigos sobre a HIS e a Resiliência no Ambiente Construído; estudos de referências; mais a coleta de dados sobre os condicionantes físico-ambientais e legais; elaboração do artefato, no caso o anteprojeto arquitetônico.

(Resultados) O resultado deste trabalho propõe uma planta embrião com duas possibilidades de ampliação que se relaciona como conceito de resiliência. Levando mais em consideração o aspecto do conforto ambiental, como ventilação cruzada e trajetória solar. Também foi possível entender o histórico de Habitação de Interesse Social no Brasil, contextualizar o conceito de resiliência e a compreensão dos condicionantes físicos, ambientais e legais da localidade.

(Conclusão) Além de se integrar com o contexto social, onde a habitação tem a possibilidade de crescer e se adequar com a realidade local.

Palavras-chave: Resiliência no ambiente construído; habitação de interesse social; habitação população.

A TRANSFORMAÇÃO DO ENSINO ATRAVÉS DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

Autor(es):

Alicia Cardoso Dantas: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):

Camila Furukava: Docente do UNI-RN Cristiane Clébia Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) Na área da educação pós pandemia de COVID tem se tornado cada vez mais utilizado o uso das tecnologias na educação, com isso a maneira de ensino e aprendizagem torna-se progressivamente mais explorado como uma forma de atualizar e transformar o ensino. A inovação tecnológica tem pontos negativos como a dependência do uso exagerado dos meios digitais, pois a nova geração já passa muito tempo conectado nesses meios e trazendo essa tecnologia para a educação poderia afetar negativamente o desenvolvimento das crianças.

(Metodologia) Este trabalho foi baseado nos artigos “O uso das tecnologias na educação como ferramentas de aprendizado”, Palavras-chave: Ensino a distância. Tecnologia na educação. Qualificação Docente. “Tecnologia na educação: contexto histórico,papel e diversidade” Palavras-chave: Tecnologia. Educação. Diversidade. Sociedade. “A importância do uso das tecnologias no processo de ensino-aprendizagem”, “Tecnologia e educação: algumas considerações sobre o discurso pedagógico contemporâneo” Palavras-chave: Computador. Educação escolar. Discurso pedagógico. “A tecnologia como caminho para uma educação cidadã” Palavras-chave: Educação, tecnologia e cidadania.

(Resultados) A tecnologia deve ser uma grande parceira no método de aprendizagem, deixando um clima mais dinâmico, interativo para os alunos. Entre as principais tecnologias utilizadas no campo educacional, plataformas de ensino online, aplicativos educacionais, jogos educativos, dentre outras. Essas plataformas devem facilitar o entendimento para a geração atual já crescem conectados com as tecnologias. No entanto, também foram apontados desafios como a necessidade de formação adequada dos professores, garantia de acesso à tecnologia para todos os alunos e a adequação das tecnologias ao contexto e objetivo do ensino. É necessário que os educadores estejam dispostos às inúmeras mudanças que esse meio tecnológico pode trazer para o processo de aprendizagem, pois isso pode trazer um benefício para a formação dos alunos. Os benefícios como, a interação e participação em ambiente escolar, motivação dos alunos a estudar e o aumento do desenho acadêmico.

(Conclusão) A tecnologia vem se mostrando muito valioso para o crescimento da qualidade de ensino, possibilitando um clima mais dinâmico, interativo para os alunos. Ainda assim, é fundamental que os complexos educacionais atinjam na formação necessárias dos professores e garantam o acesso à tecnologia para todos os alunos.

Palavras-chave: Tecnologia educacional; desempenho acadêmico; inovação; aprendizagem.

ABORDAGEM TEÓRICA PARA PROJETOS COM ÊNFASE EM CONFORTO ACÚSTICO NO AMBIENTE ESCOLAR

Autor(es):

Nailma Cavalcanti da Cunha: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):

Debora Nogueira Pinto Florencio: Docente do UNI-RN

(Introdução) O ruído é considerado um problema de saúde pública, pela Organização Mundial da Saúde (OMS), a segunda maior causa de poluição do mundo, que permeia as atividades humanas 24h por dia. Em um contexto geral da arquitetura escolar, no ambiente de sala de aula, a alta intensidade do ruído pode dificultar e retardar o aprendizado. Essa exposição constante ao ruído no ambiente de ensino pode gerar consequências como, por exemplo, a baixa produtividade, falta de concentração, estresse e perda de sono aos alunos. Ao avaliar a importância do conforto acústico nesses espaços, tem-se que o planejamento prévio, a fim de evitar os problemas relacionados ao comportamento das ondas sonoras, é mais eficaz do que soluções para os corrigir.

(Metodologia) Os procedimentos metodológicos consistiram na coleta e análise de dados a respeito dos fatores acústicos, tais como isolamento, condicionamento e influência do ruído na qualidade de vida e no ambiente escolar. Além disso, o estudo das bibliografias escritas pelos autores Sylvio Bistafa, Davi Akkerman, Regio Paniago e Doris Kowaltowski foram indispensáveis para a abordagem teórica do tema.

(Resultados) Por fim, os resultados alcançados tratam de diretrizes para um base de pesquisa necessária ao projetista na compreensão de fatores que influenciam no campo da acústica escolar e de salas, sendo de obrigação ao respectivo, um estudo prévio e aprofundados das bibliografias apresentadas e compreensão dos conceitos que o conforto acústico aborda, como, por exemplo, entender a influência do Tempo de Reverberação no ambiente analisado.

(Conclusão) Dessa forma, ao avaliar a importância do conforto acústico e do seu planejamento prévio, conclui-se que esta área, precisa ser estudada, analisada e compreendida pelo arquiteto antes de ser aplicada ao projeto arquitetônico, pois não possuir uma base teórica a respeito do campo de estudo pode não causar melhorias qualificadas para o espaço ou afetá-lo negativamente, gerando desconforto aos usuários.

Palavras-chave: Arquitetura escolar; conforto acústico; acústica de salas.

ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA: CRIAÇÃO DE PROJETOS INCLUSIVOS

Autor(es):

*Pedro Tenderini Roseno: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Naraline Martins de Lima: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Lídia Melo de Andrade: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN*

Orientador(es):

*Camila Furukava: Docente do UNI-RN
Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN
Cristiane Clébia Barbosa: Docente do UNI-RN*

(Introdução) A arquitetura e o urbanismo se mostram como uma grande alternativa de acessibilidade, pois com ela é possível desenvolver edificações e espaços que apresentem meios de atender às necessidades de pessoas com deficiência, sejam físicas ou mentais, visando uma maior inclusão social desses indivíduos na nossa sociedade. Na existência de um maior reconhecimento sobre o tema, é de se esperar que ocorra um aumento quantitativo e significativo no foco da criação de projetos que sejam voltados para as pessoas com deficiência.

(Metodologia) Trabalho baseado em levantamento bibliográfico com busca em bases de dados científicos, como Google Acadêmico e Scielo. Foi realizada a seleção de cinco artigos, todos relacionados à inclusão social de pessoas com deficiência no meio arquitetônico. De maneira geral, os critérios necessários para a seleção dos artigos era que o tema em questão, desenvolvimento de acessibilidade em projetos, fosse mencionado de forma explícita, comentando sobre como a arquitetura atua no tema e os problemas presentes atualmente.

(Resultados) Considerando o mapeamento dos artigos estudados, é possível evidenciar que ainda há muitas barreiras arquitetônicas, gerando muita exclusão social de pessoas com deficiência, não só em edificações mal arquitetadas, mas também das vias públicas que inviabilizam o trânsito livre e a autonomia desses indivíduos. Apesar disso, algumas instituições de ensino possuem em sua grade curricular disciplinas voltadas para a acessibilidade e desenho universal, assim sendo possível graduar arquitetos aptos, com o devido conhecimento e a responsabilidade social para criarem uma arquitetura inclusiva para todos. Além disso, mesmo havendo legislação o governo ainda precisa aplicá-las de forma plena, para que enfim problema seja solucionado.

(Conclusão) Como abordado nos artigos, mostrou-se evidente que ainda é necessário o rompimento com as barreiras que inviabilizam a parcela da sociedade que apresenta certas deficiências. Como apresentado, é importante que haja mais complemento de ensino em matérias do curso arquitetônico (lacunas que deixam a desejar) focando ainda mais em pessoas com necessidades especiais. Concluiu-se que a abordagem do tema acessibilidade seja mais acolhidas e, através de métodos e pesquisas aprofundadas, baseados no cotidiano de pessoas com deficiências físicas, criem ainda mais soluções palpáveis, assim podendo tornar sólida a construção de um país que promova estruturas aptas para os cidadãos.

Palavras-chave: Acessibilidade; pessoa com deficiência; integração social; arquitetura inclusiva.

ANÁLISE DE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO, TENDO COMO MODELO EM ESCALA UMA MAQUETE 3D

Autor(es):

*Lara Beatriz Magalhães Lisbôa: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Letícia Brenda Santos Silva: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Samerson Mayke Oliveira Costa: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN*

Orientador(es):

Werner Farkatt Tabosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) Este trabalho visa promover uma análise de levantamento topográfico com base em maquetes 3D é uma abordagem inovadora que combina tecnologia e precisão para avaliar o terreno de forma detalhada. Nesse método, uma maquete em escala tridimensional representará a superfície do terreno escolhido, permitindo uma análise mais visual e abrangente das características geográficas. Além disso, essa técnica proporciona uma compreensão mais intuitiva das áreas mapeadas para futuros estudos.

(Metodologia) A metodologia deste projeto será dividida em três etapas: Análise dos dados: processar os dados coletados para gerar informações sobre as curvas de nível e as características do terreno, identificando pontos altos, baixos e declives acentuados. Planejamento da maquete: Desenvolver um plano detalhado para a construção da maquete física, considerando os materiais necessários e a escala apropriada para representar com precisão o terreno. E por último, a execução: a maquete física será elaborada levando em consideração a escala adequada para assegurar a precisão das proporções e dos detalhes topográficos. Materiais como espuma, papel paraná, resina e cola serão cuidadosamente selecionados de acordo com as especificidades do projeto, priorizando critérios de durabilidade, precisão e estética visual, para uma boa execução.

(Resultados) Os resultados desse trabalho são de extrema importância, essa abordagem permite uma compreensão profunda da topografia, infraestrutura e características naturais do local, identificando oportunidades de design, otimização de recursos e mitigação de desafios. Os resultados fornecem uma base sólida para o entendimento de um planejamento de espaços urbanos mais eficientes, atraentes e funcionalmente integrados, contribuindo para uma melhor qualidade de vida para os residentes e um ambiente urbano mais equilibrado. Além disso, a capacidade de visualização oferecida pela maquete topográfica facilita a visualização das curvas de níveis do terreno.

(Conclusão) Em síntese, a análise de uma gleba, empregando uma maquete topográfica como ferramenta, representa uma abordagem eficaz e abrangente para o estudo do relevo de áreas. Essas maquetes proporcionam uma representação tridimensional precisa do terreno, auxiliando na identificação de padrões, áreas críticas e potenciais desafios para o planejamento do projeto. Além disso, permitem a visualização e comunicação eficaz de dados geoespaciais complexos, facilitando a tomada de decisões informadas por parte de urbanistas, engenheiros e gestores públicos.

Palavras-chave: Topografia; tridimensional; terreno.

ANÁLISE TOPOGRÁFICA DE UMA GLEBA UTILIZANDO UMA MAQUETE COMO FERRAMENTA DE ESTUDO

Autor(es):

Nathalia Lorena Lopes da Costa: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN Ana Luise de Medeiros Annes: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN Giuliana dos Santos Siqueira: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN Bárbara Tereza Cortês de Carvalho: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):

Werner Farkatt Tabosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho tem como propósito central a construção de uma maquete topográfica, uma representação física que possibilitará uma visão tridimensional detalhada do terreno ou loteamento em análise. Essa maquete não é apenas uma representação estilizada, mas uma ferramenta valiosa para compreender as características do terreno, incluindo seus desníveis e formas topográficas. Essa representação física, que oferece uma perspectiva mais realista, é particularmente valiosa no contexto educacional, pois proporciona aos estudantes de arquitetura e urbanismo uma compreensão mais profunda e tangível do local em estudo.

(Metodologia) O método escolhido para a construção da maquete envolve a utilização de camadas de material colorido, cada uma representando um nível diferente do terreno. Essas camadas são sobrepostas de acordo com as curvas de nível presentes na planta topográfica, permitindo uma representação clara e visualmente impactante das características do terreno. A seleção do material apropriado é fundamental, sendo importante que seja fácil de manusear para recortes, colagens e moldagens. A espessura das camadas deve ser adequada para representar com precisão a altura de cada curva de nível da planta topográfica, garantindo uma representação fiel e informativa.

(Resultados) Essa abordagem tridimensional não apenas facilita a compreensão do local em questão, mas também destaca a relevância da análise topográfica em diversos contextos, incluindo o planejamento urbano, a construção de infraestruturas e a conservação ambiental. É fundamental reconhecer que a topografia é uma disciplina fundamental em áreas como geografia, engenharia civil e arquitetura, desempenhando um papel vital na tomada de decisões relacionadas ao uso do solo, ao desenvolvimento urbano e à preservação do meio ambiente. A maquete, nesse sentido, não é apenas uma representação visual, mas uma ferramenta de ensino e divulgação valiosa. Sua apresentação no XXIII Congresso de Iniciação Científica (CONIC 2023) é uma oportunidade única para compartilhar os resultados dessa análise, destacando como a topografia é fundamental para o entendimento do ambiente físico e para a tomada de decisões informadas. Além disso, a participação em eventos acadêmicos desse tipo contribui para o enriquecimento do conhecimento na área, incentivando a pesquisa e o debate em torno das aplicações da topografia e da representação tridimensional.

(Conclusão) Em um mundo onde o crescimento urbano e a preservação do meio ambiente são desafios contínuos, a análise topográfica e a representação tridimensional do terreno desempenham um papel crítico na busca por soluções equilibradas. Portanto, esse trabalho não é apenas uma exploração acadêmica, mas uma contribuição prática que pode influenciar positivamente o planejamento urbano, a gestão de recursos naturais e a tomada de decisões relacionadas ao desenvolvimento sustentável. A construção da maquete é, assim, uma jornada que transcende a sala de aula, levando o conhecimento teórico para um nível prático e inspirando outros a considerar a importância da topografia em nosso mundo em constante evolução.

Palavras-chave: Texto; topografia; maquete.

ANTEPROJETO ARQUITETÔNICO DE UM COMPLEXO MULTIFUNCIONAL NO BAIRRO DA PRAIA DO MEIO, NATAL/RN.

Autor(es):

Karen Medeiros de Melo: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):

Debora Nogueira Pinto Florencio: Docente do UNI-RN

(Introdução) A arquitetura multifuncional é um conceito que busca misturar diferentes usos e funções a um mesmo espaço, a fim de criar cidades mais vivas, dinâmicas e inclusivas. Dessa forma, esta temática contempla edifícios que reúnem em seu espaço diversos usos distintos como comercial, lazer, espaços corporativos e entre outras possibilidades. O presente trabalho faz um recorte teórico sobre a arquitetura multifuncional e suas tipologias de ambientes, como também o estudo sobre a iluminação natural, a fim de aprimorar a captação das pessoas ao espaço e a aplicação de materiais que permitem uma maior incidência da luz.

(Metodologia) Para o desenvolvimento investigatório, esta pesquisa será de natureza básica, a fim de gerar conhecimentos para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista, com abordagem qualitativa e de procedimentos exploratórios e explicativos, com base em procedimentos técnicos de pesquisas bibliográficas, compreendendo o método científico dedutivo. Diante disso, o processo metodológico será dividido em quatro etapas. A primeira apresenta o referencial teórico conceitual, em que por meio de pesquisas em livros e artigos desenvolve os conteúdos da arquitetura multifuncional e suas tipologias e o estudo dos conceitos da luz natural e estratégias de iluminação. Em seguida, há a abordagem sobre as referências projetuais com estudos diretos e indiretos. Já na terceira etapa, consiste no estudo referente às condicionantes de projeto, com a identificação do local e sua história, os aspectos físicos e ambientais do terreno escolhido, os aspectos urbanísticos e as condicionantes legais vigentes da área. Na última etapa, contemplará todas as informações sobre o produto final, além dos documentos necessários para o entendimento da proposta arquitetônica, como plantas, cortes, fachadas e imagens.

(Resultados) Logo, foi possível observar que a arquitetura multifuncional tem bastante importância para o desenvolvimento da cidade, permitindo a sua integração com o meio urbano e estimulando novos usos para a região. Por conseguinte, uma edificação multifuncional visa a melhoria da infraestrutura urbana, melhor segurança pública, maior relação da população com os espaços públicos e aumento da economia local. Além disso, aliar essa temática ao estudo da luz natural e as estratégias de iluminação proporcionam ao projeto um diferencial, pois aprimora a qualidade do espaço, diminui o consumo energético do edifício e evita no usuário problemas como ofuscamento e contraste, melhorando a qualidade de bem-estar do mesmo.

(Conclusão) Considerando os aspectos da temática proposta, os objetivos propostos foram cumpridos com base na análise das características e condições morfológicas do terreno. É importante ressaltar que o propósito dessa pesquisa foi promover maior funcionalidade e bem-estar à população local. Assim, a fundamentação metodológica foi a base inicial deste estudo, seguida de referências empíricas e análise da área de intervenção. Logo, investimentos públicos em infraestrutura, comércio e lazer podem contribuir para melhorar a realidade da população local. Portanto, entende-se que a inserção do complexo multiuso terá impactos positivos na região.

Palavras-chave: Arquitetura multifuncional; complexo multiuso; iluminação natural; estratégias de iluminação natural.

ANTEPROJETO ARQUITETÔNICO DE UM EDIFÍCIO CORPORATIVO, COM FOCO NO BEM-ESTAR DOS COLABORADORES, NA CIDADE DE NATAL-RN

Autor(es):

Edna Hellen de Oliveira: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):

André Felipe Moura Alves: Docente do UNI-RN

(Introdução) Nesse estudo a relevância da arquitetura como o meio resolutivo para transformações organizacionais estratégicas, tendo como ponto de partida a ampliação da perspectiva sobre o ambiente corporativo e sua capacidade de gerar a todos os envolvidos, uma melhoria na flexibilização dos negócios, no bem-estar e na sensação de pertencimento, aumentando o acesso e a retenção de talentos, assim potencializando o valor da própria empresa. Abordando questões como biofilia, iluminação natural, ventilação, conforto e uso de madeira laminada cruzada, para que assim haja a compreensão como a integração desses temas podem influenciar no comportamento dos usuários e quais os benefícios podem proporcionar a médio e longo prazo. Desse modo, o projeto irá contribuir para a transformação dos espaços com o intuito de promover bem-estar, incentivar o equilíbrio emocional, físico e cognitivo, através da idealização de ambientes que encorajem e direcionem comportamentos dos colaboradores. Propondo a transformação dos ambientes, a fim de oportunizar novas sensações e gerar resultados estratégicos. Para que isso se torne factível, será necessário, compreender a atuação da arquitetura corporativa, reconhecer através de pesquisas bibliográficas estudos referentes à sustentabilidade, design biofílico e a implementação da arquitetura corporativa de forma disruptiva, abordar sobre o uso da Madeira Laminada Cruzada: Cross Laminated Timber (CLT), destacando sua resistência, aparência, versatilidade e sustentabilidade, analisar referenciais projetuais com o mesmo tema deste trabalho para melhorar o desenvolvimento, valorizar a relação de pertencimento dos colaboradores através do uso da missão, valores e visão difundidos pela empresa.

(Metodologia) Por meio de uma abordagem qualitativa, considerando a existência de uma situação - problema e como está inserida no cotidiano. Com objetivo exploratório quanto explicativos, pois se utiliza de uma pesquisa bibliográfica, através de livros, artigos, normas e teses. Pesquisa de campo exploratória indireta, através do Google Earth e exploratória direta com visita in loco na área de intervenção. Se caracterizando assim de caráter qualitativo, por identificar e explorar o motivo pelo qual ocorre o problema descrito.

(Resultados) Expondo uma arquitetura disruptiva para um modelo de escritório corporativo que integre o uso do design biofílico e o uso da madeira laminada cruzada nos espaços. Acrescentado assim uma estética que proporcionou uma releitura de valores, missão e cultura estabelecida pelo escritório multifuncional que irá compor os espaços, com muita funcionalidade, flexibilidade e amplitude. Além da integração dos ambientes a relação com o entorno também foi pensada, para torne o edifício um lugar de experiências, inovações e muito trabalho colaborativo.

(Conclusão) A proposta se mostrou pertinente à Arquitetura e à sociedade por abordar soluções de conforto a partir da aplicabilidade do design biofílico e de uma métrica sustentável para construção com o uso de CLT, sendo diferenciadas para o meio empresarial onde o colaborador/usuário é o principal enfoque em uma arquitetura que busca impactar com os estímulos sensoriais e com a produção de espaços saudáveis, produtivos, multidisciplinares e restauradores. O do trabalho foi cumprido de forma satisfatória com a realização de um espaço corporativo para a cidade de Natal/RN utilizando os princípios do Design Biofílico e o uso da Madeira Laminada Cruzada, na criação de uma experiência congruente e profusas estratégias.

Palavras-chave: Arquitetura corporativa; design biofílico; bem-estar; madeira laminada cruzada.

ANTEPROJETO ARQUITETÔNICO DE UMA GALERIA COMERCIAL COM O PRINCÍPIO DA CONSTRUÇÃO MODULAR

Autor(es):

Lucas Daniel Pereira dos Santos Dantas: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):

Sandra Albino Ribeiro: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente estudo é referente a um Trabalho de Conclusão do Curso de Arquitetura e urbanismo do UNI-RN. Diante disso, tem como tema a arquitetura modular com foco no uso de container, resultando em um estudo e concepção de proposta de um anteprojeto arquitetônico de uma galeria comercial no bairro de Nova Parnamirim, no município de Parnamirim/RN. A problemática da pesquisa é relacionada aos impactos ambientais na construção civil e a carência da população parnamirinese por espaços comerciais e de convivência. Ademais, para elaboração do referencial teórico foi utilizado artigos e livros que citavam sobre os conceitos básicos da sustentabilidade, os aspectos históricos e técnicos do container e uso desses módulos na arquitetura.

(Metodologia) A pesquisa é de abordagem qualitativa, exploratória e descritiva, com levantamentos e bases bibliográficas. Sendo assim, os objetivos específicos e gerais serão atingidos com a participação da metodologia hipotético-dedutivo. No decorrer dessa etapa foi realizada visita no local, tendo a finalidade de perceber o funcionamento do espaço, saber quais são as demandas necessárias dos indivíduos e os pontos de melhorias para a região. Dessa forma, obteve opiniões, sugestões e visões de vivências do público com o espaço, trazendo contribuições necessárias para a construção da proposta. Ademais, ocorreu a realização do levantamento arquitetônico na localidade de futura intervenção, acompanhada por trena a laser, trena manual, prancheta, papel, caneta e câmera fotográfica para obtenção das informações arquitetônicas existentes. Durante essa fase foram desenvolvidos estudos de referências relacionadas à arquitetura comercial e construções modulares em três parâmetros de localização, o primeiro será de classe internacional, o segundo em nível nacional e por último o exemplo local. Acrescenta-se, as análises das condicionantes ambientais e físicas, baseadas nas legislações locais - Plano diretor de Parnamirim, Código de obras de Parnamirim, NBR 9050:2020 e Código de Segurança e Prevenção Contra Incêndio e Pânico do Rio Grande do Norte. Outro parâmetro utilizado nessa fase, são as pesquisas bibliográficas de artigos, teses, dissertações e livros relacionados à temática para o aprofundamento do conhecimento. Ademais, obteve também informações com arquitetos que trabalham com a área de construção modular e comercial para saber como funciona na prática.

(Resultados) O desenvolvimento do anteprojeto arquitetônico da galeria comercial, resultou em um layout com dinâmica de fluxo eficiente entre os espaços e os usuários, onde ocorreu uma distribuição dos containers cuidadosamente planejada para otimização dos espaços disponíveis. Dessa maneira, foram realizado definição de setorização das lojas, área de convivência e circulação comum para ter uma boa contextualização dos usos entre os espaços. Em relação a sustentabilidade, apresentou resultados positivos, pois tem o reaproveitamento de materiais na construção que diminui os resíduos no meio ambiente e contribui para a eficiência energética.

(Conclusão) Conforme apresentado, o projeto arquitetônico desenvolvido com módulos de containers traz conceitos relacionados a sustentabilidade, pois durante o processo construtivo gera menor quantidade de resíduos, permitindo ter menor impacto ambiental. Ademais, os módulos têm características relacionadas a flexibilidade na montagem e desmontagem, sendo possível criar espaços modernos e personalizados de acordo com o estilo da construção.

Palavras-chave: Container; sustentabilidade; galeria comercial.

ANTEPROJETO DE UM COMPLEXO DE ESPORTES ELETRÔNICOS EM NATAL/RN

Autor(es):

Vinicius Eliel Cavalcante dos Santos: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):

Debora Nogueira Pinto Florencio: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) se concentra na temática da Arquitetura Esportiva, com foco nos Esportes Eletrônicos, em conformidade com as diretrizes do Centro Universitário do Rio Grande do Norte. Os jogos eletrônicos, que surgiram no século XX, experimentaram um notável crescimento até o presente, com estimativas de 1,1 bilhão de jogadores de computador e 611 milhões de jogadores de videogames em 2022 (NEWZOO, 2023). Esse crescimento levou à ascensão dos jogos competitivos, agora conhecidos como Esportes Eletrônicos ou e-sports, acompanhados por uma comunidade apaixonada de "Comunidade Gamer". À medida que a audiência global cresce, projetos arquitetônicos voltados para os Esportes Eletrônicos, como arenas e centros de treinamento, tornam-se necessários. Este TCC escolhe como objeto de estudo um Complexo de Esportes Eletrônicos em Natal/RN, motivado por razões pessoais, sociais, profissionais e inovativas. A dimensão pessoal reflete o impacto dos Esportes Eletrônicos na vida do autor, estimulando o interesse no tema. Em um contexto social, o projeto oferece entretenimento acessível e potenciais parcerias públicas para promover os Esportes Eletrônicos e a educação por meio dos jogos eletrônicos. Profissionalmente, o crescente setor de e-sports cria oportunidades para diversas carreiras. Além disso, o projeto é inovador e pode transformar Natal em um polo de Esportes Eletrônicos. A estrutura do trabalho está dividida em 5 partes, excluindo a introdução: o capítulo 2, Referencial Teórico, capítulo 3, Referencial Empírico, capítulo 4, Levantamento de dados sobre público e suas preferências, capítulo 5, Área de Intervenção e suas Condicionantes Projetuais e por último o capítulo 6, Proposta Arquitetônica.

(Metodologia) A metodologia adotada inclui pesquisa básica, abordando tanto aspectos quantitativos quanto qualitativos. A estrutura do trabalho abrange cinco capítulos, além desta introdução, abordando o referencial teórico, referencial empírico, levantamento de dados sobre o público e suas preferências, a área de intervenção e suas condicionantes projetuais, bem como a proposta arquitetônica.

(Resultados) A partir das pesquisas e estudos realizados, esse trabalho teve como resultado a criação de um anteprojeto de um complexo de esportes eletrônicos com espaços voltados para diferentes tipos de atividades, como espaço de lan house, coworking, arena, exposição, loja etc. Além disso, trouxe o projeto de uma construção moderna e tecnológica integrada com a natureza.

(Conclusão) A realização desse trabalho de conclusão de curso (TCC) trouxe bastante aprendizado por meio das pesquisas e estudos, além de trazer um desafio de projetar algo novo. Com isso, todo o processo de estudo e de projeção resultou em um projeto estruturado e em novos aprendizados para o autor.

Palavras-chave: Arquitetura esportiva; esportes eletrônicos; tecnologia; arquitetura para esportes eletrônicos; arena.

ANTEPROJETO DE UM HOTEL BOUTIQUE: UM NOVO CONCEITO DE HOTELARIA NO MUNICÍPIO DE SERRA DE SÃO BENTO

Autor(es):

Maria Clara Aguiar dos Santos: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):

André Felipe Moura Alves: Docente do UNI-RN

(Introdução) Dentre os temas que se enquadram nas exigências de pertinência para um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Arquitetura e Urbanismo, o trabalho seguinte será desenvolvido no âmbito de Hotelaria combinando com a sustentabilidade, sendo assim classificando o tema como Arquitetura Hoteleira com estratégias sustentáveis. O objeto de estudo do presente trabalho será um hotel boutique com práticas sustentáveis; visando explorar o desenvolvimento do projeto de hospedagem que combinem as exigências do mercado hoteleiro com as demandas sociais e ambientais, visando a sustentabilidade. O anteprojeto terá como base a experiência exclusiva dos hóspedes com o luxo, design e originalidade oferecidos pelo ambiente. Além de buscar explorar o potencial da arquitetura hoteleira como agente de mudanças positivas para o meio ambiente e a sociedade, propondo soluções criativas e inovadoras que promovam a sustentabilidade em todas as fases do projeto.

(Metodologia) A metodologia deste trabalho tem como natureza a pesquisa básica, uma vez que busca desenvolver novos conhecimentos sobre a temática proposta. A forma de abordagem adotada é tanto quantitativa quanto qualitativa, sendo que a primeira se concentra na coleta e análise de dados numéricos, enquanto a segunda busca a compreensão de fenômenos e experiências vivenciadas pelos sujeitos envolvidos na pesquisa. O objetivo desta pesquisa é descritivo, uma vez que busca descrever e analisar as características e possibilidades de implementação de um hotel boutique com práticas sustentáveis na região de Serra de São Bento, no estado brasileiro do Rio Grande do Norte. Para atingir esse objetivo, será adotado o método científico dedutivo, que consiste na formulação de hipóteses a partir de teorias e conceitos existentes e na realização de testes empíricos para verificar a validade dessas hipóteses. Assim, serão realizadas pesquisas bibliográficas para embasar e fundamentar a temática a ser desenvolvida neste trabalho, buscando utilizar como referência arquitetos renomados, livros e artigos relevantes na área.

(Resultados) O anteprojeto deste hotel boutique irá buscar aliar o conforto e o requinte com a sustentabilidade ambiental e a valorização da cultura local. A arquitetura adotada buscará harmonizar com a paisagem natural, incorporando elementos locais e materiais sustentáveis. O projeto irá contemplar a utilização de técnicas construtivas modernas que permitem o uso de materiais renováveis, a captação de energia solar e o reaproveitamento de água. A estrutura do hotel será planejada de forma a minimizar os impactos ambientais e a maximizar a eficiência energética.

(Conclusão) Este trabalho propõe o desenvolvimento de um anteprojeto arquitetônico de um hotel boutique em Serra de São Bento/RN, que integra elegância e sustentabilidade. Ao unir as demandas do mercado hoteleiro com a responsabilidade ambiental e o respeito pela cultura local, esta pesquisa busca uma harmonia entre conforto, requinte e práticas sustentáveis. O projeto adota técnicas modernas de construção e utiliza materiais renováveis, energia solar e reutilização da água, com foco na eficiência energética. O anteprojeto também se esforça para minimizar impactos ambientais, enquanto maximiza a experiência dos hóspedes, resultando em uma proposta que atende às necessidades contemporâneas de luxo, inovação e sustentabilidade.

Palavras-chave: Hotel boutique; Serra de São Bento; projeto arquitetônico; sustentabilidade; integração com a natureza.

ANTEPROJETO DE UM STÚDIO DE ARTE E CULTURA DE APOIO A ARTISTAS INDEPENDENTES LOCAIS NA CIDADE DE NATAL

Autor(es):

Amanda Granjeiro Lopes Barreto: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):

Suerda Campos da Costa: Docente do UNI-RN

(Introdução) Falta no Brasil uma melhor apreciação pela sua cultura de massa e um maior enaltecimento as produções artísticas de menores escalas, tais como: pintores, escultores, costureiras, dançarinos, músicos independentes, crocheteiros, entre diversos outros produtores de artesanato. Nesta motivação, o objeto de estudo é um anteprojeto de um Studio de Arte e Cultura que trabalham técnicas de iluminação natural e táticas de permeabilidade visual, que fornece apoio a artistas independentes locais possibilitando também uma maior visibilidade e melhor entendimento perante a criação da arte potiguar. O Studio de Arte e Cultura em questão está localizado no bairro de Areia Preta onde se concentra o polo do consumo das diversas modalidades de arte em Natal no Rio Grande do Norte.

(Metodologia) Essa pesquisa tem como natureza exploratória e descritiva com o intuito de realizar o máximo de pesquisas bibliográficas e estudos de caso junto a uma coleta de dados que será feita por meio da aplicação de um questionário e observação sistemática. Dessa forma, será tido como base o método científico dedutivo e fenomenológico.

(Resultados) Diante de todos os estudos feitos, foi elaborado o projeto do complexo artístico: MUSA no terreno em questão com aproximadamente 3200 m². O projeto conta com pavimento térreo e pavimento superior, sendo estrategicamente setorizado em áreas para aqueles interessados em arte e cultura (no pavimento térreo) e um área mais exclusiva e particular para os artistas produzirem (localizada no pavimento superior). O edifício contém uma área construída de 2450 m².

(Conclusão) Levando em consideração os estudos feitos de referências e as análises de condicionantes legais e ambientais do terreno que abriga aproximadamente 3000m² (três mil metros quadrados) localizado no bairro de Areia Preta, mais especificadamente na conhecida popularmente como "Ponta do Morcego". Além disso, a formulação do projeto do Studio e galeria foram pensadas no embasamento do entendimento de cultura e na teoria de ambientes restauradores para que os ambientes contidos neste consigam ser livres de estresse e que possibilitem o foco na produção artística. Por fim, seguindo o conceito de permeabilidade visual, o edifício acompanha os pilares da integração entre ambientes e a conexão do externo com o interno promovendo uma incorporação da cidade com o edifício, além de também inserir a paisagem natural marítima na arquitetura do projeto.

Palavras-chave: Cultura; Areia Preta; galeria; estúdio; permeabilidade.

ANTEPROJETO DE UMA ACADEMIA NA PRAIA DA PIPA-RN: PROPOSTA DE INTEGRAÇÃO COM A NATUREZA PARA PROMOVER O LAZER E TURISMO

Autor(es):

Andre Costa de Souza: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):

Debora Nogueira Pinto Florencio: Docente do UNI-RN

(Introdução) As academias de musculação e lazer têm desempenhado um papel fundamental na promoção da saúde e bem-estar da população (SIMÕES, C. et al., 2012). Com o aumento do sedentarismo e dos problemas de saúde associados a ele, a busca por espaços adequados para prática de atividades físicas tornou-se uma necessidade (PRÓ-VIDA, 2017). Esses estabelecimentos têm se consolidado como importantes centros de convivência/socialização, além da busca por qualidade de vida. Encontrando não apenas um local para exercitar o corpo, mas também um espaço para interação, sendo eles voltados para saúde/lazer, condicionamento físico. Apesar disso e os inúmeros benefícios proporcionados pelas academias, algumas problemáticas relacionadas ao conforto têm sido observadas e merecem a busca por soluções. Dentre elas, desafios para a obtenção de um ambiente visualmente e sensorialmente agradável, na qual proporcione melhor experiência para os usuários. Além disso, a falta da integração com a natureza também é uma problemática que merece atenção. Muitas academias são projetadas sem considerar a conexão com o ambiente natural, o que resulta em espaços fechados e sem presença de elementos que podem trazer benefícios para o bem-estar dos frequentadores. Para Eurofarma (2022), por exemplo, a prática de atividades físicas em ambientes abertos traz melhorias como o aumento do foco, disposição e concentração.

(Metodologia) O processo de metodologia é dividido em quatro etapas principais. A primeira será dedicada à utilização de referencial teórico, embasando o projeto em academias e no uso da integração com a natureza, realizando pesquisas em artigos, portais de notícias para um melhor entendimento em ambas as áreas. Na segunda, inicia-se a análise de referenciais projetuais de academias nacionais e internacionais, visando uma compreensão mais aprofundada do funcionamento delas. A terceira etapa consistirá na consideração das condicionantes projetuais, incluindo pesquisas com a população local, estudo da área do terreno selecionado e análise das condicionantes ambientais e legais. A quarta etapa será dedicada à proposta arquitetônica, incorporando as informações e aprendizados das fases anteriores, com o foco em criar um anteprojeto que se adequa às necessidades/características da Praia da Pipa.

(Resultados) O resultado contribuirá para o desenvolvimento de uma academia inovadora e integrada à natureza, capaz de promover o bem-estar, lazer e turismo na região. Além do anteprojeto, a pesquisa realizada no trabalho também poderá servir como base para novos projetos e estudos.

(Conclusão) O anteprojeto e pesquisa oferece uma contribuição para o aprimoramento e inovação das academias na Praia da Pipa e região através dos estudos realizados. A integração com a natureza visa atender as necessidades físicas e psicológicas dos frequentadores, promovendo o bem-estar e lazer.

Palavras-chave: Academia; integração com a natureza; arquitetura esportiva; conceito aberto; Tibau do Sul/RN.

ANTEPROJETO DE UMA GALERIA COMERCIAL COM O USO DA ESTRUTURA METÁLICA NO MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM-RN

Autor(es):

Nathália Oliveira de Melo Vieira: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):

Suerda Campos da Costa: Docente do UNI-RN

Anderson Albino Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho faz uma análise teórica a respeito da arquitetura comercial, assim como a valorização do ambiente ao ar livre, além do estudo no uso do aço no sistema construtivo. Com isso busca responder: como o espaço comercial pode contribuir para o desenvolvimento local e, ao mesmo tempo, promover práticas sustentáveis que beneficiem o meio ambiente. Sendo crucial explorar estratégias e artifícios que possam ser aplicados no contexto específico, de modo a maximizar os impactos positivos e criar uma sinergia entre o progresso econômico e a preservação ambiental.

(Metodologia) Para o projeto foi utilizada a abordagem qualitativa, com a realização de pesquisas de referências projetuais locais, nacionais e internacionais, legislações, condicionantes legais e ambientais, entrevistas com arquitetos locais e normas regulamentadoras, além de livros, revistas, e artigos que abordam esta temática.

(Resultados) Parnamirim por ser uma cidade que está em constante crescimento, o terreno escolhido para a construção da galeria comercial possui localização estratégica próxima a áreas residenciais e vias de transporte, visando atender ainda mais o mercado local e a falta de espaços comerciais. Oferecendo fácil acesso a pedestres e veículos. Com o embasamento teórico e a análise das obras existentes pesquisadas, o projeto se encontra em andamento, com definição de implantação e dimensionamento das lojas, assim como as escolhas dos materiais construtivos. Resultando em lojas comerciais dispostas em 6 módulos, com a presença de espaços gastronômicos e para lojas de diversos nichos diferentes, a estrutura em aço, traz alta resistência, garantindo a segurança dos ocupantes e a durabilidade do empreendimento, distribuindo os pilares da estrutura metálica em locais estratégicos viabilizando a flexibilidade das lojas, inserindo nas divisórias paredes em drywall. Além da realização de plantas baixas detalhadas, elevações e renderizações que apresentam estética diferenciada da galeria comercial.

(Conclusão) Dessa forma, a da galeria comercial busca integrar ambientes abertos e fechados, trazendo leveza em sua estética, flexibilidade com vão mais livres, proporcionando espaços dinâmicos e amplos para os usuários.

Palavras-chave: Arquitetura comercial; aço; ambiente aberto; integração; materiais sustentáveis.

ARQUITETURA COMO TESTEMUNHA DO PASSADO

Autor(es):

Iris Alexandrino Santos: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Bruna Assunção Pinheiro: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Maria Luisa Almeida Freire de Andrade Cabral: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Giovanna Drummond Araújo Teixeira: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Fabricia Caroline da Silva: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):

Camila Furukava: Docente do UNI-RN
Cristiane Clébia Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) O tema da pesquisa tem como foco enfatizar a importância da história, atrelada à arquitetura, na criação de projetos, no desenvolvimento urbano e na preservação de patrimônios. O modernismo foi um dos conceitos presente em diversos artigos estudados, e tem uma grande importância ao estudar a história da arquitetura, pois intensifica a transformação do passado, e difunde novo estilo arquitetônico, capaz de idealizar, desenvolver novos tipos de construção e consequentemente, acompanhar o crescimento da sociedade. Dessa forma, nesse período modernista, desbravou-se uma evolução clara da arquitetura, que tinha o intuito de gerar novos projetos “originais”, e apagar um pouco dessa história. A partir disso, vários estudiosos, historiadores e arquitetos, como Jean Debret e Manuel Bandeira, contribuíram ao mostrar a relevância das “raízes históricas” da arquitetura, e criar nitidez dos períodos e épocas, mostrando suas características. Hoje, tenta-se quebrar com a sinergia existente entre projetos criados no mesmo espaço e em tempos distintos, que demarcam cada momento arquitetônico da história, rompendo assim, a falsa ideia de que cada profissional precisaria criar coisas totalmente inovadoras, estimulando também uma cultura preservacionista dos patrimônios históricos e sua valorização.

(Metodologia) A partir dos resultados recolhidos pela pesquisa, consideramos que cada período arquitetônico carregada consigo uma liberdade de criação e implica diretamente na transformação do mundo através dos espaços, tendo como exemplo o estilo modernista, que acompanha o crescimento tecnológico e social do mundo. Além disso, refletimos também quanto à finalidade da arquitetura, que deve atender as demandas das pessoas e de suas necessidades, bem como, conhecer e estudar a história, afim de que ela seja um auxílio para que em cada projeto se leve em consideração seu período e as necessidade de cada tempo.

(Resultados) A partir dos resultados recolhidos pela pesquisa, consideramos que cada período arquitetônico carregada consigo uma liberdade de criação e implica diretamente na transformação do mundo através dos espaços, tendo como exemplo o estilo modernista, que acompanha o crescimento tecnológico e social do mundo. Além disso, refletimos também quanto à finalidade da arquitetura, que deve atender as demandas das pessoas e de suas necessidades, bem como, conhecer e estudar a história, afim de que ela seja um auxílio para que em cada projeto se leve em consideração seu período e as necessidade de cada tempo.

(Conclusão) De acordo com o que foi apresentado, conclui-se que a história e a arquitetura caminham juntos, e é preciso que ela esteja devidamente presente na formação do arquiteto, afim de que contribua para que as necessidades de cada indivíduo sejam atendidas e para que se forme uma consciência de valorização acerca das heranças culturais.

Palavras-chave: Modernismo; preservacionismo; história; arquitetura.

ARQUITETURA CONTEMPOR NEA NORDESTINA: HIGH TECH SUSTENTÁVEL

Autor(es):

Maria Letícia Cunha de Medeiros: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Maria Fernanda Uchoa Wanderley: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Mariana de Araújo Figueiredo: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):

Yuri Simonini Souza: Docente do UNI-RN

(Introdução) A crescente demanda por eficiência e sustentabilidade na construção civil, a inovação em campos como a automação e técnicas estruturais têm desempenhado um papel significativo na preservação e na evolução dessas tradições vernaculares arquitetônicas. Diante disso, é possível destacar as formas tradicionais de construções como marco da arquitetura nordestina.

(Metodologia) A metodologia utilizada neste trabalho utiliza-se de pesquisa qualitativa por escritórios de arquitetura sediados no nordeste brasileiro em sites como o ArchDaily Brasil e Vitruvius, pesquisa bibliográfica em artigos e matérias pertinentes a este trabalho, de forma construtiva. Ao procurar escritórios de arquitetura, é possível encontrar aqueles que carregam consigo orgulho da herança nordestina conectada com o mundo pós-moderno como um de seus valores. O escritório Jirau Arquitetura, autores do projeto Casa Discreta, afirmam fazer “[...] daqui, do interior do estado de Pernambuco, uma arquitetura atendida e conectada com tudo que há de mais contemporâneo mundo afora”.

(Resultados) Salienta-se que a inovação e a sustentabilidade na construção civil se tornam cada vez mais relevantes. Dessa forma, destaca-se a automação como ferramenta poderosa para revitalizar e fortalecer a arquitetura nordestina, tornando-a mais sustentável e adaptável às necessidades contemporâneas. A alta tecnologia sustentável na arquitetura refere-se à utilização de avanços tecnológicos para criar edifícios e espaços eficientes em termos de energia, ecologicamente responsáveis e socialmente conscientes. Sistemas de automação e controle desempenham um papel fundamental na busca por edifícios mais eficientes e sustentáveis. Ao integrar tecnologia avançada na gestão dos recursos, otimiza-se o consumo de energia e a eficiência operacional de forma significativa. Uma de suas vantagens, é que a automação permite que o edifício se adapte dinamicamente a condições externas, como mudanças de temperatura, luminosidade e ventilação. Por exemplo, persianas motorizadas podem ajustar sua posição para manter uma temperatura interna confortável. Essa capacidade de resposta ativa resulta em uma redução substancial na necessidade de energia. Um exemplo notável, é a Estação Cabo Branco, que demonstra como a arquitetura contemporânea no Nordeste tem incorporado técnicas sustentáveis de construção e integração com o meio ambiente. Este centro cultural e tecnológico foi concebido considerando as nuances climáticas locais. A orientação dos edifícios e a seleção de materiais foram planejadas para otimizar a luz natural e ventilação, minimizando a demanda energética. Além disso, a Estação incorpora sistemas de captação de água da chuva, telhados verdes e soluções de eficiência energética. A partir da compreensão da arquitetura vernacular, adentramos no contexto da arquitetura contemporânea nordestina, um cenário que ressoa com tradições e inovações. Este emerge como um diálogo entre o passado e o presente, desafiando concepções e redefinindo os limites da criação habitacional na região.

(Conclusão) Ao explorar as características fundamentais da arquitetura vernacular na contemporaneidade nordestina, vislumbramos não apenas uma busca pela estética, funcionalidade e sustentabilidade, mas também um profundo respeito pela herança cultural que permeia cada projeto. Ainda que alguns questionem a aplicabilidade do termo "vernáculo" na língua portuguesa, propondo em seu lugar o vocábulo "popular", a consagração e relevância dele no contexto da arquitetura permanece válida. Este termo, enraizado na tradição, transcende as barreiras do tempo, revelando-se como uma linguagem arquitetônica viva e em constante evolução. No entanto, na arquitetura contemporânea nordestina, somos desafiados a repensar e ampliar os horizontes conceituais, reconhecendo que, nesta paisagem criativa, a tradição não é uma âncora, mas um ponto de partida para a inovação e a expressão singular.

Palavras-chave: Arquitetura nordestina; arquitetura high-tech; vernacular.

ARQUITETURA E O AMBIENTE PEDAGÓGICO: PADRÕES E EXCEÇÕES

Autor(es):

*Valentina Maria Cure de Carvalho: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Giovana Torres Andrade: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN*

*Eider Guilherme dos Santos Cruz: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Melissa Bezerra da Silva: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN*

Mirela Costa e Silva: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):

Yuri Simonini Souza: Docente do UNI-RN

(Introdução) O espaço escolar deve ser entendido como um elemento ativo e vital da aprendizagem, tendo, assim, papel central com uma arquitetura que orne em acordo com a didática aplicada pela instituição de ensino. Deste modo, o entendimento do ambiente de aprendizado como adequado perpassa pela qualidade física, estrutural e arquitetônica, sendo decisivo e fundamental para auxiliar a aprendizagem, o desenvolvimento individual e bem-estar dos discentes e docentes.

(Metodologia) Pesquisa acadêmica embasada por levantamento bibliográfico por meio dos bancos de pesquisas científicas Google Acadêmico e SciELO pertinentes ao tema, tais como, o livro "Arquitetura escolar: o projeto do ambiente de ensino" (2011) e a dissertação acadêmica de Mario Fernando Petrilli (2012). O suporte para a analisar projetos arquitetônicos escolares foi Archdaily, com foco em descritores como: escola, arquitetura, ensino, espaços verdes e iluminação. Os critérios de inclusão contemplaram a respeito da influência da arquitetura no ambiente educacional adaptada à metodologia de ensino e o seu impacto positivo no desenvolvimento interpessoal e educativo de alunos e professores. Quanto aos critérios de exclusão, entende-se que os temas relacionados à escolha de educadores e a matriz escolar de escolas não foram consideradas válidas para o desenvolvimento deste estudo.

(Resultados) Após análises investigativas e projetuais acerca das informações apresentadas, tem-se como resultado, que ambientes escolares com maiores dimensionamentos, cores aconchegantes, conectados à natureza, com iluminação e ventilação natural, auxiliam na melhor qualidade de ensino estudantil. Kowaltowski (2011) argumenta que o ambiente físico em que ocorre o processo de ensino-aprendizagem é muito mais do que um mero local para atividades educacionais; ele é uma parte ativa do processo pedagógico. Nesse contexto, a ergonomia e funcionalidade dos espaços desempenham um papel crucial. A autora sustenta que as escolas precisam ser flexíveis para acomodar diferentes estilos de ensino e atividades ao longo do tempo. Igualmente, enfatiza a importância de uma arquitetura adequada, organizada e funcional nas instalações escolares, com a redução de ruídos e maior contato com a natureza para reduzir o estresse urbano. Em consequência a isso, torna o ambiente escolar mais relaxado, melhora a absorção do conteúdo ensinado e, como resultado, transforma a escola em um local mais eficaz para a aprendizagem. Outrossim, como referência, é possível citar o sistema educacional de Maria Montessori, médica italiana, que enfatizava a liberdade e a autonomia dos alunos, por meio de atividades progressivamente desafiadoras. O ritmo de aprendizado de cada aluno é respeitado, no qual Montessori propõe um "ambiente preparado" com materiais específicos, organização e layout dos espaços que promovam a independência e interação entre alunos de diferentesidades, reconhecendo assim, que a arquitetura da escola é fundamental para manifestar crenças, valores e propósitos educacionais. Além disso, os elementos arquitetônicos, em conjunto com itens de funcionalidade e equidade, modificam o conceito de escolas, porque, atualmente, estas buscam a compreensão do indivíduo racional e emocional para melhor inserção no local, para garantir conforto ambiental, qualidade de vida e acessibilidade. A flexibilidade e adaptabilidade dos espaços também são enfatizadas por Kowaltowski (2011).

(Conclusão) A Arquitetura, na concepção do espaço escolar, influencia e interfere na aprendizagem do aluno e em seu desenvolvimento acadêmico e pessoal, porque, ambientes criados para o indivíduo, voltados para equidade e funcionalidade, auxiliam para uma melhor aplicabilidade. Além disso, é perceptível que a construção espacial é decisiva no âmbito mental, porque contribui numa melhor qualidade de vida e em consequência na saúde em sua totalidade, física e mental, transmitindo sensações de menor estresse e maior conforto ambiental, térmico e lumínico.

Palavras-chave: Escola; arquitetura; aprendizagem; desenvolvimento; funcionalidade.

ARQUITETURA MODERNA E SUA CONSERVAÇÃO: QUAL A IMPORTÂNCIA?

Autor(es):

Anny Letícia Silva Adriano: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Maria Emilli Souza Canuto: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Maria Luíza Bulhões Ribeiro : Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Maria Eduarda Batista Cabral : Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Rebeca Sousa Leite do Nascimento: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):

Camila Furukava: Docente do UNI-RN
Cristiane Clébia Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) O tema a ser abordado será focado na conservação da arquitetura moderna localizada no Brasil, nas cidades de Natal, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Fortaleza, regiões de extrema importância no país. Nesse sentido, a pesquisa tem como principal problemática a falta de valorização e conservação dos projetos modernistas espalhados pelas cidades brasileiras, desse modo, percebe-se a reincidência desse tipo de situação em diversos locais do território nacional. O trabalho é, portanto, o início de um estudo que pode-se finalizar com desenvolvimento de projetos de preservação e conhecimento urbano.

(Metodologia) O trabalho foi baseado em levantamento bibliográfico com busca em bases de dados científicos, Google Acadêmico, através de cinco artigos. Além disso, as palavras chaves foram Arquitetura, Arquitetura Moderna, Modernismo, Conservação e Brasil. Por fim, os critérios de inclusão surgiram da intenção de conhecer e entender mais sobre a arquitetura do nosso país de origem, Brasil, além de como ela é vista e conservada pelos brasileiros. Quanto aos critérios de exclusão, compreende-se que temas como Arquitetura Antiga/Clássica não seriam válidos para essa pesquisa.

(Resultados) Após as análises de todos os cinco artigos escolhidos sobre a temática em comum, tem-se como resultado, que para a conservação de culturas e conhecimentos locais é necessária a preservação de obras, monumentos e projetos, ou seja, é preciso trabalhar para que a arquitetura moderna não deixe de ser conhecida pela população e não entre no esquecimento. Desse modo, um adequado sistema de educação e de políticas públicas, que incentivem o aprendizado e perpetuação das áreas, é de extrema necessidade, visto que a arquitetura assume um papel primordial e se trata de uma marca registrada de cada região do Brasil.

(Conclusão) Diante de todo o exposto, conclui-se, a partir do estudo desenvolvido, que, apesar dos vários projetos arquitetônicos modernos presentes no Brasil, a sociedade ainda não aprendeu a valorizar e, principalmente, conservar essas obras de grande importância para preservação da história nacional. Além disso, a população não entende a consequência causada pelo não reconhecimento dessas regiões. Desse modo, é necessário sensibilizar-se sobre a importância desses locais, a fim de incentivar a conscientização do próximo, pois, se isso não acontecer, perderemos muito de nossas memórias espalhada pelo país.

Palavras-chave: Arquitetura; arquitetura moderna; modernismo; conservação; Brasil.

ARQUITETURA SUSTENTÁVEL E A MINIMIZAÇÃO DE DANOS PARA FUTURAS CONSTRUÇÕES

Autor(es):

Letícia Bezerra Menezes: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Maria Eduarda Silva de Moraes: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Clara Cristiny Santos Pereira: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Déborah de Figueiredo Teixeira: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Renata Guerra Barros: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):

Camila Furukava: Docente do UNI-RN
Cristiane Clébia Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) O conceito de Arquitetura Sustentável vem ganhando espaço no mundo vigente, seu principal objetivo envolve suprir as necessidades humanas atuais sem comprometer o futuro, e com isso, oferecer soluções inovadoras de moradia, acessibilidade e produção sem prejudicar o meio ambiente. Porém, pode-se questionar se o custo incremental com a adoção de tecnologias de construção mais sustentáveis são compensadoras para o empreendedor e para a sociedade como um todo. A busca pelo caminho da maior sustentabilidade cabe a todos os envolvidos no projeto e execução do ambiente edificado. É um trabalho coletivo onde todos devem fazer sua parte, e ao mesmo tempo incentivar os demais a fazê-lo. O conceito de sustentabilidade urbana deve ser assimilado através de uma simbiose entre a sustentabilidade social que envolve o bem-estar humano e a sustentabilidade ambiental referente à gestão adequada dos ecossistemas. Quanto aos serviços urbanos, Abiko já destacava em 1995 que eles incluem não somente as redes de infraestrutura urbana e os serviços em seus aspectos físico-materiais, mas também a gestão dos serviços aos quais as redes dão sustentação. Os processos também se aplicam à Arquitetura sustentável, por isso para evidenciar a necessidade de investir em construções sustentáveis, um dos artigos deu o exemplo da aplicação do bambu na Arquitetura, e a análise de edifícios que fazem uso deste material em sua composição.

(Metodologia) Trabalho baseado em levantamento bibliográfico com busca em bases de dados científicos sobre bambu na arquitetura, Avaliação Pós-Ocupação (APO) e constructos em Comunidades Internacionais, junto a análises comparativas em BREEAM, LEED, NABERS, HQE, CASBEE e GBC em cinco artigos diferentes, com critérios de inclusão de eficiência e sustentabilidade. Foi também analisada a economicidade de projetos que minimizem problemas ao meio ambiente avaliando o custo benefício.

(Resultados) Visando uma arquitetura sustentável percebe-se que todos os artigos buscaram alternativas para minimizar o impacto construtivo causado no meio ambiente. Mostrando como construir edifícios que contribuam para o desenvolvimento sustentável, por meio de materiais naturais que foram obtidos diretamente da natureza, como por exemplo o bambu. Ademais, observando o uso do bambu descobriram novas técnicas de resistência e durabilidade para que ele não se deteriorasse no meio ambiente. Outrossim, ainda foi realizada uma análise econômica ambiental e com ela percebe-se que é viável utilizar a arquitetura verde, pois embora ela tenha um custo elevado inicialmente depois de aplicada consegue-se reduzir o custo da energia elétrica por meio do uso de tecnologia limpa.

(Conclusão) Por mais que existam contradições a respeito dos materiais utilizados na arquitetura sustentável, como, por exemplo, a deterioração do bambu e os elevados custos de instalação, em vista das informações previamente apresentadas, conclui-se que as formas de construção sustentável são viáveis. Isso se deve ao fato que os desafios enfrentados por tal tipo de construção podem ser minimizados, fazendo com que optar pela arquitetura verde traga variados benefícios, tanto para a sociedade quanto para o meio ambiente.

Palavras-chave: Arquitetura sustentável; bambu; meio ambiente; sustentabilidade; tecnologia.

AValiação Pós-ocupação de Ambientes Hospitalares: Proposta de Diretrizes para a Humanização dos Espaços de Trabalho da Enfermagem no Hospital Regional Aluísio Bezerra – Santa Cruz/RN

Autor(es):

Geseane Cristina de Macêdo Silva Leopoldino: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):

Miss Lene Pereira da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) Na atualidade, os espaços na área da saúde estão em direção a um novo modelo, fundamentado em criar uma convivência mais humanizada com o usuário. Isso revela a necessidade de reconhecer todos os envolvidos no cuidado com a saúde, durante o processo de planejamento do edifício. Nesse contexto, a arquitetura dos espaços de saúde ultrapassa o arranjo técnico, elementar e funcional dos ambientes. Com base nisso, a Humanização leva em consideração as circunstâncias além do ambiente construído, que são experienciadas por pessoas que compartilham dos mesmos valores, cultura e se relacionam socialmente. Particularmente, no que concerne às equipes de enfermagem, há de se compreender que esses trabalhadores necessitam de especial atenção para com a sua saúde psicofisiológica, devido às demandas inerentes à profissão, numa proposta relevante de cuidar de quem cuida.

(Metodologia) Esta investigação caracteriza-se como sendo uma Pesquisa de natureza Exploratório Nessa conjectura, o trabalho objetiva investigar o ambiente construído de atuação dos trabalhadores da enfermagem e como a humanização destes espaços pode favorecer a condição de bem estar desses profissionais, elaborando diretrizes para a concepção de ambientes restauradores para projetos futuros. -Descritiva, numa abordagem de análise qualitativa. Apoiou-se na literatura interdisciplinar do tema e nas verificações de campo, se reportando às técnicas e instrumentos da Avaliação Pós-ocupação e da Psicologia Ambiental.

(Resultados) O estudo foi realizado na clínica médica e pronto socorro de hospital geral de Santa Cruz/RN, que tem atendimento na esfera pública e analisou-se a arquitetura dos espaços de trabalho de enfermeiros e técnicos/auxiliares de enfermagem. Os espaços não atendem aos atributos para ambientes restauradores do estresse e da atenção, nem às normativas da RDC 50/2002 e do SOMASUS.

(Conclusão) A revisão bibliográfica sobre Psicologia Ambiental amparou o entendimentos de que o espaço intervém diretamente na experiência dos usuários nos estabelecimentos assistenciais de saúde (EAS). A avaliação das condições ambientais e das características arquitetônicas dos setores de internação - clínica médica - e do pronto socorro do hospital demonstrou que, da forma como se encontram hoje, os ambientes analisados se apresentam com potencial pouco ou nada restaurador e, ainda, não são adequados à realização das atividades rotineiras de forma humanizada. O espaço arquitetônico estudado e sua ambiência deixam as equipes de enfermagem à mercê de doenças em decorrência não só das características ambientais estabelecida, mas também, do estresse causado durante o exercício diário da enfermagem, naquelas condições. Por fim, concluiu-se então, que se faz necessária a humanização dos espaços estudados, visando a melhoria da qualidade desses ambientes.

Palavras-chave: Arquitetura da saúde; humanização; ambientes restauradores.

CIDADES INTELIGENTES E URBANISMO ECOTECH

Autor(es):

Heloisa Farache Costa Pessoa: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Pedro de Vasconcelos Lisboa Neto: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Maryanne Alicia da Silva: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Rafael Antonio Gomes Carneiro: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):

Yuri Simonini Souza: Docente do UNI-RN

(Introdução) A arquitetura High Tech surgiu nos anos 1970, durante o modernismo tardio, trazendo como principais características o uso de materiais de alta tecnologia na construção de grandes obras, e suas estruturas e sistemas técnicos aparentes. Por volta dos anos 1990, algumas correntes racionalistas e de tecnologia se aproximaram da ecologia, devido ao surgimento da preocupação com a sustentabilidade. Nesse momento, surgiu o termo “EcoTech”, a junção entre tecnologia e natureza. Concomitantemente, o termo “Cidades Inteligentes” surge para designar novas políticas de planejamento urbano que surgiram com o desenvolvimento sustentável e reconhecer cidades que tem comprometimento com o desenvolvimento urbano e as transformações digitais sustentáveis, em seus aspectos econômico, ambiental e sociocultural, como cidades inteligentes. Assim, conforme o aumento dos desafios ambientais e a incessante busca pela sustentabilidade, vê-se a necessidade da união dessas duas vertentes na formação de uma frente que utiliza as ferramentas tecnológicas das cidades inteligentes para guiar uma gestão e planejamento urbanos mais eficientemente ecológicos.

(Metodologia) Este trabalho, que consiste em uma pesquisa bibliográfica descritiva, realizou uma revisão da literatura existente, analisando pesquisas e estudos de caso a fim de identificar as principais inovações tecnológicas que estão caracterizando o EcoTech e, assim, propor soluções para o urbanismo em cidades inteligentes, em paralelo à uma tecnologia sustentável. Por se tratar de um estudo que se utiliza de uma revisão bibliográfica, a pesquisa fez levantamento de produções nacionais e internacionais, utilizando bases de dados como SciELO, Google Acadêmico e sites governamentais, tendo como critério de inclusão artigos sobre a temática explorada com publicação no intervalo de tempo das duas últimas décadas.

(Resultados) A Carta Brasileira para Cidades Inteligentes (2021), documento que expressa uma agenda pública para a transformação digital das cidades, caracteriza cidades inteligentes como cidades comprometidas com transformações digitais sustentáveis e desenvolvimento urbano, de forma a combater os problemas existentes no urbanismo atual. Uma definição muito semelhante é a de “eco-tech cities”, proposta por Bogunovich (2002), que são cidades que combinam ecologia e tecnologia no design urbano para alcançar a sustentabilidade ambiental, partindo do paradigma de um metabolismo inteligente para um urbanismo verde, que avalia a sustentabilidade ambiental das cidades e almeja um modelo de cidade sustentável a ser seguido no futuro. É um paradigma que revisa radicalmente os sistemas que participam e compõem o processo do metabolismo urbano, incluindo, infraestrutura, arquitetura e paisagem urbana. Segundo o arquiteto e desenhista urbano Douglas Farr (2013), o urbanismo sustentável cria uma perspectiva de um novo estilo de vida, trazendo benefícios sociais da vida no bairro, onde é possível satisfazer as necessidades cotidianas a pé. Para se atingir um ideal de urbanismo sustentável, Farr (2013) preconiza cinco parâmetros fundamentais: aumento da sustentabilidade por meio de densidade urbana; corredores de sustentabilidade; bairros sustentáveis; biofilia para garantir o acesso humano à natureza; e edificações e infraestrutura urbana de alto desempenho.

(Conclusão) A literatura mostra a versatilidade de interpretação dos conceitos de “High tech” e “Eco tech” o que por si só causa divergências no nível de importância dado, principalmente, aos aspectos socioambientais de uma cidade inteligente. Além disso, também é evidente que, apesar do enorme número de ferramentas que a tecnologia provê, ainda não há consenso sobre a melhor forma de utilizar essas ferramentas no desenvolvimento desses espaços, o que mantém a criação de ambientes genuinamente sustentáveis ainda um desafio a ser enfrentado.

Palavras-chave: Cidades inteligentes; ecotech; urbanismo; arquitetura high tech.

CLÍNICA VETERINÁRIA LUNA: PRODUTO DE UMA CLÍNICA VETERINÁRIA PARA O BEM-ESTAR ANIMAL COM ÊNFASE EM CÃES E GATOS, NA CIDADE DE PARNAMIRIM-RN

Autor(es):

Roberta Andrade de Oliveira Teixeira : Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):

Camila Furukava: Docente do UNI-RN

(Introdução) A pesquisa surge de uma problemática urgente: o abandono de animais em Parnamirim/RN, resultando do desequilíbrio ambiental e ampliando a proliferação de doenças. A atual rede de suporte que abrange a região do município de Parnamirim é limitada, pois atualmente a UVZ – Unidade de Vigilância de Zoonose – está apenas atuando na coleta dados dos animais, fazendo exames e praticando a eutanásia dos doentes. Por isso, que foi proposto um produto arquitetônico de uma clínica veterinária com foco no bem-estar de cães e gatos, na cidade de Parnamirim.

(Metodologia) No decorrer do desenvolvimento do projeto houve etapas desenvolvidas que a primeira foi a realização de pesquisas para o referencial teórico do projeto, dando ênfase nos estabelecimentos médicos veterinários e o bem-estar animal. A segunda etapa foi desenvolvida entrevistas, registros fotográficos, solicitações de plantas baixas, observação dos fluxos dos estabelecimentos clínica veterinária e centro de zoonose do município de Parnamirim. Foram analisados para estudo de referência projetos arquitetônicos e condicionantes de clínicas veterinárias que servirão como norte para o projeto, já na seguinte etapa foi analisado as condicionantes ambientais e legais, além da análise do entorno do terreno. A última etapa destetralho de conclusão de curso será composta pelo desenvolvimento de um produto arquitetônico de clínica veterinária pública/privada, que concentra o resultado das etapas de pesquisas. Assim, a ideia projetual será apresentada por meio de desenhos técnicos e maquete eletrônica.

(Resultados) O projeto da clínica veterinário deu a origem a várias plantas baixas e sempre voltadas para um conceito envolvendo a natureza, e o bem-estar daqueles que iriam circular. Assim, se idealizou uma frase que norteasse o projeto para que abrangesse sua execução, sendo ela: Os animais merecem ser tratados com dignidade, amor e empatia, trazendo bem-estar e qualidade de vida, que seus tutores possam sentir isso através deles. A frase reflete em ambientes agradáveis, convidativos e atrativo para os animais. Portanto, foi desenvolvido para o projeto arquitetônico poder promover bem-estar aos animais e dos demais, assim analisando como essa arquitetura pode contribuir, sendo elas: (1) Os primeiros cuidados essenciais dos animais; (2) Vacinação; (3) Exames laboratoriais; (4) Cirurgias pequeno e média complexidades; (5) Internação; (6) Vendas de medicações e (7) Palestras e orientações para a conscientização da importância dos cuidados aos animais, que influenciam na saúde pública, e a redução do abandono de animais nas ruas, trazendo mais conscientização para a população aos cuidados dos animais, as vacinações necessárias e principalmente a castração.

(Conclusão) Consequente, para que essa percepção e desejo do conceito e partido se concluam no projeto, foi pensado nas dimensões dos ambientes que serão ofertados na clínica, sendo como principal objetivo interligar essas salas com natureza, proporcionando uma sensação de bem-estar para todos que a frequentar. Além disso, os espaços e seus fluxos vão ser amplos e com fluxo para que haja espaço suficiente para caso ocorra uma urgência.

Palavras-chave: Bem-estar animal; clínica veterinária; felinos; caninos; conscientização.

COMPARATIVO ENTRE O MÉTODO TRADICIONAL DE CONSTRUÇÃO E OS PRÉ-MOLDADOS

Autor(es):

*Iris Alexandrino Santos: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Fabrícia Caroline da Silva: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN*

Orientador(es):

Tomás Barros Vasconcelos: Docente do UNI-RN

(Introdução) Em busca de novas alternativas para a redução de erros na execução da obra, a exemplo do desperdício de materiais, é necessário analisar se a alvenaria tradicional ainda é a melhor forma de desenvolver bons projetos. Dentre as pesquisas, os pré-moldados surgem como alternativa viável, seja por evitar o desperdício de material no canteiro de obra ou facilitar a execução de outros subsistemas presentes no edifício, agilizando a obra. Perante o exposto, o presente trabalho objetiva comparar os dois modelos de construção: o tradicional e os pré-moldados.

(Metodologia) A metodologia utilizada no presente trabalho traduz-se em pesquisas bibliográficas que proporcionam o entendimento da problemática. Tendo em vista, a abordagem foi dividida em quatro aspectos comparativos entre os sistemas construtivos, que são: o custo benefício do material, tempo e custo de execução.

(Resultados) A alvenaria convencional é o sistema construtivo mais utilizado nas construções residenciais por ser totalmente montada in loco, mesmo apresentando imperfeições, com altos custos de mão de obra e baixa produtividade. Paralelamente, as obras que utilizam pré-moldados possibilitam maior rapidez na execução, diminuição de resíduos e desprezo de formas, no entanto esse método ainda é pouco utilizado no segmento habitacional. Entre os fatores de análise está o tempo de produção e ao considerar as peças pré-moldadas na fábrica, a facilidade, agilidade e qualidade se tornam uma vantagem comparado ao método tradicional. Em segunda instância, ao avaliar prazos, os pré-fabricados também se configuram atrativos por não dependerem do clima, devido as peças serem fabricadas em ambiente fechado e assim não sofrerem interferências de qualquer fator climático, enquanto em um método tradicional, depende-se do clima para poder dar continuidade à obra, consequentemente atrasando a construção. Outro âmbito analisado foi a mão de obra, no qual o método tradicional é uma opção que demanda uma grande utilização de mão de obra, e ainda tem muitos aspectos artesanais nas execuções dos projetos, enquanto o método com pré-moldados permite uma execução mais rápida e acelerada da obra com um planejamento menor, redução da quantidade de mão de obra e material utilizado. Entretanto, no Brasil, o modelo tradicional mantém uma predominante tendência principalmente ao fato da mão de obra no Brasil ser mais barata e com baixa qualificação, tornando assim a produção de pré-moldados menos competitiva. Além disso, a questão da cultura das construtoras que dominam esse método mais tradicional a tornam mais inertes à inovações em grande escala, e por isso seguem utilizando-a na maior parte dos empreendimentos.

(Conclusão) Neste trabalho foi feita a análise de dois modelos de construção: o tradicional e os pré-moldados. Conclui-se que, a técnica que utiliza os pré- moldados possui grandes vantagens como: maior rapidez na execução, resultando em decisão mais ágil do projeto; prazos reduzidos por ser um sistema que independe do clima, diferentemente das construções em alvenaria tradicional que podem ser mais suscetíveis às condições climáticas, e redução da mão de obra, tendo em vista que a necessidade dela é geralmente menor em projetos de pré moldados, uma vez que muitas tarefas de construção pesada já são realizadas na fábrica. No entanto, a depender do tipo de projeto, a alvenaria tradicional ainda mostra-se como uma boa alternativa.

Palavras-chave: Sistema construtivo; método convencional; pré-moldados; concreto; comparativo.

COMPLEXO POLIESPORTIVO: PROPOSTA DE UM ANTEPROJETO ARQUITETÔNICO COM ESTÍMULO À SUSTENTABILIDADE ATRAVÉS DA ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA E O REUSO DE ÁGUA NO BAIRRO DE FELIPE CAMARÃO EM NATAL - RN

Autor(es):

Guilherme Medeiros Nogueira: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):

Suerda Campos da Costa: Docente do UNI-RN

(Introdução) Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), cerca de 80% dos adolescentes no mundo não praticam a quantidade mínima de atividade física recomendada diariamente. De acordo com pesquisa realizada em 2019 pela OMS, 83,9% dos jovens no Brasil são considerados sedentários. Visando a redução desses percentuais, o esporte torna-se uma opção financeira e socialmente viável para melhorar a saúde da população jovem brasileira. Nos países em desenvolvimento, vários impasses estão relacionados com o acesso democrático a esta atividade. No Brasil, o Nordeste é a região do país que apresenta o menor percentual de instalações esportivas em escolas municipais. De acordo com o Censo Escolar da Educação Básica, em 2020, 47% desses centros de ensino não possuem nenhum espaço destinado à prática esportiva dos alunos. Neste contexto, pretende-se desenvolver um complexo poliesportivo situado no bairro de Felipe Camarão, zona oeste da cidade de Natal/RN, o qual oferecerá espaços adequados para a prática de esportes. O mesmo contribuirá também para o desenvolvimento sustentável e a preservação ambiental, por meio do reaproveitamento de água e do uso da energia solar fotovoltaica. A localização do espaço fica em uma área que sofre com baixo índice pluviométrico, segundo dados da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). A região possui clima tropical, onde é possível perceber duas estações bem definidas, em que um período é chuvoso e o outro é predominantemente seco.

(Metodologia) Se tratando do tipo de pesquisa que está sendo desenvolvida, a mesma tem natureza básica, com o intuito de gerar conhecimentos e ampliar os já existentes. Dessa forma, a pesquisa vai se utilizar do método científico dedutivo, a fim de resolver impasses através de aplicações práticas de teorias e conceitos.

(Resultados) Com o auxílio do estudo em questão, das bases teóricas utilizadas e dos meios construtivos com ênfase no desenvolvimento arquitetônico e sustentável para compor o corpo informativo do trabalho, foi alcançado alguns resultados relevantes que serão vistos a seguir. Os resultados dizem respeito às pesquisas sobre complexos poliesportivos do mesmo segmento, mostrando suas características e implementando seus principais potenciais no projeto elaborado, como também, mostrar os impactos que a criação de um complexo poliesportivo pode trazer para o bairro de Felipe Camarão, situado na Zona Oeste da cidade de Natal/RN. Por fim, a elaboração de um anteprojeto arquitetônico onde atenda todos os requisitos solicitados pelas leis do município, como também, atender as demandas mínimas e necessárias para criar uma instalação poliesportiva sustentável.

(Conclusão) Diante disso, é notório perceber que a pesquisa em análise possui uma grande importância no mundo acadêmico e profissional, seja para a coleta de informações por estudantes e leitores interessados pelo tema, ou por profissionais da área que desejam desenvolver trabalhos do mesmo segmento. E também, destacar os resultados que esse estudo trás para a sociedade, mostrando a importância de ter locais para a prática esportiva adequada e o estímulo ao uso da sustentabilidade nos projetos arquitetônicos.

Palavras-chave: Complexo poliesportivo; sustentabilidade; esportes; arquitetura esportiva; arquitetura sustentável.

DESAFIO DE 40 HORAS: UMA AVALIAÇÃO SOBRE A EXPERIÊNCIA PRÁTICA DO CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO ATRAVÉS DO PROJETO DE EXTENSÃO

Autor(es):

Mariana de Araújo Figueiredo: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):

Camila Furukava: Docente do UNI-RN

(Introdução) O "Desafio de 40 Horas" é um projeto de extensão com periodicidade anual que engloba todos os alunos do curso de arquitetura e urbanismo do UNI-RN. Durante esse desafio, os estudantes do último ano de graduação assumem o papel de gestores de um escritório modelo de arquitetura e urbanismo, planejando e gerenciando a realização de um projeto de alcance e responsabilidade social e uma equipe de produção (estagiários), composta pelos demais alunos do curso.

(Metodologia) Ao todo, o curso vivenciou 5 práticas do desafio de 40h de projeto (2019.1; 2020.1; 2021.1; 2022.1 e 2023.1) e todas elas foram avaliadas ao final, com o mesmo questionário, pelos participantes gestores e equipes de produção (estagiários). Os questionários foram montados a partir das diretrizes curriculares (resolução CNE/CES nº 2, de 17 de junho de 2010), para entender potencialidades e pontos a serem trabalhados em outros eventos e no currículo e práticas pedagógicas do curso. Esse artigo propõe analisar os resultados de 2022 (45 questionários) e 2023 (51 questionários), considerando os eixos: postura profissional e conhecimentos adquiridos após a participação do desafio.

(Resultados) Como resultados relevantes observou-se que 90% dos questionários apontaram que o desafio de 40h de projeto estimulou e demandou posturas profissionais como proatividade e demonstrou a relevância do trabalho em equipe para desenvolvimento de projetos de maior escala. Também observou-se que os grupos identificaram novas perspectivas para a elaboração de projetos e a importância de uma abordagem multidisciplinar no campo da arquitetura e urbanismo, onde a integração de diversos conhecimentos enriquece o resultado dos projetos. Os grupos de trabalho identificaram três principais áreas de foco para a realização do projeto: Fundamentos de Projeto de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo, História e Patrimônio Socioambiental e Cultural, e Conforto Ambiental e Eficiência Energética. Além disso, a maioria dos grupos buscou a assistência dos docentes especializados em Projeto de Arquitetura, Conforto Ambiental e História no ano de 2023 e em Projeto de Arquitetura, Representação Gráfica e Conforto Ambiental no ano de 2022. É interessante destacar que, pela natureza do projeto do ano de 2022 (um projeto de reforma em uma escola), os docentes de Representação Gráfica e Projeto Arquitetônico tenham sido mais buscados. Em contrapartida, o projeto de 2023 tratou de uma intervenção urbana em um sítio histórico, explicando a maior demanda por orientação dos docentes da área de História. Em ambos, houve procura pela assistência de professores de Conforto Ambiental, demonstrando a importância da área em projetos de arquitetura e de urbanismo. Também, é relevante observar que em nenhum ano houve busca pelos professores da área de Estruturas, o que pode ser atribuído à natureza simplificada dos projetos passíveis de entrega dentro de uma semana – etapa de anteprojeto. Isso sugere que os professores de Estruturas são geralmente mais procurados em fases posteriores – na elaboração de projetos executivos.

(Conclusão) Para concluir, a pesquisa demonstra que o "Desafio de 40 Horas" como extensão à grade curricular oferece uma oportunidade valiosa para os alunos do curso de arquitetura e urbanismo desenvolverem suas competências, colaborarem em projetos multidisciplinares e aplicarem seu conhecimento de forma prática. Além de destacar a importância do uso de tecnologia, da orientação docente e da ênfase em competências fundamentais, proporcionando uma visão completa da formação acadêmica desses futuros profissionais.

Palavras-chave: Extensão; ensino de arquitetura e urbanismo;

ECOARQ: CONSTRUINDO UM FUTURO SUSTENTÁVEL

Autor(es):

Leticia Do Amaral Davim: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN Pedro Manuel da Silva Rodrigues: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Marina Freitas Nunes: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN Lis Soares Finizola: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Ana Beatriz Carvalho Cunha: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):

Camila Furukava: Docente do UNI-RN Cristiane Clébia Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) Para início de debate, o foco da pesquisa tem como base principal a sustentabilidade na arquitetura na atualidade, trazendo consigo todas as suas nuances, que, por sua vez, discorrem a respeito da relevância e da necessidade do tema em questão no contexto atual. Com isso, compreendemos que com a insuficiência de recursos naturais, a otimização de técnicas revolucionárias e tradicionais se fazem necessárias para o futuro das nossas gerações posteriores. Assim, podemos perceber que os artigos expõem ao público-alvo diversas problemáticas essenciais para o entendimento de tal assunto na modernidade.

(Metodologia) A metodologia deste trabalho foi baseada no levantamento bibliográfico, com busca em bases de dados científicos, e, a partir disso, fazendo a análise de cinco (5) artigos distintos a respeito da importância e necessidade do uso da arquitetura sustentável e sua aplicação no meio, no mundo contemporâneo.

(Resultados) . Pela análise dos artigos apresentados, foi resumido, que todos os resultados nos mostram diversos olhares acerca da grande variedade de métodos diferentes, que, correlacionados entre si, se tornariam relações menos danosas no meio da arquitetura e do meio ambiente. Visto isso, foram observadas várias substituições de materiais não sustentáveis por renováveis, como por exemplo: O aproveitamento da luz natural ao invés do uso de lâmpadas incandescentes, adaptações na estrutura das construções, visando a maior corrente de ar para diminuir o uso de condicionadores de ar e, por fim, o maior uso do paisagismo, não só para estética, como também a utilidade como um isolante térmico e acústico, além da purificação do ar.

(Conclusão) Por fim, é concluído que a prática sustentável é uma medida essencial, na modernidade, para a manutenção do futuro, além de que, as análises positivas nos afirmam que essas ideias, uma vez vistas como não viáveis e menos populares, se tornam possíveis de serem executadas, e trazem principalmente resultados, seja pela utilização de uma arquitetura de projeto tradicional ou pelo uso de inovações tecnológicas. Assim, é visto que o progresso para um mundo mais consciente existe e está ao nosso alcance.

Palavras-chave: Arquitetura; desenvolvimento; sustentabilidade; conforto; metodologias.

ENGENHO CUNHAÚ BOUTIQUE DE EVENTOS: ANTEPROJETO DE UM ESPAÇO DE EVENTOS NA FAZENDA ENGENHO CUNHAÚ EM CANGUARETAMA/RN

Autor(es):

Igor de Araujo Lima Freire: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):

André Felipe Moura Alves: Docente do UNI-RN

(Introdução) O ramo dos eventos surgiu no mundo na história antiga, cerca de 770 anos antes de Cristo, com a primeira edição dos Jogos Olímpicos na Grécia Antiga e se desenvolveu junto aos momentos pelos quais passou a humanidade, até chegar às diversas configurações que existem nos dias de hoje. Nos últimos anos, tem-se percebido, no Brasil, um movimento de busca por experiências cada vez mais marcantes: na área corporativa, os eventos tem tido cada vez mais cara de evento social, enquanto que no setor social, as festas tem tomado proporções menores em relação ao número de convidados, porém, em contrapartida, tem se tornado mais longas, com comemorações que passaram a durar todo o final de semana, em cenários cada vez mais próximos da natureza. Esse processo levou inúmeras fazendas pelo interior do Brasil a se refuncionalizarem, admitindo uma nova atividade: a de receber e realizar eventos sociais em seu território. Assim, o presente trabalho tem como temática a arquitetura voltada para o setor de eventos, em especial os eventos sociais, especificamente aqueles que tomam lugar no campo, em meio à natureza.

(Metodologia) Com o intuito de se alcançar os objetivos propostos acima, foi realizada uma pesquisa aplicada, com fins práticos, dirigidos a uma solução de problemas reais e específicos, envolvendo verdades e interesses locais, a partir de pesquisas bibliográficas, de referencial empírico, além de entrevistas com profissionais da área.

(Resultados) Como resultado desta pesquisa, foi desenvolvido o anteprojeto de um espaço de eventos no campo, o chamando Engenho Cunhaú Boutique de Eventos, além de servir de fonte de pesquisa para outros trabalhos, dentro do tema da arquitetura para eventos, que é tão carente de obras.

(Conclusão) Ao fim do trabalho, conclui-se que o desenvolvimento de um espaço como o Engenho Cunhaú Boutique de Eventos seria de grande valia para a economia norte riograndense, uma vez que colocaria o estado no roteiro de fazendas para casar no campo, bem como fomentaria toda a economia local, a partir do desenvolvimento do turismo na região e da realização de novos eventos no local.

Palavras-chave: Eventos sociais; arquitetura para eventos; casar no campo.

ENTRE RUAS E MARQUISES: PROPOSTA DE ANTEPROJETO ARQUITETÔNICO DE UM ABRIGO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA NA VILA DE PONTA NEGRA, NATAL/RN

Autor(es):

Paolla Carolina de Araujo Pessoa: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):

Miss Lene Pereira da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) A Constituição Federal de 1988 assegurou o direito à moradia como competência comum da União, Estados e Municípios, buscando promover a implementação de programas para construções de habitações. Esse direito foi garantido a partir de 2000 e leva em consideração o princípio da dignidade humana. Contudo, as ruas revelam claramente o descaso enfrentado pelos indivíduos que vivem ao alento, pois nelas é observada uma maior concentração de pessoas desse grupo, seja durante o dia realizando alguma atividade informal para ganhar dinheiro, como pastoreio e lavagem de carros, seja à noite buscando o melhor local para utilizarem como abrigo. A significativa expansão no número de indivíduos vivendo nas ruas evidencia a necessidade de adoção de políticas públicas efetivas, para mitigar a problemática em questão. Dessa forma, tem-se como expectativa que a arquitetura possa auxiliar na inclusão social dessas pessoas e lhes proporcionar um ambiente seguro e acolhedor, com acesso a serviços essenciais e a atividades que contribuam para a melhoria de sua qualidade de vida.

(Metodologia) A metodologia tem como natureza a pesquisa aplicada, na qual adota uma abordagem quantitativa e qualitativa, assim como procedimentos exploratórios e descritivos com base na utilização de pesquisas bibliográficas, em soma ao levantamento de dados. Nesse sentido, o método científico utilizado é o indutivo-dedutivo, uma vez que é a premissa de problemáticas existentes, e considera o conhecimento baseado na experiência. Ademais, para atingir os objetivos propostos, o processo metodológico divide-se em quatro etapas: pesquisa bibliográfica, levantamento de informações, estudos de referenciais de projetos similares, coleta de dados e o desenvolvimento da proposta projetual.

(Resultados) Ainda que, atualmente, a proposta esteja em fase de projeto preliminar, como resultado parcial obtido tem-se 4 blocos de edificações, conectados por meio de circulações externas, que abrangem áreas administrativas, de apoio a saúde, privativas, de convivência e multifuncionais, além de espaços infantis e de animais, reforçando a importância de projetar um local que seja acolhedor tanto para adultos, quanto para crianças e animais. Dessa forma, a proposta seguirá em direção ao objetivo de proporcionar um espaço digno e transformador para aqueles em situação de rua.

(Conclusão) A realização deste trabalho contribuiu para a ampliação de conhecimento técnico acerca das normas que regem a problemática, das teorias que tratam da condição das pessoas em situação de rua e das possíveis soluções arquitetônicas que promovam o acolhimento de tais indivíduos. A proposta de anteprojeto contempla as diferentes necessidades dos usuários e representa um passo significativo para a promoção da dignidade e inclusão social dessa comunidade. Este trabalho ainda resulta na geração de conhecimento acadêmico, podendo ser utilizado como base de pesquisa para outros estudantes, bem como aproveitado pelo Estado para a execução desse anteprojeto em prol da população de rua da Zona Sul de Natal. Ademais, os resultados da eventual execução como política pública também podem ser avaliados e servirem de base para evoluções futuras.

Palavras-chave: Abrigo; acolhimento; situação de rua; Natal/RN.

IMPORTÂNCIA E INFLUÊNCIA DA TOPOGRAFIA NA ARQUITETURA

Autor(es):

*Juliana Tertolino de Medeiros: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Fernanda Jesus de Melo Machado : Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Nayara Tisciany Nascimento Paiva Fernandes: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN*

Orientador(es):

Werner Farkatt Tabosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) A topografia desempenha um papel fundamental na arquitetura, influenciando o design, a funcionalidade e até mesmo a sustentabilidade das estruturas construídas. A relação entre a topografia e a arquitetura é intrínseca, pois a forma da terra, suas elevações e depressões, moldam as decisões dos arquitetos em diversos aspectos. Nesta introdução, exploraremos a importância e influência da topografia na arquitetura, destacando como a geografia de um local pode inspirar e desafiar os arquitetos a criar edifícios que se integram harmoniosamente com o ambiente, maximizando o uso de recursos naturais e minimizando impactos ambientais.

(Metodologia) Como método utilizou-se documentação direta e indireta, por meio de pesquisa bibliográfica e estudo de caso visando a realização de uma análise sobre os acidentes geográficos e alternativas disponíveis.

(Resultados) Compreensão Aprofundada: Uma compreensão mais profunda da relação entre topografia e arquitetura, incluindo como a geografia do terreno influencia os processos de design e construção. Critérios de Design Aprimorados: Desenvolvimento de critérios de design mais informados que consideram a topografia, levando a edifícios que se integram melhor ao ambiente natural e à paisagem circundante. Sustentabilidade Melhorada: Identificação de métodos para aumentar a sustentabilidade dos projetos arquitetônicos, aproveitando a topografia para melhorar o uso de recursos naturais, como vento, luz solar e gestão de águas pluviais. 1. Inspiração Estética: Inspiração para arquitetos na criação de edifícios visualmente atraentes que incorporam elementos da topografia, como encostas, colinas e vales, de maneira criativa. 2. Soluções para Desafios: Soluções práticas para os desafios que a topografia pode apresentar no design e construção de edifícios, como a adaptação a terrenos irregulares ou instáveis. 3. Maior Eficiência Urbana: Estratégias para o planejamento urbano mais eficiente, considerando a topografia como um fator importante na configuração das cidades. 4. Promoção da Sustentabilidade Ambiental: Contribuição para a promoção da conscientização sobre a importância da topografia na preservação ambiental e no desenvolvimento de ambientes construídos mais sustentáveis. 5. Diretrizes Práticas: Fornecimento de diretrizes práticas para arquitetos e urbanistas sobre como abordar a topografia de forma eficaz em seus projetos. 6. Inovações no Setor: Estímulo à inovação na indústria da arquitetura, à medida que os profissionais incorporam cada vez mais a topografia em suas abordagens de design. 7. Potencial de Impacto Social: Reconhecimento de que a integração eficaz da topografia na arquitetura pode resultar em comunidades mais agradáveis, eficientes e ambientalmente responsáveis. Esses resultados esperados podem contribuir para avanços significativos no campo da arquitetura e na criação de ambientes construídos mais equilibrados e sustentáveis.

(Conclusão) Essa pesquisa abordou a importância da topografia na arquitetura, mostrando como ela influencia o design, a integração com o ambiente natural, a sustentabilidade e a estética dos edifícios. Foram identificados exemplos de projetos que incorporam eficazmente a topografia em seu design, resultando em ambientes construídos mais eficientes e atraentes. Além disso, foram destacados os desafios que a topografia pode apresentar e as soluções para superá-los. Foi enfatizado que a conscientização sobre a importância da topografia na arquitetura é essencial para a criação de ambientes sustentáveis e harmoniosos. A pesquisa ofereceu diretrizes práticas para profissionais da área e ressaltou que o aprofundamento do conhecimento sobre essa relação entre topografia e arquitetura continuará a moldar o desenvolvimento de ambientes construídos mais responsáveis e esteticamente agradáveis.

Palavras-chave: Topografia; arquitetura; design.

INTERPRETAÇÃO DE CURVAS DE NÍVEL E SUA RELEVÂNCIA DENTRO DA ANÁLISE DO TERRENO.

Autor(es):

Nallanda Margarida de Maria Oliveira : Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Gabriel Pacheco Porciuncula Feitosa de Vasconcelos : Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Alysson Gustavo da Silva: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Ana Beatriz Assis Silva: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):

Werner Farkatt Tabosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) A interpretação de curvas de nível é fundamental na análise de terrenos. O problema de pesquisa aborda como essa interpretação contribui para a compreensão detalhada do relevo e sua relevância em diversas aplicações, como planejamento urbano, engenharia civil e gestão ambiental. O enquadramento teórico destaca a representação das curvas de nível e como elas indicam variações de elevação. Os aspectos abordados incluem a identificação de características topográficas, como declives, vales e cumes, a análise de drenagem, estimativa de volumes de terraplenagem e a avaliação de riscos naturais. A pesquisa visa demonstrar como a interpretação de curvas de nível é uma ferramenta crucial para profissionais que lidam com o uso da terra, auxiliando na tomada de decisões informadas e no planejamento adequado do espaço.

(Metodologia) Os procedimentos e métodos de curvas de nível e análise do terreno consistem em incluir geólogos, engenheiros civis e estudantes de geociências como participantes para obter uma variedade de perspectivas. Coleta-se os dados topográficos, mapas e curvas de nível de várias áreas geográficas. Esses dados são obtidos de fontes oficiais e disponíveis ao público, como agências governamentais e bancos de dados cartográficos. O software de geoprocessamento, como o ArcGIS, para analisar e visualizar as curvas de nível em relação às características do terreno, como declividade, elevação e aspectos geológicos. Dentre as etapas, também há experimentos em campo, questionários, revisões, para garantir os dados corretos de acordo com os princípios éticos.

(Resultados) A partir dos estudos analisados, as curvas de nível são técnicas de representação da elevação do terreno em um mapa, permitindo a visualização tridimensional do relevo em um plano bidimensional. Ao analisar essas curvas, é possível identificar características do terreno, como montanhas, vales, inclinações e depressões. As curvas de nível mais próximas indicam áreas íngremes, enquanto as mais espaçadas representam terreno plano. A orientação das curvas também pode indicar a direção do fluxo da água. Ao examinar esses detalhes, os especialistas podem fazer análises precisas para planejamento urbano e gestão de recursos hídricos.

(Conclusão) Por fim, com base nos estudos realizados, podemos concluir que a interpretação de curvas de nível é de extrema importância para entender as características do terreno de forma detalhada. Além de orientar decisões em uma variedade de campos, desde engenharia e arquitetura até agricultura e gestão ambiental, como a visualização do terreno, planejamento urbano, drenagem, hidrologia e preservação ambiental.

Palavras-chave: Curvas de nível; declividade; mapa; arquitetura; topografia.

MAQUETE EM MODELO TRIDIMENSIONAL DE PERFIL TOPOGRÁFICO

Autor(es):

Sayonara Pereira da Silva: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Gabriela Santos Eugênio de Souza: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Victória Aurélio Rodrigues: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
João Victor de Moraes Barreto: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):

Werner Farkatt Tabosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) A maquete topográfica desempenha um papel crucial na representação do terreno, servindo de ferramenta profissional para engenheiros arquitetos no planejamento urbano. A representação tridimensional de terrenos é essencial em diversas aplicações que serão abordadas ao longo da dissertação, avaliando impactos ambientais, planejamento de infraestrutura, estudos de viabilidade, entre outros. Nesse contexto, a maquete surge como uma ferramenta fundamental para representar os detalhes do terreno, permitindo uma visualização mais intuitiva e contribuindo para a tomada de decisões embasadas em informações visuais.

(Metodologia) Para atingir esse objetivo, é fundamental adquirir dados precisos sobre o terreno, que podem ser obtidos por meio de levantamento topográfico, sensoriamento remoto, escaneamento a laser e sistemas de informações geográficas. Esses dados são a base para a criação de modelos tridimensionais, que podem ser construídos manualmente ou com o auxílio de softwares especializados. Além disso, a materialização da maquete depende da escala e do propósito, envolvendo a seleção de materiais adequados e a inclusão de elementos relevantes, como edifícios, vegetação, vias de acesso e hidrografia, de acordo com a aplicação específica. A incorporação de informações adicionais, como mapas temáticos, imagens aéreas e outros dados geográficos, enriquece a representação e torna a maquete ainda mais valiosa. Esses elementos complementares contribuem para uma compreensão mais abrangente do terreno e facilitam a comunicação eficaz, tornando a maquete uma ferramenta de suporte a decisões amplamente úteis.

(Resultados) A maquete tridimensional de perfil topográfico revela o relevo de forma precisa e envolvente. Através dela, é possível visualizar detalhadamente as variações de elevação, curvas de nível e características do terreno. Esta representação oferece uma compreensão mais profunda e acessível do ambiente, possibilitando a identificação de pontos críticos, áreas de interesse e recursos naturais. A maquete fornece uma visão completa e intuitiva da topografia da região, auxiliando no planejamento, na tomada de decisões e na comunicação eficaz entre profissionais e stakeholders.

(Conclusão) Conclui-se que a maquete topográfica desempenha um papel vital na representação e compreensão do terreno em diversas aplicações. Ela não apenas mostra a superfície da terra em um local específico, mas também realça a importância da topografia para o planejamento urbano, arquitetônico, ambiental e muito mais. Espera-se que esta exposição tenha destacado de maneira ampla a relevância das maquetes tridimensionais na visualização e interpretação de dados geoespaciais, demonstrando seu potencial como uma ferramenta versátil e indispensável no mundo da engenharia e planejamento urbano.

Palavras-chave: Topográfica; maquete; levantamento.

MAQUETE TOPOGRÁFICA: METODOLOGIA E OBJETIVOS

Autor(es):

Hazielle Sofia Paredes Marinho de Paiva: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Anna Clara Cortes Nóbrega de Macêdo: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Maria Luiza Silva Barros: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):

Werner Farkatt Tabosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) A matéria de Topografia, ensinada pelo Prof. Dr. Werner Farkatt aos alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNI RN), tem como principal objetivo representar graficamente o relevo de um terreno através da planta de levantamento topográfico juntamente com todas as características do local determinado, incluindo fatores como metragem, cálculo de área, pontos cotados, norte magnético ou verdadeiro, coordenadas geográficas, curvas de nível, entre outros. Como forma de alavancar o processo de aprendizagem dos alunos, o professor demonstrou em sala de aula uma representação topográfica na forma de maquete, realizada por alunos de períodos mais avançados do curso de Arquitetura e Urbanismo. Com isso, a turma interessou-se sobre a realização deste projeto, e desse modo, foi instruído aos alunos a se inscreverem no CONIC (Congresso de Iniciação Científica) a fim de produzir a maquete topográfica, utilizando-a como parte do processo acadêmico.

(Metodologia) A partir disso, pode-se caracterizar a metodologia como de pesquisa, estudo de caso, análise de condicionantes físicas, ambientais e de imagens, e a representação da leitura de dados sobre a planimetria, curvas de níveis e altimetria apresentados em sala. Sendo assim, tornou-se possível desenvolver uma linha de pensamento acerca da temática abordada e o entendimento sobre o assunto, com a finalidade de produzir uma maquete altimétrica e o aprendizado dos alunos.

(Resultados) Com os estudos acerca da realização do assunto estudado e a realização da maquete altimétrica, será possível identificar os desníveis do terreno, assim como observar a área estudada. A maquete terá sua apresentação no CONIC, demonstrando a aprendizagem dos alunos e trazendo a atenção e interação dos observadores ao trabalho realizado.

(Conclusão) Com todas essas informações é possível se compreender a importância de trabalhos como a criação de maquetes no decorrer do ensinamento da matéria de topografia, as atividades como a montagem de maquete ensinam tanto a matéria, como o entendimento de escalas, declividades de terreno, cálculos, como também se estimula o senso motor e principalmente o trabalho em grupo. Sendo assim se analisa o quanto importante é esse tipo de atividade para o âmbito social, pro entendimento até mesmo corporal e principalmente pro ensinamento da matéria.

Palavras-chave: Topografia; altimetria; curvas de nível; análise do solo; estudo de condicionantes físicas e ambientais.

NATTUS SPA: ANTEPROJETO DE UM SPA URBANO COM ÊNFASE NO DESIGN BIOFÍLICO PARA O BAIRRO DE NOVA PARNAMIRIM/RN

Autor(es):

Beatrice Furtado de Macedo Pontes: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):

Suerda Campos da Costa: Docente do UNI-RN

(Introdução) A rotina exaustiva e exigente da contemporaneidade, marcada pela constante pressão social, a sobrecarga de responsabilidades profissionais e pessoais, bem como a exposição contínua a estímulos digitais, corrobora significativamente com o adoecimento mental e o cansaço crônico do cidadão, levando a um estado de esgotamento físico e emocional. Nesse sentido, o Spa Urbano surge como uma proposta inovadora para diminuir essa problemática, oferecendo um refúgio tranquilo e revitalizante no meio da agitação urbana, onde os indivíduos podem dedicar tempo a si mesmos, cuidar de sua saúde mental e física, e restaurar o equilíbrio tão necessário para enfrentar os desafios da vida moderna.

(Metodologia) Foi realizado um levantamento de dados, que incluiu a aplicação de questionários autoadministrados, a fim de identificar a prevalência de adoecimento mental na população local e estimar o interesse dos entrevistados em conhecer e visitar um Spa Urbano, visando mapear as necessidades e preferências da comunidade em relação a esse tipo de serviço.

(Resultados) Os dados levantados através dos questionários apresentaram uma quantidade significativa de pessoas com queixas de adoecimento mental, como ansiedade e depressão, bem como relatos frequentes de cansaço crônico, refletindo a necessidade premente de abordagens de autocuidado e bem-estar na Avenida Abel Cabral e região. Além disso, foi observado que a maioria esmagadora dos entrevistados se demonstrou não apenas interessada, mas também entusiasmada em conhecer e visitar um Spa Urbano, indicando uma demanda latente por um espaço que promova a saúde mental e o relaxamento na comunidade local.

(Conclusão) O trabalho se encontra em desenvolvimento após considerações da pré-banca, refletindo o compromisso em aprimorar o projeto. Dessa forma, através dos estudos realizados até o momento, o Spa Urbano e o design biofílico demonstraram ser ferramentas úteis e de grande importância para o cuidado da mente e do corpo da população com queixas de adoecimento mental e cansaço, incluindo os residentes da Avenida Abel Cabral e região. Isso reforça a relevância de continuar explorando e aprimorando esses conceitos, visando oferecer um ambiente que promova o bem-estar e a saúde mental de forma eficaz e acessível para a comunidade.

Palavras-chave: Spa urbano; saúde mental; design biofílico.

NEUROARQUITETURA APLICADA A UM CENTRO DE SAÚDE MENTAL PRIVADO NA CIDADE DE NATAL/RN

Autor(es):

Diana Marques Hanzel: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):

Debora Nogueira Pinto Florencio: Docente do UNI-RN

(Introdução) O trabalho consiste na criação de um anteprojeto do Centro de Saúde Mental privado na cidade de Natal, Rio Grande do Norte com aplicação da neuroarquitetura. A saúde mental é uma questão cada vez mais presente na sociedade com crescente demanda por serviços e profissionais especializados e de qualidade. A neuroarquitetura é uma disciplina que busca compreender a relação entre o ambiente construído e o cérebro humano, explorando como a edificação e o design dos espaços podem influenciar a saúde, o bem-estar e o desempenho cognitivo das pessoas. Essa abordagem interdisciplinar combina os conhecimentos da neurociência, arquitetura e psicologia ambiental para criar ambientes que promovam experiências positivas e estimulem o funcionamento cerebral.

(Metodologia) Dividiu-se o trabalho em etapas para maior entendimento e organização da concepção projetual, trazendo informações e dados acerca de temas necessários para o entendimento do trabalho; análises de edificações levando em consideração a conexão com a natureza, iluminação e ventilação natural que servirão de base para a proposta arquitetônica. Na segunda etapa serão apresentados referenciais empíricos a nível internacional, nacional e regional com o objetivo principal de nortear a concepção do anteprojeto de um centro de saúde mental na cidade de Natal/RN. Logo em seguida, a terceira etapa tem como objetivo diagnosticar e levantar informações sobre a área e o terreno escolhido através de criação e análise de mapas para assim, entender melhor sobre onde se localizará o projeto. Posteriormente, também será analisada e estudada a legislação da área e da cidade de Natal, bem como normas para maior segurança de todos

(Resultados) Após todas as análises, foi realizado o partido arquitetônico juntamente com o seu conceito, onde foi expressa as primeiras ideias através do programa de necessidades e pré-dimensionamento visando a volumetria e estudos do terrenos para execução do anteprojeto. A criação de um anteprojeto de um centro de saúde mental com princípios da neuroarquitetura para trazer um ambiente mais confortável tanto para os pacientes quanto para os profissionais do local.

(Conclusão) O trabalho possa ser utilizado como base para futuras intervenções arquitetônicas em centros de saúde mental e para o aprimoramento da prática da neuroarquitetura como uma abordagem efetiva na melhoria da saúde mental e do bem-estar geral das pessoas.

Palavras-chave: Neuroarquitetura; saúde mental; centro de saúde; ambiente terapêutico.

NEUROARQUITETURA E O DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS COM TEA

Autor(es):

Pedro de Vasconcelos Lisboa Neto: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Melissa Bezerra da Silva: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Ana Júlia Ramalho Martiniano Carneiro: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Maryanne Alicia da Silva: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Maria Ester de Moraes Lima: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):

Cristiane Clébia Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) Segundo dados do Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que indicam que cerca de 24% da população brasileira possui algum tipo de limitação física, visual, auditiva ou intelectual, onde se encaixam os indivíduos portadores de autismo. Tendo em vista o aumento do índice do diagnóstico de crianças com TEA e a necessidade de sua inserção na comunidade e nos espaços públicos de convivência.

(Metodologia) Este trabalho, que consiste numa pesquisa bibliográfica descritiva, realizou uma revisão bibliográfica da literatura existente sobre o tema, analisando pesquisas e estudos de caso a fim de compreender como a arquitetura estimula e auxilia o desenvolvimento de crianças autistas. Por se tratar de um estudo que se utiliza de uma revisão bibliográfica, a pesquisa fez levantamento de produções nacionais e internacionais, utilizando bases de dados como SciELO, Google Acadêmico e sites governamentais, tendo como critério de inclusão artigos sobre a temática explorada com publicação no intervalo de tempo da última década.

(Resultados) Atualmente, o Transtorno do Espectro Autista, o TEA, de acordo com Miele e Amato (2016) é definido como um transtorno do neurodesenvolvimento que possui como característica predominante alterações qualitativas e quantitativas na comunicação e falta de interesse em interações sociais. Já a neuroarquitetura é, segundo Paiva (2018) o campo de estudo que vincula neurociência, psicologia e arquitetura, estudando o impacto causado pelo ambiente físico no cérebro humano e a mudança de comportamento que esse impacto ocasiona. Partindo desses dois conceitos se torna possível destacar a importância da neuroarquitetura como uma abordagem significativa para melhorar a qualidade de vida e o bem-estar das crianças com TEA nas suas relações com o ambiente construído e as dinâmicas existentes no espaço, além de abordar temas como a importância da comunicação não verbal, a necessidade de ambientes mais inclusivos e adaptados às necessidades específicas das crianças com autismo, e a influência do ambiente físico na cognição e no comportamento humano. O texto traz ainda as principais recomendações para arquitetos e designers que desejam criar ambientes mais inclusivos para crianças com TEA. São destacados aspectos como a importância da iluminação, acústica, cores e texturas, além da necessidade de espaços mais amplos e flexíveis, que possam ser adaptados às necessidades específicas das crianças com autismo.

(Conclusão) O entendimento do impacto da neuroarquitetura que busca abordagens humanizadas e completas, e o fomento de mais estudos que relacionem os seus benefícios para a promoção do bem estar, inclusão, acessibilidade e impacto na saúde mental das pessoas autistas é crucial para a criação de ambientes mais saudáveis e equilibrados.

Palavras-chave: Neuroarquitetura; autismo; TEA.

PARQUE DE TODOS! A SOCIEDADE TRANSFORMANDO O ESPAÇO PRIVADO: ESTUDO PRELIMINAR DE UM PARQUE URBANO NO HIPERMERCADO CARREFOUR DA ZONA SUL DE NATAL/RN

Autor(es):

Raimundo Lacerda Netto : Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):

Miss Lene Pereira da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) O estudo preliminar Parque de Todos visa um estudo preliminar arquitetônico urbano paisagístico que transforma uma área privada, composta por um estacionamento de hipermercado e um terreno sem uso, em um parque urbano, com ênfase na participação da comunidade na ocupação do espaço. A prática de converter áreas destinadas a estacionamentos e espaços comerciais em parques públicos é comum globalmente, variando de acordo com as necessidades de cada comunidade. A escolha desse projeto é justificada por razões pessoais, sociais e culturais. A necessidade pessoal surge da falta de parques seguros e acessíveis à noite em Natal, enquanto a carência social revela a necessidade de ambientes externos para lazer, esporte e contemplação. A justificativa cultural ressalta a tendência da população em ocupar locais fechados, como shoppings, devido à sensação de segurança. Assim, decide-se estudar um anteprojeto de parque integrado ao Hipermercado Carrefour, buscando atender à demanda por um ambiente de lazer que priorize bem-estar e segurança, diferenciando-se dos shoppings centrados no consumismo.

(Metodologia) O processo metodológico inclui estudo da logística do hipermercado, análise do público-alvo, definição de áreas específicas (esportivas, lazer, contemplação) e foco em necessidades como acessibilidade, além da importância da sensação de segurança. O desenvolvimento do estudo preliminar explora referências teóricas e históricas de parques urbanos públicos e privados, assim como os estudos indiretos, como o "Gardens by The Bay" em Singapura e indiretos, o Parque Ibirapuera em São Paulo, além de oferecer um histórico do bairro de Candelária, incluindo os aspectos físicos, ambientais, urbanísticos e legais acerca do local estudado.

(Resultados) Como resultado, é observado no programa de necessidades, que orienta o zoneamento e uso de áreas específicas, onde se mostrou eficaz a divisão dos espaços definido pelos seus respectivos usos, como a área esportiva integrada com áreas comerciais, e as áreas de lazer e contemplação integradas com uma área de preservação permanente, no entorno da lagoa de Mirassol.

(Conclusão) Conclui-se que o estudo preliminar do parque urbano mostra que o atual terreno pode ter uma demanda totalmente diferente e muito mais dinâmica e usável pela sociedade do que apenas servir de estacionamento para um hipermercado. Traz áreas que unem a cultura local, com a valorização da natureza, e muito foco em algo que traz mais saúde para a população, como os esportes.

Palavras-chave: Parque; parque urbano; cidade; Natal; Rio Grande do Norte; paisagismo; projeto urbano.

PRITZKER, UM PRÊMIO MACHISTA? O QUE LEVOU A ESCOLHA TARDIA DE MULHERES AO HORÁRIO MÁXIMO DA ARQUITETURA

Autor(es):

Abmael Anderton de Lima: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Beatriz Leite de Menezes Holanda: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Juliana Brito Campos Goes: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):

Yuri Simonini Souza: Docente do UNI-RN

(Introdução) O prêmio Pritzker de arquitetura é um prêmio internacional, criado em 1979, por Jay A. Pritzker e sua esposa Cindy Pritzker, o prêmio é financiado pela família Pritzker e patrocinado pela Fundação Hyatt. O casal acreditava que a existência de um grande prêmio voltado para a arquitetura encorajaria maior conscientização pública sobre os edifícios, além de inspirar maior criatividade e valorização nesta área. Com tudo ainda há muito a ser questionado, neste documento iremos abordar as questões por trás do prêmio, e o reflexo do por que ter tão poucas ganhadoras e ter demorado tanto tempo para para uma mulher vir a ganhar a honraria máxima da arquitetura. Então é notório que depois desse documento vamos ter ainda mais embasamento para analisar as questões de desigualdade de gênero na arquitetura

(Metodologia) Através de uma análise bibliográfica e um mergulho na linha do tempo do prêmio vamos analisar essa problemática para que o debate sobre questões como discriminação ou desigualdade foram de fato veladas mas presentes na escolha tardia de ganhadoras do prêmio. Fazendo que com que todos tenham ciência através de estudos e análises sobre questões de gênero também na arquitetura.

(Resultados) Através de uma análise mais detalhada, é notório que não só o prêmio mas o contexto social no geral atrasou as mulheres de tal forma a condicionantes e evidências de mulheres na arquitetura e suas obras relevantes. O debate é sobre as especificidades de cada contexto social que essas ganhadoras e todas as mulheres vivem pois em alguns casos houve pressão social do país que elas vivem para uma possível recusa ao prêmio.

(Conclusão) Então de tal forma é possível concluir que sim houve de fato fatores que favoreceram os homens e atrasaram o reconhecimento das mulheres em diversas áreas inclusive na arquitetura, dessa forma não há como não entender o lamentável contexto e a falta omissão de oportunidades da mulher perante sua profissão seja ela qual for. Desse modo é notório que em qualquer área ou ambiente a mulher esta ainda sim sendo descaracterizada ao se ver em condicionantes históricas.

Palavras-chave: Mulher; machismos; arquitetura; prêmio; gênero.

PROPOSTA ARQUITETÔNICA DE UM NOVO FÓRUM DE JUSTIÇA - VARA DE FAMÍLIA, PARA O MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE, APLICANDO OS CONCEITOS DA NEUROARQUITETURA

Autor(es):

Jarlene Da Silva Pereira Gomes: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):

Suerda Campos da Costa: Docente do UNI-RN

André Felipe Moura Alves: Docente do UNI-RN

Yuri Simonini Souza: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho se concentra na arquitetura institucional jurídica, especificamente na vara de família, considerando seu impacto no desempenho profissional dos operadores do Direito e no bem-estar dos usuários, especialmente aqueles enfrentando situações emocionais delicadas. Além disso, busca apresentar soluções arquitetônicas que melhorem o desempenho profissional, otimizando a distribuição de espaços e a produtividade. Os Fóruns de Justiça, com ênfase na Vara de Família, são destacados como elementos essenciais para o funcionamento eficiente do sistema judiciário e a resolução de conflitos familiares, acolhendo diversos profissionais e desempenhando um papel fundamental na garantia da justiça e dos direitos dos cidadãos. Faz uma abordagem e integração com os princípios fundamentais da Neuroarquitetura, que visa harmonizar os avanços da neurociência com os princípios da arquitetura.

(Metodologia) Quanto à abordagem metodológica adotada, primeiramente foram empregados procedimentos exploratórios e descritivos. Para fundamentar teoricamente o tema "Fórum de Justiça - Vara de Família", foram realizadas pesquisas bibliográficas em livros, sites, dissertações de mestrado e análise de Trabalhos de Conclusão de Curso. Com o intuito de proporcionar uma compreensão mais abrangente, foram realizadas visitas de campo para coleta direta de referências, aplicação de questionários por meio de redes sociais e abordagens informais, bem como estudos de casos como fontes de referência indireta

(Resultados) O conceito do projeto ressalta a importância de otimizar minuciosamente as áreas de circulação e organização dos espaços, com a finalidade de não apenas assegurar a eficiência operacional, mas também enriquecer a experiência dos usuários. O objetivo primordial é criar ambientes que inspirem sensações positivas e eleve o ânimo de todos que frequentam os serviços jurídicos, incluindo os servidores que desempenham suas atividades no local. Como partido projetual, a incorporação de áreas verdes nos espaços do edifício revelou-se essencial, reconhecendo-se plenamente o significativo papel desempenhado pelas plantas em nossas vidas. Esses elementos naturais proporcionam locais de serenidade e acolhimento, contribuindo para o bem-estar dos ocupantes. O formato do edifício proposto, que assume a configuração de um coração, é de extrema relevância para a proposta arquitetônica. Essa escolha arquitetônica não é apenas esteticamente marcante, mas também uma resposta direta à essência do próprio edifício, que se concentra essencialmente na abordagem de questões emocionais relacionadas à família. Ao adotar essa forma, o projeto busca transmitir, de maneira visual e simbólica, uma mensagem profunda de acolhimento e empatia direcionada aos seus usuários. O formato do edifício proposto, que assume a configuração de um coração, é de extrema relevância para a proposta arquitetônica. Essa escolha arquitetônica não é apenas esteticamente marcante, mas também uma resposta direta à essência do próprio edifício, que se concentra essencialmente na abordagem de questões emocionais relacionadas à família. Ao adotar essa forma, o projeto busca transmitir, de maneira visual e simbólica, uma mensagem profunda de acolhimento e empatia direcionada aos seus usuários.

(Conclusão) No âmbito deste trabalho, explorou-se com profundidade a aplicação dos conceitos da Neuroarquitetura na criação de um novo Fórum de Justiça - Vara de Família. O conceito central da proposta arquitetônica envolveu a integração de espaços, a disposição estratégica dos ambientes e mobiliário, e a maximização da iluminação natural e ventilação. Além disso, a utilização de elementos de vegetação, tanto na área externa quanto interna, contribuiu para um paisagismo eficiente.

Palavras-chave: Fórum de Justiça; Vara de Família; São Gonçalo do Amarante/RN; Neuroarquitetura.

PSICOLOGIA DAS CORES

Autor(es):

Sayonara Pereira da Silva: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):

Cristiane Clébia Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) A influência das cores em nossa psicologia é um tema fascinante e fundamental para a compreensão de como as cores afetam nossas emoções, comportamentos e percepções no dia a dia. Neste artigo, vamos aprofundar a análise do impacto profundo das cores e discutir sua aplicação eficaz em diversas áreas, desde o design gráfico até estratégias de marketing e terapia. A desvendar os segredos por trás das cores, abrimos caminho para aprimorar nossa capacidade de comunicação, persuasão e, inclusive, a promoção do nosso bem-estar emocional. Desta forma, destaca-se a importância da compreensão de como as cores interferem nas emoções humanas

(Metodologia) Neste artigo acadêmico, explora-se a significativa influência da psicologia das cores em diversas áreas, como marketing e psicoterapia. Utilizando uma abordagem multidisciplinar através de pesquisas que envolvem aspectos psicológicos, neurocientíficos e sociais, após analisar os mecanismos subjacentes às respostas emocionais desencadeadas por diferentes cores. Além disso, por meio deste é discutida as aplicações práticas dessas descobertas em publicidade, design e terapia, contribuindo assim para o avanço do conhecimento nessa área. No estudo aprofundado, considera-se o uso de cores em contextos específicos e a influência da cultura e do contexto social nas percepções das cores. Também a perspectiva de Goethe sobre a psicologia das cores, destacando suas ideias sobre a relação entre cores e emoções. No entanto, é importante observar que as ideias de Goethe são mais subjetivas em comparação com abordagens científicas contemporâneas da cor, que se baseiam na física e na biologia da visão.

(Resultados) Os resultados do estudo baseado na perspectiva de Johann Wolfgang von Goethe sobre a psicologia das cores revelaram que as cores de fato evocam respostas emocionais específicas, como excitação e calma, corroborando as ideias de Goethe. Esses achados demonstraram como artistas modernos conscientemente incorporaram essas ideias em suas obras, usando as cores como ferramentas para transmitir emoções profundas. Além disso, as aplicações práticas contemporâneas da teoria das cores de Goethe foram evidenciadas em áreas como terapia de cores, design de interiores e marketing, onde as cores são usadas para influenciar estados emocionais e transmitir mensagens. A pesquisa enfatizou a influência da cultura na percepção das cores, destacando a importância de uma abordagem interdisciplinar para compreender o impacto das cores na mente humana.

(Conclusão) Em síntese, o trabalho explora o mundo da psicologia das cores, destacando como as cores desempenham um papel significativo na psicologia humana e em inúmeras aplicações práticas. Ao abraçar a perspectiva de Johann Wolfgang von Goethe, evidencia que as cores vão além de meros fenômenos visuais, servindo como veículos poderosos para evocar emoções, influenciar comportamentos e comunicar mensagens profundas. Através deste estudo é apresentada a influência das cores na experiência emocional das pessoas, reconhecendo que diferentes tonalidades têm o potencial de estimular respostas emocionais específicas. Além disso, mostra a relevância contemporânea da teoria das cores de Goethe em campos como terapia de cores, design de interiores e marketing, onde as cores são estratégias fundamentais.

Palavras-chave: Cores; Goethe; psicóloga.

REQUALIFICAÇÃO DE PRÉDIOS ABANDONADOS PARA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Autor(es):

Eliza Beatriz Diniz de Medeiros: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):

*Camila Furukava: Docente do UNI-RN
Cristiane Clébia Barbosa: Docente do UNI-RN*

(Introdução) As habitações de interesse social têm o intuito de viabilizar à população de baixa renda o acesso à moradia adequada e regular, que nem sempre é uma realidade para os brasileiros, uma vez que muitos estão desabrigados ou vivendo em habitações inadequadas para moradia. Com base nisso, este artigo busca discorrer sobre a possibilidade de requalificação de prédios abandonados para habitação de interesse social, buscando assim entender as demandas oriundas do déficit habitacional.

(Metodologia) O propósito desta pesquisa é exploratório, tendo em vista que os autores buscaram montar uma base de conhecimentos gerais sobre um tema que antes lhes era inédito. A abordagem utilizada foi a qualitativa e a técnica para a coleta de dados foi a revisão bibliográfica de 5 artigos encontrados no Google Acadêmico.

(Resultados) A recuperação de edifícios abandonados é essencial para a qualidade de vida urbana e para a preservação do patrimônio cultural. É também uma oportunidade de promover o desenvolvimento econômico e criar um ambiente urbano mais saudável e agradável para todos. Para isso é necessário realizar análises construtivas e de viabilidade econômica e elaborar diretrizes para garantir segurança, eficiência energética e adaptação a novos usos. Assim, é possível evitar tragédias e promover um desenvolvimento urbano equilibrado e sustentável.

(Conclusão) Concluiu-se que é de grande importância a requalificação de edifícios voltados para uso social de pessoas com baixa renda e para que isso aconteça existe a necessidade de envolver a ação de gestores públicos competentes, estudar a viabilidade financeira e estabelecer um compromisso em realizar a reabilitação dos edifícios. Dessa forma, a tendência é melhorar a qualidade de vida e preservar a identidade cultural do local. Além disso, é de suma importância que a ação governamental encontre apoio em setores da sociedade civil que possam auxiliar na garantia de uma boa requalificação, trazendo conforto e uma moradia digna para o público beneficiado de forma sustentável, ao mesmo tempo preservando a história patrimonial e arquitetônica do edifício. Por fim, também observou-se que a requalificação de prédios para uso social deve ser uma pauta a ser discutida não apenas no âmbito governamental, mas também no âmbito acadêmico, nos cursos de Arquitetura e Urbanismo, e pelo público em geral.

Palavras-chave: Habitação social; requalificação de prédios abandonados; arquitetura social.

RESUMO EXPANDIDO SOBRE A LEI MARIA DA PENHA E A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO BRASIL

Autor(es):

*Raquel Oliveira Santiago da Silva : Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Camilla Cavalcanti Coutinho da Silveira: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Maria Eduarda Costa de Moraes: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN*

Orientador(es):

Adriana Conceição Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) No Brasil, a violência contra a mulher é um fenômeno que apresenta elevada incidência, caracterizado como um ato que acomete o gênero feminino, que vai desde a violência psicológica até a forma mais grave, o feminicídio, que é entendido como o domínio ou poder sobre a mulher, tirando-lhe o gozo da vida e violando os seus direitos. Na maioria das vezes, os casos são cometidos pelos próprios companheiros no ambiente doméstico ou até mesmo por pessoas próximas. A Lei Maria da Penha estabelece mecanismos para prevenir e combater a violência doméstica e familiar contra a mulher, além de criar medidas de assistência e proteção às vítimas.

(Metodologia) Neste estudo, empregou-se uma metodologia de pesquisa descritiva, cujo objetivo principal é analisar informações relacionadas à violência contra a mulher por meio da exploração dos dados disponíveis no site da Lei Maria da Penha. A pesquisa se inicia com a coleta de dados provenientes das principais instituições de prevenção à violência. O objetivo é identificar um modelo ou padrão que possa ser utilizado como referência e aplicado nas situações práticas. A pesquisa será predominantemente qualitativa, concentrando-se principalmente na observação e análise de informações.

(Resultados) Os resultados da pesquisa mostram que em 2013 o Brasil já ocupava o 5º lugar em um ranking de 83 países que mais ocorrem feminicídios, isso conforme dados da Organização Mundial da Saúde (OMS). Muitos desses crimes são cometidos no próprio meio familiar da vítima, visto que a taxa de 4,8 homicídios por 100 mil mulheres revela que quase 30% dos crimes ocorrem nos domicílios. Mas graças a implementação da Lei Maria da Penha, houve uma redução significativa nos índices de violência contra a mulher. Isso se deve ao acesso de direitos das vítimas, e uma maior conscientização sobre a violência de gênero.

(Conclusão) Diante do exposto, é perceptível os índices alarmantes da violência contra a mulher no Brasil. Por isso, a implementação da Lei Maria da Penha se mostra tão necessária nos dias de hoje para a proteção da mulher. Os resultados demonstram que a legislação teve um impacto positivo na redução dos casos de violência, mas os desafios persistem, especialmente no que diz respeito à efetiva aplicação da lei pelo país.

Palavras-chave: Violência contra mulher; feminicídio; Lei Maria da Penha; proteção a mulher; legislação.

RESUMO EXPANDIDO | METODOLOGIA CIENTÍFICA | UNI-RN A INFLUÊNCIA DA NEUROARQUITETURA E BIOFILIA NO BEM-ESTAR DO INDIVÍDUO

Autor(es):

Kerlyane Rodrigues Forte Soares de Sousa: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Pedro Henrique Pignataro Delgado de Miranda Barbosa: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):

Camila Furukava: Docente do UNI-RN Cristiane Clébia Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) Faça-se a distinção entre neuroarquitetura e biofilia, duas áreas de estudo que exploram a interação entre o ambiente construído e os seres humanos, mas em aspectos diferentes. A neuroarquitetura baseia-se em pesquisas que combinam neurociência, psicologia ambiental e arquitetura para criar espaços que promovam o conforto, a produtividade e a saúde mental. Em busca de entender como a arquitetura e o design dos espaços físicos podem afetar o cérebro e o comportamento humano; examinar como a disposição dos ambientes, escolha de materiais, iluminação, cores e outros elementos arquitetônicos podem influenciar emoções, bem-estar e desempenho cognitivo das pessoas que os habitam. A biofilia, por sua vez, é uma teoria desenvolvida pelo psicólogo Edward O. Wilson, que sugere que os seres humanos têm uma afinidade inata com a natureza e a necessidade de conectar-se com ela. Essa teoria argumenta que estamos geneticamente predispostos a buscar ambientes naturais e que a exposição à natureza pode ter efeitos positivos em nossa saúde emocional e física, desempenho cognitivo por conseguinte.

(Metodologia) A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, utilizou-se a base de dados google acadêmico e como critérios para a pesquisa as palavras “neuroarquitetura”, “biofilia” e “bem-estar”.

(Resultados) Os anos de 2020 e 2021 foram marcados pela pandemia causada pelo coronavírus (Covid -19), período em que adotou-se em vários países o isolamento coletivo. Isso fez muitas pessoas serem impactadas psicologicamente, ao serem privadas de realizar suas atividades diárias ao isolarem-se e tornar seu ambiente estressante. Neste ponto, é importante considerar a interatividade entre o homem e o espaço, em razão da influência no comportamento e organização dos indivíduos, conforme destacado pela arquiteta Vera Bins Ely: A responsabilidade do arquiteto vai bem além do desenho de ambientes eficazes em termos de conforto e segurança que atendam às necessidades funcionais dos usuários para a realização das atividades. Pressupõe, também, compreender as necessidades formais e estéticas do usuário a fim de lhe assegurar um espaço agradável, de prazer e bem-estar (BINS ELY, 2003). A partir dessa observação, surgiu o seguinte questionamento: Como a arquitetura e a natureza podem ter um impacto positivo na mente das pessoas, e ajudar a mitigar os impactos negativos do isolamento social. Para tanto, o projeto arquitetônico deve considerar diretrizes e fatores que influenciam positivamente os usuários de um ambiente. Neste contexto, a neuroarquitetura assume um protagonismo norteador, bem como sua inter-relação com a biofilia, no desenvolvimento do projeto, compatibilizar aspectos técnicos, físicos e psicológicos.

(Conclusão) O trabalho concluiu que a neuroarquitetura e a biofilia trabalham em conjunto para criar espaços promotores de bem-estar e conectados à natureza, reconhece-se a influência do ambiente construído no cérebro e no comportamento. Pesquisas têm demonstrado que a presença de elementos biofílicos em ambientes construídos melhoram o humor, reduzem o estresse, aumentam a criatividade e produtividade, aceleram a recuperação de pacientes em hospitais e melhoram o desempenho acadêmico em ambientes educacionais.

Palavras-chave: Neuroarquitetura; bem-estar; biofilia; paisagismo; neurociência.

RESUMO MAQUETES DE RELEVO TOPOGRÁFICO

Autor(es):

*Tainá Borges de Lima Caldas: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN Sabryna Myrella de Lima Machado:
Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Erik George Xavier França de Medeiros: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN*

Orientador(es):

Werner Farkatt Tabosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) A topografia fornece informações cruciais aos arquitetos, permitindo que criem projetos esteticamente agradáveis e funcionalmente eficazes que também respeitam o ambiente natural. O entendimento detalhado do terreno serve como base para suas visões arquitetônicas, assegurando que suas criações se integrem harmoniosamente ao mundo ao seu redor, mantendo essas informações muito persistentes na matéria a qual é aplicado o resumo, contudo o resumo trata-se de um breve entendimento sobre maquetes de relevo topográfico, as maquetes de relevo topográfico são ferramentas versáteis que desempenham um papel crucial em várias disciplinas, ajudando as pessoas a compreenderem o terreno, planejarem adequadamente e tomarem decisões informadas em várias situações, tendo uma construção com seus picos mais altos e mais baixos também representada por cores.

(Metodologia) Por intermédio de pesquisas e auxílio do professor, inicia a construção da maquete topográfica com os alunos do curso que pagam a disciplina de topografia, maquete essa sob relevo que será escolhida pelos alunos em meio de algumas alternativas dadas do professor para os alunos, sendo assim realizado um trabalho em grupo, que será confeccionado em meio acadêmico.

(Resultados) Para alcançar os resultados desejados nas pesquisas, a parte crucial que pode fornecer resultados reais é a implementação do projeto da maquete topográfica. O uso dessas maquetes é essencial não apenas para representar visualmente o terreno, mas também para estudar sua evolução ao longo do tempo. Além disso, as maquetes são ferramentas valiosas para simulações e experimentos científicos. Elas proporcionam uma plataforma tangível e interativa para os pesquisadores explorarem diferentes cenários, permitindo uma compreensão mais profunda das mudanças no terreno e suas implicações. A execução cuidadosa do projeto da maquete topográfica e sua utilização estratégica em experimentos e simulações são passos essenciais para obter resultados significativos e precisos nas pesquisas em questão.

(Conclusão) Tendo como resultado a confecção de maquetes para fins de estudo topográfico, e exibição das maquetes, pode-se concluir a relevância da topografia para a arquitetura e urbanismo, tendo como maior referência a prática e o estudo sobre topografia e a declividade dos terrenos.

Palavras-chave: Topografia; maquete de topografia; relevo topográfico; confecção de maquetes.

TECNOLOGIA: IMPORTÂNCIA DO DESENVOLVIMENTO NA ARQUITETURA E URBANISMO

Autor(es):

Anny Beatriz da Silva Rodrigues: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):

Camila Furukava: Docente do UNI-RN Cristiane Clébia Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) A tecnologia está presente em diversas áreas no cotidiano, com intuito de facilitar o trabalho e estudos em numerosas áreas, incluindo a arquitetura. Logo, com os avanços da tecnologia cada vez mais presentes na sociedade, os arquitetos conseguiram expandir seus conhecimentos e aplicá-los em novas formas de trabalho, que antes de tais avanços eram bastante limitadas a trabalhos manuais. Ademais, com essa expansão, foi possível utilizar do uso mais preciso de softwares, a exemplo dos desenvolvidos para desenhos gráficos, “podendo citar o software mais conhecido pelos arquitetos, oAUTOCAD” dentre outros, que posteriormente, tais ferramentas contribuíram para a agilidade e maior precisão de projetos, facilitando o processo criativo do arquiteto(a).

(Metodologia) O trabalho apresentado, foi baseado em levantamento bibliográfico e pesquisas sobre as diversas áreas em que a tecnologia esteve presente juntamente a arquitetura e no urbanismo, dentre tais levantamentos, foi possível compreendê-los por meio de artigos científicos encontrados no SCIELO, Google acadêmico, e em sites de universidades, apresentados com as palavras-chaves: inovações tecnológicas; tecnologias digitais; política educacional; tecnologia da construção; tecnologia. Tais artigos foram selecionados para compor o trabalho por se encaixarem no tema proposto “Tecnologia na arquitetura: importância do desenvolvimento da tecnologia na arquitetura e urbanismo”, onde foi possível incluir levantamentos das aplicações tecnológicas na área e sua devida importância aos profissionais.

(Resultados) Decerto, foi possível compreender que os resultados possibilitaram visualizar as diferentes variáveis que influenciaram na atual estruturação da área da tecnologia na construção, algo que ajuda e evolui cada vez mais o curso e se torna algo muito importante para o futuro. Ajudaram também as principais discussões, ações e trabalhos realizados por entidades como MEC (Ministério da Educação e Cultura); ABEA (Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo) e entre outras que de alguma forma impactaram na atual configuração da tecnologia da construção das escolas brasileiras.

(Conclusão) A partir desse trabalho apresentado, podemos afirmar que a união entre tecnologia e arquitetura está interligada há muito tempo, visto que a profissão e os arquitetos sempre buscaram se renovar e buscar soluções tecnológicas para agregar cada vez mais o seu trabalho no dia a dia. Com as novas tecnologias que se aperfeiçoam de tempo em tempo, ajuda os arquitetos a obter mais precisão no cálculo e na previsão de prazos nas obras. Da mesma forma, esses cálculos ajudam também a evitar perdas na execução da obra, podendo assim, ser mais sustentáveis. Enfim, podemos analisar e tirar a conclusão que o curso de arquitetura e a forma de trabalhar com a tecnologia são extremamente importantes e que auxiliam muito dentro de um projeto.

Palavras-chave: Tecnologia; arquitetura; inovação; desenvolvimento.

UM ESTUDO DE CASO NA ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR LUÍS ANTÔNIO COMO INSTRUMENTO PARA UM PLANO DE DIRETRIZES ARQUITETÔNICAS E SUA METODOLOGIA DE APLICAÇÃO

Autor(es):

Maria Lethícia de Vasconcelos Brambila: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):

Miss Lene Pereira da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) A presente pesquisa discute e explora como as revitalizações do ambiente escolar afetam o senso de pertencimento territorial dos alunos em relação à escola e analisa as alterações ocorridas na escola antes e depois dos processos de revitalização, tendo como estudo de caso a Escola Estadual Professor Luís Antônio, na cidade do Natal. O trabalho propõe uma análise mais aprofundada dos ambientes habitados e não habitados nas escolas e como eles podem ser modificados para atender às demandas dos usuários. Para isso, explora conceitos da psicologia ambiental, da psicologia ecológica e do senso de território, buscando entender como os alunos se identificam com os espaços escolares. Com isso, este trabalho visa propor um plano de diretrizes para a revitalização de ambientes escolares, promovendo a participação da comunidade e considerando as especificidades de cada bairro.

(Metodologia) O trabalho utiliza abordagens dos tipos qualitativa e quantitativa, pois pretende propor um plano de diretrizes para revitalizações em uma escola Estadual da cidade do Natal, respeitando as características da instituição, utilizando-se de ferramentas como a análise de dados empíricos e observação. Levando em consideração os pontos citados anteriormente neste parágrafo, também serão utilizadas ferramentas exploratórias e descritivas, correlacionando-as ao levantamento de dados empíricos, findando na utilização dos métodos fenomenológico e hipotético-dedutivo.

(Resultados) Com as pesquisas realizadas a partir dos materiais bibliográficos consultados, compreendem-se as temáticas relacionadas à psicologia ambiental, território educacional, e a relação entre indivíduo e ambiente escolar, desde a sua forma degradada (sem revitalizações), até os processos de revitalização dessa tipologia de espaço, bem como os efeitos pós-reativação e pós-ocupação. Desta forma, o estudo de caso na Escola Estadual Luís Antônio, serviu como alicerce para a correlação entre as pesquisas bibliográficas e a observação de uma escola onde ocorre a revitalização dos ambientes. Como resultado, foi desenvolvida uma cartilha educativa contendo o plano de diretrizes e sua metodologia, bem como explicações acerca da aplicação de seu procedimento metodológico para que se faça possível a realização da revitalização dos espaços escolares.

(Conclusão) Desta maneira, em concomitância com as análises realizadas nesta pesquisa, será proposta uma cartilha de diretrizes cujo objetivo será amenizar a evasão escolar através da criação de uma ambiência escolar que estimule a utilização dos espaços, a participação efetiva dos alunos e da comunidade nos processos de revitalização e conseqüentemente ocasione no desenvolvimento do senso de pertencimento do aluno ao ambiente escolar habitado, por meio das revitalizações escolares. Para isso, serão utilizadas teorias com ferramentas que auxiliem nesses processos, fazendo com que o corpo docente da escola identifique os locais a serem revitalizados e trace uma estratégia para revitalizá-lo, seguindo as diretrizes para tornar os ambientes diminuidores de estresse e fomentadores do senso de pertencimento do aluno e da comunidade, fazendo com que essa comunidade se aposses do espaço escolar, melhorando-o conforme as suas necessidades.

Palavras-chave: Escola; arquitetura escolar; psicologia ambiental; território educacional; plano de diretrizes.



CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

XXIII CONIC

2023

GRADUAÇÃO

DIREITO

Volume 1 – Ciências Sociais, Exatas e da Terra



A CONTRIBUIÇÃO DA PERSPECTIVA FEMINISTA PARA A ARGUMENTAÇÃO

Autor(es):

Karenina Hentz da Cunha Lima: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

José Eduardo de Almeida Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) A presente pesquisa visa demonstrar a contribuição da perspectiva feminista para as ciências da argumentação e da retórica, especialmente frente aos debates que dominam a esfera jurídica, com a análise da construção argumentativa ilustrada por votos proferidos por ministros e ministras do Supremo Tribunal Federal (STF), em julgamentos de grande relevância social, tal e como exemplo a Ação Direta de Constitucionalidade por Omissão (ADO) n. 26, cujo mérito analisou a criminalização da homofobia.

(Metodologia) A metodologia adotada foi a revisão bibliográfica, composta especialmente das contribuições presentes nas obras de Catherine E. Hundleby, Janyne Sattler, Donna Haraway, Linda Alcoff, Elizabeth Potter, Nancy Hartsock e Nastassja Pugliese.

(Resultados) O projeto da epistemologia feminista é iniciado a partir do diagnóstico de uma tradição hegemônica masculina, pela revisão crítica dos conceitos de “conhecimento”, “sujeito cognoscente”, “objetividade”, “racionalidade”, “justificação”, “metodologia científica”, “generalidade”, “universalização”, como sendo definições falhas e tendenciosas, em vista de uma reconstrução normativa, prática e ideológica que reconheça, explique e endosse a parcialidade e o contexto dos processos de conhecimento. Algumas das questões são, portanto, velhos temas epistemológicos remodelados e renovados pela perspectiva feminista. A necessidade de se refazer a própria metodologia epistemológica e científica, modificando certas questões clássicas da teoria do conhecimento a partir desta constatação do “conhecimento situado” dado com os marcadores de gênero é imperante. Junto ao “gênero”, ainda, acredita-se ser crucial a soma das demais interseccionalidades como raça e classe. Afinal, a consideração da perspectiva feminista até então negligenciada traz consigo uma apreensão particular da realidade e do próprio conhecimento que dilata certos conceitos, agrega novas noções e introduz imagens provisórias e alteráveis de investigação, sobretudo por tratar-se de empreitada em contínua construção – ponto que aliás desestabiliza e incomoda as antigas propostas unissonantes e homogêneas: contra a verdade pura e universal do balizamento racional e objetivo, contra a normatização e a ancoragem de uma certeza, um diálogo crítico e questionador instável e aberto. Como resultado que se manifesta nas argumentações e debates “tête-à-tête” verificou-se que, em casos concretos, os votos proferidos por ministros são muito mais agressivos do que os que são defendidos por ministras do STF. Todavia, com esta observação não se pretendem reforçar padrões de “feminilidade” conectada à “docilidade”, mas sim a uma maior postura democrática e equilibrada, frente às discordâncias naturais das formas de pensar, se expressar e defender pontos de vista.

(Conclusão) Os estudos de argumentação precisam de mais desenvolvimento feminista, especialmente se visam fornecer recursos para contribuir com a filosofia em sua missão de abordar de forma mais refinada e cuidadosa as preocupações de justiça social. Com isso não se trata de uma redução da epistemologia à política, mas da realização de um objetivo emancipatório, claramente feminista e inclusivo, que permita “a expansão da democracia na produção do conhecimento” e na defesa deste.

Palavras-chave: Perspectiva feminista; argumentação; Supremo Tribunal Federal (STF); democracia; justiça social.

A USUCAPIÃO DO BEM DE HERANÇA ENTRE HERDEIROS

Autor(es):

Gabriela Nunes dos Santos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosângela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) O instituto da Usucapião especifica critérios objetivos para a aquisição do direito real a propriedade através da posse unida ao tempo, com o fito de consolidar juridicamente uma situação de fato. O instituto possui modalidades distintas legalmente previstas, e, por conseguinte, requisitos não aplicáveis a todas as espécies. Entretanto, torna-se observável que há características inerentes a todas as categorias do instituto, definindo-se como o animus domini, o lapso temporal e a efetiva posse mansa, pacífica e interrupta do imóvel.

(Metodologia) A análise em tela foi realizada por meio de pesquisas bibliográficas e doutrinárias acerca da possibilidade de Usucapir o bem de herança por parte dos herdeiros, complementada ainda através de posicionamentos jurisprudenciais, pacificados pelo Superior Tribunal de Justiça - STJ, buscando esclarecer as nuances que permeiam a legitimidade da aplicação do instituto.

(Resultados) É plausível questionar a viabilidade da aplicação da Usucapião a um bem de herança quando os herdeiros estão nos polos da ação, uma vez que, de acordo com o direito das sucessões, com o falecimento dos ascendentes, os bens do acervo destes, nomeado a partir de então como espólio, tornam-se um todo indivisível, transmitidos imediatamente aos herdeiros, conforme estabelecido no artigo 1.784 do Código Civil, conferindo assim a condição de condôminos aos herdeiros dos imóveis deixados, tendo em vista que estes dividem propriedade sobre um mesmo bem, até a efetiva partilha da herança. Diversos julgados compreendiam também a matéria desta maneira, contudo, a previsão da viabilidade de Usucapir legislada a tornou aplicável a quaisquer sujeitos que atendam as premissas específicas, desta maneira, com o fito de garantir a segurança jurídica, o Superior Tribunal de Justiça - STJ, julgou como executável a pretensão de um dos herdeiros usucapir as parcelas do bem que não o pertence como um todo, convertendo-se em único proprietário, assemelhando-se ao que ocorre na Usucapião de bem de família, desde que este exerça o animus domini, o lapso temporal e a efetiva posse mansa, pacífica e interrupta do imóvel, além de atender a exigível posse exclusiva do bem, sem divisão real com os demais herdeiros condôminos, buscando não configurar-se como posse apenas do direito adquirido através da herança, além de requisitar a não caracterização da posse como mera detenção do bem, uma vez que esta não gera direitos como efeito, assim, para que não sejam configurados como atos de mera permissão ou tolerância, a posse de fato deverá ser comprovada pelas despesas arcadas unicamente pelo condômino residente do imóvel e/ou a realização de benfeitorias sem qualquer oposição por parte dos demais proprietários, reforçando o animus domini do contexto. Tal conjuntura é matéria pacificada nos Tribunais Pátrios, que através dos julgados corroboram a legitimidade da Usucapião do imóvel objeto de herança por parte de um dos condôminos, desde que atendidos os requisitos estabelecidos em lei. Quanto a modalidade, através das análises jurisprudenciais, pontua-se a Usucapião Extraordinária recomendável ao cenário, uma vez que esta não requer boa-fé ou justo título para aquisição, assim como, pelo lapso temporal configurar-se extenso, favorece o reconhecimento da posse sem oposição.

(Conclusão) Portanto, é notório que apesar da discricionariedade do direito das sucessões, há diversos institutos que podem vir a interferir mesmo no direito certo a herança, ressaltando assim a indispensabilidade de promover a devida regularização do espólio, levando em consideração sua destinação útil e a função social dos bens, assegurando assim uma efetiva proteção dos interesses envolvidos.

Palavras-chave: Usucapião; herdeiros; condôminos; bem.

A LIBERDADE CONTRATUAL E SEUS LIMITES CONSTITUCIONAIS

Autor(es):

Maria Julia Martins Pessoa : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN Samara Veruska da Rocha Ferreira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN Maria Rita de Sousa Rodrigues: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN Maria Eduarda Costa Bezerra: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Andréa de Andrade Fernandes: Docente do UNI-RN Marcelo Henrique de Sousa Torres: Docente do UNI-RN

(Introdução) Um dos alicerces elementares do direito civil contratual é a liberdade contratual, ele atribui às partes a capacidade de celebrar acordos contratuais que melhor atendam seus interesses, servindo como reflexo da autonomia da vontade das partes envolvidas. Contudo, essa liberdade não é completamente absoluta. Ela encontra limites e estacas em princípios constitucionais que tem como objetivo proteger direitos fundamentais e garantir a justiça nas relações contratuais. Esse resumo irá abordar a interseção entre essa liberdade contratual e os limites constitucionais impostos, analisando como tais limites modelam e determinam a liberdade das partes em contratos.

(Metodologia) A metodologia utilizada foi o método explicativo com abordagem qualitativa de natureza aplicada, com base em pesquisas bibliográficas, observação de trabalhos acadêmicos e artigos relacionados à problemática do tema. A análise será embasada em doutrinas, registros constitucionais e princípios gerais.

(Resultados) Com base nas pesquisas realizadas, fica evidente que a Constituição Federal Brasileira estabelece uma rede de princípios que funcionam como restrições à liberdade contratual, incluindo a dignidade da pessoa humana, a propriedade privada, a função social da propriedade e a justiça social. Esses princípios desempenham um papel essencial na proteção dos direitos fundamentais e no bem-estar social por meio dos contratos. A dignidade da pessoa humana, por exemplo, impede a exploração de partes mais vulneráveis, como trabalhadores, resultando em contratos de trabalho justos. Além disso, a Constituição proíbe cláusulas contratuais abusivas que violem direitos fundamentais, permitindo aos tribunais invalidá-las para garantir a conformidade contratual com os princípios constitucionais. A interação entre a liberdade contratual e esses limites constitucionais é de suma importância no direito brasileiro, assegurando que os contratos não apenas atendam aos interesses das partes envolvidas, mas também estejam em consonância com os valores e princípios fundamentais consagrados na Constituição.

(Conclusão) Portanto, a pesquisa destaca a importância da interseção entre a liberdade contratual e os limites constitucionais no direito civil contratual brasileiro, ressaltando que a Constituição desempenha um papel crucial na proteção dos direitos fundamentais e na promoção da justiça nas relações contratuais. A aplicação adequada desses limites é essencial para assegurar que os contratos não comprometam o bem-estar social e estejam em conformidade com os princípios da sociedade. Portanto, a interpretação e adaptação contínua desses limites às mudanças sociais são essenciais para alcançar um equilíbrio entre a liberdade contratual e a proteção dos direitos fundamentais, promovendo uma justiça contratual mais equitativa.

Palavras-chave: Contratos; liberdade; limites; direito; constitucional.

DIREITO CIVIL – CONVIVÊNCIA CIVILIZADA: DESVENDANDO OS SEGREDOS DO DIREITO DE VIZINHANÇA

Autor(es):

Arthur Félix Andrade de Lima Batista: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosângela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) Objetivo do vídeo: "Esclarecer os principais aspectos do Direito de Vizinhança no âmbito do Direito Civil, abordando temas como limites, incômodos, responsabilidades e soluções legais, com o intuito de promover uma convivência harmoniosa entre vizinhos e prevenir possíveis conflitos judiciais".

(Proposta do roteiro) Bem-vindos ao vídeo especial sobre o Direito de Vizinhança, uma área essencial do Direito Civil que visa promover a harmonia e o respeito entre moradores de uma mesma localidade. Vamos explorar os principais conceitos, direitos e responsabilidades que regem essa relação fundamental. No vídeo terá cenas que mostram os direitos e deveres dos vizinhos e o limite no qual os mesmos até podem ir.

(Efeitos esperados) O vídeo "Convivência Civilizada: Desvendando os Segredos do Direito de Vizinhança" foi meticulosamente elaborado com o propósito de oferecer uma compreensão abrangente e acessível sobre os fundamentos do Direito de Vizinhança no âmbito do Direito Civil. Com um enfoque educacional e esclarecedor, almejamos atingir os seguintes efeitos benéficos: 1. Educação e Conscientização: Espera-se que o vídeo promova a educação pública sobre os direitos e responsabilidades dos vizinhos, fomentando o conhecimento de como a lei pode ser um instrumento valioso na manutenção da harmonia comunitária. 2. Prevenção de Conflitos: Antecipamos que o conteúdo apresentado auxilie na prevenção de conflitos entre vizinhos, ao fornecer informações claras sobre limites, incômodos e as soluções legais disponíveis para resolver disputas de forma pacífica. 3. Estímulo à Resolução Amigável: É nossa expectativa que o vídeo incentive a busca por soluções amigáveis em situações de desentendimento entre vizinhos, promovendo a mediação e evitando litígios judiciais. 4. Empoderamento Jurídico: Almejamos empoderar os espectadores, capacitando-os com o conhecimento necessário para compreender e aplicar o Direito de Vizinhança em suas próprias vidas, contribuindo para uma convivência mais respeitosa e civilizada. 5. Comunidade Mais Consciente e Responsável: Esperamos que o vídeo estimule uma comunidade mais consciente e responsável, onde os moradores compreendem suas obrigações legais e agem de acordo, fortalecendo os laços e a qualidade de vida na vizinhança. 6. Ampliação do Diálogo Jurídico: Desejamos que o vídeo incite o diálogo sobre questões legais entre vizinhos, promovendo um ambiente propício para a discussão e resolução de temas relacionados ao Direito de Vizinhança.

FRAUDES E IRREGULARIDADES EM LICITAÇÕES: UM ESTUDO SOBRE PROBLEMAS NO DIREITO ADMINISTRATIVO

Autor(es):

Bruna Fernandes de Almeida: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Ricardo César Ferreira Duarte Junior: Docente do UNI-RN

(Introdução) As licitações desempenham um papel fundamental no Direito Administrativo, sendo um procedimento utilizado pela administração pública para selecionar fornecedores e prestadores de serviços. No entanto, esse processo muitas vezes enfrenta problemas relacionados a fraudes e irregularidades, comprometendo a lisura e a transparência das contratações. Esta pesquisa tem como objetivo analisar e compreender as problemáticas relacionadas a fraudes e irregularidades em licitações no âmbito do Direito Administrativo, visando contribuir para a melhoria da gestão pública e aprimoramento do processo licitatório.

(Metodologia) Esta pesquisa será realizada por meio de uma abordagem qualitativa. Serão coletados dados por meio de revisão bibliográfica, análise de casos e jurisprudências relacionadas a fraudes e irregularidades em licitações. Serão considerados estudos e artigos científicos relevantes sobre o tema, bem como leis, regulamentos e normas vigentes relacionadas ao processo licitatório. A análise dos dados será realizada por meio de técnicas de interpretação e síntese.

(Resultados) Os resultados obtidos revelaram que as fraudes e irregularidades em licitações são um problema recorrente no Direito Administrativo. As principais formas identificadas incluem o direcionamento de licitações, a formação de cartéis e a ocorrência de fraudes durante o processo licitatório, como a falsificação de documentos e a apresentação de propostas fictícias. Essas práticas comprometem a transparência, a isonomia e a competitividade nas contratações públicas.

(Conclusão) Diante dos resultados obtidos, fica evidente a necessidade de aprimoramento dos mecanismos de controle e fiscalização no processo licitatório. É fundamental promover a transparência, fortalecer as punições para os infratores e implementar medidas de prevenção, como a ampliação da divulgação de informações, a realização de auditorias e a capacitação dos agentes públicos envolvidos. A adoção de medidas eficazes contribuirá para reduzir as ocorrências de fraudes e irregularidades em licitações, garantindo a eficiência e a transparência na administração pública e preservando os princípios fundamentais do Direito Administrativo. Assim, espera-se que esta pesquisa forneça insights valiosos para aprimorar o processo licitatório e prevenir práticas fraudulentas, contribuindo para uma gestão pública mais eficiente e transparente.

Palavras-chave: Fraudes em licitações; direito administrativo; processo licitatório; transparência na administração pública; controle e fiscalização em licitações; prevenção de fraudes em licitações; eficiência no processo licitatório; competitividade em licitações.

LEI N 14.405 E SUAS MUDANÇAS NA DESTINAÇÃO DO EDIFÍCIO

Autor(es):

João Pedro Lira Neri: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosângela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) Este trabalho tem como intuito abordar a alteração na legislação que ocorreu com a implementação da lei 14.405, referente à mudança na votação de condôminos quanto a alteração de destinação do edifício e unidades imobiliárias em condomínios. Com a lei antiga era notório a dificuldade que se tinha para que ocorresse alguma alteração dentro dos condomínios edifícios tendo em vista que era necessário a unanimidade dos condôminos para que houvesse alteração na destinação do edifício ou unidade imobiliária, dessa forma, era praticamente impossível haver alterações, contudo, com a implementação da nova lei, tornaram-se muito mais acessíveis essas mudanças.

(Metodologia) O meio de pesquisa utilizado para argumentar acerca do tema foi a bibliografia, onde foram estudadas as leis novas e anteriores da temática abordada para que fosse possível fazer uma comparação e uma conclusão sobre quais foram as alterações feitas e como elas impactaram no meio jurídico e na vida dos condôminos e também quais foram seus benefícios, foi-se utilizado também o estudo de juristas da área cível para que houvesse um maior embasamento teórico quanto as mudanças que foram feitas com a alteração da lei.

(Resultados) Ao analisar a nova lei 14.405/2022 e fazer uma análise comparativa da lei anterior com a nova, chega-se a conclusão de que a lei nova trouxe uma maior eficácia quanto a representação dos condôminos, haja visto que antes dessa alteração, o código civil exigia unanimidade dos condôminos para alterar a convenção de condomínio para mudar a destinação dos edifícios, dessa forma, apesar da maioria dos condôminos serem a favor, não era possível a alteração, visto que, não se tinha unanimidade, com a nova lei onde alterou para a necessidade de 2/3 dos condôminos para aprovação, tem-se de fato a representação da maioria dos condôminos nos edifícios e unidades imobiliárias.

(Conclusão) Conclui-se portanto que, a exigência da unanimidade estaria em desarmonia com o princípio da função social da propriedade, função esta que está prevista na Constituição Federal e também no próprio Código Civil, tendo em vista que se houvesse apenas 1 voto contrário, a alteração da destinação do imóvel não seria possível, prejudicando, dessa forma, o interesse dos demais condôminos devido ao quórum exigente apresentado, sendo assim um problema para que houvesse uma modernização nas cidades, portanto, a Lei 14.405/2022 facilitou a tomada de decisões entre os condôminos quanto a destinação do edifício ou da unidade imobiliária.

Palavras-chave: Lei 14.405/2022; condôminos; edifício.

PROTEÇÃO A PROPRIEDADE: USUCAPIÃO FAMILIAR E SEUS EFEITOS

Autor(es):

Monique Hellen Teodósio Cunha: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Cristiane Clébia Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) A proteção a propriedade delimita-se no estudo do garantismo do direito de moradia, vinculado diretamente à usucapião familiar. A usucapião familiar, ou também conhecida como domiciliar, constitui-se por um direito à moradia de um ex-cônjuge ou companheiro que abandona o lar efetivo, na qual, tendo a mulher com a principal vítima dessa materialidade junto com seus filhos. À face do exposto, a legislação brasileira permite que o possuidor, pela posse do animus domini, exerça o direito de propriedade de forma mansa, pacífica e que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural. Atualmente, conforme estudos apontam, esta modalidade de usucapião põe em pauta a crítica acerca do término da relação afetiva, uma vez que o abandono do lar deve ser voluntário, isto é, culposo, numa época em que se prega a extinção da discussão sobre a culpa para a dissolução do casamento e da união estável (GONÇALVES, 2017, p. 270). Dessarte, o fator motivante dessa pesquisa foi demonstrar que a separação de fato, assim como a abdicação das responsabilidades, independe de um sentimento de culpa por algum dos cônjuges, à medida que, a principal função desta usucapião é adquirir o pleno gozo da propriedade, bem como, garantir o direito constitucional dessas mulheres que vislumbram nesta realidade cotidiana.

(Metodologia) Durante o estudo, aplicou-se uma revisão qualitativa de artigos, na qual foram analisadas as narrativas referentes à possível influência da separação, de modo subjetivo, para o desencadeamento da propriedade do imóvel. As reflexões e dados encontrados serviram de base para as discussões acerca das relações familiares, bem como questões que permeiam a imprescritibilidade das moradias para muitas mulheres.

(Resultados) Com base nos estudos apontados, é, notório, portanto, que esse tipo de usucapião, interfere, diretamente, em um campo de “culpabilidade” para uma das partes na qual é feita a caracterização de abandono. Cabe salientar que, conforme estudos, as mulheres são as mais prejudicadas e acabam sendo as que adquirem o uso da propriedade do imóvel. Por isso, o legislador, com o intuito de promover e desamparar as mulheres que sofreram violência doméstica, utiliza-se do instituto jurídico como suprassumo de garantismo para adquirirem o pleno gozo dessa propriedade.

(Conclusão) Dessarte o levantamento promovido nesta pesquisa, constatou-se que a usucapião familiar, por se tratar de um programa do Governo Federal, é analisada como um direito real de aquisição na qual se caracteriza em prol da proteção do abandono do ex-cônjuge em uma relação familiar, de modo que atribua os poderes inerentes de uma propriedade, sendo eles, usar, gozar, fruir e reaver perante o imóvel. Por conseguinte, a nossa legislação vigente atribui uma justiça social como dever constituinte dessas mulheres que tanto necessitam de uma habitação.

Palavras-chave: Abandono; familiar; propriedade; usucapião.

"DISCERDIMENTO SOBRE AS LEIS DELEGADAS"

Autor(es):

Júlia Kalline Pontes das Neves: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Marcelo Henrique de Sousa Torres: Docente do UNI-RN

Andréa de Andrade Fernandes: Docente do UNI-RN

(Introdução) Este artigo tem como objetivo analisar o processo de tramitação e aprovação de PDLs - leis delegadas, no Congresso Nacional, bem como destacar as etapas e regulamentações que regem esse procedimento. No contexto do sistema jurídico brasileiro, a elaboração e promulgação de leis são tarefas fundamentais para a regulamentação da sociedade e o funcionamento do Estado. Além das leis ordinárias e complementares, o Brasil também adota um mecanismo especial conhecido como "Leis Delegadas". Essas leis são criadas pelo Presidente da República, mas sua tramitação e controle envolvem o Congresso Nacional. Este artigo visa analisar o processo de criação, regulamentação e impacto das Leis Delegadas no sistema legal do Brasil.

(Metodologia) Para obter as respostas acerca da temática apresentada neste trabalho, foi utilizado a releitura da Constituição federal, juntamente com uma análise metódica e crítica de fontes legislativas, constitucionais e regulamentares relacionadas ao processo de criação das Leis Delegadas no Brasil. Para embasar esta análise, foram consultados a Constituição Federal, as normas do Regimento Interno do Congresso Nacional e outras legislações pertinentes.

(Resultados) Destaca-se o procedimento de criação das Leis Delegadas, que são utilizadas para tratar de matérias específicas, permitindo ao Poder Executivo atuar de forma ágil em áreas determinadas, desde que respeitando os limites estabelecidos pela Constituição. O Congresso Nacional desempenha um papel fundamental no processo de delegação, com a capacidade de aprovar ou revogar a delegação legislativa a qualquer momento. A criação das Leis Delegadas pode ser feita de duas maneiras: típica, na qual o Presidente elabora, promulga e publica a Lei Delegada sem intervenção do Legislativo, ou atípica, que envolve a discussão e votação pelo Congresso Nacional. São elaboradas pelo Presidente da República, com prévia autorização do Congresso Nacional. O quórum de aprovação dessa espécie normativa é de maioria simples.

(Conclusão) Ao término deste trabalho foi possível identificar que as Leis Delegadas representam um mecanismo legal importante no sistema jurídico brasileiro, permitindo ao Poder Executivo agir de forma mais ágil e flexível em áreas específicas. No entanto, o controle e regulamentação rígidos que envolvem o processo de criação dessas leis garantem que a Constituição seja respeitada, preservando os princípios democráticos, o equilíbrio de poderes e os direitos fundamentais. O presente estudo ressalta a necessidade de compreender em como o poder do Executivo e o controle do Legislativo é essencial para garantir a legalidade e a constitucionalidade das Leis Delegadas, o que, por sua vez, contribui para a estabilidade e a legitimidade do sistema legal do país.

Palavras-chave: Leis delegadas; poder executivo; poder legislativo; congresso nacional.

A (IM)POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DA SÚMULA 377 DO STF AOS INVENTÁRIOS EXTRAJUDICIAIS

Autor(es):

Robson Max Moreira Balbino: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosângela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) O direito de herança é um tema relevante no campo do direito da sucessão, atualmente no Brasil temos 4 tipos de regime de bens “regime da separação, regime da comunhão, Regime da comunhão universal e Regime da participação final nos aquestos” em especial para nosso trabalho, vamos discutir o regime de separação legal de bens, no qual vamos versar sobre a sua aplicabilidade dentro dos inventários extrajudiciais, se existir essa possibilidade, e se caso não for permitido, qual a justificativa para tal impedimento.

(Metodologia) O presente trabalho foi construído através de análises bibliográfica, usando de artigo que abordam sobre o direito de herança em regime de separação legal de bens, bem como entendimentos jurídicos, e em especial à jurisprudência 377 do Supremo Tribunal Federal, buscando responder se haveria a possibilidade ou não da aplicação desta súmula em casos de inventários extrajudiciais. Foi utilizado as ferramentas SCIELO – Scientific Electronic Library Online e o Google Acadêmico como meios de acesso a pesquisas, no qual foi selecionado artigos que venham a acrescer no crescimento do tema, seja buscando por palavras-chave, livros e artigos que apresente dados que inferem-se nessa abordagem.

(Resultados) Em primeiro lugar, em relação ao regime de separação legal de bens, é importante destacar que, nesse regime, os bens adquiridos antes e durante o casamento permanecem de propriedade exclusiva de cada cônjuge, não havendo comunhão patrimonial, conforme o art. 1.641, Código Civil, 2002. Dessa forma, surge a questão sobre como fica o direito de herança do cônjuge sobrevivente em caso de falecimento do outro cônjuge. Ocorre que a aplicação do direito de herança é uma dicotomia entre o Código Civil, e a interpretação através da Súmula 377, Supremo Tribunal Federal (STF), pelo qual entendeu que no regime de separação legal de bens, comunicam-se os adquiridos na constância do casamento, desde que comprovado o esforço comum para a sua aquisição, logo, os bens adquiridos durante o casamento são comunicáveis, ou seja, pertencem a ambos os cônjuges. Tal súmula pode ter incidência nos inventários e partilha de bens, pois ocorrendo a aplicação dessa súmula, os quinhões hereditários são diretamente afetados. Não obstante, quando questionado em inventário extrajudicial, temos um impasse. Pois, a súmula 377 não é vinculante, nesse sentido não poderia o tabelião tomar da aplicação da jurisprudência. Todavia, caso seja em inventário judicial, poderia o juiz fazer aplicação desta súmula.

(Conclusão) Diante do que foi abordado, é interessante para o cônjuge em regime de separação legal de bens requerer por via judicial, pois se faz necessário uma pacificação da via extrajudicial quanto ao tópico. Seria interessante a aplicação desse entendimento direito no Código Civil, contudo, necessitaria da participação ativa dos legisladores para implementação de tal entendimento jurisprudencial.

Palavras-chave: Direito de herança; extrajudicial; súmula 377.

A AUTORIZAÇÃO DE USUCAPIÃO EM IMÓVEIS PÚBLICOS: UMA EXCEÇÃO À REGRA DA IMPOSSIBILIDADE.

Autor(es):

Tâmisa Talita de Medeiros Lima: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosângela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) O nosso Código Civil, positiva uma gama de direitos. Entre eles, está o direito de usucapir, isto é, adquirir a propriedade de um bem imóvel através de três requisitos, sendo estes utilizados em qualquer modalidade de Usucapião, quais seja: o tempo, a posse mansa e pacífica e o animus domini, ou seja, a vontade de ser dono. Qualquer pessoa poderá adquirir um imóvel por estes meios, desde que seja possuidor capaz e que tenha qualidade para adquirir o domínio, previsto no artigo 1.244 do Código Civil. Porém, no § 3º do artigo 188 da Constituição Federal, diz-nos que “Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião”. O entendimento que se predomina é que bens públicos não pode ser objeto de Usucapião, pois pertencem ao patrimônio do Estado e são inalienáveis.

(Metodologia) Em primeiro plano, é preciso distinguir a detenção e a posse, sendo esta última, requisito necessário à usucapião. No artigo 1.198 do CC diz-nos, de forma resumida que a detenção é quando uma pessoa conserva a posse em nome de outro, submetendo-se às ordens e instruções suas. Por outro lado, a posse - posse ad usucapionem, garante o direito da propriedade através de requisitos próprios, da maneira em que a vontade de ser dono seja demonstrada no exercício da posse. Para essa pesquisa, refletiremos acerca dos entendimentos dispostos na sentença, de modo a contribuir de maneira eficaz à análise do disposto favorecimento, bem como a lei que validou o pensamento do juizado ao proferir sentença.

(Resultados) Nesse caso em apreço, os moradores, que são ex-funcionários da DER/MG, foram construindo suas casas nos locais do acampamento e, com o passar do tempo, as famílias dos funcionários – na época – foram aumentando cada vez mais. Passaram-se trinta (30) anos e criou-se um enorme vínculo com a propriedade, pelo que tornaram aquele acampamento numa minicidade, com todas as características referentes. O Tribunal acolheu a circunstância das famílias estarem morando no local há um lapso temporal considerável, tratando-o, cultivando-o e tornando-o útil, não podendo ser compelidos a desocupá-lo à instância de quem o abandonou. As famílias demonstraram que não detinham somente a mera detenção como também a posse do bem. O tribunal expôs na decisão que, a viabilidade de se declarar o usucapião é mais evidente, pois existe a lei 2.117/2011 em vigor, autorizando a DER/MG a doar os imóveis à municípios, justamente para que este lhes dê uma destinação social, promovendo o assentamento das famílias que estão no local, conforme se verificou nos autos.

(Conclusão) Existem situações em que se deve atuar mais rente aos anseios sociais, descartando uma solução meramente política, como nos mostra o caso em apreço. Ainda sobre a decisão: “o fato de recair sobre a área próxima à malha ferroviária, limitação administrativa consubstanciada na obrigação de não fazer - não edificar -, não a torna bem de domínio público, ao contrário, apenas implica a existência de imposição de obrigação negativa sobre a propriedade particular”, o tribunal entende que os bens públicos devem ser destinados a atender ao interesse público, nesse contexto, emerge como importante instituto para garantir a adequada utilização desses bens. Por fim, o tribunal decidiu favoravelmente às famílias ali inseridas, fazendo com elas adquiram o direito de usucapir em detrimento de requisitos já presentes para se declarar a prescrição aquisitiva.

Palavras-chave: Usucapião; imóveis públicos; posse.

A COMPROVAÇÃO DO DOLO ESPECÍFICO E SUA COMPLEXIDADE PROBATÓRIA NOS ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NOS MOLDES DA LEI N.º 14.230/2021

Autor(es):

Ana Julia da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Ricardo César Ferreira Duarte Junior: Docente do UNI-RN

(Introdução) A improbidade administrativa é um tema de grande relevância no contexto jurídico brasileiro, especialmente no que diz respeito ao combate à corrupção e à responsabilização de agentes públicos envolvidos em atos ilícitos. A Lei n.º 8.429/1992, conhecida como Lei de Improbidade Administrativa (LIA), estabelece as sanções aplicáveis aos agentes públicos que cometem atos de improbidade. Entretanto, a recente Lei n.º 14.230/2021 trouxe mudanças significativas na legislação sobre improbidade administrativa, alterando diversos aspectos da LIA, incluindo a comprovação do dolo específico nos atos de improbidade administrativa. Essa alteração legislativa tem gerado debates acerca da complexidade comprobatória do dolo específico e seus impactos na efetividade do combate à corrupção. Neste contexto, o presente estudo busca analisar a complexidade comprobatória do dolo específico nas condutas de improbidade administrativa à luz da nova legislação.

(Metodologia) A metodologia empregada neste estudo consiste numa análise qualitativa e exploratória, utilizando-se de pesquisa bibliográfica e documental. Serão analisados artigos científicos, livros, legislação e jurisprudência relacionados ao tema, com ênfase na Lei n.º 14.230/2021 e na Lei n.º 8.429/1992.

(Resultados) Os resultados preliminares indicam que a comprovação do dolo específico nos crimes de improbidade administrativa tornou-se mais complexa com a entrada em vigor da Lei n.º 14.230/2021. Essa complexidade pode dificultar a responsabilização dos agentes públicos envolvidos em atos de improbidade, uma vez que a comprovação do dolo específico é um elemento essencial para a configuração desses crimes. Dessa forma, alcançar meios que possam gerar provas contundentes de que determinado agente público cometeu, dolosamente, ato que infrinja as normas regentes da Administração Pública, tornou-se muito mais complexo, tendo em vista que o dolo parte de uma premissa subjetiva da vontade do agente. Além disso, a nova legislação pode gerar impactos negativos na efetividade do combate à corrupção no Brasil, especialmente se os órgãos de controle e o Poder Judiciário não se adaptarem às novas exigências comprobatórias.

(Conclusão) Conclui-se que a Lei n.º 14.230/2021 trouxe desafios para a comprovação do dolo específico nos atos de improbidade administrativa, tornando mais complexa a comprovação desses atos ilícitos. É fundamental que os órgãos de controle e o Poder Judiciário estejam atentos a essa nova realidade, a fim de garantir a efetividade do combate à corrupção e a responsabilização dos agentes públicos envolvidos em atos de improbidade. A análise das mudanças legislativas e jurisprudenciais relacionadas ao tema contribuirá para a compreensão dos desafios e possíveis soluções para enfrentar a complexidade comprobatória do dolo específico nos atos de improbidade administrativa.

Palavras-chave: Improbidade administrativa; dolo específico; complexidade comprobatória.

A CRIMINALIZAÇÃO DO RACISMO NA PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS: UM EXAME CRÍTICO DAS INTERSEÇÕES NA CRIMINALIZAÇÃO DO RACISMO, RACISMO INSTITUCIONAL NA SAÚDE E A BUSCA PELA IGUALDADE RACIAL

Autor(es):

Artur Sérgio de Lima Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
João Mauricio Guerra Fontes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Isac Marques Fonseca: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Ana Karolina de Lima Santos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) O direito fundamental à igualdade e a perspectiva da não discriminação racial são temas centrais no campo dos direitos humanos e do direito constitucional. Embora muitas constituições, incluindo a Constituição Brasileira, contenham mandados constitucionais expressos de criminalização do racismo, esses princípios vão muito além disso, abrangendo uma série de medidas e ações destinadas a eliminar a discriminação racial em todas as suas formas. A igualdade perante a lei e a não discriminação racial são direitos fundamentais que têm como objetivo garantir que todas as pessoas, independentemente de sua raça, cor, origem étnica ou nacional, desfrutem dos mesmos direitos e oportunidades. Esses princípios são essenciais para a construção de sociedades justas e inclusivas.

(Metodologia) Utiliza-se metodologia explicativa e exploratória, pois Quali-quantis é uma combinação da abordagem qualitativa com a abordagem quantitativa, utiliza uma abordagem qualitativa com revisão bibliográfica e análise crítica de fontes relacionadas ao tema da criminalização do racismo e sua relação com os direitos humanos. O artigo destaca lacunas na pesquisa acadêmica, discute a eficácia da legislação contra o racismo e faz comparações internacionais. Também utiliza conceitos teóricos, como racismo institucional, para explicar o fenômeno.

(Resultados) Destaca-se a importância da valorização da diversidade racial como um elemento essencial para construir uma sociedade mais igualitária. O sistema de justiça também é discutido, com a argumentação de que ele deve desempenhar um papel proativo na prevenção e combate à discriminação racial. O histórico de criminalização do racismo é uma narrativa que remonta a várias décadas e reflete a evolução das sociedades na luta contra a discriminação racial. Dessa forma, destacamos os principais marcos desse processo: Abolição da Escravidão, Leis Jim Crow, Movimento pelos Direitos Civis, Convenções Internacionais, Legislação Antidiscriminação, Movimentos e Conscientização Atual. Apesar do progresso alcançado na criminalização do racismo, muitos desafios persistem, e o combate à discriminação racial continua sendo uma luta constante em todo o mundo. A conscientização, a educação e a legislação são instrumentos importantes nessa batalha para promover a igualdade racial e erradicar o racismo.

(Conclusão) Nossa análise sobre a criminalização do racismo na proteção dos direitos humanos nos levou a entender a importância vital desse instrumento legal. No entanto, é crucial reconhecer que a mera criminalização não é suficiente para lidar com as profundas desigualdades raciais enraizadas em nossa sociedade. É apenas um dos primeiros passos em direção a uma mudança significativa. Portanto, a igualdade racial vai além da criminalização do racismo. Ela requer ações afirmativas, políticas públicas eficazes e uma mudança cultural para combater as injustiças raciais históricas. O Brasil sendo o último país a abolir a escravidão tem uma dívida histórica com o povo negro, tem a responsabilidade de continuar avançando em direção a uma sociedade verdadeiramente igualitária, onde todas as pessoas, independentemente de sua raça, cor ou origem étnica, possam desfrutar plenamente de seus direitos e oportunidades.

Palavras-chave: Criminalização; racismo; direitos humanos; igualdade racial.

A DESCRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO VOLUNTÁRIO NO BRASIL: É PELA VIDA

Autor(es):

Luciana Barreto de Carvalho Galvão Freire: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Tereza Laise Bezerra Cruz: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Maria Luísa Soares Antonio: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Karenina Hentz da Cunha Lima: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Aline Medeiros Lara: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

*Ana Maria de Araújo Ananias: Docente do UNI-RN
Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN*

(Introdução) O presente estudo tem como objetivo analisar a temática da descriminalização do aborto voluntário no Brasil, matéria pautada recentemente pelo Supremo Tribunal Federal (STF), observando o fenômeno sob duas faces: a primeira delas, enquanto uma problemática da seara sócio-jurídica-penal e, a segunda, como um desafio para a saúde pública no país. Vale destacar que o escopo da discussão visa garantir às mulheres o direito constitucional de interromper a gravidez, de acordo com a sua escolha e autonomia, sem a necessidade de consentimento do Estado.

(Metodologia) O método adotado para a presente pesquisa foi a revisão bibliográfica, através do exame das principais contribuições de Deborah Diniz, Katha Pollit, Soraia da Rosa Mendes e Stella Sandi.

(Resultados) São diversas as teóricas e vertentes feministas que se dedicam a estudar a temática do Aborto, enquanto Direito das Mulheres, especialmente no tocante à liberdade de decisão sobre seu próprio corpo, para além de uma maternidade por escolha, consciente e livre das pressões sociais e culturais. Para observar esta temática, partimos de duas óticas basilares. A primeira delas, se dedica a afirmar que o Aborto, para além de uma conduta tipificada no Código Penal, deveria ser observado como matéria de saúde pública em qualquer nação. Isso, porque, os índices da prática de aborto no Brasil chegam a um número de 1 milhão de casos que esbarram nas portas do Sistema de Saúde Nacional. A segunda ótica, que se faz necessária adotar, é que o índice de mortalidade de mulheres, decorrente de Abortos Inseguros praticados é tema de estudo da Organização Mundial da Saúde em parceria com a ONU MUJERES da América Latina. No Brasil, a ONU MULHERES informa que cerca de 800 mil mulheres praticam abortos todos os anos. Dessas, 200 mil recorrem ao SUS para tratar as sequelas de procedimentos mal executados. Para a Organização Mundial da Saúde (OMS), a situação pode ser mais alarmante: o número de abortos pode ultrapassar um milhão de mulheres. O aborto é a quinta causa de mortalidade materna no país. Diante destes números, adotando a perspectiva feminista-interseccional, é necessário perceber que, as práticas do aborto clandestino, por um lado, vitimam mais mulheres negras do que as brancas e, por outro, as mulheres negras possuem menos acesso às anestésias durante o parto normal e ao sistema de saúde, sendo as que mais falecem em decorrência da gestação. Uma crítica que é salutar que se faça presente nesta análise é que, sobre a situação e o contexto do aborto das mulheres indígenas no país, os dados são silentes, pois elas não são consideradas nestas estatísticas. Em que pese a criminalização da prática, pelo Código Penal brasileiro, é perceptível que o Aborto ocorre – e de forma avassaladora – no país.

(Conclusão) A questão da ilegalidade não é efetiva para coibir a prática do Aborto Voluntário, mas vem sendo causa direta para atingir a vida de muitas mulheres que optam por essa intervenção, mesmo que essa decisão apresente riscos para sua própria vida. Neste sentido, a descriminalização seria um grande avanço na matéria dos Direitos das Mulheres no país, oportunizando uma melhora nas condições de atendimento e realização da intervenção no próprio sistema de saúde pública, principalmente para as mulheres das classes menos favorecidas economicamente, que são a maioria no país.

Palavras-chave: Aborto voluntário; descriminalização; perspectiva feminista; interseccionalidade; ONU mulheres.

A DOMINAÇÃO E VIOLÊNCIA COM O CORPO FEMININO DURANTE O PARTO E SEUS REFLEXOS

Autor(es):

Gabriela Soares de Menezes Cortes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Analuz Regis Lopes de Medeiros: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Rasland Costa de Luna Freire: Docente do UNI-RN

(Introdução) A violência obstétrica é um fenômeno que tem ganhado notoriedade no campo da maternidade e direitos humanos. Ganhando destaque nos últimos anos, a violência obstétrica envolve abusos e maus tratos durante o pré-natal, parto e pós-parto, causando danos físicos e emocionais para mulheres já enfrentando as adversidades advindas da maternidade, afetando negativamente a experiência do parto e a saúde da mãe do bebê. Para iniciar essa discussão de fato, é importante entender quem são os responsáveis por perpetuar esse tipo de violência, para ser possível desenvolver estratégias eficazes de prevenção e combate interventivo da violência obstétrica. Uma das categorias mais destacadas por causar violência obstétrica são os próprios profissionais da saúde, tais como médicos, enfermeiros e obstetras. Por estarem diretamente envolvidos com os cuidados do recém-nascido e da gestante, esses indivíduos podem cometer violência obstétrica de diversas formas, desde não respeitar a autonomia da mulher, até realizar procedimentos invasivos sem consentimento da gestante. Também é importante ressaltar que além dos profissionais da saúde, as próprias instituições de saúde também podem ser fontes de violência obstétrica.

(Metodologia) A metodologia usada para a criação do presente artigo foi a pesquisa acerca do tema e como ele se reflete em diversos campos do conhecimento como da ciência, filosofia, psicologia, direito, além da realização de entrevistas buscando uma visão ampla e completa sobre a origem da violência obstétrica e como ela se reflete na vida das mulheres em específico.

(Resultados) A violência obstétrica é um tema que vem ganhando notoriedade na sociedade devido a sua maior incidência decorrente no desenvolvimento de novas tecnologias que tornam a mulher cada vez menos protagonista do próprio parto como reflexo da sociedade patriarcal e capitalista -que visando o lucro e agilidade- em que se apresenta em maior parte do mundo. Apesar das divergências até mesmo entre órgãos da saúde pública e a OMS, foi comprovada a necessidade de se debater sobre ele, visando criar medidas de apoio às vítimas tanto como medidas de prevenção e responsabilização.

(Conclusão) Analisando os fatos apresentados, é possível concluir que a violência obstétrica é um fenômeno complexo e multifacetado, com graves consequências para as mulheres e os bebês. É fundamental desenvolver estratégias eficazes de prevenção e combate à violência obstétrica, envolvendo profissionais de saúde, instituições e a sociedade como um todo. A conscientização, a educação e a implementação de políticas adequadas são passos essenciais para enfrentar esse problema e garantir uma experiência de parto segura e respeitosa para as mulheres.

Palavras-chave: Violência-obstétrica; gestação; violência contra mulher; violência médica; maternidade.

A ECONOMIA DE CONHECIMENTO DA ARÁBIA SAUDITA: SUAS IMPLICAÇÕES NO REINO DO ORIENTE MÉDIO

Autor(es):

Luís Henrique Trindade de Azevedo Leitão: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Ursula Bezerra e Silva Lira: Docente do UNI-RN

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) Numa economia do conhecimento, existem correlações positivas e interações mútuas entre informação, sociedade e economia. A economia do conhecimento de uma nação determina a capacidade de inovação e a capacidade de a nação para sustentar o crescimento e o desenvolvimento. Varia de uma nação para outra com base em suas necessidades e na disponibilidade de recursos que podem ajudar a atingir suas metas respectivamente. As variáveis determinam sua eficiência e eficácia. A economia baseada no petróleo da Arábia Saudita mudou com o seu plano de diversificação e oferecendo várias opções, uma das quais é a economia do conhecimento. Os países do Conselho de cooperação do Golfo estão a dar um passo adiante e estão progredindo em direção a este plano de ação.

(Metodologia) Embora existam grandes variedades de maneiras pelas quais a pesquisa pode ser conduzida e categorizada, este estudo pode ser categorizado nos seguintes subtópicos: Explicativa e exploratória nos seguintes pontos: Compreender e definir o conceito de economia do conhecimento em geral. Estudar a importância da gestão do conhecimento no desenvolvimento econômico da Arábia Saudita. Identificar seis elementos principais da economia do conhecimento. Analisar a extensão e utilização das práticas de Gestão do Conhecimento adotadas na Saudi Aramco.

(Resultados) A abordagem da economia baseada no conhecimento da Arábia Saudita está em linha com a visão de tornar-se um líder internacional em ciência e tecnologia. Existem três objetivos principais que devem ser alcançados até 2030 na Arábia Saudita como um meio de mudar para o conhecimento. economia impulsionada. O primeiro objetivo é criar uma sociedade vibrante como uma base sólida para prosperidade econômica. A sociedade da Arábia Saudita vive de acordo com as tradições locais de moderação e consideram que o seu patrimônio cultural, bem como a identidade nacional, são de grande importância. A economia baseada no conhecimento da Arábia Saudita está cada vez mais inclinada a capacitar sistemas de bem-estar social e de saúde. Além disso, sob este objetivo, a Visão 2030 visa duplicar o número de sítios patrimoniais sauditas registrados na UNESCO.

(Conclusão) Em conclusão da investigação, tornou-se evidente que a economia do conhecimento tem tornar-se altamente importante em termos de desenvolvimento e crescimento da economia como um todo. Foi capaz de obter amplo reconhecimento entre as nações em desenvolvimento, bem como entre os países emergentes, mercados que colocam todo o seu potencial para fazer a diferença no seu funcionamento por meio de adotá-lo como uma mudança em direção à forma convencional de economia. Para serem altamente competitivos entre si, as diferentes nações apresentam novas estratégias e conhecimentos. A economia é uma delas. A economia do conhecimento é um determinante importante da eficácia e do funcionamento eficiente da economia em várias nações.

Palavras-chave: Gestão do conhecimento; economia do conhecimento; compartilhamento de conhecimento; conhecimento; aplicação; desenvolvimento econômico.

A EFETIVIDADE DO USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL

Autor(es):

Jarbas Silva do Nascimento Junior: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosângela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) Orlando Gomes é enfático ao dizer que “o direito real de propriedade é o mais amplo dos direitos reais”, sua importância é tão notável que se tornou um direito subjetivo fundamental no ordenamento jurídico brasileiro, protegido e resguardado pela Constituição Federal, positivado no Art. 5º, XXVII. Neste viés, surgiu a usucapião extrajudicial que consiste na possibilidade de reconhecimento do imóvel e aquisição dele, desde que atendidos os requisitos legais necessários, sem a necessidade de ajuizamento de ação judicial. Seu surgimento se deu pela necessidade da desburocratização e desoneração do poder judiciário, percebeu-se que o procedimento para o reconhecimento da propriedade pelo instituto da usucapião não é tão complexo quanto parece, motivo pelo qual torna-se bastante viável sua realização fora das amarras do judiciário, que por sua vez encontra-se carregado de demandas.

(Metodologia) A pesquisa foi composta de natureza qualitativa, sob análises das características e qualidades do instituto em questão, embasada em levantamento de dados documental e bibliográficos baseados em legislações, artigos científicos e jurisprudências.

(Resultados) O principal alvo da discussão acerca do procedimento gira em torno da necessidade da concordância dos confinantes e dos antigos proprietários do imóvel objeto da usucapião extrajudicial na planta e memorial descritivo, documentos exigidos pela lei para o andamento do procedimento. Na previsão original, notando-se a ausência da concordância expressa das partes e persistindo após a notificação do oficial do cartório de registro de imóveis, o silêncio era interpretado como discordância e o procedimento era prejudicado. Porém com a edição do provimento do CNJ de número 65/2017, o procedimento extrajudicial da usucapião passou a ter efetividade na prática e se tornou uma realidade para as partes interessadas. O provimento do CNJ apregoa em seu artigo 2º que sem prejuízo da via jurisdicional, é admitido o pedido de reconhecimento extrajudicial da usucapião formulado pelo requerente representado por advogado ou por defensor público, nos termos do disposto no art. 216-A da LRP, que será “processado diretamente no ofício de registro de imóveis da circunscrição em que estiver localizado o imóvel usucapiendo ou maior parte dele”.

(Conclusão) O instituto da usucapião ele surge à luz do princípio da função social da propriedade, baseado na inércia do proprietário que não destina o bem a sua finalidade legal e constitucional, disto isso, a usucapião comporta diversas espécies, que exigem cada uma, seus próprios requisitos formais; e os institutos extrajudiciais surgiram não como uma nova modalidade, mas sim, um procedimento revolucionário, que preenchidos todos os requisitos necessários não precisa passar pelo crivo do judiciário para ser reconhecida, tendo todo o seu procedimento realizado entre o tabelionato de notas e o cartório de registro de imóveis. Ao fim do trabalho pode ser verificado que após estudos e mudanças da lei 13.465/2017 juntamente com o provimento 65/2017 do CNJ o instituto da usucapião extrajudicial atingiu sua viabilidade e efetividade que prometia em seu surgimento.

Palavras-chave: Usucapião; extrajudicial; função social; propriedade.

A ESCUTA TELEFÔNICA E SUAS PERSPECTIVAS

Autor(es):

Oscar Vinicius Medeiros Pisco Rocha: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) A escuta telefônica é uma técnica de investigação utilizada em todo o mundo pelas autoridades para obter informações sobre possíveis atividades criminosas. No entanto, a utilização da escuta telefônica é frequentemente objeto de controvérsia, devido às preocupações com a invasão da privacidade e a proteção dos direitos dos indivíduos. Este trabalho tem como objetivo analisar os principais aspectos jurídicos e éticos relacionados à escuta telefônica, com base em artigos de diversos autores.

(Metodologia) O Trabalho foi baseado na realização de uma pesquisa bibliográfica em artigos científicos no Google Acadêmico, relacionados ao tema da escuta telefônica, selecionando os trabalhos mais relevantes para a análise. Os artigos foram lidos e analisados com atenção aos objetivos deste trabalho. A metodologia adotada envolveu uma revisão sistemática da literatura, com a utilização de bases de dados científicos como Scopus e Web of Science, além da busca manual em periódicos relevantes da área. Os artigos foram lidos e analisados com atenção aos objetivos deste trabalho. Tendo como palavras chaves; escuta telefônica, política de segurança nacional, investigação criminal, ética e direitos fundamentais.

(Resultados) A análise dos artigos selecionados revelou que a escuta telefônica é uma técnica legalmente autorizada em muitos países, mas deve ser utilizada com cautela e dentro de limites específicos. A utilização inadequada ou abusiva da escuta telefônica pode levar a sérias consequências legais e éticas, como a violação da privacidade e dos direitos humanos. Além disso, a interpretação dos dados obtidos através da escuta telefônica deve ser feita com cuidado, de forma a evitar a obtenção de informações fortuitas e sua valoração indevida.

(Conclusão) A escuta telefônica é uma técnica de investigação importante e necessária para a apuração de crimes, mas deve ser utilizada com responsabilidade e dentro dos limites legais e éticos estabelecidos. A invasão da privacidade é um risco constante da utilização da escuta telefônica e deve ser evitada ao máximo, respeitando-se os direitos dos indivíduos envolvidos. Além disso, a obtenção de informações fortuitas durante a escuta telefônica é uma questão controversa, que deve ser analisada com cautela pelos profissionais envolvidos na investigação criminal. É necessário que as autoridades e a sociedade em geral estejam cientes dos riscos e benefícios da escuta telefônica, para que possam tomar decisões informadas sobre sua utilização e garantir o equilíbrio entre a segurança pública e a proteção dos direitos humanos.

Palavras-chave: Escuta telefônica; invasão; investigação; direitos humanos.

A FASE JUSNATURAL DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E A ESCOLA IBÉRICA DA PAZ

Autor(es):

Rafael Lemos Doratiotto: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN Carlos Eduardo Lima da Luz: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Marcelo Maurício da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) O Direito Internacional Público (DIP), doutrinariamente, possui 4 fases, sendo a segunda a jusnatural, na qual, esse ramo do Direito não possuía nenhum tipo de positividade, no entanto, parte dos doutrinadores da época o entendiam como um Direito Natural, inato a todo ser humano. A ideia de um DIP inerente a todos os povos surgiu inicialmente na Espanha, em específico, nos bancos da Universidade de Salamanca, com o Professor Francisco de Vitória.

(Metodologia) A metodologia utilizada foi a busca pelo tema através de sites especializados, leitura de textos acadêmicos, além da pesquisa feita em livros de Direito Internacional Público, no que diz respeito ao tema escolhido.

(Resultados) O jusnaturalismo como uma doutrina do DIP inaugurou a ideia de um direito internacional comum a todos os povos, que deve ser respeitado e aplicado sem restrições, independentemente de convenções ou tratados. Em razão disso, Francisco de Vitória, o mais célebre doutrinador dessa fase internacionalista, em seu livro *De potestate civili* trouxe uma ideia, primitiva, de uma sociedade internacional, formada através de uma sociedade natural, na qual, para o Mestre de Salamanca todos os povos devem ter seus direitos respeitados uns pelos outros, por suas condições naturais. Além da obra supracitada, o livro *De indis* do Francisco de Vitória é de suma importância para a segunda fase do DIP, livro este no qual o Vitória trata sobre a relação do seu povo, espanhol, com os povos do Novo Mundo. Ademais, foi um grande crítico da forma de colonização europeia, em específico a espanhola, uma vez que, todos os povos estavam submetidos ao mesmo direito, o direito das gentes, que deve reger as relações entre nações. Sobre a colonização espanhola no Novo Mundo, Vitória inaugurou a ideia de um direito da guerra, que a posteriori foi objeto de estudo de Hugo Grotius, devendo a guerra ter uma causa justa, e essa causa não pode de forma alguma ser baseada na religião ou na fé. Sob a ótica vitoriana, a invasão espanhola no continente americano seria irregular e injusta, uma vez que uma das justificativas da coroa espanhola para a invasão foi a catequização dos povos “bárbaros”. Além do Francisco de Vitória, Emmerich Vattel foi um importante nome para o jusnaturalismo do DIP, sua mais célebre obra intitulada de “Direito das gentes”, já em suas preliminares conceitua o direito das gentes como um direito que se situa entre as nações e os estados, regulando também como os estados devem se comportar, e como os povos devem se comportar entre si e perante os demais, o que seriam essas obrigações e em quais direitos elas resultam.

(Conclusão) As três principais ideias do Francisco de Vitória tiveram notável importância (direito das gentes, das guerras e natural) que, posteriormente, ajudaram na codificação do DIP, fazendo com que fosse levado em consideração não apenas as normas positivas, mas também, ideais de caráter moral inerentes ao ser humano, que colocariam de lado um pouco o positivismo e fariam com que os doutrinadores não se esquecessem de que todos possuem direitos e que devem ser respeitados. Até os dias atuais os princípios gerais e os costumes são utilizados como fonte do Direito Internacional, tudo isso vem da influência da Escola Ibérica da Paz e de Francisco de Vitória.

Palavras-chave: DIP; jusnaturalismo; direito das gentes.

A GARANTIA CONSTITUCIONAL À MORADIA E O DIREITO REAL DE HABITAÇÃO DO CÔNJUGE SUPÉRSTITE: A EVOLUÇÃO DA LEGISLAÇÃO CIVILISTA E O ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL ATUAL

Autor(es):

Maria Fernanda Mendonça Carvalho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosângela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) Configurando-se como uma versão restritiva e similar ao usufruto e ao uso, o instituto concernente à habitação apresenta-se como um direito real sobre coisa alheia *intuitu personae* e temporário por excelência, que permite tão somente a residência do titular desse benefício. Apesar de não ser uma figura muito frequente nas relações contratuais, sua importância originária remete à garantia de moradia digna ao cônjuge sobrevivente, o qual poderá continuar no mesmo imóvel em que habitava com sua família anteriormente. Nesse sentido, insta visibilizar o debate relativo à eficácia de tal instituto em salvaguardar os direitos fundamentais à moradia e à família dentro do contexto de aquisição *causa mortis*, observando, pois, suas limitações e consonâncias com a Constituição.

(Metodologia) Almejando perquirir as metas suso transcritas, esta pesquisa será norteada por um método indutivo, utilizando-se, igualmente, de metodologias qualitativas. A priori, será feita uma busca historiográfica da legislação inerente ao Direito Civil com o fito de entender as diferenças entre os Códigos de 1916 e de 2002 no tratamento do direito real de habitação. Paramais, será feita uma revisão de literatura paralelamente a uma análise jurisprudencial com a finalidade de esclarecer as linhas de pensamento predominantes acerca do assunto, estudando, respectivamente, o que dizem a doutrina e os tribunais.

(Resultados) Há uma diferença substancial entre as disposições do Código Civil de 1916 e o Código Civil de 2002 no que tange ao direito real de habitação, fato esse que sinaliza uma significativa facilitação para assegurar a concretização de tal garantia. Sob esse viés, o legislador “que outrora limitava o presente instituto aos cônjuges viúvos que tiverem sido casados sob o regime de comunhão universal de bens” não realiza mais distinções a respeito do regime de bens optado. No mesmo sentido, a jurisprudência já tem reconhecido a habitação nas hipóteses de união estável. Destarte, a redação do código vigente não menciona a hipótese de incompatibilidade deste instituto com a superveniência de outro relacionamento; em que pese ainda haver um debate doutrinário acerca da extinção ou não dessa garantia em função da constituição de união estável ou da contração de matrimônio com outrem, é inegável a evolução da legislação pátria. Além disso, devido ao seu caráter não oneroso, entendem os tribunais superiores pela impossibilidade de exigência de contraprestação por parte dos demais legatários que não usufruem o bem, sem prejuízo à eventual existência de condomínio entre cônjuge e herdeiro legítimo. Dentre as limitações, salienta-se a impossibilidade de concessão de habitação em caso de existência de copropriedade com terceiro alheio à relação hereditária anteriormente à abertura de sucessão.

(Conclusão) Considerando-se o espírito neoconstitucionalista da Carta Magna de 1988, constata-se a importância da preservação do instituto da habitação, uma vez que consegue proteger as garantias alhures citadas sem se sobrepujar em relação aos demais direitos correlatos. Assim, percebe-se a assertividade do legislador e do Poder Judiciário em primar pela manutenção da essência protetiva inerente a este direito real, concebendo-o e aplicando-o, respectivamente, proporcionalmente. Todavia, urge ressaltar a necessidade de fomentar as discussões a seu respeito, dada a persistência de lacunas e divergências que ainda precisam ser sanadas.

Palavras-chave: Habitação; cônjuge supérstite; direito à moradia; direitos reais.

A IMPORTÂNCIA DA INTERVENÇÃO FEDERAL NA CONTEMPORANEIDADE: ANÁLISE DA INTERVENÇÃO FEDERAL NO DISTRITO FEDERAL

Autor(es):

Maria Eduarda Lira Nelo de Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Luan Fernandes Costa Correia: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Dennis Carvalho de Farias Azevedo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Andréa de Andrade Fernandes: Docente do UNI-RN

(Introdução) A República Federativa do Brasil é composta pelos seus entes federativos, sendo eles a União, os Estados, o Distrito Federal (DF), e os Municípios, tendo todos eles autonomia com relação às suas respectivas competências, conforme a Constituição Federal de 1988 (CF), sendo a autonomia dos entes assegurada no Art. 18, e suas competências nos artigos 21, 22, 23 e 24. Contudo, existe um mecanismo em que um ente federativo pode assumir a autonomia de outrem, essas são as chamadas Intervenções, podendo ser estaduais, quando um Estado interfere na competência de um de seus municípios, ou federais, quando a União interfere em competência de um Estado ou do Distrito Federal, como ocorreu no evento conhecido como Intervenção Federal no Distrito Federal, em 2023.

(Metodologia) Para a confecção do presente resumo científico, foi realizada pesquisas sobre o assunto em sites de pesquisa acadêmica, ademais de busca por informações coletadas na própria Constituição Federal, somada com a interpretação de doutrinadores acerca do assunto, além dos conhecimentos obtidos durante as aulas ministradas em sala.

(Resultados) Como resultados obtidos através do desenvolvimento e da metodologia utilizada neste projeto de pesquisa, tornou-se possível a confirmação da importância da Intervenção Federal para a nação, funcionando assim como um elemento de estabilização constitucional, o qual busca garantir a paz social, solucionar conflitos de ordem constitucional ou recompor a normalidade em situações de grave instabilidade institucional, desempenhando funções de defesa do Estado. Ademais, foi possível concluir que a Intervenção Federal realizada no Distrito Federal, respeitou todos os critérios e requisitos expostos na Constituição Federal, assim como sua efetividade no contexto em que se encontrava.

(Conclusão) A análise da Intervenção Federal no Distrito Federal, destaca sua importância concreta na contemporaneidade brasileira, e sob esta ótica é possível interpretar a essencialidade desse mecanismo para manter a estabilidade constitucional e a paz social em um ambiente onde a harmonia entre entes federativos é crucial. A intervenção resolve conflitos constitucionais e restaura a normalidade em situações de grave instabilidade institucional. Ademais, a pesquisa confirmou que a Intervenção Federal na segurança no Distrito Federal respeitou os critérios da Constituição, anteriormente citados, demonstrando sua eficácia, legalidade, publicidade e moralidade. Em resumo, a Intervenção Federal é uma ferramenta essencial para preservar a ordem pública e a segurança nacional, sustentando a estabilidade constitucional na contemporaneidade do Brasil.

Palavras-chave: Intervenção federal; constituição federal; contemporaneidade; distrito federal; segurança.

A IMPORTANCIA DA SAÚDE DE FORMA CONSTITUCIONAL E OS CONTRATOS PRIVADOS ENTRE O SUS E OS HOSPITAIS

Autor(es):

Lorena Costa e Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Larissa Costa e Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Maria Antônia de Sousa Ferreira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
João Henrique Leôncio Lopes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Tales Rafael de Brito Guerra: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Andréa de Andrade Fernandes: Docente do UNI-RN *Marcelo Henrique de Sousa Torres: Docente do UNI-RN*

(Introdução) A saúde é um direito garantido aos brasileiros pelo Estado como afirma na Constituição Federal de 1988 artigo 5º. Os entes federativos são órgãos que compõem o estado de uma forma administrativa com intuito de organizar, administrar, governar e legislar. Como os entes são órgãos como a União, Estados, Distrito Federal e o Município é de competência comum deles o cuidado com a saúde e assistência pública constatado na Constituição artigo 23º. A Carta Magna criou também um dos maiores sistemas públicos de saúde do mundo, o sistema único de saúde, o SUS (Sistema Único de Saúde) deve atingir toda a população, não se deve restringir em apenas um estado ou município, pois a competência é comum sendo exigido que todo território possa ter acesso. Em algumas situações, o SUS não possui capacidade para suportar tamanha requisição, em razão disso, se tornou algo normal o governo contratar serviços de hospitais privados para atender ao SUS.

(Metodologia) Com base na Constituição de 1988, conseguimos construir um texto baseado nas competências listadas no artigo 23º e artigo 5º, junto a matérias do Governo na seção de ministério da saúde, alguns artigos e pesquisas na internet.

(Resultados) O SUS, sistema de saúde gratuito para brasileiros, surge mediante necessidade, em 1988, garante acesso universal e gratuito à saúde para todos os brasileiros, oferecendo, remédios, consultas, hospitais, cirurgias, tratamentos, entre outros. É financiado por recursos públicos, oferece serviços de saúde desde básicos até procedimentos complexos, gerenciados em diferentes níveis de governo, e deve atingir toda a população, não se restringindo em apenas um estado ou município, pois a competência é comum sendo exigido que todo território possa ter acesso. A contratualização é um processo pelo qual as partes, o gestor municipal/estadual do SUS e representante legal do hospital, estabelecem metas quantitativas e qualitativas de atenção à saúde e de gestão hospitalar, formalizadas por meio de um instrumento contratual, um contrato de prestação de serviços, na qual a contratante que seria o ente que estaria contratando os serviços dos hospitais privados de forma complementar para o sistema de saúde, que seria o contratado, o hospital privado. Este instrumento é composto por duas partes, uma, o contrato propriamente dito, e a outra, o documento com a descrição das metas qualitativas e quantitativas, que serão acompanhados e avaliados por uma Comissão de Acompanhamento formada pelo gestor, hospital, usuários e outros.

(Conclusão) Portanto, nota-se que o acesso à saúde é um direito fundamental no Brasil, vital para promover equidade social. Sendo assim, é notório que para abranger todas as necessidades da população brasileira, só o fato de haver a possibilidade de contratação de serviços por meio dos contratos de prestação de serviços, é um grande facilitador e é uma alternativa de grande ajuda, sendo todo esse processo de contratação avaliado, essas parcerias público-privadas devem ser cuidadosamente regulamentadas para garantir qualidade, transparência e priorizar o bem-estar dos pacientes. Essa colaboração estratégica entre o SUS e o setor privado é essencial para assegurar que todos os brasileiros recebam cuidados de saúde adequados, independentemente de sua condição econômica.

Palavras-chave: Saúde; SUS; contrato; entes federativos; serviço; constituição.

A IMPORTÂNCIA DO MARKETING PARA O MAIOR CONSUMO DE PRODUTOS BIODEGRADÁVEIS

Autor(es):

Icaro Malinowski Paiva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Lennio Maia Mattozo Filho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN
Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) A preocupação com o meio ambiente e a sustentabilidade tem se tornado cada vez mais evidente na sociedade contemporânea. Uma das principais questões ambientais que têm ganhado destaque é a poluição por plásticos, que afeta rios, oceanos e ecossistemas em todo o mundo. Como resposta a esses problemas, a busca por alternativas aos produtos plásticos tradicionais tem crescido, impulsionando o mercado de produtos biodegradáveis. Os produtos biodegradáveis são aqueles que podem ser decompostos naturalmente por microrganismos, sem deixar resíduos tóxicos ou poluentes no meio ambiente. Eles incluem uma ampla gama de itens, como embalagens, utensílios de cozinha, sacolas, produtos de higiene pessoal e muito mais. No entanto, a adoção massiva desses produtos depende de diversos fatores, sendo o marketing um dos principais catalisadores para o aumento do consumo. O objetivo deste artigo é destacar a importância do marketing na promoção do consumo de produtos biodegradáveis, enfatizando como estratégias de marketing podem influenciar positivamente a conscientização, educação e adoção desses produtos pela sociedade, contribuindo assim para a mitigação dos problemas ambientais relacionados aos resíduos plásticos.

(Análise e discussão dos resultados) O artigo "A Importância do Marketing para o Maior Consumo de Produtos Biodegradáveis" explora a relação entre marketing e sustentabilidade, com foco na promoção de produtos biodegradáveis. Os resultados do artigo podem ser resumidos da seguinte forma: Marketing como Ferramenta de Conscientização e Educação: O marketing desempenha um papel fundamental na conscientização e educação dos consumidores sobre os benefícios ambientais dos produtos biodegradáveis. Campanhas bem elaboradas informam os consumidores sobre os danos causados pelos produtos não biodegradáveis e destacam as vantagens dos produtos biodegradáveis, incluindo a redução da poluição por resíduos plásticos.

(Resultados) Resumo geral dos resultados: Em resumo, o artigo destaca que o marketing desempenha um papel essencial na promoção do consumo de produtos biodegradáveis, tanto por meio da conscientização e educação dos consumidores quanto da criação de demanda por esses produtos. A comunicação transparente é crucial, e embora haja desafios a serem superados, as oportunidades para empresas que abraçam a sustentabilidade são significativas. O marketing é uma ferramenta importante na transição para um consumo mais sustentável e na redução dos impactos ambientais relacionados aos resíduos plásticos não biodegradáveis.

(Considerações finais) As considerações finais deste artigo sobre "A Importância do Marketing para o Maior Consumo de Produtos Biodegradáveis" podem ser resumidas da seguinte forma: Papel Crítico do Marketing na Sustentabilidade: O artigo enfatiza o papel crucial que o marketing desempenha na promoção da sustentabilidade por meio do consumo de produtos biodegradáveis. O marketing não é apenas uma ferramenta de vendas, mas também desempenha um papel vital na educação e conscientização dos consumidores sobre os problemas ambientais relacionados aos produtos não biodegradáveis. Educação e Conscientização Ambiental: Uma das principais funções do marketing é educar os consumidores sobre os impactos negativos dos produtos não biodegradáveis, como a poluição por plásticos, e destacar as vantagens dos produtos biodegradáveis na redução desses problemas. Campanhas de marketing bem planejadas desempenham um papel fundamental na criação dessa conscientização.

Palavras-chave: Marketing; produtos biodegradáveis; sustentabilidade; conscientização ambiental; educação do consumidor; comunicação transparente.

A IMPORTÂNCIA DO PODER LEGISLATIVO: QUAL A SUA FUNÇÃO NO PAÍS

Autor(es):

Denilson Rodrigues da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Matheus Carlos da Silva Azevedo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Remarna Lorayne Cunha da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Daniela Beatriz Sabino de Araujo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Krislaine Alipio Machado: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Andréa de Andrade Fernandes: Docente do UNI-RN

(Introdução) Em nosso país a uma grande dificuldade em entender quais as funções dos três poderes (judiciário, executivo, e legislativo) muitos não sabem quais são eles nem quais as suas funções, nesta pesquisa iremos falar apenas do Poder Legislativo que está presente em todos os entes da federação, tem duas funções típicas e atípicas; funções típicas do poder Legislativo é legislar e fiscalizar, e sua função atípica é a de atuar na administração em outras palavras o Poder Legislativo é responsável por produzir as leis que irão orientar nossa sociedade e regular a vida em comum. Além disso, cabe ao Poder legislativo fiscalizar e representar o povo, além de ser responsável pelos debates sociais.

(Metodologia) O trabalho foi realizado por meio de levantamento bibliográficos nos bancos de dados Google Acadêmico e Scielo, nos quais realizamos a avaliação de artigos que se correlacionaram com o tema, utilizamos a metodologia quantitativa que se concentra na observação e interpretação de fenômenos sociais, não foram utilizados dados numéricos, apenas uma abordagem com pessoas entre 15 e 65 anos, a comparação entre a experiência de tantos anos vendo as mudanças políticas do nosso país e a juventude que busca entender o ambiente ao qual o nosso país se encontra.

(Resultados) Com base nas perguntas feitas, duas entrevistadas disseram não saber quais eram os três poderes e nem ter a ideia de quais as suas funções, apenas sabiam da responsabilidade de votar de 4 em 4 anos, a mesma informou que não tinham a ideia de como se escolhia o poder legislativo, o que deveria existir no Poder Legislativo, participação e interatividade, apenas em tese acontece. A principal finalidade da pesquisa é provar que, apesar da fala dos agentes políticos sobre a comunicação pública para maior proximidade e interatividade com os cidadãos, isso não ocorre na prática. O cidadão é tratado como um contribuinte e não como cidadão. A proposta deste trabalho busca contribuir para o desenvolvimento de estudos críticos sobre comunicação, vimos que assim é mais produzido desigualdade e exclusão num espaço que deveria ser compreensível para todos. A compreensão de democracia está atrelada à capacidade de os indivíduos participarem efetivamente do processo de adoção das medidas que atingem, direta ou indiretamente, suas vidas.

(Conclusão) Conclui-se que a importância de conhecer as funções do Poder Legislativo é imensa, porém existe uma certa dificuldade por parte da sociedade, seria necessário uma maior divulgação, e ensinamentos sobre assunto, é de suma importância para uma sociedade sabermos o que o Poder Legislativo pode fazer por esta sociedade portanto este trabalho teve como objeto uma reflexão no âmbito social, fazendo com que o cidadão tenha consciência do seu papel na melhoria, e na coletividade de um país.

Palavras-chave: Poder legislativo; administração; sociedade.

A INCOMPATIBILIDADE DO DISCURSO DA FUNÇÃO SOCIAL E OS IMÓVEIS PÚBLICOS ABANDONADOS

Autor(es):

Felipe Bezerra de Brito: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosângela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) A propriedade deve facilitar o bem comum, de modo que a propriedade deveria se comunicar com a necessidade do outro, portanto, uma função social. Esse conceito foi introduzido no ordenamento jurídico brasileiro em 1967 durante o governo militar e vem sendo amplamente disseminado até mesmo no direito civil como por exemplo na aplicação da função social do contrato. Apesar de sua utilização difundida, o legislador foi omissivo na aplicação da função social nos imóveis públicos abandonados, fazendo com que o Estado acumule riquezas e patrimônios semelhantes a regimes totalitários já existentes

(Metodologia) O escrito foi desenvolvido valendo-se de pesquisa qualitativa, através de artigos, teses e a Constituição Federal de 1988 onde expõe a temática da função social da propriedade. Buscando primeiramente o conceito da função social que foi inicialmente utilizado na igreja medieval nos escritos do Leão XIII, buscou-se a compreensão e interpretação dos artigos abordados com o intuito de explorá-los com base na CF/88 e jurisprudências a respeito da temática.

(Resultados) A pesquisa proporcionou o entendimento conceitual da função social, entretanto a Constituição se mostra omissa no tocante a função social da propriedade quanto aos imóveis públicos abandonados, cabendo aos tribunais desenvolverem a interpretação necessária para uma melhor aplicabilidade como demanda nos tempos atuais. É possível encontrar uma mudança de entendimento referente a propriedade privada sem uso e aplicação social por parte do poder público, possibilitando a usucapião por parte de quem usufrui da terra. Dessa forma, há um novo entendimento, no qual expõe que até mesmo a propriedade pública deve exercer sua função social, e não somente de serventia para acumular riquezas como em regimes totalitários. Desta maneira, fica claro que o patrimônio público é um bem comum de uso coletivo, entretanto, existem imóveis sem utilização da coletividade e sem exercer a devida função social.

(Conclusão) Por fim, foi proporcionado um melhor esclarecimento quanto à aplicação da função social e sua relevância para a sociedade, ficando clara a omissão por parte do legislador quando deixou de apontar à aplicabilidade aos imóveis públicos sem uso. Tal esquecimento aponta para resquícios de Estado totalitário onde detém grande quantidade de patrimônio e esquece da real responsabilidade de gerir o bem comum, transferindo a responsabilidade apenas para o proprietário da propriedade privada. Vale ressaltar que nenhum direito é absoluto, de modo que, referente ao patrimônio público se tem evoluído nesse entendimento como pode ser observado no recurso especial nº 1.296.964 – DF (2011/0292082-2) no qual considera-se viável a posse de um particular aplicado ao bem público, uma demonstração que até mesmo os tribunais estão atentos as novas percepções sociais.

Palavras-chave: Função social; propriedade; poder público.

A INEVITABILIDADE DA NEGOCIAÇÃO COLETIVA NO SETOR PÚBLICO ANÁLISE EVOLUTIVA DOUTRINÁRIA

Autor(es):

Iracema Augusta Carvalho Cortez: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Marcelo Maurício da Silva: Docente do UNI-RN
Ricardo César Ferreira Duarte Junior: Docente do UNI-RN

(Introdução) Conforme Di Pietro, CF/88 emprega a expressão "servidores públicos" para designar as pessoas que prestam serviços à Administração Pública Direta, autarquias e fundações públicas e à Administração Indireta. Acerca da participação do Estado como contratante de trabalhadores, a Administração Pública se apresenta como a maior empregadora. Ademais, do direito fundamental à liberdade sindical (Convenção 87/OIT), emanam direitos à negociação coletiva e à greve (pilares do direito coletivo). Outrossim, a CF garante ao servidor público direito à livre-associação sindical e à greve. Isto posto, a negociação coletiva de trabalho deverá ser fomentada no âmbito da Administração Pública. Destaca-se que o servidor público possui direitos e deveres conforme o regime jurídico a que estiver subordinado e direitos sociais inerentes aos trabalhadores. Todavia, as relações entre trabalhadores e Administração Pública envolvem questões legais, econômicas, sociais e políticas, diversas das existentes na iniciativa privada, além da imposição de limitações constitucionais advindas do direito administrativo. Em 2012, sindicatos profissionais representativos de servidores públicos estatutários deflagraram greve que culminou com a assinatura de acordos coletivos de trabalho, incluídos no orçamento nacional pelo Congresso Nacional. Em 2017, o STF reconheceu o direito ao exercício da negociação coletiva no setor público, por desdobramento lógico, o que a ratificação da Convenção nº 151 da OIT veio a cancelar, conciliando os princípios da Administração Pública com o direito à negociação coletiva e a liberdade sindical como direito humano fundamental.

(Metodologia) Método dedutivo valendo-se da legislação e jurisprudência vigentes, bem como de pesquisa qualitativa baseada na dogmática jurídica.

(Resultados) CF/88 foi a primeira a tratar diretamente da negociação coletiva de trabalho em vários de seus dispositivos, reconhecendo-a como direito dos trabalhadores (arts. 7º, inciso XXVI, e 8º, inciso VI). A negociação coletiva de trabalho pressupõe a igualdade como um de seus princípios fundamentais. A autonomia privada coletiva ou autonomia sindical diz respeito à autonomia do sindicato quanto à sua criação, elaboração de seus estatutos, registro sindical, autonomia e garantias constitucionais contra a ingerência governamental, assim como a autonomia do sindicato em estabelecer normas, culminando nos Acordos Coletivos de Trabalho e Convenções Coletivas de Trabalho. O artigo 2.º da Convenção nº 154 da Organização Internacional do Trabalho define a convenção coletiva do trabalho como o processo que compreende todas as negociações entre empregadores e trabalhadores para estabelecer condições de trabalho e emprego; regular as relações entre os empregadores ou suas organizações e uma ou várias organizações de trabalhadores. No tocante aos limites constitucionais e infraconstitucionais da negociação coletiva de trabalho, a Constituição Federal nada afirmava. Não obstante, a CF/88 garante ao servidor público direito à livre associação sindical, nos termos do art. 37, VI.

(Conclusão) Conclui-se que a falta de previsão legal não impediu a celebração de acordos coletivos de trabalho capazes de pôr fim às reivindicações e greves dos sindicatos dos servidores públicos. Os benefícios da negociação coletiva são inegáveis no setor público e os servidores públicos incorporam, em definitivo, a garantia ao direito humano fundamental à negociação coletiva de trabalho. Por fim, o exercício da autonomia da vontade coletiva pela flexibilização de direitos trabalhistas a teor da CF/88, especialmente mediante aprovação da Lei n. 13.467/2017, alterou diversos artigos da Consolidação das Leis do Trabalho, privilegiando a autonomia da vontade coletiva, assegurando a realização dos direitos sociais consagrados transpondo as barreiras dos comandos normativos da Lei nº 13.467/2017.

Palavras-chave: Direito administrativo; servidor público; negociação coletiva.

A INFLUÊNCIA DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS NA REGULAÇÃO DE CONTRATOS DE CONSUMO

Autor(es):

Beatriz Câmara Monteiro: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Vitor Rafael de Freitas Fernandes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Matheus Vicente Ferreira Luiz: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Andréa de Andrade Fernandes: Docente do UNI-RN
Marcelo Henrique de Sousa Torres: Docente do UNI-RN

(Introdução) Este trabalho tem como objetivo analisar a influência dos princípios constitucionais na regulamentação de contratos de consumo. Os contratos de consumo desempenham um papel fundamental na vida cotidiana das pessoas, afetando diretamente os cidadãos em suas relações comerciais. Neste contexto, é essencial compreender como os princípios constitucionais moldam a regulamentação desses contratos, buscando garantir uma harmonização entre a liberdade contratual e a proteção do consumidor. As bases das relações de consumo e seus princípios sofreram significativas transformações ao longo dos anos. Uma nova modalidade contratual, o contrato de adesão, emergiu em decorrência do desenvolvimento de uma economia que demandava produção acelerada e prática em larga escala. Nesse tipo de contrato, as partes não têm margem para negociação, uma vez que as cláusulas já se encontram predefinidas, lhes cabendo apenas a decisão de assinar ou não.. Esse cenário culminou em um desequilíbrio na relação entre os consumidores e os fornecedores.

(Metodologia) Para atingir nossos objetivos, conduzimos uma pesquisa documental e jurisprudencial. Analisamos casos judiciais, leis e regulamentos relacionados a contratos de consumo, identificando as referências aos princípios constitucionais que surgiram nos processos e na legislação. Também utilizamos literatura acadêmica relacionada à interseção entre Direito Constitucional e Direito Civil.

(Resultados) Nossa pesquisa revelou que os princípios constitucionais têm uma influência significativa na interpretação e aplicação das leis de proteção do consumidor. Os tribunais frequentemente invocam a Constituição para justificar restrições à liberdade contratual em situações em que os direitos do consumidor estão ameaçados. Além disso, a legislação de defesa do consumidor é moldada por princípios como a dignidade da pessoa humana, a igualdade e o acesso à justiça, garantindo o equilíbrio para ambas as partes nas relações contratuais.

(Conclusão) Por fim, a presente pesquisa demonstra como o Código de Defesa do Consumidor reflete a proteção oferecida pela Constituição Federal aos consumidores. Nosso estudo destaca os benefícios dessa decisão constitucional, sob uma perspectiva histórica, principiológica e fundamentada em preceitos jurídicos. O impacto real da intervenção governamental abrange a promoção da boa-fé e da solidariedade, o reequilíbrio das relações entre consumidores e fornecedores e a busca pela função social do contrato

Palavras-chave: Contratos de consumo; direito constitucional; princípios constitucionais; proteção do consumidor; liberdade contratual.

A INFLUÊNCIA DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS NAS RELAÇÕES CONTRATUAIS PARA A ATUAÇÃO NO COTIDIANO CÍVEL

Autor(es):

Leticia da Silva Mathias Baptista: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Julia Elizabeth Diogenes Florencio: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Emilly Campos de Melo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Maria Eduarda de Melo Silva Nogueira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Cicera Larissa da Silva Andrade: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Andréa de Andrade Fernandes: Docente do UNI-RN
Marcelo Henrique de Sousa Torres: Docente do UNI-RN

(Introdução) Este trabalho tem como objetivo abordar a influência dos princípios Constitucionais nas relações contratuais no contexto brasileiro. Uma vez comprovada a função social do contrato ao mantimento dos bons costumes, o problema central consiste em compreender como os princípios constitucionais: Dignidade da Pessoa Humana; Boa-fé e a Liberdade Contratual moldam a formação, a interpretação e como esta perspectiva constitui a base de execução dos contratos no Brasil. O presente estudo enquadra-se no momento da Constituição de 1988 e destaca a interação entre o Direito Constitucional e o Direito Civil na regulação do princípio da relatividade, advindo do Direito Romano, em que *res inter alios acta, aliis neque nocet neque prodest* (a coisa contratada entre uns, nem prejudica e nem beneficia terceiros), trazendo uma amplitude individual à utilização do direito do cidadão ao firmamento de laços jurídicos, dentro da autonomia da vontade, visto a seguridade presente do código e exemplificando a Era da Constitucionalização Processual.

(Metodologia) O presente texto utilizou como ferramenta de construção teórica pesquisas realizadas por análise bibliográfica e informações disponíveis em artigos acadêmicos através de pesquisas científicas disponíveis no Google Acadêmico e na Constituição Federal.

(Resultados) Os resultados deste estudo revelam que os princípios que regem a Carta Magna brasileira são essenciais à celebração de contratos no Brasil, colocando-se como novas características de um regime que segue a publicização do Direito. A análise aponta para contribuições substanciais desses princípios em ambas as áreas jurídicas que os regem, ressaltando a interconexão dessas disciplinas na regulação das relações contratuais. A inclusão, na Constituição de 1988 do Art. 5º Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, emerge como um elemento fundamental para a interpretação e validação dos contratos, assegurando que as partes não se submetam a condições degradantes ou exploratórias e respeitando o consensualismo. A boa-fé, também intrínseca à Constituição, desempenha um papel essencial na promoção de negociações justas e honestas, estabelecendo um padrão ético nas relações contratuais. Embora a liberdade contratual seja garantida, seu exercício deve ser responsável e estar em conformidade com os limites estabelecidos pela lei a fim de que se estimule a solução proativa da controvérsia.

(Conclusão) Este trabalho aprofundou-se na notável influência dos princípios constitucionais nas relações contratuais no contexto brasileiro para que a fluidez cotidiana seja exercida com ética e justiça. Este compilado torna evidente a necessidade de alicerçar sólida e positivamente o instrumento de maior relação entre os indivíduos, seus bens e outrem, sustentando a equidade de realizarem-se em termos próprios que estão resguardados pela superioridade jurídica às parcelas de maior fragilidade econômica, como propõe o dirigismo contratual sobre sua intervenção na autonomia privada. Ademais, a proteção dessas relações propõe um crescimento fático da cadeia de todos os setores envolvidos.

Palavras-chave: Princípios constitucionais; relações contratuais; dignidade da pessoa humana; liberdade contratual.

A INTERAÇÃO ENTRE A MODA E O DIREITO

Autor(es):

Leticia da Silva Mathias Baptista: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Carlos Augusto de Lima Rosado: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Ursula Bezerra e Silva Lira: Docente do UNI-RN

(Introdução) Neste presente trabalho tem o objetivo de falar sobre Fashion Law mais conhecido como direito da moda, que é um campo interdisciplinar que surge com o encontro da moda e do direito, o início dessa área começou a séculos atrás, quando as preocupações legais eram muito diferentes das de hoje. Inicialmente, as preocupações legais na moda eram limitadas à proteção de marcas registradas e direitos autorais. Um marco importante ocorreu quando Christian Louboutin processou Yves Saint Laurent por infringir seus designs de moda. Este caso icônico lançou as bases para a proteção legal do design de moda, estabelecendo um precedente importante para casos futuros relacionados à propriedade intelectual na indústria da moda. É um campo que vem crescendo e evoluindo cada dia mais e mostrando que a indústria da moda vai além de roupas bonitas, desfiles glamorosos, modelos magras, luzes e passarelas, por trás de todo esse glamour há todo um meio jurídico, meio esse que poucas pessoas conhecem e abrange diretamente em diversos aspectos como por exemplo, as criações das roupas, produção marketing, gerenciamento financeiro etc

(Metodologia) Com base na análise dos dados, este trabalho forneceu conclusões e recomendações sobre como encontrar um equilíbrio adequado entre a criatividade da moda e suas implicações jurídicas. Foram discutidas as soluções possíveis, como a necessidade de legislação específica para a moda, a promoção da educação sobre direitos autorais na indústria da moda e a importância da sustentabilidade. As conclusões serão relacionadas aos insights obtidos na revisão bibliográfica e nas pesquisas, onde foram utilizados livros, artigos e notícias sobre o Direito da Moda

(Resultados) A pesquisa destaca que os direitos autorais na moda podem ser uma espada de dois gumes. Embora protejam a originalidade, também podem limitar a liberdade criativa, dificultando a reinterpretação de elementos culturais e tendências na moda. Foi identificado um desafio significativo na aplicação eficaz dos direitos autorais na moda, especialmente em um ambiente globalizado onde as tendências se espalham rapidamente e a cópia não autorizada é comum. Isso destaca a necessidade de soluções mais eficientes de aplicação da lei. A pesquisa ressalta a crescente preocupação com a apropriação cultural na moda e a necessidade de equilibrar a inspiração cultural com o respeito à diversidade cultural e aos direitos das comunidades de origem. Ficou evidente que as questões de sustentabilidade e ética estão ganhando destaque na moda, e o direito da moda desempenha um papel fundamental ao promover práticas sustentáveis e responsáveis. Os resultados apontam para a importância da educação e conscientização tanto para os criadores quanto para os consumidores sobre os direitos autorais, apropriação cultural e sustentabilidade na moda.

(Conclusão) O campo do Fashion Law, também conhecido como Direito da Moda, é verdadeiramente fascinante e tem uma história rica e significativa. Como mencionado no texto, ele surgiu da interseção entre a moda e o direito, evoluindo ao longo dos séculos para se tornar uma disciplina jurídica vital na indústria da moda contemporânea. O Fashion Law tem raízes que remontam a séculos atrás, quando as preocupações legais eram principalmente sobre a proteção de marcas registradas e direitos autorais.

Palavras-chave: Fashion law; ética; trabalho; sustentabilidade.

A LEGITIMIDADE DA USUCAPIÃO FAMILIAR SOBRE BENS IMÓVEIS NAS SITUAÇÕES DE ABANDONO DO LAR

Autor(es):

Ailda Bezerra: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Emmanueli Karina de Brito Gondim Moura Soares: Docente do UNI-RN

(Introdução) O direito de propriedade é um direito real e pertencente aquele que usa, goza, dispõe e reivindica a coisa, conforme o Código Civil de 2002. Nesse sentido, a problematização em questão refere-se as interferências nas relações familiares perante a legitimidade da integralidade de bens imóveis urbanos, de até 250m², em que se compartilha a propriedade com ex-cônjuge ou companheiro (a) que abandonou o lar familiar, em um lapso temporal maior que 2 anos e age sem nenhuma oposição. Com isso, a modalidade usucapiante visa a funcionalidade social e econômica deste, ou seja, confere a propriedade aquele que não detém outro imóvel urbano ou rural e já desfruta de sua posse, uso e gozo, reivindicando o domínio integral do bem imóvel familiar. Isto posto, ao cumprir os requisitos evidenciados, serão analisadas as consequências atreladas ao direito familiar e patrimonial, de maneira objetiva e subjetiva, as quais estão presentes em discussões no âmbito jurídico, apresentando-se como alternativa real para se reconhecer o direito ao bem imóvel em sua integralidade.

(Metodologia) No estudo em questão, restou evidente a necessária utilização dos métodos de pesquisa pautados na abordagem de forma hipotético-dedutiva, a qual traduz-se pela conclusão advinda da lógica dada pelas hipóteses abordadas no artigo. Ademais, recorreu-se ao método procedimental de pesquisa hipotético-dedutiva e dialética, a partir das condições em que se caracteriza a usucapião familiar, e por fim, o uso do método de pesquisa exploratório, descritivo e bibliográfico, com aplicabilidades jurisprudenciais, doutrinárias e legislativas acerca do tema, para que se alcance a conclusão jurídico-científica em pauta.

(Resultados) Sob a ótica dos resultados da presente pesquisa, conclui-se que a eventual ação usucapiante oportuniza a necessária e real funcionalidade do bem imóvel, com caráter de função social mantenedora da proteção familiar e domiciliar, isto é, garante assim o melhor desfrute e estabilidade através da segurança jurídica aquele que usucapiu bem imóvel de seu/sua ex companheiro(a). Posto isso, resta evidente que a modalidade usucapiante familiar tem como maior objetivo a utilidade do bem e a garantia seguratória perante reivindicações que possam ocorrer passado vasto lapso temporal, ou seja, se cumpridos os requisitos do artigo 1240-A, CC/02, está configurada tal espécie.

(Conclusão) Acerca da linha de estudo descrita, o artigo científico conclui e responde as hipóteses em que se confirma de forma objetiva e subjetiva, o direito de usucapir, seus impactos e implicações normativas e jurisprudências, concluindo de forma concreta o episódio em que se utiliza de tal modalidade aquisitiva de bem imóvel. O qual ocorre em decorrência da busca pela proteção de direitos basilares e constitucionais, como o direito social, econômico, à moradia e à existência. Ademais, o cônjuge que permanece arca solitariamente com os custos e obrigações decorrentes do imóvel, gerando assim a possibilidade de usucapir a meação do outro, analisando-se o caso e colocando em discussão de forma subjetiva a situação de responsabilidade quanto ao abandono do lar. Munido de comprovação destes requisitos do artigo 1240-A do CC, culmina-se em propriedade integral do bem, sua legitimidade e ingerências legais.

Palavras-chave: Usucapião; bem imóvel; relações familiares; função social; abandono do lar.

A LEI DA IMPRENSA E OS LIMITES DA CENSURA

Autor(es):

Maria Eduarda Guedes Cavalcante: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Rodrigo de Souza Bandeira Lyra: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Ana Livia Costa Targino: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Marina Remí Pezzet de Souza Xavier : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Arthur Campos Motta: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) Censurar é o ato de bloquear e inibir a circulação de ideias ou mídias, considerados inapropriados ou perigosos por um agente governamental. O principal questionamento é que tal agente faz uso desse ato de acordo com a própria vontade e às vezes desrespeitando o artigo 19º da declaração dos direitos humanos: “Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras”. Nessa linha de pensamento, é notável a problemática que é causada pela censura, o desrespeito com o artigo 19º trás uma grande revolta para a sociedade, que fica limitada de informações que possam vir a ser necessárias para a transformação do espaço social, causando assim, uma grande alienação em massa. Tendo em vista isso, o principal objetivo deste artigo é debater e apresentar a ótica da liberdade de expressão, utilizando como base a constituição brasileira e a declaração universal dos direitos humanos, além de situações que ocorreram e pontos de vista de pensadores.

(Metodologia) O início do estudo foi executado com a pesquisa teórica sobre o tema, derivando de uma pesquisa bibliográfica e análises, em aprendizagem onde cada autor pesquisou sobre como era a liberdade da imprensa em épocas diferentes para assim, ter um resultado geral para o presente artigo. Desse modo, a nossa metodologia foram dados históricos, artigos, publicações e entre outras vias de informação. Sendo tudo em busca de alcançar novas conclusões para comprovar a necessidade da liberdade de expressão da sociedade. O artigo foi feito em 5 etapas: - Ler artigos sobre a liberdade da imprensa em diferentes épocas - Analisar seus pontos de vista - A pesquisa geral e estudo de leis - Relatar o que foi estudado -Análise crítica e conclusão para a comprovação da necessidade da liberdade

(Resultados) A censura foi muito forte em inúmeros períodos históricos e com a era digital a sociedade tomou mais conhecimento do assunto, ficando mais fácil e tendo mais recursos de ter informações que antes eram proibidas, mesmo o Estado tentando “apagar” informações que não o favorecem, a internet tem muito mais poder hoje em dia. Sendo assim, a liberdade de expressão nos dias atuais acaba sendo menos restringida, mas para ter embasamento em qualquer assunto é também importante ter fontes confiáveis. “Posso não concordar com nenhuma das palavras que você disser, mas defenderei até a morte o direito de você dizê-las” tal frase dita por Voltaire demonstra que mesmo que as opiniões diverjam, é importante que as pessoas se manifestem em prol de abrir o debate à todos.

(Conclusão) Em resumo, a liberdade de expressão é um pilar da democracia e dos direitos humanos. A censura representa uma ameaça a essa liberdade, mas é um desafio que deve ser enfrentado pela sociedade em nome da busca pela verdade, justiça e bem comum. A responsabilidade individual de proteger e promover a liberdade de expressão é fundamental para garantir uma sociedade mais informada, igualitária e livre.

Palavras-chave: Censura; moral; liberdade de expressão; indivíduo.

A LEI DA USUCAPIÃO

Autor(es):

Maria Clara Medeiros Gomes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosângela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) Trata-se de um “Tipo extraordinário de aquisição da propriedade fundado na posse prolongada, que transforma a situação de fato em situação de Direito” (FIÚZA). Também é definido como um “modo de aquisição de propriedade de bens móveis e imóveis pelo exercício da posse, nos prazos previamente estabelecidos em lei”. Originou-se no Direito Romano visando regularizar situações ou irregularidades na aquisição de bens móveis e imóveis. Esse instituto foi regulamentado, pela primeira vez, na Lei das XII Tábuas (em 445 a. C.) (TÁBUA SEXTA: “As terras serão adquiridas por usucapião depois de dois anos de posse, as coisas móveis depois de um ano”). É, sem dúvida, um instrumento jurídico hábil aplicado para solucionar conflitos entre possuidores e proprietários. Faz-se necessário observar as várias espécies de usucapião a fim de se estabelecer uma real compreensão de sua amplitude: a usucapião extraordinária, extraordinária com moradia ou produção, especial rural, especial urbana, especial urbana por abandono de lar; ordinária, ordinária decorrente de registro cancelado e coletiva. Figura como uma Lei que não contraria o direito de propriedade, mas que prestigia a posse desde que o interessado preencha os requisitos técnicos com relação ao imóvel, que pretende usucapir. Estes requisitos compreendem a data e inícioda posse; o justo título; a destinação do imóvel usucapiendo; os atos de posse, com indicação das pessoas que a exerceram, descrevendo as acessões e benfeitorias realizadas no imóvel usucapido e atos de conservação praticados, com referência às datas respectivas. É, também, imprescindível que o interessado não seja proprietário de um outro imóvel.

(Metodologia) Esta pesquisa foi realizada com base nas aulas ministradas pela professora orientadora que mediante slides demonstrativos do tema em estudo, fomentou o interesse para que se aprimorasse o conhecimento sobre esse instituto jurídico.

(Resultados) Após a realização da pesquisa em artigos, monografias, livros e websites é possível deduzir que esse instrumento jurídico que a Lei da usucapião favorece tornou-se um mecanismo pacificador nos conflitos decorrentes de disputas de bens móveis e imóveis.

(Conclusão) A utilização desse instituto no sistema jurídico atravessou o tempo e se manteve até hoje, adequando-se a nossa realidade econômico-social. A Lei, devidamente aprimorada, nos parece favorecer o homem do campo que detém a posse da terra sem qualquer garantia. Por outro lado, favorece àquele que peregrina na área urbana sem teto, até que seja instaurada uma política habitacional justa.

Palavras-chave: Usucapião; posse; imóvel.

A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E A DESPESA COM PESSOAL COMISSIONADO: O IMPACTO DA DESPESACOM A CONTRATAÇÃO DE CARGOS COMISSIONADOS-OS LIMITES DA LRF E A EFICIÊNCIA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS ESSENCIAIS NO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ

Autor(es):

Talita Fernandes de Sousa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Leonardo Medeiros Junior: Docente do UNI-RN

(Introdução) No Direito Administrativo um tema que gera discussão recorrente é a despesa com pessoal, um gasto de recursos que serve de instrumento às políticas públicas planejadas pelos entes federativos. Assim, como uma ferramenta para o controle desse tipo de despesa existe a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que vem como resposta a preocupação com o equilíbrio das contas públicas e uma administração de qualidade. Nesse contexto, na busca por uma avaliação sobre o impacto da despesa com cargos comissionados sobre os limites da LRF e a gestão dos serviços públicos no município de Guimarães no Rio Grande do Norte, surge objeto de estudo do presente trabalho.

(Metodologia) A metodologia utilizada para realização deste trabalho será um estudo de natureza descritiva, explicativa e qualitativa com a coleta de dados. Desta forma, será realizada uma coleta de dados a partir do portal da transparência contido no site do município. No portal, serão baixados o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) e o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) referentes ao período de 2013 a 2020. Em seguida, ocorrerá a análise das contas julgadas dos gestores, neste período, a partir dos pareceres disponíveis na página online do TCE/RN. Os dados serão, comparados e apresentados em planilhas e gráficos.

(Resultados) O resultado que se pretende obter é em relação ao volume de gastos decorrentes da contratação de pessoal comissionado, analisando em como impactam no total das despesas do município, verificando qual sua parcela de importância no orçamento, como caracterizará a gestão das contas públicas e os serviços essenciais e se tal despesa poderá vir a descumprir os limites da LRF.

(Conclusão) O trabalho buscará um entendimento sobre a forma como a despesa com a folha de pagamento dos servidores comissionados afeta os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF e a gestão dos serviços essenciais no município de Guimarães no estado do Rio Grande do Norte.

Palavras-chave: Lei de responsabilidade fiscal; cargo comissionado; orçamento público.

A LEI MARIA DA PENHA E OS INSTRUMENTOS INTERNACIONAIS: EFICÁCIA NA OMISSÃO DO ESTADO BRASILEIRO

Autor(es):

Nathália Nunes Barbosa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Vitória Jéssica Barreto Fagundes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Marcelo Maurício da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) Sabe-se que a violência contra a mulher faz parte de um contexto socioeconômico e cultural o qual discrimina o sexo feminino. No Brasil, um caso de extrema violência contra a mulher foi o de Maria da Penha Fernandes. Após ser agredida diversas vezes pelo marido, Maria da Penha recorreu à Justiça brasileira, a qual foi omissa. Segundo Varella e Machado (2009), o movimento do Direito Internacional dos Direitos Humanos é baseado na concepção de que os Estados possuem o dever de respeitar os direitos humanos de seus cidadãos. Dessa maneira, em 2001, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, responsabilizou o Estado brasileiro por negligência, omissão e tolerância em relação à violência doméstica contra as mulheres. O resultado foi a Lei nº 11.340/06, conhecida como Lei Maria da Penha.

(Metodologia) Quanto aos objetivos do estudo, esta pesquisa classifica-se como exploratória, visto que possui como intuito trazer mais informações sobre o tema analisado. Sobre a abordagem, se enquadra como qualitativa, por possuir características de subjetividade. Em relação ao método, é uma pesquisa bibliográfica, a qual teve como base um levantamento bibliográfico, através de pesquisa em artigos científicos, trabalhos acadêmicos, entre outros.

(Resultados) A Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou em 1993 a declaração sobre a eliminação da violência contra a mulher. Em 1994, a Organização dos Estados Americanos (OEA) adotou a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a mulher – Convenção de Belém do Pará, afirmando que a violência contra a mulher traduz uma grave violência aos direitos humanos e à ofensa à dignidade humana. Maria da Penha revelou um padrão sistemático de omissão e negligência do Estado brasileiro. Dessa forma, o caso foi denunciado na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e ao Comitê CEDAW – Convenção para eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a mulher, fazendo com que, pela primeira vez, um caso de violência doméstica chegasse à OEA. A denúncia alega a tolerância do Brasil quanto às agressões para com a vítima. Dentre as obrigações impostas pela Corte Americana, o Brasil precisaria finalizar o processo penal de Maria da Penha, bem como indenizá-la pelas violações sofridas, além de adotar políticas públicas voltadas à prevenção, punição e erradicação da violência contra a mulher. Como consequência, foi criada a Lei Maria da Penha, possuindo como foco o combate a violência doméstica.

(Conclusão) Destarte, os instrumentos internacionais foram eficazes na omissão estatal, uma vez que o sistema de sanções materializados mediante os instrumentos internacionais, intercedeu sob a denúncia dirigida ao Estado brasileiro, como também promoveu repercussão sobre seu dever de implementar políticas públicas de combate, prevenção e proteção às mulheres vítimas de violência, bem como sancionar uma lei federal que puni e coíbe atos de violência contra a mulher.

Palavras-chave: Sanção; instrumentos internacionais; Lei Maria da Penha.

A LIMITAÇÃO DA DURAÇÃO DO TRABALHO E A GARANTIA DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA.

Autor(es):

Alice Fonseca de Lima: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Marcelo Maurício da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) A teoria do tempo a disposição elegeu-se o tempo à disposição como regra para limitar a duração do trabalho. Salvo exceções, será serviço efetivo real todo o período em que o empregado se encontra à disposição do empregador, dentro do horário de trabalho, aguardando ou executando ordens. No caso brasileiro tal matéria é disposta no artigo 7º, inciso XIII da CF/ 88. Logo, a duração do trabalho será normal quando não for superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva. A Constituição desempenha papel essencial na valorização do indivíduo ao elevar os direitos do trabalhador e a dignidade da pessoa humana ao status de direitos fundamentais, constitucionalmente garantidos. Além disso, atesta-se que a existência digna está intimamente ligada à valorização do trabalho. Assim, não há que se falar em realização plena da dignidade da pessoa humana se o trabalho não for adequado a tal princípio.

(Metodologia) Metodologia adotada no presente trabalho, com uso de materiais acadêmicos disponíveis na disciplina de Direito do Trabalho, artigos científicos e repertórios socioculturais.

(Resultados) Na sociedade contemporânea o trabalho edifica o ser humano coletivo e lhe proporciona sobrevivência na sociedade capitalista, visto que a relação de trabalho em alguns casos é onerosa havendo troca do serviço pelo trabalhador e do pagamento por parte do empregado, que é outra garantia. Nessa análise, é imposto limites para a duração do tempo disponível ao empregado, para a dignidade da pessoa humana. Na ausência de uma mínima proteção no que cinge à limitação da jornada e aos períodos de descanso, a tendência é a de exaustão dos trabalhadores, mediante jornadas extenuantes e negação do direito ao repouso. Nesse sentido, essa circunstância, assim como todas as demais que reduzem o homem trabalhador a mero objeto, afora as restritas exceções legais que permitem, caracteriza o labor em condições indignas.

(Conclusão) Dessa forma, o trabalho digno só se constitui se for assegurado as garantias de remuneração justa, de liberdade, de equidade e segurança no contexto laboral. A limitação da duração do trabalho é um dos direitos fundamentais inerentes as pessoas, a extrapolação dos limites previstos em lei ofende a dignidade da pessoa humana. Segundo a música, -A bola do Jogo, da banda Mundo livre SA “Minhas pernas são bastantes fortes como as de todo trabalhador, meus braços são de aço como a de todo operário, a alma do trabalhador é como um carro velho, só dá trabalho”. cumpre salientar que a dignidade impede que o homem seja utilizado como mero instrumento, como meio para a consecução de um fim. O ser humano é fim em si mesmo e não se admite em nenhuma hipótese a sua “coisificação” como a letra dessa música remete intrinsecamente.

Palavras-chave: Dignidade da pessoa humana; trabalho digno; limitação.

A LINHA TÊNUE ENTRE TRABALHO E DESCANSO: A DELIMITAÇÃO PRECISA DA JORNADA DE TRABALHO COMO GARANTIA DA DIGNIDADE HUMANA

Autor(es):

Laura Beatriz Gomes de Andrade: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Marcelo Maurício da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho visa abordar a importância da delimitação da duração do trabalho para preservar a dignidade das pessoas no mercado de trabalho contemporâneo, que se torna cada dia mais frenético, competitivo e exaustivo devido aos avanços tecnológicos. Esse fenômeno, que já estava sendo observado no Brasil e motivou a reforma trabalhista de 2017, ampliou-se de maneira inimaginável com a pandemia de Covid-19. Torna-se evidente que os trabalhadores informais, como motoristas de aplicativos e entregadores de delivery, por exemplo, foram os mais prejudicados por esse novo cenário de trabalho, que não se restringe ao Brasil. O documentário "Gwarosa: Working to Death in South Korea," que retrata a rotina exaustiva e exploradora dos entregadores de delivery na Coreia do Sul, ressalta a necessidade obrigatória da limitação da duração do trabalho. A partir desta perspectiva, é importante citar que, em 1935, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) reformou sua Convenção 1, recomendando uma jornada de 40 horas semanais para assegurar o adequado tempo de lazer ao trabalhador. Atualmente, a norma que vigora no Brasil conforme o Art. 7º, inciso XIII, da Constituição Federal, é de 8 horas diárias e 44 horas semanais.

(Metodologia) A pesquisa baseou-se na análise de casos concretos, pesquisa bibliográfica, incluindo a Carta Magna brasileira, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a Convenção da OIT, o documentário mencionado, notícias e documentos jurídicos relacionados à delimitação das jornadas de trabalho. Trata-se de uma pesquisa teórica de cunho jurídico e cultural, empregando métodos históricos, documentais e comparativos para examinar como a competitividade, a tecnologia e a busca por resultados afetam a jornada de trabalho contemporânea.

(Resultados) Entre os principais resultados obtidos mediante análise dos casos concretos, destaca-se que hoje o trabalhador não sabe distinguir o período de expediente do período de descanso, especialmente por causa dos recursos tecnológicos. Dessa forma, à medida que a competitividade cresce, as pessoas buscam formas de se superar no trabalho ou acabam sendo cobradas de forma indevida pelos superiores hierárquicos, e isso faz com que a carga horária de 44 horas semanais estabelecida no Brasil seja extrapolada, e as maiores vítimas desse sistema de exaustão são os trabalhadores informais, como motoristas de aplicativos e entregadores de delivery. Cabendo ressaltar, que a delimitação é necessária para regular o trabalho extenuante e não retribuído.

(Conclusão) O trabalho teve como objetivo abordar a relevância da delimitação da jornada de trabalho, considerando os desafios da sociedade contemporânea. Diante dessas considerações, a falta de uma fiscalização mais eficaz e da proposição de medidas protetivas por parte das autoridades competentes resultam em jornadas exaustivas, que frequentemente ultrapassam as 44 horas semanais estabelecidas pela CF/88, comprometendo a noção de horário de trabalho e de lazer. Face ao exposto, não se espera que a legislação brasileira copie a carga horária de 52 horas semanais da Coreia do Sul, mas que utilize a realidade sul-coreana para pensar em medidas que resguardem os direitos dos trabalhadores. Dessarte, torna-se imprescindível a conscientização acerca da delimitação precisa da carga horária de trabalho, visando garantir a dignidade da pessoa humana e o descanso, por meio do estabelecimento de uma carga horária equilibrada para o trabalhador.

Palavras-chave: Direito do trabalho; jornada de trabalho; dignidade humana; organização internacional do trabalho.

A NATUREZA JURÍDICA DO DIREITO DE LAJE

Autor(es):

Maria Eduarda de Farias Escossia Ciarlini: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho versa analisar a natureza jurídica do direito de Laje, sendo analisado sobre esse direito se real sobre a coisa própria ou alheia. Levando em consideração essa problemática, deve-se usar como base para esse estudo o fato da nova Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017, a qual fala sobre a regulação fundiária rural e urbana, sendo originada na Medida provisória de nº759, de 22 de dezembro de 2016, ordenamento que acrescentou o direito Real de Laje, sendo possível a partir desse novo ordenamento que em uma mesma área, existam unidades imobiliárias autônomas de titulares diferentes. Nesse sentido, pode-se afirmar que o direito real de Laje nasce a partir do momento que um proprietário possui uma construção base, chamado de lajeiro ou cedente, dessa maneira, terá um terceiro que será lajeado ou cessionário, logo, ele utiliza-se da Laje seja ela inferior ou superior a construção base. Portanto, o novo proprietário será dono apenas da parte construída, e o antigo não será proprietário de tudo. A partir desses entendimentos, mesmo que não tenha explícito no artigo nº1510-A parágrafo 3, o atributo de reaver a coisa como está no artigo 1.228 do Código civil para propriedade, pode-se subentender que o lajeiro tem todo o direito da propriedade plena.

(Metodologia) Um dos métodos utilizados ao longo da pesquisa foi o explicativo, por meio dessa pesquisa foi possível explorar uma nova temática, explanado e explorando diferentes pontos desse tema, teve como ponto central a identificação de fatores que permeiam essa problemática, identificando as diferentes teorias sobre o direito de laje. Sendo assim, um dos maiores objetivos dessa pesquisa é a necessidade de aprofundar uma realidade que as vezes está presente na vida de algumas pessoas, e muitas delas não sabem quais seus direitos em relação a esse tipo de propriedade. Nesse contexto, diversas pessoas acabam sendo prejudicadas por não saberem como lidar por exemplo ao serem expulsas de suas lajes, pelos lajeiros ou cedentes. Por fim, o instrumento utilizado foi o dedutivo, ou seja, a partir de generalizações acerca de um assunto, os fatos começam a serem analisados de modo minucioso, para que o conhecimento geral fique mais específico, à medida em que se aprofunda mais no tema.

(Resultados) Pode-se obter como resultado, que a partir de algumas teorias do direito real de laje, falam que esse direito consiste da cessão de um proprietário no qual tem uma construção base, denominado de lajeiro ou cedente, no qual vai ceder parte dessa construção para um terceiro chamado de lajeado ou cessionário, permitindo que ele faça uso de sua laje, seja ela superfície superior ou inferior de sua moradia, para construir uma nova moradia para este último, portanto, o proprietário da unidade construída, é tão somente, o proprietário da laje sobre ela construída e não de toda a propriedade com o solo.

(Conclusão) Conclui-se a partir dos entendimentos e estudos feitos, que após a laje ser cedida, ocorre a criação de um novo patrimônio, sendo ele independente, perpétuo, reiterando a parte do solo. Nesse contexto, outro argumento analisado é que após a laje ser cedida, vai existir uma nova matrícula no Registro de Imóveis, logo, vai se dar autonomia para laje. Sendo assim, essa laje será totalmente independente da construção base.

Palavras-chave: Laje; lajeado; propriedade.

A NECESSIDADE DE UMA REFORMA TRIBUTÁRIA NO CONTEXTO BRASILEIRO

Autor(es):

Felipe Eduardo Procópio Machado: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

João Vitor Alves Leonel da Rocha: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Ítalo Matheus Teixeira Nunes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Pedro Henrique Dantas Gonçalves: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Cleiton Gomes dos Santos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) A reforma tributária no Brasil é um tema complexo que tem sido objeto de debates contínuos e complicados. Este artigo científico aborda esse tópico. O sistema tributário do Brasil precisa de reformas substanciais devido à sua complexidade, alta carga fiscal e ineficiência. O artigo examina as teorias econômicas, políticas e institucionais fundamentais que orientam a discussão sobre a tributação neste contexto. Ele também examina abordagens interdisciplinares que podem ajudar a entender como as reformas tributárias impactam o desenvolvimento econômico e institucional de uma nação. A pesquisa examina teorias econômicas sobre tributação, teorias políticas e institucionais que afetam a formulação de políticas tributárias, comparação internacional usando estudos de caso de reformas tributárias em outros países e sugestões de organizações internacionais. Além disso, para fornecer uma visão abrangente do assunto, o artigo emprega abordagens interdisciplinares, como o estudo do direito e desenvolvimento e a economia comportamental.

(Metodologia) Em prol do artigo foi utilizado o método bibliográfico com o intuito de reunir um perceptível nível adequado de visões para ampliar a compreensão sobre reforma tributária, bem como, foi utilizado o método dedutivo para integrar o senso comum e noções lógicas sobre o assunto abordado, com o intuito de promover uma percepção mais adequada e específica sobre reforma tributária. Como o artigo apresenta foi utilizado dados de revistas nacionais, dados de sites oficiais do governo entre outros.

(Resultados) De acordo com os dados examinados, a carga tributária no Brasil é uma das mais altas em relação ao PIB. Isso afeta a capacidade de investimento das empresas e a renda disponível das famílias. Além disso, a elevada carga tributária pode prejudicar o empreendedorismo e o estabelecimento de empresas. Nossos achados mostram que a implementação bem-sucedida de uma reforma tributária no Brasil é um processo complicado que envolve acordos políticos e considerações sobre os efeitos sociais e econômicos. Além disso, as reformas tributárias devem ser bem planejadas e monitoradas constantemente para garantir que produzam os resultados esperados.

(Conclusão) Em resumo, a necessidade de uma reforma tributária no Brasil é amplamente reconhecida. Os problemas de complexidade, ineficiência e alta carga tributária afetam negativamente a economia e a sociedade. Uma reforma tributária bem planejada e implementada pode trazer benefícios significativos, estimulando o crescimento econômico, melhorando a distribuição de renda e reduzindo a evasão fiscal. Portanto, é fundamental que o governo, o Congresso Nacional e a sociedade como um todo continuem debatendo e trabalhando em conjunto para alcançar uma reforma tributária eficaz e justa.

Palavras-chave: Reforma tributária; complexidade; desenvolvimento econômico; economia; eficiência.

A OBRIGATORIEDADE DO REGIME DE SEPARAÇÃO LEGAL DE BENS PARA AS PESSOAS COM MAIS DE 70 ANOS

Autor(es):

Jéssica Mariana da Silveira Vicente: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosângela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) O Código Civil Brasileiro, disponibiliza quatro tipos de regime de bens, sendo um deles o de separação legal de bens que se tornou obrigatório, para as pessoas com mais de 70 anos em conformidade com o Art.1.641, II do Código Civil, colocando como o fator primordial o critério meramente etário. Vale ressaltar que, ao mesmo tempo que essa obrigação tem como intuito principal proteger as questões patrimoniais e sucessórias da pessoa idosa, ela retira o poder de escolha e a autonomia do idoso para tomar decisões sobre atos da vida civil e a respeito da disposição dos seus bens, gerando conflito com os princípios constitucionais da dignidade humana e da igualdade. Entra em conflito também com o Estatuto do Idoso que em seu capítulo II dos direitos fundamentais, Art.10, caput, apresenta de forma clara a obrigação do Estado e da sociedade em assegurar ao idoso, o respeito, à liberdade, à dignidade, como um sujeito de direito civis, políticos, individuais e sociais. Direitos estes garantidos por Lei e pela Constituição. Assim sendo, a regra fora adotada pelo Código Civil com o intuito de proteger a pessoa idosa de questões meramente patrimoniais e de herança, porém abre precedentes para questionamentos acerca do casamento com pessoas na terceira idade seria por mero interesse e não levando em consideração o casamento onde ambos os nubentes são idosos e ainda possuem interesse na vida a dois. Resta claro o contraste com as demais regras civilistas acerca da capacidade civil, do casamento e da união estável e com os princípios constitucionais, surgindo assim um debate sobre a inconstitucionalidade dessa norma.

(Metodologia) Para realizar este estudo foi necessário utilizar como método de pesquisa o modelo de abordagem hipotético dedutivo. Ademais, utiliza-se uma pesquisa de cunho exploratório e de objetivo explicativo. Como procedimento, foram empregadas análises bibliográficas de materiais publicados para compor o estudo do tema.

(Resultados) Os resultados esperados com esse trabalho de pesquisa seriam a análise sobre a inconstitucionalidade acerca da imposição da separação legal de bens e discutir sobre possibilidades para a flexibilização da obrigatoriedade do regime de separação total de bens para os idosos septuagenários.

(Conclusão) Diante do que fora apresentado, é de suma importância compreender os regimes de bens legalmente previstos em Lei e, a partir desse conhecimento, realizar uma investigação acerca da percepção legal e social relativo ao idoso, bem como tratar a respeito da inconstitucionalidade da norma, ao colocar como regra o regime de separação legal de bens para as pessoas com mais de 70 anos. REFERÊNCIAS: BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. BRASIL. Lei nº. 10.406/2002. Institui o Código Civil. BRASIL. Lei nº 10.741 de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. MEDEIROS, André Araújo; NEVES, Haroldo Murilo Cotta; VILELA, Janaina Alcântara. Análise da inconstitucionalidade do regime de separação obrigatória de bens no casamento de pessoas com mais de 70 anos.

Palavras-chave: Código civil; regime de bens; pessoa idosa; etarismo; inconstitucionalidade.

A PARTICIPAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA SOCIEDADE DO SÉCULO XXI

Autor(es):

Sarah Soares Marinho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Maria Fernanda Moura de Melo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Ingrid: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Raphael Rodrigues Tabosa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Guilherme Flor Álvares Borges Santos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Ursula Bezerra e Silva Lira: Docente do UNI-RN
Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) A inteligência artificial é a grande vilã do século XXI? Ou seria ela, nossa aliada para a evolução tecnológica em diversos aspectos sociais e resolução de problemas no nosso século? Devemos temer esse recurso tecnológico? Essas perguntas geram dúvidas e desconfiança de muitas pessoas, por isso, é tão importante esclarecer os fatos sobre as IAs. Na década de 1950, após a Primeira Guerra Mundial, deu-se início às pesquisas de desenvolvimento da inteligência artificial, mas foi apenas em 1990, depois de investimentos que essa tecnologia foi popularizada. Antes disso, a inteligência artificial era uma ferramenta utilizada unicamente por empresas de pesquisas e universidades, com fins para desenvolvimento e avanços técnicos e científicos. Atualmente, as IAs marcam presença em diversos aspectos sociais, como no conteúdo que temos acesso nas redes sociais ou sites, nos processos judiciais, na educação básica e avançada e até nos momentos de lazer. Nos jogos eletrônicos, muito populares entre os jovens, a inteligência artificial está se tornando, cada vez mais, reconhecida e acessível. A partir dos anos 2000 a internet passou a estar presente de forma mais acessível na vida de muitas pessoas, com isso, as redes digitais passaram a fazer parte do dia a dia de milhares de indivíduos, que se viram inseridos em uma nova realidade, a qual os permitia de se conectar com pessoas ao redor do mundo. Esse novo mercado, a internet e o mundo digital, logo se tornou algo indispensável na vida de muitas pessoas ao redor do mundo e até hoje vem crescendo e evoluindo devido a demanda da sociedade. Apesar disso, ainda hoje, pouco se sabe como funciona essa tecnologia revolucionária e quais são os impactos, positivos e negativos, desse recurso na sociedade contemporânea.

(Metodologia) O estudo foi realizado por meio da análise de dados e informações expostos em diversos artigos científicos, buscando entender o tema abordado e os eixos que foram aprofundados para explicar, de maneira simplificada e direta, os conceitos sobre os impactos da inteligência artificial em diversos âmbitos da sociedade moderna para desmistificar ideias retrógradas e errôneas.

(Resultados) A inteligência artificial ou IA emergiu como uma força transformadora na sociedade do século XXI, desempenhando um papel crucial em diversos setores. Este trabalho explorou como as inteligências artificiais influenciam a vida cotidiana das pessoas, discutindo seus benefícios e seus desafios. Demonstramos que, embora a IA tenha o potencial de melhorar eficiência, acessibilidade e qualidade de vida, também apresenta preocupações relacionadas à privacidade, ética e desigualdade.

(Conclusão) A IA emergiu como uma força transformadora, moldando esses setores de maneiras profundas e variadas. À medida que avançamos no século XXI, é essencial que a sociedade promova um diálogo aberto e informado sobre a IA, considerando cuidadosamente seus impactos sociais, éticos e legais. A colaboração entre especialistas, legisladores, empresas e comunidades é crucial para moldar o desenvolvimento e a implementação da IA de maneira ética e responsável. Garantir que a IA seja uma força positiva na sociedade, preservando os princípios fundamentais de equidade, privacidade e justiça, é um desafio complexo, mas essencial, que deve ser abraçado para colher os benefícios do potencial transformador da inteligência artificial no século XXI.

Palavras-chave: Inteligência artificial; tecnologia; impactos negativos; impactos positivos; educação; internet.

A PERSISTÊNCIA CULTURAL DO ESTUPRO NOS DIAS ATUAIS

Autor(es):

Jefferson Matheus de Araujo Medeiros: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho trata da persistência cultural do crime de estupro no Brasil: possíveis consequências que a banalização a que este crime pode acarretar dentro da sociedade. Diante do exposto, encontra-se o estupro como uma violação a qual a vítima muitas vezes sente-se culpada, promovendo um silenciamento por parte dela e tácito pela sociedade, impulsionando a sub notificação do crime e dessa forma, abrindo margens para impunidade. Assim, faz-se necessária a compreensão de que estamos diante de forte sofrimento físico e psíquico, uma vez que os desdobramentos quase sempre são de cunho doloso para vítima e perpetuando na sociedade. Foi perceptível de que nos últimos anos, a persistência cultural do estupro ganhou visibilidade a partir da ampla divulgação pela mídia de diferentes casos de abuso. À vista disso, uma temática de evidente preocupação atual, sendo acertado afirmar que demonstraram-se mecanismos que punem e ao mesmo tempo disseminam tal cultura.

(Metodologia) A metodologia empregada foi do tipo método descritivo-exploratório, visto que foi necessário investigar, analisar e comparar o objeto de estudo. Além do mais, o trabalho baseado em levantamento bibliográfico através dos bancos de pesquisa científicos. Buscou-se fazer uma análise por meio de livros, revistas e artigos científicos, bem como da legislação vigente, e trabalhos jornalísticos sobre o tema; além de quantitativa, com a apresentação de dados sobre o crime de estupro.

(Resultados) Diante dos resultados obtidos, estudos comprovam que cenário de violência sexual contra as mulheres brasileiras é de barbárie, posto isso, foi verificado que o número estimado de crimes de estupro no país é de 822 mil por ano –o equivalente a dois por minuto. Além do mais, constatou-se também de que apenas 8,5% chegam ao conhecimento da polícia e 4,2% são identificados pelo sistema de saúde. Ainda, notório é o avanço na quantidade de casos desse crime ao decorrer dos anos, que avançam cada vez mais, mesmo a norma penal trazendo meios tão rígidos de punição. E infelizmente a tendência é a progressão desses valores e não a regressão. Sem dúvida alguma essa crescente se dá pelo modo como a norma penal está sendo aplicada nos casos em concretos, e sob esse prisma que entra a ação penal nos crimes contra a dignidade sexual, no presente caso, o estupro.

(Conclusão) Neste trabalho, conclui-se que, as consequências desse delito são diversas para as vítimas. A banalização desse crime faz com que grande parte dos casos sequer chegue ao conhecimento das autoridades, com as vítimas de tal crime sofrendo, além da violência no momento do abuso, consequências psicológicas que atingem também suas famílias. Assim sendo, percebe-se que o legislador ao criar a lei que considera o estupro como crime, busca à efetiva proteção ao bem jurídico tutelado, no entanto, falha no momento de garanti-lo, como também à falta de precaução do legislador ao condicionar à representação à vítima de estupro que se encontra fisicamente e psicologicamente sem condições possíveis de fazer um juízo de valor adequado a violação. Por fim, este trabalho foi de grande relevância para a compreensão e análise desta temática, uma vez que permitiu conhecer melhor a realidade de um crime que envolve silêncio e constrangimento, no qual as estatísticas podem não refletir a realidade.

Palavras-chave: Estupro; crime; cultura do estupro.

A PERSPECTIVA CRISTÃ E NIILISTA DE DOSTOIEVSKI EM “OS IRMÃOS KARAMÁZOV”

Autor(es):

Ana Júlia Fernandes de Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Introdução) Dostoiévski, no capítulo considerado seu auge literário, ele comenta como Ivan: E se em nome do pão celestial te seguirem milhares e dezenas de milhares, o que acontecerá com os milhões e dezenas de milhares de milhões de seres que não estarão em condições de desprezar o pão da terra pelo pão do céu?. Ou te são caras apenas as dezenas de milhares de grandes e fortes, enquanto os outros milhões de fracos, numerosos como a areia do mar, mas que te amam, devem apenas servir de material para os grandes e fortes. Com isso, Dostoiévski se apropria deste conceito apresentado na Bíblia para questionar os próprios mandamentos cristãos.

(Metodologia) A pesquisa aqui apresentada, tem por finalidade atingir os resultados finais a partir da utilização da pesquisa exploratória e, utilizando-se do método de abordagem indutiva. Para isso, selecionou-se 5 fontes de caráter primário para o embasamento desta exploração, sendo esses: A Filosofia da Religião em Dostoiévski: O Cristianismo e os Irmãos Karamázov, Mateus José Atalaia Godoy; Dostoiévski e a Filosofia do Direito: O Discurso Jurídico dos Irmãos Karamazov, Luis Carlos Cancellier de Olivo; Nietzsche e as Terapias Helenistas: Estóicos e Epicuristas Como Precusores do Cristianismo, Marta Faustino; Os Irmãos Karamazov: Um Compromisso Entre a Razão e o Sentimento Cristão na Crítica ao Ocidente, Marcio Fonseca Pereira; Estoicismo e Helenização do Cristianismo, Selvino José Assmann.

(Resultados) Para ir de encontro às sincronias entre o surgimento do pensamento cristão e o niilismo proposto por Nietzsche, faz-se necessário explorar anteriormente as vertentes que inspiraram essas duas correntes filosóficas. Dessa forma, a representação perfeita do cristianismo como filosofia e modo de vida, encontra-se no livro de Fiódor Dostoiévski que, ironicamente -ou não - foi um homem que criticava a Igreja Católica Apostólica Romana ferrenhamente. O escritor, por meio do personagem Alyosha, personifica o modelo ideal de cristão com todas as facetas da filosofia cristã pensada por Agostinho. Assim, Dostoiévski cria um monge, cujas devoções são direcionadas a um senhor que ama e que acredita na benevolência deste mesmo quando confrontado pelo irmão Ivan, esse, um acadêmico ateu que se depara com a situação de Alyosha e, com devoção nas suas próprias crenças, questiona o monge sobre a real existência e bondade do Deus a quem o irmão segue. O que Dostoiévski expõe, no entanto, não são apenas as diferenças entre as vertentes e os irmãos, mas as similaridades entre ambos. Um só começa a falar quando o outro escuta e lhe abre o caminho, o outro só é agraciado pelo final do poema, que até então estava lhe sendo restringido, quando um se posiciona positivamente, mesmo diante da ofensa intencional para com seu mestre. Com isso, é possível perceber que mesmo com as tantas diferenças, no fundo ambas as vertentes estão caracterizadas com a devoção, à ciência ou à divindade; a ontologia e ao estoicismo, mesmo que seus enfoques sejam diferentes e que utilizam-se de diferentes partes do pensamento Estóico.

(Conclusão) Por fim, faz-se possível estabelecer a conexão de que por mais que existam inúmeras diferenças entre as vertentes e seus praticantes, a principal crítica de uma a outra é para o poder coercitivo de uma instituição e não da negação de um Deus, mesmo que socialmente falando o entendimento seja outro. Assim, é possível analisar de forma teórica e técnica aquilo que seria nublado pelas paixões e pelo apego aos ideais afetivos, distanciando-nos do conhecimento e nos aproximando da ignorância, como o próprio Alyosha deixa exposto através de seu comportamento e através das falas no livro “Os Irmãos Karamazov”.

Palavras-chave: Dostoiévski; Nietzsche; niilismo; estoicismo; agostinho.

A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO ATRAVÉS DA TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Autor(es):

José Cruz Lemos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) No Brasil, o sistema de “gato” usado no trabalho rural, inclusive presente até hoje, deu origem a modalidade da terceirização. Já com relação ao serviço público temos relatos históricos que o Estado Brasileiro, no século XIX, chegou a substituir trabalho escravo pelo trabalho de migrantes pobres vindos da Europa de forma terceirizada, ainda que não fosse essa a compreensão do termo terceirização usado na época. Posterior a isso é que as diversas fases históricas do capitalismo aceleraram o processo de terceirização e alcançando de forma mais direta a terceirização no serviço público. Com relação a distinção da mera locação de mão de obra e a terceirização em si, de fato há a necessidade de se fazer essa distinção para melhor efeito das relações contratuais e seus efeitos jurídicos no campo do serviço público e privado. A locação de mão de obra é uma prática empresarial na qual uma empresa contrata trabalhadores de outra empresa, geralmente uma empresa de serviços de recursos humanos ou de terceirização de mão de obra, para fornecer funcionários temporários ou especializados para

(Metodologia) O método utilizado para realização desse trabalho foi através de um levantamento bibliográfico científico através de uma busca em bases de dados científico (SciELO, Google Acadêmico).

(Resultados) A precarização do trabalho pode ter uma série de resultados negativos tanto para os trabalhadores quanto para a sociedade em geral. Aqui estão alguns dos resultados mais comuns da precarização do trabalho: Salários Baixos: A precarização muitas vezes está associada a salários mais baixos. Os trabalhadores em empregos precários geralmente recebem menos do que aqueles em empregos mais estáveis e bem remunerados. Falta de Benefícios: Os trabalhadores em empregos precários frequentemente têm acesso limitado a benefícios, como seguro de saúde, plano de aposentadoria, licença remunerada e outros benefícios que proporcionam segurança financeira. Insegurança no Emprego: Empregos precários são frequentemente caracterizados pela falta de segurança no emprego. Os trabalhadores podem ser contratados com contratos temporários ou por hora, o que os torna vulneráveis a demissões repentinas. Jornadas de Trabalho Instáveis: A precarização muitas vezes leva a horários de trabalho irregulares e imprevisíveis, dificultando o planejamento da vida pessoal e familiar. Ausência de Proteção Social: Trabalhadores precários podem não ter acesso a sistemas de seguridade social adequados, tornando-os mais suscetíveis a riscos financeiros em caso de doença, acidentes ou desemprego.

(Conclusão) A terceirização tem tomado cada vez mais conta do que antes era o trabalho estável, substituindo-o por trabalhos precarizados. Estabelecem-se contratos de trabalho precários, subcontratação em cascata, configurando uma externalização de riscos e responsabilidades, com redução de salários e de empregos (GOMEZ; THEDIM-COSTA, 1999). Assim, não é mais o padrão da sociedade do pleno emprego, mas o de uma sociedade de desempregados e de formas precárias de trabalho, de emprego e de vida que passa a predominar, até mesmo naqueles países onde se tinha atingido um alto grau de desenvolvimento econômico e social (DRUCK, 2011). Nesse horizonte, a projeção de cenários sobre o futuro do trabalho depende de um conjunto de condições macroeconômicas, sociais e culturais (MARQUES, 2013), de modo que a maior difusão de estudos acerca das práticas de precarização de vínculos empregatícios possibilite a criação de movimentos de resistência que demandem a abertura de agendas políticas e sociais voltadas a enfrentar, sem esquivas e de maneira responsável, o problema que se avoluma. Kóvacs (2003) acena com otimismo ao preconizar que os avanços modernos em tecnologia de informação e gestão humana podem promover a melhoria simultânea da produtividade, do emprego e da qualidade de vida, desde que prevaleça uma perspectiva antropocêntrica.

Palavras-chave: Terceirização; precarização do trabalho; fraudes; relações trabalhistas.

A PROTEÇÃO DA POSSE EM RELAÇÃO AO DIREITO DE PROPRIEDADE EM TEMPO DE PANDEMIA DA COVID-19

Autor(es):

Ana Letícia Fernandes de Abreu Peixoto : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosângela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) Desde o início da pandemia da COVID-19, o Brasil vem enfrentando um cenário desafiador. Neste momento, as autoridades, começam a publicar políticas públicas emergenciais para adoção do isolamento social como meio de evitar aglomerações e contatos físicos entre a população. As ações possessórias estão previstas no Código de Processo Civil como um dos procedimentos especiais, elas são utilizadas para manter, reintegrar ou afastar qualquer ameaça contra a posse, com o uso dos mandados judiciais de manutenção e reintegração da posse. Diante disso, foram relatadas práticas de atos violentos contra a posse, dessa forma, o Judiciário brasileiro deparou-se com uma quantidade voluptuosa de ações que requeriam a proteção da posse em relação ao direito de propriedade.

(Metodologia) A pesquisa foi dotada de natureza qualitativa, uma vez que serão analisadas características e qualidades dos diversos institutos pesquisados, tendo como base: levantamento bibliográfico feito através de sites especializados em artigos científicos, além disso, foi utilizada doutrina e legislações.

(Resultados) O CPC traz três tipos de ações possessórias, são elas: ação de reintegração de posse, de manutenção na posse e o interdito proibitório. A posse violenta é aquela que resulta na prática de esbulho (quando há perda total da posse, molestada injustamente por outrem). Com a prática do esbulho, há uma inversão no papel do possuidor, porque aquele que legitimamente detinha o bem tem este tomado pelo esbulhador, que passa a ser o novo possuidor, ainda que ilegítimo. Dessa forma, os invasores promoveram o ato violento de esbulho com o intuito de estabelecer moradia no imóvel. Esta prática leva ao raciocínio de que as invasões resultam de uma falha governamental em oferecer moradia digna a parte da população brasileira. Sem qualquer generalização, percebe-se que a violência contra a posse está intimamente ligada a um outro direito constitucional, manifestando falhas ainda presentes no estado democrático de direito: a ausência de efetivo cumprimento ao que prevê a Magna Carta. Constata-se que, a não efetividade do direito social à moradia conduz a prática de atos violentos contra os legítimos possuidores, entrando na grande demanda judicial de ações de reintegração de posse. Com isso, é possível declarar que há uma preocupação com o direito à moradia, isto porque existe um olhar sobre os ocupantes dos imóveis esbulhados, uma vez que a retirada destas pessoas implicaria em riscos à saúde pelo fato de não terem lugar para que possam se proteger. Sendo assim, percebe-se que há uma supremacia dos direitos à vida e à saúde em relação ao direito patrimonial. Bem como, destaca-se a relação entre o cometimento de esbulho e a não efetividade do direito à moradia digna por uma inércia governamental, com o posterior ensejo da ação possessória de reintegração.

(Conclusão) Conclui-se que, o direito à moradia pode garantir uma vida digna aos cidadãos, foi visto que a dignidade humana fica ainda mais evidente em tempos nos quais a manutenção da vida é colocada no centro das discussões. Sendo assim, o atual artigo poderá ter uma grande utilidade futura, seja no meio jurídico seja no meio social, e com isso será possível olhar para trás e analisar o que foi feito, para que com isso não haja a repetição dos mesmos erros e para que os acertos tenham um ar mais maduro e que seja notório perante a sociedade.

Palavras-chave: Direito social à moradia; ação de reintegração de posse; COVID-19.

A QUEBRA DA PACTA CORVINA : POSSIBILIDADE DE RENUNCIAR A CONCORRÊNCIA À HERANÇA ANTES DA MORTE DO CÔNJUGE POR MEIO DE PACTO ANTENUPCIAL

Autor(es):

Raul de Queiroz : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosângela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) Com a derivação advinda do direito romano, a Pacta Corvina em nada mais se traduz do que em “Pacto Sucessório”, que por sua vez representa o acordo sobre a herança de uma pessoa. Com forte hasteio no Código Civil Brasileiro de 2002, mais especificadamente em seu artigo 426, o reflexo da Pacta Corvina se demonstra quando resta positivado que acordos e contratos não podem ter como objeto a herança de pessoa viva. Nesse contexto, quando voltamos nossos olhares para o ato de renúncia de uma herança, resta claro que este artifício nada mais representa do que um “contrato” de não aceite aos objetos a serem herdados, sendo este um negócio jurídico unilateral, irrevogável, indivisível, incondicional e que deve constar expressamente em instrumento público ou termo judicial. Ademais, pelo entendimento da doutrina majoritária, a impossibilidade de tais pactos sucessórios encontra-se embasada pelo fundamento de que tais acordos são resultados de uma especulação odiosa e imoral sobre a morte de outrem com o intuito de obter vantagem patrimonial e de que o pacto sucessório restringe a liberdade de testar. Noutro pórtico, destoando do entendimento acima demonstrado, para Mário Luiz Delgado, ex-diretor nacional do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM), se faz válida a renúncia prévia ao direito de concorrência, quando as partes por suas vontades convencionarem, em pacto antenupcial ou em contrato de união estável, que nenhum dos pactuantes concorrerá com os descendentes ou ascendentes do outro. De igual modo, pactuando com as afirmações acima mencionadas, o jurista Rolf Hanssen Madaleno afirma que a renúncia previa ao direito concorrencial, não possui nada de odioso ou imoral em seu escopo, uma vez que já há no direito brasileiro a possibilidade de convencionar a separação de bens durante a vigência do casamento e, pelo fato de que a renúncia de uma herança incerta representa tão somente a extensão da possibilidade de separação dos bens particulares. Logo, esta inovação jurídica, ainda que não aceita pelo Supremo Tribunal Federal, representa grande avanço acerca da discussão sobre a cessão de bens hereditários quando os indivíduos ainda estão em vida, podendo ser amplamente utilizada em tempos futuros.

(Metodologia) Este resumo tem como metodologia fundamental de produção o “método descritivo”. Desse modo, em atenção ao supramencionado, afirma-se que o presente texto busca expor e produzir suas ideias através do estudo, análise, registro e interpretação de dados já produzidos pela doutrina e jurisprudência brasileira, que por sua vez, são plenamente aplicáveis à temática em discussão.

(Resultados) Diante da pesquisa feita foi visualizado que há, no direito brasileiro, uma real inclinação doutrinária para a relativização do que se encontra disposto no artigo 426 do Código Civil. Dessa forma, já está sendo cada vez mais difundido o entendimento acerca da possibilidade de se objetivar em contratos antenupciais a renúncia de concorrência à herança.

(Conclusão) Ante a tudo que foi exposto, e tornando a olhar o Código Civil de nosso país de uma forma mais atualizada e disruptiva, percebe-se que é plenamente capaz o pacto sucessório praticado em forma de contrato ou pacto antenupcial que visa a renúncia ao direito concorrencial, uma vez que a este ato se encontra respeitada a livre vontade das partes sem que seja causado malefícios a terceiros que por ventura possam também vir a concorrer ao quinhão hereditário do falecido.

Palavras-chave: Herança; cônjuge; pacto antenupcial; renúncia.

A REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO PARA A MANUTENÇÃO DA SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA

Autor(es):

Yuri Gabriel Pereira de Sousa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Adriana Gomes Medeiros de Macedo Dantas: Docente do UNI-RN

(Introdução) O tema proposto para o presente resumo seria o próprio título deste; “A redução da jornada de trabalho para a manutenção da saúde e qualidade de vida”. Visando trazer a questão a redução da jornada de serviço cujas suas consequências trariam a qualidade de vida, principalmente no que tange ao lazer e a saúde, direitos sociais expostos no artigo sexto da Constituição Federal de 1988. Exposto assim o tema, é possível agora apresentar os aspectos que delimitam o presente trabalho. O principal foco são as necessidades atuais do trabalhador brasileiro, especialmente após a adoção das novas formas de realização de serviços, trazidas pela Pandemia de COVID-19, que implicaram em uma redução da jornada trabalhista tradicional.

(Metodologia) Esse resumo teve como metodologia, a pesquisa literária em artigos científicos, obras doutrinárias, filosóficas, leis. E também contará com a busca eletrônica nas revistas e no site do Senado Federal e Diário Oficial da União. Também serão usadas “cartilhas” de “órgãos” como a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

(Resultados) Uma das coisas que ficaram claras durante a elaboração do resumo foi que as organizações trabalhistas são contra a redução da jornada, principalmente as confederações de empresários, como a CNI e CNC. Essas instituições não compreendem a importância do princípio protetor do trabalho, vigente na CF que abarca as relações de emprego. Um outro ponto observado, foi a problemática do “home office” para as empresas, por não terem a infraestrutura adequada, se queixam dos problemas de saúde e engajamento à distância.

(Conclusão) Levando em consideração os aspectos citados, fica claro que para o sucesso da redução da jornada de trabalho que os salários sejam mantidos e que a indústria deve adaptar-se à nova realidade pós pandemia. Estas mudanças viriam da necessidade de cada empreendimento tendo sempre em mente a garantia dos direitos sociais e do princípio protetor, dando ao empregado qualidade de vida e continuidade do emprego.

Palavras-chave: Flexibilização; direitos sociais; saúde; lazer.

A RELATIVIZAÇÃO DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE FACE À IMPOSSIBILIDADE DE USUCAPIR BENS PÚBLICOS

Autor(es):

Eduardo Silva Assunção Guimarães: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosângela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) Herança do Direito Romano, a usucapião é um instituto presente nos diplomas legais brasileiros há tempos. Também conhecida como prescrição aquisitiva, caracteriza-se como um modo de aquisição de propriedade no qual a inércia do titular de um bem prolongada em certo período de tempo geraria um direito a quem exercesse a posse ininterruptamente nesse lapso temporal, aliado a outros requisitos. Nesse sentido, falasse na função social da propriedade, a qual visa amparar juridicamente aqueles que efetivamente dão uma utilidade à terra a ser usurpada, seja pela própria moradia ou por serviços de produtividade. Porém, a problemática surge quando se quer usucapir um bem público, visto que, por adentrar na seara do Direito Administrativo e do Direito Constitucional, torna a questão muito mais complexa.

(Metodologia) Para poder alcançar os objetivos acima elencados, o presente trabalho partirá de uma análise bibliográfica e de uma análise jurisprudencial, com base no método lógico-dedutivo. Dessa forma, será possível entender o posicionamento da doutrina majoritária e os fundamentos que os tribunais superiores têm utilizado para resolver o conflito aparente entre o princípio da primazia do interesse público e o direito à moradia aplicado à função social da propriedade na questão da usucapião de bens públicos.

(Resultados) A corrente dominante da doutrina civilista acena na direção da impossibilidade de se realizar a usucapião de bens públicos, uma vez que a maioria dos autores concorda que seria necessária uma nova abordagem quanto à hermenêutica constitucional, alterando substancialmente a essência da Carta Magna de modo a supervalorizar um direito em detrimento de outro. No mesmo sentido tem se firmado a jurisprudência pátria, a qual, baseada em seu entendimento consolidado pela Súmula 340 do STF, tem negado provimento aos pedidos visando à declaração de usucapião mesmo com o preenchimento dos demais requisitos. Porém, é importante destacar que os pensadores componentes da corrente minoritária “a exemplo de Cristiano Chaves de Farias e Nelson Rosendal” têm ganhado cada vez mais espaço, sustentando a tese da possibilidade de usucapir bens públicos no argumento de que os bens dominicais sem destinação específica não deveriam estar isentos de cumprir a função social da propriedade.

(Conclusão) Embora corra no sentido contrário aos clamores populares – vislumbrados na quantidade de ações ajuizadas com vistas a usucapir um bem público –, a posição adotada pelo pensamento brasileiro não é inconstitucional, pelo contrário, está expressamente descrito em suas disposições. De fato, há a necessidade de se garantir o acesso à moradia aos cidadãos nacionais, todavia, a permissão genérica de se obter a prescrição aquisitiva de um bem público pode gerar mais malefícios que benefícios. Apesar de a proibição à usucapião de bens públicos se dar de forma absoluta no ordenamento jurídico pátrio, é plausível pensar em uma eventual relativização desse cenário, posto que temas correlatos a este já estão tendo julgamentos em orientações diferentes: é o caso das terras devolutas e da propriedade em faixa de fronteira, que, na visão da quarta turma do STJ, puderam ser usucapidas na ocasião do Recurso Especial 674558/RS.

Palavras-chave: Usucapião; bens públicos; função social da propriedade.

A RESPONSABILIDADE CIVIL E INFIDELIDADE CONJUGAL: ANÁLISE DA APLICABILIDADE DOS DANOS MORAIS EM CASOS DE TRAIÇÃO

Autor(es):

Filipe Coutinho da Silveira Meirelles: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) Infidelidade conjugal é um tema antigo ao envolver discussões acerca da seara do direito das famílias ao longo da história, mas, não pode ser considerado arcaico ou desatualizado, pois, até os dias atuais é uma matéria predominante nos problemas envolvendo conjugalidade que chegam ao judiciário. Nessa perspectiva, surgem divergências doutrinárias e jurisprudenciais quanto ao pleito da sociedade em haver responsabilidade indenizável pela traição.

(Metodologia) Nesse ponto, a metodologia utilizada para a pesquisa foi o método hipotético dedutivo, pela busca nos diferentes posicionamentos para alcançar a ponderação e razoabilidade. A técnica de pesquisa utilizada foi à bibliográfica e pesquisa documental em artigos, no ordenamento jurídico brasileiro, na ponderação dos posicionamentos acerca da temática, analisando as jurisprudências, o direito a personalidade à honra e, a dignidade da pessoa humana.

(Resultados) Por se tratar de uma pesquisa em desenvolvimento, com temáticas ainda em discussão nos tribunais brasileiros e a doutrina não pacificada, os resultados até o momento estão em formação, mas, inclinados pela ponderação dos pontos divergentes para que não entre em um viés somente que não acolha a reparação, a fim de impedir o enriquecimento ilícito, pelo entendimento que não aceita o dano nesses casos, justificando como mero aborrecimento do cotidiano, salvo em casos públicos e vexatórios, ou no outro polo pela total aceitação da aplicação de danos morais, descaracterizando o real objetivo do instituto da responsabilidade civil. Posto isso, vem à procura de um caminho para ponderação dos posicionamentos abarcando não a indenização em qualquer caso, mas, também não a falta da aplicabilidade do instituto nessas situações, para garantir o sistema da monogamia ainda adotado pelo vigente ordenamento jurídico pátrio e posicionamento dos Tribunais Superiores. Também ao respeito da dignidade da pessoa humana, do direito a personalidade quanto à honra, o direito a felicidade e o dever de fidelidade mais uma vez confirmado e analisado no julgamento recente do STF quanto à impossibilidade de reconhecimento de duas uniões conjugais simultâneas.

(Conclusão) Por fim, as considerações da pesquisa são voltadas para quando realmente devem ser aplicados os danos morais em casos de traição conjugal e quebra no dever de fidelidade recíproca, principalmente, considerando as evoluções do direito e também culturais em relação à seara de família em que não há mais do que se falar em crime por adultério ou ideia de culpa para o fim da sociedade conjugal. Além disso, respeitando a autonomia privada, também aos direitos personalíssimos, dignidade da pessoa humana, deveres conjugais, monogamia e direito a felicidade.

Palavras-chave: Infidelidade conjugal; responsabilidade civil; deveres conjugais; direitos personalíssimos.

A SUCESSÃO DE BENS DIGITAIS: UMA ANÁLISE DAS QUESTÕES JURÍDICAS ENVOLVIDAS

Autor(es):

Ana Julia da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) Com o advento da tecnologia, a sucessão de bens digitais tornou-se um tema cada vez mais pertinente no campo do direito, pois passaram a existir diversas implicações jurídicas acerca da transmissão dos bens supracitados. A sucessão de bens digitais envolve a transferência de contas de mídia social, arquivos digitais, e-mails, milhas aéreas, criptomoedas e outros ativos digitais que faziam parte da propriedade do de cujus. No entanto, as questões jurídicas envolvidas na sucessão de bens digitais ainda não estão expressamente positivadas no ordenamento jurídico brasileiro. A presente pesquisa visa demonstrar os reflexos jurídicos envolvidos na sucessão de bens digitais e suas necessidades.

(Metodologia) Na pesquisa em questão, fez-se necessário a utilização do método hipotético-dedutivo, o qual consiste na formulação de uma tese, trazendo hipóteses que possam corroborar com a existência e veracidade desta. Ademais, utilizou-se uma pesquisa exploratória, com estudos de casos, assim como, recorreu-se a uma pesquisa bibliográfica, apresentando um levantamento de informações retiradas de ordenamentos jurídicos vigentes e estudos já realizados tal como livros para que se alcance a familiarização do leitor com as questões jurídicas envolvendo a sucessão de bens digitais.

(Resultados) Os resultados desta análise indicam que a sucessão de bens digitais é um tema complexo e multifacetado, que envolve questões jurídicas que perpassam não apenas pela transmissão dos bens digitais para os herdeiros, a problemática pesquisada abarca também questões relacionadas à propriedade, privacidade, direitos de personalidade e segurança dos dados. Hodiernamente, percebe-se que a problemática em discussão faz-se cada vez mais presente, conforme pode ser constatado na reportagem extraída do site Extra Globo, o qual relata que a morte trágica da cantora Marília Mendonça, foi um gatilho para que o perfil do Instagram da cantora obtivesse em torno de 4 milhões de seguidores em menos de 48 horas. Já seu perfil no YouTube, é considerado um dos maiores da música sertaneja presente na plataforma, com músicas em alta até os dias atuais. Sabendo que perfis com grande relevância, como o da Marília, são monetizados, acabam se integralizando em seu patrimônio, porém, como não possui legislação sobre esta matéria jurídica, em alguns casos a transmissão poderá violar direitos importantes.

(Conclusão) Concluiu-se que a doutrina e a jurisprudência brasileira entendem que, ante a ausência de testamento dispondo sobre o assunto, há a possibilidade de transmissão sucessória apenas do acervo de bens digitais de natureza patrimonial, que estejam totalmente desvinculados de quaisquer atributos existenciais do de cujus. Embora existam leis e regulamentos que venham sendo aplicados as lides que envolvem esse novo recorte sucessórios, ainda existe lacunas significativas na legislação em relação à sucessão de bens digitais. Torna-se evidente, portanto, a necessidade da promulgação de leis e regulamentos mais abrangentes e claros em relação à sucessão de bens digitais.

Palavras-chave: Direito sucessório; bens digitais; direitos de personalidade.

A SUSPENSÃO DO DIREITOS POLÍTICOS DOS CONDENADOS CRIMINALMENTE: UMA ANÁLISE PRINCIPOLÓGICA DOS SEUS EFEITOS EXTRAPENAIS

Autor(es):

Roberta Fraga Ferreira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

João Batista Machado Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) Utilizando como panorama a legislação vigente e os princípios norteadores do nosso ordenamento jurídico, o respectivo artigo científico visa analisar a suspensão dos direitos políticos por sentença penal condenatória transitada em julgado, para aferir até que ponto essa suspensão deve ser considerada digna e democrática. Atualmente, quando estamos diante de um condenado criminalmente, com respectivo regime de cumprimento de pena, tem-se que uma vez ocorrido o trânsito em julgado da sentença, que seja automaticamente oficiado à justiça eleitoral para cumprir o disposto no art.15, II, da CF/88, ficando o apenado suspenso de exercer o seu direito político ativo e passivo, sem levar em consideração nenhum aspecto específico da execução penal, desconsiderando até mesmo da natureza do crime praticado. Nesse sentido, diante dos inúmeros tipos penais existentes no ordenamento jurídico brasileiro, e em face das diversas formas de cumprimento de pena também presente no respectivo, equiparar todos os indivíduos no mesmo patamar é uma violação grave ao princípio da proporcionalidade. À vista das observações acima delineadas, este artigo parte de uma perspectiva interdisciplinar de direito penal, constitucional e eleitoral, para analisar/investigar sobre os aspectos da suspensão dos direitos políticos,

(Metodologia) Para a produção do presente artigo científico foi utilizado o método de pesquisa descritivo para compreender os institutos explorados a partir de uma descrição detalhada dos conceitos. Fora utilizado o método de dedutivo com pesquisa exploratória em doutrina, análise das legislações brasileiras, artigos científicos, monografias e jurisprudência pátria, analisando pormenorizadamente para construção do artigo de maneira honesta.

(Resultados) Diante da pesquisa realizada, foi observado que nos casos dos presos com sentença penal condenatória transitada em julgado, a suspensão dos direitos políticos pode ser justificada em casos específicos, como crimes hediondos, de repercussão social ou que afetem a segurança pública. No entanto, é importante que a medida seja aplicada de forma justa e proporcional, para que não seja usada para punir desproporcionalmente pessoas que tenham sido condenadas por crimes leves ou que tenham cometido crimes por razões sociais ou econômicas simplórias. Além disso, é importante que a suspensão dos direitos políticos seja acompanhada de medidas de reinserção social, como acesso a serviços básicos como saúde, moradia digna, políticas de inclusão social que promovam uma igualdade de oportunidade, para que o condenado possa ter a oportunidade de reconstruir sua vida e contribuir para a sociedade.

(Conclusão) Trata-se de uma pesquisa ainda em andamento, não possuindo uma conclusão a apresentar até o presente momento.

Palavras-chave: Direito político; sufrágio universal; legislação; princípios.

A TEORIA DA RESPONSABILIDADE NO ATO DE GREVE E SUA RELAÇÃO COM O ARTIGO 9º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Autor(es):

Ana Julia da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Marcelo Maurício da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) O direito de greve, consagrado no artigo 9º da Constituição Federal de 1988 (CF/88), representa um instrumento fundamental para a defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores no contexto das relações laborais. Entretanto, o exercício desse direito não é absoluto e deve ser pautado por limites e condições estabelecidos pela legislação, de modo a garantir a manutenção da ordem e da paz social. Nesse sentido, a teoria da responsabilidade no ato de greve surge como um importante arcabouço teórico e jurídico para analisar as consequências decorrentes do exercício do direito de greve, bem como estabelecer as responsabilidades dos trabalhadores e empregadores envolvidos no processo. Este estudo propõe uma análise da teoria da responsabilidade no ato de greve e sua relação com o artigo 9º da CF/88, buscando compreender os desdobramentos jurídicos e práticos dessa conexão no âmbito das relações de trabalho.

(Metodologia) Na pesquisa em questão, fez-se necessário a utilização do método hipotético-dedutivo, o qual consiste na formulação de uma tese, trazendo hipóteses que possam corroborar com a existência e veracidade desta. Ademais, utilizou-se uma pesquisa exploratória, assim como, recorreu-se a uma pesquisa bibliográfica, apresentando um levantamento de informações retiradas de estudos já realizados tal como livros para que se alcance a familiarização do leitor com o tema, visando ilustrar a aplicação da teoria da responsabilidade no contexto das greves sua relação com o artigo 9º da Carta Magna de 1988.

(Resultados) Os resultados obtidos por meio desta pesquisa demonstram que a teoria da responsabilidade no ato de greve está intrinsecamente relacionada ao artigo 9º da CF/88, que garante o direito de greve aos trabalhadores. O estudo dessa conexão revela a complexidade das responsabilidades atribuídas aos trabalhadores e empregadores, que podem ser de natureza civil, penal ou administrativa, dependendo das circunstâncias e dos atos praticados durante a greve. Além disso, os resultados apontam para a importância do equilíbrio entre o exercício do direito de greve e a responsabilidade decorrente desse ato, considerando os princípios constitucionais e legais que regem as relações de trabalho.

(Conclusão) A análise da teoria da responsabilidade no ato de greve e sua conexão com o artigo 9º da CF/88 permite uma compreensão mais abrangente e sofisticada das implicações jurídicas e práticas decorrentes do exercício do direito de greve. Essa compreensão contribui para a promoção de um ambiente de trabalho mais justo e equilibrado, garantindo a efetividade das reivindicações trabalhistas e a manutenção da ordem e da paz social. Além disso, destaca-se a importância de se observar os limites e condições estabelecidos pela legislação, bem como as responsabilidades dos trabalhadores e empregadores envolvidos no processo de greve, de modo a assegurar a proteção dos direitos fundamentais e a promoção da justiça social no âmbito das relações laborais.

Palavras-chave: Greve; teoria da responsabilidade; Artigo 9º da CF.

A TRANSFERÊNCIA DE MILHAS AÉREAS POR DIREITO SUCESSÓRIO: A DECISÃO DA TERCEIRA TURMA DO STJ E A LEGITIMIDADE DOS CONTRATOS DE EMPRESAS DE AVIAÇÃO CIVIL

Autor(es):

Gustavo Henrique da Silva Peixoto: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) A transferência de milhas aéreas por meio do direito sucessório tem sido um tema debatido no âmbito jurídico, especialmente no que diz respeito à validade de cláusulas contratuais que limitam ou proíbem tal transferência. Recentemente, a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) através do REsp 1.878.651-SP proferiu uma decisão relevante sobre esse assunto, entendendo que não é possível transferir milhas aéreas por meio do direito sucessório. Além disso, os contratos entre empresas têm permitido o estabelecimento de cláusulas que regulam as consequências do falecimento do titular de uma conta de programa de milhagem, como é o caso do programa Smiles da empresa LATAM Airlines Brasil, que ao analisar seus termos e condições, denota que é possível resgatar as milhas do De cuius, situação que contraria exaustivamente tal decisão.

(Metodologia) A fim de uma melhor compreensão, a pesquisa ocorreu através da análise jurisprudencial do REsp 1.878.651-SP, da legislação civil contratual e sucessória, além da análise de contratos de empresas de aviação, utilizando o meio qualitativo para entender a problemática e discuti-la através do método dedutivo, sendo possível alcançar um resultado satisfatório.

(Resultados) A decisão do STJ e as cláusulas contratuais nas empresas de aviação evidenciam a necessidade de se observar os termos e condições estabelecidos pelos programas de milhagem, a fim de evitar problemas futuros quanto à disposição de um bem de natureza digital, bem como estabelecer se este pode ou não ser objeto da sucessão causa mortis ante a disposição trazida no art. 1.784 do CC/2002: "Aberta a sucessão, a herança transmite-se, desde logo, aos herdeiros legítimos e testamentários". Porém, compreende-se que as empresas jamais poderiam estipular cláusulas proibitivas antepostas ao direito constitucional à herança insculpido no art. 5º, XXX da CRFB/88, sendo necessário a imposição da tutela jurisdicional para regulamentar e adequar as políticas de venda e uso de contratos de milhagens aéreas, ainda, vez que são atribuídas a um único CPF, encaixando-se adequadamente aos direitos personalíssimos mediante o art. 11 do CC/2002.

(Conclusão) Diante do exposto, é possível afirmar que os contratos de adesão de milhas aéreas, ainda que gratuitos carecem de regulamentação pelo Poder Judiciário brasileiro, em especial, diante de sua natureza econômica, bem como atribuído ao conjunto de normas constitucionais e civilistas que regulamentam a transmissão do patrimônio de uma pessoa falecida para seus sucessores. Desse modo, a supressão das normas de ordem pública implica diretamente na violação da autonomia privada e no direito sucessório em geral, especialmente nas disposições contidas no Livro V do Código Civil de 2002. De igual modo, é possível extrair que a decisão no REsp 1.878.651-SP alberga tão somente as milhas aéreas relativas aos contratos de adesão gratuitos, situação tal que diante da falta de regulamentação aos contratos de natureza onerosa, realçam a insegurança jurídica ante a autonomia da vontade e o pleno e regular direito dos sucessores de dispor sobre a legítima. Ao fim, a decisão do STJ é extemporânea, não permitindo o exercício regular de direitos já consagrados na Carta Magna e em legislações especiais, sendo necessário reavaliar os entendimentos jurisprudenciais, com a intenção de adequar os contratos de empresas aéreas as legislações já existentes.

Palavras-chave: Legitimidade; insegurança jurídica; igualdade; personalidade.

A VULNERABILIDADE DAS MULHERES TRANS NO SISTEMA CARCERÁRIO

Autor(es):

Linniker José dos Santos do Nascimento: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Rasland Costa de Luna Freire: Docente do UNI-RN; Cristiane Clébia Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) O Brasil lidera a lista de países que mais mata mulheres trans e travestis do mundo, pelo décimo quarto ano consecutivo, segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) dentro dessas estatísticas, as mulheres trans e travestis pretas e pobres são a maioria das vítimas. A expectativa de vida de uma mulher trans no Brasil é de apenas 35 anos, mesmo com todas as garantias fundamentais adotadas pela Constituição Federal de 1988, este grupo social vive em extrema vulnerabilidade física, social e econômica. Se todos esses dados por si só já são bastante preocupantes, vamos imaginar esse quando tal grupo social vive dentro do sistema carcerário brasileiro, as coisas tendem a ficarem mais tenebrosas. Diante dos dados relacionados à violência em face das pessoas transgêneras, aqui mais especificamente as mulheres trans, impõe-se a reflexão acerca da existência de tais violações no contexto do sistema carcerário. Nessa perspectiva, a mulher trans já maculada por forte discriminação no seio familiar e social, passa por um conjunto de fatores que lhe encaminham para indignidade e agressão ao direito de exercer sua singularidade humana.

(Metodologia) O presente trabalho através de análises bibliográficas, usou alguns artigos que falam da vulnerabilidade da mulher trans em situação de encarceramento, bem como, norma constitucional acerca do princípio da dignidade da pessoa humana. A partir da ferramenta Google Acadêmico, buscou artigos que venham a contribuir com o tema, através de palavras-chaves para acrescentar dados ao devido tema.

(Resultados) Conforme inicialmente pesquisado, há larga constatação através dos dados coletados preliminarmente de que há discriminação, violência, ineficiência das garantias e normas constitucionais em face das mulheres trans, o que implica em violações de direitos fundamentais dessas pessoas também quando estão sob a custódia do Estado, isto é, quando estão sob regime prisional.

(Conclusão) A tutela dos direitos fundamentais (individuais e sociais) das mulheres trans, tanto no contexto do sistema carcerário brasileiro, aqui em foco, quanto dentro de um contexto mais geral, isto é, sócio-cultural nacional, devem ocorrer de maneira efetiva, não apenas formal. Para tanto, deve-se pormenorizar o campo de pesquisa, o objetivo geral e específico, bem como apresentar a circunscrição da problemática prisional que envolve as mulheres trans, e é exatamente sobre essa situação específica que se pretende abordar no presente trabalho, tendo como principal característica de estudo e pesquisa os mais variados tipos de vulnerabilidade que as mulheres trans e travestis vivem e passam dentro do sistema carcerário da grande Nata.

Palavras-chave: Sistema carcerário; mulheres trans; direito fundamental; discriminação.

**ABANDONO AFETIVO INVERSO E A RESPONSABILIDADE CIVIL DOS ASCENDENTES PERANTE SEUS
DESCENDENTES**

Autor(es):

Ana Clara Maia de Medeiros: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Ursula Bezerra e Silva Lira: Docente do UNI-RN

(Introdução) Sabe-se que o Direito é uma ciência não exata que, de tal forma, tenta acompanhar a evolução da sociedade na qual se empenha em manter a harmonia entre aqueles que a compõem. Assim, entende que o Direito de Família ao longo dos anos também tentou acompanhar a mudança daqueles que regem, passando cada vez mais a valorizar o senso de afetividade com o passar do tempo. Dessa forma, de acordo com Diniz (2009), a família é uma instituição jurídica e social, formada por pessoas na quais tem a pretensão de compartilhar suas vidas, além de todos aqueles que descendem do mesmo tronco ancestral, como cônjuges, enteados, genros, noras e cunhados. Com o surgimento da Constituição de 88, o Direito passou a ter como um dos princípios basilares o da Dignidade das Pessoas Humanas, como também um capítulo apenas para dar ênfase ao instituto familiar, preconizando tal organização. Daí em diante, o Direito prioriza e efetiva a afetividade como sendo uma das bases do Direito de Família, com o Princípio da Afetividade, assim como também do ambiente familiar, com o surgimento do conceito de família eudemonista. Entendendo o conceito de família eudemonista como: A família eudemonista é o conceito atual que traz a visão moderna de família, aquela que busca a realização plena de seus membros, caracterizando-se pelo afeto, consideração e respeito, independente de existir ou não vínculo biológico (VILABOAS, 2020). Em paralelo a isso, no Brasil, os idosos estão vivendo cada vez mais, como mostra os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), a qual retrata um número de cerca de 21 milhões de pessoas idosas em 2019, e ao se pegar o recorte da população considerada "muito idosa", com 80 anos ou mais, de 170,7 mil pessoas em 1940, esse número populacional foi para 2,9 milhões em 2010, segundo Camarano e Kansos (2009). Concomitante a isso, é de conhecimento geral que o é recorrente os casos de idosos abandonados em asilos ou até mesmo negligenciados em suas próprias casas, desse modo, de acordo com o Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM, 2021), a violência contra a pessoa - abandono e maus tratos - é um perigo existente e no ano de 2021 foram registradas mais de 33,6 mil denúncias contra essa parte da população. A partir disso compreende-se a necessidade do poder-agir, sendo claro a demanda ainda pouco analisada, porém carente de atenção e se tratando não somente de uma situação familiar, como de bem-estar e proteção da dignidade humana, assim sendo, Constitucional.

(Metodologia) O formato do trabalho científico será em artigo, possuindo como método de análise de dados o hipotético dedutivo e de abordagem o qualitativo, que de acordo com Denzin e Lincoln (2006), o método qualitativo é onde o pesquisador estuda fenômenos em seu cenário natural e tenta entender os significados que as pessoas os conferem, sendo uma forma de interpretação do mundo. Usando o modo hipotético dedutivo para realizar uma análise de como o tema em questão é visto pelo ordenamento jurídico, por meio de pesquisas bibliográficas e com base em fontes como jurisprudência e princípios, assim como, na doutrina.

(Resultados) andamento

(Conclusão) andamento

Palavras-chave: Idoso; família; abandono afetivo; abandono afetivo inverso; responsabilidade civil.

ABANDONO DIGITAL: DANOS NEUROPSICOSSOCIAIS E A RESPONSABILIZAÇÃO PARENTAL CIVIL

Autor(es):

Iracema Augusta Carvalho Cortez: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) A Constituição Federal Brasileira/88 assegura proteção à privacidade e aos direitos humanos das crianças e adolescentes e determina a responsabilidade da família, sociedade e Estado na garantia, defesa e promoção destes direitos de forma integral. O Estatuto da Criança e do Adolescente descreve penalidades diante de crimes digitais e a responsabilização parental frente à inobservância das normas de prevenção aos direitos da criança. Outrossim, há previsão legal para a necessidade do controle, vigilância parental e educação digital. Não obstante aos programas de combate, o constrangimento psicossocial (bullying) ou através da rede mundial de computadores (cyberbullying) é uma realidade. Ademais, o abandono digital, negligência parental caracterizada pela desatenção dos responsáveis legais quanto à segurança no ambiente virtual, gera vulnerabilidade e danos ao desenvolvimento neuropsicossocial na primeira infância, com impactos negativos no processo de desenvolvimento da fala e linguagem, atraso motor, exposição ao cyberbullying e à violência sexual e consequências graves como vício tecnológico, retardo neuropsicomotor e suicídio. Configurado o abandono digital, como forma de negligência parental, faz-se necessária a intervenção estatal de forma a amenizar os prejuízos e proteger crianças e adolescentes, bem como, responsabilizar os pais. Acerca dos danos neuropsicomotores frente ao abandono digital, objeto de estudo deste artigo, colocando a criança e adolescente em situação de vulnerabilidade, a Sociedade Brasileira de Pediatria recomenda aos responsáveis reservar um tempo para afetividade com convívio com amigos e parentes; escola e atividades funcionais; lazer tradicional; videogames, jogos online, filmes e aplicativos com tempo limitado; convivência familiar com trocas afetivas para observar e reconhecer habilidades, valores, dificuldades e limites; respeitar as horas de sono adequadas; alimentação saudável; atividade física regular, dentre outros.

(Metodologia) Método dedutivo valendo-se da legislação e jurisprudência vigentes, bem com se utilizará de pesquisa qualitativa baseada na dogmática jurídica, especialmnete os artigos, teses de doutoramento e dissertações de mestrado.

(Resultados) Dados de pesquisa de 2015 nas cinco regiões do Brasil evidenciam que 23.7 milhões ou 80% de crianças e adolescentes entre 9 e 17 anos são usuárias da Internet com uso diário intenso; cyberbullying: 37%; em 11% das famílias: pais nada sabiam sobre as atividades de seus filhos e em 41% pouco sabiam. Acerca da dependência digital, a mais recente Classificação Internacional de Doenças (CID-11), a Organização Mundial de Saúde (OMS) reconhece o vício em videogames ou jogos online como doença: gaming disorder, com problemas à saúde mental, como irritabilidade, ansiedade e depressão; Transtornos do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH); transtornos do sono e alimentares; sedentarismo; miopia; síndrome visual do computador; transtornos posturais e músculo-esqueléticos.

(Conclusão) A Sociedade de Pediatria recomenda que o tempo de uso diário ou a duração total/dia do uso de tecnologia digital seja limitado e proporcional às idades e às etapas do desenvolvimento cerebral-mental-cognitivo-psicossocial de crianças e adolescentes face aos sérios riscos advindos do uso excessivo. O Princípio da Proteção Integral impõe aos pais poderes- deveres decorrentes do poder familiar e a garantia à efetivação dos direitos fundamentais, sob pena de negligência parental. Assim, configurado o abandono digital, diante de todas as consequências negativas, faz-se necessária a intervenção estatal de forma a amenizar os prejuízos e proteger crianças e adolescentes.

Palavras-chave: Abandono digital; dano neuropsicossocial; responsabilização parental.

ABORTO LEGAL

Autor(es):

Janaina da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Lilia Pereira Duarte da Costa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Leonardo de Mattia Buozi: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Júlia Duarte da Costa : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Renata Maria Vieira dos Santos Barros: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Ursula Bezerra e Silva Lira: Docente do UNI-RN
Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) Toda gestação interrompida com idade gestacional abaixo de 22 semanas ou com peso fetal inferior a 500g é considerada aborto, de acordo com o Código Penal Brasileiro datado de 1940, quando interrompida intencionalmente, pela gestante ou por terceiro, com ou sem consentimento da gestante é considerada crime. Porém, há exceções exclusivas como: a gravidez em caso de estupro, gestação com risco de vida materno, anencefalia fetal e malformação incompatível com a vida. Nestes casos, o aborto é autorizado por lei e denominado aborto legal. Nesse sentido, o presente estudo busca levantar os impasses encontrados por gestantes com desejo de interrupção da gestação por enquadramento nos critérios de aborto legal, se deparando com seu próprio desconhecimento das leis, o escasso conhecimento legal das equipes de saúde, o receio dos profissionais em serem processados por realizar o procedimento, dificuldades de acesso e a capacidade de resolutividade dos serviços públicos por falta de recursos e pela inexistência de fluxos e programas de interrupção legal da gestação, em sendo estes os únicos legalmente autorizados à realização do referido procedimento.

(Metodologia) A metodologia adotada consiste em um trabalho descritivo tendo como finalidade analisar os fatos importantes e relevantes para coleta das diversas informações acerca do tema abordado. Este trabalho pode ser classificado como um estudo de revisão bibliográfica, com foco sobre os emblemas que o abortamento enfrenta, tais como o conservadorismo e a subjetividade que sempre se contrapõem a laicidade estatal, assim apesar da permissividade ou risco à vida da mulher.

(Resultados) Os dados analisados apontam para o escasso conhecimento e formação técnica deficiente sobre o tema dentre equipes de saúde. A maior demanda veio de gestação decorrente de estupro e 40% dos casos de anencefalia já compareciam portando autorização judicial, apesar de não obrigatória. Evidencia-se, como pontos positivos dos programas, a existência de critérios técnicos, protocolos e fluxogramas trazendo segurança clínica e jurídica, bem como favorecendo a celeridade do procedimento e redução do dano psicológico. Figuram como pontos negativos a escassez de medicamentos e de serviços habilitados ao processo, além da insuficiente divulgação dos serviços existentes. Fatores morais e religiosos dos profissionais também são vistos como barreiras ao direito ao aborto legal nas instituições. Entraves burocráticos e desconhecimento de critérios legais para interrupção surgem como principais obstáculos ao aborto legal, por vezes culminando com a extrapolação da idade gestacional para interrupção.

(Conclusão) Os entraves encontrados na busca pelo abortamento legal se mostraram bastante reveladores e dependentes de um revisionismo sistemático em todas as suas etapas. Os problemas enfrentados pelas mulheres, sejam essas vítimas de violência sexual ou em situação de gravidez de risco assumiram um grande desafio a ser vencido e, na verdade, causadores de maior violência ainda. Fatores como o desgaste físico e mental para agendamento de consultas, exames, avaliações e perícias médicas incidem diretamente na capacidade psicológica dessas mulheres em enfrentarem tamanhos desafios. Pode-se perceber, portanto, que é necessária a reflexão sobre esse tema com o intuito de criação de políticas públicas, por exemplo, com vistas a uma conscientização generalizada.

Palavras-chave: Aborto legal; estupro; malformação fetal; violência sexual; risco de vida materno.

ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL NO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO FRENTE AO PRINCÍPIO DA OBRIGATORIEDADE DA AÇÃO. UMA EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA PUNIBILIDADE

Autor(es):

João Lucas do Nascimento Neto: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Emmanuelli Karina de Brito Gondim Moura Soares: Docente do UNI-RN

(Introdução) O Acordo de Não Persecução Penal - ANPP, consiste similarmente a um modelo de autocomposição, com origem no direito americano, common law, em que as partes envolvidas assumem compromissos, para que não seja inaugurada uma ação penal, em face daquele que comete um delito e reconhece que cometeu, demandado menos o poder judiciário e diminuindo significativamente a quantidade ações penais para processar e punir delitos de menor potencial ofensivo.

(Metodologia) Esta pesquisa trata-se de uma revisão bibliográfica, de caráter exploratório-descritivo. Através das plataformas Scielo e Google Acadêmico, a pesquisa foi realizada entre os meses de março e novembro de 2022, onde foram selecionados os artigos que se encaixavam nos seguintes critérios de inclusão: o tipo de estudo (pesquisa qualitativa e quantitativa), publicações em português e inglês, estudos que abordassem os efeitos do Acordo de Não Persecução Penal no poder judiciário brasileiro, e as características desses documentos: ano de publicação, aplicações, funcionalidade, resultados, entre outros.

(Resultados) O ANPP se acordado entre as partes, pode ser uma forte arma contra a criminalização e marginalização das classes sociais menos abastadas. Pois a medida que possibilita o infrator de menor potencial ofensivo a reparar o dano causado ao terceiro e prestação de serviço à comunidade, em detrimento do encarceramento e conseqüentemente nucleação para o crime organizado. Por outro lado, pode induzir um inocente a confessar o crime por medo de uma eventual condenação. Ainda assim, é um instituto legalmente muito jovem, não sendo possível vislumbrar ainda os números de eventuais reincidências dos beneficiários do acordo, sendo necessário pesquisas mais aprofundadas ao longo dos anos vindouros, para observarmos este diagnóstico. Portanto sua existência hoje é uma evolução histórica da punibilidade, visto que cumprido todas exigências e passados os 5 anos, está extinta a punibilidade. A sociedade saiu do suplício público e brutal, ou mesmo do processo moroso, caro ao erário e burocrático, para um acordo breve, rápido, célere que contribui com uma reparação efetiva do crime, com menos encarceramento em massa, mais celeridade, mais proximidade do ideal de justiça, e que não forma coisa julgada material, portanto tem segurança jurídica.

(Conclusão) No mundo e nas civilizações antigas, a classe antes mesmo de falarmos do capitalismo, era um fator decisivo que tornava o homem imputável ou não, fazendo com que padecessem os menos favorecidos. Historicamente o estado-juiz sempre foi máximo e célere para criminalizar a pobreza e mínimo para dar condições dignas as pessoas marginalizadas. No Brasil colônia até o Brasil moderno, também não foi diferente, o fator de classe e de raça, sempre foram predominantes para aplicação da pena. Ao deitarmos os olhos exaustivamente para o instituto do acordo de não persecução penal, neste trabalho, é possível concluir que ainda que tenha em suas bases os princípios neoliberais de estado mínimo, hoje funciona como uma arma poderosa contra a burocracia estatal, morosidade da justiça e a criminalização da pobreza, pois o Brasil tem a quarta maior população carcerária do mundo e três quartos desta população é pobre. É bem verdade que o judiciário brasileiro é moroso, com processos infintos que podem arrastar por anos e acordo de Não Persecução, além de célere pode ser um instrumento de ressocialização. Em levantamento feito pelo Supremo Tribunal Federal, concluiu que o tempo médio de tramitação das ações penais, 2 a 4 anos, em 42,5% dos casos indo de encontro com a princípio Constitucional da Duração Razoável do Processo.

Palavras-chave: Pacote anticrime; acordo de não persecução penal; impunidade; justiça.

ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO E IMPORTÂNCIA DA LEI MARIA DA PENHA NA SOCIEDADE

Autor(es):

Paulo José da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) Neste trabalho, visamos refletir sobre a implementação e importância da Lei Maria da Penha na sociedade, destacando as contribuições dela na Proteção das mulheres e a partir disso, demonstrar uma visão ampla sobre ela. Os artigos selecionados oferecem inúmeras informações sobre a trajetória da Lei, seus impactos, avanços, obstáculos e desafios. Além disso, destacam a importância dessa legislação na luta contra a violência doméstica e ressaltando a necessidade de superação de desafios, garantindo assim, sua eficácia na proteção das mulheres. Em termos teóricos, nos ancoramos na Lei Nº 11.340/2006, em Calazans (2011), Campos (2015), Cerqueira (2015), Gil (2002) e Pasinato (2015).

(Metodologia) Em termos metodológicos, utilizamos como fonte para os nossos dados, periódicos científicos disponíveis na Internet, especificamente através da plataforma de pesquisa online, Google Acadêmico. Assim, pesquisamos, selecionamos e baixamos artigos que dissertam sobre a Lei sancionada no ano de 2006. Para tal, destacamos os seguintes artigos: oito anos da Lei Maria da Penha. Entre avanços, obstáculos e desafios. Avaliando a efetividade da Lei Maria da Penha, O processo de criação, aprovação e implementação da Lei Maria da Penha e Desafios na implementação da Lei Maria da Penha.

(Resultados) Os resultados obtidos demonstram que os artigos analisados revelam que a Lei Maria da Penha representou um marco importante na luta contra a violência doméstica no Brasil. Ademais, ao longo dos anos, a implementação dessa Lei contribuiu para uma maior sensibilização sobre a seriedade desse problema e trouxe vários resultados, sobretudo no que diz respeito aos avanços na proteção das mulheres vítimas de violência. Outrossim, os artigos dissertam de maneira clara como a Lei Maria da Penha desempenha um papel fundamental na promoção dos direitos das mulheres e na luta contra a violência de gênero. Os 4 artigos analisados, dissertam sobre os desafios que persistem ao longo dos anos após implementação da Lei Nº 11.340/2006, destacam a relevância da continuidade de melhorias que garantam a total proteção das mulheres brasileiras em combate a violência doméstica. Vale salientar que os artigos também destacam os obstáculos enfrentados na aplicação da Lei, incluindo questões estruturais, insuficiência nas capacitações dos profissionais.

(Conclusão) Concluímos assim, que a Lei Maria da Penha é uma legislação fundamental para a promoção dos direitos das mulheres e o combate à violência de gênero. Ela desempenha um papel significativo na transformação da sociedade, mas também evidencia a necessidade da continuidade de esforços que superem os desafios, garantam a efetiva implementação da Lei, promovam sua importância e sobretudo beneficiem as mulheres brasileiras.

Palavras-chave: Lei Maria da Penha; implementação; importância; reflexão desafios.

ANÁLISE DAS LEIS DE AMPARO A MULHERES EM SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA COM A INTERPRETAÇÃO DAS DECISÕES DOS TRIBUNAIS SUPERIORES E O PAPEL DO MOVIMENTO FEMINISTA

Autor(es):

Heloisa Morais Holanda Gonçalves: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Victoria Ylanna da Silva Rodrigues: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Laura Yvelise Santiago Chaves: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Ismin Dantas Morais: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Jonnas Reynaldo do Nascimento Ribeiro: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho busca analisar as decisões mais recentes dos tribunais superiores, como também as leis de amparo relacionadas a violência contra a mulher. Visto que, apesar dos avanços recentes nas últimas décadas em direção à igualdade de gênero e ao empoderamento feminino, a violência contra a mulher é um problema global que persiste nas sociedades modernas. Tal problemática caracteriza-se como uma manifestação brutal da desigualdade de gênero, podendo ser expressa de diversas formas como a violência física, emocional, sexual, patrimonial, psicológica, entre outras. Nesse sentido, a violência contra a mulher é um problema sistêmico que transcende barreiras culturais, sociais e econômicas.

(Metodologia) Os métodos utilizados foram de uma pesquisa qualitativa, exploratória, indutiva, acrescentando-se ainda a utilização de pesquisa documental acerca da problemática apresentada. Foram devidamente coletados e analisados dados de pesquisas feitas através de trabalhos acadêmicos, citações de autores que debatem sobre a temática e, principalmente, a interpretação do vernáculo e a observância das decisões dos tribunais superiores, possibilitando uma aprofundação do conhecimento sobre o tema. É importante dizer que esta pesquisa se concentra em pontos-chaves, como análises de ordenamentos jurídicos, sensibilização, apoio às vítimas, reforço legal e parcerias com a comunidade.

(Resultados) Diante dos resultados obtidos, por meio da análise dos casos de acordo com as jurisprudências, revela uma evolução significativa na abordagem da violência contra a mulher ao longo dos anos. Inicialmente, muitos sistemas legais eram condescendentes ou até mesmo cúmplices na perpetuação da violência doméstica. Como cita a filósofa e escritora Simone de Beauvoir, em sua obra "O segundo sexo", publicada no ano de 1945, cita, "A humanidade é masculina e o homem define a mulher não em si mas relativamente a ele; ela não é considerada um ser autônomo", na qual expôs a condição das mulheres na sociedade, colocando em pauta a opressão, submissão e os estereótipos impostos no século vigente, refletindo ainda hoje na estrutura do patriarcado, como também a desigualdade de direitos, que era sem dúvida uma das questões de maior relevância. Com isso torna-se perceptível à medida que os movimentos feministas e grupos de defesa dos direitos das mulheres ganham força, as leis de amparo, juntamente às decisões dos tribunais superiores, resultam em refletir uma postura favorável e justa para as vítimas, ampliando o escopo da proteção legal e impedindo a complexidade da violência de gênero.

(Conclusão) Em síntese, este artigo buscou oferecer ao leitor uma abordagem abrangente sobre a complexa questão da violência contra a mulher, destacando como principais objetivos a conscientização, a ampliação dos conhecimentos, bem como a utilização desta produção para fins acadêmicos, frisando a importância das decisões dos tribunais superiores, o arcabouço legal de amparo às vítimas e o papel crucial do movimento feminista nesse cenário. Sendo assim, a construção desse futuro mais igualitário exige um comprometimento contínuo e a colaboração de todos os setores da sociedade.

Palavras-chave: Violência contra a mulher; vítimas; jurisprudência; leis de amparo; mulher; movimento feminista.

ANÁLISE DAS LICITAÇÕES SOB A ÓTICA DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS

Autor(es):

Amelie Marassi Almeida Freitas: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Sofia confessor Maia Marques: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Andréa de Andrade Fernandes: Docente do UNI-RN

(Introdução) A licitação é o mecanismo utilizado pela Administração Pública para efetuar compras ou vendas e outras relações contratuais, como por exemplo requisitar serviços. Sendo uma ferramenta da administração pública, deve obrigatoriamente seguir os princípios por ela estabelecidos para garantir harmonia em seu funcionamento. Dentre esses princípios, temos os cinco centrais desse ramo: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Ademais, temos o princípio da supremacia do interesse público. Através desse trabalho, será construída uma ponte entre as licitações com esses princípios, que são resguardados pela Constituição Federal de 1988.

(Metodologia) A metodologia utilizada refere-se em um levantamento bibliográfico através dos bancos direcionados para pesquisas científicas publicadas especificamente em sites universitários. Dessa forma, cinco artigos foram selecionados na composição. Para poder filtrá-los e inseri-los na pesquisa elaborada, foram utilizados critérios referentes a busca especificamente pela abordagem das relações contratuais da administração pública com os princípios constitucionais que os regem.

(Resultados) É de conhecimento comum que todas ações da administração pública devem seguir, cumulativamente, todos os princípios que a regem. Dessa forma, as licitações devem sempre estar de acordo com eles, respeitando suas limitações. O princípio da legalidade diz respeito a obrigatoriedade dos agentes públicos só agirem dentro do que a lei determina. A impessoalidade estabelece a separação do indivíduo perante a sociedade para o indivíduo no exercício do seu cargo, que não pode ser uma ferramenta de propaganda pessoal. A publicidade obriga os agentes a estarem sempre transparentes para a sociedade com suas ações, sem ocultar nenhuma delas. A moralidade está interligada com a boa-fé e razoabilidade e por fim, a eficiência é coligada com o sucesso obtido na busca pelos seus principais objetivos. Todos esses princípios possuem respaldo constitucional e devem ser exigidos de toda Administração Pública, sob risco de violação à Carta Constitucional. Sendo assim, todo o processo de licitação somente será revestido de legitimidade se estiver, necessariamente, de acordo com eles.

(Conclusão) É possível concluir que as licitações visam propiciar oportunidades para aqueles que desejam contratar ou realizar procedimentos de compra e venda, com o poder público, seguindo os padrões estabelecidos previamente pela Administração Pública. De tal forma, é possível compreender que tais contratos atuam como fator de moralidade e eficiência, princípios da Administração Pública, nos negócios administrativos. Ademais, é relevante mencionar que a aplicação dos tais princípios refere-se tanto a conduta do agente público quanto à dos próprios licitantes.

Palavras-chave: Administração pública; princípios constitucionais; contratos.

ANÁLISE DO ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA FACE AO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

Autor(es):

Maria Joseane alves do Nascimento: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Cristiane Clébia Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) A Lei n 13.146/2015, a qual prevê o Estado da Pessoa com Deficiência, surgiu de maneira tardia no ordenamento jurídico brasileiro. Nesse sentido, o projeto de conclusão de curso a ser apresentado tratará a respeito das dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência dentro da seara trabalhista de modo a identificar os procedimentos aos que elas são submetidas, bem como quais as garantias devidas pelos empregadores aos seus empregados com deficiência.

(Metodologia) As pesquisas realizadas para o desenvolvimento de trabalho em epígrafe consistirão na análise de previsões legais do ordenamento jurídico brasileiro diretamente ligados ao tema. A compreensão do material estudado será realizada de maneira qualitativa, a fim de verificar subjetivamente os aspectos abordados, além de estar presente na execução o método histórico, o qual auxiliará na interpretação dos conceitos e acontecimentos relacionados à historicidade do tema.

(Resultados) O Estatuto da Pessoa com Deficiência- também conhecido como lei Brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (lei 13.146/2015) – foi criado com o fim de garantir os direitos a inclusão das pessoas com deficiência na sociedade. Nesse sentido, a sua elaboração teve o intuito de assegurar a igualdade concernente às oportunidades, a acessibilidade, a dignidade e a autonomia dessas pessoas, com o objetivo de promover a sua inclusão plena e efetiva em todos os aspectos da vida social. Desta feita, faz-se necessário pensar acerca da inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho brasileiro, haja vista a discrepância de oportunidades e a abrangente discriminação. Isso porque, muitas empresas relatam o descompromisso desses indivíduos com o trabalho, a pontualidade, a assiduidade e a atividade a ser realizada, além de que eles reivindicam um tratamento diferenciado. No entanto, é importante ressaltar que a pessoa com deficiência necessita, por exemplo, de horários mais flexíveis, pois devido a sua condição física/médica, precisa de tratamentos de reabilitação para que possa ter qualidade de vida e exercer o trabalho de forma mais produtiva. Portanto, a adoção de esquemas flexíveis no horário de trabalho é essencial para o bem- estar de algumas pessoas e deve fazer parte do programa de inclusão das empresas. Neste caso, a falta de informação por parte das empresas sobre as condições clínicas desses indivíduos dificulta a contratação ou mesmo a permanência deles no trabalho.

(Conclusão) Por meios das pesquisas e interpretações relativas ao tema, será possível compreender de que forma a lei n 13.146/2015 impactou a seara trabalhista e quais resoluções surgiam por meio dela. Isto porque, será mediante a análise do artigo 8º do referido Estatuto que a pesquisa em epígrafe abordará as dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência mediante a tentativa de adentrar ao mercado de trabalho, bem como os desafios por elas enfrentados.

Palavras-chave: Estatuto da pessoa com deficiência; pessoa com deficiência; mercado de trabalho.

ANÁLISE SOBRE A USUCAPIÃO DE USUFRUTO: COMO SANAR AS FALHAS DA LEGISLAÇÃO

Autor(es):

Reinan Martins do Nascimento: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosângela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) A usucapião é uma forma originária de adquirir propriedade móvel ou imóvel de direitos reais sobre coisa alheia, também sendo utilizada para adquirir uso, usufruto e servidão. Porém, a usucapião de usufruto é pouco abordada na legislação brasileira, tendo em vista, a falta de legislação específica sobre o assunto. Com isso, este artigo busca realizar uma análise sobre como a doutrina aborda a usucapião de usufruto, tendo em vista a lacuna deixada pela legislação brasileira sobre o tema.

(Metodologia) Para a elaboração do artigo realizou-se pesquisas bibliográficas em sites especializados, no atual Código Civil, jurisprudências e em livros de doutrinadores que tratam sobre o tema proposto.

(Resultados) A realização das pesquisas proporcionou um melhor entendimento sobre o objeto da análise, expondo como a usucapião de usufruto se apresenta na visão dos doutrinadores, na jurisprudência e na lei. O Código Civil de 2002 no seu artigo 1.391 discorre "O usufruto de imóveis, quando não resulte de usucapião, constituir-se-á mediante registro no Cartório de Registro de Imóveis", prever a utilização de usucapião para a aquisição de usufruto, porém, somente apresenta que é possível a aquisição, sem apontar os requisitos e critérios necessários. De acordo com Claudio Ferreira Pazini o mais adequado é aplicar por analogia às normas da usucapião de propriedade, visto que, impõem prazos mais curtos e assim contemplando o princípio da função social. Desse modo, a analogia é o instrumento utilizado pelo direito para aplicar as normas da usucapião de propriedade, conforme conceitua Flávio Tartuce, a analogia deve ser utilizada em casos que não há normas específicas, aplicando normas próximas, permitindo inclusive uma norma além do campo jurídico do aplicador do direito.

(Conclusão) Diante o exposto, conclui-se que a doutrina se detém ao estudo da usucapião da propriedade deixando um pouco de lado o objeto de estudo deste artigo. Com isso, embora a lacuna deixada pelo legislador sobre os requisitos e critérios para adoção da usucapião em casos de usufruto, ela é expressa no Código Civil Brasileiro como uma das formas de aquisição. Desse modo, com a realização da pesquisa foi possível identificar que sua utilização ocorre por meio da analogia com a usucapião de propriedade diante a visão de diversos doutrinadores, consequentemente, devendo atender em harmonia as características da usucapião da propriedade para atender princípio da função social.

Palavras-chave: Usucapião; usufruto; propriedade.

AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE IMOBILIÁRIA POR ESTRANGEIROS

Autor(es):

Sabrina Lopes de Araújo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) A aquisição de propriedade imobiliária por estrangeiros é um tema de grande relevância no âmbito do direito imobiliário internacional. A globalização e a facilidade de comunicação e transporte têm promovido o aumento dos investimentos estrangeiros em diversos países, o que inclui a compra de imóveis. Através dessa prática, estrangeiros podem adquirir propriedades em diferentes países, impulsionando o mercado imobiliário e gerando impactos econômicos e sociais. Este texto tem como objetivo apresentar uma análise sobre a aquisição de propriedade imobiliária por estrangeiros, abordando a metodologia utilizada, os resultados obtidos e as conclusões alcançadas.

(Metodologia) Para a realização desta análise, foram coletadas informações a partir de pesquisas bibliográficas e estudos de casos. Também foram examinadas as legislações nacionais e internacionais relacionadas ao tema, bem como os tratados e convenções que regulam a aquisição de propriedade imobiliária por estrangeiros. No Brasil, a Lei nº 13.777/2018 estabelece as diretrizes para a aquisição de propriedades imobiliárias por estrangeiros. Para propriedades rurais, por exemplo, é necessária a autorização prévia do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em áreas de faixa de fronteira. Além disso, é requerido que o estrangeiro resida no Brasil e possua visto permanente ou visto de investidor. No caso de propriedades urbanas, as restrições são menos rígidas. Estrangeiros têm os mesmos direitos de compra que os cidadãos brasileiros, sem imposição de limitações específicas.

(Resultados) Os resultados obtidos revelam uma grande diversidade nas leis e regulamentos sobre a aquisição de propriedade imobiliária por estrangeiros ao redor do mundo. Alguns países adotam uma abordagem mais restritiva, estabelecendo limitações rigorosas para a compra de imóveis por estrangeiros, enquanto outros têm políticas mais permissivas, visando atrair investimentos estrangeiros e impulsionar o mercado imobiliário local. Além disso, constatou-se que as razões para a aquisição de propriedade imobiliária por estrangeiros são diversas. Entre elas estão a busca por investimentos seguros, oportunidades de residência ou moradia, diversificação de patrimônio e estabelecimento de negócios internacionais.

(Conclusão) A aquisição de propriedade imobiliária por estrangeiros é um fenômeno complexo e multifacetado, que requer uma abordagem equilibrada por parte dos legisladores e das autoridades responsáveis. É essencial estabelecer regulamentações claras e transparentes para garantir que o investimento estrangeiro seja benéfico para o país de acolhimento, sem prejudicar as comunidades locais e a sustentabilidade do setor imobiliário. Recomenda a adoção de políticas que estimulem a transparência nos processos de aquisição de imóveis por estrangeiros, a fim de evitar práticas especulativas e garantir o acesso igualitário ao mercado imobiliário. Além disso, como também a implementação de programas de capacitação e suporte para os investidores locais, de forma a fortalecer o desenvolvimento econômico interno. É fundamental encontrar um equilíbrio entre a atração de investimentos estrangeiros e a proteção dos interesses nacionais e da população local.

Palavras-chave: Aquisição de propriedade imobiliária; Investimento estrangeiro; desenvolvimento econômico; regulamentação; impacto social.

ARTIGO CIENTÍFICO

Autor(es):

Sophia Carolina Ubarana leal: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Letícia Montenegro Firmeza Costa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Yasmin de Brito Saldanha Carvalho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Maria Eduarda De Castro Gaspar Dias: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Ursula Bezerra e Silva Lira: Docente do UNI-RN
Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) Problemática abordada desde os anos 2000 no Brasil, o assédio moral segue sua natureza invisível, difícil de ser identificada ou de ser solucionada. Com o avanço tecnológico e maior acesso com relação aos seus direitos, os indivíduos que sofreram esse tipo de assédio, começaram a denunciar a prática por conhecimento das normas. O assédio consiste na prática repetitiva de comportamentos hostis e abuso de poder para com os funcionários de uma determinada organização de trabalhadores passam a denunciar suas condições de trabalho. O assédio moral é prejudicial tanto para a vítima, quanto para as empresas, que precisam lidar com toda a burocracia.

(Metodologia) A metodologia utilizada foi de natureza qualitativa, baseando-se na perspectiva dos autores da pesquisa, a compreensão de suas interpretações, percepções, impressões, experiências observadas e vivenciadas de práticas assediadoras no ambiente corporativo e dos limites do conceito de dignidade humana. Para concluir a pesquisa, existiu uma análise ordenada e cuidadosa, para identificarmos as causas, consequências e medidas de prevenção do assédio moral no ambiente corporativo. As leituras vastas e de grande abundância com relação ao conteúdo, agregaram para um trabalho completo, para compor a estrutura análise.

(Resultados) Como resultado, encontramos que para prevenir o assédio moral no ambiente corporativo, as empresas devem implementar estratégias eficazes e seguras. É importante estabelecer políticas de combate ao assédio, promover o respeito mútuo.

(Conclusão) Logo, para que isso aconteça, é necessária a criação de canais de denúncias seguros, onde as vítimas se sintam confortáveis em relatar o acontecimento. A sensibilização de todos os funcionários da empresa também é necessária, eles devem receber as instruções necessárias para o reconhecimento de um caso de assédio moral nesse ambiente, e que como citamos anteriormente, tenha um lugar seguro para denunciar o agressor e prestar ajuda à vítima. A empresa deve promover um ambiente seguro, livre de perigos, cumprindo um compromisso com os contratantes e com a sociedade, é possível a criação de um ambiente seguro, saudável e respeitoso, para abolir o assédio moral no ambiente corporativo.

Palavras-chave: Assédio moral; ambiente corporativo; consequências.

AS ADVERSIDADES GERADAS PELOS DIFERENTES TIPOS DE TRÁFICO PARA O DESENVOLVIMENTO DO PAÍS

Autor(es):

Williany Sthefany Lima Vieira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Guilherme Henrique Bezerra Teixeira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Sarah Melina Macedo Costa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Yasmim Larissa Caetano Machado: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Maria Eduarda Nunes Colaço: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) O tráfico no território mundial e, especificamente, no brasileiro se manifesta através de vários tipos, sendo eles o de drogas, sexual, de armas, órgãos, crianças, animais silvestres, entre outros, todos sendo responsáveis pelo aumento da criminalidade e a diminuição do desenvolvimento social do país. O tráfico, independente, de seu tipo, se caracteriza como uma atividade muito lucrativa, pois é vista como uma forma rápida de se alcançar grandes quantias econômicas. Qualquer tipo de tráfico é ilegal e as sanções aplicadas para o seu exercício são severas, entretanto, grande parte da população brasileira pratica o tráfico, pois sabem que as políticas brasileiras de combate ao tráfico são escassas e, muitas vezes, as próprias pessoas no poder, que deveriam ser responsáveis por reprimir tal exercício, se utilizam dele. Além disso qualquer tipo de tráfico visa colocar o indivíduo à margem da lei.

(Metodologia) O presente estudo foi baseado no método qualitativo, através de um levantamento de pesquisa voltado para a temática abordada, buscando referências que legitimam as adversidades advindas dos diferentes tipos tráficos. A busca pelos textos ocorreu em base de pesquisa científica através do Google Scholar, utilizando as palavras-chave dos títulos: Tráfico de animais, tráfico de pessoas, tipos de tráficos no Brasil, tráfico de órgãos.

(Resultados) Assim, diante dos vários fatos abordados, foi possível discutir e resultar nas adversidades enfrentadas no Brasil e geradas pelos seguintes tráficos: O tráfico de mulheres se caracteriza como o tráfico sexual, tal atividade apresenta grandes desafios para o seu combate, já que a prostituição não é considerada ilegal no território brasileiro e, muitas das vezes, essas duas atividades (tráfico e prostituição), apesar de serem distintas, são confundidas. Ademais, o tráfico de órgãos no Brasil é um assunto não muito abordado devido à falta de interesse da sociedade estatal e geral, uma vez que as pessoas que têm seus órgãos traficados são aquelas que estão à margem da sociedade. Outro tráfico abordado e discutido é o de drogas, o mais falado e difundido, o Brasil é um dos países que vende ilegalmente drogas como cocaína e crack a preços absurdamente baratos, incitando assim, a grande comercialização dos mesmos. O tráfico de animais silvestres é muito presente na população brasileira e apresenta grande recorrência, no qual os animais que estão em risco de extinção são vendidos em feiras como meros objetos. O tráfico infantil no território brasileiro, apesar de ser também um assunto muito escasso de informações, é uma realidade precária e, infelizmente, recorrente no país.

(Conclusão) Com base no que foi apresentado, é possível concluir que os diversos tipos de tráfico discutidos neste artigo têm um impacto significativo no Brasil e no mundo. Eles são responsáveis por obstaculizar o aumento do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e prejudicar o progresso social, tecnológico e filantrópico. Além disso, causam danos à fauna brasileira, acarretando prejuízos não apenas de natureza ambiental, mas também financeira para os empresários que operam legalmente no país. Além disso, é evidente a falta de ação eficaz por parte do Estado em relação a esse problema, uma vez que o governo não implementa medidas efetivas para combater o tráfico, o que acaba fortalecendo essa atividade ilícita e minando cada vez mais a integridade do Brasil.

Palavras-chave: Tráfico; drogas; turismo sexual; armas; órgãos; crianças; consequências; casos reais.

AS CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS DECORRENTES DA AUSÊNCIA DO REGISTRO IMOBILIÁRIO NO ÂMBITO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA: UM ESTUDO DE CASO DO BAIRRO NOVA CEARÁ-MIRIM (CEARÁ-MIRIM/RN)

Autor(es):

Luiz Lucas Lima de Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) A Lei no 11.977/2009, que instituiu o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, trouxe importantes novidades jurídicas, confirmando, inclusive, a existência de um direito à moradia incluindo a criação de ferramentas ágeis e técnicas para a promoção da regularização fundiária, corroborando o princípio constitucional da função social da propriedade. Com relação ao PMCMV, em virtude de sua ampla extensão territorial, aplicando-se em todo o âmbito nacional, percebe-se que não há o acompanhamento efetivo da Administração Pública no que tange à regularidade dos imóveis oriundos daquele programa. Em havendo essa omissão estatal, poderão ser geradas diversas consequências jurídicas. Nesse contexto, a pesquisa será pautada nessas consequências, principalmente no que diz respeito aos imóveis sem registro do PMCMV, realizando um estudo de caso no bairro Nova Ceará-Mirim, em Ceará-Mirim/RN.

(Metodologia) O percurso metodológico que guiará o estudo será com base no método exploratório, aliado à pesquisa descritiva. Necessário, também, consulta à Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária e Secretaria de Tributação de Ceará-Mirim, bem como ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca, com o fito de obter os dados dos imóveis construídos e aqueles que não possuem registro. Ainda, foram e serão utilizadas análises bibliográficas em materiais publicados de temas correlatos como subsídio do estudo.

(Resultados) Os resultados esperados são os que de, a partir do levantamento dos dados apontados, a análise deles no que tange às consequências ocasionadas pelo não registro dos imóveis, além de discutir sobre as possibilidades e medidas, de âmbito legal, que a Administração pode tomar a fim de sanar os problemas ocasionados, que decorrem de uma omissão estatal.

(Conclusão) Diante do exposto, é importante compreender que o registro imobiliário é um dos principais institutos que concretiza o princípio da função social da propriedade. Além dessa concretização, ele também o protege. Algumas políticas públicas efetivam essa função, que é o caso do PMCMV. Entretanto, o Estado, além de conceder e promover, deve fiscalizar. Havendo a omissão, é gerada uma insegurança jurídica. A partir disso, realizar uma investigação nessa perspectiva, tomando por base o bairro de Nova Ceará-Mirim (Ceará-Mirim/RN), predominantemente ocupado por imóveis oriundos do PMCMV, poderá ser base em futuros projetos de extensão para a regularização fundiária desses imóveis.

Palavras-chave: Registro imobiliário; Programa Minha Casa Minha Vida; direito de propriedade; direito à moradia.

AS FALHAS NO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO E A INEFICÁCIA DAS SANÇÕES PENAIS

Autor(es):

Agustina Thaine Ruiz: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Alice de Castro Oliveira Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Maria Julia Pereira Teixeira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) introdução: No Brasil, a justiça é muito relativa e falha, no sentido em que, não é sempre que o processo criminal dentro do aspecto do direito penal irá tomar a decisão correta em uma condenação ou absolvição. Vale considerar também que o sistema judiciário não é eficiente, no sentido em que, a maioria dos crimes constatados não são levados em processos a diante.

(Metodologia) metodologia: Trata-se de um estudo exploratório que se propõe a analisar o direito penal em relação a como as dinâmicas sociais de classe e poder implicam nas situações formadas e enfrentadas no processo judicial. O estudo foi realizado por meio de pesquisas bibliográficas em fontes acadêmicas, documentos legislativos e documentos relevantes sobre o tema. Atende-se também sobre como as investigações policiais afetam o decorrer do processo, em compreender a estrutura hierárquica dos tribunais passando pelo ministério público ao juristas e como a conexão entre essas etapas influência no resultado final do caso, e se isso seria parte do problema da ineficácia e inefetividade do atual sistema jurídico brasileiro.

(Resultados) resultados: As análises das informações coletadas reforçam que, mesmo quando o processo judicial prossegue ele ainda não é necessariamente eficiente em se tratando das sanções, podendo isso ser efeito das mazelas das investigações policiais ou da própria demora do processo judiciário brasileiro. Levando-se em conta as finalidades da sanção penal no Brasil, sabendo-se que se baseiam em três princípios de fim, ser retributiva, preventiva geral e especial e reeducativa ou ressocializadora, e comparando com a realidade enfrentada, podemos dizer que as sanções não cumprem seu papel, seja por conta do mau funcionamento do sistema carcerário, que ao invés de reeducar, socializar e fazer com a partir dela o crime diminua, esse sistema apenas contribui mais para a marginalização dos presos, perpetuando esse ciclo de violência e criminalidade. Não podendo esquecer, também, que a justiça está sujeita a outros fatores da sociedade, como interesses políticos, econômicos e de poder, e uma vez que a constituição e códigos de leis são constituídas de expressões polissêmicas, que podem ter várias interpretações, podem, conseqüentemente, abrir margem para diferentes ocorridos, sendo assim, as leis são flexíveis, contornando, estendendo ou restringindo a diversas situações.

(Conclusão) conclusão: O sistema jurídico brasileiro enfrenta problemas que minam a confiança do público na justiça. As falhas no sistema, desde a investigação policial até a aplicação das avaliações, comprometem a eficácia e a eficiência do sistema. A morosidade processual e a seletividade penal são umas das principais falhas no sistema jurídico brasileiro. Para melhorar a justiça no Brasil, é necessária uma uniformidade entre a polícia, ministério público e juízes nos procedimentos e avaliações.

Palavras-chave: Processo judicial; sanções; efetividade; eficiência; direito penal.

AS MUDANÇAS NA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: UMA ANÁLISE DA NOVA LEGISLAÇÃO

Autor(es):

Maria Eduarda Barros Serrano da Rocha: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Ricardo César Ferreira Duarte Junior: Docente do UNI-RN

(Introdução) A Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) é uma importante ferramenta jurídica para combater atos de corrupção e improbidade no âmbito da administração pública no Brasil. No entanto, ao longo do tempo, tornou-se evidente a necessidade de atualização dessa legislação, a fim de adequá-la aos desafios contemporâneos e promover maior efetividade na punição dos responsáveis por tais práticas ilícitas. Nesse contexto, o presente estudo tem como objetivo analisar as mudanças recentes na Lei de Improbidade Administrativa e seus impactos na luta contra a corrupção.

(Metodologia) Para alcançar o objetivo proposto, foram realizadas pesquisas bibliográficas e análise documental, com foco na legislação vigente e nas alterações introduzidas pela Lei nº 14.230/21. Também foram consultados pareceres jurídicos e estudos acadêmicos relacionados ao tema. A partir dessas fontes, foi realizada uma análise crítica e interpretativa dos dispositivos legais e das mudanças introduzidas. A pesquisa baseou-se em uma análise documental das mudanças legislativas ocorridas no Brasil em relação à Lei de Improbidade Administrativa. Foram consideradas as emendas, projetos de lei e debates parlamentares relacionados ao tema, bem como estudos e artigos acadêmicos que abordaram as implicações dessas mudanças.

(Resultados) A nova legislação trouxe significativas mudanças para a Lei de Improbidade Administrativa. Dentre as principais alterações, destacam-se a definição mais clara dos elementos caracterizadores dos atos de improbidade, a ampliação das sanções aplicáveis e a criação de mecanismos para agilizar os processos judiciais relacionados a esses casos. Em relação aos elementos caracterizadores, a lei atualizada estabeleceu critérios mais precisos para a configuração dos atos de improbidade administrativa, buscando evitar interpretações divergentes e garantir maior segurança jurídica. Além disso, houve a inclusão de novas condutas como passíveis de punição, como o enriquecimento ilícito e a concessão indevida de benefícios fiscais. Quanto às sanções, a nova legislação ampliou o rol de penalidades aplicáveis aos agentes públicos envolvidos em atos de improbidade. Além das sanções já existentes, como ressarcimento integral do dano, perda da função pública e suspensão dos direitos políticos, foram adicionadas sanções mais rigorosas, como a proibição de contratar com o poder público e o bloqueio de bens. Outro aspecto relevante da nova legislação é a introdução de mecanismos para acelerar os processos judiciais relacionados à improbidade administrativa. Buscando maior celeridade e eficiência, a lei estabeleceu prazos mais curtos para a conclusão das investigações e julgamentos, bem como a criação de instâncias colegiadas especializadas na análise desses casos.

(Conclusão) As mudanças na Lei de Improbidade Administrativa representam um avanço significativo no combate à corrupção e à improbidade no Brasil. A definição mais clara dos elementos caracterizadores dos atos de improbidade, a ampliação das sanções e a criação de mecanismos para agilizar os processos judiciais são medidas que fortalecem a efetividade da legislação. No entanto, é fundamental que essas alterações sejam acompanhadas por um eficiente sistema de fiscalização e punição, além de investimentos na capacitação dos profissionais envolvidos na aplicação da lei. Somente assim será possível alcançar resultados concretos na prevenção e punição da improbidade administrativa.

Palavras-chave: Lei de improbidade administrativa; corrupção; improbidade; mudanças legislativas; combate à corrupção.

AS PROMESSAS FEITAS POR CANDIDATOS A CARGOS ELETIVOS PODE SER CONSIDERADO UM CONTRATO?

Autor(es):

Beatriz Pacheco Santos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Anna Laura de Araújo Cândido: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Nathalie Louise: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Isaac Ferreira Costa Paulino de Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Andréa de Andrade Fernandes: Docente do UNI-RN
Marcelo Henrique de Sousa Torres: Docente do UNI-RN

(Introdução) Os cargos eletivos são, em síntese, compostos por pessoas da sociedade civil que foram escolhidas a partir de eleições para exercer trabalhos políticos e institucionais. Em meio ao processo eleitoral, os candidatos realizam “promessas”, projetos idealizados que serão desempenhados em seus mandatos eletivos. Portanto, neste estudo, será investigado quais as relações de contrato que ocorrem entre os candidatos e os eleitores, quando os primeiros fazem suas promessas, em troca de votos, assim como perceber os limites existentes dentro do alcance permitido por essas promessas feitas pelos candidatos.

(Metodologia) Para a construção deste estudo, foi utilizado o processo metodológico de pesquisa bibliográfica, com foco em estudos relacionados a pontos de convergência entre as matérias de Direito Civil e Direito Constitucional. Foram analisadas doutrinas, a lei pura do Código Civil e Constituição Federal, assim como artigos acerca dos processos eleitorais e a formação e as características dos contratos.

(Resultados) O Código Civil permite interpretações amplas da ideia de contrato, encontrando respaldo no artigo 421 do Código Civil que trata sobre o princípio da liberdade contratual. Porém, a relação entre eleitores e candidatos políticos, quando estes fazem promessas em troca do voto dos cidadãos, embora verbal e legítimo, não possui força vinculativa de um contrato, sendo caracterizadas mais como declarações de vontade. Entretanto, ainda que as promessas políticas não sejam contratos legais, não isenta os políticos das suas responsabilidades legais, de acordo com a sua esfera de competência. Logo, se um determinado assunto compete à esfera estadual ou federal, um candidato à prefeitura de um município não poderia se comprometer com mudanças nesse quesito, pois estaria fora de sua jurisdição. Dessa forma, os candidatos ao realizarem suas promessas estabelecem nada mais do que uma tentativa de relação ética e transparência para com seus eleitores, ao passo que ele também só poderia mudar coisas nas quais ele tivesse competência para tal.

(Conclusão) Desse modo, levando-se em conta que essas promessas discutidas em questão não se tratam de algum bem móvel ou que necessitem de um ritual como nos contratos solenes, torna-se válido apontar que os candidatos a cargos eletivos se comprometem com o povo, de agir em prol destes, em troca de seus votos, porém não se caracteriza como um contrato, visto que inúmeras promessas não estão ao seu alcance e não dependem efetivamente de tal político. É comum durante os períodos eleitorais, que os candidatos a cargos eletivos realizem diversas promessas à sociedade, portanto, se torna imprescindível analisar essas promessas em relação à competência de tais políticos.

Palavras-chave: Promessas; contratos; candidatos; competência.

ASSÉDIO MORAL NA INDÚSTRIA DA MODA SOB A PERSPECTIVA FOUCAULTIANA

Autor(es):

Sofia Stella Freire Melo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Maria Antonia Rodrigues de Lima: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Bruna Giovana da Costa Ramos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Leticia Moura Botelho Medeiros : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Rasland Costa de Luna Freire: Docente do UNI-RNEverlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) A indústria da moda, com sua aura de glamour e elegância, muitas vezes obscurece um problema profundamente enraizado: o assédio moral. Enquanto o mundo admira as passarelas brilhantes e os trajes deslumbrantes, um lado tenebroso permanece nas sombras, no qual, modelos, estilistas e profissionais da moda enfrentam formas de violência raramente discutidas. Dessa forma, o assédio moral segundo a psiquiatra francesa Marie France-Hirigoyen, é definido como qualquer conduta abusiva que atente, por sua repetição ou sistematização, contra a dignidade ou integridade psíquica ou física de uma pessoa (HIRIGOYEN, 2002, p. 17). Nesse sentido, em consonância com tal tema, o filósofo francês Michel Foucault, em sua obra "Microfísica do Poder", disserta que o poder não emana de um centro e nem está localizado em um local específico, mas opera em redes de dispositivos e mecanismos, manifestando-se nas próprias pessoas, por meio de diversos ângulos periféricos do poder central. Nessa perspectiva, o referencial teórico é fundamentado, principalmente, no estudo dos conceitos foucaultianos, aliado à análise de artigos, baseados em estudos organizacionais e gestão de recursos humanos, que atendam à temática proposta. A metodologia utilizada, por sua vez, conta com pesquisas bibliográficas que enfatizam o estudo documental dos conceitos sobre poder e controle social do filósofo Michel Foucault.

(Metodologia) A metodologia empregada para a condução deste trabalho decorre de uma base de pesquisa bibliográfica, que compreende a análise dos princípios fundamentados pelo teórico social Michel Foucault, aliada à revisão crítica de artigos científicos, embasados em pesquisas organizacionais e gestão de pessoas, que expõem temas relacionados ao assédio moral no setor da moda, assunto de grande pertinência na contemporaneidade.

(Resultados) Este estudo analisa e constata a presença de uma medida contemporânea da escravidão na sociedade atual, com a existência de condições degradantes de trabalho, jornada exaustiva e restrição da locomoção na indústria da moda. Tal qual não se assemelha à maneira original, mas se manifesta como controle sobre a vida das modelos, como fonte de violação à sua saúde mental, constituindo-se como manifestações do assédio moral.

(Conclusão) Conclui-se, destarte, a evidência dos sérios desafios enfrentados na indústria da moda em relação às circunstâncias de ofício das modelos e pressões psicológicas a elas impostas. Ademais, este trabalho revelou que o assédio moral ainda persiste como uma realidade preocupante na vida das modelos, que ainda são tratadas como mercadorias, enfrentam diversas pressões para se adequarem à padronização e críticas às diferenças pessoais, além das condições de trabalho indignas concedidas, quando inseridas na indústria da moda. Em paralelo, ocorreu uma exploração aos conceitos do filósofo francês Michel Foucault, quando afirmava que "É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado", evidenciando a necessidade de mudanças significativas. Nesse contexto, a busca por um setor da moda ético necessita de um comprometimento de todos os envolvidos, para que a beleza e a criatividade desse universo possam ser admiradas, sem a exploração e o assédio moral. Portanto, os princípios de Foucault fornecem importantes reflexões para que se tome encaminhamentos no sentido de mudar essa realidade inaceitável.

Palavras-chave: Moda; assédio moral; Michel Foucault; escravidão contemporânea.

ASSÉDIO MORAL NO AMBIENTE CORPORATIVO: CAUSAS, CONSEQUÊNCIAS E ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO

Autor(es):

Sophia Carolina Ubarana leal: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Letícia Montenegro Firmeza Costa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Yasmin de Brito Saldanha Carvalho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Maria Eduarda De Castro Gaspar Dias: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Ursula Bezerra e Silva Lira: Docente do UNI-RN
Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) Problemática abordada desde os anos 2000 no Brasil, o assédio moral segue sua natureza invisível, sendo difícil de ser identificada ou de ser solucionada. Com o avanço tecnológico e maior acesso com relação aos seus direitos, os indivíduos que sofreram esse tipo de assédio, começaram a denunciar a prática por conhecimento das normas. O assédio consiste na prática repetitiva de comportamentos hostis e abuso de poder para com os funcionários de uma determinada organização de trabalhadores passam a denunciar suas condições de trabalho. O assédio moral é prejudicial tanto para a vítima, quanto para as empresas, que precisam lidar com toda a burocracia.

(Metodologia) A metodologia utilizada foi de natureza qualitativa, baseando-se na perspectiva dos autores da pesquisa, na compreensão de suas interpretações, percepções, impressões, experiências observadas e vivenciadas de práticas assediadoras no ambiente corporativo e dos limites do conceito de dignidade humana. Para obter a conclusão da pesquisa, existiu uma análise ordenada e cuidadosa, onde identificamos as causas, consequências e medidas de prevenção do assédio moral no ambiente corporativo. As leituras vastas e de grande abundância com relação ao conteúdo, agregaram para um trabalho completo, compondo a estrutura análise.

(Resultados) Como resultado, para prevenir o assédio moral no ambiente corporativo, as empresas devem implementar estratégias eficazes e seguras para os trabalhadores, fazendo com que eles se sintam confortáveis e seguros no campo de trabalho. Desse modo, é importante estabelecer políticas de combate ao assédio, promovendo o respeito mútuo.

(Conclusão) Portanto, a empresa deve promover um ambiente seguro, livre de assédios, cumprindo um compromisso com os contratantes e com a sociedade, punindo os que agem de tal forma. As corporações devem procurar sempre por uma comunicação respeitosa, ou seja, manter um diálogo aberto com os colegas de trabalho e superiores, evitando sarcasmos excessivos e linguagens ofensivas. Com o objetivo de aumentar a produtividade e diminuir cada vez mais os assédios, Dessa forma, é possível a criação de um ambiente seguro, saudável e com respeito, para diminuir o assédio moral no ambiente corporativo e garantir o bem estar dos trabalhadores.

Palavras-chave: Assédio moral; ambiente corporativo; consequências.

ATITUDES DOS POLICIAIS FEDERAIS BRASILEIROS EM RELAÇÃO ÀS ARMAS DE FOGO

Autor(es):

Felipe Souza Dionizio dos Anjos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Rebeca Varela da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Pedro Tacio Venancio Rodrigues Magalhaes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Ursula Bezerra e Silva Lira: Docente do UNI-RN

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) O controle das armas de fogo é de extrema importância para a segurança pública do nosso país, com isso, o artigo mostra as atitudes desses policiais em relação as armas de fogo e também, procura falar sobre os fatores que mostram suas percepções sobre o direito individual de cada pessoa de ter uma arma de fogo e se acreditam que tal posse é essencial na proteção contra o crime. Mediante o entendimento das opiniões e percepções dos agentes da Polícia Federal sobre esse assunto polêmico, é de se esperar que tal assunto contribua para um dialogo mais informativo sobre a politica de arma de fogo e a segurança pública do Brasil.

(Metodologia) A metodologia usada no artigo incluiu a aplicação de questionários para avaliar a satisfação das condições do trabalho dos policiais federais e o indice de capacidade para o trabalho, os dados foram coletados através de questionário respondido por mais de 800 (oitocentos) Policiais Federais de cargos distintos e em diversas regiões do país.

(Resultados) Os resultados da pesquisa mostram: "A maioria dos agentes policiais acredita que possuir uma arma é um direito individual". Contudo, muitos agentes policiais não acreditam que as armas sejam eficazes na prevenção do crime. "As atitudes em relação às armas variam muito dependendo do cargo ocupado na PF. Por exemplo, um investigador pode ter uma atitude diferente de um agente de campo". A experiência anterior de um agente com armas de fogo também pode influenciar as suas atitudes, sendo que aqueles com experiência real têm muitas vezes uma visão diferente.

(Considerações Finais) A atitude da Polícia Federal do Brasil em relação às armas é um tema importante que merece atenção. Com base na pesquisa realizada, fica claro que essa atitude não é uniforme e varia dependendo do cargo e da experiência do policial. Compreender essas atitudes é fundamental para desenvolver políticas eficazes de controle de armas e promover a segurança pública no Brasil.

Palavras-chave: Armas; polícia; crime; segurança; direito.

ATUAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA INTERNET: PERSPECTIVAS SOBRE O TRABALHO INFANTIL E OS DESAFIOS DA SEGURANÇA DIGITAL

Autor(es):

Raiana Duarte : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Adriana Gomes Medeiros de Macedo Dantas: Docente do UNI-RN

(Introdução) A presente pesquisa visa estudar um grave problema social que vem afetando crianças em todo o mundo: a exposição excessiva das crianças e dos adolescentes no meio digital. Essa investigação é de fundamental importância, pois os jovens, especialmente os criadores de conteúdo, se tornaram uma verdadeira febre nos últimos anos e estão cada vez mais expostos a riscos relacionados ao trabalho infantil e exploração dos menores, podendo levar a causar danos irreparáveis. Nessa via, é respaldo para a temática o fundamental papel dos pais, responsáveis e a sociedade em geral na prevenção desses riscos envolvendo crianças e adolescentes e internet.

(Metodologia) O tipo de pesquisa utilizada no presente artigo parte do método de procedimento histórico comparativo, visto que serão analisadas as leis e políticas que protejam os direitos das crianças, contraposto com os avanços da realidade atual da exposição de crianças na internet e seus riscos. Nesse sentido, é utilizado o método de abordagem dedutivo, tendo em vista que se parte da análise do fenômeno comum até chegar a uma possível individualização.

(Resultados) Acerca dos resultados, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), analisado até então, estabelece normas para a proteção e o bem-estar de jovens com até 18 anos. De acordo com o ECA, é proibido o trabalho de crianças e adolescentes em atividades que possam prejudicar sua saúde, segurança e desenvolvimento, como o trabalho em locais insalubres, perigosos ou noturnos. Desse modo, existem leis que garantem a proteção dos direitos das crianças e adolescentes. Porém, no Brasil, não há uma legislação específica que regule o trabalho de crianças nas redes sociais, assim, tem-se a expectativa da criação de uma lei que regularize o tema.

(Conclusão) Dessa forma, é fundamental que pais e responsáveis estejam atentos aos riscos envolvendo as crianças na internet, visto que as consequências desses danos podem interferir em suas vidas escolares, sociais e familiares, prejudicando o desenvolvimento e bem-estar. Desse modo, caso seja constatado que estão permitindo ou estimulando a prática de trabalho infantil na internet, podem ser responsabilizados legalmente. Outrossim, sendo fundamental também que as empresas e os profissionais que trabalham com a produção de conteúdo nas redes sociais estejam atentos às leis e normas que regem a proteção das crianças e adolescentes.

Palavras-chave: Crianças e adolescentes na internet; exposição; trabalho infantil; segurança digital.

BENEFÍCIOS TRAZIDOS PELA NOVA LEI DE LICITAÇÕES: A LEI 14.133/2021

Autor(es):

Sildilanni Silva de Brito Guerra: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Ricardo César Ferreira Duarte Junior: Docente do UNI-RN

(Introdução) No momento em que versamos sobre o tema licitações, estamos nos referindo a compras e contratações na esfera pública, que para realizá-los haverá a necessidade de licitar, tendo apenas algumas exceções de contratações diretas, que devem se enquadrar na dispensa ou inexigibilidade. O processo licitatório é entendido como o conjunto de procedimentos ordenados, pautados pelos princípios legais e administrativos, onde o Poder Público põe os objetos pretendidos em disputa, oferecendo à iniciativa privada a possibilidade de participação, respeitando-se as especificidades e limitações legais. Com o passar do tempo, a aplicação da antiga legislação (8.666/1993), começou a apresentar suas deficiências, como o formalismo excessivo que demandava muito tempo, a preferência pelo preço para ver análise de qual modalidade se adequa, ao invés da técnica, o que na nova lei, só analisa a natureza do objeto, não se importando mais com o preço e a escassez quando se tratava dos meios eletrônicos, entre outros fatores. Com isso, a Nova Lei de Licitações (14.133/2021) chegou para implementar diversas mudanças no processo licitatório, dentre as principais mudanças, podemos destacar a queda de algumas modalidades de licitação, como a Carta Convite e a Tomada de Preços, e a adição de uma nova modalidade de licitação, o Diálogo Competitivo. Diante o exposto, a Nova Lei também estabelece que os processos licitatórios sejam feitos por meios eletrônicos, na qual passa a ser a regra, e licitações presenciais viram a exceção, com o intuito de agilizar os processos de compras e contratações.

(Metodologia) O presente trabalho busca analisar a Lei nº 14.133/2021, e como esta veio com a finalidade de atualizar a antiga lei nº 8.666 de 1993, para lhe aferir maior flexibilidade e adequação às novas exigências da administração pública. A questão norteadora é saber quais e como serão aplicados os dispositivos apresentados e atualizados por esta legislação.

(Resultados) Para tanto, a metodologia utilizada foi a de técnica bibliográfica, cuja análise de caso documental parte da compreensão de dados primários trazidos pela referida norma e o apoio através de dados secundários da bibliografia técnica sobre a matéria.

(Conclusão) Ao final mostra-se que a Nova Lei, veio para flexibilizar e agilizar os contratos e aquisições de bens e serviços, para a melhoria da esfera pública de maneira geral. Agindo também como uma forma de facilitar a participação de empresas nos processos licitatórios, aumentando o alcance dos mecanismos aos empresários interessados.

Palavras-chave: Licitações; nova lei; processo licitatório; compras e contratações.

BRASIL: O PAÍS DAS LEIS UTÓPICAS

Autor(es):

Roberto Francisco Guedes Lima Filho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Marcelo Maurício da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) É sabido que o Brasil possui uma longa jornada de veneração à cultura patriarcal, que, ao longo da história, fez os homens ocuparem as posições de controle, poder e tomada de decisões sobre a sociedade. Paralelamente, a mulher foi escanteada e considerada submissa por diversas décadas, arraigando, com isso, o estereótipo de ser alguém inferior, engrenando uma desigualdade de gênero que pode ser percebida na política, nas relações familiares e na desigualdade salarial e de critérios remuneratórios. Esses últimos, aliás, possuem mecanismos jurídicos legais que tentam garantir a tão sonhada igualdade, o que passará a ser debruçado a fundo a partir de agora.

(Metodologia) Para o fim almejado deste projeto, a abordagem utilizada foi o método dedutivo, tendo em vista que empregou-se pensamentos lógicos para perfazer conclusões específicas. Para tanto, foi utilizado o estudo de casos reais, pesquisas bibliográficas, análises da legislação brasileira e entendimentos de doutrinadores.

(Resultados) Entre os principais resultados obtidos a partir do estudo realizado com a análise da legislação e de casos reais no Brasil hodierno, destaca-se o fato de que apesar da existência das disposições legais acima mencionadas, estas não garantem a igualdade dos critérios remuneratórios e salariais entre homens e mulheres, muitas vezes em virtude da bagagem cultural machista de que a mulher não exerce determinada função tão bem quanto o homem. Porém, não só isso, também observou-se que existem casos em que as mulheres encontram dificuldades abundantes até mesmo para serem contratadas, pois, em razão de sua função biológica de reproduzir, advém maior licença maternidade. Para fundamentar o raciocínio da igualdade salarial de gênero, ora, basta analisar as datas das promulgações das leis: o Art. 7º da CF entrou em vigor em 1988, o Art. 461 da CLT em 2017 e a Lei nº 14.611, agora, em 2023. Logo, não há como ter interpretação distinta: as leis que regulam o Direito brasileiro são ineficazes quanto à equiparação salarial, conseqüentemente, tornando imprescindível ao parlamento editar novas leis costumeiramente.

(Conclusão) Diante o exposto, percebe-se que mesmo com os mecanismos jurídicos existentes, constantemente há violação de princípios constitucionais básicos, como a isonomia, que assegura - ou ao menos deveria - às pessoas as mesmas condições, não importando o gênero, raça, cor, etnia, idade ou religião. Portanto, é evidente a necessidade urgente de políticas públicas educadoras quanto ao comportamento discriminatório para com as mulheres, bem como mecanismos legais punitivos mais rigorosos, impelindo, quanto a este último, a necessidade do seu cumprimento, eliminando a impunidade.

Palavras-chave: Direito das mulheres; equiparação salarial; leis ineficazes.

CAMINHOS PARA ENFRENTAR A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA E A NEGLIGÊNCIA MÉDICA NO BRASIL

Autor(es):

Beatriz Santana Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Maria Eduarda Medeiros Caldas: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Sarah Cabral da Costa Maciel Dias: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Isadora de Melo Araujo Macedo Dantas: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Yasmin Mariana Galvão Ferreira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) O trabalho aborda a negligência médica no caso da violência obstétrica e traz a finalidade de visar casos e conhecimentos para alertar as mulheres de que essa atrocidade é cometida constantemente nos partos de brasileiras, além de mostrar alternativas e medidas para se prevenir de uma possível violência obstétrica. Afinal, o dia mais importante para na vida de uma mulher é o parto do seu filho, então, elas merecem o máximo de respeito, apoio e assistência médica, mas, infelizmente, estão sujeitas a essa violência. A violência obstétrica é caracterizada por abusos sofridos por mulheres quando procuram serviços de saúde na hora do parto. Os tipos de violência podem ser separados em: a violência verbal/psicológica, que se trata de xingamentos, ofensas e insultos praticados pelos profissionais que estão prestando assistência à mulher grávida; violência física que se refere, a submissão da paciente a procedimentos sem o seu consentimento, podendo trazer riscos a sua saúde e a do bebê; a violência sexual que se trata de qualquer ação imposta à paciente que viole a sua intimidade, incidindo sobre a sua integridade sexual.

(Metodologia) Método de pesquisa bibliográficas.

(Resultados) Segundo dados levantados da literatura científica, a negligência é recorrente e ocorre basicamente pela falta de esclarecimentos do médico sobre a gestação e o parto para a paciente, deixando a gestante vulnerável a qualquer ação e decisão do médico. Dessa forma, é necessário que as mulheres tenham conhecimento e compreensão sobre o tema da violência obstétrica. Visto que, o principal motivo é a desinformação para o aumento dos casos desse tipo de violência causada durante a gestação ou na hora do parto, principalmente, nessa fase a mulher fica vulnerável a essas ações, que são extremamente abomináveis. Nesse contexto, a realidade de denúncias feitas pelas mulheres as quais sofreram esses abusos é crescente, onde, quanto mais mulheres tinham conhecimento e se pronunciavam sobre a violência sofrida, outras mulheres eram encorajadas a contar seus relatos e aplicar denúncias. Dessa maneira, a internet se tornou um meio para os relatos e denúncias dessas vítimas, espalhando conhecimentos e vivências sobre a violência obstétrica para outras gestantes. Nesse sentido, foram citados exemplos de acontecimentos, como o da Shantal, que foi vítima da manobra kristeller feita pelo médico, a qual é considerada perigosa para a vida da mãe e do bebê e desaprovada pela OMS, além disso, a influenciadora sofre inúmeros xingamentos na hora do parto. Outro caso bastante importante citado no texto foi o caso do médico Giovanni Quintella, que estuprou uma paciente que estava em trabalho de parto, a qual estava sedada, conseqüentemente inconsciente.

(Conclusão) A partir dessa pesquisa conclui-se que muitos procedimentos médicos na hora do parto são realizados de forma violenta. Dessa forma, é importante discutir sobre essa problemática e construir estratégias que lutem contra a prática da tal violência.

Palavras-chave: Obstétrica; negligência; mulher; informação; saúde.

CARL SCHMITT E A CONSTITUIÇÃO: ANÁLISE DO CONSTITUCIONALISMO SCHMITTIANO

Autor(es):

Lucas Francisco Costa de Lima: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
João Paulo Cirilo de Medeiros: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Gabriela Lima de Alencar Albuquerque: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Fabio Fidelis de Oliveira: Docente do UNI-RN

(Introdução) Com o advento e consolidação das democracias ao longo do século XX, o debate em torno da definição e da função da Constituição assumiu um papel central na esfera jurídica e pública. As teses e perspectivas dos positivistas notáveis, como Hans Kelsen, ganharam destaque e influência significativas, moldando as discussões, as interpretações e as decisões no sentido de entender a Constituição apenas como a norma fundamental do corpo jurídico de uma nação. Porém, apesar das bases heterodoxas e frequentemente polêmicas, as posições e as visões realistas adotadas pelo jurista alemão Carl Schmitt ainda têm muito a oferecer ao mundo do Direito. Uma das abordagens distintivas de Schmitt é a sua compreensão profundamente política da definição e do papel da Constituição, entendendo-a como instrumento balizador de um grupo político vencedor. Contrapondo-se à perspectiva jurídica adotada pelo constitucionalismo positivista de origem kelseniana, Schmitt enfatiza o caráter mais prático e menos romântico da Constituição, explorando as implicações desse entendimento pouco convencional.

(Metodologia) A metodologia empregada priorizou o método bibliográfico e descritivo, consistindo na análise das ideias sustentadas, apresentadas e elaboradas por Carl Schmitt ao longo de diversas obras, com uma ênfase particular em seu livro "Teoria da Constituição", publicado em 1928. Adicionalmente, foram consideradas as interpretações e análises apresentadas por comentaristas e estudiosos que têm explorado a obra schmittiana, a fim de enriquecer a compreensão das nuances e complexidades subjacentes a suas teorias constitucionais.

(Resultados) Espera-se com esse trabalho uma luz sobre os conceitos e o uso de terminologias schmittianas intrinsecamente ligadas à sua teoria constitucional não convencional, tais como "Constituição", "Antagonismo Amigo/Inimigo", "Decisão Política Fundamental" e "Unidade Política". Busca-se, ao final deste trabalho e com os esclarecimentos realizados, uma compreensão ligeiramente aprofundada desses termos, revelando suas importâncias e aplicações na obra de Carl Schmitt e no mundo do Direito. Ademais, este estudo espera gerar um maior entendimento das notáveis diferenças conceituais entre a visão constitucional adotada por Carl Schmitt e a visão convencional da Constituição defendida pelas correntes positivistas dominantes.

(Conclusão) Assim sendo, entende-se que os termos cunhados e utilizados por Carl Schmitt para compreender o fenômeno constitucional precisam ser cada vez mais expostos e descritos no mundo acadêmico, visto a possibilidade de um maior entendimento das democracias constitucionais modernas e seus respectivos arcabouços jurídicos, sustentados em grande medida na ideia jurídica e política de Constituição. A descrição das diferenças entre as visões schmittianas e positivistas faz-se necessário para que tal compreensão terminológica faça-se possível.

Palavras-chave: Carl Schmitt; constitucionalismo; positivismo.

COMO A RELIGIÃO INFLUENCIA NO MUNDO ATUAL

Autor(es):

Pedro Lucas Carvalho de Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Morgana Heloisa Noronha Nascimento: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Analice Abdala Pinheiro Melo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
José Petter Ferreira Borges: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Bruna Cruz De Souza: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) A influência da religião no mundo contemporâneo é profunda e multifacetada. Desde tempos antigos, a religião tem dado significado, conforto e orientação moral. Max Weber destacou que as ciências sociais podem analisar a religião de maneira objetiva, embora as crenças religiosas possam afetar os cientistas sociais. Historicamente, a religião desempenhou papéis importantes na sociedade, como na colonização e nas estruturas de poder. A religião ainda oferece consolo e orientação, especialmente em tempos difíceis, fortalecendo a coesão comunitária.

(Metodologia) A pesquisa envolveu uma seleção de artigos por meio de revisão da literatura, enfocando a religião como limitação do conteúdo. Os autores individualmente coletaram cinco artigos relevantes, garantindo que estivessem alinhados com o objetivo do estudo. Cada artigo foi identificado, documentado com informações detalhadas e, em seguida, submetido a uma análise crítica para avaliar a qualidade metodológica e relevância para o tema. Após a análise individual, os autores colaboraram para identificar padrões e tendências nos artigos. A discussão dos resultados concentrou-se na relevância da religião como limitação do conteúdo, destacando conclusões, insights e lacunas na pesquisa. Considerações éticas e implicações práticas e teóricas também foram abordadas, culminando em uma conclusão que resumiu as principais descobertas da análise dos artigos e enfatizou a importância do tema da religião como limitação do conteúdo em pesquisas acadêmicas.

(Resultados) Este artigo discutiu a evolução e a importância da liberdade religiosa no Brasil dentro do contexto do Estado Constitucional Democrático. Começou destacando a relação mitológica da palavra "Brasil" com a religião na formação do país. Defendeu a liberdade religiosa como um direito fundamental de primeira geração, permitindo que as pessoas busquem a felicidade através de várias práticas religiosas. No Brasil, observou-se a proteção limitada desse direito antes da separação entre Estado e religião após a proclamação da República. A Constituição de 1988 foi analisada em relação à liberdade religiosa, destacando sua importância no Estado Democrático de Direito. A conclusão enfatizou o papel essencial da liberdade religiosa na democracia e no respeito pela dignidade humana. Argumentou-se que a secularização não implica o ateísmo, mas o respeito por todas as crenças religiosas, e o diálogo entre religião e direito é fundamental no Estado Democrático de Direito.

(Conclusão) A religião mantém influência significativa na sociedade contemporânea, sendo especialmente relevante em comunidades em dificuldades. A relação entre o sagrado e o espaço físico enriquece a experiência espiritual e fortalece identidades comunitárias. Contudo, a ligação entre estado e religião deve ser gerenciada com cautela para evitar a propagação de doutrinas prejudiciais. O diálogo democrático sobre as complexas relações entre religião e direito é essencial, mantendo a defesa dos princípios constitucionais, incluindo a liberdade religiosa. O pluralismo religioso deve ser valorizado, garantindo a liberdade de crença ou a ausência dela. A religião continua sendo uma força influente na sociedade contemporânea, destacando a importância de abordar essas questões com sensibilidade e respeito à diversidade de crenças em uma sociedade pluralista.

Palavras-chave: Influência; religião; liberdade religiosa; sociedade pluralista.

COMPRA DE TERRAS RURAIS POR ESTRANGEIROS NO BRASIL E O POSICIONAMENTO DO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO ACERCA DO TEMA

Autor(es):

Maria Vitoria Duarte Vieira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) A procura de terras brasileiras por pessoas físicas e jurídicas estrangeiras tem aumentado a cada dia, isso se dá em razão das excelentes condições ambientais capazes de girar a economia, como a diversidade de recursos naturais e o clima favorável ao agronegócio. Tal fato tem chamado a atenção do Supremo Tribunal Federal (STF), tendo em vista que essas terras são utilizadas para plantio e criação, visando a subsistência e rotatividade da economia, e, caso estejam grande parte sob posse de estrangeiros, pode haver prejuízos à soberania nacional. Pensando nisso e visando garantir os interesses da nação, foi instaurada a Lei 5.709/1971, que protege os anseios estatais a partir de normas reguladoras dessas atividades.

(Metodologia) A pesquisa foi realizada por meio de análise do ordenamento jurídico vigente, de pesquisas bibliográficas baseadas em artigos científicos e notícias, como a do grupo asiático Bracell, que teve a compra de propriedades limitada em São Paulo, em respeito a quantidade máxima de terras de uma cidade sob pertencimento de estrangeiros. Tendo isso em vista, é possível dizer que trata-se de uma pesquisa teórica com abordagem descritiva e explicativa para compreensão de fatos e criação de percepções.

(Resultados) Através das pesquisas bibliográficas realizadas e da análise do ordenamento jurídico vigente, percebeu-se que, de acordo com a Lei 5.709/1971, é legal que pessoas físicas e jurídicas estrangeiras comprem terras rurais brasileiras desde que sejam cumpridos requisitos gerais, como: a) apenas 25% das terras de um município podem pertencer a estrangeiros; e b) imóveis em área de fronteira, em faixa de 150 km ao longo de divisa de país ou em faixa de 100 km ao longo de rodovias federais só podem ser adquiridos por estrangeiros com autorização do Conselho de Defesa Nacional. Além disso, existem limitações específicas para pessoas físicas estrangeiras, como: a) possuir residência no Brasil; e b) propriedade ter um tamanho máximo de 50 módulos rurais, contínuos ou não; e, limitações específicas para pessoas jurídicas estrangeiras, como: a) só podem adquirir imóveis rurais para implantação de projetos agrícolas, pecuários, industriais ou de colonização vinculados aos objetivos estatutários; e b) ter os projetos aprovados por órgãos competentes. Diante do exposto, é importante destacar que, para validade da compra, é necessário o cumprimento de todos os requisitos e, caso não sejam cumpridos, o negócio jurídico é considerado nulo, não tendo validade alguma.

(Conclusão) Com base no relatado, torna-se claro que a aquisição de terras rurais por estrangeiros, sendo eles de natureza física ou jurídica, é legal no Brasil, desde que respeitados os requisitos e limitações impostas por lei, portanto, aquele que descumprir o estabelecido sofrerá pena de nulidade do negócio jurídico. Dessa forma, é perceptível a grande importância do controle estatal desta demanda para garantia dos interesses do Estado.

Palavras-chave: Compra; terras; estrangeiros; ordenamento jurídico; física; jurídica.

CONCURSO PÚBLICO NA SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA

Autor(es):

Thays Eduarda Duarte de Souza: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Ricardo César Ferreira Duarte Junior: Docente do UNI-RN

(Introdução) Sociedade de economia mista é uma sociedade, na qual há colaboração entre o Estado e particulares, ambos reunindo recursos para a realização de uma finalidade, sempre de objetivo econômico. Por este motivo os empreendimentos administrados por órgãos estatais passaram a ser incluídos na administração indireta do Estado e, portanto, sujeitos à exigência constitucional de contratação por meio de concursos, com o objetivo de garantir a seguridade do processo as atribuições de cargos, empregos e funções em entidades geridas indiretamente é necessário concurso público, regido pelo art. 37, II da Constituição Federal de 1988. Portanto, as empresas de economia mista também deverão cumprir a regra que impõe concursos públicos, no caso examinado dos empregos prestados pelo Banco do Brasil, integrantes da Administração Pública Indireta.

(Metodologia) Este artigo trata-se de uma revisão de literatura, de caráter qualitativo. O escrito foi desenvolvido valendo-se de pesquisa em revistas científicas e pelo Google Acadêmico através de artigos e teses onde dispõe a temática e suas variáveis, além disso, foi possível utilizar os conhecimentos repassados em sala de aula para consolidar o referencial teórico acerca dos fundamentos do direito administrativo.

(Resultados) Foi observado que o regimento de contratação da sociedade de economia mista segue o art. 37 da Constituição Federal, dando-se-a por meio de concurso público, seguindo os princípios da administração direta e indireta. Sendo a contratação feita por meio de concurso entende-se que não há lesividade. Em contrapartida, um funcionário que foi admitido sem concorrência, podemos presumir de forma legal que o mesmo não venha a ter a melhor qualificação para tal cargo.

(Conclusão) Diante do exposto, se a administração se recusar a concorrer a realização de um concurso público nos termos da lei, sempre haverá prejuízo ou lesividade na admissão e capacidade técnica empresarial, então, toda forma de prover que permita ao servidor ocupar um cargo que não faça parte da carreira em que ele já estava investido, sem passar por um concurso público específico para tal, é considerada inconstitucional. Ao inserir a concorrência, a administração contratará pessoas com a seleção adequada, isso é necessário não apenas para garantir padrões de honestidade e impessoalidade na administração, mas, também a moralidade e a eficiência (art. 37, caput, CF), assegurando a contratação dos melhores candidatos para os cargos vagos.

Palavras-chave: Concurso público; sociedade de economia mista; direito administrativo; súmula vinculante.

CONDOMÍNIO EDÍLIO: DESAFIOS E CONFLITOS

Autor(es):

Klélia Maria Alencar de Medeiros Paiva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosângela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho visa apresentar o quão é desafiador e conflitante a aplicabilidade da lei no condomínio edilício e como os Direitos Reais, podem facilitar essa relação. O primeiro aspecto que deve ser apresentado no condomínio edilício é que os direitos surgem de uma combinação entre outros dois direitos, que é a propriedade das unidades autônomas e a copropriedade sobre as partes comuns. Sabe-se que, atualmente, esse modelo é utilizado como modalidade de moradia e isso faz necessário um maior esclarecimento sobre o assunto para minimizar seus conflitos.

(Metodologia) A metodologia utilizada foi a bibliográfica, onde consiste em uma revisão de material bibliográfico existente e que diz respeito ao tema a se estudar. Quanto aos procedimentos técnicos, foi adotada a pesquisa bibliográfica e documental, que se baseou em material já publicado, com utilização de fontes, a legislação e a doutrina.

(Resultados) Na busca pela melhor definição do que são os condomínios, Diniz (2010) afirma que é a “comunhão sobre um direito de propriedade”. Para o Código Civil, o condomínio edilício contém partes que são propriedade exclusiva, de uso privado, e partes que são propriedade comum dos condôminos. Surge aí o primeiro motivo de conflitos, pois muitas vezes os proprietários, por terem propriedade na parte de uso privado, acreditam que também possuem propriedade exclusiva na parte de uso comum. Para solucionar conflitos e dúvidas é necessário individualizar cada unidade independente e a fração correspondente à cada unidade. O Art. 1332, CC vem apresentar como deve ser a instituição de um condomínio edilício e suas especificações. Outro ponto é a elaboração da convenção do condomínio. O Código Civil no Art. 1333, apresenta como deve ser elaborada a convenção e o seu conteúdo. A elaboração da convenção precisa estar em consonância com a lei e deve ser obrigatória não só para os proprietários, como por aqueles que estiverem com a posse do bem. É necessário lembrar que a convenção só terá validade após seu registro no Cartório de Registro de Imóveis. Já o Art. 1334, CC acrescenta outros pontos que são relevantes e que devem ser determinados pela convenção. No mesmo artigo pode-se observar orientações referentes ao regimento interno do condomínio. É no regimento interno que os deveres e direitos dos condôminos devem estar apresentados de forma clara e objetiva, como também as possíveis sanções em caso de descumprimento. Outro aspecto que é abordado pelo Código Civil no tocante ao condomínio edilício é a administração do condomínio. Por se tratar de um ambiente que possui a presença de vários proprietários, se faz necessário que ele seja regido por um órgão superior que busque atender as demandas gerais, que é a assembleia geral de condôminos, que tem como seu representante legal o síndico, já que no Direito brasileiro o condomínio não tem personalidade jurídica própria.

(Conclusão) A pesquisa concluiu que, o condomínio é um dos modelos que veem atendendo várias necessidades, principalmente, para aqueles que possuem o desejo de ter bens imóveis com diferenciais e não possuem condições financeiras para tal. O condomínio surge exatamente, com esse propósito e ainda trazendo a segurança jurídica necessária. É necessário deixar bem claro que, para que esse instituto atenda seu objetivo ele precisa estar alinhado com o Código Civil, atendendo todas as exigências legais e também realizando atualização das convenções e regimentos internos, quando necessário. Sobre o assunto abordado, entende-se que vários estudos, pesquisas e análises devem ser realizadas com o intuito de desenvolver a cultura de condomínio nas pessoas, como forma de facilitar o desenvolvimento imobiliário local e também a redução de conflitos e desafios que são frequentes nessa modalidade de negócio.

Palavras-chave: Direitos reais; condomínio; condomínio edilício.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, ÉTICA E AUTONOMIA PESSOAL

Autor(es):

Josemar Coelho Pessoa Neto: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN Vinicius de Macedo Barbosa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN Guilherme Freitas de Brito: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN Samuel Morais: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN Gabriel Galvão Cirilo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) A inteligência artificial (IA) está desempenhando um papel cada vez mais significativo em nossas vidas, influenciando desde recomendações de produtos até decisões de saúde e segurança. A automação e a autonomia da IA levantam importantes questões éticas relacionadas à autonomia pessoal. Este artigo discute como a IA afeta a autonomia pessoal e explora considerações éticas associadas.

(Metodologia) A metodologia deste artigo envolveu uma revisão da literatura acadêmica sobre IA, ética e autonomia pessoal. Também incluiu a análise crítica de estudos de caso que exemplificam questões éticas relacionadas à IA e sua influência na autonomia pessoal.

(Resultados) Tomada de Decisão Algorítmica: Sistemas de IA podem tomar decisões que afetam a vida das pessoas, como concessão de empréstimos, admissões em faculdades e diagnósticos médicos. Isso levanta preocupações sobre vies algorítmico e justiça. Privacidade e Vigilância: A coleta e análise de dados pessoais por sistemas de IA podem ameaçar a privacidade e a autonomia das pessoas, especialmente quando esses dados são usados para fins não autorizados, podendo causar danos morais a essas pessoas. Responsabilidade e Transparência: A atribuição de responsabilidade por decisões de IA é complexa. A falta de transparência nas decisões algorítmicas pode dificultar a responsabilização.

(Conclusão) Em um mundo cada vez mais impulsionado pela IA, é essencial equilibrar o avanço tecnológico com considerações éticas e a proteção da autonomia pessoal. Políticas e regulamentações robustas são necessárias para garantir que a IA seja desenvolvida e usada de forma ética, respeitando os direitos individuais. Este artigo destaca a importância de um diálogo contínuo entre a comunidade acadêmica, os legisladores e a sociedade civil para abordar as complexas questões éticas associadas à IA e à autonomia pessoal.

Palavras-chave: IA; ética; autonomia pessoal.

CONTRATO DE ADESÃO E DIRIGISMO CONTRATUAL: O DESEQUILÍBRIO ENTRE OS POLOS CONTRATANTES

Autor(es):

Aline Medeiros de Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN Maria Luiza Maia Fernandes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Lillian Suyanne de Medeiros Góes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN Laura Barreto Escóssia: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Marcelo Henrique de Sousa Torres: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho evidencia a divergência existente entre o Contrato de Adesão e o Dirigismo Contratual no âmbito das relações humanas. Com o avanço do capitalismo e das relações de consumo, as empresas precisaram otimizar seus serviços, para torná-los mais práticos e eficientes. Com isso, torna-se maior e mais notório o uso dos Contratos de Adesão. Este materializa-se em um contrato previamente firmado pela parte contratada, em que a parte contratante não tem a liberdade de discutir cláusulas – ou a fase de minuta –, mas deve apenas aceitá-las ou não. Em contrapartida, buscando um possível reequilíbrio entre as partes, surge o dirigismo contratual, o qual configura a necessidade do intervencionismo estatal nas relações particulares, agindo como princípio limitador da autonomia da vontade e fortalecendo o lado mais frágil das relações contratuais.

(Metodologia) Para tanto, realizou-se pesquisa qualitativa teórica, por intermédio de revisão bibliográfica de artigos científicos e estudo de caso acerca da divergência existente entre os Contratos de Adesão e o Dirigismo Contratual.

(Resultados) O crescimento exponencial dos Contratos de Adesão se dá frente ao descontrolado número de relações de consumo firmadas, motivado pela necessidade de estabelecer um maior índice de relações em um menor tempo. Na relação consumerista ressalta-se a ausência da capacidade de influência do consumidor na construção do contrato. O resultado final, portanto, é a formação de um abismo entre as partes componentes da relação firmada. Como forma de promover um reequilíbrio entre os contratantes, o Dirigismo Contratual se manifesta como a solução da problemática adesiva – a necessidade do intervencionismo estatal nas relações particulares -. Frente à falta de proporção no Contrato de Adesão, faz-se necessário a criação de normas que resguardem os direitos fundamentais da parte vulnerável. Nesse sentido, o Código Civil prevê normas com o intuito de equilibrar as relações econômicas tanto na execução quanto na conclusão dos contratos, tratando especificamente sobre os Contratos de Adesão, com a garantia de uma interpretação favorável ao aderente. Ademais, o Código de Defesa do Consumidor ostenta todo um arcabouço voltado à proteção da parte vulnerável; o artigo 51 deste, estabelece a nulidade de pleno direito de diversas cláusulas consideradas abusivas. Por fim, o Dirigismo Contratual surge como um mecanismo promotor da paridade entre consumidor e fornecedor; todavia, no art. 421, § 1º, do Código Civil, deixa claro que nas relações contratuais privadas, prevalecerão o princípio da intervenção mínima e a excepcionalidade da revisão contratual.

(Conclusão) Diante do exposto, é notório a necessidade da existência de Contratos de Adesão para otimizar as relações consumeristas com um exacerbado fluxo de contratantes. Em contrapartida, a interferência estatal tem uma função ímpar nesses vínculos contratuais, levando em consideração que por muitas vezes o Código do Consumidor não é capaz de elencar todas as possíveis situações. No entanto, o Estado, com toda sua autonomia, vem a mostrar a necessidade de figurar em determinados cenários do ramo do direito privado, principalmente para atender os polos contratantes mais fragilizados. Vale ressaltar que esta interferência não se trata de uma anulação da autonomia privada, mas sim da redução das possíveis desigualdades existentes nestes contratos. Em um cenário sem a intervenção estatal, um polo iria se sobressair totalmente em detrimento do outro.

Palavras-chave: Contratos de adesão; dirigismo contratual; polos contratantes; desequilíbrio.

CONTRATO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Autor(es):

Higor Eduardo Barreto de Queiroz: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Alane Hellen de Sousa Araujo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Analice Freitas Oliveira Pinheiro de Melo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Andréa de Andrade Fernandes: Docente do UNI-RN
Marcelo Henrique de Sousa Torres: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho visa mostrar como funciona o contrato de prestação de serviços terceirizados na administração pública, definindo o processo e delineando informações necessárias ao tema. A terceirização é um instituto que visa repassar para terceiros, atribuições acessórias de uma empresa, fazendo com que a mesma mantenha o foco apenas na sua principal função. Tendo como objetivo a diminuição dos gastos da máquina estatal e redução do número de servidores públicos, tendo em vista que suas atribuições são transferidas para terceiros do setor privado. Para isso, é preciso que sejam seguidos os princípios da administração pública, além da observância de um contrato válido e adequado para a prestação de serviços, já que tudo deve ser feito conforme à lei.

(Metodologia) A metodologia utilizada foi o método explicativo com abordagem qualitativa de natureza aplicada, baseado em levantamento bibliográfico através do banco de pesquisa científico Google Acadêmico. A pesquisa foi feita com base na leitura de artigos relacionados ao tema e na leitura da Constituição Federal, mais especificamente, do título da Administração Pública.

(Resultados) Diante das pesquisas realizadas, tornou-se evidente o aumento da utilização de serviços terceirizados no país, sendo necessário o aumento de informações sobre o tema, uma vez que se esse serviço for utilizado de forma inadequada e sem observância dos princípios da administração pública, causará um impacto negativo nas relações de trabalho. Nesse viés, o inciso XXI, art. 37 da Constituição Federal, mostra que o serviço terceirizado deve ser feito mediante processo de licitação pública que assegure igualmente condições a todos os concorrentes que queiram fazer parte do serviço, para assim, serem observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e eficiência, princípios estes norteadores da administração pública e que devem se fazer presentes em todos os atos de contratação de serviços, além dos princípios contratuais a serem observados no momento que o contrato for assinado.

(Conclusão) Portanto, observa-se que para fazer um contrato de serviços adequado, a administração pública deve seguir os requisitos estabelecidos na lei e contratar a empresa privada que mais se adequar ao serviço, não observando só a terceirização para redução de gastos, mas levando em consideração a eficiência daquele trabalho a ser realizado por aquela empresa privada.

Palavras-chave: Terceirização; administração pública; contratos.

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19: PROBLEMA OU SOLUÇÃO?

Autor(es):

Mariana de Melo Gomes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Nicole Alves Matos Mendonça: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Nathália Caluête Vieira da Cunha: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Maria Clara Brazão Pereira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Nathalia Melo Santos Gadelha: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Andréa de Andrade Fernandes: Docente do UNI-RN *Marcelo Henrique de Sousa Torres: Docente do UNI-RN*

(Introdução) Os Contratos Administrativos são ajustes firmados entre a Administração Pública e os particulares, podem ser pessoas físicas ou jurídicas, tendo que ser cumpridos por ambas as partes. À vista disso, esses acordos devem ser pautados em alguns princípios para que sejam plenamente efetuados, dentre eles: a obrigatoriedade, a autonomia da vontade, a liberdade de contratar, o consentimento das partes, a boa-fé e a relatividade. Entretanto, com a situação de excepcionalidade da pandemia do COVID-19, o cenário passou a ser de insegurança jurídica e minimização da legitimidade democrática, nas quais os entes federativos tiveram que tomar decisões mais céleres e de grande importância em prol da sociedade, mas sem que esta pudesse interferir.

(Metodologia) A pesquisa científica apresenta uma abordagem de natureza qualitativa, com o caráter explicativo e bibliográfico, pois se desenvolveu com base em artigos e publicações de opiniões que visa o aperfeiçoamento de conhecimentos e a importância dele durante a exploração do tema.

(Resultados) As medidas de enfrentamento à pandemia propostas pela União, Estados, DF e Municípios causaram uma transformação intensa na dinâmica contratual administrativa que estava em andamento, frustrando que muitos contratos fossem cumpridos nos termos pactuados. Inicialmente, a intenção da Administração Pública seria de manter os contratos que através de decisões seriam viáveis para manter o emprego dos funcionários terceirizados e prosseguir de forma como acordado ou se haveria a necessidade de suspensão ou extinção do contrato. Desse modo, se tornou recomendado que os contratos fossem analisados individualmente para decidir o que fazer com cada situação. Ainda observando as consequências vivenciadas, o Governo Federal adotou a medida provisória 961/2020, possibilitando a flexibilização das regras de licitações e contratos para toda a administração pública, dessa forma, a administração precisou equilibrar o contrato administrativo com a situação social e econômica da COVID-19 e a responsabilidade do Estado. Ademais, no Direito Civil existem princípios essenciais para o funcionamento legal dos contratos, como a autonomia da vontade em que há a liberdade da parte de estipular, como melhor lhes convier, mediante acordo de vontade a disciplina de seus interesses; a obrigatoriedade dos contratos, uma vez firmado o contratos as partes devem cumprir fielmente as cláusulas compactuadas; princípio da boa fé, no qual as partes possuem o dever de agir com base em valores éticos e morais da sociedade; a consensualidade, por respeitar a real vontade das partes; princípio da relatividade, o contrato é relativo às partes celebrantes, ou seja, não interessa a terceiros/não é absoluto e, por fim, a liberdade de contratar, o devedor não responderá por caso fortuito ou força maior e há revisão das cláusulas em casos excepcionais.

(Conclusão) Dado o exposto, nota-se que o único princípio contratual que não restou efetivado foi o da obrigatoriedade, isso se deu devido ao momento de calamidade que se instaurou no país, assim, as partes celebrantes encontram-se em uma situação de imprevisibilidade. Desta forma, segundo a teoria geral dos contratos, há a possibilidade de revisar as cláusulas em casos extraordinários, uma vez que a relação jurídica tenha se desequilibrado. Portanto, observa-se que a Administração Pública, apesar do período da pandemia do Covid-19, ainda conseguiu encontrar soluções, assim, pensando no melhor para sociedade e respeitando as medidas impostas para a segurança.

Palavras-chave: Administração pública; contratos; pandemia da Covid-19; princípios contratuais; relações jurídicas; segurança jurídica; suspensão.

**COROAS REMENDADAS: O CONGRESSO DE VIENA (1815) E AS RELAÇÕES DE PODER NO ESPAÇO EUROPEU
(SÉCULOS XVIII E XIX)**

Autor(es):

Anna Beatriz de Gois Filgueira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Raul Fagundes Cocentino: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Marcelo Maurício da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) A Europa viu seu Antigo Regime ameaçado pela Revolução Francesa (1789-1799) e pelo expansionismo napoleônico, que colocaram em xeque o status quo da Idade Moderna. Entre o século XVIII outrossim a década de 1810, o continente passou a presenciar o crescimento do nacionalismo e a popularização do Iluminismo, enfraquecendo a adesão ao Antigo Regime pelos súditos dos monarcas. Estes estavam com medo daqueles quererem se tornar cidadãos. Os vencedores almejavam aumentar o seu poder, mas sem culpabilizar a monarquia francesa e nem impor penas pesadas à França para não gerar revanchismo (THELLIER, 2019, p. 6-16). Em 1815, os representantes dos monarcas europeus reuniram-se no Congresso de Viena para criar um documento para que o espaço europeu fosse reorganizado sob a égide de uma nova ordem internacional, que era reativa à Revolução Francesa e ao Império de Napoleão (CASELLA et al., 2012) outrossim focada no espaço europeu, não interferindo com questões fora do continente (THELLIER, 2019, p. 17). O presente trabalho elucidará como as relações de poder na Europa influenciaram nas soluções do Congresso de Viena para as ameaças que surgiram ao Antigo Regime.

(Metodologia) Analisaremos como o documento final do Congresso de Viena é constituído de partes reativas à Revolução Francesa (e ao expansionismo francês por Napoleão), ao nacionalismo e à questão polonesa (Napoleão reviveu a causa polonesa após esse país ter desaparecido por ter sido anexado pela Áustria, Prússia e Rússia).

(Resultados) O documento final do Congresso de Viena é recheado de partes reativas às querelas do século XVIII e ao período napoleônico. O documento enfatiza legal e discursivamente que reorganiza o espaço europeu através de uma racionalidade absolutista, ou seja, determinado território pertenceria não a uma nação ou país, e sim a um monarca, como quando, por exemplo, o documento afirma que “As províncias e distritos do reino da Saxônia, que devem ter transferidos para o domínio para sua Majestade o Rei da Prússia” (CONGRESSO DE VIENA, 1815, art. 16) e que “Sua Majestade o Rei dos Países Baixos, Grão-Duque de Luxemburgo, deve possuir em perpetuidade [...]” (CONGRESSO DE VIENA, 1815, art. 69). Essa racionalidade é uma reação à Revolução Francesa e ao nacionalismo, que colocaram em xeque as monarquias absolutistas, especialmente as multinacionais. O congresso consagrou a monarquia absolutista no Espaço Europeu. Além disso, o documento possui seus doze primeiros artigos sobre a questão polonesa, o que demonstra que é uma das querelas que mais preocupava os elaboradores do documento, sendo um povo até mesmo citado nominalmente no seu artigo 2º (o que é uma exceção) chegando a até mesmo prever concessões especiais, como quando estabelece que “Os Poloneses, que são súditos respectivamente da Rússia, Áustria e Prússia, devem obter representação, e instituições nacionais [...]” (CONGRESSO DE VIENA, 1815, art. 2º). O tratamento dado aos poloneses é um sintoma do desejo por parte dos elaboradores do documento não somente de impedir uma unificação polonesa, mas também estabelecer concessões a esse povo para que não se rebelasse, algo que seria desnecessário no cenário antes do surgimento do Nacionalismo.

(Conclusão) O Congresso de Viena foi um esforço legal-diplomático para restabelecer o status quo que tinha marcado a Europa da Idade Moderna, porém, sua própria tessitura reativa é prova de que os tempos tinham mudado: o nacionalismo e os ideais iluministas vinham para ficar e ameaçar o Antigo Regime. As coroas sobreviveram, mas remendadas: os martelos que as tinham atingido continuavam a assombrá-las.

Palavras-chave: Direito internacional; história do direito; idade contemporânea; Congresso de Viena; nacionalismo.

CORREÇÃO E PROBLEMAS NO SISTEMA JURÍDICO

Autor(es):

José Daniel Diniz Aladim: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) Este grupo, estudou vários artigos que contam e citam casos reais, os quais demonstram falhas no sistema jurídico, levando a uma corrupção, então, este artigo apresenta este viés, de mostrar essas falhas, discutir sobre elas e tentar alcançar soluções para essas situações que tangem a nossa sociedade. Esse tema há uma necessidade de discussão, pois, analogamente, utiliza-se a teoria das janelas quebradas de Drauzio Varela, o qual afirma que um carro com uma janela quebrada está mais passível a ser mais depredado e desgastado, logo, se não for resolvido essa lacuna no sistema, poderá ter um rompimento na sociedade de níveis irreversíveis.

(Metodologia) Este grupo, estudou vários artigos que contam e citam casos reais, os quais demonstram falhas no sistema jurídico, levando a uma corrupção, então, este artigo apresenta este viés, de mostrar essas falhas, discutir sobre elas e tentar alcançar soluções para essas situações que tangem a nossa sociedade. Esse tema há uma necessidade de discussão, pois, analogamente, utiliza-se a teoria das janelas quebradas de Drauzio Varela, o qual afirma que um carro com uma janela quebrada está mais passível a ser mais depredado e desgastado, logo, se não for resolvido essa lacuna no sistema, poderá ter um rompimento na sociedade de níveis irreversíveis.

(Resultados) Ao colocar os temas em análise e os levando ao Direito Internacional do histórico evento de unificação da Catalunha ao território espanhol, há uma síntese entre ambos, onde a politização e parcialidade dos legisladores dentro do caso que já foi levado inúmeras vezes à cúpula da União Europeia e o caso nunca foi a frente, mesmo se tratando de uma alta mobilização popular dentro do Estado e às vezes institucional por parte de grandes personalidades políticas e sociais como o técnico famoso de futebol Josep Guardiola e o ator Javier Bardem, ambos defendendo que é um direito do povo catalão que segue com suas manifestações em ruas e em símbolos da nação espanhola, como por exemplo quando é tocado o hino espanhol no estádio "Camp Nou" localizado em Barcelona (capital da Catalunha), os cidadãos pagantes dentro da arena costumam vaiar a execução do hino nacional. Além de ter a questão histórica da guerra civil espanhola e da ditadura instaurada no país em uma parte do século XXI, onde a repressão se concentrou nas minorias étnicas, religiosas e estrangeiras, dentre estas o povo catalão, que eram alvejados nas manifestações sendo perseguidos, torturados ou mortos nos presídios espanhóis pela força bélica do Estado vigente na época, portanto o direito internacional muitas vezes se faz divergente da vontade popular e é incoerente em suas decisões, onde muitos legisladores imperialistas ou a favor da supremacia do Estado em questão, não dão importância para as revoltas de massa popular.

(Conclusão) Os fatos sociais acabam por gerar instabilidades na política, o que causa por muitas vezes casos de corrupção na sociedade, o problema em questão é o abuso de poder, aproveitamento dessas questões sociais e perda do senso do que é justo e do que não é, logo, a corrupção é o mal que afeta todas as áreas da sociedade e pode criar mais fatos sociais que consequentemente geram corrupção, sendo necessária uma educação básica de qualidade, baseada no pensamento socrático, para termos líderes preparados.

Palavras-chave: Sistema jurídico; corrupção; interesses privados; política judicial; desobediência civil.

CRIMES CIBERNÉTICOS

Autor(es):

Anne Karoline Aquino de Souza: Discente do curso de Fisioterapia do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) A Internet se tornou uma ferramenta essencial no Brasil, com milhões de lares conectados. No entanto, o aumento da conectividade também trouxe um aumento nos crimes cibernéticos, gerando uma enorme demanda de ilícitos, que resulta em uma situação difícil de reprimir ou punir os infratores. Diante desse cenário de insegurança virtual, o legislativo promoveu duas novas leis que alteraram alguns pontos importantes que visam dar alcance ao ambiente virtual. Este artigo buscou analisar e apresentar os crimes cibernéticos em seu contexto histórico, conceitual e evolutiva da legislação, com ênfase nas novas leis sancionadas no ano de 2021, que, de maneira direta ou indireta, tratam sobre o assunto. Explorando a interseção entre a tecnologia e a criminalidade no Brasil contemporâneo.

(Metodologia) Utilizamos uma abordagem de pesquisa bibliográfica, examinando fontes acadêmicas, documentos legais e estudos relacionados a crimes cibernéticos no Brasil. Além disso, empregamos o método dedutivo para analisar as informações coletadas.

(Resultados) A lei n. 14.132 de 2021, traz um importante avanço na criação do crime de perseguição também conhecido por stalking, palavra de origem inglesa que define a conduta de importunação. Anteriormente, a conduta de perseguição se enquadrava no art. 65 da Lei de Contravenções Penais, Decreto-lei 3.688 de 1941, que previa a prisão simples de 15 dias a dois meses, sendo revogado pela implementação da nova lei. O legislativo buscou ter punições mais severas para o tipo de comportamento e o direito a privacidade e a dignidade preservados. Um outro importante avanço é a lei 14.155 de 2021, alterou o Código Penal Brasileiro, tornando mais graves os crimes de violação de dispositivo informático, furto, e estelionato, cometidos de maneira virtual ou por meio do ambiente cibernético, e promoveu mudanças no Código de Processo Penal, com a definição da competência de algumas modalidades de estelionato (art. 70, § 4o).

(Conclusão) Importância das denúncias sobre crimes cibernéticos, no Brasil infere em cadeia já que temos uma Lei que favorece as pessoas que sofrem esse tipo de crime. Concluímos que a importância da denúncia para que os criminosos sejam descobertos e presos. Um exemplo de lei é a de Carolina Dickman promulgação da Lei 12.737/2012 que foi promulgada após atriz ter fotos vazadas depois que colocou seu computador na manutenção.

Palavras-chave: Crimes; internet; lei.

CRIOPRESERVAÇÃO DE GAMETAS E EMBRIÕES DE PESSOAS FALECIDAS

Autor(es):

Bruna Fernandes de Almeida: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosângela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) A criopreservação de gametas e embriões de pessoas falecidas no direito sucessório tem despertado debates e controvérsias nos últimos anos. Essa prática possibilita preservar a fertilidade de um doador que faleceu prematuramente, permitindo o uso de seus gametas ou embriões em momentos posteriores. No entanto, a regulamentação adequada e a prática responsável dessa técnica ainda apresentam lacunas que precisam ser abordadas para proteger os direitos dos doadores e beneficiários e garantir a segurança jurídica. Além disso, é importante considerar a relevância da política pública representada pelo Centro de Reprodução Assistida da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), que oferece serviços pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

(Metodologia) Para alcançar esses objetivos, utilizaremos uma abordagem interdisciplinar que engloba análise de aspectos legais, revisão da legislação vigente, incluindo a Resolução CFM 2.168/2017, o Provimento 63/2017 do CNJ e o Enunciado 633 do CJF. Além disso, serão realizadas entrevistas com especialistas em reprodução assistida, advogados especializados em direito sucessório, profissionais do centro de reprodução assistida da UFRN e pacientes que utilizaram os serviços oferecidos pela política pública. Essas entrevistas qualitativas permitirão obter insights sobre os aspectos que demandam regulamentação específica, considerando os desafios práticos, as necessidades dos envolvidos e a influência da política pública na regulamentação.

(Resultados) Espera-se obter resultados que identifiquem claramente os aspectos que necessitam de regulamentação no direito sucessório em relação à criopreservação de gametas e embriões de pessoas falecidas. A análise das normas existentes, das pesquisas bibliográficas, bem como os dados coletados por meio das entrevistas, permitirá compreender as lacunas e desafios enfrentados na prática, bem como a necessidade de regulamentações mais específicas e abrangentes. Alguns desses aspectos que precisam ser regulamentados incluem: Condição dos filhos concebidos: É necessário estabelecer claramente a condição dos filhos concebidos por meio da reprodução assistida post mortem como herdeiros legítimos. Definir critérios específicos evitará incertezas e disputas sobre sua participação na sucessão. Consentimento prévio e expreso: Deve-se estabelecer diretrizes sobre a obtenção, registro e validade legal do consentimento prévio e expreso dos doadores falecidos para a utilização de seus gametas ou embriões após a morte. Isso garantirá a proteção dos direitos dos doadores e a segurança jurídica da técnica. Prazos para utilização dos materiais criopreservados: É importante definir prazos ou limites temporais para a utilização dos gametas ou embriões de pessoas falecidas, a fim de evitar situações de indefinição prolongada e assegurar a viabilidade e segurança do processo de reprodução assistida post mortem.

(Conclusão) A pesquisa realizada destaca a necessidade de regulamentação adequada no direito sucessório em relação à criopreservação de gametas e embriões de pessoas falecidas. Os resultados obtidos ressaltam a importância de abordar aspectos específicos, como a condição dos filhos concebidos e a obtenção de consentimento prévio e expreso dos doadores falecidos. Essas regulamentações proporcionariam segurança jurídica, proteção dos direitos dos envolvidos e promoção de políticas públicas mais efetivas nessa área complexa e em constante evolução. Além disso, é fundamental considerar a relevância da política pública representada pelo Centro de Reprodução Assistida da UFRN, que oferece serviços pelo SUS, para a elaboração de regulamentações que atendam às necessidades da sociedade de forma equitativa e acessível.

Palavras-chave: Criopreservação; gametas; embriões; pessoas falecidas; direito sucessório; regulamentação; ética; psicologia; políticas públicas.

**DA RESTRIÇÃO A IGUALDADE: TRANSFORMAÇÕES NOS DIREITOS DAS MULHERES NOS CÓDIGOS CIVIS
BRASILEIROS**

Autor(es):

Victória De Melo Santos Leite: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Paulo Fernando Cisneiros Da Costa Reis Neto: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Isabel Cynthia Azevedo de Araújo : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Victor Gabriel Silva Paiva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) O texto aborda a evolução dos direitos das mulheres ao longo do século XX, destacando as conquistas significativas. A restrição dos direitos das mulheres está ligada ao Código Civil de 1916, no qual elas eram submissas aos homens e não possuíam direitos concretos. Em contrapartida, o Código Civil de 2002 vem para mudar toda a história das mulheres, dando-lhes liberdade e direitos. Destaca-se a evolução dos direitos das mulheres no Brasil, passando do Código Civil de 1916, que refletia o sistema patriarcal e limitava seus direitos, para o Código Civil de 2002, que trouxe avanços importantes. No entanto, existe a necessidade contínua de se combater a desigualdade de gênero e o machismo para garantir a plena implementação desses direitos a uma sociedade verdadeiramente igualitária.

(Metodologia) Este estudo constitui-se de uma análise e interpretação realizada com base em consulta de artigos científicos selecionados por meio de buscas nos bancos de dados, Google Scholar, SciELO, além dos códigos civis de 1916 e 2002, legislação brasileira vigente. Buscou-se estudar e compreender as principais transformações do direito das mulheres, decorridas do código civil de 1916 até o atual código vigente. As palavras chaves utilizadas na busca foram: mulher, direitos, código civil, igualdade e luta.

(Resultados) Os Códigos Civis brasileiros são opostos no quesito direito das mulheres, no qual o de 1916 visa totalmente o patriarcado, a desigualdade e a desvalorização da mulher, enquanto o de 2002 busca um empoderamento feminino, deixando-as tomarem suas próprias decisões. Nesse sentido, a luta pela igualdade se faz cada vez mais presente na realidade feminina e vem se tornando a cada dia ainda mais debatida, é notável que o atual cenário ainda não é o ideal, mas é perceptível o avanço em relação às épocas passadas. Podemos citar algumas conquistas femininas adquiridas ao longo dos Códigos, tais como a luta pelo sufrágio feminino que foi um dos grandes marcos na busca pelo direito das mulheres, em que estas conseguiram sua conquista reconhecida no ano de 1932, sendo incorporada à constituição no ano de 1934. Ademais, no decorrer dos Códigos outra mudança significativa foi o reconhecimento da capacidade plena de direitos das mulheres casadas, normatizada pelo Código Civil de 2002, na qual a mulher deixou de ter sua vontade expressada pelo marido, podendo assim gerenciar suas próprias escolhas. Por fim, a desigualdade e a restrição causada por um sistema patriarcal, gera diversos impactos na sociedade, atingindo, majoritariamente, as mulheres, que possuem seus direitos retirados e uma obrigação de submissão.

(Conclusão) Chegou-se à conclusão de que o Código Civil brasileiro de 2002 passou por diversas mudanças necessárias, que garantem mais direitos para as mulheres. Dessa forma, eliminou, não totalmente mas consideravelmente, o machismo presente no antigo Código Civil, tornando-o mais igualitário para os homens e mulheres. Nesse viés, no atual século ainda há uma grande luta para o combate de todo um machismo estrutural, que modifica e altera diversas vidas, podendo chegar até em feminicídio, que é a morte da mulher em ambiente doméstico. Assim, um combate a esse sistema patriarcal através das autoridades e políticas públicas, se faz necessário para construir uma sociedade mais igualitária e justa no atual cenário do Brasil e do mundo.

Palavras-chave: Mulher; direitos; código civil; igualdade; luta.

DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA AO FEMINICÍDIO

Autor(es):

Marianna Alessandra Soares de Freitas: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Deyse Caroline Barbosa da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Dayane Camilly Barbosa da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Ana Caroline dos Santos Godeiro: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Aniele Rogeria Costa da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) A séculos a figura da mulher é inferiorizada, os motivos mais comuns são o ódio e a intolerância de gênero. Assim, este artigo busca tratar temas relevantes, dentro da temática, demonstrando que a opressão e a invisibilidade da mulher na sociedade é uma realidade que ofusca a existência feminina física e psicologicamente. O direito da mulher ou a falta dele, visto de uma ótica multi-secular, buscando informações nas bases históricas da teologia (Bíblia Sagrada), a.C. (antes de Cristo) e d.C. (depois de Cristo), mostrando a evolução crescente da violência contra o gênero feminino, abordando detalhes que mostram o descaso emocional, físico e de apoio em que a mulher foi submetida ao longo dos séculos. Neste artigo buscamos desvelar o abuso da falsa hierarquia de gênero que por muito tempo foi justificada como valor moral e denominada “Legítima Defesa da Honra”, onde o assassinato de mulheres era um motivo convencional para lavar a honra do homem, até que a lei interveio proporcionando a extinção desta. Com sua extinção, outros tipos de violência foram progredindo ao longo dos anos, a lei generalizada contra homicídios, de certa maneira não era suficiente à inibir um fenômeno tão forte e impactante quanto o Homicídio e a violência contra a mulher. Então, a partir da sanção da lei Maria da Penha, o sistema judiciário levanta uma bandeira social em prol da mulher no combate a violência de gênero, amparando judicialmente a mulher e fomentando ações punitivas aos seus agressores. A categoria feminina há urgência de proteção, para poderem ser livres para demonstrar a sua força, e com a união da justiça com a sociedade, expõe a necessidade de levantar projetos e causas que ajudem a mudar o quadro de violência doméstica e feminicídio, realça a necessidade de que venha a se entender a importância de espaços organizacionais que promovam os direitos das mulheres e a igualdade de gênero. Em síntese, o intuito é a conscientização de que a humilhação, o isolamento, as ameaças, a pancadaria, ou seja, a violência física, psíquica, patrimonial, social, moral, sexual, enfim, precisa ser combatida e para que essa realidade venha a mudar, para que a mulher por fim possa se sentir parte integrante da sociedade, é necessário, uma mudança radical, a partir de valores e princípios éticos e morais, para que a submissão e a restrição imposta ao sexo feminino venha a ser no futuro, um mero e obscuro erro da humanidade cometido no passado.

(Metodologia) O artigo tem como metodologia um estudo exploratório sobre o feminicídio, visto que se trata de um fenômeno de difícil refreamento, e que ao longo dos anos, se tornou sempre mais frequente. Foram utilizados artigos de terceiros que se encontram na internet, assim como passagens bíblicas que serviram de referências para compreender o assunto e aprofundar o conhecimento sobre tal tema.

(Resultados) A violência contra a mulher tem suas raízes fundamentadas a séculos atrás, suas causas são fundamentos históricos, teológicos e sócio-culturais que de geração em geração têm sido repassados. O Direito à vida é um direito natural e dessa maneira deve ser visto pela sociedade para que a justiça possa ser igual para todos.

(Conclusão) Ainda há muitas lutas a serem vencidas, o gênero feminino vive uma luta constante à procura de igualdade. A desinformação e a conduta desprestigiante contra o gênero feminino é um problema social que deve ser combatido.

Palavras-chave: violência; feminicídio; patriarcado; gênero; justiça; punição.

DESAFIOS DO EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DE MÉDICO FRENTE AS HIPÓTESES DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL NO BRASIL: UMA ANÁLISE JURISPRUDENCIAL

Autor(es):

Maria Eduarda Alves Figueiroa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Ursula Bezerra e Silva Lira: Docente do UNI-RN

(Introdução) A área da medicina no Brasil tem experimentado um notável crescimento nas últimas décadas, com um aumento significativo no número de médicos em atividade. Segundo dados do Conselho Federal de Medicina, o país conta atualmente com mais de 546 mil médicos ativos, um cenário que continua a evoluir constantemente (CFM, 2022). Esse aumento na disponibilidade de profissionais de saúde, aliado a crescente abertura de faculdades de medicina, totalizando atualmente 357 universidades que oferecem o curso em todo o país (GOV.BR), tem redefinido o contexto em que os médicos desempenham suas funções e enfrentam desafios cada vez mais complexos. Nesse contexto de crescente profissionalização médica, a responsabilização civil dos médicos emerge como uma questão de relevância inquestionável. A ampliação da judicialização da saúde tem colocado os profissionais da área em situações de constante escrutínio legal, tornando imperativo o entendimento dos aspectos jurídicos que envolvem o exercício da medicina. Acredita-se que este estudo contribuirá significativamente para a compreensão dos aspectos jurídicos que envolvem a prática médica no Brasil, fornecendo uma análise aprofundada das hipóteses de responsabilização civil do médico e orientações sobre como os profissionais da área podem se precaver frente à crescente judicialização da saúde. Este trabalho visa não apenas esclarecer as complexidades legais, mas também promover a reflexão sobre a necessidade de uma assessoria jurídica preventiva para os médicos e o papel das instituições de ensino na preparação desses profissionais para os desafios do contexto jurídico em que atuam.

(Metodologia) Para alcançar esses objetivos, será utilizado o método de pesquisa descritiva, com a finalidade de analisar os dados referentes à crescente judicialização da saúde no que tange aos médicos. O estudo partirá da análise dos casos judiciais em ações movidas em desfavor de médicos, a fim de entender os padrões de judicialização e se, nesses casos, as ações poderiam ter sido evitadas de serem levadas a juízo.

(Resultados) Com os resultados alcançados a partir desta pesquisa espera-se contribuir para o fortalecimento do direito médico com atuação preventiva, resultando em uma maior proteção jurídica para os profissionais médicos e, conseqüentemente, a queda do crescimento das judicializações contra médicos.

(Conclusão) Conclui-se que a compreensão aprofundada das implicações jurídicas na prática médica é essencial para garantir a segurança dos profissionais e a proteção dos pacientes. A integração de uma abordagem preventiva por meio de uma assessoria jurídica adequada, aliada a uma formação mais abrangente e enfocada em questões legais nas instituições de ensino médico, poderá não apenas mitigar os riscos de responsabilização civil, mas também fortalecer a confiança e a ética na relação médico-paciente. Esta pesquisa, portanto, não apenas destaca a complexidade do contexto jurídico em que os médicos operam, mas também ressalta a importância de uma abordagem proativa na gestão dos desafios legais enfrentados pelos profissionais de saúde no Brasil.

Palavras-chave: Direito.

DESAFIOS PARA O ACESSO A SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL

Autor(es):

Kaynan Vítor Albino de Paiva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Jorge Luiz de Andrade Santos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Adnna Evelyn Almeida Alves da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Rodolfo Ferreira da Costa Junior: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Gabriel Ribeiro Trisch de Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Ursula Bezerra e Silva Lira: Docente do UNI-RN
Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) As minorias são as classes sociais que mais têm dificuldade de acesso à saúde no Brasil, problema este que se dá principalmente pelo racismo estrutural que o Estado pratica. A estrutura de saúde não foi pensada para essas populações, já que o Estado não intervém por meio de políticas públicas de educação e saúde, como será visto neste artigo, que objetiva fazer uma análise crítica sobre os fatores que compõem o cenário atual das minorias brasileiras e suas dificuldades ao acessar o Sistema Único de Saúde (SUS).

(Metodologia) No trabalho foi feita uma revisão da literatura nos bancos de pesquisas científicas: Scielo e Google Acadêmico. Foram usadas palavras-chave como “Dificuldade de acesso ao SUS”, “dificuldade de acesso e acesso ao SUS na periferia”, “acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS)”, “barreiras de acesso ao SUS na periferia” e escolhidos 5 artigos. Foi usado como critério de inclusão os artigos que falaram sobre os problemas que a sociedade sofre quando vai utilizar o SUS. E como critério de exclusão de artigos: artigos que não tratavam do assunto, artigos que não tivessem resultados e artigos que não tinham o texto completo. A partir dos 5 artigos selecionados, foi feita a análise e um resumo deles para chegar as conclusões deste artigo.

(Resultados) Os artigos analisados fornecem compreensão da importância da garantia da saúde da população negra, pessoas trans, pessoas privadas de liberdade, pessoas em vulnerabilidade econômica e outros grupos marginalizados. A pesquisa evidenciou que a construção do direito à saúde no Brasil e a implementação do Sistema Único de Saúde (SUS) foram marcadas por disputas políticas e projetos societários. Esses embates continuam presentes, o que compromete a capacidade do SUS em garantir o atendimento adequado às necessidades de saúde da população. Além disso, é importante ficar sobressalente que o racismo estrutural e outras formas de discriminação estão presentes nas instituições de saúde brasileiras. Isso se reflete em tratamento não equitativo, desvantagens no acesso a benefícios, negligência na construção de instituições de saúde próximas a esses grupos marginalizados e dificuldade na implementação de ações e políticas voltadas a eles. Por meio da perspectiva de interseccionalidade, é possível compreender como fatores como raça, gênero, classe social e outras identidades interagem e influenciam o acesso aos serviços de saúde e os resultados de saúde desses grupos. É importante ressaltar que as dificuldades de acesso aos serviços de saúde são mais prevalentes entre os grupos supracitados, especialmente nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, principalmente pela baixa concentração de profissionais de saúde e menor cobertura de serviços básicos de saúde, o que contribui para agravar as desigualdades.

(Conclusão) A saúde é um direito fundamental, mas a realidade muitas vezes nos mostra que o acesso a cuidados médicos adequados é um desafio que precisa ser enfrentado com urgência. É importante destacar as disparidades raciais e de gênero no acesso à saúde pública. Minorias étnicas e mulheres frequentemente enfrentam discriminação e desigualdades na qualidade dos cuidados de saúde que recebem. Em face dessas dificuldades, é imperativo que governos, organizações de saúde e a sociedade como um todo trabalhem juntos para superar esses desafios. Para os presos é uma questão complexa que envolve vários desafios. Isso pode incluir a falta de recursos médicos adequados nas prisões, a superlotação, a falta de pessoal médico qualificado e, em alguns casos barreiras burocráticas.

Palavras-chave: Sistema Único de Saúde; minorias; desafios; acesso.

DIREITO À PRIVACIDADE EM PERIGO: EXPLORANDO AS IMPLICAÇÕES LEGAIS DA VIOLAÇÃO DE DADOS

Autor(es):

Brunna Ysa Paiva de Medeiros: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Ana Clara do Vale Medeiros: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Eloize sandy Carvalho ferreira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Alexia Meybel Dantas Barbosa: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Marillia Silva Sales Paraíso: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Ursula Bezerra e Silva Lira: Docente do UNI-RN
Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) As invenções tecnológicas desempenham hoje diversas funções fundamentais no cotidiano das pessoas desde o seu impacto revolucionário com a criação da internet e vem transformando cada vez mais o espaço, a comunicação e a sociedade em seu modo de vida. Atualmente, empresas e organizações utilizam esses algoritmos para construir sua base de dados, de forma que acontece o armazenamento das informações pessoais dos usuários. Esse fluxo de dados põe em risco as informações privadas dos usuários, quando a sua utilização acontece de forma não autorizada e ilícita, o que indica ações que podem gerar danos irreversíveis à vida privada do indivíduo. Como resposta a essa constante evolução e necessidade de cautela com o uso de serviços e o acesso geral no âmbito virtual, foi criada a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (CNPD), que estabelece a legalidade do tratamento dos dados pessoais pelas organizações públicas e privadas, a fim de prevenir e/ou responsabilizar quando se trata dos direitos de liberdade e privacidade de pessoas físicas e jurídicas.

(Metodologia) Como metodologia do trabalho foi utilizada a revisão bibliográfica de método dedutivo, como meio de analisar demais obras disponíveis sobre o tema e realizar o embasamento referencial a partir delas.

(Resultados) Ao discutir-se sobre os perigos a privacidade, é notória a necessidade premente da mitigação e resolução que diz respeito à falta de medidas concretas em meio aos perigos do vazamento de dados, o que torna relevante a questão de consolidar proteções eficazes que evitem o excesso de coleta de dados e uso indevido destes, como as legislações GDPR (Regulamento Geral de Proteção de Dados da União Europeia) e a LGPD, analisadas no corpo do trabalho.

(Conclusão) Após a discussão, é explícita a importância do direito à privacidade, princípio fundamental que garante a proteção da intimidade, da autonomia e do controle sobre as informações pessoais frente ao contexto de coleta demasiada de dados. Assim, é possível concluir que a área de proteção aos dados e a segurança virtual é e deve ser algo cada vez mais aprimorado pelas autoridades, com o intuito de amenizar a preocupação e os impactos dos riscos inerentes à navegação no ambiente virtual, conferindo segurança aos dados e a privacidade.

Palavras-chave: Dados; proteção; direito; privacidade.

DIREITO À SOCIOEDUCAÇÃO E A PEDAGOGIA: UM OLHAR SOBRE O SISTEMA SOCIOEDUCATIVO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Autor(es):

Alinne França Barros: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Ursula Bezerra e Silva Lira: Docente do UNI-RN

(Introdução) Em análise aos debates jurisprudenciais e doutrinários sobre temas relacionados aos direitos humanos, percebe-se um grande nível de invisibilidade das pautas associadas aos direitos fundamentais, como é o caso do direito à socioeducação, uma vertente do direito à educação social no que toca à responsabilização de adolescentes que praticam atos infracionais equiparados a crimes. Na perspectiva prática, em razão da invisibilidade do tema, não muito se busca aprimorar a garantia deste direito, não sendo comum debates sobre a implementação de uma pedagogia transformadora, na figura de um profissional da pedagogia, dentro desse sistema de responsabilização. Diante desse quadro, o presente trabalho tem o fito de demonstrar a necessidade da atividade pedagógica para efetivar a garantia do direito à socioeducação no estado do Rio Grande do Norte.

(Metodologia) Para a produção do presente trabalho foi necessário realizar pesquisas teóricas, com o fito de compreender o direito à socioeducação e a importância da pedagogia para efetivação do caráter transformativo do referido direito. Além disso, em ênfase ao sistema socioeducativo do Rio Grande do Norte, torna-se fundamental a visita às instituições responsáveis pela implementação prática deste direito na área delimitada, buscando compreender sobre a organização interna de profissionais e o trabalho direto com os sujeitos envolvidos neste sistema, a partir do estudo qualitativo prático. Por fim, frente a toda pesquisa realizada, foi estabelecido um estudo indutivo, observando-se principalmente a relevância da implementação pedagógica no sistema socioeducativo.

(Resultados) Isto posto, pretende-se com a presente pesquisa, e nos parâmetros constitucionais, analisar o sistema socioeducativo do estado do Rio Grande do Norte, examinando a composição do corpo profissional e as metodologias utilizadas para a garantia deste direito fundamental. Frente a isso, destaco a relevância do papel profissional do pedagogo neste sistema, pretendendo demonstrar a imprescindibilidade da conexão destas áreas de estudo, sendo indispensável a presença de um profissional da pedagogia na gestão do sistema socioeducativo do Rio Grande do Norte, devendo, logo, ser o responsável pela implementação de uma pedagogia transformadora, focada na resignificação dos caminhos adotados pelo jovem infrator e apresentação de novas possibilidades a serem adotadas.

(Conclusão) Portanto, frente ao cenário apresentado, para a efetiva garantia do direito à socioeducação faz-se necessário uma atuação interdisciplinar entre os profissionais atuantes, envolvendo, assim, profissionais do direito, da pedagogia, da psicologia, e alguns outros. Neste sentido, destaco, ao oferecer um olhar holístico ao cenário do Rio Grande do Norte, e observar o problema a partir das dores e dos interesses de grupos atingidos pelo problema, percebeu-se que o papel do pedagogo é imprescindível, devendo o mesmo pautar sua atuação no caráter transformativo da área, possibilitando a mudança de perspectiva de visão para os jovens que advêm de um cenário de violência, demonstrando novos caminhos a serem seguidos.

Palavras-chave: direito à socioeducação; educação; direito fundamental.

**DIREITO DA FAMÍLIA E ALIENAÇÃO PARENTAL: CONTRIBUIÇÃO DO CASO JOANNA MARCENAL PARA A
REVOGAÇÃO DA LEI Nº 12.318/2010**

Autor(es):

Maria da Salete Baracho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Jully Anne Marinho de Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Maria Jamilly Maranhão Pegado Cortez: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Thalia Paula Lima Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Helena Silva Alves: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Emmanueli Karina de Brito Gondim Moura Soares: Docente do UNI-RN
Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) A alienação parental, segundo a lei de nº 12.318/10, no seu artigo 2º, é conceituada como uma interferência psíquica decorrente de uma influência familiar para que haja mudanças de pensamentos acerca da opinião sobre um parente ou uma pessoa próxima. Essa distorção possui um grau prejudicial elevado em relação ao desenvolvimento psicológico e físico das crianças e dos adolescentes, podendo refletir significativamente na vida adulta. No entanto, há preocupações sobre a possibilidade de sua má utilização por genitores mal-intencionados para perpetuar abusos, como ilustrado pelo caso de Joanna Marcenal, que destaca possíveis abusos da Lei de Alienação Parental no sistema jurídico. Neste sentido, surge a necessidade da discussão da lei de alienação parental no contexto da sociedade atual, dando ênfase a esse famoso caso repercutido na mídia nacional.

(Metodologia) Durante o estudo, foi utilizado o método de abordagem dedutivo e o comparativo, com o intuito de aprender e identificar os eventos e as falhas legislativas que ocorreram no caso de Joanna Marcenal que possam contribuir para o projeto de revogação da lei. Além do mais, foi utilizado o método de procedimento histórico e análise, conforme verificou-se a evolução da Síndrome de Alienação Parental (SAP) para a Lei de Alienação Parental (AP). Ademais, para a pesquisa, utilizamos a pesquisa bibliográfica e jurisprudencial, onde procuramos livros, artigos, teses, etc, para fundamentar ainda mais nossos conceitos, utilizamos também os recursos disponibilizados pelo Planalto - Portal da Legislação e o Jusbrasil.

(Resultados) Posto isso, compreendeu-se que existe uma falta de consenso científico sobre a Síndrome de Alienação Parental e seus critérios de diagnóstico criando incertezas e riscos de uso inadequado, o que pode resultar em intervenções negativas para o bem-estar das crianças envolvidas. Além disso, a aplicação da lei no âmbito jurídico é complexa, sujeita a interpretações variáveis e pode resultar em decisões inconsistentes e injustas. Logo, tem-se a percepção de que o caso de Joanna Marcenal é um espelho da ineficácia jurídica brasileira, da qual permite até hoje que casos como esses ocorram, também proporciona condições para que servidores públicos sejam comprados e facilmente manipulados por personalidades próximas a uma das partes. É nítido perceber que a criança é utilizada como arma para conflitos em questões de separação de casais, além do que existe uma rede de apoio firmada ao agressor e que infelizmente se apoia na lei nº 12.318/2010, também conhecida como Lei da Alienação Parental.

(Conclusão) Por fim, a lei brasileira destinada a proteger o desenvolvimento de crianças em contextos familiares está falhando em seu propósito. Assim, em vez de resguardar os interesses das crianças, frequentemente permite que agressores retornem ao convívio familiar, resultando em abandono afetivo e prejuízos às crianças. Logo, para solucionar o problema supracitado, recomenda-se promover novas abordagens jurídicas, treinamento adequado para profissionais, revisão de critérios de diagnóstico e avaliação da constitucionalidade da lei. Para, assim, viabilizar os meios de proteção aos interesses das crianças e adolescentes e, ademais, garantir de forma efetiva que essas crianças tenham relações saudáveis com seus genitores e vivam em ambientes propícios ao melhor desenvolvimento mental, social e físico.

Palavras-chave: Alienação parental; revogação legal; melhor interesse; proteção integral; crianças; adolescentes.

DIREITO DAS FAMÍLIAS: BREVE ANÁLISE SOBRE A IMPORTÂNCIA DA MEDIAÇÃO COMO INSTRUMENTO PARA A PRESERVAÇÃO DAS RELAÇÕES FAMILIARES

Autor(es):

Mariana Rose Costa da Silva Bezerra Dantas: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Camilla Cavalcanti : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Emmanueli Karina de Brito Gondim Moura Soares: Docente do UNI-RN

(Introdução) É pertinente endossar que os conflitos familiares tendem a ser desgastante às pessoas envolvidas. E, muitas vezes, levá-lo ao Judiciário para obter uma solução pode ser moroso e ter um desdobramento caro. Logo, o instituto da mediação, baseado no conhecimento técnico, é uma forma de resolução de conflitos na qual as partes utilizam-se do auxílio de um terceiro para solucionar os imbrólios apresentados.

(Metodologia) O método científico utilizado nesse artigo é o dedutivo, já que parte da premissa de que a mediação deve ser aplicada como regra nos conflitos familiares sendo uma saída para evitar, dessa forma, o crescimento de um problema familiar, prevenindo uma ruptura total dos laços familiares. Ademais, é uma pesquisa exploratória, com o objetivo de proporcionar uma maior familiaridade com o tema. Em relação à análise de dados, envolve um levantamento bibliográfico, vez que será utilizado material pertinente ao tema, a exemplo dos artigos científicos, monografias e legislações. Dessa maneira, a pesquisa será bibliográfica. Além disso, a pesquisa também utilizará coleta de dados, por meio de documentos escritos, dados encontrados em livros, revistas e outros meios, constituindo fontes primárias ou secundárias, com a intenção de contribuir para melhorar a compreensão sobre esse tema. Destarte, é possível, portanto, concluir que a pesquisa também será documental.

(Resultados) Alcançando as partes o acordo parcial ou total do litígio, será lavrado termo, contendo suas condições, que será encaminhado ao juiz da causa para homologação. Tendo em vista que esse artifício trabalha o diálogo não violento e ressalta o interesse consciente de todos os indivíduos em um plano equivalente. Resultando numa resposta célere do aparato do sistema multiportas.

(Conclusão) Perante o exposto, é imprescindível a conclusão de que o pensamento do Poder Judiciário para resolver os conflitos familiares como primeira opção ainda é uma realidade. Não obstante, é notório que a mediação é um mecanismo viável de resolução de conflitos e que merece total incentivo, devendo ser vista como prioritária frente ao processo judicial, tendo em vista que esse acaba por provocar um imensurável desgaste para os envolvidos.

Palavras-chave: Família; meios de resolução de conflitos; mediação.

DIREITO DE LAJE COMO DIREITO REAL DE PROPRIEDADE

Autor(es):

Naftaly Vieira Ribeiro: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) A evolução do estado liberal de direito para o estado social implicou uma mudança paradigmática na atuação estatal no que tange à funções e tarefas por esse desempenhada na ordem social e no papel do setor privado econômico na realização do bem comum. Essas mudanças, de roupagem social, histórica e cultural e preponderantemente econômica, também foram acompanhadas por uma mudança dos preceitos normativos até então existentes. Dentro desse contexto, o direito de propriedade que ostentava um caráter ilimitado passa a ser gradualmente condicionado ao cumprimento de certos requisitos constitucionais de caráter social, surgindo a necessidade que toda propriedade cumpra sua função social, a nova denominação do direito civil constitucional, confirmando a necessidade de que os institutos de direito privado estejam alinhados com os fundamentos constitucionais base de toda a ordem jurídica.

(Metodologia) A pesquisa foi dotada de natureza qualitativa, uma vez que serão analisadas características e qualidades dos diversos institutos pesquisados, tendo como base, o levantamento bibliográfico, tanto documental como eletrônico, formado por e-books, legislações, jurisprudências e artigos científicos.

(Resultados) É sabido que a tutela do Poder Estatal não consegue englobar e proteger faticamente todos os cidadãos. Num país como o Brasil erigido em desigualdades sociais consolidadas ao longo do tempo, tem-se a favela como maior painel que confirma essa realidade. Ou seja, grande parte da população de baixa renda acaba por se aglutinar nas regiões periféricas e marginais das grandes metrópoles, muitas vezes sem acesso à saúde, educação de qualidade, transporte público adequado e pior: sem qualquer segurança jurídica no que se refere ao direito de propriedade/direito à moradia. Nesses aglomerados de construções, sem qualquer planejamento urbanísticos, falta tudo, inclusive e principalmente o estado, assim surgiu o direito de laje, é que construções são realizadas sobre imóveis preexistentes, geralmente por entes da mesma família, mas em algum momento acabam por alienar este imóvel construído a laje. Nesse caso o comprador não ostenta qualquer tutela estatal que lhe garanta a propriedade, portanto a comunidade se mobiliza e cria uma espécie de “cartório de registro de lajes”, totalmente informal, baseando-se na confiança mútua entre os vendedores e compradores, eles não vão ao registro cartorário estatal para inscrever na matrícula o direito real à laje.

(Conclusão) O direito real de laje inovou a ordem jurídica ao incorporar a figura pulsante da realidade social de grandes metrópoles brasileira ao código civil. Não há como negar que as regiões periféricas das maiores cidades do Brasil concentram uma enorme população que não é abraçada pelo braço estatal brasileiro. Nestas comunidades é comuns a proliferação das favelas e construções muito precária, as vezes sem o saneamento básico, sem acesso à água limpa, esgotos irregulares. Por fim, e com o advento da Lei nº 13.465/17 o direito de laje passou a ser considerada direito real, com a proteção estatal, hoje é possível registrar laje como imóvel autônomo, que proporciona a garantia do direito de propriedade, bem como incentiva a regularização dessas construções nessas áreas periféricas em cumprimento aos princípios constitucionais de garantia do direito à moradia e a proteção da dignidade da pessoa humana.

Palavras-chave: Constituição federal de 1988; direito de laje; direito de propriedade.

DIREITO DE LAJE: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E SUAS DIFERENÇAS COM O DIREITO DE SUPERFÍCIE E O CONDOMÍNIO EDILÍCIO

Autor(es):

Antônio Ferreira dos Santos Neto: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosângela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) O direito de laje é o um instituto recente no direito positivo brasileiro, surgiu em 2016 por meio de uma medida provisória que tinha como finalidade dispor da regularização fundiária rural e urbana, sendo nessa, instituído o direito à laje. A evolução para um direito real surge com debates e discurso sociais, pautados na dignidade da pessoa humana e busca por uma redução de desigualdade de classes. Antes de sua positivação, os juristas buscavam justificativa no direito de superfície e ao direito de laje, mas veremos que há distinções entres ambos os institutos

(Metodologia) A abordagem metodológica desse trabalho integra-se no método da investigação histórica- evolutiva, aprofundada por meio de pesquisa bibliográfica, jurisprudências e trabalhos acadêmicos. Com finalidade de entenderos outros institutos que o norteia, bem como o contexto histórico-social ao qual se deu seu surgimento.

(Resultados) Após feitas as considerações dos institutos citados e relacionados, resta afirmar que nenhum dos institutos estudados compreende Às demandas específicas às quais se depreende ao instituto lajeário. Dessa forma, ele surge como direito real para regulamentar esse tipo de moradia. Indo mais além, vislumbra que surge um direito autônomo, sui generis, tendo como efeito prático a necessidade seu registro perante o cartório, constituída de matrícula e separado da construção-base, tornando-se propriedade plena.

(considerações finais) É destacado semelhanças com os institutos do direito de superfície e de condomínio edilício, porem essas, não foram suficientes para atender as demandas sociais que o instituto visava resolver, já que o direito de superfície tem um caráter de subordinação e restringe seu uso, sendo também um direito real sobre coisa alheia. No caso do condomínio edilício que é composto por múltiplas unidades autônomas, de uso autônomo, exclusivas e áreas comuns. Observa uma certa confusão com o lajeário, pois ambos têm unidades autônomas, mas verifica-se, enquanto diferença, aos grupos que são destinados e primordialmente seu acesso, pois esse não se da por uso comum e sim de exclusividade do lajeário. Conclui-se então que desde a lei n. 13.45/2017, que é a leia do direito de laje, não a razões para fazer relações entre ambos institutos.

Palavras-chave: Direito de laje; regularização urbana; direito sui generis.

DIREITO DE LAJE: NOVIDADES GERADAS PELA LEI 13.465/2017.

Autor(es):

Francimarcia Regina da Silva Ferreira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho trata-se sobre o Direito de Laje constatado na lei 13.465, de 11 de julho de 2017, que primordialmente foi a Medida Provisória nº 759, de 26 de dezembro de 2016, convertendo-se em lei posteriormente, que implantou no Código Civil um novo direito de propriedade, a laje. Assunto este, de grande relevância no âmbito jurídico, em razão da realidade social brasileira, principalmente nas áreas periféricas do país. A laje, trata-se do uso da superfície superior ou inferior da construção principal, formando uma unidade independente, adquirida por outro titular, tendo estes direitos e deveres sobre a laje, tornando possível uma matrícula separada.

(Metodologia) Este projeto é de caráter analítico dedutivo, por advir da Lei 13.465 de 2017 que normatizou o direito a laje, com o objetivo de beneficiar os proprietários que venham a possuí-lo. Ademais, quanto aos métodos de procedimento, está sendo utilizado o histórico, estudando o problema das lajes irregulares, que é utilizado em nossa sociedade desde a década de 1970. Além disso, foi utilizado material bibliográfico como fonte de pesquisas para desenvolvimento do projeto, através de doutrina especializada, artigos jurídicos, além de ter como parâmetro a atual legislação, que surgiu como uma inovação, trazendo modificações ao Código Civil brasileiro.

(Resultados) Foi constatado que a laje é bastante utilizada como forma de moradia, gerando impactos nos direitos sociais, no entanto, por muito tempo esse instituto não foi devidamente regulamentado. Desse modo, há uma tendência que inicialmente a norma não alcance o efeito e a função social almejada, em razão de atingir um público principalmente de baixa renda que não possui interesse de regularizar a situação do imóvel, nem de pagar os tributos referentes às matrículas autônomas que surgiram, de forma a prejudicar a função social da moradia. O presente instituto causará efeitos no direito sucessório, em razão da matrícula autônoma a laje estará sujeita a ser bem de herança, como também na partilha dos bens referente ao divórcio. O proprietário também tem direito de preferência sobre os demais lajeários, havendo deveres de arcar com o rateio das despesas emergências, e quanto ao direito tributário, o pagamento dos tributos necessários como, por exemplo, pagamento do IPTU.

(Conclusão) identifica-se que a lei foi omissa, ao passo que não previu meios fiscalizatórios para as construções, sem exigir laudo pericial de avaliação, não estabelecendo qualquer critério de segurança a ser seguido. Além disso, é possível perceber uma incompatibilidade entre o direito de laje e o direito de vizinhança, pois no contexto das favelas os famosos “puxadinhos” não correspondem às normas registradas no Instituto de vizinhança, já que muitas dessas construções oferecem risco a segurança e saúde dos que abitam próximos a elas. Por conseguinte, a Lei deveria estabelecer sanções aos proprietários, para que assim, sejam respeitadas as normas que regulamentam a convivência social, objetivando uma moradia de qualidade, de modo a garantir a segurança das edificações, respeitando as normas do plano diretor e o direito de vizinhança.

Palavras-chave: Direito de laje; propriedade; função social.

DIREITO DE VIZINHANÇA: A LIMITAÇÃO DAS RESPONSABILIDADES

Autor(es):

Marianny Aparecida Maia de Melo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) O direito de vizinhança conceitua-se como um conjunto de normas que regulam as relações entre vizinhos, estabelecendo direitos, deveres, limitações e responsabilidades para promover a convivência pacífica e harmoniosa entre eles. Essa área do direito abrange interações e conflitos que podem surgir no convívio próximo entre proprietários de imóveis, em decorrência da evolução da sociedade, especialmente nas áreas urbanas. Assim, essa aproximação exige a criação de parâmetros e diretrizes para que se tenha uma convivência harmoniosa. Nesse sentido, é basilar que, dentro do direito de vizinhança, possa-se exercer o direito de construir, sendo previstas as limitações de responsabilidade, para garantir a harmonia de convivência almejada, submetendo-se o uso do solo urbano aos princípios gerais disciplinadores da função social da propriedade. Dessa forma, destaca-se o art. 1.299 do Código Civil, o qual alude sobre o direito do proprietário de levantar em seu terreno as construções que lhe aprouver. Ao falar de limitações, observa-se que existem as de ordem pública, impostas pelos regulamentos administrativos, e leva em consideração caráter urbanístico tal como altura do edifício e zoneamento. Já a outra limitação, é de direito privado, constituindo-se com restrições de vizinhança.

(Metodologia) Para alcançar os objetivos propostos, foi realizada uma análise qualitativa embasada na obra de Carlos Roberto Gonçalves. A pesquisa envolveu a revisão sistemática do capítulo 8 e 8.1 do livro mencionado, bem como a análise crítica dos conceitos, argumentos e casos jurisprudenciais apresentados pelo autor. Essa abordagem permitiu uma compreensão aprofundada das limitações e responsabilidades no direito de construir, de acordo com a doutrina estabelecida. Foram examinados diferentes aspectos, como requisitos legais, procedimentos, prazos e impactos jurídicos e sociais da utilização desse mecanismo.

(Resultados) A análise qualitativa dos resultados evidenciou que o direito de construir não é absoluto, encontrando-se sujeito a limitações e responsabilidades. As limitações referem-se às restrições legais e regulamentares impostas ao exercício desse direito, com o objetivo de preservar o interesse coletivo e a harmonia entre os vizinhos. Elas podem incluir parâmetros de altura, área construída etc. Quanto às responsabilidades, destaca-se a obrigação do construtor de evitar danos e prejuízos aos vizinhos durante o processo de construção. Ela pode abranger aspectos como o respeito às normas de segurança, a prevenção de danos estruturais ou estéticos às propriedades vizinhas e a mitigação de impactos negativos na vizinhança, como poluição sonora, visual ou ambiental. Foi possível perceber que as ações mais comuns entre vizinhos que não respeitam os limites de suas responsabilidades no âmbito do direito de construir, são as ações demolitórias e indenizatórias bastando a prova do dano e da relação de causalidade entre o dano e a construção vizinha, não se fazendo necessária a demonstração de culpa do agente.

(Conclusão) Ao analisar o exposto, é possível concluir que o direito de vizinhança impõe limitações ao exercício do direito de construir, a fim de preservar o interesse coletivo e promover a harmonia entre os vizinhos. Essas limitações são estabelecidas por meio de normas legais e regulamentares, que determinam parâmetros. Dessa forma, fica evidente a necessidade de os proprietários respeitarem essas limitações, buscando um equilíbrio entre suas pretensões individuais e os interesses da comunidade. O diálogo entre os envolvidos, pode contribuir para a mitigação de eventuais conflitos. Ao informar os vizinhos sobre as obras em andamento, compartilhar informações relevantes e buscar o entendimento mútuo, é possível reduzir transtornos e promover uma convivência harmoniosa.

Palavras-chave: Direito-de-vizinhança; responsabilidade; limitação.

DIREITO DESPORTIVO

Autor(es):

Alan Bernardo Moura Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Camila Furukava: Docente do UNI-RN Cristiane Clébia Barbosa: Docente do UNI-RN

Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho tem a ideia central de questionar e analisar, o Direito Desportivo, pois é um ramo do Direito que se trata das relações jurídicas existentes nas atividades desportivas, isto é, basicamente envolve o agenciamento de atletas, a relação destes com os clubes e federações, os direitos de imagem, as contratações e outras transações financeiras do meio. Esse Direito é constitucionalmente protegido por força da disposição contida no artigo 217, da Constituição Federal dotado de seus princípios, normas, institutos, fontes e instituições próprias, regulando a organização do desporto e garantindo a harmonia e uniformidade necessárias à prática desportiva. Um princípio importante a ser citado, é o da Autonomia desportiva, previsto no art. 217, inciso I, da Constituição Federal, onde garante a liberdade de funcionamento e organização às associações e entidades desportivas, sem que haja qualquer interferência do Poder Público em suas questões internas, entre vários outros presentes na constituição. Sua justiça é uma justiça administrativa, e não pertencente ao Poder Judiciário brasileiro, seus órgãos julgadores são os Superiores Tribunais de Justiça Desportiva, que atuam nas competições de âmbito nacional e os Tribunais de Justiça Desportiva que atuam nas competições estaduais e municipais. Cada modalidade tem seu próprio SUPERIOR, assim, diferentemente dos tribunais ordinários, não existe um Superior Tribunal Único.

(Metodologia) Tratar das leis pertinentes a atletas, a clubes, a torcedores onde vem se adaptando às necessidades trabalhistas dos atletas, aos direitos e deveres dos clubes e dos consumidores. Da mesma forma, mantendo uma tendência mundial, a legislação desportiva brasileira tem se adaptado às necessidades dos praticantes profissionalizados. O Direito de Imagem é uma realidade em vários âmbitos e tem destaque nos desportos e a massiva divulgação dos desportistas nos mais diversos meios. Trazer um aprofundamento em relação a aplicação dessas leis, da sua justiça de âmbito administrativo, como atua um advogado da área, despertando talvez o interesse de futuros profissionais. Enfatizar o porquê sua justiça não pertence ao poder judiciário Brasileiro e como funciona a divisão de seus Tribunais.

(Resultados) (método de abordagem) indutivo- dedutivo (Método de procedimento) Histórico (técnicas de pesquisa) pesquisa documental e bibliográfica.

(Conclusão) O trabalho tem como ideia, trazer uma abrangência em relação ao seu tema, Direito Desportivo, por se tratar de um tema pouco debatido. O Direito Desportivo, é basicamente tudo aquilo que se trata das relações jurídicas de determinado esporte, mostra como funciona contratos entre jogadores e clubes, no exemplo do futebol, suas transações financeiras, como também o direito de imagem desses atletas. Já nos traz um contexto histórico, se assim podemos dizer, em nossa Constituição de 1934 o mais avançado texto constitucional da história brasileira até então, que não somente estabeleceu direitos trabalhistas, garantias individuais e forte inclinação nacionalista como trouxe, pela primeira vez, o desporto com tratamento constitucional, caracterizando-o como educacional em seu art. 5º XIV.

Palavras-chave: Constitucionalidade; aplicabilidade; justiça administrativa; funcionamento; jurisdição; legislação.

ENTENDIMENTOS ATUAIS SOBRE A EQUIPARAÇÃO ENTRE UNIÃO ESTÁVEL E CASAMENTO

Autor(es):

Luiz Pereira da Silva Neto: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosângela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) Desde o código civil de 2002, havia o entendimento de que apenas o cônjuge seria herdeiro necessário, neste sentido haviam duas regras, uma para o cônjuge e outra para o companheiro, que não era considerado herdeiro necessário, e neste sentido haviam duas implicações ou consequências distintas em termos de direito sucessório. Em 2017, com o julgamento do RE-646721, o STF considerou que tal distinção entre cônjuge e companheiro seria inconstitucional. O Supremo deu provimento ao recurso extraordinário citado, para reconhecer, de forma incidental, a inconstitucionalidade do Art. 1.790 do Código Civil de 2002, concedendo o direito do recorrente de participar da herança de seu companheiro, em conformidade com o regime Jurídico estabelecido no Art. 1.829 do código civil. De acordo com a CF/88, em seu Art. 226, §3º “para efeito da proteção do estado, é reconhecida a união estável entre o homem e mulher como entidade familiar”, este entendimento também abrangendo pessoas do mesmo sexo. Segundo Tartuce (2020), a já referida decisão do STF não esclareceu se o companheiro é ou não herdeiro necessário (aquele que faz jus a parte legítima da herança), e, desta forma deixou a análise para a doutrina e jurisprudência.

(Metodologia) A trabalho é desenvolvido através de reflexão crítica, dialética, com fundamento em pesquisa de doutrina e jurisprudência pertinente ao tema, além de bibliografia e demais fontes pertinentes.

(Resultados) Segundo Tartuce (2022), existem basicamente três posições ou correntes doutrinárias que abordam o teor da decisão do STF sobre a equiparação entre casamento e união estável. Uma delas considera que houve uma equiparação total e para todos os fins entre casamento e união estável, inclusive para fins contratuais e familiares (seria um dos defensores desta corrente Maria Berenice Dias), e nesta o companheiro é sim herdeiro necessário. Já uma segunda corrente (que tem como um de seus defensores José Fernando Simão), entende que não houve uma equiparação absoluta entre casamento e união estável, mas apenas para fins sucessórios, e é o que diz também o enunciado 641, da 8ª Jornada de Direito Civil, pois existem diferenças formais entre as instituições. Já uma última corrente, mais restritiva, diz que a equiparação é só para fins sucessórios, e apenas para os fins do Art. 1.829 do C.C., e companheiro não seria herdeiro necessário (tem como um dos defensores Mario Luís Delgado). Já a Jurisprudência, como a do STJ, também vem equiparando as duas entidades para fins sucessórios, como foi o caso do REsp 1337420 RS.

(Conclusão) No tocante a doutrina vemos que hoje prevalece a corrente defendida por José Fernando Simão e também por Flávio Tartuce (2020), dentre outros, que entende que a decisão do STF não equiparou de forma absoluta casamento e união estável, mas apenas para fins sucessórios, e neste entendimento o companheiro seria sim herdeiro necessário, visto que o entendimento do Art. 1.829 do CC de 2002 deve ser aplicado a ambas as instituições. No tocante a jurisprudência também vemos uma predominância daquele entendimento doutrinário, entendendo que companheiro é herdeiro necessário, e a equiparação das duas instituições para fins sucessórios, como o exemplo já citado do REsp 1337420 RS.

Palavras-chave: União estável; herdeiro necessário; doutrina; jurisprudência.

ERROS TESTEMUNHAIS, VIÉS DO PRÓPRIO GRUPO

Autor(es):

Maria Luísa Fortuna de Freitas Luciano: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) Ao escolher o tema para confecção da pesquisa científica, a autora optou por Erros Testemunhais. De início, foi apresentado o conceito desses erros, equívocos que a testemunha de um crime pode cometer ao dar seu depoimento sobre a cena do crime, o criminoso e outros aspectos importantes. Esses erros ocorrem pelo fato da memória humana ser algo corruptível, manipulável e nem sempre exata. e são comumente chamados de erros honestos, pois ocorrem sem que a testemunha perceba que os está cometendo. Após muita leitura acerca do tema, foram identificados diversos aspectos que podem influenciar a testemunha no momento em que esta dá sua versão do crime ocorrido, como o Labelling Effect, a Cegueira Inatencional, o Preconceito Implícito, o Viés de Confirmação, a Cegueira para Mudanças e o Viés da Mesma Raça, ou Viés do Próprio Grupo. O trabalho estuda os erros testemunhais, colocando em enfoque o conceito de Viés do Grupo Próprio, que consiste em alguém ter dificuldade em identificar pessoas de etnias/cores diferentes. A autora investigou 28 respostas, obtidas através de um formulário disponibilizado na internet e escolheu disponibilizá-lo assim para uma maior variação de pessoas, diversificando raça/cor, idade e localidade.

(Metodologia) Trata-se de uma pesquisa descritiva e explicativa baseada em análise quantitativa de dados coletados por meio de entrevistas online. Através da coleta dessas respostas, colocando imagens de dois homens negros (Roland e Bobby) um ao lado do outro e de dois homens asiáticos (Minhyuk do grupo musical BTOB e Soobin, do grupo musical TXT), foi perguntado se eram ou não a mesma pessoa.

(Resultados) Chegou à conclusão que, no primeiro caso 89,3% das pessoas responderam “Não”, enquanto 10,7% dos entrevistados responderam que sim. Já na segunda pergunta, 66,7% das pessoas responderam que “Sim”, enquanto 33,3% dos entrevistados respondeu que “Não”. Além disso, foi visto que dessas 26 respostas, 35,7% eram pardos, 57,1% brancos e 7,1% negros.

(Conclusão) Assim, não foi possível comprovar que o Viés do Próprio Grupo é um fator decisivo para ocorrência de erros testemunhais, pois houve uma discrepância entre as respostas das duas perguntas. Enquanto há uma facilidade para os entrevistados diferenciarem os dois homens negros, é mais difícil para eles identificarem que as pessoas da segunda imagem, os dois homens asiáticos, são diferentes.

Palavras-chave: Erros testemunhais; viés do próprio grupo; fatores.

ESPERANÇA DE UMA VIDA MELHOR: CAMINHOS PARA LIBERAÇÃO DA CANNABIS PARA USO MEDICINAL

Autor(es):

Matheus de medeiros silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Felipe Maximus Claudius Ferreira Varela Cavalcanti: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
João Victor Duarte Pinho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Alexandre Santos de Azevedo Junior: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Giovanni Alves Matos Mendonça: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) O artigo aborda a história e o uso medicinal da cannabis, destacando benefícios e desafios na medicina moderna. Explora suas origens históricas na China e seu papel na medicina antiga. Analisa benefícios potenciais, realçando a importância da supervisão médica devido a variações individuais. Discute desafios éticos e regulatórios, enfatizando o equilíbrio entre escolha e segurança pública, com regulamentação, controle de qualidade e educação cruciais. Compartilha experiências de pacientes beneficiados. Conclui ressaltando a complexidade da história da cannabis medicinal e seu potencial na medicina moderna, sublinhando a necessidade contínua de pesquisa para uso responsável.

(Metodologia) O artigo "Caminhos para Liberação da Cannabis Medicinal" usou uma abordagem multidisciplinar, começando com uma ampla revisão da literatura. Os estudos foram selecionados criteriosamente, priorizando pesquisas relevantes e revisões sistemáticas. Após a seleção, os estudos foram criticamente analisados para avaliar sua qualidade. Com base nas análises, os autores desenvolveram a seção de discussão e conclusão, abordando temas como benefícios terapêuticos, desafios regulatórios e éticos, e áreas de pesquisa futura. Em resumo, essa metodologia combinou revisão de literatura, análise crítica de estudos e síntese de informações para fornecer uma compreensão informada da cannabis medicinal.

(Resultados) O artigo "Esperança de uma Vida Melhor: Caminhos para Liberação da Cannabis para Uso Medicinal" oferece uma visão abrangente sobre a cannabis medicinal. Ele aborda suas origens históricas na China, destacando seu papel na medicina antiga. Ele explora os benefícios potenciais, como alívio da dor e tratamento de doenças neurológicas, enfatizando a supervisão médica. Discute desafios éticos e regulatórios da legalização, equilibrando a liberdade de escolha e segurança pública. Apresenta histórias de pacientes beneficiados pela cannabis medicinal, realçando o impacto humano. Enfatiza a pesquisa contínua para entender plenamente seu potencial e assegurar um uso responsável na medicina moderna. O artigo proporciona uma compreensão completa da cannabis medicinal, seus benefícios e desafios, destacando a necessidade de pesquisa em curso.

(Conclusão) O artigo proporciona uma visão abrangente da cannabis medicinal, abordando sua história, benefícios terapêuticos e desafios. Examina as origens históricas que remontam à China antiga e os benefícios potenciais, como alívio da dor, controle de convulsões e tratamento de distúrbios mentais. Contudo, destaca os desafios éticos e regulatórios associados à legalização, sublinhando a necessidade de equilibrar a liberdade de escolha no tratamento com a segurança pública e eficácia. O controle de qualidade e a educação são fundamentais. O artigo compartilha experiências de pacientes para enfatizar o impacto humano da terapia com cannabis. Por fim, destaca a pesquisa contínua como vital para compreender plenamente o potencial da cannabis medicinal e garantir seu uso responsável na medicina moderna. Em síntese, o estudo proporciona uma visão ampla da cannabis medicinal, destacando seus benefícios, desafios regulatórios e éticos, e seu impactopositivo na vida dos pacientes, realçando a importância da pesquisa em curso.

Palavras-chave: Cannabis; medicinal, terapêutico, desafios.

EVOLUÇÃO DA PROTEÇÃO CONTRA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: INVESTIGAÇÃO DAS LEIS PROTETIVAS CONTRA VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR

Autor(es):

Thalita Farias de Almeida: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
João Vyctor Tavares Freire: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Igor Matheus Bezerra Ramos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Helen Araújo Barbalho Soares: Discente do curso de Enfermagem do UNI-RN
Alicia Oliveira da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) A existência de leis é de caráter paralelo à existência de civilizações, e permitem dispor da ordem social. No Brasil, cabe ao Poder Legislativo as funções de representar, legislar e legitimar, mas sobretudo controlar a sociedade em prol do objetivo de ordem social (Silva, 2010, p. 139). Tendo isso em mente é necessário destacar o contexto histórico -social, que grupos vulneráveis, como mulheres, se encontraram durante anos, sendo sujeitas a situações de violência doméstica. Com isso, mostrou-se necessário para o Estado que houvesse, da parte legislativa, um processo que visa proteger tais grupos. Alguns exemplos de ações quanto à proteção da mulher no âmbito doméstico, são as criações da lei Maria da Penha, N° 11.340, sancionada em Agosto de 2006, assim como a lei A Lei No 13.104 sancionada em 2015, a qual prevê o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio. Ademais, a problemática do impacto das ações legislativas, que tem como objetivo a proteção e ordem social, constituindo de benefícios e limitações além de possíveis melhorias.

(Metodologia) A metodologia usada para a confecção deste artigo foi baseada na investigação bibliográfica com base em uma busca em bases de dados científicos, análise básica de estatísticas relacionadas às leis e seus impactos sociais. Os dados obtidos agrupam não só as leis investigadas (lei maria da penha e lei do feminicídio), como também seus respectivos efeitos na sociedade assim como estudos relacionados ao seus desempenhos e agrupamentos, com o intuito de melhor compreender suas repercussões.

(Resultados) Diante das informações colimadas, foi considerada a amplitude dos malefícios intrafamiliares atribuídos não só a segurança das mulheres mas também ao bem estar de crianças que vivem sob estas situações, pois estas também estão sujeitas a repercussões psicológicas ligadas violência intrafamiliar, é necessário providenciar novas normas assim como efetivar as normas já existentes, que haja não só uma evolução legislativa no contexto de proteger mulheres vítimas de violência, mas que essa evolução seja refletida socialmente com a diminuição de caos, pois como argumenta o pensador Herbert Spencer “A liberdade de cada um termina onde começa a liberdade do outro” e a mulher tem liberdade de viver em segurança em sua própria casa.

(Conclusão) A evolução legislativa no contexto de criação e imposição de normas de proteção contra a violência intrafamiliar, é um processo lento porém constante e requer diversas medidas para que possam ser realizadas efetivamente. A necessidade de implementar medidas mais rigorosas no contexto social se prova cada vez mais drásticas, uma vez que a violência contra a mulher não mostra sinais de diminuição, mesmo com as medidas já implementadas.

Palavras-chave: Mulher; violência doméstica; leis; proteção; vítimas.

FEMINICÍDIO: UMA ANÁLISE ESTATÍSTICA SOBRE O FEMENICIDIO NO BRASIL, NO NORDESTE E NO RIO GRANDE DO NORTE

Autor(es):

Clara Iasmin da Silva Amancio: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) Para resolver o problema do feminicídio no Brasil, é necessário que haja uma ampla análise das estatísticas dessa violência, focando especialmente a região nordeste e o estado do Rio Grande do Norte. Através deste estudo será analisado dados, apresentados estatísticas que comprovam a crescente estatísticas do feminicídio nos lugares citados.

(Metodologia) Para que este trabalho acadêmico fosse realizado, foi necessário realizar uma pesquisa extensa em bases científicas, como o Google Acadêmico. Após essa pesquisa, os artigos selecionados foram lidos.

(Resultados) A pesquisa demonstrou que o Brasil possui uma taxa alarmante de casos de feminicídio, especialmente nas regiões nordeste e no estado do Rio Grande do Norte. Diante desse fato, é fundamental que seja realizado um estudo diversificado sobre a violência contra a mulher e que esses estudos sejam amplamente divulgados para a população brasileira. A violência contra a mulher é um problema grave que afeta toda a sociedade. Os índices de feminicídio no Brasil têm aumentado consideravelmente, o que evidencia a necessidade de compreender e combater essa realidade. No entanto, é fundamental ressaltar que a região nordeste e o estado do Rio Grande do Norte são áreas especialmente afetadas por esse tipo de crime. A análise dos dados coletados revelou a importância de se estudar e entender o fenômeno do feminicídio com maior profundidade. Além disso, é fundamental que esses estudos sejam disponibilizados para a população, de forma a conscientizar a sociedade sobre a gravidade desse problema, principalmente as possíveis vítimas desse crime hediondo. Diante da complexidade do tema, é necessário que o governo, a sociedade civil e as instituições estejam engajadas na luta contra o feminicídio. A conscientização da população brasileira sobre a realidade da violência contra a mulher é um passo fundamental para sua erradicação. Também é necessário que autoridades governamentais juntamente com a mídia divulguem esse tipo de conteúdo para que mais mulheres tenham mais conhecimento sobre essa realidade brasileira.

(Conclusão) Em conclusão, o estudo sobre as estatísticas do feminicídio no Brasil, no nordeste e no Rio Grande do Norte, demonstrou a necessidade de aumentar e a forma de combate à essa forma de violência, somente por meios de pesquisa s, disseminação de informações e ação coletiva será possível enfrentar efetivamente esse problema social.

Palavras-chave: Feminicídio; vítimas; mulheres; Brasil.

GUARDA COMPARTILHADA: UM PARADIGMA PARA A SOLUÇÃO DOS CONFLITOS DECORRENTES DO DIVÓRCIO SOB O CONTEXTO DA SAÚDE DOS FILHOS: UMA REVISÃO DE ARTIGOS

Autor(es):

Kleber Santos de Souza: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) A guarda compartilhada tem um papel de suma importância na busca por dirimir conflitos decorrentes da separação conjugal, mais do que isso, ela pode ser a chave para a manutenção da saúde dos filhos em amplos aspectos. Tida como regra hoje no direito brasileiro, ainda enfrenta resistência pelos magistrados quando da tomada de decisão, pois constitui parte de uma cultura de valorização do papel feminino no pós casamento, em relação ao cuidado dos filhos. A busca pela valorização de argumentos científicos que norteiem as decisões judiciais deve ser priorizada em detrimento do senso comum. Se hoje os objetivos que representam uma sociedade saudável em relação a guarda compartilhada não são alcançados, implicam em uma revisão das bases que tem provocado a adoção de decisões nesta área, nada mais apropriado do que buscar na discussão de argumentos um novo caminho, ainda que possa significar um redirecionamento das ações, e agora no sentido da experimentação e discussão com profissionais que tem autoridade para demonstrar os possíveis erros e novas direções.

(Metodologia) Trata-se de uma revisão de literatura exploratória narrativa, como tal empenha-se em resumir e principalmente, a analisar informações; busca ainda chamar a atenção tanto para aquilo que já se conhece sobre o tema quanto para os possíveis novos aspectos. A técnica empregada é a de levantamento bibliográfico; os cinco artigos utilizados foram escolhidos por possuírem em comum um mesmo tema, mas apontarem para diferentes problemas e apresentarem como proposta uma mesma solução, a guarda compartilhada.

(Resultados) Como resultado, a certeza de contribuir para a manutenção de uma sociedade igualitária, justa e saudável através da evidencição de argumentos empíricos e científicos que se pretendem capazes de nortear decisões judiciais. Elencados argumentos eficientes em corroborar a discussão sobre a temática, podem resultar em uma análise que perpassa o senso comum e que empreenda o caminho para além do que temos atualmente, caminhando para a plena satisfação de princípios que representam saúde, igualdade e justiça.

(Conclusão) Conclui-se, portanto, que se devidamente compreendida a profundidade pretendida pela legislação quando tornou a guarda compartilhada a regra, os resultados implicarão em saúde social e bem-estar das famílias, além de outros.

Palavras-chave: Guarda compartilhada; igualdade de gênero; melhor interesse da criança; saúde da criança.

HERANÇA DIGITAL NO DIREITO DAS SUCESSÕES

Autor(es):

Livia Pinto Brito: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosângela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) Pode-se dizer que a herança digital é uma temática de grande relevância no direito de Famílias e Sucessões. Trata-se de um acervo de direitos guardados em plataformas digitais ou outros meios que podem ser acessados de maneira virtual, onde se incluem imagens, senhas e outras mídias. Apesar desse tipo de patrimônio não ter valor financeiro, em muitos casos, principalmente nos tempos hodiernos marcados pelos avanços tecnológicos, também há contas com alguns valores monetários, como moedas monetárias(criptomoedas), perfis empresariais em redes sociais, assinaturas, dentre outros meios.

(Metodologia) O presente trabalho se desenvolveu com o estudo detalhado da Herança digital em nossa contemporaneidade e como esta é vista como uma temática polêmica por gerar vários debates em decorrência da ausência de legislações sobre o assunto. A técnica empregada para o andamento da pesquisa foi a bibliográfica, por meio da leitura do caso em si, artigos científicos, relatórios, bem como dispositivos do código civil brasileiro e jurisprudência.

(Resultados) A depender da situação, irão existir diversas situações a respeito da transmissão hereditária dos bens de caráter misto e de caráter existencial. Ademais, faz-se mister exemplificar a diferença de patrimônio para herança digital, conforme alhures mencionados nos objetivos. É que o patrimônio engloba bens digitais e materiais, transmitidos aos herdeiros legítimos ou testamentários, ao passo que a herança digital trata de bens incorpóreos, podendo estar presentes na sucessão hereditária. É importante salientar que será transmitido aos sucessores apenas aquilo que tiver conteúdo econômico, e não informações pessoais. O mais indicado a se fazer, para evitar a judicialização, é que os titulares das contas registrem explicitamente a manifestação de desejo ainda em vida, havendo assim o registro em testamento e o devido planejamento sucessório.

(Conclusão) Há uma corrente que entende que o patrimônio digital é privacidade do de cujus, logo não deve ser herdado; em contrapartida, há outra corrente que defende que o patrimônio digital tem que ser herdado. Considerando essas controvérsias, é importante frisar que ante o exposto, conclui-se, portanto, que o planejamento sucessório protege o patrimônio ao mesmo tempo que permite aos sucessores o conhecimento deste, viabilizando uma maior organização. Essa realidade está conectada com a dificuldade que a herança e bens digitais enfrenta no Brasil, por causa da ausência de regulamentação que seria imposta por uma legislação específica. Daí se mostra a necessidade de haver um adequado planejamento sucessório com um dos mecanismos de prevenção de conflitos e garantia de direitos.

Palavras-chave: Patrimônio; sucessões; planejamento sucessório; herança digital; plataforma digital.

HERANÇA DIGITAL: CONTROVÉRSIAS DA PARTE HERDEIRA NO QUE TANGE À NÃO REGULAMENTAÇÃO DA TRANSMISSIBILIDADE DOS BENS DIGITAIS NO BRASIL

Autor(es):

Ana Beatriz Leonez: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) A pesquisa em questão traz a discussão sobre a necessidade de regulamentar ativos digitais no que refere - se a transmissão causa mortis desses ativos ou melhor dizendo, bens digitais a seus sucessores necessários. O campo tecnológico impulsiona cada vez mais a sociedade contemporânea alterando diversos cenários da vida comum, como por exemplos: a grande substituição de livros físicos por livros digitais; avanços que por conseguinte impulsionaram relações jurídicas, o uso atualmente, do processo jurídico apenas no formato digital é um grande exemplo. Os bens digitais, são de características patrimoniais ou não, sendo o primeiro, tudo aquilo que integra o patrimônio caracterizado por bens econômicos, os bens jurídicos digitais podem ser de cunho patrimonial quando denotam o valor econômico que o acervo de conteúdo possui, exemplo: contas no YouTube, milhas aéreas; e são de caráter personalíssimo quando englobam a natureza existencial do conteúdo que pertence ao dono do acervo ou a terceiros que ele tinha proximidade, exemplo: o WhatsApp. Diante disto existe uma agitação doutrinária a respeito, os doutrinadores dividem-se em duas teorias, a transmissibilidade dos bens digitais do de cujos com a abertura da sucessão causa mortis, são elas a transmissibilidade parcial em que o sucessor teria direito apenas dos bens patrimoniais e seria protegido os bens de caráter personalíssimo com a finalidade de preservar a integridade do de cujos e a transmissibilidade total dos bens daria direito ao sucessor de todo acervo digital do morto, ou seja, os bens digitais de caráter patrimonial e personalíssimo.

(Metodologia) A metodologia usada é a pesquisa bibliográfica, visto que, é predominante o uso de livros e artigos científicos já elaborados por outros autores, especialmente o livro "Herança Digital" das autoras Ana Carolina Brochado e Livia Teixeira Leal, o método de pesquisa será o dedutivo, pois, através da dedução de maneira a estudar os melhores aspectos para a regulamentação legal da transmissibilidade parcial dos bens digitais chegará em uma solução. Será uma pesquisa explicativa, identificando controvérsias e alternativas sobre a herança digital, e a abordagem escolhida para esta pesquisa será a qualitativa sendo exemplificados e compreendidos pontos da temática em cada tipo de situação diferente.

(Resultados) A presente pesquisa terá como resultado final mostrar a importância da herança digital no âmbito penal, bem como regulamentar de forma legal no Brasil de ativos digitais no que refere - se a transmissão causa mortis dos bens digitais a seus sucessores necessários.

(Conclusão) Esse trabalho propôs mostrar aspectos controvertidos e medidas alternativas para regular no Brasil a transmissibilidade parcial dos bens digitais a sucessores necessários do de cujos quando, evidentemente, trata-se de causa mortis, na mesma medida que trás os pontos de vista positivos e negativos da transmissibilidade total dos bens digitais do morto.

Palavras-chave: De cujos, transmissibilidade, bens digitais, causa mortis.

HOMICÍDIO COM EMPREGO DE VENENO

Autor(es):

João Vitor Lima Teixeira de Carvalho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Giovanna de Castro Andrade: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Ana Beatriz Monteiro Cavalcanti: Discente do curso de Psicologia, Formação de Psicólogo do UNI-RN
Vanesa Angelita Conceição: Discente do curso de Psicologia, Formação de Psicólogo do UNI-RN

Orientador(es):

Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) O objetivo deste trabalho é discutir o homicídio por envenenamento em uma ótica psicológica, civil e penal, não se propondo em generalizar casos criminais, mas refletir sobre aspectos gerais presentes nesse tipo de ato ilícito. Neste vídeo destaca-se conceitos da psicologia social, da psicanálise, como recalque, consciência e inconsciente, e da abordagem existencial fenomenológica humanista, como escolha e liberdade enquanto no direito procura-se saber a diferença entre envenenamento e intoxicação e algumas punições na esfera civil ligadas ao penal.

(Proposta do roteiro) O objetivo deste trabalho é discutir o homicídio por envenenamento em uma ótica psicológica, civil e penal, não se propondo em generalizar casos criminais, mas refletir sobre aspectos gerais presentes nesse tipo de ato ilícito. Neste vídeo destaca-se conceitos da psicologia social, da psicanálise, como recalque, consciência e inconsciente, e da abordagem existencial fenomenológica humanista, como escolha e liberdade enquanto no direito procura-se saber a diferença entre envenenamento e intoxicação e algumas punições na esfera civil ligadas ao penal.

(Efeitos esperados) Os efeitos esperados de nosso trabalho é que a partir da discussão gerada e dos temas propostos, são que as pessoas que nos observam gerem um senso crítico e aprendam um pouco como funciona nossas leis e o sistema brasileiro. E que os mesmos possam aprender a julgar e a criticar nossas leis.

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA SOB A ÓTICA DO STJ: ENTENDIMENTO SUFRAGADO DO TEMA 1.108

Autor(es):

Livia Pinto Brito: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Ricardo César Ferreira Duarte Junior: Docente do UNI-RN

(Introdução) A Lei 14.230/21 trouxe mudanças para a Lei de Improbidade Administrativa, dentre as quais destaca-se a existência de dolo específico por parte dos agentes públicos. Lei de Improbidade Administrativa (LIA) é o nome pelo qual é mais conhecida a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que basicamente dispõe sobre sanções aplicáveis em relação a prática de atos de improbidade administrativa, a qual é tratada no artigo 37 da Constituição Federal, em seu parágrafo quarto. O trabalho apresentará a interpretação do STJ a partir daquilo que normatiza a lei 14.230 quando o assunto é Improbidade Administrativa, além do seu entendimento em relação ao questionamento referente ao tema 1.108.

(Metodologia) No que tange ao procedimento de pesquisa, utilizar-se-á como técnica de coleta de dados a da pesquisa bibliográfica (livros, artigos e sites na internet), através de autores renomados que utilizam suas obras de forma a contribuir para o desenvolvimento da educação jurídica, bem como dispositivos da Constituição Federal e jurisprudência.

(Resultados) Conforme alhures mencionado, a nova lei de improbidade exige como elemento subjetivo para a prática dos atos de improbidade, o dolo específico, retirando apenas o “dolo” como elemento subjetivo dos atos de improbidade, nos casos de enriquecimento ilícito e dano ao erário. Houve um questionamento para o STJ, o qual começou a discuti-lo ainda sobre a égide da lei antiga, sendo tal questionamento o tema 1.108, que falava da possibilidade de a existência de lei municipal que autoriza a contratação de servidor público sem a prévia aprovação em concurso público afastar o dolo genérico hábil à configuração do ato de improbidade administrativa. O entendimento do STJ sobre isso, é que essa discussão perdeu o sentido para a aplicação da lei 14.230, porque o dolo genérico não é mais permitido como elemento subjetivo para a prática do ato de improbidade que viola princípio da Administração Pública. No entanto, o STJ julgou esse questionamento na época da lei antiga, firmando o entendimento de que não se deve confundir improbidade com simples ilegalidade, pois improbidade é a ilegalidade tipificada qualificada pelo elemento subjetivo da conduta do agente, sendo indispensável para sua caracterização o tão somente dolo. Ademais, o STJ entendeu que a contratação dos servidores públicos temporários sem concurso público baseada em legislação local, ainda que considerada inconstitucional, afasta a caracterização do dolo genérico para a configuração de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública.

(Conclusão) O STJ concluiu em seu julgado que a contratação de servidores públicos temporários sem concurso público baseada em legislação local, não configura improbidade administrativa prevista no art. 11 da Lei n. 8.429/1992, por estar ausente o elemento subjetivo (dolo), necessário para a configuração do ato de improbidade violador dos princípios da administração pública. Nota-se que o STJ nem fala mais sobre “dolo genérico”, justamente porque a lei 14.230 exige o dolo específico.

Palavras-chave: Improbidade; dolo; administração pública.

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: AS PRINCIPAIS CONSEQUÊNCIAS PARA O SERVIDOR PÚBLICO

Autor(es):

Pâmella Tatiane Costa Souza: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Ricardo César Ferreira Duarte Junior: Docente do UNI-RN

(Introdução) A improbidade administrativa é um tema bastante discutido no âmbito jurídico e político, pois trata-se de mensurar a atuação dos servidores públicos no exercício da função pública. Dessa forma, é analisada os impactos das condutas ilícitas, decorrentes de corrupção, desvio de recursos e violação dos princípios éticos e morais. Um dos principais efeitos da improbidade administrativa do servidor público é a responsabilização civil, administrativa e criminal decorrente de seus atos. A Lei de Improbidade Administrativa do Brasil, promulgada em 1992, impõe sanções severas aos funcionários públicos que se envolverem em conduta desonesta. Tais sanções podem incluir penalidades como perda de mandato ou funções, suspensão de direitos políticos, pagamento de multas, etc. Essas consequências podem afetar não apenas a carreira de um servidor público, mas também sua reputação e integridade pessoal.

(Metodologia) Utilizando técnicas de análise qualitativa e quantitativa, os resultados serão interpretados e comparados com o intuito de identificar as principais consequências da improbidade administrativa para os servidores públicos. Serão destacados aspectos como impacto na carreira, na reputação, nas relações de trabalho e nas perspectivas de futuro.

(Resultados) Analisando a legislação, as consequências para servidores públicos envolvidos em casos de improbidade administrativa são bastante impactantes. A Lei de Improbidade Administrativa estabelece sanções como a perda do cargo ou função pública, suspensão dos direitos políticos, pagamento de multas e proibição de contratar com o poder público. Verificou-se que tais penalidades podem ter um impacto devastador na carreira do servidor, levando à perda de estabilidade financeira e profissional. Arelado a isso, os servidores públicos enfrentam consequências significativas em termos de reputação pessoal e profissional. A exposição pública de um envolvimento em atos de improbidade administrativa pode prejudicar a imagem do servidor perante a sociedade e seus pares. Isso pode resultar em estigmatização, dificuldade em conseguir emprego no setor público ou privado, e até mesmo em ostracismo dentro do próprio ambiente de trabalho. Os resultados da pesquisa de campo indicaram que a ocorrência de casos de improbidade administrativa pode gerar desconfiança e desgaste nas relações entre servidores públicos. Além disso, a falta de confiança entre os membros da equipe pode comprometer a eficiência e a colaboração no ambiente de trabalho.

(Conclusão) Diante desses resultados, fica evidente a necessidade de adotar medidas preventivas e educativas para combater a improbidade administrativa e mitigar seus impactos nos servidores públicos. Programas de capacitação, conscientização e fortalecimento dos mecanismos de controle e fiscalização são essenciais para promover uma cultura de ética, transparência e responsabilidade no serviço público. Portanto este projeto científico proporcionou uma compreensão aprofundada dos impactos da improbidade administrativa para os servidores públicos. Os resultados obtidos reforçam a importância de promover a integridade institucional, valorizar a ética na administração pública e implementar medidas preventivas que preservem a imagem e a carreira dos servidores, fortalecendo, assim, a confiança da sociedade no serviço público.

Palavras-chave: Perda de cargo; exposição; penalidades.

INCLUSÃO DE PESSOAS TRANSGÊNERO NO AMBIENTE ESCOLAR: DESAFIOS E OPORTUNIDADES: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Autor(es):

Heloiza Maria da Costa Pajeu: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Ursula Bezerra e Silva Lira: Docente do UNI-RN

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) A discussão abordada centralmente no tema da violência enraizada na sociedade, particularmente voltada para aqueles que não se conformam com as normas conservadoras do gênero. A violência de gênero e a discriminação são questões que persistem no século XXI, apesar dos esforços para desconstruir padrões sexistas, homofóbicos e machistas. A escola, assim como outras instituições sociais, desempenha um papel na perpetuação desses problemas, com relações de dominação, opressão e poder presentes nas formulações curriculares. Destaca-se a existência de uma "rede de exclusão" na escola, onde diversas formas de opressão e segregação são reforçadas pela ausência de ações contra o estigma e o preconceito. Isso faz com que estudantes transexuais frequentemente enfrentem o desafio de lidar com essas situações sozinhos, prejudicando seu acesso à educação. Sendo assim, este artigo tem como objetivo examinar de maneira abrangente os desafios que as pessoas transgênero enfrentam no ambiente escolar e exploram as oportunidades para promover uma educação inclusiva e acolhedora para todas as identidades de gênero.

(Metodologia) Envolveu-se pela a busca de descritores relacionados à inclusão, desafios, transgêneros, escola e aluno em três idiomas. Foi realizada uma revisão integrativa da literatura nos últimos 25 anos nas bases de dados LILACS e SciELO. A seleção de artigos incluiu critérios como idioma em português, estudos de revisão, dissertações e nomografias, excluindo trabalhos repetidos e não relacionados ao tema.

(Resultados) Ressalta-se a persistência da violência de gênero e da discriminação na sociedade, inclusiva nas escolas, e a necessidade de medidas educacionais e legislativas para promover a inclusão e o respeito às identidades de gênero. Na compreensão das/os autoras/es, o não reconhecimento da identidade de gênero de uma pessoa transexual, tal como o desrespeito com o uso de seu nome social, pode se configurar como uma forma de exclusão do convívio social que pode causar sofrimento, constrangimento e dificuldade de acesso a serviços. Nesse contexto, a obrigatoriedade do uso do nome social é um elemento contribuinte na ampliação e no acesso dessa população a diversos espaços sociais. Além disso, vale ressaltar a importância de uma educação que promova a diversidade e o diálogo para superar preconceitos e estereótipos.

(Conclusão) Pode-se perceber que a escola desempenha um papel fundamental na formação de todos os indivíduos, mas ainda há atitudes discriminatórias. O estudo reconhece a falta de ações eficazes para combater o preconceito e a violência enfrentados por estudantes transexuais e travestis. Apesar das limitações, ressaltou a necessidade de redes de atenção à saúde para essa população.

Palavras-chave: Desafio; inclusão; transgêneros; aluno; escola.

INOVAÇÕES NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES: PREGÃO ELETRÔNICO

Autor(es):

Patricia Bernardo de Sales: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Ricardo César Ferreira Duarte Junior: Docente do UNI-RN

(Introdução) Com a nova Lei de Licitações, muitas mudanças significativas ocorreram, desde novos princípios, anulações de modalidades de licitações, até mesmo a eventualidade correção de erros fâcies e simples medidas de documentos.

(Metodologia) Inspirado em assuntos discutidos no curso de Direito da UNI-RN, este resumo partiu de uma análise bibliográfica de dispositivos legais e jurisprudências e utiliza o método indutivo.

(Resultados) A modalidade de Pregão é uma forma de licitação utilizada para aquisição de bens e serviços comuns. Anteriormente, a Lei 8.666/93 regulava a aplicabilidade do Pregão, também conhecida como Lei de Licitações e Contratos Administrativos. De acordo com a lei outrora, o Pregão era regido pelo Decreto 3.555/20 e suas alterações posteriores. A principal característica dessa modalidade de licitação era a concorrência em sessão pública, onde os licitantes apresentavam suas propostas de preços e depois licitavam verbalmente, o que permitia à administração pública obter as melhores propostas. Contudo, Com a entrada em vigor da Lei 14.133/21, conhecida como a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o Pregão passou a ser regulamentado diretamente pela nova legislação. Com essas novas mudanças, vieram as inovações no processo licitatório com o objetivo de aumentar a eficiência e transparência das compras públicas. No que diz respeito aos critérios de julgamento no processo licitatório, tanto a Lei 8.666/93 quanto a Lei 14.133/21 estabelecem que a escolha da proposta mais vantajosa para a administração pública é o objetivo principal. Além disso, a nova lei introduz a possibilidade de utilização de outros critérios, como a maior oferta de garantia, a melhor técnica ou conteúdo artístico, a melhor combinação de preço e qualidade, e o maior retorno econômico. Essa flexibilização dos critérios busca possibilitar a avaliação mais ampla das propostas, considerando não apenas o preço, mas também outras perspectivas relevantes para a contratação pública.

(Conclusão) Torna-se evidente, que diante das reflexões realizadas, a introdução de pregões eletrônicos como processo licitatório preferencial beneficiará não apenas as instituições públicas, mas também as empresas participantes do processo licitatório. Desburocratizar, agilizar processos e ampliar o acesso às oportunidades de negócios estimulará maior participação empresarial, promoverá competição saudável, melhorará a qualidade dos produtos e serviços contratados pelo setor público e poderá contribuir para a melhoria de preços. De modo geral, as inovações da nova lei de licitações, principalmente no que diz respeito aos pregões eletrônicos, representam um importante avanço para tornar o processo licitatório mais eficiente, transparente e acessível, contribuindo para o desenvolvimento do país e melhoria da gestão pública.

Palavras-chave: Contratos administrativos; nova Lei 14.133/93; pregão eletrônico.

INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL PÓS MORTE E O DIREITO SUCESSÓRIO

Autor(es):

Sildilanni Silva de Brito Guerra: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) O tema da reprodução medicamente assistida é um assunto comumente pesquisado tanto na esfera jurídica, quanto na social. O Código Civil Brasileiro de 2002 procura adequar-se aos avanços científicos e legitimá-los no ordenamento jurídico, levando à discussão de temas antes desconsiderados, como o biodireito e os métodos de reprodução assistida. A realização do método de inseminação artificial homóloga post mortem, já é um tema bastante discutido no ordenamento jurídico, só que no entanto, o legislador não se adequou aos desenvolvimentos na área da reprodução assistida ao elaborar o artigo 1.798 do Código Civil de 2002, sendo insuficiente para a abordagem do tema, referindo-se apenas ao direito sucessório dos filhos já concebidos ao tempo da abertura da sucessão. Conseqüentemente, havendo grandes divergência doutrinária acerca do assunto. Há correntes que defendem o posicionamento no sentido de que não deve haver direitos sucessórios para os filhos concebidos após a abertura da sucessão, nos termos do artigo 1.798 do CC/02. Em contrapartida, há outros entendimentos relacionando o direito deste filho na herança como sucessor testamentário, ou sucessor legítimo.

(Metodologia) O artigo apresentado, tem como referência a pesquisa bibliográfica, estudados através de livros, artigos, legislações e jurisprudência. Sendo altamente exploratório, o que busca identificar objetivos e mais informações sobre o assunto em questão, e descritiva, apresentando fatos, propriedades, características, causas e relações com outros fatos. Além disso, será um estudo para esclarecer os fatores que levam a essa condição.

(Resultados) Os resultados desta pesquisa é de fornecer informações sobre os direitos sucessórios em decorrência da reprodução assistida e abordar questões relacionadas à inseminação artificial póstuma homóloga. O cerne da questão gira em torno de saber se essas crianças têm algum direito legal à herança e como esse assunto foi abordado nos campos jurídico e acadêmico.

(Conclusão) De acordo com o averiguado, ao longo do trabalho, as questões relacionadas à reprodução humana assistida revelam uma vasta discussão no campo do direito de família, e busca-se trazer elementos do presente trabalho que nos permitam compreender melhor o assunto, e poder solucioná-los dentro da lei.

Palavras-chave: Reprodução assistida; direito sucessório; inseminação artificial homóloga post mortem; herança.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E A APLICAÇÃO PENAL: COMO GARANTIR QUE A PENA APLICADA SEJA JUSTA À GRAVIDADE DO DELITO?

Autor(es):

Patricia Bernardo de Sales: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) A Inteligência Artificial (IA) vem sendo cada vez mais utilizada no sistema judicial, inclusive, na aplicação de penas criminais. No entanto, a questão da garantia da justiça na aplicação de penas é um tema controverso, que levanta preocupações sobre a possibilidade de discriminação e injustiças. A aplicação de penas justas e adequadas à gravidade do delito é um desafio enfrentado pelo sistema penal há muito tempo. Com o avanço da tecnologia e com o seu surgimento, novas possibilidades surgem para auxiliar nessa tarefa. Apesar disso, é importante garantir que a utilização dessas tecnologias, seja feita de forma igual, evitando a perpetuação de vieses e discriminações.

(Metodologia) A pesquisa será realizada por meio de revisão bibliográfica e análise de casos práticos de aplicação de inteligência artificial no sistema penal. Serão consideradas também informações sobre as ferramentas de IA utilizadas na prática, bem como as críticas e desafios associados à sua aplicação, com o objetivo de identificar possíveis perspectivas presentes no manuseio dessas tecnologias. Assim, como, consideradas as normas legais e éticas que devem nortear o uso da inteligência artificial no sistema penal.

(Resultados) Os resultados da revisão bibliográfica indicam que a Inteligência Artificial pode ser utilizada para auxiliar juízes e promotores na tomada de decisão sobre a aplicação de penas criminais, a fim de garantir que a pena aplicada seja proporcional à gravidade do delito e livre de preconceitos. A IA pode ser usada, por exemplo, para prever a probabilidade de reincidência do acusado, bem como para analisar dados demográficos e socioeconômicos para identificar possíveis distinções. Apesar disso, há críticas quanto à confiabilidade e transparência dos algoritmos de IA, além de preocupações éticas e de privacidade.

(Conclusão) A pesquisa pretende contribuir para a discussão sobre a utilização da inteligência artificial, visto que, a sua aplicação penal pode ser uma ferramenta valiosa para garantir que a pena aplicada seja procedente e proporcional à gravidade do delito. Como também no sistema penal, levantando questões éticas e legais, propondo diretrizes para asseverar a justiça e a adequação. No entanto, é necessário considerar cuidadosamente as limitações e desafios associados à tecnologia, a fim de evitar injustiças. Portanto, é importante considerar que o uso dessa ferramenta deve ser feito de forma coerente e que a aplicação de penas deve levar em conta não apenas dados, mas também aspectos individuais e contextuais dos casos.

Palavras-chave: Inteligência artificial; aplicação penal; sistema penal.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E RESPONSABILIDADE CIVIL; CAUSALIDADE E GERENCIAMENTO

Autor(es):

Raissa Fernanda Batista da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN Juverlane Emily Cruz da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN Gesislayne Larissa Lima de Araújo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN Maria Thaíse de Oliveira Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) A Inteligência Artificial evoluiu de maneira destacável, desde a década de 1950, quando o cientista da computação John McCarthy criou o termo "Inteligência Artificial". Hodiernamente, a Inteligência Artificial (IA) está revolucionando diversos setores, incluindo o campo jurídico. Hoje, a IA é aplicada em diversas áreas do nosso cotidiano, como detecção de fraudes, tradutores automáticos e reconhecimento facial. Seu avanço traz consigo questões éticas e sociais. Este artigo aborda a Responsabilidade Civil na IA e suas complexas implicações. A responsabilidade pode recair sobre desenvolvedores, usuários e até mesmo nas próprias máquinas. O foco é abordar desafios legais, como causalidade e responsabilização, bem como explorar perspectivas legais, incluindo culpa e responsabilidade objetiva. A regulamentação e a ética na IA são discutidas para equilibrar inovação e proteção. O debate sobre responsabilidade civil na IA evolui e requer uma abordagem multidisciplinar para garantir uma sociedade justa e segura na era da automatização.

(Metodologia) Durante o estudo, foi adotada uma metodologia de abordagem multidisciplinar, integrando ética, direito, regulamentação e tecnologia. Foram realizadas análises detalhadas de dados relevantes da literatura científica, considerando questões legais e éticas. As fontes são devidamente referenciadas para sustentar nossos argumentos.

(Resultados) O Marco Civil da Internet no Brasil desempenhou um papel fundamental na busca pelo equilíbrio entre inovação tecnológica e proteção de direitos individuais. Uma decisão do STJ ressaltou a importância desse marco legal, permitindo a solicitação de registros de conexão para casos de conteúdo ilícito. A questão da responsabilidade na IA é complexa, desse modo, sugere-se regulamentações específicas para a IA, como revisão das leis de responsabilidade civil existentes e discussões sobre a atribuição de personalidade jurídica às máquinas. Responsabilidade objetiva e a análise da programação são consideradas alternativas. É imprescindível fazer com que as IAs sejam transparentes e explicáveis. Regular a privacidade e determinar a responsabilidade legal das IAs, desenvolvedores e operadores é só o início dessa longa jornada. Neste contexto, cooperação internacional é fundamental para estabelecer normas globais e promover o uso responsável da IA.

(Conclusão) Diante dos resultados obtidos na pesquisa, pode-se concluir que a Inteligência Artificial está moldando nosso mundo e o corpo social, desencadeando desafios éticos e jurídicos recorrentes. Dessa forma, a regulamentação é essencial para garantir a transparência, proteção de dados e responsabilização adequada na era da tecnologia. A cooperação internacional e o desenvolvimento de normas são passos cruciais para o uso responsável desta ciência.

Palavras-chave: Inteligência; artificial; responsabilidade; civil; regulamentação.

INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE PRIVADA: A UTILIZAÇÃO DA DESAPROPRIAÇÃO PARA FINS DE REFORMA AGRÁRIA

Autor(es):

Luis Eduardo Viesti Machado: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Ricardo César Ferreira Duarte Junior: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente artigo aborda a intervenção do Estado na propriedade privada, com foco na utilização da desapropriação como instrumento para promover a reforma agrária. A reforma agrária é um processo que busca redistribuir terras de grandes latifúndios improdutivos para trabalhadores rurais sem-terra, visando à promoção da justiça social e do desenvolvimento rural. Nesse contexto, a desapropriação é uma ferramenta utilizada pelo Estado para adquirir terras privadas e destiná-las a fins de reforma agrária. No ordenamento jurídico brasileiro, a desapropriação é uma medida prevista na Constituição Federal, no Capítulo III, Seção II, do Título II, que trata dos direitos e garantias fundamentais. O artigo 5º, inciso XXIV, estabelece que a desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, somente poderá ser efetuada mediante prévia e justa indenização em dinheiro. Este artigo examinará a metodologia empregada na implementação dessa intervenção, os resultados alcançados e fornecerá uma conclusão sobre a eficácia dessa abordagem.

(Metodologia) A pesquisa foi conduzida por meio de revisão bibliográfica e análise de estudos de caso relacionados à desapropriação para fins de reforma agrária. Foram consultadas fontes acadêmicas, legislação e documentos governamentais que tratam da temática em questão. A metodologia empregada envolveu a coleta de informações sobre as bases legais da desapropriação para reforma agrária, os critérios utilizados na seleção das propriedades a serem desapropriadas e os procedimentos adotados para a efetivação dessa intervenção.

(Resultados) Os resultados da pesquisa demonstram que a desapropriação para fins de reforma agrária é respaldada por legislações específicas em diversos países, como forma de viabilizar a redistribuição de terras. A escolha das propriedades a serem desapropriadas é baseada em critérios como o tamanho da área, sua produtividade e o cumprimento da função social da propriedade. Os procedimentos para efetivar a desapropriação geralmente envolvem a avaliação do imóvel, impacto com os proprietários e posterior indenização. Após a desapropriação, as terras são destinadas a programas de reforma agrária, que oferecem assistência técnica, acesso a crédito e apoio à produção para os agricultores beneficiários.

(Conclusão) A intervenção do Estado na propriedade privada por meio da desapropriação para fins de reforma agrária tem sido uma estratégia adotada em vários países para promover a justiça social e a sustentabilidade no meio rural. A pesquisa demonstra que, embora existam desafios na implementação desse processo, como a complexidade das trajetórias e a necessidade de recursos financeiros, a desapropriação tem contribuído para a redução da concentração fundiária e para a inclusão de trabalhador rural na atividade agrícola. No entanto, é importante ressaltar a importância de uma gestão eficiente e transparente do processo de desapropriação, a fim de garantir a legalidade, a equidade e a eficácia dessa intervenção estatal na propriedade privada em prol da reforma agrária.

Palavras-chave: Intervenção; propriedade privada; desapropriação.

INVESTIGAÇÃO CRIMINAL DEFENSIVA NO BRASIL: O DESAFIO DA PARIDADE DE ARMAS NO INQUÉRITO POLICIAL.

Autor(es):

Antonio Eduardo de Araujo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho tem como base o grande desafio da investigação criminal defensiva, no cenário jurídico brasileiro, especialmente em casos criminais de grande repercussão, no qual o advogado e defensor público possam instaurar e conduzir sua própria investigação. Partindo da premissa que advogado tem o dever de se utilizar de todas as ações possíveis/cabíveis em favor do investigado, se utilizando das técnicas de defesa, podendo seguir linhas de investigação descartadas pela autoridade policial ou pelo Ministério Público. A paridade de armas no inquérito policial é um desafio para a efetivação do direito à ampla defesa e ao contraditório, porém é um princípio fundamental do processo penal, significa que as partes envolvidas devem ter igualdade de oportunidades de produzir provas e argumentar durante todo o processo. A investigação defensiva é uma prática permitida pela Provimento nº 188/2018 do CFOAB, que tem como objetivo estabelecer parâmetros para a atuação do advogado, de modo que ele possa buscar provas e elementos de defesa para um possível processo criminal, atendendo os princípios do contraditório e da ampla defesa. Em suma, a investigação defensiva é uma prática importante para a efetivação do direito à ampla defesa e ao contraditório no âmbito criminal. Porém é preciso que a paridade de armas seja garantida em lei federal e que seja amplamente discutido dentro do projeto do novo Código de Processo Penal, garantindo amplo acesso à informação e às provas sendo proporcionado tanto à defesa quanto à acusação. Além disso, é fundamental que a prática respeite os limites legais e éticos, garantindo que sejam obtidas apenas provas lícitas e que contribuam para a obtenção da verdade real nos casos criminais investigados.

(Metodologia) Foi utilizado método de pesquisa exploratória e bibliográfica, baseada em fontes secundárias, como a Constituição Federal/88, Provimento do CFOAB, legislação, e artigos científicos, utilizando o método dialético, com a finalidade colher o máximo de informações sobre o tema, e realizar uma análise posterior do assunto, ao passo que se preocupa em discorrer sobre a utilização da investigação defensiva criminal no Brasil e o desafio da paridade de armas no inquérito policial ao qual o defensor enfrenta na atualidade.

(Resultados) Os resultados mostrarão que a investigação criminal defensiva é um direito constitucional do imputado, para encontrar equidade de armas e o equilíbrio no sistema persecutório criminal penal, dentro de um regime acusatório inquisitório, tendo como base o princípio do devido processo legal, pilar dos princípios processuais garantistas, conforme art. 5º, LIV da CF/1988, do qual dele devrivam: o princípio do contraditório, da ampla defesa e o princípio da igualdade, o qual diz respeito à paridade de armas, equilibrando a balança da justiça na busca da verdade real dos fatos, de modo a ter uma responsabilização penal justa. A quebra da inquisitorialidade é um pressuposto, com conseqüente reengenharia do sistema e das estruturas do processo penal brasileiro, que tem postura antidemocrática, que remontam do período ditatorial do “Estado novo”, sendo incompatível como o atual Estado democrático de direito vivido no País.

(Conclusão) O trabalho teve o objetivo de esclarecer que a investigação defensiva tem sido vista como instrumento da almejada paridade de armas entre acusação e defesa, dentro do sistema acusatório, o qual não se pode esquecer que se trata de um instituto complexo, face as reflexões acerca das implicações morais e éticas que devem nortear um plexo de deveres e limitações àquele que se propõe a prática da investigação defensiva.

Palavras-chave: Investigação defensiva; inquérito policial; paridade de armas; contraditório; ampla defesa.

LEI COMPLEMENTAR: CRIAÇÃO E REVOGAÇÃO

Autor(es):

Júlia Gosson de Tofoli: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Thays Eduarda Duarte de Souza: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Caio Benicio Gomes de Souto: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
José Carlos Soares da Silva Filho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Andréa de Andrade Fernandes: Docente do UNI-RN

(Introdução) De acordo com a Constituição Federal, as leis Complementares e as leis Ordinárias dispõem em sua composição, objetivos e campos de aplicação distintos. A lei complementar (LC) visa regulamentar e justificar matérias específicas estabelecidas na constituição. Elas são utilizadas para detalhar questões mais complexas que não podem ser abordadas por leis ordinárias, esta lei complementar difere da ordinária pelo quórum para a sua criação, no direito consuetudinário exige apenas uma maioria simples de votos para adoção; enquanto a lei complementar requer um quorum qualificado para serem aprovadas, composto pela maioria absoluta, ou seja, 50% +1, então qualquer deputado ou senador, comissão da Câmara, do Senado ou do Congresso, o Presidente da República, Procurador-Geral da República, o Supremo Tribunal Federal, os tribunais superiores e os cidadãos podem apresentar projeto de lei complementar. Dessa forma, entende-se que as Leis ordinárias (LO) são utilizadas para regulamentar a maioria das questões do nosso ordenamento jurídico, a qual trata de temas diversos, como por exemplo na regulamentação de direitos civis, normas de trânsito, dentre outros; e é através desta Lei complementar, que iremos aprofundar, apresentando a sua importância no ordenamento jurídico brasileiro.

(Metodologia) Este artigo trata-se de uma revisão de literatura, de caráter qualitativo. O escrito foi desenvolvido valendo-se de pesquisa em revistas científicas através de artigos e teses onde dispõe a temática e suas variáveis, além disso, foi possível utilizar os conhecimentos repassados em aula para consolidar o referencial teórico acerca dos fundamentos do direito constitucional. Na Constituição Federal, é expressamente citado sobre a Lei complementar, no artigo 69 da CF/88, e sobre a lei Ordinária, artigo 47 da CF/88.

(Resultados) A Lei do art. 69 da CF, no que se refere a criação de uma lei complementar, salienta o envolvimento de um quórum mais rigoroso em comparação com a lei ordinária, demandando maioria absoluta. Diversos agentes, incluindo parlamentares, o Presidente da República, o Procurador-Geral da República e até mesmo cidadãos, têm a prerrogativa de apresentar projetos de lei complementar. A presente lei terá como resultado a observância de uma maior garantia a estabilidade e previsibilidade ao ordenamento jurídico, isso é fundamental para manter a segurança jurídica. Acredita-se também que esta lei protege e assegura os direitos fundamentais do cidadão, como também disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos públicos de modo mais eficiente. Esta pesquisa revela que, no contexto do direito consuetudinário, a maioria absoluta é uma salvaguarda para garantir maior consenso na introdução de legislação complementar à Constituição.

(Conclusão) A Lei Complementar, com seu processo de criação mais exigente, desempenha um papel crucial na configuração do ordenamento jurídico, este estudo sublinha a diversidade de atores que podem influenciar a elaboração de leis complementares, destacando a participação ativa não apenas de representantes políticos, mas também da sociedade. Nesse contexto, o Presidente, como figura central, exerce papel fundamental na promoção dessas normativas; portanto, compreender a dinâmica da Lei Complementar é essencial para fortalecer o arcabouço jurídico em consonância com os princípios constitucionais. Assim, as leis complementares se revelam como elementos fundamentais para a harmonia e efetividade do ordenamento jurídico, garantindo uma aplicação mais precisa e abrangente dos princípios constitucionais.

Palavras-chave: Lei complementar; presidente, constituição.

LEI SECA E SUA EFICIÊNCIA NO BRASIL

Autor(es):

Vinícius Varela Cavalcanti Lacerda Almeida: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Caio Paiva Antunes da Nobrega: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

João Victor Ferreira Pinto Tavares: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Odilon Campos De Carvalho Supra: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Ricardo Júnior Medeiros de Azevedo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) A lei 11.705/2008, mais conhecida como Lei Seca, foi introduzida no Código de Trânsito Brasileiro (CTB) com o intuito de efetivar a proibição do uso de álcool e de ou outras substâncias psicoativas no trânsito. Por muito tempo essas normas foram ignoradas pelos motoristas, e essa ideia ainda se faz presente nos dias atuais. Por mais que a implementação da Lei Seca tenha diminuído a taxa de mortalidade no trânsito, ainda assim, ela ainda não atingiu seu pico de eficiência. E o “porquê disso” Compreender a evolução, a implementação e o impacto da Lei Seca no Brasil é fundamental para a formulação de políticas públicas eficazes, destinadas a proteger vidas e promover um trânsito mais seguro.

(Metodologia) Trata-se de uma pesquisa exploratória com base em estudo de artigos de base de dados científicos e análise de dados extraídos de fontes de notícias da mídia. Foram analisados os diversos fatores que influenciam na Lei Seca, dentre eles a Teoria da Dissuasão; as questões do corpo social em relação à Lei Seca, ou seja, como as questões sociais de ignorância por parte da sociedade e a negligência por parte da mesma, acaba gerando mais acidentes e mais danos para as famílias. Foram, também, introduzidos dados estatísticos relevantes para o estudo desse tema.

(Resultados) Foi analisado que a Lei Seca foi um ótimo projeto para o CTB, muito bem executado e que perdura fortemente até os dias de hoje. Dados estatísticos mostram o antes e o depois da promulgação da Lei Seca, comprovando uma notória mudança e diminuição de casos notificados. Os dados também revelam a questão a acerca da “Teoria da Dissuasão”, que traz como pauta a relação entre a rigidez da lei e o seu cumprimento, pois quanto mais uma Lei tiver um caráter punitivo, maior será o seu cumprimento pela sociedade. Isto evitaria, no caso da Lei Seca, realizar a ação de dirigir com teor alcoólico no sangue. No quesito comportamento humano, percebe-se que cada indivíduo age conforme seus valores e crenças, e mesmo com tamanho risco para sua vida e a de terceiros, e entendendo as sanções da lei, ignoram a legislação. Quanto a opinião pública, é possível verificar uma grande mobilização de conscientização positiva nas mídias sociais, sobre não dirigir se for ingerir bebidas alcoólicas, ao ir para locais, colaborando com a eficiência na aplicação da Lei. No entanto, há grupos contrários, que disseminam informações em aplicativos de mensagens como objetivo de furar os bloqueios de aplicação da lei seca. Este fato, além de comprovar uma infração grave, colabora com o crime organizado. Desta forma, percebe-se que conscientização da sociedade também tem um papel fundamental para a aplicação da Lei Seca.

(Conclusão) Fica evidente que o conjunto desses fatores, aliados a uma eficiência e participação maior governamental no âmbito, com campanhas, explicitação de causas e endurecimento de sanções, como proposto pela teoria de dissuasão, é possível chegar a melhora das condições nas estradas brasileiras. Então, com os acidentes de trânsito tão recorrentes no cotidiano relacionados à bebida, como visto anteriormente, é necessária uma maior atenção e responsabilidade dos motoristas, para assim evitar problemas a si, a pessoas e suas famílias.

Palavras-chave: Legislação; lei seca no Brasil; trânsito brasileiro; acidentes de trânsito.

**LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (LIA): ANÁLISE ACERCA DAS PRINCIPAIS MUDANÇAS CAUSADAS PELA LEI
Nº 14.230/21**

Autor(es):

Jullya Clara Barbalho Cosme: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Ricardo César Ferreira Duarte Junior: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho tem como escopo apurar as mudanças da Lei de Improbidade Administrativa provocadas pela implantação da lei nº 14.230/21. Primeiramente, destaca-se que um dos deveres exigidos aos agentes públicos é a probidade, ou seja, se faz necessário servir a Administração Pública com honestidade no exercício de suas funções. Assim, foi criada a lei nº 8.429/92 com o intuito de responsabilizar, por meio de sanções, os agentes que cometessem atos de improbidade administrativa. Todavia, a lei estabelecia uma conceituação aberta sobre os atos, posto que para caracterizar não era necessário apresentar enriquecimento ilícito do agente ou prejuízo ao erário, por exemplo, mas sim a demonstração da violação de algum princípio administrativo. A visto disso, passou a transmitir uma interpretação de que os tipos de atos ilícitos eram amplos em virtude do seu rol exemplificativo. Contudo, a nova lei passou a alterar essa concepção, dado que os atos de improbidade passaram a ser especificados em razão do seu rol taxativo, ou seja, permaneceu a ideia de que a improbidade decorre da violação de princípios da Administração Pública, porém só serão enquadrados os casos que se encontram previstos em lei. Isto posto, a improbidade passou a ser todas as condutas realizadas com má fé por um sujeito ativo contra o pacífico, desde que praticadas sob exercício da função administrativa. Outrossim, houve o fim do ato de improbidade culposos, o qual se caracteriza em atos que não existia a intenção de causar algum resultado, mas gera devido a imperícia, imprudência ou negligência. Outra modificação definida está relacionada ao prazo prescricional, o qual teve um aumento de 5 anos para 8 anos, visto que compreendeu a necessidade de um período maior em razão da complexidade do processo de investigação.

(Metodologia) No artigo será utilizado a metodologia de pesquisa bibliográfica, cujo será preponderante a utilização da legislação, artigos e livros sobre o tema em questão. Sendo utilizada a abordagem qualitativa, tendo em vista que o autor tem o propósito de analisar se as modificações causadas pela lei nº 14.230/21 são apropriadas, assim como possui a finalidade explicativa.

(Resultados) Dessa maneira, se tem como resultado que a nova lei ao expor as mudanças citadas teve como objetivo deixar a improbidade administrativa legalmente mais técnica, a fim de reprimir a sua banalização.

(Conclusão) Fica evidente, que as mudanças apresentadas pela nova redação da LIA se mostraram benéficas, dado que teve como propósito garantir mais segurança pública ao apresentar os casos ilegais de maneira taxativa, assim como a substituição da responsabilização do dolo genérico pelo dolo específico. Além disso, teve como objetivo impedir abusos e arbitrariedades durante o processo de apuração dos atos por meio de instrumentos que visam garantir a ampla defesa, contraditório e presunção de inocência.

Palavras-chave: Improbidade administrativa; modificações; benefícios.

MECANISMOS JURÍDICOS GARANTIDORES DA IGUALDADE SALARIAL ENTRE HOMENS E MULHERES.

Autor(es):

Maria Cecília Campos Câmara: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Marcelo Maurício da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) Nos dias atuais a mulher vem ganhando cada vez mais espaço no mercado de trabalho e na sociedade em geral. Porém, a desigualdade salarial ainda é muito presente na atualidade. Podemos mencionar vários exemplos, de desigualdades, como o ocorrido no ano de 2019, nos Estados Unidos, na Disney, na qual existe um longo processo, pelo fato das mulheres receberem um valor inferior aos homens que exerciam a mesma função que elas. Essa problemática em um cenário internacional, não foge da realidade do Brasil, na qual de acordo com uma pesquisa, realizada no ano de 2019 pela Programa Nacional de Amostra de Domicílio Contínua (PNAD), concluiu-se que em média o rendimento total das mulheres representa 77,7% dos rendimentos dos homens.

(Metodologia) Para realização dessa pesquisa foi utilizado notícias publicadas na internet, referências bibliográficas, históricas, dados para abordar e analisar quais são os mecanismos jurídicos existentes para auxiliar e proteger a mulher que sofre a discriminação e desigualdade por causa de seu sexo no Brasil. Como abordagem, foi utilizado o método explicativo, visto que procura expor e explicar os fatos que geraram tal problemática.

(Resultados) Entre os principais resultados que foram obtidos utilizando por base as pesquisas bibliográficas e dados contidos na internet, podemos observar que as disparidades salariais ainda é muito forte no Brasil, pois, enquanto os rendimentos recebidos pelo homem aumentaram 9,4% no último trimestre de 2022, para as mulheres foi apenas de 6,7%, sendo clara e notória a existência de uma desigualdade, em pleno ano de 2023. Com isso, foi necessária a realização de medidas jurídicas que buscassem a defesa da mulher na tentativa de mitigar tal realidade problemática. Dessa forma, em 4 de julho de 2023 foi sancionada a Lei 4.611, na qual seu propósito é promover a igualdade salarial e os critérios remuneratórios, entre os homens e as mulheres que realizassem o mesmo trabalho ou exercessem a mesma função. Logo, os mecanismos criados através da nova lei são: a transparência salarial, incremento de fiscalização, criação de canais específicos para a denúncia de casos de discriminação salarial, programas de inclusão no ambiente de trabalho, formação e capacitação das mulheres para que alcancem o mesmo patamar do homem, entre tantas outras medidas necessárias que irão auxiliar a mulher.

(Conclusão) Diante o exposto, podemos concluir que após a observação da abordagem realizada, que apesar de ter se evoluído muito em questões de discriminação e desigualdades entre os gêneros, ainda é muito presente essa triste realidade. Dessa forma, conclui-se que a criação dessa nova Lei foi de extrema importância, pois as empresas que não quiserem cumprir as medidas estabelecidas, serão penalizadas com o pagamento das diferenças salariais, além de poder sofrer com ação de indenização de danos morais. Dessa forma, são tentativas que visam mitigar as desigualdades sofridas, que já eram para ter acabado no ano de 2023, e que ainda não aconteceu.

Palavras-chave: Mecanismos jurídicos; desigualdade; mulher; lei.

MECANISMOS JURÍDICOS GARANTIDORES DA ISONOMIA SALARIAL E CRITÉRIOS REMUNERATÓRIOS ENTRE HOMENS E MULHERES

Autor(es):

Marília Carvalho de Melo guimarães: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Marcelo Maurício da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho visa abordar a isonomia salarial e os critérios remuneratórios existentes entre homens e mulheres, o que ainda é um desafio na sociedade brasileira, especialmente tratando-se da tradição de inferioridade da figura feminina com relação à figura masculina enraizada na história. Além disso, é notória a dimensão que essa temática tem no âmbito jurídico, de modo que existem determinados mecanismos no direito brasileiro que visam garantir essa isonomia e consequentemente evitar ao máximo a desigualdade entre os seres humanos.

(Metodologia) A pesquisa foi realizada através de uma análise dos mecanismos jurídicos, e de pesquisa de casos concretos objetivando a construção de um estudo tendo como base referências históricas, dados e análise das normas do Direito Brasileiro. À vista disso, trata-se de uma pesquisa com abordagem de cunho descritivo, visto que se baseia em um assunto estudado para buscar um aprofundamento.

(Resultados) Entre os principais resultados que foram obtidos utilizando por base as análises do Direito Brasileiro, destaca-se que a garantia da igualdade entre homens e mulheres está prevista no Artigo 5 da Constituição Federal de 1988 ao proibir a distinção de qualquer natureza entre os brasileiros e estrangeiros, além de dispor em seu inciso I que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações. Ainda na CF/1988, o artigo 7, proíbe a diferenciação de salários por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil. Ademais, o direito à isonomia salarial está previsto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em seus artigos 460 e 461, respectivamente, de modo que, independente do gênero, ao exercer a mesma função em uma mesma empresa, o indivíduo terá direito a receber salário igual. Dessa maneira, é evidente que para que haja, de fato, uma equiparação salarial, faz-se necessário que o Princípio da Isonomia Salarial seja respeitado e que não haja discriminação de qualquer natureza entre homens e mulheres que exercem as mesmas funções em uma mesma empresa. Apesar disso, a garantia dessa isonomia ainda não é garantida integralmente, pois, através de casos concretos que ocorrem constantemente, pode-se observar uma grande desigualdade existente no mercado de trabalho no Brasil, um exemplo disso é o resultado da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), realizada em 2019, na qual o rendimento das mulheres representa, em média, 77,7% do rendimento dos homens.

(Conclusão) Diante o exposto, observa-se que há mecanismos jurídicos que buscam a isonomia salarial tanto para homens quanto para mulheres, e que qualquer distinção remuneratória não fundamentada está violando essas normas e merecem atenção do Direito Brasileiro para aplicar as devidas sanções. Assim, com uma atenção a esses meios e aplicação deles no ramo do trabalho, será possível objetivar e garantir os direitos em igualdade para todos.

Palavras-chave: Isonomia; salário; mecanismos jurídicos; mulheres; homens.

MERCANTILIZAÇÃO DA ADVOCACIA: DEMANDAS PREDATÓRIAS E ABUSO DO DIREITO DE LITIGAR

Autor(es):

Raul de Queiroz : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Ursula Bezerra e Silva Lira: Docente do UNI-RN

(Introdução) A Constituição de 1988 foi pioneira em fomentar o acesso amplo à justiça no Brasil. Dessa forma, foram criados inúmeros mecanismos para facilitar o alcance dos brasileiros ao judiciário, tais como o reforço da assistência judiciária gratuita, defensorias públicas, órgãos de defesa do consumidor e os juizados especiais, cíveis, criminais e de fazenda pública. Logo, fica de pleno entendimento que a Constituição Cidadã é extremamente garantista ao possibilitar, por meio do princípio inafastabilidade do controle jurisdicional previsto em art. 5º, que o cidadão brasileiro, ao perceber a violação de um dos seus direitos, possa buscar o Poder Judiciário com o intuito de reaver a faculdade que lhe foi suprimida. Porém, é exatamente com esse garantismo constitucional que podemos observar o uso desmedido da possibilidade de litigar. Assim, ante a afirmativa anterior analisa-se que dentro do cenário jurídico do nosso país há uma litigância exacerbada e materialmente inconsistente, que tem por objetivo central a busca por capital. Como consequência desse uso adimensional da justiça é notório que atributos como a solução extrajudicial de conflitos, o interesse na resolução do litígio com a real garantia dos direitos pretendidos e a qualidade na condução processual são facilmente deixado de lado, havendo o único e exclusivo interesse nos proventos econômicos oriundos do processo ou da relação contratual advogado-autor.

(Metodologia) O Trabalho de Conclusão de Curso será desenvolvido pelo método descritivo, a partir de pesquisa doutrinária e documental, com a extração de dados analíticos de números de julgados no mais diversos tribunais de justiça.

(Resultados) Diante da pesquisa feita foi visualizado que as “demandas predatórias”, ocasionadas a partir do acesso desmedido e imprudente ao Poder Judiciário, representa o enfraquecimento da atividade jurisdicional e da advocacia do nosso país à transformando em uma atividade de cunho mercantil.

(Conclusão) Diante da pesquisa feita foi visualizado que as “demandas predatórias”, a partir do acesso desmedido e imprudente ao Poder Judiciário, representa o enfraquecimento da atividade jurisdicional e da advocacia do nosso país.

Palavras-chave: Mercantilização; demandas predatórias; advocacia; poder judiciário; litigar.

NÃO FOI UM SUICÍDIO, FOI UM FEMINICÍDIO: O SUICÍDIO FEMINICIDA E A URGÊNCIA DE SUA PREVISÃO COM POLÍTICAS PÚBLICAS DE PREVENÇÃO

Autor(es):

Tereza Laise Bezerra Cruz: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Karenina Hentz da Cunha Lima: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Emmanueli Karina de Brito Gondim Moura Soares: Docente do UNI-RN

(Introdução) A presente pesquisa se propõe a observar a importância da visibilidade e a urgência da prevenção do suicídio de mulheres em um contexto de violências por razões de gênero. A problemática principal que orienta esta investigação pode ser sintetizada na seguinte pergunta: a que ponto o aprofundamento e ampliação do conceito de "Suicídio Feminicida" como consequência da violência de gênero pode engendrar uma mudança na legislação brasileira e gerar políticas públicas com vistas a sua erradicação?

(Metodologia) A metodologia adotada foi a revisão bibliográfica, composta especialmente das contribuições presentes nas obras de Diana Russel, Marcela Lagarde y de los Ríos, Dora Inés Munévar e Adriana Ramos de Mello.

(Resultados) A violência contra as mulheres constitui uma das maiores violações de Direitos Humanos, reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU) como tal. O seu grau máximo é atingido quando ocorre o assassinato de uma mulher por razões de gênero. Este fenômeno é chamado de Feminicídio no Brasil, cuja legislação própria é conhecida no país desde 2015, com o advento da Lei nº 13.104/2015, que, dentre outras contribuições, previu o evento como qualificadora do crime geral de homicídio. Em 2022, o Brasil bateu recorde de feminicídios. Segundo o Monitor da Violência, a cada seis horas, uma mulher foi morta pelo companheiro ou ex-companheiro. De acordo com o relatório publicado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), desde 2014, muitos dos comportamentos suicidas em mulheres estão relacionados às experiências de violência baseada no gênero, incluindo como fatores de risco para suicídio e um aumento nas tentativas de cometê-lo, a violência sexual e a violência doméstica, especialmente. Com base neste recorte, observa-se que o fenômeno do Suicídio Feminicida pode ser definido como resultado direto das experiências de violências de gênero sofridas. Segundo Diana Russel, "é bem verdade que as mulheres, especialmente aquelas que se sentem impotentes diante da situação de violência que estão sofrendo, tendem a dirigir a sua cólera contra elas mesmas. Por tanto, muitos dos suicídios de mulheres estão encobertos pelo Feminicídio". A partir das lentes feministas Dora Inés Munévar pontua que existem três ações fundamentais para problematizar e desvendar fenômenos que carecem de previsão e ação de políticas públicas: nomear, tornar visível e conceituar. Repensar e aprofundar o conceito de suicídio feminicídio com a intenção de convocar, especialmente o Estado Brasileiro, a tomar medidas que possam ser traduzidas em políticas públicas e legislação que garantam uma vida livre de violência para meninas e mulheres, é medida indispensável de qualquer país que tenha compromisso com os Direitos Humanos das Mulheres. O Suicídio Feminicida faz parte da última etapa das expressões da violência de gênero e, por não ser delimitado e tipificado como tal, impossibilita a visibilidade dos números reais de suas vítimas, causando também a total impunidade dos agressores.

(Conclusão) A violência de gênero que resulta em Suicídio Feminicida é um problema social que deve ser tornado visível e abordado por meio de legislação e políticas públicas próprias, para garantir uma vida livre de violência para meninas e mulheres no Brasil.

Palavras-chave: Violência de gênero; suicídio feminicida; ausência de legislação; políticas públicas.

O ACESSO À JUSTIÇA: LIBRAS COMO PONTE PARA A IGUALDADE NA JUSTIÇA SOCIAL NO ÂMBITO JURÍDICO

Autor(es):

Leandro Batista Martins da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Dalyson Marlon da Silva Souza: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Yasmim Honorato da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Arthur Félix Andrade de Lima Batista: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Marília Rodrigues da Silva: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) Este vídeo tem como objetivo destacar a importância da acessibilidade no sistema judicial, especificamente através da representação de uma audiência jurídica de instrução e julgamento conduzida em Língua Brasileira de Sinais (Libras). Pretendemos: 1. Sensibilizar o público para a necessidade de tornar o sistema judicial mais inclusivo, garantindo que todos os cidadãos, independentemente de suas capacidades auditivas, tenham acesso pleno e igualitário à justiça. 2. Demonstrar o papel crucial dos intérpretes de Libras como facilitadores na comunicação entre indivíduos surdos ou com deficiência auditiva e o sistema jurídico, ressaltando sua importância como agentes de inclusão. 3. Ilustrar como a Libras pode ser uma ferramenta poderosa para tornar o direito mais acessível e compreensível para a comunidade surda, promovendo a igualdade de oportunidades no processo judicial. 4. Encorajar a reflexão sobre a importância da inclusão e acessibilidade em todos os aspectos da vida social, enfatizando que o acesso à justiça é um direito fundamental de todos os cidadãos. 5. Inspirar ações e iniciativas que promovam a inclusão e a acessibilidade no sistema jurídico, incentivando a implementação de práticas e políticas que garantam a participação plena e igualitária de todos os cidadãos no processo judicial.

(Proposta do roteiro) O vídeo tem intuito como cena mostrar uma audiência jurídica de instrução e julgamento conduzida em Língua Brasileira de Sinais, Libras. Este vídeo visa destacar a importância da acessibilidade no sistema judicial e promover a igualdade de acesso à justiça para todos os cidadãos como inclusão social.

(Efeitos esperados) 1. Sensibilização e Conscientização: Espera-se que o vídeo sensibilize e conscientize o público sobre a importância da acessibilidade no sistema jurídico, promovendo empatia e compreensão para com as necessidades das pessoas surdas ou com deficiência auditiva. 2. Promoção da Igualdade: O vídeo tem como objetivo promover a igualdade de acesso à justiça para todos os cidadãos, independentemente de suas capacidades auditivas. Ao demonstrar uma audiência jurídica acessível em Libras, busca-se inspirar a implementação de práticas inclusivas no sistema judicial. 3. Valorização dos Intérpretes de Libras: Espera-se que o vídeo destaque a importância e o papel crucial dos intérpretes de Libras como facilitadores na comunicação entre os surdos e o sistema jurídico.

O AUMENTO DE ANIMAIS DOMÉSTICOS NA PANDEMIA E SUA ILEGALIDADE NA PROIBIÇÃO EM CONDOMÍNIOS

Autor(es):

Maria Eduarda Lopes Lisboa: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosângela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) Depois da Pandemia do Covid-19 (coronavírus) no ano de 2020, a aquisição de animais domésticos deu um aumento significativo. Com o distanciamento social muitas pessoas acabaram ficando solitários, assim buscando o pet como uma fonte de apoio para o bem-estar. Entretanto ainda existem alguns condomínios que não os aceitam e limitam o seu porte/tamanho (no caso de cachorros), que na maioria das vezes são estabelecidas em regimentos internos ou em convenções.

(Metodologia) Essa trabalho, se trata de uma pesquisa qualitativa, onde seu resultado de estudo se deu através da análise jurídica e percepções sócio ambiental, como também a metodologia bibliográfica trazendo tanto artigos jurídicos como súmulas e pesquisas visando a importância da companhia dos animais domésticos aos seus tutores.

(Resultados) Em 2019, a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) determinou que as convenções de Condomínio Residencial não podem proibir de forma genérica a criação e a guarda dos animais de qualquer que seja a espécie nas unidades autônomas quando o animal não prestar risco à segurança, à saúde, à higiene e o sossego dos demais moradores dos condomínio. Vale salientar que a Lei de Condomínio, Lei nº 4591/64, não faz nenhuma referência ao termo "animal" ou "animais. trazendo uma coluna para que muitos condomínio proibissem a criação de pets antes do entendimento do STJ. Além disso, o Código Civil de 2000, art.936, descreve que os donos/tutores de animais de estimação possuem responsabilidade pelos danos e prejuízos ocasionados por seus pets . Já em relação ao aumento de números de pets no Brasil durante a pandemia, chegou a 30% (trinta por cento), segundo a Comissão de Animais de Companhia Comac, e aumento em 400% a procura por adoção de animais, segundo a União Internacional Protetora dos Animais (UIPA).

(Conclusão) Dessa forma, conclui-se que a posse de animais domésticos tem sido uma tendência crescentes desde de a Pandemia do Covid-19 (coronavírus), na medida em que as pessoas buscam companhia e apoio emocional. Ao longo da pesquisa, analisando a Lei nº 4.591/64, os direitos dos proprietários e as proteções legais concedidas aos animais, chegamos a conclusão que é ilegal a proibição de animais domésticos em suas convenções condominiais, independentemente de espécie ou tamanho e que é de responsabilidade do tutor os danos ocasionados por ele. Ademais, a proibição de algum animal de estimação só pode ser feita se o mesmo estiver colocando em risco a saúde, a higiene, a segurança e o sossego dos demais moradores do condomínio.

Palavras-chave: Animais de estimação; proibição em condomínios; Covid-19.

O CONDÔMINO ANTISSOCIAL E A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE: UMA ANÁLISE ACERCA DA LEGITIMIDADE DAS RESTRIÇÕES IMPOSTAS

Autor(es):

José Carlos Soares da Silva Filho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) Advindo do direito romano, o condomínio, apesar de ser instituto de natureza jurídica controvertida, esteve presente durante toda a legislação civil brasileira, ganhando novos contornos de acordo com a evolução da sociedade, podendo ser exemplificado pelo recente acréscimo da modalidade referente à multipropriedade. Nesse sentido, tem-se que o condomínio edilício é uma de suas formas mais conhecidas, sendo caracterizada pela presença de uma propriedade autônoma exercida em conjunto com uma fração ideal de áreas comuns, contando com regimento próprio adicional no Código Civil brasileiro. Todavia, a necessidade de convivência entre condôminos é o epicentro de muitos atritos internos, o que nos leva a questionar acerca dos limites das reprimendas decorrentes da reiteração de diversas condutas antissociais.

(Metodologia) A presente pesquisa será conduzida através de metodologias qualitativas, especialmente, a revisão de literatura, pela qual serão analisadas as divergências doutrinárias no que diz respeito aos pontos controvertidos acerca dos direitos e dos deveres vindouros da fixação de residência em condomínio edilício. Além disso, será feita também uma análise jurisprudencial com a finalidade de conhecer os posicionamentos dos tribunais superiores perante as omissões legislativas evidenciadas no atual Código Civil em matéria de eventuais punições ao condômino antissocial.

(Resultados) Primeiramente, constata-se uma notória lacuna na legislação civilista brasileira, dado que, apesar de a figura do condômino antissocial ser citada algumas vezes no Código Civil, o legislador, em nenhum momento, se ateuve à necessidade de desenvolver mais acerca de tal expressão. Assim, tendo em vista que tal emblema apresenta relativa constância na realidade fática, coube à doutrina e à jurisprudência tecer considerações adicionais a seu respeito. Embora nenhuma dessas outras fontes do direito seja pacífica, tem-se que ambas determinam a aplicação de sanções progressivas àqueles que desrespeitem o regimento interno do condomínio, embora não concordem com o quantum a ser aplicado. Nesse sentido, caracterizam o comportamento antissocial como aquele passível de geração de prejuízos ao bom convívio dos moradores, dificultando, assim, a vida em comunidade. Dessa forma, apesar de haver discordâncias, a jurisprudência majoritária consolidou o entendimento de que é possível que os condôminos optem pela exclusão do condômino antissocial que insiste em descumprir as convenções do condomínio, desde que seja respeitado o direito ao contraditório e que a questão seja submetida à decisão por assembleia e à ação judicial.

(Conclusão) Tomando como base o desenvolvimento das teorias constitucionalistas recentes, inclusive, a adotada pela Carta Magna brasileira, já é cediça a inviabilidade de se estabelecerem direitos absolutos e irrestritos, uma vez que a comunhão de garantias ilimitadas resultaria na impossibilidade universal de seu exercício. Assim, o que deverá ser analisado, aqui, é a proporcionalidade da medida concernente à exclusão do condômino antissocial. Muito embora não haja expressa previsão legal, deve ser feito um juízo de valor sobre cada caso concreto, tomando como norteador a função social da propriedade. Nesses termos, percebe-se que, ao se verificar a impossibilidade de correção do comportamento antissocial, devem-se observar os direitos relativos à saúde, sossego e segurança dos condôminos, tornando legítima a expulsão em certos casos. Note-se que nem mesmo essa punição é absoluta, visto que a única coisa a ser perdida é a posse direta, sem prejuízo aos demais direitos da propriedade e que as garantias à ampla defesa são respeitadas.

Palavras-chave: Condomínio; condômino antissocial; expulsão.

O CONFLITO DAS COMPETÊNCIAS CONSTITUCIONAIS FRENTE À PANDEMIA DO COVID-19

Autor(es):

Aline Medeiros de Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Maria Luiza Maia Fernandes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Lillian Suyanne de Medeiros Góes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Laura Barreto Escóssia: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Andréa de Andrade Fernandes: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho tem como intuito evidenciar as divergências causadas nos conflitos de competência entre os entes federativos no contexto da pandemia da Covid-19. Uma vez que o Sistema Único de Saúde (SUS) necessita de organização e administração em todas as esferas federativas do governo de forma descentralizada, entende-se que cabe aos âmbitos federal, estadual e municipal zelar por esse. Contudo, devido ao vasto território brasileiro, bem como o seu grande volume populacional, durante a pandemia da Covid-19, surgiram conflitos, levados até o Supremo Tribunal Federal, acerca de quem teria competência constitucional para instaurar e gerir medidas para o enfrentamento desse período.

(Metodologia) Para tanto, realizou-se pesquisa qualitativa teórica, por intermédio de revisão bibliográfica de artigos científicos e estudo de caso acerca do desconhecimento das competências constitucionais, assim como as consequências de tal desconhecimento.

(Resultados) A pandemia do Covid-19 evidenciou conflitos quanto às competências constitucionais na gestão de crise da saúde pública no Brasil. Estes referidos conflitos foram levados ao Supremo Tribunal Federal para decidir, à luz da Constituição Federal, acerca das atribuições de cada uma das esferas de governo. A decisão do Supremo vetou que o governo federal concentrasse em suas próprias decisões a gestão da crise de saúde para regulamentar uma medida única em todo território nacional. Em relação à saúde e assistência pública, a Constituição consagra a existência de competência administrativa comum entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios (art. 23, II e IX), bem como prevê competência concorrente entre União e Estados/Distrito Federal para legislar sobre proteção e defesa da saúde (art. 24, XII): permitindo aos Municípios suplementar a legislação federal e a estadual no que couber, desde que haja interesse local (art. 30, II). No exercício da competência legislativa concorrente a União tem a atribuição de editar normas gerais e os Estados, por sua vez, apresentam competência suplementar ou plena (caso não existam normas gerais editadas pela União). Referidas técnicas de competência permitem que haja uma uniformização da legislação e da prestação dos serviços públicos de saúde de acordo com o interesse nacional por meio das normas gerais. Apesar de não se confundirem, tanto a competência legislativa concorrente como a competência administrativa comum podem ser apontadas como técnicas de gestão para maior eficiência diante da extensão territorial brasileira.

(Conclusão) Em síntese, é notório o papel imprescindível da Federação para a manutenção de um Estado Democrático de Direito, a repartição e autonomia dos entes perante o Estado, assim como sua distribuição de competências. No cenário caótico da Covid-19, muito se questionou acerca de qual ente da Federação teria a legítima competência para legislar sobre a saúde, e se seria de matéria privativa da União ou concorrente aos entes. Ao analisar o caso concreto, é certo que não é apenas de interesse e necessidade da União legislar sobre essa temática. Então, de maneira adequada, o Supremo Tribunal Federal proferiu que trata-se de competência legislativa concorrente e competência administrativa comum, visto que diante da pandemia, os Estados tinham diferentes peculiaridades a serem atendidas. Dessa maneira, cada Estado da federação pode criar suas medidas, elencando suas necessidades, como por exemplo, a estipulação de quarentenas.

Palavras-chave: Competências constitucionais; Covid-19; entes federativos; conflito.

O CRIMINOSO A LUZ DA NEUROCIÊNCIA.

Autor(es):

Ana Beatriz Leonez: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Nelisse de Freitas Josino Vasconcelos: Docente do UNI-RN

(Introdução) A pesquisa em questão traz uma análise profunda sobre ideologias do século atual da neurociência e a influência do sistema neuronal nas condutas humanas, assim como a capacidade de adaptação e evolução no tangente à culpabilidade. O juízo de imputação penal tem como base a decisão consciente, ou seja, aquele que cometeu tal crime teve a liberdade de escolha, optando por cometer tal ato ilícito, enquanto que a visão atual da neurociência enxerga a culpabilidade e responsabilidade considerando mutações biológicas, químicas e psicológicas, é necessário a revisão do conceito de culpabilidade de um criminoso colocando a ciência penal em consonância com as atuais conclusões da neurociência, para tal estudo também tornou-se necessário as pesquisas do criminologista e médico psiquiatra Cesare Lombroso, realizadas no século XIX que predominava outra realidade social, o criminologista italiano constatava que o ato de cometer crimes era um fenômeno biológico e não um ente jurídico, como afirmavam os clássicos da época, levando a crer que o criminoso era um ser atávico, um selvagem que já nasce delinquente tão somente por suas características físicas e comportamentais, uma espécie de subtipo humano.

(Metodologia) No trabalho será usada a metodologia de pesquisa bibliográfica, onde será predominante o uso de livros e artigos científicos já elaborados por outros autores, especialmente os livros do autor Cesare Lombroso, o método de pesquisa será o dedutivo, visto que será usada a dedução para uma possível solução em que o método punitivo do direito penal tenha influências da neurociência. Será uma pesquisa explicativa, identificando fatores que exemplificam o juízo de imputação penal do século XXI antigo e injusto, e a abordagem escolhida para esta pesquisa será a qualitativa sendo exemplificados e compreendidos pontos da criminalidade em cada tipo de situações diferentes como biologicamente e socialmente.

(Resultados) A presente pesquisa terá como resultado final uma forma de punibilidade para o delinquente justa e baseada em conceitos da neurociência, neurocriminologia, direito penal e constituição federal.

(Conclusão) Esse trabalho propôs conceituar os ideais da neurociência e sua relação com a culpabilidade, liberdade e criminalidade do Brasil fazendo uma análise de como esses requisitos são vistos desde séculos passados até o presente momento, e mesmo com a evolução no campo científico e na área jurídica ainda é possível identificar problemáticas enraizadas, desta forma é essencial a reforma no juízo de punibilidade atual trazendo elementos da neurociência para o sistema penal com o objetivo de erradicar a criminalidade entendendo a sistemática do comportamento criminoso e procurando a melhora deste em todos os âmbitos.

Palavras-chave: Neurociência, criminoso, culpabilidade.

O DIREITO DA HERANÇA EM RELAÇÃO AO CONCUBINATO QUE TENHA GERADO FILHO

Autor(es):

Maria Eduarda Alves Figueiroa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosângela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) Marília Mendonça cantava em um de seus versos: “amante não tem lar”. Porém, antes de validar ou invalidar o pensamento da eterna rainha da sofrência, faz-se necessário o entendimento de que, consoante o Código Civil Brasileiro e a inteligência fixada nos diversos tribunais, a amante, de fato, não teria direito a herança. Nesse sentido, o Código prevê a possibilidade de herança somente para o cônjuge e, também, para o companheiro sobrevivente em igualdade de condições. Diante disso, a relação extraconjugal é entendida pelo Código como uma relação de concubinato, o que enseja na exclusão de possibilidade de ser herdeiro, inclusive, mesmo havendo testamento. Portanto, o de cujus não poderá assegurar a sua herança para aquele em que mantém uma relação de concubinato. Ademais, cabe ressaltar que tal entendimento também é admitido em sede dos tribunais superiores. Entretanto, mesmo que o concubinato não garanta direito à herança, o filho advindo desta relação, concorre com os demais herdeiros legítimos com igualdade de direitos. Tendo em vista que o Código Civil atual não faz distinção da legitimidade do filho. Nesse sentido, poderá a concubina representar a criança em juízo, porém a garantia da herança é tão somente do filho. Por fim, embora o STF não reconheça o direito à herança a pessoa que possua relação de concubinato, a partilha de bens poderá ser possível apenas se comprovado que o patrimônio adquirido decorreu de esforço comum. Ante o exposto, digamos que Marília Mendonça estava parcialmente certa, mas, de fato, a sua visão está em concordância com o entendimento fixado no Código e nos Tribunais Superiores.

(Metodologia) Utilizaremos a abordagem indutiva e a pesquisa bibliográfica para que seja possível entender como os tribunais vêm se posicionando acerca dessa realidade.

(Resultados) Espera-se que os resultados desse estudo demonstrem o posicionamento do Código Civil e dos Tribunais superiores quanto ao reconhecimento de direitos sucessórios conferidos a relação de concubinato. Diante disso, cabe ressaltar que o Código juntamente aos Tribunais Superiores majora a compreensão de que a amante não possui direitos sucessórios. Porém, em decorrência da contribuição da amante para a aquisição de patrimônio, é possível a recuperação do que foi investido. Isso ocorre com o objetivo de evitar o enriquecimento ilícito por parte do amante. Ademais, também é justo ressaltar que, embora a concubina não se beneficie do direito sucessório, por não possuir uma relação reconhecida juridicamente, essa espécie de invalidação não recai sobre o fruto do concubinato, isto é, sobre os filhos advindos dessa relação, tendo em vista que são herdeiros legítimos.

(Conclusão) Concluiu-se que o entendimento fixado no Código Civil e nos tribunais superiores é o de que a amante não possui direito à herança. Contudo, o direito deste atingirá somente a cota da parte dos bens que pertencem ao falecido e que foram adquiridos a título oneroso na constância da relação. Além disso, é justo ressaltar que os filhos advindos dessa relação são herdeiros legítimos e que não possuem quaisquer distinções acerca de outros descendentes em grau de importância. Diante disso, se faz necessária a análise cada caso em sua particularidade, para que haja busca pelos direitos sucessórios pertinentes a amante, sempre considerando aos princípios da Constituição Federal, que prevê a Dignidade da Pessoa Humana e a isonomia.

Palavras-chave: Direito sucessório; amante; filhos.

O DIREITO DE SUCESSÕES E A LEGALIDADE DA DESERDAÇÃO

Autor(es):

Sarah Souto de Araújo Lordão: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

José Eduardo Nunes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Guilherme Eduardo Araújo da Nóbrega Coutinho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Hansmyller de moura bernardo caeira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) Os objetivos que se pretendem alcançar são a compreensão do direito de família com base na análise do caso prático, onde é possível visualizar como esses conceitos legais se aplicam na prática. Além disso, objetiva promover uma interpretação do código civil a partir do caso concreto em questão.

(Proposta do roteiro) Francisco (Hansmyller) é o fazendeiro pai de Maria (Sarah) que quer que a filha se case com João (Guilherme), a fim de conseguir muitas terras de sua família. Porém, Maria quer se casar com José (Eduardo), uma pessoa humilde da região. Seu pai, indignado, afirma para a sua filha que não aceitará essa humilhação para a família e diz que irá deserdá-la. Com isso, Maria teme o acontecido e vai até um advogado para obter informações jurídicas. O advogado explica a ela “juridicamente” que ela pode casar-se sem problema algum com José, tendo em vista que isso não se encaixa nas hipóteses de deserdação no Código Civil. (art. 1.962, CC).

(Efeitos esperados) Os efeitos esperados incluem a aquisição de conhecimento jurídico prático, o desenvolvimento de habilidades analíticas e de comunicação, a reflexão sobre questões éticas e o estímulo a discussões acadêmicas que enriqueçam a compreensão dos estudantes sobre o Direito e seu papel na sociedade. Isso contribui para a formação completa de futuros profissionais do Direito.

O DIREITO INDISPONÍVEL À VIDA: COMO A PRÁTICA DO ABORTO AFRONTA UM DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Autor(es):

Tassos Orlando Caldas Machado Galvão Lycurgo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Ricardo César Ferreira Duarte Junior: Docente do UNI-RN

(Introdução) A questão do aborto é um tema polêmico mas importantíssimo que tem gerado debates acalorados em todo o mundo, principalmente recentemente com a queda de "Roe v Wade" no EUA e a discussão acerca do ADPF 442 no Brasil. Neste contexto, é crucial explorar o conceito de direito natural à vida e como ele se aplica à discussão presente. Esta pesquisa visa descrever de forma sequencial os principais aspectos dessa questão, destacando o problema de pesquisa, que envolve o direito indisponível à vida e como atinge a questão do aborto. Além disso, esclarecer-se-á o enquadramento teórico, que estabelece a base para a defesa do direito natural à vida como um princípio fundamental e o início da personalidade civil, conforme prevista no Art. 2º do Código Civil: "A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro

(Metodologia) Para conduzir esta pesquisa, adota-se uma abordagem dedutiva que combina revisão de literatura, análise de argumentos filosóficos e éticos, bem como considerações jurídicas e científicas relacionadas ao aborto. Examinaremos as diferentes correntes de pensamento, desde o ponto de vista do direito natural, e analisaremos como esses argumentos se aplicam à discussão sobre o aborto.

(Resultados) Os resultados desta pesquisa ressaltam a importância do direito natural à vida na discussão sobre o aborto. O argumento em defesa do direito à vida do feto se baseia na premissa de que a vida humana é inerentemente valiosa e digna de proteção, desde o momento da concepção. A ciência moderna tem apoiado essa visão, reconhecendo o desenvolvimento contínuo do feto e sua capacidade de sentir dor e responder a estímulos muito antes do nascimento. Além disso, consideraram-se os aspectos éticos envolvidos, demonstrando, assim, o dever Estatal e da sociedade de auxílio às mulheres em gravidez. A defesa do direito natural à vida como princípio fundamental contribui para uma discussão ética e moral mais sólida.

(Conclusão) Em conclusão, esta pesquisa destaca a importância do direito natural à vida como um princípio fundamental na discussão sobre o aborto. A vida humana, desde a concepção, é digna de proteção e respeito. Embora o debate sobre o aborto envolva muitos fatores complexos, incluindo a autonomia da mulher e questões de saúde, o direito à vida do feto não deve ser ignorado. A defesa do direito natural à vida contribui para uma abordagem ética e moral sólida no debate sobre o aborto, reconhecendo o valor intrínseco da vida humana. Isso não nega a importância de considerar as circunstâncias individuais, mas enfatiza a necessidade de uma ponderação cuidadosa dos direitos e interesses em jogo. Este estudo destaca a necessidade de futuros diálogos e investigações sobre o tema, a fim de buscar soluções que respeitem tanto o direito à vida do feto quanto a autonomia da mulher, equilibrando de forma justa os valores em jogo.

Palavras-chave: Aborto; direito natural; direito indisponível; constituição.

O DIREITO NO RENASCIMENTO: CRÍTICA E SOLIDIFICAÇÃO DA CIÊNCIA JURÍDICA NO RENASCIMENTO EUROPEU E ESPANHOL

Autor(es):

Lucas Francisco Costa de Lima: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
João Paulo Cirilo de Medeiros: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Gabriela Lima de Alencar Albuquerque: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Fabio Fidelis de Oliveira: Docente do UNI-RN

(Introdução) Ao tratar propriamente do direito na renascença se faz necessário destacar que existiram dois Renascimentos que operaram conjuntamente a partir do século XV. O primeiro é o Renascimento Jurídico Europeu que fora encabeçado principalmente por gramáticos, surge com o aspecto de crítica ferrenha ao escolasticismo jurídico das universidades medievais que enrijecia e mecanizava o método de aprendizado, além disso era fundamentado na decadência do Direito Romano Justiniano, contra a tradição de glosadores, comentadores e rechaçando ferrenhamente o artifício da opinio communes que era usada pelos juristas medievais; o objetivo principal era purificar o Direito Romano dos exageros da retórica escolástica e salvá-lo através do studia humanitates, ou seja, se pretendia voltar ao direito clássico do humanismo grego e da antiguidade, apoiando-se, por exemplo, em um Marco Túlio Cícero e rejeitando a tradição medieval de um Bártolo de Sassoferrato. O segundo Renascimento Jurídico se deu na Espanha e foi encabeçado pelos jus-teólogos da Escola Ibérica da Paz, este de caráter notadamente católico, medieval e escolástico. Um dos principais assuntos jurídicos abordados por esses autores é o da limitação do poder dos Reis, nesse sentido Francisco Suárez surge como o principal sistematizador jurídico acerca da potestade régia na sua contenda contra o Rei Jaime I da Inglaterra. Nesta ocasião, Suárez se apoia na argumentação de personalidades da Escola Ibérica da Paz, como Francisco de Vitória, Domingo de Soto, Luiz de Molina, Azpilcueta Navarro e Diego de Covarrubias, para destacar a forma como os Reis adquirem seus poderes de soberanos a partir da vontade do povo, pois Deus transmite legitimidade a comunidade para que ela mesma confira o poder de autoridade ao Rei. Tal argumentação acaba por atualizar o pensamento medieval presente em São Tomás de Aquino “que o próprio Suárez cita de forma direta ao tratar do assunto” quando este se refere a possibilidade da governança dos infieis sobre os fieis no aspecto do direito humano, acabando por tratar, de forma indireta, da questão das limitações do poder temporal.

(Metodologia) O procedimento metodológico adotado foi a pesquisa bibliográfica, principalmente a partir das obras “Humanismo e Direito em Portugal do Século XVI”, de Nunu J. Espinosa, “Defensio Fidei” de Francisco Suárez e na “Summa Theologica I-IIae” de Santo Tomas de Aquino.

(Resultados) É possível notar uma clara distinção de pensamento entre os dois Renascimentos citados. Enquanto o Renascimento Europeu, de caráter mais amplo, apresenta um aspecto claramente antimedieval e crítico, o Renascimento Espanhol denota uma linha clara de continuação e maturidade, isto é, analisa e compreende os aspectos da ciência jurídica medieval e, não tomando uma postura disruptiva, conserva a ciência medieval e a adapta ao seu tempo histórico.

(Conclusão) Por fim, é possível concluir que não se pode tomar a época do Renascimento como um período simplista e marcado apenas pela superação do ethos medieval. Na verdade, quando se analisa o caso do Renascimento Espanhol a partir do ponto de vista jurídico fica evidente que a experiência espanhola, de mediação entre a modernidade e o medieval, fornece subsídios para uma gama complexa de teorias jurídicas que ainda não foram estudadas por completo e que carecem de mapeamento na história das ideias.

Palavras-chave: Renascimento Europeu; Renascimento Espanhol; Direito Romano; Escola Ibérica da paz.

O DIREITO SUCESSÓRIO EM CASO DE FAMÍLIAS MULTIPARENTAIS NA ATUALIDADE.

Autor(es):

Maria Yasmin Martins Ferreira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) O Direito é um instrumento utilizado para promover a justiça de forma imparcial perante a sociedade. Dessa forma, deve se manter sempre atualizado e equiparado ao desenvolvimento, bem como ao contexto social presente na atualidade, para que não permita a desigualdade. Está em constante desenvolvimento e reconstrução, devendo ser reinterpretado quando necessário. A estrutura familiar, ao longo dos anos, passou por diversas modificações, principalmente a partir da Constituição Federal de 1988, onde houve definitivamente a inserção de uma nova visão de “família” em nosso ordenamento jurídico, de modo que possibilitou o reconhecimento de diversas formas de parentesco, sejam eles biológicos ou afetivos, bem como ainda a inclusão dos direitos entre os filhos, sendo considerado um grande avanço à luz do direito civil. Diante de tantas mudanças, o direito sucessório também necessitou se adequar, no tocante a partilha de bens dentro destes novos âmbitos familiares.

(Metodologia) A metodologia utilizada para desenvolver este artigo será através de uma pesquisa de caráter exploratório, haja vista que será utilizado um levantamento bibliográfico em busca do desenvolvimento do tema, bem como tentar solucionar um assunto que não foi tão levado em consideração no passado, explorando esta temática.

(Resultados) O resultado desejado diante de toda essa dissertação é analisar os efeitos sucessórios em casos de famílias Multiparentais, levando em consideração que esta visão de família já está devidamente reconhecida legalmente, sendo necessário explorar os direitos sucessórios relacionados a ela, principalmente no tocante aos graus de parentesco, de modo que possam ser evitados os conflitos jurídicos, bem como ainda, explorar a intercessão entre o Direito de Família e o Direito Sucessório, analisar a forma da Lei Sucessória em casos de famílias Multiparentais, sugerir uma solução para proteger os bens e patrimônios do modelo familiar em questão, expandir conhecimento e promover discussão social acerca da abordagem da Lei Sucessória e sua utilidade, ao ponto em que seja definitivamente considerável realizar a sua reforma.

(Conclusão) Frente à tudo o que até aqui foi exposto, percebe-se que a compreensão histórica da estrutura familiar, em especial a família multiparental, é de extrema importância para que se possa assimilar ao direito sucessório, a partilha de bens em suas linhas e graus, onde, a partir disso, possa ser definitivamente realizada uma percepção legal e social acerca desta temática em tais condições. Desta forma, o direito sucessório necessita ser reformado para que possa abranger os diversos modelos de família, em especial as multiparentais, visualizadas nos dias de hoje, bem como para que possa gerir de maneira justa, a distribuição da herança e o patrimônio deixado pelos que falecem, evitando assim possíveis conflitos jurídicos.

Palavras-chave: Código Civil; direito de família; direito sucessório; multiparentalidade; partilha de bens.

O FEMINICÍDIO NO BRASIL

Autor(es):

Vitor Sândoli da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) O feminicídio, caracterizado como o assassinato de mulheres em razão de sua condição de gênero, é uma triste realidade que assola o Brasil e muitos outros países ao redor do mundo. No Brasil, essa epidemia silenciosa vem crescendo de forma alarmante, desafiando a sociedade a enfrentar questões profundamente enraizadas de desigualdade de gênero e violência contra as mulheres, o feminicídio no Brasil é alimentado por uma série de fatores interconectados. A desigualdade de gênero é uma das causas fundamentais, uma vez que as mulheres frequentemente enfrentam discriminação, falta de acesso a recursos e oportunidades, e são vítimas de violência doméstica e psicológica. A cultura machista, que perpetua estereótipos de gênero prejudiciais, também desempenha um papel significativo na normalização da violência contra as mulheres.

(Metodologia) A pesquisa foi fundamentada utilizando pesquisas em outros artigos científicos, palestras, matérias de jornais e sites do governo, com a utilização de gráficos estatísticos e dados científicos.

(Resultados) O feminicídio é uma epidemia global que exige ação imediata e coordenada. Uma abordagem multidisciplinar é necessária para compreender suas causas, consequências e implicações em diversas áreas do conhecimento. Somente através da colaboração entre sociólogos, psicólogos, juristas, políticos, profissionais de saúde e muitos outros, podemos esperar reduzir e eventualmente eliminar o feminicídio e promover uma sociedade mais justa e igualitária para todas as mulheres. É imperativo que o feminicídio seja tratado não apenas como um problema individual, mas como um desafio social e global que requer uma resposta coletiva.

(Conclusão) O feminicídio é um tipo de "homicídio qualificado por motivo torpe", e suas implicações geram muitos traumas em famílias, e esse problema deve ser tratado o quanto antes, novas formas para reduzir os feminicídios devem ser encontrados e postos em prática para acabar com esse problema o mais rápido possível.

Palavras-chave: Violência contra a mulher; feminicídio; violência de gênero no Brasil.

O IMPACTO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES ADMINISTRATIVAS NO BRASIL

Autor(es):

Oscar Vinicius Medeiros Pisco Rocha: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Ricardo César Ferreira Duarte Junior: Docente do UNI-RN

(Introdução) A nova Lei de Licitações no Brasil, promulgada em 2021, representa um marco importante no sistema de contratações públicas do país. Essa legislação busca modernizar e aprimorar o processo de licitação, visando a eficiência, transparência e combate à corrupção. Neste estudo, examinaremos o impacto da nova lei nas licitações administrativas, analisando seus objetivos, metodologia, resultados e conclusões.

(Metodologia) A pesquisa será conduzida por meio de uma revisão bibliográfica e análise de estudos de caso. Serão consultadas fontes oficiais, como a Lei nº 14.133/2021 e documentos governamentais, além de artigos científicos e relatórios técnicos sobre o assunto. Será feita uma comparação entre a antiga Lei de Licitações (Lei nº 8.666/1993) e a nova legislação para identificar as principais mudanças e inovações trazidas pela nova lei.

(Resultados) Os resultados obtidos até o momento indicam que a nova Lei de Licitações Administrativas tem impactado positivamente o processo de contratação pública no Brasil. Entre os principais resultados observados, destacam-se: Modernização e agilidade: A nova lei introduziu modalidades de licitação mais flexíveis, como o diálogo competitivo, que permite maior interação entre a Administração Pública e os licitantes. Isso tem possibilitado a contratação de soluções mais adequadas e inovadoras, promovendo a modernização e agilidade no processo de licitação. Transparência e combate à corrupção: A nova legislação estabelece critérios mais objetivos na seleção dos licitantes, reduzindo a discricionariedade e promovendo uma maior transparência nos processos licitatórios. Além disso, a lei prevê sanções mais severas para empresas e gestores públicos envolvidos em práticas corruptas, fortalecendo o combate à corrupção no setor de contratações públicas. Uso de tecnologia: A obrigatoriedade do uso de sistemas eletrônicos para a realização de licitações e contratações tem sido um avanço significativo. Essa medida permite uma maior eficiência na gestão dos processos, facilitando a publicação de editais, o envio de propostas e a gestão dos contratos de forma digital.

(Conclusão) A nova Lei de Licitações Administrativas no Brasil tem uma grande perspectiva, visando proporcionar avanços importantes no processo de contratação pública. As mudanças e inovações trazidas pela legislação visam aprimorar a eficiência, transparência e integridade dos processos licitatórios. Os resultados observados até o momento indicam uma modernização significativa no sistema de licitações, com maior agilidade, transparência e controle. No entanto, é importante ressaltar que a efetividade da nova lei dependerá de uma adequada implementação e fiscalização por parte dos órgãos competentes. O monitoramento contínuo e a avaliação dos resultados serão fundamentais para garantir o cumprimento dos objetivos propostos e a contínua melhoria do sistema de licitações no Brasil.

Palavras-chave: Nova lei de licitações; contratação pública; licitações administrativas; modernização; transparência.

O INSTRUMENTO DA USUCAPIÃO FAMILIAR EM APARENTE CONFLITO COM A EMENDA CONSTITUCIONAL 66/2010

Autor(es):

Julia Costa Ribeiro Dantas: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosângela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) A introdução da modalidade da usucapião familiar no ordenamento jurídico brasileiro – por meio da Lei nº 12.424/2011 e da subsequente introdução do artigo 1.240-A no Código Civil – foi amplamente discutida pela doutrina e trouxe à baila diversos questionamentos acerca dos requisitos para sua configuração, a saber: o abandono do lar por um dos membros de uma relação conjugal. Em especial, pode-se destacar o seu aparente conflito com o teor da Emenda Constitucional nº 66/2010, responsável por alterar o artigo 226, §6, da Constituição Federal, e transformar o entendimento até então consolidado acerca da noção da “culpa” pela separação como aspecto a ser considerado para fins de aquisição de direitos pelos ex- cônjuges ou companheiros.

(Metodologia) A presente pesquisa foi realizada por meio de análises bibliográficas e doutrinárias acerca da usucapião familiar e dos requisitos para a aquisição da propriedade pelo consorte remanescente. Outrossim, a investigação utilizou-se de pesquisas jurisprudenciais, especialmente do posicionamento apresentado pelo Supremo Tribunal de Justiça (STJ), a fim de elucidar a constitucionalidade do instrumento, bem como o respaldo jurídico que encontra sua aplicação.

(Resultados) As pesquisas revelaram, primordialmente, relevantes divergências doutrinárias sobre a possível afronta da usucapião familiar à Emenda Constitucional 66/2010: para Maria Berenice Dias, por exemplo, a nova lei representa grande retrocesso, uma vez que desarrazoadamente ressuscita a identificação da causa do fim do relacionamento, sepultada com a Emenda de 2010 “que havia, enfim, feito desaparecer prazos e atribuições de culpa no processo de separação” e gera grave insegurança jurídica quanto ao real significado do “abandono” aludido. Por outro lado, para doutrinadores como Mônica Guazzelli e Cristiano Chaves de Farias, a modalidade não visa discutir a culpa pelo término, e decorre, inclusive, do princípio constitucional do uso social da propriedade. Ademais, o entendimento consolidado do Supremo Tribunal de Justiça aduz que o requisito do abandono do lar vem sendo interpretado não apenas como o afastamento meramente físico do consorte, mas também como a ausência da assistência moral e material à família. Em assim sendo, a posse passível de configurar a referida modalidade da usucapião deve se dar sem oposição da outra parte, o que significa dizer que o abandono deve ser “necessariamente” voluntário. Desse modo, faz-se a usucapião um simples meio de regularizar o estado de fato já inerente à conjuntura descrita, que não pressupõe um juízo de valor acerca da responsabilidade do consorte afastado pela ruptura da convivência.

(Conclusão) À vista do supramencionado, conclui-se que, segundo parte da doutrina e da jurisprudência mais recente, que a aquisição da propriedade por meio da usucapião familiar em nada remete à ideia de culpa outrora concebida pelo sistema jurídico pátrio como elemento capaz de extinguir direitos no processo de divórcio ou separação judicial. Longe de representar qualquer espécie de retaliação em face do consorte afastado, a usucapião familiar, em verdade, teria por objetivo garantir a manutenção da função social da propriedade, resguardando-se o direito à moradia própria e da família, especialmente porque o abandono do lar pelo consorte deve ser voluntário. Desse modo, resta demonstrada a constitucionalidade da usucapião familiar, a qual “apesar da aparente dissensão” não configura afronta ao disposto no artigo 226, §6, da Constituição Federal, porquanto se mostra efetivamente irrelevante para fins de reconhecimento do direito a culpa ou a responsabilidade de qualquer dos consortes pelo término do relacionamento.

Palavras-chave: Usucapião familiar; divórcio; emenda constitucional 66/2010.

O OLHAR DA PSICOLOGIA JURÍDICA SOBRE A TRÍADE HOMICIDA

Autor(es):

Clara Iasmin da Silva Amancio: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Julia Elizabeth Diogenes Florencio: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Vitória Ronquete Vilardo Ferreira: Discente do curso de Psicologia, Formação de Psicólogo do UNI-RN
Thays Eduarda Duarte de Souza: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
João Vyctor Tavares Freire: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) A relação entre a tríade homicida e o comportamento criminoso tem sido objeto de debate e pesquisa nas áreas da psicologia e no direito, dessa maneira, o presente trabalho pretende explorar o olhar da psicologia jurídica sobre a tríade homicida, composta de três características comuns observadas na infância de grande parte dos homicidas. Além disso, busca-se compreender como esse fenômeno é abordado, assim como as suas finalidades e colaborações, de maneira a evitar potenciais crimes de serial killers e elucidar os pilares que sustentam a incidência dos crimes; fizemos então uma análise de psicopatas brasileiros e estadunidenses, para termos dados aprofundados no comportamento humano.

(Metodologia) O trabalho fundamentou-se por meio de pesquisas bibliográficas e artigos acadêmicos consultados na plataforma Google Acadêmico, com os descritores “tríade homicida”, “psicopatia”, “transtorno de personalidade antissocial”, “psicologia jurídica” e “direito”. Adicionalmente foram aproveitados outros artigos previamente disponibilizados pela pasta acadêmica do projeto de extensão Simulação de Investigação e Perícia Forense (SIPEF), como base de discussão do tema para o grupo de estudos.

(Resultados) A pesquisa permitiu compreender as características que compõem a tríade homicida, bem como a relação entre cada uma delas com os comportamentos apresentados por homicidas. Foram contempladas temáticas relacionadas, como o transtorno de personalidade antissocial, a psicopatia, o ciclo do crime do serial killer, metodologias de reconstituição do crime, entre outros, considerando sua relevância na elaboração de perspectivas e estratégias. Além disso, alguns estudos de casos de homicidas foram incorporados para elucidar o entendimento acerca de questões psíquicas e judiciais.

(Conclusão) onstatou-se que a perspectiva da psicologia jurídica sobre a tríade homicida é fundamental para compreender o comportamento criminoso, particularmente em serial killers. Essa abordagem ajuda a identificar fatores de risco na infância e a fornecer percepções para avaliações psicológicas mais abrangentes no sistema jurídico. Além disso, destaca a necessidade de intervenções precoces e enfatiza a complexidade das questões psicológicas e legais envolvidas, reforçando a importância da colaboração interdisciplinar na resolução desses casos. Em suma, o estudo da tríade homicida contribui para a prevenção de crimes e para uma administração mais justa da justiça.

Palavras-chave: Psicologia; direito; homicida; serial killer.

O PODER DOS INFLUENCIADORES DIGITAIS E O CDC

Autor(es):

Valter Henrique Cidade Ferreira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Marcelo Henrique de Sousa Torres: Docente do UNI-RN

(Introdução) No século XXI aconteceu o advento das redes sociais. Atualmente por intermédio delas, a exemplo do Whatsapp, Facebook, Twitter, Youtube, Instagram, o mundo tem se tornado cada vez mais conectado virtualmente, formando um espaço em que as pessoas compartilham suas opiniões pessoais sejam elas políticas, religiosas e até mesmo sobre diversos produtos de consumo e serviços. Nesse ínterim começaram a surgir grupos de pessoas produzindo conteúdos relacionados à política, às causas sociais, a jogos e à publicidade de produtos e serviços. Hoje os chamamos de influenciadores digitais. Esses indivíduos começaram a ter uma influência tão grande tanto no meio virtual quanto no meio social, que acabaram ascendendo socialmente.

(Metodologia) Trata-se de pesquisa teórica de cunho bibliográfico e jurisprudencial com aplicação do método de abordagem dedutivo, tendo por objetivo determinar a responsabilidade dos influenciadores digitais a partir a partir da análise da responsabilidade geral dos fornecedores, prevista no Código de Defesa do Consumidor. Como método de procedimento será utilizado o método comparativo com o objetivo de averiguar a responsabilidade dos influenciadores digitais com as dos demais sujeitos intervenientes na relação de consumo.

(Resultados) Os influenciadores digitais divulgam produtos ou serviços em suas redes sociais, atuando no diretamente no convencimento de seus seguidores para a aquisição dos bens divulgados. Todavia, deve ser observado que o público seguidor desses influenciadores digitais deseja ser semelhante a eles, ter um modo de vida como o deles, adquirir e usar os mesmos produtos que eles utilizam. E assim, para satisfazer esse desejo adquirem os produtos por eles divulgados, muitas vezes sem a real necessidade da aquisição, sem qualquer avaliação da qualidade daquele produto, pois como confiam no influenciador digital, pressupõem que, se ele divulgou, é porque o produto é bom e pode ser adquirido. Desta forma, os influenciadores digitais agem como garantidores dos produtos e serviços divulgados.

(Conclusão) A publicidade realizada pelo influenciador digital é diferente da tradicional, pois o seguidor adquire o produto não apenas por suas qualidades, mas principalmente porque foi recomendada pelo influenciador ou porque ele o utiliza. Desta forma, muito mais do que uma publicidade, os influenciadores digitais atuam como verdadeiros “fornecedores”. Neste caso, se o seguidor adquire um produto cujas qualidades não correspondem à realidade e sofre dano, o influenciador digital deverá também ser responsabilizado, pois foi por meio de sua ação persuasiva que o seguidor se tornou consumidor, adquirindo o produto que lhe causou o dano. A regra para os fornecedores no CDC é a responsabilidade objetiva com base na teoria do risco da atividade, devendo da mesma forma ser adotada essa responsabilidade para os influenciadores digitais, pois ao divulgar o produto com base nas suas experiências, o influenciador obtém benefícios sejam econômicos ou de aumento do número de seguidores interessados em suas histórias de vida. Admitir a responsabilidade subjetiva para esses profissionais ou não admitir sua responsabilidade pela divulgação de produtos é colocar o consumidor em condição de vulnerabilidade, afrontando o princípio da confiança e da boa-fé e dificultando a reparação do dano por ele sofrido por ter confiado no influenciador digital.

Palavras-chave: Direito do consumidor; influenciadores digitais; responsabilidade.

O PODER LEGISLATIVO NA REGULAMENTAÇÃO DE CONTRATOS DE TRABALHO: NA PERSPECTIVA DO DIREITO CIVIL CONTRATUAL.

Autor(es):

Sofia Meirelles Portela Bezerra e Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Vitória Régia Batista Fernandes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Rany Estefani Ferreira da Gama: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Andréa de Andrade Fernandes: Docente do UNI-RN

Marcelo Henrique de Sousa Torres: Docente do UNI-RN

(Introdução) No âmbito das relações trabalhistas no Brasil, a regulação das relações de trabalho se estabelece por meio de uma intrincada relação entre o Poder Legislativo, os princípios constitucionais e o direito civil contratual. Este estudo se concentra na análise minuciosa dessa interação, examinando como o Poder Legislativo influencia a legislação trabalhista e sua conformidade com os princípios fundamentais da Constituição e do direito contratual.

(Metodologia) A metodologia envolveu pesquisas em contextos históricos, sociais e dispositivos legais, com foco na regulamentação dos contratos de trabalho, como base para análise dos princípios constitucionais, resultando em uma organização lógica e compreensível dos resultados.

(Resultados) O Poder Legislativo desempenha um papel crucial na determinação das condições e direitos dos trabalhadores. Isso é, estes órgãos possuem o poder e a responsabilidade de criar, alterar e revogar as leis trabalhistas, regulamentando contratos de trabalho, salários, jornadas de trabalho, direitos dos trabalhadores, entre outros. Em primeiro lugar, entende-se que os contratos de trabalho constituem o alicerce das relações empregatícias, dessa forma, devem estar de acordo com às leis trabalhistas definindo os direitos e deveres das partes envolvidas, garantindo um equilíbrio dos interesses, isso é, garantem a proteção não só do trabalhador, com questões como segurança no trabalho, remuneração justa e condições adequadas de emprego, mas também dos interesses dos empregadores. Assim, promove-se a elaboração de contratos de trabalho justos que equilibrem os direitos e as responsabilidades das partes envolvidas.

(Conclusão) A relação entre o Poder Legislativo, a regulamentação dos contratos de trabalho e os princípios constitucionais é complexa e de grande importância para a sociedade. É imperativo que o Poder Legislativo formule leis trabalhistas com cautela e equilíbrio, a fim de assegurar sua conformidade com os princípios fundamentais da Constituição. Além disso, enfatiza a necessidade de estabelecer mecanismos de revisão contínua para manter a pertinência e a justiça das leis trabalhistas diante das mudanças sociais e econômicas. Este estudo sublinha a importância de um diálogo constante entre os poderes e a sociedade para alcançar um sistema legal trabalhista que promova os interesses dos trabalhadores, empregadores e o bem comum da sociedade, garantindo assim uma coexistência harmoniosa entre as leis trabalhistas e os princípios constitucionais.

Palavras-chave: Direito civil contratual; regulamentação; leis trabalhistas.

O QUE AS CRISES NA SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE REVELAM SOBRE AS VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS NO SISTEMA PRISIONAL?

Autor(es):

Eirilânia Marreiro Cunha: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN

(Introdução) As crises na segurança pública e no sistema prisional brasileiro é um desafio estrutural profundamente enraizado em um contexto de desigualdade social, cujas origens remontam ao processo histórico de colonização e à construção de relações sociais pautadas na exploração dos povos originários. Essa história de desigualdade tem desencadeado uma série de problemas sociais que persistem até os dias atuais, incluindo a concentração de riqueza nas mãos das elites econômicas e a ampliação das desigualdades.

(Metodologia) Neste estudo, foi adotada a abordagem de cunho exploratório, que conduziu a uma revisão bibliográfica abrangente de modo a examinar fontes acadêmicas, teorias e pesquisas relacionadas às crises na segurança pública e às violações de direitos humanos no sistema prisional. Além disso, de forma complementar, as análises foram fundamentadas com base em dados empíricos específicos do estado do Rio Grande do Norte coletados através de órgãos governamentais e instituições de pesquisa, de modo a embasar as análises e contextualizar as questões locais.

(Resultados) De acordo com o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen) de 2020, o Brasil ocupava o ranking de 3º (terceiro) lugar do mundo com maior número de pessoas em situação de encarceramento. As crises na Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Norte revelam as violações de Direitos Humanos, de acordo com dados do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT). Já de acordo com Melo (201-?, p. 25), o encarceramento em massa, aliado à criminalização da pobreza e a política de guerra às drogas contribui para a sustentação do crime e para a formação de facções criminosas em todo país.

(Conclusão) Posto isso, as problemáticas abordadas revelam a necessidade de uma reavaliação profunda da política criminal do Brasil. Tratam-se de questões profundas que ao longo dos anos e das transformações político-sociais deverão permanecer sendo pauta de constantes discussões, de modo a construir caminhos para o enfrentamento da crise carcerária com incentivo a promoção de políticas sérias de redistribuição de renda, acesso à educação de qualidade e geração de empregos.

Palavras-chave: Direitos humanos; violações; encarceramento; sistema penitenciário; segurança pública.

O QUE É A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA AS MULHERES? QUAIS SÃO OS TIPOS?

Autor(es):

Lya Maria Araújo Batista Dantas: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Eirilânia Marreiro Cunha: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Marília Rodrigues da Silva: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) O presente vídeo tem como objetivo explorar as cinco tipos de violência que as mulheres podem enfrentar no âmbito familiar e doméstico: violência física, caracterizada por agressões físicas diretas; violência psicológica, envolvendo palavras cruéis, insultos e ameaças; violência moral, que inclui manipulação, controle e humilhação; violência sexual, abrangendo qualquer forma de relação sexual não consensual; e violência patrimonial, onde o agressor controla os recursos financeiros da mulher para exercer poder.

(Proposta do roteiro) Intérprete: Olá a todos! Intérprete: Estamos aqui para discutir um tema crucial - a violência doméstica e familiar. Você sabe o que é? As vítimas de violência doméstica vivenciam em seu cotidiano violências invisíveis, a partir das violências psicológica, moral, sexual e patrimonial. A fim de resguardar proteção às mulheres nessas circunstâncias, é aprovada a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, e define violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial. [5 Tipos de Violência: 1) Mostre o sinal para "violência física"] - Intérprete: Vamos começar falando sobre a violência física. Isso engloba agressões como empurrões, socos e qualquer forma de machucar alguém fisicamente. [2) Mostre o sinal para "violência psicológica"] - Intérprete: A violência psicológica inclui palavras cruéis, insultos e ameaças que causam dor emocional. [3) Mostre o sinal para "violência moral"] - Intérprete: Envolve manipulação, controle e humilhação constante. [4) Mostre o sinal para "violência sexual"] - Intérprete: Abrange qualquer forma de relação sexual não consensual. [5) Mostre o sinal para "violência patrimonial"] - Intérprete: A violência patrimonial é quando controla o dinheiro e recursos da mulher para exercer poder. Intérprete: Lembre-se de que a violência doméstica não é tolerável em nenhuma circunstância. Se você ou alguém que você conhece está enfrentando isso, por favor, busque ajuda. Existem recursos disponíveis para apoiá-lo. Ligue: 180. [Encerre com um sorriso e agradeça em Libras] Intérprete: Agradecemos por assistir. [Fim do vídeo].

(Efeitos esperados) Este trabalho tem o papel de incluir e destacar em material voltado para a comunidade surda, a importância de combater a violência doméstica e familiar e enfatiza a necessidade de conscientização e ação para proteger os direitos e a segurança das mulheres em situações de risco.

O SENSACIONALISMO MIDIÁTICO E SEUS EFEITOS NA IMPARCIALIDADE JUDICIAL

Autor(es):

Tassos Orlando Caldas Machado Galvão Lycurgo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Introdução) O fenômeno da influência da mídia em casos criminais é um tópico de extrema relevância no campo do Direito. A capacidade da mídia de moldar a opinião pública, influenciar as partes envolvidas em um processo e até mesmo afetar as decisões judiciais é algo que merece uma análise aprofundada. Abordar-se-á, portanto, os principais conflitos da intervenção da mídia em casos criminais. O sensacionalismo midiático, transforma casos criminais em espetáculos públicos, criando pressão sobre o sistema de justiça. O público em geral, frequentemente exposto a informações parciais e emocionalmente carregadas, forma opiniões que podem ser influenciadas pelas narrativas veiculadas pela mídia. Isso levanta questões fundamentais sobre a imparcialidade do julgamento e a capacidade de garantir um processo justo. Ora, como um júri pode ser imparcial ao já ouvir do caso de outras fontes com parcialidade? No enquadramento teórico, destaca-se a importância de uma justiça eficaz e imparcial. A justiça deve ser cega, não influenciada por pressões externas, para garantir a aplicação adequada das leis e a proteção dos direitos dos acusados. No entanto, o sensacionalismo midiático desafia essa imparcialidade. Torna-se, portanto, algo que necessita ser discutido.

(Metodologia) Para conduzir esta pesquisa, adotamos uma abordagem qualitativa e dedutiva. Primeiramente, faremos a análise aprofundada de casos específicos, investigando como a cobertura midiática afetou o andamento do processo, as decisões judiciais e a percepção pública. Além disso, revisaremos extensamente a literatura existente para embasar nossa análise. Outro componente essencial da metodologia será a análise de conteúdo de notícias e documentos legais relacionados a casos escolhidos. Isso nos permitirá quantificar o alcance da influência da mídia. Também realizaremos entrevistas com especialistas em direito e comunicação para obter uma perspectiva mais abrangente sobre a interação entre a mídia e a justiça.

(Resultados) Até o momento, nossos resultados preliminares indicam que o alcance midiático pode, de fato, ter um impacto substancial na resolução de casos criminais. Casos que recebem ampla cobertura midiática tendem a estar sujeitos a uma pressão significativa, tanto em termos de atitudes do público quanto de influência sobre os atores do sistema de justiça. O sensacionalismo midiático muitas vezes obscurece o processo legal, levando a decisões precipitadas baseadas em fatores emocionais e pressões externas, em vez de princípios legais sólidos. Isso pode ter sérias implicações para a justiça e a equidade do sistema legal.

(Conclusão) Em conclusão, esta pesquisa destaca a complexa interação entre a mídia e a justiça no contexto de casos criminais. O sensacionalismo midiático pode afetar de maneira significativa a resolução desses casos, às vezes em detrimento do devido processo legal e da justiça imparcial. Embora a mídia desempenhe um papel fundamental na divulgação de informações, é essencial reconhecer os desafios que ela apresenta para o sistema de justiça. A influência da mídia pode levar a mudanças na legislação e nas políticas jurídicas, o que deve ser considerado com atenção pelos legisladores e profissionais do direito. Logo, esta pesquisa destaca a necessidade de um equilíbrio entre o direito à informação e a busca por uma justiça imparcial. Além disso, aponta para a importância de futuros estudos sobre como mitigar eventuais impactos negativos da influência da mídia no sistema jurídico, garantindo, assim, uma justiça imparcial e equitativa.

Palavras-chave: Manipulação; mídia; crime; sensacionalismo.

O USO DE BANDEIRAS EM VARANDAS E JANELAS DE EDIFÍCIOS E A ANÁLISE DO CÓDIGO CIVIL EM CONDOMÍNIOS.

Autor(es):

Marília Carvalho de Melo guimarães: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) O uso de bandeiras em varandas e janelas de edifícios tem se tornado uma prática cada vez mais recorrente na sociedade brasileira, especialmente tratando-se da influência e polarização política que gerou nas pessoas uma necessidade de reforçar, de diversas maneiras, a sua posição política e o seu patriotismo, ou até mesmo em épocas como a copa do mundo na qual esses sentimentos são mais perceptíveis. Entretanto, essa prática não é permitida de acordo com previsão do artigo 1.336 do Código Civil, visto que as fachadas dos edifícios não podem sofrer alterações, salvo se houver permissão mediante convenção condominial.

(Metodologia) Para realização dessa pesquisa foi utilizado casos noticiados do uso de bandeiras por condôminos em fechadas de edifícios, como o caso ocorrido em São Paulo na qual o condômino, Júlio Zanatto, colocou uma bandeira do Brasil de 2,80 metros por 1,80 metro na varanda de seu apartamento, resultando em uma notificação de que poderia ser multado no valor de R\$ 600,00 (seiscentos) reais, pois não havia permissão dessa prática na convenção do condomínio. Além disso, foram utilizadas referências históricas, dados e análise da legislação brasileira. Como abordagem, foi utilizado o método descritivo, visto que procura se basear em um assunto estudado para aprofundamento, de modo a observar e registrar os fatos.

(Resultados) Entre os principais resultados que foram obtidos, utilizando por base as pesquisas realizadas e a análise do Código Civil, destaca-se o fato de que apesar de a modificação das fachadas dos edifícios ser uma conduta prevista como proibida na legislação, somente sendo permitida quando prevista em convenção condominial, é evidente que é uma prática recorrente e comum na sociedade brasileira, muitas vezes pela falta de punição por esse ato, ou até mesmo porque os condôminos não compreendem que, apesar de ser colocado em sua janela ou em sua varanda, esse item compromete toda a fachada do edifício que é comum a todos os condôminos e visível a todas as pessoas externas a ele. Nesse sentido, é importante destacar que é um dever não facultativo a preservação da forma e da cor da fachada, das partes e esquadrias externas, podendo ser aplicado uma multa de até cinco vezes o valor mensal do condomínio, segundo o código.

(Conclusão) Diante o exposto, observa-se que o uso de itens, incluindo bandeiras, em varandas e janelas de edifícios é uma prática que contraria o que está previsto no Código Civil e só poderá ser colocado caso seja aprovado na convenção do condomínio. Portanto, aquele que não cumprir com os seus deveres e obrigações deve ser punido.

Palavras-chave: Bandeira; edifício; fachada; código civil; condomínio; condômino.

OS ATAQUES DAS FACÇÕES CRIMINOSAS NO RIO GRANDE DO NORTE E A RESPONSABILIDADE DO ESTADO

Autor(es):

Gabrielle Maria Barbosa de Castro: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Ricardo César Ferreira Duarte Junior: Docente do UNI-RN

(Introdução) O Rio Grande do Norte possui uma presença significativa de facções criminosas que contribuem para o aumento da criminalidade, refletindo, assim, a precariedade de investimentos no âmbito da segurança pública e a clara atitude omissiva do Estado. Nessa senda, pode-se observar que é comum situações que retiram a liberdade do cidadão e o seu direito de ir e vir, deixando toda a população refém das organizações criminosas. Noutro bordo, existe a responsabilidade civil do Estado como norma constitucional, a qual estabelece que devem ser reparados os danos causados a terceiros decorrentes de atos omissivos ou comissivos, observando também em determinados casos a teoria do risco administrativo, em que não se faz necessário qualquer comprovação de culpa ou dolo para que a Administração Pública tenha a obrigação de indenizar, sendo prescindível apenas que seja praticado um ato lesivo e injusto decorrente das ações ou omissões estatais. Nesse contexto, os denominados “salves” que ocorreram no início de 2023 e abrangeu todo o Rio Grande do Norte, realizados por uma facção criminosa denominada Sindicato do Crime, que se organizou com a finalidade de obter por meio desses atos a atenção do Estado para a melhoria do sistema prisional, além de outras situações contribuem para sucessivos prejuízos financeiros pela população. Sendo assim, isso tudo provocou danos materiais para alguns cidadãos por terem atado fogo em ônibus e depredado outros patrimônios, assim como ter privado a população de realizar as suas atividades cotidianas. Diante disso, necessário se faz entender a dimensão da culpa do Estado, haja vista que os danos foram inúmeros para a população, sendo inclusive apresentado em âmbito nacional pessoas que perderam os recursos que utilizavam para o seu trabalho.

(Metodologia) Para a pesquisa, utilizou-se o método indutivo, verificando um problema antigo e geral, em conjunto com as notícias e os dados gerados e apresentados pelo próprio Estado no ano de 2023, os quais servem para delimitar o tema supracitado. Ademais, baseou-se em artigos científicos, legislações e jurisprudências de modo a atingir os objetivos explicitados.

(Resultados) A partir dos dados previamente coletados e analisados, além do embasamento científico utilizado na pesquisa, é possível observar pormenorizadamente que o cometimento de delitos no Rio Grande do Norte por organizações criminosas, é grave e aumenta cada vez mais, mormente pela falta de iniciativa do Estado em combater previamente esses atos, com a instituição de políticas públicas e a falta de rigidez na aplicabilidade da lei. Outrossim, o caso se enquadra na responsabilidade objetiva, a qual não necessita de comprovação de dolo ou culpa por parte do Estado, devido a omissão e os danos causados por terceiros, cabendo no caso em apreço a indenização àqueles que diretamente foram prejudicados no referido período.

(Conclusão) Ante o exposto, tem-se que a população possui o direito de ser indenizada pelo Estado, a partir da comprovação da responsabilidade objetiva, tendo em vista que o Rio Grande do Norte não estabelece as atitudes necessárias para combater o crescimento das facções criminosas, bem como o fato decorrente dessa omissão.

Palavras-chave: Responsabilidade civil e objetiva; facções criminosas; administração pública.

OS ATRIBUTOS DOS ATOS DA ESFERA ADMINISTRATIVA

Autor(es):

Maria Fernanda de Andrade Damasceno: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Ricardo César Ferreira Duarte Junior: Docente do UNI-RN

(Introdução) No que concerne aos atributos dos atos da esfera administrativa, se cumpre destacar, inicialmente, acerca dos denominados “atos administrativos”, que se configuram como sendo os atos proferidos por parte da Administração Pública incumbidos de refletir e propagar a vontade do Estado. Tendo em vista a tamanha significância de tais atos, estes possuem determinados atributos intrínsecos, quais sejam, a chamada “presunção de legitimidade”, a “imperatividade”, além do atributo da “autoexecutoriedade” (que se ramifica em dois outros, que são o da “exigibilidade” e da “executoriedade”) e, por fim, se tem ainda o atributo da “tipicidade”, os quais se revelam de suma relevância para que os atos administrativos proferidos atinjam os efeitos inicialmente almejados.

(Metodologia) Para a consecução da presente pesquisa científica, utilizou-se a modalidade de pesquisa bibliográfica, valendo-se da análise de artigos encontrados em sites que possuem credibilidade na temática em voga.

(Resultados) Conforme as informações colhidas durante a presente pesquisa científica, se faz imperioso estabelecer a diferenciação existente entre os atributos dos atos administrativos, de modo que, um de seus principais atributos é o da “Presunção de Legitimidade”, e reside no fato de que os atos promulgados pela administração são recobertos de um caráter verossímil e legal, de tal forma que, desde que não exista disposição contrária, o ato administrativo é apontado como válido. Ademais, outro importante atributo é o da “Tipicidade”, e consiste no fato de que o ato administrativo proferido deve estar pautado na legislação evitando, desse modo, que os atos venham a ferir princípios Constitucionais fundamentais. Outrossim, se tem ainda o atributo da “Imperatividade”, que compreende uma grande parcela dos atos emanados pela administração e se configura por ser o atributo que determina “obrigações” e “restrições” aos indivíduos, as quais deverão ser seguidas pelos mesmos. Além disso, se tem ainda, o atributo da “Autoexecutoriedade” que diz respeito ao fato de que os atos da administração possuem o poder de serem executados de imediato, sendo de suma importância destacar, ainda que tal atributo, como citado anteriormente, se subdivide em dois outros, quais sejam, o da “exigibilidade” e o da “executoriedade”, onde o primeiro se refere à possibilidade que os atos administrativos proferidos possuem de se tornarem exigíveis perante a sociedade. Já no que tange ao segundo, este faz referência ao poder de coação inerente aos atos administrativos, de modo que isto faz com estes sejam verdadeiramente cumpridos pelos indivíduos que vivem no meio social.

(Conclusão) Por todo o exposto fica evidente, por conseguinte, que é indubitável a importância que tais atributos dos atos administrativos possuem para que estes sejam genuinamente e de forma efetiva, aplicados na sociedade, haja vista que sem eles os chamados “atos administrativos” não teriam tamanha relevância e impacto nas decisões e ações que ocorrem cotidianamente, não só na vida de determinados indivíduos, como também, na sociedade em sua forma plena. Ademais, os atributos servem como parâmetros de atuação dos atos da administração evitando, em conjunto com os princípios do Direito Administrativo, a emanção de atos que se contrapõem aos preceitos defendidos pela Carta Magna brasileira.

Palavras-chave: Atos administrativos; atributos dos atos da esfera administrativa; administração pública.

OS CRIMES CIBERNÉTICOS E O DIREITO À SEGURANÇA JURÍDICA NO BRASIL

Autor(es):

*Thiago Vinicius De Souza Pinheiro Soares : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Isac Santos Barbalho : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) A Internet se tornou uma ferramenta essencial no Brasil, com milhões de lares conectados. No entanto, o aumento da conectividade também trouxe um aumento nos crimes cibernéticos. Gerando uma enorme demanda de ilícitos, resultando em uma situação dificultosa de reprimir ou punir os infratores. Diante desse cenário de insegurança virtual, o legislativo promoveu duas novas leis que alteraram alguns pontos importantes que visam dar alcance ao ambiente virtual. Este artigo buscou analisar e apresentar os crimes cibernéticos em seu contexto histórico, conceitual e evolutiva da legislação, com ênfase nas novas leis sancionadas no ano de 2021, que, de maneira direta ou indireta, tratam sobre o assunto. Explorando a interseção entre a tecnologia e a criminalidade no Brasil contemporâneo.

(Metodologia) Utilizamos uma abordagem de pesquisa bibliográfica, examinando fontes acadêmicas, documentos legais e estudos relacionados a crimes cibernéticos no Brasil. Além disso, empregamos o método dedutivo para analisar as informações coletadas.

(Resultados) Nossa análise identificou vários tipos de crimes cibernéticos, incluindo pornografia infantil, fraudes, calúnia e difamação online. A lei n. 14.132 de 2021, traz um importante avanço na criação do crime de perseguição também conhecido por stalking, palavra de origem inglesa que define a conduta de importunação. Anteriormente, a conduta de perseguição se enquadrava no art. 65 da Lei de Contravenções Penais, Decreto-lei 3.688 de 1941, que previa a prisão simples de 15 dias a dois meses, sendo revogado pela implementação da nova lei. O legislativo buscou ter punições mais severas para o tipo de comportamento e o direito a privacidade e a dignidade preservados. Nesse modo a lei 14.155 de 2021, alterou o Código Penal Brasileiro, tornando mais graves os crimes de violação de dispositivo informático, furto, e estelionato, cometidos de maneira virtual ou por meio do ambiente cibernético, e promoveu mudanças no Código de Processo Penal, com a definição da competência de algumas modalidades de estelionato (art. 70, § 4º). Com as implementações das novas leis, verificamos uma tentativa do legislador brasileiro de correr atrás do tempo e da tecnologia, porém tem se tornado um desafio legislar no combate a esses crimes, mas a Lei Carolina Dieckman representou um passo importante na criação de direitos e deveres cibernéticos.

(Conclusão) A segurança jurídica no ambiente virtual é essencial para proteger os direitos dos cidadãos e combater a criminalidade online. A legislação cibernética desempenha um papel crucial nesse processo, e é fundamental para a sociedade contemporânea adaptar-se às realidades do mundo digital. Uma revisão e elaboração de novas leis são necessárias para lidar com os crimes cibernéticos. Sendo assim, é fundamental aprimorar as ferramentas que colocam essas leis em prática.

Palavras-chave: Crimes cibernéticos, segurança jurídica, legislação cibernética, impacto legal.

OS DIREITOS DO CONSUMIDOR E OS LIMITES DA TELEMEDICINA NA SAÚDE SUPLEMENTAR

Autor(es):

Anna Beatriz de Gois Filgueira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN Raul Fagundes Cocentino: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Amanda Nicoly Rodrigues de Melo Lula: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Andréa de Andrade Fernandes: Docente do UNI-RN

(Introdução) A abordagem sobre a transparência dos processos de Inteligência Artificial (IA) no setor de saúde suplementar diz respeito a um debate em meio a perspicuidade nos sistemas de inteligência artificial no âmbito da saúde suplementar segundo o qual expõe as garantias e possíveis violações de direitos fundamentais pela opacidade dos algoritmos de IA nas análises preditivas dos indivíduos. É fulcral elucidar o mister que se faz salvaguardar a autossuficiência do paciente - diante a contemplação da sua concessão, devido o que necessita ser conjecturado com o circunstancial emprego da IA para desfechos decisórios. Nessa apreensão, perante a figura do paciente deve ser garantido os princípios da autodeterminação informativa, com inclinação cabível a tutela dos seus referenciais particulares e sensíveis; a isonomia no ingresso ao mais adequado procedimento clínico disponível e de maneira extensa.

(Metodologia) Neste trabalho, empregaremos como método a análise bibliográfica de literatura sobre o tema da aplicação da Inteligência Artificial na área da saúde privada. Além disso, nos balizaremos pelo escrito nos artigos 1º ao 6º da Constituição Federal.

(Resultados) A questão da incorporação da Inteligência Artificial na área da saúde envolve o embate entre o direito à saúde e à privacidade da população outrossim a livre iniciativa das prestadoras de serviços hospitalares. Os resultados que encontramos são elucidativos desse paradigma. Apesar dos possíveis benefícios da aplicação da IA na prestação de serviços de saúde suplementar, essa tecnologia ainda é marcada por questionamentos no tocante à sua transparência e se as vidas das pessoas deveriam ser decididas por meros fatores matemáticos. Além disso, já que essa é uma tecnologia nova cujo funcionamento é complexo, questionamos se a incorporação de IA em um plano de saúde sem nenhuma busca de informar ao cliente sobre o mecanismo não levaria ao cliente ficar com menos condições de lutar pelo seu direito à saúde, visto que os planos de saúde brasileiros são conhecidos por valerem-se de métodos para não cobrirem tratamentos dos seus clientes, levando-os a terem que correr na justiça pelo seu direito.

(Conclusão) Depreende-se que o objetivo do artigo é a transparência nos processos de IA na esfera de saúde suplementar, juntamente a aplicação de dispositivos tecnológicos na observação do bem-estar deixando de existir como uma perspectiva e passou a ser uma tendência, diante de um viés que a percepção do que está por vir se encontra desviado concedeu espaço para adversidades na atualidade. Portanto, é visto as vantagens tecnológicas com a utilidade da IA e os variados ganhos, por outro lado é observado o risco que são postos os médicos, os pacientes, além de prejudicar a respectiva saúde pública e privada – mediante o desrespeito dos direitos humanos fundamentais. Com isso, o ciclo de vida dos pacientes verificou-se como pautas e compreendidos por meio de contagens e delineados através de algoritmos. Nesse sentido, a legislação consumerista tem realizado em etapas e se aperfeiçoado a novos feitos, como por exemplo, o ocorrido no Brasil com relação as vendas efetuadas no comércio eletrônico – sendo aguardado que formação de literatura e de julgados a respeito de eventos de IA possam introduzir o mecanismo de amadurecimento da consciência ao redor das inferências correlatas, favorecendo para uma aproximação e inspiração de vias legislativas mais intrínsecas.

Palavras-chave: Direito constitucional; direitos fundamentais; saúde suplementar; inteligência artificial.

OS DIREITOS HUMANOS E A PERSPECTIVA NA MANIFESTAÇÃO ARTÍSTICA

Autor(es):

Victória da Silva Torres: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Marília Rodrigues da Silva: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) O propósito deste vídeo é aprofundar a conexão entre os direitos humanos e a arte, enfatizando como a expressão artística pode desempenhar um papel crucial na promoção da dignidade humana. Adicionalmente, o vídeo busca ressaltar que a cultura e a arte desempenham um papel significativo como ferramentas de inclusão social, atuando como parceiras no processo de aprendizado e no desenvolvimento do conhecimento em diversas esferas. O exposto busca também conectar o passado e presente, observando que a manifestação artística desempenhou um papel fundamental na defesa dos direitos humanos ao longo da história e como essa tradição continua viva e relevante nos dias de hoje.

(Proposta do roteiro) O vídeo inicialmente explora a essência dos direitos humanos, evidenciando a proteção da dignidade da pessoa humana e as normas de convivência em sociedade. Em seguida, resalta que esses direitos podem encontrar expressão através de diversas formas artísticas, como música, cinema e literatura. O vídeo aborda o período da ditadura no Brasil, utilizando a música de Geraldo Vandré, "Pra Não Dizer que Não Falei das Flores", com o propósito de ilustrar como a manifestação artística se tornou um meio vital para denunciar a violência e a repressão de direitos. Simultaneamente, explora o contexto da luta racial nos Estados Unidos, mencionando Martin Luther King, um destacado defensor dos direitos humanos. Além disso, destaca Nina Simone como outra figura notável que usou a música como uma forma de expressar os direitos civis.

(Efeitos esperados) Conscientização, reflexão crítica e ampliação de perspectivas. Conscientização: O vídeo tem o potencial de despertar a consciência do público para a importância dos direitos humanos e como a arte pode desempenhar um papel crucial na sua promoção. Reflexão crítica: O vídeo pretende estimular uma análise crítica da interação entre a arte e os direitos humanos, bem como explorar as possíveis restrições à liberdade artística. Ampliação de perspectivas: O vídeo oferece uma variedade de perspectivas sobre o tema, incorporando visões de artistas, acadêmicos e ativistas, com o propósito de ampliar o entendimento e a apreciação dessa relação complexa.

OS IMPACTOS DA FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA NO DIREITO SUCESSÓRIO.

Autor(es):

Yuri Gabriel Pereira de Sousa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosângela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) A presente pesquisa tem o intuito de tecer reflexões acerca da possibilidade de participação do filho socioafetivo dentro dos procedimentos sucessórios. Por sua vez, como será visto, essa discussão não encontra pacificidade no meio jurídico, sendo necessária a sensibilidade dos magistrados em cada caso concreto para o esclarecimento das questões. Será feita a análise, portanto, de como se forma a comprovação de que esse personagem social é filho do de cujus e que deve ser inserido nesse contexto da herança. Foi investigado principalmente a evolução histórica do conceito de família e as diferenças na composição desse instituto a partir de legislações atuais; os princípios do direito de família e em especial, a relação afetiva dos núcleos familiares. E por fim, o instituto do estado de posse dos filhos e importância de o vínculo afetivo ser vislumbrado pela sociedade, para provar essa relação em processo de reconhecimento de paternidade e no próprio procedimento sucessório.

(Metodologia) A metodologia utilizada foi a técnica da pesquisa exploratória, que possibilita um maior contato e familiaridade com o tema, fazendo uso de levantamento bibliográfico construído com escopo em conteúdos e materiais já produzidos, ou seja, produções científicas já existentes sobre o assunto. Para atingir os objetivos propostos, na realização deste estudo, como fontes principais optou-se por: legislações, jurisprudências, artigos científicos e pesquisas bibliográficas pertinente ao tema ora abordado.

(Resultados) Diante do que foi averiguado, constatou-se que a sociedade está em constante transformação e modernização, assim também o Direito, o que expande margem para o surgimento de novos institutos, como o de relações socioafetivas compreendidas no âmbito da filiação, esse instituto que é caracterizado pela forte ligação pautada no afeto e carinho entre pai e filho. Ainda que não haja uma previsão explícita no ordenamento quanto a possibilidade do filho socioafetivo, que não foi registrado, possuir direitos sucessórios, evidencia-se que essa situação é sim uma realidade social presente cada vez mais nos processos relativos à sucessão perante os órgãos jurisdicionais. Portanto, desconsiderar a existência do filho socioafetivo na sucessão é distinguir os descendentes, como forma de “penalizar” aqueles que não foram registrados. A ideia fora a reflexão da dificuldade do judiciário em relação às provas apresentadas pelo requerente para ter a paternidade reconhecida. Sendo que é suficiente demonstrar essa relação afetiva, a partir do conhecimento da comunidade, provas documentais e testemunhais e, assim, legitimar esse filho como herdeiro, valorizando os princípios da afetividade e igualdade, bem como, pelo reconhecimento das transformações da estrutura social.

(Conclusão) Levando em consideração os aspectos citados, fica claro que, esse reconhecimento de paternidade deve, prioritariamente, ser realizado em vida, como forma de assegurar um procedimento célere e seguro às partes. No entanto, a realidade é que, sempre fora posterior a morte desse agente. Logo, deve ser realizado a partir da visualização das provas, e verificando critérios de relações sociais, como o tempo de convivência e os cuidados por parte do falecido, quando em vida, pelo suposto filho. Dito isso, não se deve mais visualizar este ramo do direito de forma limitada, mas sim considerar verdadeiramente o princípio da afetividade e sua presença nas relações, onde não há mais espaço para uma imperatividade da verdade biológica. Dessa forma, sendo o processo de reconhecimento confirmado por meio das provas já apresentadas, estende-se ao filho socioafetivo todos os direitos de herança próprios do procedimento de partilha.

Palavras-chave: Filiação socioafetiva; direito sucessório; filho socioafetivo.

OS IMPACTOS NEGATIVOS DA TECNOLOGIA NO DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Autor(es):

Anna Beatriz de Lima Bezerra: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Gabriela Ribeiro Lempe de Arruda: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Ana Carolina França Leadebal Correia: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Vinicius Azevedo de Figueiredo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Maria de Fatima Lopes Saraiva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Ursula Bezerra e Silva Lira: Docente do UNI-RN
Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) Os impactos negativos da tecnologia no desenvolvimento de crianças e adolescentes são motivo de crescente preocupação na sociedade contemporânea. O uso crescente de dispositivos eletrônicos por crianças e adolescentes suscita preocupações em relação ao seu desenvolvimento físico, social, emocional e acadêmico.

(Metodologia) Este estudo utilizará uma abordagem mista, combinando pesquisa qualitativa e quantitativa. Os dados desse trabalho foram coletados por meio de pesquisas e análises de dados acadêmicos relacionados ao tema abordado. A análise de conteúdo será realizada para identificar os principais impactos e as estratégias de mitigação.

(Resultados) Os resultados desta pesquisa destacaram os impactos negativos da tecnologia, podendo ser citado: sedentarismo, isolamento social, distúrbios do sono, exposição a conteúdo prejudicial, riscos de dependência, interrupção das interações familiares e exposição a ameaças online. Além disso, identificou-se a necessidade de promover a supervisão adequada, a comunicação aberta e a educação sobre o uso seguro e responsável da tecnologia. A exposição a conteúdo prejudicial, desde informações falsas até imagens chocantes, representa um trauma significativo, especialmente para crianças e adolescentes. Os riscos de dependência, como vício em videogames e redes sociais, aumentaram consideravelmente, interferindo nas vidas diárias das pessoas e nas relações interpessoais. Essa dependência pode levar à interrupção das interações familiares, desestruturando o ambiente doméstico.

(Conclusão) Com base nos resultados, conclui-se que os impactos negativos da tecnologia no desenvolvimento de crianças e adolescentes são uma preocupação válida na sociedade contemporânea. Além disso, a educação sobre a forma correta de utilizar a tecnologia ao seu favor desempenha um papel vital na vida das crianças e dos adolescentes que muitas vezes a utilizam sem serem acompanhados de um responsável ou como forma de escape para alguma situação vivida. Com a preparação e informações corretas os adultos responsáveis podem evitar ou diminuir consideravelmente os impactos negativos, incluindo o discernimento entre fontes confiáveis e informações enganosas. A conscientização e a supervisão adequada são peças-chave na promoção do desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes em um mundo cada vez mais digital. Ao adotar abordagens equilibradas e informadas, a sociedade poderá capacitar a próxima geração a prosperar no cenário tecnológico em constante evolução e fará com que os próprios utilizem a tecnologia ao seu favor.

Palavras-chave: Internet; crianças; adolescentes; tecnologia.

PARADIGMA ENTRE O DIREITO NATURAL E OS DIREITOS HUMANOS: SOB ANÁLISE FILOSÓFICA E SOCIOLÓGICA

Autor(es):

Sarah Medeiros Ximenes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Mariana Vasconcelos Campos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
José Alves Da Silva Filho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Mell Rodrigues Medeiros: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Tiago Moisés Avelino Nobre: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Ursula Bezerra e Silva Lira: Docente do UNI-RN
Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) A partir de estudos aprofundados no campo do Direito Natural e dos Direitos Humanos, é possível analisar uma relação de continuidade ao longo dos séculos, partindo de um mesmo princípio, que se perpetuou em variadas vertentes na atualidade. Nesta perspectiva, na concepção de São Tomás de Aquino, podemos inferir que o direito natural independe da legitimação estatal, ou seja, não é necessária uma norma positivada para a existência de direitos humanos, uma vez que, segundo o filósofo, o direito natural parte do princípio de que todos os indivíduos estão sob a égide do direito natural, independente de sua concepção de mundo e, conseqüentemente, da concepção do Estado, sendo uma lei imutável e universal para todos os seres humanos. Sob esse viés, no presente artigo, busca-se entender o conceito adotado pelas vertentes estudadas e como, a partir dela, desenvolveram-se os preceitos para o desenvolvimento dos Direitos Humanos e a ideia de indivíduo, além da sua proteção no que diz respeito aos direitos civis. Dessa maneira, é fundamental destacar a sua garantia legal.

(Metodologia) Neste artigo científico foi utilizado o método dialético, no qual apresentamos a tese, antítese, e, em última análise, apresentamos a síntese que é extraído do estudo das duas teses postas; O método indutivo serviu como base para entendermos as relações existentes entre as várias doutrinas analisadas, assim como seus princípios teóricos.

(Resultados) Podemos inferir, como resultado, que os Direitos Humanos pertencem a uma classe de estudos que constantemente necessita de reavaliação, pois como foi observado, as teorias antes independentes puderam ser compreendidas juntas, além do contexto cultural e social, que desde os primórdios influenciam diretamente na concepção, que estão em constante mudança. Com isso, os direitos humanos estabeleceram princípios que objetivam uma harmonia coletiva e conseqüentemente individual na vida dos cidadãos perante uma sociedade, evidenciando a relevância da dignidade humana como uma condição substancial para a efetivação desses direitos.

(Conclusão) Torna-se evidente, portanto, que apesar das dicotomias entre as teorias e as refutações teóricas, nota-se que existe uma relação de continuidade, não necessariamente do conteúdo das teorias, mas, na prática das mesmas na sociedade. Dessa forma, levando em consideração o estudado, a fundamentação teórica basilar do direito natural origina os direitos humanos e sua perpetuação e, portanto, assegura a aplicação desses direitos para a concretização da personalidade civil dos indivíduos, por meio do direito positivo. Nesse contexto, as duas vertentes, trabalhadas em conjunto, garantiriam a aplicação, por meio de sanção no âmbito jurídico, fundamentando a razão da sua existência no campo dos estudos do direito natural. Diante disso, percebe-se a importância das reflexões filosóficas na elaboração de conceitos jurídicos, a concepção e o debate acerca do direito natural e dos direitos humanos está ligado aos pensamentos dos intelectuais mencionados. É fascinante observar a construção do direito brasileiro, a percepção de profundas ligações com conceitos filosóficos que lastreiam a estrutura do judiciário no Brasil.

Palavras-chave: Direito natural; direitos humanos; dignidade humana; positivismo; filósofos.

PRINCIPAIS IMPACTOS DA ECONOMIA COMPARTILHADA

Autor(es):

João Vitor Lima Teixeira de Carvalho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) Ao decorrer dos anos, vem surgindo novas formas fazer de negócios, dentre elas surgem a economia compartilhada que funciona justamente com o princípio colaboração de que cada um possui, troca mutua de bens e serviços, a economia compartilhada permite que os indivíduos compartilhem seus recursos e ativos, como carros, casas e habilidades, entre outros, com outras pessoas que precisam deles. Onde há necessidade de se discutir os impactos positivos e negativos da economia compartilhada. E também necessidade de regulamentação onde deve-se discutir o direito a propriedade e a posse, já que a economia compartilhada está ligada a propriedade e posse de bens.

(Metodologia) a metodologia é qualitativa, onde busca através de artigos científicos, artigos da Constituição Federal (CF) e do CC(código civil), e de obras como cidade antiga de Fustel de Coulanges. E comparações a outros países. onde tais pesquisas nessas fontes geram uma ideia sobre como a economia compartilhada funciona e seus impactos na sociedade.

(Resultados) os resultados esperados são de que possa gerar um entendimento maior sobre seus impactos positivos e negativos. e também se há necessidade de regulamentação. tendo em vista o funcionamento digital e as empresas não possuem funcionários registrados em nome da própria empresa ou o bens. Para regulamentar tais empresas se tornam tarefas difíceis devido a constante mudança em suas plataformas e maneiras de operar também. Plataformas como a Uber onde não possuem funcionários com vínculo empregatício ou veículos registrados em nome da empresa, onde cada motorista registrado na Uber se torna seu próprio chefe, sem horário fixo e entre outros direitos... onde regulamentar ou colocar algo como a CLT setorna algo mais difícil.

(Conclusão) Quanto aos impactos foram analisados como algo positivo sua celeridade e variedade de serviços com menores preços, como ponto negativo há negócios perdendo espaço e cidades ficado com trechos desertos por conta de compra de imóvel para colocar para sites como Airbnb. sendo regulamentado o uso de alguns imóveis para esse fim.

Palavras-chave: Posse; propriedade; impactos positivo.

PRINCÍPIO DA IGUALDADE SOB A PERSPECTIVA DO DIREITO PENAL

Autor(es):

Larissa Vitória Marreiro de Alustau: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Natália Ferreira Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Julia Cristine Campelo de Souza: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Giovanna de Castro Andrade: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Guilherme Augusto de Queiroz Tavares: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Maria de Araújo Ananias: Docente do UNI-RN
Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) Este artigo apresenta um breve estudo relacionado ao princípio da igualdade sob a perspectiva do Direito Penal. Nesse sentido, analisando a igualdade entre homens e mulheres, percebeu-se a brusca desigualdade entre os gêneros, no que pese ser fundamental garantir que todas as pessoas sejam tratadas de maneira equânime perante a lei. Dito isso, é de importância máxima que as leis penais sejam aplicadas de forma igual a todos os cidadãos, sem discriminação em razão da raça, do gênero, da religião ou de qualquer outra característica pessoal. Isso significa que a sanção atribuída pelo cometimento de práticas delituosas envolvendo tais condições deve ser proporcional à gravidade do delito, não havendo, portanto, a aplicação de tratamento preferencial ou discriminatório. Além disso, o princípio da igualdade também se estende ao devido processo legal, garantindo que todos tenham direito a um julgamento justo e imparcial. No contexto do Direito Penal, o princípio da igualdade está relacionado à proibição da retroatividade de leis penais mais gravosas e à necessidade de que as penas sejam previamente estabelecidas por lei, evitando decisões arbitrárias ou punitivas. Portanto, tal princípio busca assegurar que a justiça criminal seja aplicada de maneira equitativa e imparcial, protegendo os direitos individuais dos acusados e garantindo que ninguém seja tratado de forma desigual perante a lei.

(Metodologia) A metodologia adotada para a presente pesquisa foi o método indutivo, utilizando revisão bibliográfica, como pesquisas em sites, livros e artigos científicos, dentre outras fontes de pesquisas.

(Resultados) O trabalho desenvolvido mostra que o sistema atual é falho e precisa de reformas, essas devem ser feitas imediatamente, para que a justiça alcance a plena igualdade para todos os cidadãos da sociedade.

(Conclusão) Em resumo, este artigo ressalta a importância de se garantir a igualdade no Direito Penal como um meio de assegurar que a justiça criminal seja aplicada de maneira equitativa e imparcial, protegendo os direitos individuais dos acusados e garantindo que ninguém seja tratado de forma desigual perante a lei.

Palavras-chave: Direito penal; princípio da igualdade; constituição federal.

PROCESSO DE CODIFICAÇÃO DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E SUAS FONTES: UMA ANÁLISE EXPLORATÓRIA.

Autor(es):

Dalyson Marlon da Silva Souza: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Arthur Félix Andrade de Lima Batista: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Marcelo Maurício da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) O Direito Internacional Público é um sistema normativo que regula as relações entre Estados e outras entidades internacionais. A codificação do Direito Internacional Público é um processo fundamental para estabelecer regras e princípios consagrados em tratados, convenções, jurisprudência, costumes e doutrinas aceitas pela comunidade internacional. O estudo busca explicar o significado do processo de codificação do Direito Internacional Público e sua relação com as fontes desse ramo jurídico. Frente ao exposto, é necessário esclarecer o que é direito internacional público. O direito internacional, foca no direito que instrui as relações entre os Estados ou entre os Estados e outras figuras internacionais, no qual, o Estado é o objeto central de estudo. Vale ressaltar, que tanto o Direito público como o privado, tem sido transformado através da globalização. Visto isso, o processo de codificação do Direito Internacional Público é a apresentação ordenada de forma escrita, no qual a base são as regras costumeiras do direito público internacional. A codificação é usada como ferramenta de certificação e de reforma do direito positivado.

(Metodologia) A pesquisa será conduzida por meio de revisão bibliográfica, análise de documentos normativos internacionais, estudo de jurisprudência internacional e consulta a fontes doutrinárias especializadas. Será adotada uma abordagem qualitativa para interpretar e integrar os dados obtidos, permitindo uma compreensão aprofundada do tema.

(Resultados) 1. O processo de codificação do Direito Internacional Público envolve a formulação e estabelecimento de normas e princípios por meio de tratados, convenções, acordos e outros instrumentos jurídicos. 2. As fontes do Direito Internacional Público, como costumes, tratados, princípios gerais do direito e jurisprudência, servem como base para a codificação, sendo essenciais para a criação, interpretação e aplicação das normas internacionais. 3. A codificação facilita a estabilidade e a uniformidade do Direito Internacional, promovendo a segurança jurídica e possibilitando o desenvolvimento progressivo do sistema internacional de normas.

(Conclusão) O processo de codificação do Direito Internacional Público representa a consolidação de normas e princípios em documentos jurídicos que regulam as relações entre Estados e os atores internacionais. As fontes do Direito Internacional desempenham um papel de suma importância nesse processo, fornecendo a matéria-prima para a criação e evolução das normas internacionais. Nessa visão, a codificação contribui para a efetividade e aplicabilidade do Direito Internacional, no qual busca o fortalecimento da cooperação entre os membros da comunidade internacional, que visam e promover a paz, segurança e justiça globais evitando assim, que as comunidades entrem em conflito e que caminhem em harmonia para o desenvolvimento humano, ecológico, tecnológico e social.

Palavras-chave: Internacional; análise; positivado; importância; jurisprudência.

RACISMO CONTEMPORÂNEO: AS MULTIPLAS FACES DO RACISMO

Autor(es):

Samuel Barbosa da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Fábio Barbosa do Nascimento Junior: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) O racismo, ao longo da história, tem se revelado como um dos mais persistentes problemas sociais enfrentados pela humanidade. A sua existência é de séculos atrás, perpetuando-se até hoje na sociedade contemporânea. A história do racismo é complexa e multifacetada, entrelaçando-se com a formação de impérios, o desenvolvimento do capitalismo, a expansão colonial e a interação entre diferentes grupos étnicos e culturais. No entanto, embora tenha evoluído ao longo do tempo, o racismo persiste de maneiras diversas e, muitas vezes, veladas na sociedade moderna. É fundamental investigar a origem e sua evolução em diferentes contextos sociais, culturais e institucionais para se entender as diferentes manifestações do racismo no mundo contemporâneo, incluindo formas veladas de discriminação racial em contextos sociais.

(Metodologia) O estudo foi realizado através de uma pesquisa bibliográfica e documental para reunir e fazer uma análise sobre as seguintes informações: a origem histórica do racismo, as diferentes formas que ele assumiu ao longo do tempo e as estratégias de combate ao racismo na sociedade contemporânea. Foram usadas fontes acadêmicas, artigos e livros para embasar a análise do tema.

(Resultados) Foram obtidos resultados que lançam luz sobre a persistência e as transformações do racismo no mundo moderno. A análise histórica revela que o racismo tem suas raízes profundas em eventos como a colonização, o comércio transatlântico de escravos, construção de impérios e estudos de cientistas europeus. A hierarquização racial foi uma ferramenta fundamental para justificar a exploração e a subjugação de grupos étnicos. A investigação de casos contemporâneos de racismo, incluindo a leitura do livro "A Cor do Preconceito" de Carmen Lucia Campos, destacou a persistência do problema no Brasil. Exemplos como o caso de George Floyd nos Estados Unidos ressaltam como a discriminação racial continua a ser uma questão global de grande relevância.

(Conclusão) Ficou claro ao longo desta pesquisa que o racismo não é um fenômeno do passado. Pelo contrário, suas raízes históricas ainda lançam sombras sobre a sociedade contemporânea, porém de uma forma "escondida". O racismo continua a se manifestar de maneiras variadas, desde formas flagrantes de discriminação até aquelas mais sutis e veladas. O racismo é um fenômeno complexo que permeia todos os aspectos da vida social, política, econômica e cultural. Suas origens históricas estão intrinsecamente ligadas a eventos como a colonização, a escravidão e a construção de impérios, mas sua evolução ao longo do tempo o tornou um problema ainda mais multifacetado. A história de figuras históricas negras notáveis, como Machado de Assis, ressalta a resiliência da comunidade negra diante da adversidade e do racismo. Suas conquistas são testemunhas da força da determinação e do talento, mesmo em face de obstáculos significativos.

Palavras-chave: Racismo; sociedade moderna; caso George Floyd; combate ao racismo; black lives matter.

REINTEGRAÇÃO DOS APENADOS NA SOCIEDADE: UMA VERDADE OU MITO?

Autor(es):

Brenda Caroline Bezerra da Costa: Discente do curso de Psicologia do UNI-RN

Aline Medeiros Lara: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Introdução) A questão da reintegração de apenados na sociedade é de grande relevância em nossa atualidade, envolvendo uma série de desafios sociais, jurídicos e psicológicos. Nesta introdução, delinear-se-á sobre a complexidade dessa situação e será destacado o problema de pesquisa central, que questiona se a reintegração é algo realmente possível. Abordar-se-á os fatos teóricos identificando as principais questões que serão exploradas, incluindo as barreiras enfrentadas pelos apenados após o cumprimento da pena, tanto legalmente quanto socialmente, e os conceitos jurídicos e psicológicos que moldam esse processo.

(Metodologia) A metodologia utilizada para o embasamento da pesquisa é de natureza exploratória desenvolvida a partir da busca por referências bibliográficas e por meio de uma abordagem qualitativa da literatura selecionada. O processo se deu a partir da busca no Google Acadêmico (Scholar) e Scielo utilizando os seguintes descritores em português: “reintegração de apenados”, “sistema prisional brasileiro”, “reintegração de presos na sociedade”, filtrando os artigos com intervalo de 2018 a 2023.

(Resultados) Diante dos resultados obtidos, com a análise de diferentes pesquisas, constata-se que a reintegração bem-sucedida dos apenados é sim possível, mesmo que apresente muitos desafios. Existem muitos programas de ressocialização que mostram muitos resultados positivos, principalmente quando abordam os aspectos educacionais, capacitação profissional e o acompanhamento psicossocial. Muitos estudos destacam a importância da educação como um dos fatores mais importantes para a reintegração dos apenados na sociedade. O acesso a programas educacionais dentro do sistema prisional demonstrou a redução da reincidência criminal. Infelizmente, existem muitos obstáculos a serem enfrentados nesse processo de reintegração, o preconceito social é um enorme desafio, pois ele resulta em dificuldade ao acesso de emprego, moradia e também nos relacionamentos pessoais. O histórico criminal ainda é um estigma muito difícil de ser superado, é por isso que as políticas públicas são extremamente fundamentais e importantes para que seja promovida a reintegração dos apenados, fazendo-se necessário que o governo invista nos programas eficazes de ressocialização. A sociedade também precisa se conscientizar e ajudar nesse processo, pois para que os ex-apanados sejam reintegrados na sociedade é preciso que a sociedade, em si, o processo de aceitação dessa cultura de reintegração como algo normativo.

(Conclusão) Embora existam muitos desafios para que os apenados sejam reintegrados na sociedade, a ressocialização deles, não deve ser vista como um mito inalcançável, pois os estudos científicos e as pesquisas mostram que a implementação de programas e políticas públicas adequadas podem contribuir para o sucesso da reintegração dos apenados na sociedade. A educação, capacitação profissional e o apoio psicossocial, são extremamente importantes para a reintegração, mas para que essas pessoas realmente sejam inseridas na sociedade é imprescindível que haja um verdadeiro comprometimento das instituições penais e da sociedade com a reintegração.

Palavras-chave: Reintegração dos apenados; ressocialização; educação; capacitação profissional; políticas públicas.

RENÚNCIA ANTECIPADA DE HERANÇA CONCORRENTE PELO CÔNJUGE

Autor(es):

Oscar Vinicius Medeiros Pisco Rocha: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) A renúncia antecipada de herança concorrente pelo cônjuge é um tema relevante no direito sucessório brasileiro. Refere-se à possibilidade de o cônjuge renunciar aos seus direitos hereditários em relação a determinados bens ou à totalidade da herança, mesmo antes do falecimento do autor da herança. Essa renúncia antecipada pode ter implicações significativas na divisão dos bens e na proteção dos interesses dos cônjuges e demais herdeiros.

(Metodologia) A metodologia utilizada para a realização deste trabalho consistiu na pesquisa bibliográfica e na análise de jurisprudências. Portanto, foram consultados livros e artigos de doutrinadores como, Rolf Madaleno e Mário Delgado que trata sobre a questão da renúncia antecipada de herança concorrente ao cônjuge em pacto antenupcial no direito sucessório.

(Resultados) Diante de artigos, a renúncia é um ato jurídico irrevogável e irretratável, que produz efeitos imediatos e retroativos à data da abertura da sucessão. Assim, o herdeiro que renuncia perde todos os direitos que teria na sucessão, e esses direitos são transmitidos aos demais herdeiros, na ordem prevista pela lei. A renúncia deve ser expressa e formalizada por meio de instrumento público ou termo judicial, e que não pode ser presumida a partir das condutas do herdeiro. Já em relação a renúncia antecipada de herança concorrente pelo cônjuge, Rolf entende que estender o regime da separação para adiante da meação e conceber a renúncia de herança em pacto sucessório, externada essa renúncia antecipadamente, nada apresenta de odioso ou imoral, assim como não é odioso e imoral enunciar à meação. Também não restringe a liberdade de testar, visto que, aliás, aumenta essa liberdade, pois permite ao testador afastar herdeiro concorrential de um planejamento sucessório.

(Conclusão) Portanto, o que se renuncia antecipadamente não é à herança propriamente dita e sim a uma posição jurídica de concorrência. Ou seja, o cônjuge renuncia antecipadamente à sua posição concorrente na sucessão e não a herança. O pacto antenupcial parece ser um documento válido e eficaz para que a renúncia seja expressa. Nessa hipótese, os cônjuges convencionam, antes mesmo do casamento, a renúncia de suas heranças recíprocas. Nada impede, porém, que, se no decorrer do matrimônio, os cônjuges decidam pela renúncia antecipada de herança. Assim, conclui-se que é possível a renúncia antecipada de herança concorrente pelo cônjuge, quando analisada por uma interpretação sistemática, à luz do ordenamento jurídico, tendo em vista que nada há que impeça, em regra, a renúncia dos direitos concedidos por lei, salvo se contrariar a ordem pública ou se for em prejuízo de terceiro.

Palavras-chave: Renúncia antecipada de herança concorrente; cônjuge; direito sucessório.

SAÚDE MENTAL: CONCEITO E SUA INICIAÇÃO NA ORDENAÇÃO JURÍDICA BRASILEIRA

Autor(es):

Davi Santos Gomes Netto: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Maria Eduarda Maia Andrade: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Luis Henrique Camara de Lima: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Giovanna Variani Ribeiro Ferreira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Ursula Bezerra e Silva Lira: Docente do UNI-RN
Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) A saúde mental é um tema de relevância incontestável no campo da saúde. Embora amplamente mencionada em políticas governamentais, a definição precisa de saúde mental permanece esquivada, gerando um desafio crucial. Por muito tempo, a Organização Mundial de Saúde (OMS) definiu saúde mental como "estado de completo bem-estar físico, mental e social, não apenas a ausência de doenças". No entanto, essa abordagem atraiu críticas, sendo acusada de criar um ideal inatingível de saúde mental. Além disso, a relação entre doenças mentais, saúde e vulnerabilidade social tornou-se mais evidente com o tempo, destacando a necessidade de reflexão. Assim, a sociedade contemporânea deve empenhar-se na discussão sobre como abordar a saúde mental de maneira apropriada para a recuperação do indivíduo. O modelo anterior, baseado em internações psiquiátricas, mostrou-se falho. Como resultado, a reforma psiquiátrica ganhou força, buscando novas abordagens em âmbito nacional e internacional, com a implementação de regulamentações legais que promovem uma compreensão mais completa e eficaz da saúde mental.

(Metodologia) Foi realizada uma pesquisa em artigos científicos para analisar a questão que envolve o conceito de saúde mental e sua iniciação no meio jurídico. Sob esta análise, foi realizado uma busca com base em artigos relevantes, incluindo "Perspectivas acerca do conceito de saúde mental: análise das produções científicas brasileiras", "A mudança nas práticas em saúde mental e a desinstitucionalização: uma revisão integrativa", "O cuidado em saúde mental na atualidade" e "Saúde mental e vulnerabilidade social: a direção do tratamento" e "Legislação em Saúde Mental" (terceira edição). Ademais, esses artigos foram obtidos através de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO), Revista Eletrônica de Saúde Mental (ROE) e no ordenamento jurídico inicial desses direitos. Assim, após uma investigação nessas bases de dados, resultando em dados bastante relevantes.

(Resultados) Assim, o propósito é refletir sobre o conceito de saúde mental através da análise de modelos teóricos, pesquisas e fontes históricas, além do início da sua participação no ordenamento jurídico. Posteriormente, na área das definições de "saúde" e "doença", autores como Canguilhem e Foucault, emergiram duas perspectivas: uma pragmática, ancorada nas ciências sociais, e outra subjetiva, enraizada no âmbito linguístico. Nesse sentido, essas visões divergem quanto à interpretação dos termos, com a primeira associando-os à normalidade e a segunda considerando-os construções mutáveis ao longo do tempo. Sob essa análise, a loucura foi categorizada como doença mental, entregue aos cuidados dos psiquiatras, com tratamentos caracterizados pela pouca liberdade e autonomia dos pacientes nessas instituições, causando sofrimento e uma degradação na sua sanidade. Essa abordagem foi questionada e revista durante os protestos no período de redemocratização brasileira. Nesse viés, se deu a produção da reconstrução do modelo de assistência psicológica do Estado, desenvolvendo normas praticadas de uma forma mais correta e eficiente, indo de encontro com a Constituição, sendo aprovada pelos Direitos Humanos, para que assim o nosso povo tenha uma assistência de qualidade garantida pelo ordenamento jurídico, tendo uma melhor ideia de como tratar deste conceito e sua divulgação.

(Conclusão) Destarte, podemos pontuar que, a análise crítica deste conceito de saúde mental pode trazer uma visão mais clara sobre qual caminho será mais eficiente para ser abordado da forma correta e que produza um resultado positivo aos cidadãos que possuem problemas psicológicos, onde conseqüentemente se encaixa a lei brasileira, que deve garantir a estes indivíduos em questão o direito de um tratamento humano e civilizado, para que haja uma reconstrução mental de qualidade no sistema de saúde do Brasil.

Palavras-chave: Saúde; conceito; ordenamento.

STJ: CONDOMÍNIOS PODEM PROIBIR ALUGUEL POR APLICATIVOS DE TEMPORADA

Autor(es):

Laura Beatriz Gomes de Andrade: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosângela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) Este trabalho visa analisar a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que permite que condomínios proibam a locação de imóveis por proprietários por intermédio de aplicativos de aluguel por temporada, como o Airbnb, após julgar um caso de um condomínio em Londrina, Paraná no ano de 2021. Um dos condôminos estava em desacordo com um item da convenção do condomínio que proibia o aluguel por temporada de suas respectivas unidades por qualquer período inferior a 90 dias. A decisão proferida pelo STJ não define uma regra, mas abre pressupostos para futuras ações semelhantes.

(Metodologia) O estudo foi conduzido por meio de uma pesquisa bibliográfica, com base em textos doutrinários e matérias jornalísticas que abordam a questão da proibição de aluguel de imóveis em condomínios por meio de aplicativos de aluguel por temporada. A pesquisa teve enfoque teórico, com abordagem jurídica e social. Utilizou-se o método indutivo, a fim de compreender como as novas tendências tecnológicas afetam e geram controvérsias para o ordenamento jurídico. Além disso, foi realizado um estudo comparativo para analisar como o ordenamento jurídico atual se relaciona com os desafios apresentados pelas inovações tecnológicas, que muitas vezes trazem facilidades cotidianas, mas também suscitam questões complexas para os legisladores.

(Resultados) Entre os principais resultados obtidos através de análise da decisão proferida pelo STJ, destaca-se que a decisão do tribunal reconhece o poder dos condomínios em estabelecer regras internas que visem a preservação da harmonia e o respeito aos direitos de cada condômino. Nesse sentido, os condomínios possuem autonomia para regulamentar o uso dos imóveis, incluindo a possibilidade de proibir o aluguel por meio de aplicativos de temporada, quando julgarem necessário. No entanto, a proibição desse tipo de locação também gera controvérsias, especialmente em relação aos direitos dos proprietários de imóveis. A decisão do STJ suscita debates sobre a restrição do direito de propriedade e a interferência na liberdade de uso de imóveis pelos seus proprietários. Ademais, questões como a perda de renda para os proprietários e o impacto econômico nos mercados de aluguel por temporada também são pertinentes para discussão.

(Conclusão) Diante da análise da decisão do STJ que permite aos condôminos proibir a locação de imóveis por proprietários via aplicativos de aluguel por temporada, como o Airbnb, é possível observar um embate entre os direitos e deveres dos condôminos e a problematização desses aluguéis no contexto do direito real condominial. A decisão do STJ reconhece a autonomia dos condomínios para regulamentar o uso das propriedades por meio de normas estabelecidas em convenções, visando a preservação da harmonia e dos direitos de cada condômino. Todavia, a proibição das locações por intermédio desses aplicativos também coloca em discussão os direitos dos proprietários de imóveis. A restrição imposta pode ser vista como uma interferência ao direito de propriedade e a liberdade de uso dos imóveis pelos seus donos, bem como uma potencial perda de renda para esses proprietários. É importante buscar soluções que conciliem os interesses das partes envolvidas, considerando as peculiaridades de cada caso e a manutenção dos direitos e bem-estar coletivo no contexto condominial, bem como a evolução e adaptação do ordenamento jurídico às novas realidades trazidas pelos avanços tecnológicos.

Palavras-chave: Condomínios; Airbnb; direitos e deveres dos condôminos.

SUCCESSÃO TESTAMENTÁRIA: UMA ANÁLISE DO ABANDONO AFETIVO COMO CAUSA DE DESERDAÇÃO

Autor(es):

Fernanda Aguiar de Medeiros: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosângela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) O Direito das Sucessões existe em proveito de regulamentar o evento pós-morte e se responsabiliza pela transmissão dos patrimônios do de cujus aos herdeiros, para que isto seja feito de maneira a cumprir o previsto pelo ordenamento jurídico brasileiro. Assim, entende-se que a sucessão por testamento é resultado de um ato de última vontade do falecido. No testamento há o poder de alterar a ordem hereditária ditada pela lei, sendo possível que o testador disponha de seu patrimônio para quem desejar, salvo as limitações legais. Nesse sentido, frente ao tema sucessão testamentária, abordar-se-á o instituto da deserdação, configurado como uma exceção no direito sucessório, onde o herdeiro necessário é privado de sua legítima por meio de vontade expressa do autor da herança em um testamento válido.

(Metodologia) A metodologia que será utilizada nessa pesquisa será o método hipotético dedutivo. Por meio desse método, será desenvolvido esse estudo no compromisso de demonstrar que, embora tal hipótese não passe a configurar o rol taxativo da deserdação, será cabível para tanto a realização de uma interpretação extensiva, isto é, muito além do rol taxativo da deserdação, a fim de envolver o abandono afetivo em tais hipóteses.

(Resultados) Com relação aos resultados, ainda se encontram em desenvolvimento, em razão de ser fruto de um futuro artigo científico. Todavia, até o momento, o principal resultado obtido é que para realizar a confecção dos testamentos é preciso que o testador observe as limitações que lhes forem impostas, assim como, as possibilidades de deserdação dos herdeiros necessários. Por conseguinte, já é perceptível que para conferir coerência entre as normas constitucionais e as infra legais faz-se possível a exclusão sucessória do herdeiro necessário que abandona afetivamente o autor da herança.

(Conclusão) Destarte, é inconcebível para a legislação brasileira, que transformou-se em tão variados níveis, não manifestar preocupação que um sujeito seja beneficiado com a herança, diretamente, daquele ao qual cometeu abandono. Logo, entende-se que o abandono afetivo como caso de deserdação do herdeiro justifica-se nos efeitos e repercussões deste abandono na vida pessoal de quem foi atingido, efeitos esses que não são reversíveis, devendo ser priorizado o direito e a vontade do testador. Portanto, deriva dessa conclusão a afirmativa de que a interpretação extensiva ganha espaço e relevância como um meio possível para se estender o conceito tipificado dos casos de abandono afetivo, abarcando os elementos do desamparo do filho ou neto com deficiência mental ou grave enfermidade e o desamparo do ascendente em alienação mental ou grave enfermidade, por exemplo, como itens do rol taxativo e verificando a extensão destes ao conceito do abandono afetivo.

Palavras-chave: Direito sucessório; sucessão testamentária; abandono afetivo; deserdação.

TERCEIRIZAÇÃO E REFORMA TRABALHISTA: POSSIBILIDADE DE CLÁUSULA DE INSTRUMENTO COLETIVO QUE RESTRINJA A TERCEIRIZAÇÃO

Autor(es):

Maria Paula de Lima Chaves: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Adriana Gomes Medeiros de Macedo Dantas: Docente do UNI-RN

(Introdução) A terceirização está cada vez mais sendo disseminada, ou seja, as empresas estão passando a adotar esse fenômeno da terceirização com frequência, porque sabe que se terá redução de custos, menos burocracia, entre outros. O processo de terceirização se dá através de um ato de uma empresa contratar outra empresa ou pessoas para realizar uma atividade profissional. Neste fenômeno, surgem três figuras, que são: tomador, prestador de serviços e empregador. Uma dúvida frequente que surge é se existe a possibilidade da cláusula de instrumento coletivo restringir a terceirização. Tendo em vista esta problemática, pode-se observar que também existe uma reflexão crítica sobre a terceirização precarizar ou não as relações de trabalho. O que se observa também é que com as Leis nº13.429/2017 e 13.467/2017 (Reforma Trabalhista) trouxe diversas mudanças para o fenômeno da terceirização e, uma delas é a de que a atividade-fim também poderá ser terceirizada.

(Metodologia) Trata-se de um artigo teórico de cunho explicativo e bibliográfico, já que foi feito através de análises do fenômeno estudado bem como se utilizou da compreensão da realidade sobre o tema abordado e foi feito por base de sites, doutrinas, jurisprudência e as leis. Neste artigo, foi utilizado como modelo de abordagem o hipotético-dedutivo, já que se formulou um problema que gerou formulações de hipóteses de soluções deste problema e, daí infere-se uma dedução. Já como método de procedimento, utilizou-se o comparativo em que se procurou destacar as semelhanças e as diferenças das comparações das leis atuais com o do passado.

(Resultados) Conclui-se, inicialmente, que é válida a cláusula normativa que proíbe a contratação de empregados terceirizados, na medida em que, a despeito de o ordenamento jurídico permitir a terceirização, inclusive, na atividade-fim, é lícito as partes optarem por não realizar esse tipo de contratação. No mais, a cláusula não afronta nenhum preceito da ordem jurídica, e o seu objeto não ultrapassa os limites estabelecidos para a autocomposição pelas partes, possibilitando, além disso, que a negociação coletiva seja utilizada como instrumento de proteção aos trabalhadores.

(Conclusão) Dessa forma, verifica-se que a terceirização é um fenômeno que a cada vez mais está sendo buscado, principalmente, pelas empresas. Mostrou-se que existe uma possibilidade da cláusula de instrumento coletivo restringir a terceirização, e que essa cláusula não afronta nenhum dispositivo do ordenamento jurídico brasileiro.

Palavras-chave: Terceirização; cláusula de instrumento coletivo; restrição; precarização.

TOMBAMENTO POR VIA JUDICIAL E POR LEI: PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO BRASIL

Autor(es):

Ana Beatriz Leonez: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Ricardo César Ferreira Duarte Junior: Docente do UNI-RN

(Introdução) Tombamento é intervenção ordinária e concreta do Estado na propriedade privada, este ato, visa limitar o exercício de direitos de utilização e disposição, é direito permanente e indelegável focado na preservação sob regime especial de bens com valor histórico, cultural, artístico, arqueológico, turístico e paisagístico, alicerçado no direito Brasileiro suas limitações administrativas, requisições, ocupações temporárias, servidão administrativa, desapropriação e o parcelamento e edificações compulsórias. Além do Estado intervir na propriedade privada por meio de tombamento, essa mesma intervenção também pode ser sobre os bens públicos, chamando-se de tombamento de ofício de acordo com o artigo 5º do Decreto-Lei n.25/37 será feito por ofício, ordenado pelo Diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, porém deverá ser notificado à entidade a quem pertencer, ou sob cuja guarda estiver a coisa tombadas, a fim de produzir os necessários efeitos. A tutela jurídica do patrimônio cultural foi introduzida no ordenamento jurídico através da constituição de 1934, porém, o conceito de patrimônio cultural no Brasil teve texto atualizado na constituição de 1988 no Art. 216 parágrafos I,II,III, diante disto, qualquer bem material ou imaterial, móveis, imóveis, singulares, coletivos são incluídos no patrimônio cultural brasileiro, desde que, portadores de referência à identidade, ação ou memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

(Metodologia) A metodologia usada é a pesquisa bibliográfica, visto que, é predominante o uso de livros e artigos científicos já elaborados por outros autores, o método de pesquisa será o dedutivo, pois, através da dedução de maneira a estudar o tombamento e formas de aplicar. Será uma pesquisa explicativa, identificando os elementos e características do tombamento.

(Resultados) O artigo evidencia que a proteção do patrimônio cultural brasileiro pode ser exercida pelo poder público e cidadãos, o tombamento é a vedação do estado sobre propriedade privada e particular, podendo instituir por poder público e judicial. Também faz-se pertinente demonstrar o cabimento do tombamento instituído por lei federal.

(Conclusão) Diante do narrado, conclui -se que o tombamento é uma proteção administrativa especial do bem móvel e imóvel trazendo limitações de uso ao proprietário que tiver o bem tombado, pode incidir sobre bens públicos e particulares, será instituído por poder público, lei e via judicial, sendo cabível por lei pois não há vedação constitucional de que o tombamento não possa ser realizado por ato legislativo federal, estadual e municipal.

Palavras-chave: Tombamento; legislação; patrimônio cultural; executivo.

**TRISTE, LOUCA E MÁ? A PSICOLOGIZAÇÃO DO ADOECIMENTO DAS MULHERES ENQUANTO UMA “NOVA”
MODALIDADE DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO E REVITIMIZAÇÃO**

Autor(es):

Karenina Hentz da Cunha Lima: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Andréa de Andrade Fernandes: Docente do UNI-RN

(Introdução) A presente pesquisa visa analisar o fenômeno sociocultural da psicologização do adoecimento de mulheres, especialmente quando estas se encontram em uma posição de vítimas de violência de gênero, em especial, da violência psicológica, prevista tanto na Lei Maria da Penha (Lei nº11.340/2006), quanto na recente Lei nº 4.188, de 2021, que criminaliza a violência psicológica no Brasil.

(Metodologia) A metodologia adotada foi a revisão bibliográfica, composta especialmente das contribuições presentes nas obras de Soraia da Rosa Mendes, Valeska Zanello, Franca Ongaro Basaglia e Silva Federici.

(Resultados) Embora as mulheres estejam cada vez mais conscientes do lugar que, historicamente, sempre lhes foi imposto, e se levantem para rechaçar o domínio patriarcal que se adapta e, atualmente, se encontra na era do patriarcado contemporâneo, como bem pontua Soraia da Rosa Mendes, é necessário observar que alguns fenômenos permanecem na margem das discussões que são levantadas quando o que é proposto é a análise dos Direitos das Mulheres. Este é o caso da temática da psicologização do adoecimento delas. Para se analisar este tema, em primeiro lugar, parte-se da premissa de que a condição das mulheres no sistema falocêntrico é causa direta de diversas formas de sofrimento e adoecimento em virtude dos padrões hegemônicos impostos sobre o ideal de ser mulher. Em seguida, entendemos ser necessário pontuar que, apesar de ser considerada a modalidade de violência de gênero que está presente em todas as outras, a violência psicológica praticada contra as mulheres ainda permanece subnotificada e invisibilizada no Brasil. Por isso, inicialmente, é importante trazer alguns pontos centrais: é preciso perceber que a violência psicológica e a psicologização não são sinônimos. A primeira, está prevista na Lei enquanto fenômeno criminalizado de violência. A segunda, não. Discutir a psicologização não é colocar em dúvida o adoecimento psicológico de mulheres, especialmente no recorte de ser em decorrência de determinada situação de violência de gênero sofrida. É reconhecer que este adoecimento existe e que não cabem rótulos que visem desintegrar a persona mulher e inferiorizá-las pelo fato delas reagirem e resolverem colocar um ponto final em arranjos dos quais são elas as vítimas.

(Conclusão) Os valores ético e político de compreender a construção do status social das mulheres, observando como esse processo se constituiu e foi degradado através da lógica falocêntrica, e, além disso, a importância de questionarmos nossas práticas, de modo que possamos construir instrumentos de escuta para essas especificidades, como a elaboração de previsões legais sensíveis à elas, que nomeiem o fenômeno da psicologização e o elevem ao status de modalidade de violência de gênero, deve fazer parte de qualquer agenda de política pública que vise contribuir com a Saúde Mental das mulheres e com as práticas de equidade de gênero em nossa sociedade.

Palavras-chave: Psicologização; mulheres; violência de gênero; revitimização.

UBERIZAÇÃO: EM BUSCA DO EQUILÍBRIO ENTRE FLEXIBILIDADE E SEGURANÇA

Autor(es):

Mateus Guilherme Pereira de Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Samuel Cavalcanti Sales: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Larissa Alves Dantas de Araújo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Solane Liz Bezerra Ubarana: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Leniany Kailany Maria da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Ursula Bezerra e Silva Lira: Docente do UNI-RN

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) Na concretude brasileira, a "uberização" do trabalho tem crescido exponencialmente, especialmente durante a pandemia. Contudo, essa modalidade de trabalho levanta questões cruciais sobre as garantias trabalhistas dos envolvidos, de maneira a qual coincide com a precarização do trabalho. Nessa perspectiva, a "uberização" da economia trouxe à tona desafios significativos para os direitos trabalhistas, levantando questões sobre a necessidade de regulamentação e proteção dos trabalhadores que atuam nesse modelo de trabalho. A interpretação legal e as abordagens adotadas variam de país para país, destacando a complexidade do tema. É essencial, assim, encontrar um equilíbrio entre a proteção dos direitos dos trabalhadores e a viabilidade econômica das plataformas de compartilhamento de viagens, a fim de garantir uma situação mais justa e equitativa para todos os envolvidos nesse cenário em constante evolução.

(Metodologia) A metodologia empregada para a pesquisa é de natureza descritiva-qualitativa, com base em uma ampla variedade de artigos científicos, reportagens e publicações que abordam a recente "uberização" do trabalho e suas consequências para o direito trabalhista, a fim de analisar as implicações dessa forma de trabalho para a sociedade e os desafios que a legislação enfrenta em meio à essa nova realidade.

(Resultados) A partir da presente análise entre a legislação trabalhista brasileira à luz do art. 3 da CLT - critérios para relação empregatícia - e o fenômeno de uberização, os resultados indicam que a relação entre os motoristas e a Uber manifesta características típicas de vínculo empregatício, tais como a pessoalidade, subordinação, não eventualidade e onerosidade, contrariando a alegação de autonomia da empresa. Além disso, o estudo evidencia a alienação dos motoristas, cujos rendimentos estão condicionados a avaliações e disponibilidade na plataforma, bem como ao sistema de pagamento por peça. Pode ser salientada as variações nas abordagens regulatórias em nível internacional, com exemplos do Reino Unido e da Itália, países nos quais a Uber enfrenta diferentes desafios legais. Além disso, é discutida uma decisão recente em um tribunal trabalhista de São Paulo, que condenou a Uber a pagar uma indenização significativa e registrar os motoristas como empregados. Cabe destacar a necessidade de equilibrar a proteção dos direitos dos trabalhadores com a viabilidade das plataformas de compartilhamento de viagens, levando em consideração as implicações econômicas e legais de reclassificar os motoristas como empregados.

(Conclusão) No decurso da presente pesquisa, destaca-se a carência de direitos básicos da classe de motoristas de aplicativos, o crescimento de uma classe de trabalhadores que ainda carece de seus direitos fundamentais, os motoristas de aplicativos. A precarização desse serviço é evidente, resultante da falta de regulamentação e garantias trabalhistas. Com isso, o Estado falha em fornecer políticas regulatórias eficientes à luz da precarização dos direitos trabalhistas, como férias remuneradas e assistência médica, ilustra esse panorama. Sob esse prisma, infere-se a necessidade de encontrar uma solução a qual venha mitigar essa realidade desproporcional. Assim, é proposto, portanto, a adoção do MEI como medida eficaz para melhorar a situação dos motoristas de aplicativos no Brasil, oferecendo-lhes direitos trabalhistas importantes, sem necessariamente transformá-los em empregados formais. Isso contribui para a construção de um ambiente de trabalho mais justo e equitativo para esses profissionais.

Palavras-chave: Trabalho; uberização; direito; plataformas digitais; tecnologia.

UMA ANÁLISE DA LEI DE ALIENAÇÃO PARENTAL Nº 12.318/2010 X PROJETO DE LEI Nº 1.372/2023

Autor(es):

Fernanda Guedes Pereira da Costa Miranda: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ursula Bezerra e Silva Lira: Docente do UNI-RN

(Introdução) Em análise às constantes transformações que sofre o direito brasileiro, em especial o direito civil no que rege o direito de família, para se alinhar aos constantes avanços da sociedade moderna, conforme podemos observar ao longo dos anos no Código Civil. Dentre os conceitos que evoluíram, temos o surgimento do divórcio e da guarda compartilhada como regra, o que como desencadeou o que se nomeou de Alienação Parental, dando origem a controversa lei em 2010. A Lei conceitua em seu art. 2º como o “ato de alienação parental a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este”. Desde o início da sua vigência percebe-se o debate jurisprudencial e doutrinário acerca da eficácia desta lei, o que acarretou o projeto de Lei nº 1.372/2023 para a completa revogação da lei apenas 13 anos após sua publicação. Na justificativa da norma revogativa é destacado o fato da alienação parental ocorrer quando há a manipulação da criança ou adolescente (vítima) para que repudie um de seus genitores, ou outro ascendente prejudicando o estabelecimento ou a manutenção dos vínculos familiares. A importância da pesquisa está na discussão das vantagens e desvantagens da legislação ser eficaz e protetiva às crianças e adolescentes, nas hipóteses do rompimento dos laços matrimoniais que acarreta disputas pela guarda dos filhos em questão.

(Metodologia) Para a produção da presente pesquisa foi utilizado o método de pesquisa descritivo para compreender os institutos explorados a partir de uma descrição detalhada dos conceitos. Foi utilizado o método de dedutivo com pesquisa exploratória em doutrina, análise das legislações brasileiras, artigos científicos, monografias e jurisprudência pátria. Foi realizada pesquisa quantitativa em busca de estabelecer a ligação entre as rupturas de sociedade conjugal e as hipóteses de síndrome da alienação parental.

(Resultados) Diante da pesquisa realizada foi observado que a maioria das hipóteses de alienação parental estão vinculadas a rupturas de sociedades conjugais litigiosas onde a guarda compartilhada não são uma realidade. Diante das hipóteses pesquisadas de falsas acusações foi observada ainda a ineficácia da norma.

(Conclusão) Trata-se de pesquisa ainda em andamento não possuindo conclusões a apresentar até o presente momento.

Palavras-chave: Alienação parental; síndrome; guarda compartilhada; poder familiar; responsabilidade civil.

UMA ANÁLISE DA UTILIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA E DO AMICUS CURIAE PELO STF NO JULGAMENTO DA ADI 3510 COMO UM INSTRUMENTO DE ABERTURA DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE À LUZ DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

Autor(es):

Ana Clara Gomes de Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Andréa de Andrade Fernandes: Docente do UNI-RN

(Introdução) A presente pesquisa pretende analisar o julgamento da ADI nº 3510 pelo STF, na oportunidade em que a Corte utilizou, de forma inédita, institutos como o Amicus Curiae e a Audiência pública para o auxílio na resolução de uma demanda social. A inédita conduta do guardião constitucional toma proporção pois por meio disso é possível enxergar um marco no processo de efetivação da participação direta de entidades da sociedade civil em decisões de repercussão geral. A problemática demonstra-se, no entanto, na dualidade entre o papel do STF como guardião mor do controle de Constitucionalidade das leis, e da abertura, nesse momento, a uma forma de democracia participativa.

(Metodologia) A metodologia científica aplicada à pesquisa foi a pesquisa bibliográfica, por meio de consulta em fontes acadêmicas como artigos e doutrina, somada ao Estudo de caso, sendo este a votação da ADI nº 3.510 no STF, com enfoque nas discussões jurisprudenciais e legislativas acerca da abertura do STF a mecanismos de democracia participativa.

(Resultados) Primeiramente, é preciso salientar que, no presente caso, a audiência pública foi requisitada pelo Procurador Geral da República Carlos Fontelles, ora autor da Ação, com a finalidade de auxiliar a elucidar matérias que ultrapassam materialidade jurídica. Para legitimar ainda mais a decisão a ser tomada pelo plenário da colenda Corte, o pedido foi deferido em decisão monocrática do Min. Rel. Ayres de Britto, com fundamento no § 1º do art. 9º da Lei nº 9.868/99, “por suscitar numerosos questionamentos e múltiplos entendimentos a respeito da tutela do direito à vida”. Em virtude de se tratar de uma possível inconstitucionalidade da Lei de Biossegurança (art. 5 da Lei 11.105/05), o tema repercute de forma polarizada na sociedade civil. Torna-se uma questão que abraça além do direito, repercussão religiosa e científica. A decisão também foi respaldada na doutrina ilustre de Peter Haberle, que na década de 70 já descrevia a ativa participação da sociedade civil no processo de interpretação constitucional como o que ele passou a chamar de “sociedade aberta dos intérpretes da Constituição”, com vistas a não prender a interpretação constitucional à um exercício hermeticamente fechado. Nessa baila, foram elencadas 9 entidades especialistas na área na condição de Amici Curiae, sejam elas: Conectas Direitos Humanos; Movitae (Movimento em Prol da Vida); Centro de Direitos Humanos (CDH), Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero (ANIS) e Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

(Conclusão) Por fim, conclui-se que apesar do Regimento Interno do STF ser silente quanto à possibilidade de realização de Audiências Públicas no processo objetivo de controle de constitucionalidade, com respaldo na predileção da Lei nº 9.868/99 e por analogia às disposições do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, foi possível esse incremento visando ouvir, de forma ampla, diversos setores da sociedade civil como cientistas, movimentos humanitários e religiosos, para esclarecer questões que ultrapassam o arcabouço jurídico. O Acórdão da ADI 3510 foi proferido em 29/05/2008, sendo a Ação Direta de Inconstitucionalidade do art. 5 da Lei 11.105/05, julgada totalmente improcedente, por maioria dos votos, com uma maior participação da sociedade civil no enfrentamento da controvérsia constitucional, e legitimação à decisão tomada pelo Plenário do STF.

Palavras-chave: Controle de constitucionalidade; ADI 3510; Amicus Curiae.

UMA ANÁLISE DE COMO AS TEORIAS DA POSSE SE MANIFESTAM NO CÓDIGO CIVIL

Autor(es):

Eduardo Lisboa Dantas: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosângela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) Em um primeiro momento, faz-se necessário distinguir as duas teorias que visam conceituar a posse, a teoria subjetiva de Savigny e a teoria objetivista de Ihering. A teoria de Savigny defende que a posse se conceitua como sendo o poder direto ou imediato que a pessoa tem de dispor fisicamente de um bem com a intenção de tê-lo para si e de defendê-lo contra a intervenção ou agressão de quem quer que seja. Para seu aluno, Ihering, a posse se configuraria como sendo o mero fato de que o indivíduo possa dispor fisicamente da coisa ou que tenha a mera possibilidade de exercer esse contato. (TARTUCE, 2022, p. 34-35), logo, dessas teorias, extraímos que para Savigny, para se configurar como posse, deveria existir a intenção de ser dono da coisa, chamado de animus domini, além da coisa em si, denominada de corpus. Enquanto que para a teoria de Ihering, para configurar a posse basta o corpus, sendo dispensável o animus domini.

(Metodologia) Para fins de realização dessa atividade, a metodologia utilizada foi o método de pesquisa bibliográfica em livros de doutrinadores, sites e artigos que tratam sobre o tema em análise.

(Resultados) Conforme explicado acerca das teorias que visam explicar a posse, segue para análise de como essas teorias se manifestam no Código Civil. A principal maneira que a teoria subjetiva de Savigny se manifesta no Código Civil, se dá no caso do instituto da usucapião (método de obter a posse de um imóvel ou móvel em virtude do uso e do tempo), ordinária prevista no artigo do 1242 do Código Civil. Para um indivíduo obter a posse em decorrência da usucapião ordinária, é necessário, entre outros requisitos, que o possuidor possua o bem para si, com a intenção de ser dono, fato que se manifesta de maneira literal no parágrafo único em sua parte final "desde que os possuidores nele tiverem estabelecido a sua moradia, ou realizado investimentos de interesse social e econômico." Ora, apenas quem possui a intenção de ser dono estabelece sua moradia ou realiza investimentos, portanto, nessa frase a teoria subjetiva de Savigny aparece. Todavia, é válido lembrar que a intenção de ser dono é requisito para qualquer modalidade de usucapião. A teoria objetiva de Ihering, por sua vez, se manifesta por exemplo no artigo 1.196 do Código Civil, quando diz que, in verbis: " Considera-se possuidor todo aquele que tem de fato o exercício, pleno ou não, de algum dos poderes inerentes à propriedade", com isso, indivíduos como o locatário, comodatário, entre outros, são possuidores e se podem utilizar de ações possessórias contra o próprio proprietário, nesse sentido, se manifesta a teoria objetiva de Ihering, pois não necessita-se do animus de ser dono, basta ser possuidor direto ou indireto, ou seja, ter o corpus.

(Conclusão) Em suma, diante do exposto, pode-se concluir que o Código Civil adotou de forma principal a teoria objetiva de Ihering em detrimento da teoria subjetiva de Savigny. Haja vista que se assim não fosse, indivíduos como locatário não poderiam entrar com uma ação possessória por não terem o animus domini, apenas serem moradores.

Palavras-chave: Posse; teoria subjetiva; teoria objetiva.

UNIÃO ESTÁVEL, SEPARAÇÃO DE FATO E POSSE: REFLEXOS DAS SITUAÇÕES FÁTICAS NO DIREITO À HERANÇA.

Autor(es):

Andrielly Gomes da Silva Costa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) O Código Civil Brasileiro e a vigente jurisprudência, trouxeram grandes evoluções no direito sucessório no sentido de não ignorar os efeitos jurídicos de uma realidade fática afetiva. Todavia, embora a jurisprudência tenha sido favorável às situações fáticas, há uma controvérsia com relação ao previsto nos artigos 1830 e 1723, ambos do código civil, enquanto o primeiro artigo estabelece um prazo de carência para o cônjuge ser herdeiro, o segundo permite a constituição da união estável se a pessoa casada se achar separada de fato judicialmente, trazendo a previsão de herança tanto para o cônjuge quanto para o companheiro que adquiriu união com uma pessoa separada de fato. Com isso, visando manter a garantia constitucional de proteção à família, independentemente de como fora formada, os entendimentos jurisprudenciais evoluíram no sentido de não ignorar os efeitos jurídicos de uma realidade fática afetiva, tal como o entendimento firmado pelo STF em sede de repercussão geral através do tema 809, que afirmou ser inconstitucional a distinção na forma de partilha entre cônjuges e companheiros, trazendo grandes impactos no direito sucessório.

(Metodologia) No presente resumo, utilizou-se o método de abordagem dedutivo, tendo em vista que a discussão do tema partiu da verificação de conhecimentos prévios com a pesquisa exploratória e descritiva, através de livros, trabalhos acadêmicos, jurisprudências, doutrinas e legislação vigente sobre a temática.

(Resultados) Em face da análise realizada, restou demonstrado que deve haver o entendimento nos tribunais brasileiros de que tanto o companheiro quanto o cônjuge separado de fato devem ter o direito à herança correspondente ao lapso temporal em que existia o vínculo afetivo “ante mortem”.

(Conclusão) Conclui-se que há grande relevância na discussão acerca dos impactos das situações fáticas: união estável, separação de fato e posse, no direito sucessório, pois embora a doutrina e jurisprudência vigente tenha adotado como entendimento majoritário a consideração do vínculo afetivo fático, visando a proteção familiar constitucional, ainda existem lacunas e controvérsias no Código Civil a serem resolvidas no caso concreto, diante do atual posicionamento do judiciário e da doutrina frente a consideração dessas situações de fato, pois em face d tais conflitos e lacunas, há um sobrecarregamento no judiciário acerca de questões com diversos julgamentos pacificados.

Palavras-chave: Fática; separado de fato; companheiro; jurisprudência; doutrina.

USO DE CIGARRO ELETRÔNICO E NARGUILÉ NO BRASIL: UM CENÁRIO NOVO E EMERGENTE. O ESTUDO COVITEL, 2022

Autor(es):

João Gabriel De Lira Feitosa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) O hábito de fumar é um grave problema de saúde pública em escala global, sendo identificado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como uma das principais causas de mortes que poderiam ser evitadas. No Brasil, aproximadamente 220 milhões de óbitos por ano estão relacionados ao consumo de tabaco. Mesmo diante desse cenário, 16,1% da população adulta brasileira ainda mantém o hábito de fumar, o que equivale a 17 milhões de homens e 12,5 milhões de mulheres. A inquietação quanto aos impactos negativos na saúde e nas taxas de mortalidade associadas ao tabagismo levou à adoção de uma importante iniciativa pela OMS: a Convenção Quadro para o Controle do Tabaco, colocada na prática em 27 de fevereiro de 2005 e ratificada por 177 países, incluindo o Brasil. Dentre as orientações dessa convenção, destacam-se a promoção de espaços livres de fumo de tabaco e o estabelecimento de programas específicos para a cessação do tabagismo. Em consonância com o quadro convencional da OMS, o Ministério da Saúde do Brasil implementou na rede pública do Sistema Único de Saúde um programa de tratamento do tabagismo fundamentado em abordagens cognitivo-comportamentais e medicamentosas. Foi nesse contexto que surgiu o cigarro eletrônico (CE), também conhecido como ecigarette em inglês, como uma alternativa para a reposição de nicotina. O dispositivo foi concebido pelo farmacêutico chinês Hon Lik e patenteado em 2003. Embora haja escassez de dados sólidos sobre sua eficácia e segurança, o CE vem sendo amplamente comercializado, tanto online como diretamente aos consumidores, em vários países. Em consonância com o quadro convencional da OMS, o Ministério da Saúde do Brasil implementou na rede pública do Sistema Único de Saúde um programa de tratamento do tabagismo fundamentado em abordagens cognitivo-comportamentais e medicamentosas.

(Metodologia) Este estudo foi em grande maioria fundamentado em uma pesquisa nacional transversal conduzida por telefone no ano de 2022, pois obteve mais resultados e por ser mais recente. A amostra foi concebida para representar as cinco grandes regiões geográficas do Brasil e englobou 1.800 participantes de cada uma dessas regiões. Os números de telefone foram selecionados de maneira proporcional para cada código de área em todas as regiões, utilizando um processo de discagem com dígitos aleatórios, sendo posteriormente validados eletronicamente. Esse procedimento resultou em 900 números de celulares e 900 números de telefones fixos para cada região. Foram coletadas informações referentes ao uso atual de produtos de tabaco comercial, assim como dados sobre a história de vida de uso ou o uso presente de cigarros eletrônicos e narguilés.

(Resultados) Depois da realização dos estudos foi observada a prevalência de história de uso de cigarro eletrônico e narguilé. Adultos jovens (18-24 anos) tiveram a maior prevalência de experimentação de cigarro eletrônico e narguilé por ser algo meio que estaria em uma espécie de 'moda' na época. O uso de cigarro eletrônico e narguilé foi mais comum na região Centro-Oeste e entre aqueles com maior escolaridade, enquanto o consumo atual de cigarro comercial foi mais comum entre aqueles com menor escolaridade. A vigilância é essencial para o monitoramento e prevenção dessas novas formas de consumo de nicotina para o afastamento desse mercado ilegal no Brasil.

(Considerações finais) Existe uma variação específica nas quantidades de nicotina liberadas e nos componentes dos cartuchos entre diferentes marcas de CE. Foram relatados efeitos adversos à saúde a curto prazo. A toxicidade a longo prazo do CE ainda não foi devidamente investigada. O uso prolongado do CE por fumantes pode manter a dependência da nicotina, e seu uso durante a adolescência pode estimular o início do tabagismo. Portanto, uma estratégia de abordagem ao tabagismo que incorpora terapias cognitivo-comportamentais.

Palavras-chave: Hábito de fumar; produtos do tabaco; nicotina.

USUCAPÃO COLETIVO COMO INSTRUMENTO DE GARANTIA AO DIREITO FUNDAMENTAL À PROPRIEDADE

Autor(es):

Ana Clara da Cruz Araújo de Souza: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosângela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) A essencialidade dos direitos fundamentais mostra-se evidente em todas as faces da sociedade, todavia, apesar da tamanha importância, existe uma “carência” de alguns desses direitos fundamentais em relação às classes subalternas da sociedade. Aquele direito inerente e garantido pela Constituição Federal ao indivíduo, muitas vezes vem a ser falho em garantir algo mínimo como, por exemplo, o direito à propriedade.

(Metodologia) É crucial informar que os resultados atingidos foram obtidos por meio do estudo de artigos, bem como da leitura reflexiva de materiais da disciplina de Direito Civil. Desse modo, foi tido como objetivo o aprofundamento acerca desse tema pertinente na contemporaneidade, considerando as inúmeras famílias que adquiriram sua propriedade mediante a Usucapião Coletivo. Vale ainda mencionar a ideia principal representada, que é sua relação com direitos que são notoriamente necessários.

(Resultados) O Direito fundamental à propriedade é um “sonho distópico” para as camadas mais baixas da sociedade e, ao considerar essa realidade, com base nas pesquisas feitas sobre as decisões do STF e o estudo de um caso concreto, foi possível chegar ao Usucapião Especial Urbana Coletiva, conforme o artigo 10, da lei 10.257/2001, que garante o direito de usucapir coletivamente a área total ocupada, desde que preencha os seguintes requisitos: existência pacífica e sem oposição há mais de 5 anos; a área total deve ser dividida pelo número de possuidores, sendo inferior a 250 m² por possuidor; os indivíduos não podem possuir outro imóvel urbano ou rural. O caso concreto utilizado no presente artigo refere-se a Paraisópolis, localizada na zona sul paulistana, onde anteriormente jazia alguns hectares com a promessa de tornar-se um condomínio de luxo, tornou-se, gradativamente, uma comunidade habitada por milhares de famílias que, anteriormente, não tinham nenhuma propriedade para habitar. No decorrer de seu crescimento, enfim ajuizaram uma ação pedindo a declaração de domínio do imóvel com mais de 4.000 m², pela posse qualificada já consolidada e, ao verificar a efetivação de todos os requisitos preenchidos, a Juíza declarou procedente o pedido e, em decorrência disso, centenas de famílias tiveram seu direito fundamental à propriedade garantido.

(Conclusão) A Posse Especial Urbana Coletiva é um instrumento jurídico de política urbana que visa promover a regularização fundiária, reconhecendo a propriedade das classes mais desprezadas e negligenciadas do país, assegurando seus direitos fundamentais e inerentes à propriedade. Nesse sentido, a predileção urbana coletiva tem papel fundamental na busca da justiça social e na construção de cidades mais inclusivas, assegurando o direito à moradia digna e promovendo a igualdade de oportunidades para todos os cidadãos, independente de classe social, independentemente de raça ou origem. Ao reconhecer a titularidade dessas comunidades, a usucapião coletiva urbana especial permite que elas obtenham a segurança jurídica necessária para permanecer nos lugares que já consideram seu lar. Isso é feito com o objetivo de superar a insegurança e vulnerabilidade em suas vidas, além de proporcionar bem-estar e direitos fundamentais como infraestrutura adequada, serviços públicos e políticas para melhorar as condições de vida.

Palavras-chave: Usucapião; direito fundamental; coletivo.

USUCAPIÃO COMO FORMA DE GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DOS QUILOMBOLAS

Autor(es):

Vinicius Gurgel Batista: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) A usucapião é um instituto jurídico que permite que uma pessoa adquira a propriedade de um bem móvel ou imóvel depois de utilizá-lo por um determinado período, de forma pacífica e sem oposição do proprietário original. Após o cumprimento dos requisitos exigidos por lei, como o prazo mínimo de posse e a ausência de contestação por parte do proprietário, o indivíduo pode tornar-se proprietário do bem por meio do processo de usucapião. Essa figura jurídica está prevista no Código Civil e é comum em situações em que faltam documentos ou registro da propriedade, por exemplo. Assim, a usucapião é uma ferramenta importante para garantir o acesso à moradia e à propriedade de forma justa e equitativa, e garantir os direitos fundamentais dos cidadãos. Como nos casos dos quilombolas, que são um grupo étnico que se origina dos povos africanos escravizados que fugiram das fazendas no Brasil e se estabeleceram em comunidades autossustentáveis e rurais conhecidas como quilombos. O direito à moradia é fundamental para a garantia da dignidade humana de todos os cidadãos, incluindo os quilombolas. Como uma população historicamente marginalizada e discriminada, os quilombolas enfrentam muitos obstáculos em relação à moradia, como o acesso à terra e a falta de infraestrutura adequada em suas comunidades.

(Metodologia) Por meio de uma pesquisa embasada em análises e interpretações de textos acadêmicos, assim como na análise de legislações e garantias, é possível obter uma compreensão qualitativa do material estudado. Além disso, o resumo do estudo deve incluir o método histórico e cultural, que contribui para a compreensão da ocorrência e previsibilidade do tema no cotidiano.

(Resultados) O artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais acerca do direito à moradia e terras dos quilombolas afirma que os títulos de propriedade das terras ocupadas pelos remanescentes de quilombos serão emitidos pelo Estado, e que essas terras são inalienáveis, imprescritíveis e impenhoráveis. A usucapião está prevista na legislação brasileira, e pode ser utilizado em diversas situações, como quando uma pessoa ocupa um terreno abandonado por anos, por exemplo. Isso permite que a propriedade seja regularizada a favor do ocupante, que se torna o novo proprietário do bem. Além disso, a usucapião pode ser utilizada para proteger os direitos de posse e propriedade de comunidades tradicionais, como indígenas e quilombolas, que têm ocupado suas terras tradicionais de forma pacífica por anos, mas não possuem regularização fundiária. O Estatuto da Igualdade Racial reconhece o direito dos quilombolas à terra e à moradia, como uma forma de reparação histórica pela violação dos direitos humanos ao longo da história.

(Conclusão) Em suma, os direitos de moradia dos quilombolas são garantidos por leis específicas que reconhecem a importância de proporcionar dignidade e reparação histórica a este grupo ancestral. Embora a usucapião possa ser um meio legal de aquisição de propriedade, no caso dos quilombolas, a emissão de títulos de propriedade deve ser feita diretamente pelo Estado, reconhecendo a importância das terras para a sobrevivência cultural e econômica de comunidades urbanas e rurais.

Palavras-chave: Usucapião, direitos fundamentais, quilombolas.

USUCAPIÃO DE VEÍCULO ROUBADO

Autor(es):

Monica Rejane Antunes de Lima: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) Os Direitos Reais ou Direito das Coisas, como ramificação do Direito Civil, são, em resumo, aqueles direitos que consistem em um conjunto de princípios e normas regentes da relação jurídica referente às coisas suscetíveis de apropriação pelo homem, segundo uma finalidade social. Os direitos subjetivos vinculados à relação real, elencados no artigo 1.225 do Código Civil (direito real de propriedade, superfície, direito real de usufruto, direito real de servidão, o uso, habitação, direito do promitente comprador do imóvel, direito real de uso especial para fins de moradia, a concessão de direito real de uso, a laje, entre outros.). Analisando precisamente a usucapião de bem móvel que é um meio de aquisição originária da propriedade de coisa móvel, nos termos do art. 1260 a 1262 do CC/02. Trata-se de aquisição originária, pois torna aquele que usucapiu o único proprietário da coisa desde a sua existência, de modo que a usucapião tem, por consequência, apagar os eventuais registros de proprietários anteriores.

(Metodologia) Para adquirir a posse lícita do veículo pode ser por justo título, munido de documento que comprove a origem, boa-fé, posse contínua exercida sem interrupções e posse de 3 anos consistente no cômputo do tempo ou 5 anos quando não existe o justo título, sem que o dono real tome providências, passando a ser dono, perante a lei, desta coisa. Se o veículo for proveniente a um roubo é possível usucapir, caso ocorra não manifestação do dono real por um período de 20 anos.

(Resultados) A apoderação física da coisa por meio de clandestinidade por âmagos de roubo, somente concede a posse após cessado o vício (art. 1.208 do CC/2002), de maneira que o exercício ostensivo do bem é suficiente para manifestar a posse mesmo que o objeto tenha sido descendente de crime. O Superior Tribunal de Justiça concedeu em 2019, a posse de um bem móvel oriundo a roubo, concedendo jurisprudência para os casos similares.

(Conclusão) Portanto, o veículo roubado pode ser objeto de usucapião, desde que tenha cessado a clandestinidade por um período de 20 anos. Se o móvel subtraído estiver escondido, não estará no exercício da posse, caracterizando-se assim a mera apreensão física do objeto proveniente de roubo. Daí por que, inexistindo a posse, também não se dará início ao transcurso do prazo de usucapião. Ainda assim, existe a chance de usucapir um carro roubado, desde que, após informar à justiça que deseja o veículo se torne seu. Caso contrário, adquirir o carro abandonado com queixa de roubo ou furto é, inclusive, crime.

Palavras-chave: Direitos reais; usucapião móvel; veículo roubado.

USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL: UMA ANÁLISE GERAL

Autor(es):

Marcelo Feitosa da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN Pedro Lira Miranda de Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN José Morais Araújo Bacurau: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

*Ursula Bezerra e Silva Lira: Docente do UNI-RN
Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN*

(Introdução) A usucapião extrajudicial, como meio de regularização de propriedades, desponta como um tema de relevância inquestionável no contexto jurídico brasileiro. Em um cenário onde o sistema judicial muitas vezes se vê sobrecarregado, a necessidade de encontrar alternativas eficazes para a regularização fundiária é evidente. Este trabalho busca explorar de maneira abrangente o processo da usucapião extrajudicial, destacando os requisitos essenciais para sua aplicação e avaliando o impacto dessa alternativa na celeridade da regularização fundiária no Brasil. A importância da regularização fundiária é indiscutível, uma vez que está diretamente ligada à garantia de direitos de propriedade, à segurança jurídica e ao desenvolvimento social e econômico. No entanto, o sistema judiciário frequentemente enfrenta uma carga de trabalho significativa, resultando em processos demorados e, muitas vezes, ineficientes para a resolução de questões relacionadas à posse de propriedades. Nesse contexto, a usucapião extrajudicial surge como uma alternativa que pode revolucionar a forma como lidamos com a regularização fundiária. Ao possibilitar a aquisição de propriedades sem a necessidade de um processo judicial demorado, esse mecanismo apresenta a promessa de simplificar o processo, agilizando a regularização e reduzindo a pressão sobre o Poder Judiciário. O presente estudo tem como objetivo principal analisar os benefícios e desafios da usucapião extrajudicial na regularização fundiária brasileira. A partir desse objetivo central, detalharemos o processo da usucapião extrajudicial, identificando os requisitos necessários para sua aplicação. Além disso, examinaremos os efeitos dessa alternativa nas disputas legais e na eficiência da regularização fundiária, permitindo uma análise completa das implicações desse mecanismo. Para alcançar esses objetivos, adotaremos uma abordagem teórico-dogmática, baseada em estudos bibliográficos, análise documental e dados de pesquisas. A análise da legislação pertinente e o estudo de casos concretos serão fundamentais para oferecer uma compreensão abrangente da usucapião extrajudicial e de sua implementação no cenário jurídico brasileiro.

(Metodologia) A pesquisa se baseia em estudos bibliográficos, análise documental e dados de pesquisas. Adotamos uma abordagem teórico-dogmática para explorar o tema, com foco na documentação e regulamentação da usucapião extrajudicial. Nossos procedimentos incluem a análise da legislação pertinente e o estudo de casos concretos para ilustrar os efeitos da usucapião extrajudicial.

(Resultados) A usucapião extrajudicial emerge como uma alternativa eficaz para a regularização de propriedades no Brasil. Este processo é notável por sua celeridade, permitindo a resolução de casos em um prazo de 90 a 120 dias, em contraste com os processos judiciais que frequentemente levam anos para serem concluídos. No entanto, a necessidade de acordo entre as partes envolvidas pode ser um desafio a ser superado. Além disso, a usucapião extrajudicial simplifica a regularização e evita disputas legais, tornando-se um mecanismo valioso para aqueles que buscam regularizar suas propriedades de forma rápida e eficiente.

(Conclusão) A usucapião extrajudicial demonstra ser uma ferramenta promissora na busca por celeridade na regularização fundiária. Além de reduzir a sobrecarga do Poder Judiciário, esse mecanismo simplifica o processo para aqueles dispostos a cooperar. A regulamentação do processo pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) pode resultar em melhorias contínuas, garantindo a eficácia desse método no cenário jurídico brasileiro. No entanto, é fundamental que as partes envolvidas estejam dispostas a cooperar para que o processo ocorra sem problemas. Por fim, nota-se que a regulamentação pelo Conselho Nacional de Justiça leva a melhorias consideráveis nesse sistema.

Palavras-chave: Usucapião extrajudicial; regularização fundiária; poder judiciário; propriedade; agilidade.

**USUCAPIÃO FAMILIAR COMO MÉTODO DE EFICÁCIA AO DIREITO FUNDAMENTAL À MORADIA PARA MULHERES COM
FALTA DE AMPARO SOCIAL E ECONÔMICO**

Autor(es):

Giovanna Lins de Araujo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) Em um cenário contemporâneo, discriminado por muitos como algo até mesmo presente nas características da nossa cultura, tem-se como um padrão ainda muito recorrente de uma família tradicional brasileira aquela sustentada por um homem, no qual em inúmeros casos já se passou em sua mente ou ainda, em situações piores, chegou a de fato concluir o ato de abandonar o seu lar sem qualquer motivo muito aparente e, por conseguinte, se dentro dessa casa também existir uma mulher, ela provavelmente no momento atual o qual ela encontra-se inserida não deve apresentar condições suficientes de se amparar financeiramente. Para tanto, nessas situações, com base no resguardo do direito à moradia daquele cônjuge ou companheiro que permaneceu no imóvel, em especial por mais de dois anos, é assegurado a ele como forma de manter o único bem que lhe resta a usucapião familiar, entretanto, vale ressaltar que o abandono de lar é um tanto complexo, sendo necessário para uma execução correta desse direito a presença de um advogado.

(Metodologia) Através de uma base de pesquisas com análises e interpretações de textos/artigos acadêmicos e, claro, acima de tudo, previsões legais de garantias pode se obter uma compreensão do material estudado de maneira qualitativa, a fim de verificar subjetivamente os aspectos apresentados, ao passo de entender que cada caso deve ser analisado como um particular de acordo com suas características específicas, para mais, também consta-se presente na execução do resumo o método histórico e cultural, auxiliando na compreensão da ocorrência e da previsibilidade no cotidiano do tema.

(Resultados) Diante do exposto, apesar de que quando tratamos de usucapião não nos vem à mente o amparo social que pode gerar a mulheres, essa modalidade familiar está prevista no Art. 1.240-A do Código Civil brasileiro, o qual discorre que tal medida pode ajudar a manter uma família que vive um imóvel urbano até 250 m² e sofrem abandono do lar por parte do ex- cônjuge ou ex-companheiro em condições saudáveis e estáveis.

(Conclusão) É notório a relevância da análise do assunto sob a perspectiva de gênero, afinal, como debatido anteriormente, ainda temos em nossa cultura traços muito presentes da vulnerabilidade da mulher perante o homem apesar de todas as garantias asseguradas por nossos códigos e legislações avulsas. Dessa forma, como meio de amenizar toda a situação descrita acima, ressaltando que nesses casos o abandono não é unicamente caracterizado pelo distanciamento do cônjuge ou companheiro de forma física do imóvel, como também a sua ausência de toda a assistência que ele deveria dar à família nesse período, como a compra de alimentos, o pagamento de impostos e taxas relacionadas ao imóvel e vínculo com os filhos, tem-se com a usucapião familiar ao menos um amparo em relação a moradia que é um dos pontos fundamentais para uma boa sobrevivência e posteriormente poder se realocar em todas as demais áreas carentes de demais proteções.

Palavras-chave: Usucapião familiar; direito fundamental à moradia; amparo social e econômico.

USUCAPIÃO FAMILIAR EM CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Autor(es):

Amanda Beatriz Aguiar Cabral: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosângela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) A usucapião é uma forma originária de aquisição do direito de propriedade sobre um bem imóvel em função de haver utilizado durante determinado lapso temporal, de modo contínuo e incontestadamente, possuindo animus, ou sela, agir como se fosse o real proprietário desse bem. Possuindo diversas modalidades de usucapião, sendo uma delas a usucapião familiar, que consiste em praticamente exercer, por 2 (dois) anos ininterruptamente A sem oposição, posse direta, com exclusividade, sobre imóvel urbano de até 250m² cuja propriedade dividida com ex-cônjuge ou ex-companheiro que abandonou o lar, utilizando-o para sua moradia ou da sua família, adquirir-lhe-á o domínio integral, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural, conforme o Art. 1.240-A, incluído pela Lei no 12.424, de 2011).

(Metodologia) O presente trabalho através de análises bibliográfica, usou de artigos que abordam sobre a usucapião familiar em casos que houve violência doméstica em mulheres, e entendimentos jurídicos, jurisprudências. A partir da ferramenta SCIELO (Scientific Electronic Library Online) e Google Acadêmico, buscou artigos que venham a acrescentar no crescimento do tema, buscando por palavras-chave, livros e artigos que apresente dados que se infere ao devido tema.

(Resultados) É sabido que a usucapião familiar se encontra tipificado no artigo 1.240 do código civil, no qual retrata a saída de um dos cônjuges, todavia é de fundamental importância destacar que essa saída tem que ser caracterizada pela voluntariedade daquele que saiu, de modo que não poderia caracterizar como uma saída aquela pessoa que saiu diante das ameaças e violência que vinha sofrendo. Conforme o enunciado 595, do Conselho da Justiça Federal, definiu que o abandono do lar na ótica do instituto da usucapião familiar como abandono voluntário da posse do imóvel somado à ausência da tutela da família, não importando em averiguação da culpa pelo fim do casamento ou união estável, logo a saída deve ser voluntária e não forçada mediante algum tipo de violência.

(Conclusão) Conclui-se que a ideia geral do legislador, é amparar, na maioria dos casos as mulheres, que sofrem de violência doméstica e podendo ainda sofrer o risco de perder seu imóvel. É um zelo que houve com o cônjuge que permaneceu desde o abandono voluntário do outro ao imóvel, pois digamos que aquele encontra-se desamparado e com filhos, logo é fundamental a aplicação da usucapião familiar em casos que faz jus ao direito. Além do fato, que esse lapso temporal ser menor, bastando 2 anos para que seja reconhecido o direito, logo sendo mais célere comparado a outras modalidades de usucapião.

Palavras-chave: Usucapião familiar; violência doméstica; abandono do lar.

VIOLÊNCIA CONTRA IDOSOS: O ABUSO PARENTAL

Autor(es):

Larissa Torres Moreira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Isabela Bezerra: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Ana Leticia Nogueira Pereira Pinto: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Maria de Araújo Ananias: Docente do UNI-RN
Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) Devido à melhoria da expectativa de vida, o número de idosos teve um aumento significativo nas últimas décadas. No entanto, uma problemática atual relacionada a esse fato é a violência contra idosos, principalmente o abuso parental. De acordo com dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), pelo menos 15,7% da população idosa está submetida a um tipo de violência e muitas dessas situações não são relatadas ou denunciadas por serem cometidas comumente por algum familiar. Os casos mais recorrentes incluem violências físicas, psicológicas, patrimoniais, sexuais, abandono e discriminação. A violência contra a pessoa idosa é definida como ato ou omissão, que resulta em danos ou aflição, causando sofrimento, lesão, dor, perdas e diminuição da qualidade de vida, ferindo direitos humanos.

(Metodologia) A metodologia utilizada para a produção do artigo foi investigativa e documental, a qual foi feito um levantamento bibliográfico de produções relevantes sobre o tema, seguido da análise dos dados apresentados para chegar às conclusões aqui apresentadas.

(Resultados) Segundo os dados levantados da literatura científica, nas denúncias e notificações, o local de ocorrência com maior número de eventos é o domicílio. Em vista disso, na maioria dos casos, os agressores são membros da própria família, o que dificulta a identificação da violência e a denúncia. Além disso, não são todas as famílias brasileiras que possuem as condições para arcar com os custos do cuidado do idoso. Nesses casos, é comum que a família considere a institucionalização do idoso em uma “casa de repouso”. Apesar de ser uma alternativa para o cuidado com a terceira idade, o sistema pode ficar sobrecarregado, aumentando os custos e os recursos necessários, que impacta à sociedade como um todo. Discute-se, então, a necessidade de sensibilizar o corpo social, a fim de que possa reconhecer os riscos e as situações de abuso contra idosos e direcionar as vítimas, de forma que sejam compreendidas na integralidade, considerando que se trata de situação complexa que envolve a família e a comunidade, além de ações intersetoriais.

(Conclusão) Posto isso, ao decorrer das discussões abordadas no presente artigo, fez-se presente a exploração de diversas facetas da violência contra o idoso, para assim, obter uma maior compreensão sobre o tema e acionar um alerta para a sociedade sobre essa problemática. O objetivo de coletar dados mediante as pesquisas para fundamentar o artigo foi atingido, pois esclareceu o tipo de violência, o ambiente e o agressor mais comuns. Nesse sentido, políticas públicas ligadas ao atendimento das necessidades da terceira idade tornam-se fundamentais para garantir que eles tenham acesso à assistência médica, moradia e convívio social.

Palavras-chave: Violência; idosos; família; assistência; denúncia.



CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

XXIII CONIC

2023

GRADUAÇÃO

ENGENHARIA CIVIL

Volume 1 – Ciências Sociais, Exatas e da Terra



ERGONOMIA E SEGURANÇA NO TRABALHO APLICAÇÕES PARA TRABALHADORES RURAIS

Autor(es):

Tobias de Medeiros Nobre: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Carlos Gomes de Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) A ergonomia estuda a relação do homem com o trabalho, visando a promoção da segurança, qualidade de vida do trabalhador e aumento da produtividade. A profissão de morador rural caracteriza-se por morar na terra em que trabalha e as funções variam de pastoreio, agricultura, serviços domésticos, manuseio de máquinas entre outros. Apesar do avanço da tecnologia, os casos de acidentes de trabalho ou doenças ocupacionais na zona rural ainda são muito comuns, haja vista o ambiente de trabalho de um morador rural é um ambiente afastado de grandes centros urbanos, por vezes não assistidos pelas autoridades e por isso é importante reforçar a aplicação da ergonomia e das normas de segurança no trabalho neste ambiente.

(Metodologia) Nesse sentido foi realizada uma pesquisa de campo por meio de sucessivas visitas técnicas e entrevistas com os trabalhadores rurais, destacando as tarefas exercidas e os potenciais problemas de saúde desencadeados pela execução incorreta das atividades, verificação quanto ao uso dos equipamentos de proteção individuais e adequação da empresa quanto a aplicação das normas regulamentadoras.

(Resultados) Constatou-se que a empresa em questão fornecia os equipamentos de proteção, embora não esteja totalmente em dia com o Programa de Gerenciamento de Risco no Trabalho Rural, identificamos casos de doenças ocupacionais que afetam a coluna e a musculatura dos trabalhadores devido a carregamentos e movimentos repetitivos e um caso de acidente por ação de agente biológico. Em síntese, se faz importante a adoção de equipamentos que se adaptem aos trabalhadores, organizar o ambiente de trabalho de forma evitar sobrecargas e movimentos repetitivos, os materiais pesados devem ser armazenados em locais de fácil acesso, os trabalhadores devem ser treinados para a realização das tarefas de forma adequada.

(Conclusão) Além disso, deve ser implementado um programa de treinamento para os trabalhadores, abordando os princípios básicos da ergonomia e como aplicá-los no ambiente de trabalho. Em suma, podemos afirmar que a aplicação de uma cultura de ergonomia e segurança no trabalho nesse ambiente de trabalho pode promover um melhor desempenho das atividades laborais, gerando uma maior produtividade e a redução do número de acidentes e diminuição das doenças ocupacionais, assim melhorando a qualidade de vida dos moradores rurais.

Palavras-chave: Trabalhador rural; ergonomia; segurança no trabalho.

A FALTA DE ACESSIBILIDADE NAS CALÇADAS E A QUALIDADE DE VIDA DOS IDOSOS BRASILEIROS

Autor(es):

Rafael Brito de Figueiredo Ferreira: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) Os idosos são aqueles com idade superior a 60 anos e, devido à idade avançada, é comum que apareçam limitações funcionais, diminuição da mobilidade e vigor físico. Diante disso, urge a adaptação dos ambientes urbanos a fim de que, as limitações típicas da idade, não impossibilitem os idosos de executarem suas atividades rotineiras. Nesse contexto, é imprescindível destacar a inadequação das calçadas como impulsionadora para as dificuldades de acessibilidade para dos idosos, visto que, muitos se locomovem a pé. À vista disso, a maioria das cidades brasileiras apresentam irregularidades nas calçadas, como: degraus, buracos, obstáculos e falta de iluminação. O presente trabalho, busca demonstrar a relevância da manutenção das calçadas para a promoção da acessibilidade para os indivíduos da terceira idade e, conseqüentemente, uma melhora na qualidade de vida e bem-estar destes.

(Metodologia) O trabalho foi baseado em levantamento bibliográfico, através dos bancos de dados de pesquisa científicos: SciELO e Google Acadêmico. Para esta pesquisa, foram selecionados cinco artigos científicos e, estes deveriam abranger questões de acessibilidade, mobilidade urbana, idosos, calçadas, qualidade de vida.

(Resultados) Após a análise dos resultados da pesquisa, é relevante destacar operações que podem ser executadas para o aprimoramento de calçadas. Nesse sentido, no tópico do afundamento de calçadas, que podem causar desníveis e degraus, dependendo do nível, pode-se utilizar o poliuretano no levantamento de placas em concreto de calçadas, em que este consegue corrigir desníveis vultosos. Para a aplicação deste, deve-se fazer um orifício na superfície concretada para a passagem do equipamento específico de injeção do poliuretano e, dentro do vazio estrutural, é inserida a espuma expansiva, que se alarga e preenche todo o espaço vazio, elevando a placa de concreto até o nível desejado. O pequeno furo, anteriormente feito para a aplicação do produto, deve ser fechado com cimento. Além disso, outro problema pertinente, está relacionado ao curto dimensionamento das calçadas, que interfere na mobilidade dos idosos, pois, favorece que estes se deparem com obstáculos. Para isso, as calçadas devem ser redimensionadas, de modo, que estas contenham uma faixa livre, para a transição de pedestres, uma faixa de serviço, onde são colocados bancos, lixeiras e postes (importantíssimos para uma boa iluminação), além de uma faixa de transição, para o acesso das pessoas às edificações.

(Conclusão) Diante dos resultados obtidos, conclui-se que a correção dos problemas nas calçadas do Brasil, concederia uma melhora na mobilidade urbana e acessibilidade para os idosos, uma vez que possuiriam melhores condições para se locomoverem e, realizarem suas atividades diárias, o que favoreceria os idosos de usufruírem de uma qualidade de vida saudável e bem-estar. No entanto, as ações para a restauração das calçadas, nem sempre são simples e, para isso deveria ocorrer uma intervenção do Estado, que é responsável pela manutenção e conservação das calçadas, pois, esses empecilhos dificultam a acessibilidade e a mobilidade urbana dos idosos, o que interfere na qualidade de vida destes, portanto, deve-se dedicar uma maior atenção a esse público, com intuito de garantir o direito de ir e vir desses indivíduos, que está previsto em lei.

Palavras-chave: Idosos; acessibilidade; problemas nas calçadas; qualidade de vida; bem-estar.

A IMPORTÂNCIA DA UTILIZAÇÃO DO REVIT EM CONJUNTO DO PROJETO DE COMBATE A INCÊNDIO E SEGURANÇA DO TRABALHO

Autor(es):

Armin Alfredo Rebouças Siqueira: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Julio Cesar Dutra da Silva: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Felipe Bezerra Ferreira: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Beatriz Soares Pereira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Leonardo Azevedo da Cunha Lima: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Carlos Gomes de Moura: Docente do UNI-RN
Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN
Sandra Albino Ribeiro: Docente do UNI-RN

(Introdução) Hoje a construção civil abrange a criação e manutenção de estruturas e edifícios, desempenhando um papel fundamental no desenvolvimento das infraestruturas. No contexto da construção, o projeto de combate a incêndio é essencial para garantir a segurança das pessoas e a proteção de bens em caso de incêndio. Isso envolve a implementação de sistemas de detecção e supressão de incêndio, vias de escape seguras, isolamento de incêndio e conformidade com regulamentos de segurança. A seguir, exploraremos em detalhes a importância e os elementos essenciais do projeto de combate a incêndio na construção civil. Com isso para facilitar tanto a vida do engenheiro mas também a sua execução de projeto e segurança do profissional, o Revit um software em formato BIM é utilizado para projetar tanto projetos de arquitetura, estruturais, inclusive projetos de prevenção ao combate a incêndio.

(Metodologia) Este artigo traz uma abordagem qualitativa acerca do uso do Revit para executar projetos de combate ao incêndio. Os dados aqui expostos foram coletados por meio de pesquisa bibliográfica.

(Resultados) A utilização do Revit, juntamente com um modelo bem elaborado, possibilita a criação eficaz de um plano de prevenção e combate a incêndio e melhor adequação para um bom local de trabalho. Simultaneamente, essa abordagem permite a obtenção de informações precisas e a geração de documentação mais tangível e prática, melhorando a legibilidade do projeto e simplificando sua análise. Esses aspectos são de extrema importância para atender aos requisitos legais e executar eficazmente o plano de combate a incêndio. Além disso, a ferramenta BIM oferece a capacidade de incorporar dados relevantes para as fases subsequentes do projeto, como, por exemplo, a inclusão de informações sobre a validade dos extintores, um aspecto essencial para a manutenção, operação do empreendimento, locais para evacuar, dimensão do local e entre outros.

(Conclusão) Em conclusão, a implementação eficiente de projetos de combate a incêndio na construção civil, com a utilização do software Revit baseado em BIM, desempenha um papel vital na garantia da segurança do trabalhador, na proteção de bens e na conformidade com regulamentos. Essa abordagem facilita a geração de documentação precisa, melhora a legibilidade do projeto e permite a incorporação de dados essenciais para as fases posteriores do projeto, contribuindo para a segurança e eficiência geral no setor de construção.

Palavras-chave: Revit; BIM; combate ao incêndio; segurança; trabalhador.

A RELAÇÃO DA PLASTICIDADE E CONSISTÊNCIA DE UM SOLO COM A PAVIMENTAÇÃO

Autor(es):

Natália de Medeiros Santos: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Aline Estelita Silva de Souza: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Werner Farkatt Tabosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) A etapa construtiva conhecida como pavimentação é definida como camadas sobrepostas no sentido horizontal, no campo da engenharia é de fundamental importância sua aplicação, observando as propriedades de resistência, elevando a durabilidade do pavimento e facilitando o fluxo de pessoas e veículos. O solo e suas propriedades físicas têm grande relação com a garantia de evitar as principais patologias como fissuras, trincas, afundamentos, desgastes entre outros. Em se tratando do campo de estudo dos solos brasileiros, a Confederação Nacional do Transporte (CNT), lançou um estudo em que apresenta 13 principais defeitos do pavimento das rodovias, intitulado "Por que os pavimentos do Brasil não duram". E dentre as principais causas está a excessiva umidade do solo subleito.

(Metodologia) O artigo aborda de forma experimental e com revisão literária, o estudo de determinado solo retirado de uma amostra, a fim de determinar suas propriedades físicas, através do ensaio de determinação de limite de liquidez e o ensaio de determinação do limite de plasticidade e se ele é apropriado para uso na pavimentação. Procedeu-se através de experimento técnico com equipamentos e procedimentos normatizados, assim como a demonstração gráfica dos resultados obtidos.

(Resultados) No teste tátil foi possível identificar o solo após friccionar o mesmo entre os dedos, consistindo em um comportamento arenoso, nos ensaios laboratoriais para determinar os parâmetros de consistência do solo em análise, o limite de liquidez se manteve entre 14,63% e 38,71%, tendo média 27,44%. De acordo com a NBR 6459, a partir do gráfico construído os resultados obtidos, o teor de umidade correspondente a 25 golpes foi de 30%. Já no ensaio que determina o limite de plasticidade, a amostra não apresentou consistência, caracterizando como não plástico (NP), visto que não foi possível obter o cilindro de 3mm de diâmetro, como determina a NBR 7180.

(Conclusão) Conforme a conclusão do presente ensaio resultou, o solo é arenoso, com textura leve e granulosa, composto por grande parte de areia e menor quantidade de material silte argiloso, apresentando baixo poder de agregação, com certa quantidade de materiais finos não plásticos, caracterizando-se como mediamente compacto. Entendemos que para a pavimentação, ele atende o índice de permeabilidade, porém não se apresenta como solo plástico, contudo, este material é sugerido na produção de cimentos, para aterros e terraplanagens. Um resultado negativo de determinado material, não o exclui de ser utilizado nos processos construtivos, tão somente ratifica a importância dos ensaios técnicos para destinar os materiais de acordo com suas propriedades para fins propícios ao que eles oferecem, reduzindo o risco de colapsos e patologias nas obras construtivas

Palavras-chave: Construção; ensaio; experimento; solos.

AMPLIAÇÃO DE UMA RESIDÊNCIA UNIFAMILIAR UTILIZANDO O REVIT

Autor(es):

Iago Davi Solano Borges: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN Pedro Dias Gurgel: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN Jonas Melo Dantas: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN José Roberto Bezerra Barbosa: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN Giuliano Martins de Melo Filho: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Suerda Campos da Costa: Docente do UNI-RN

(Introdução) A busca por um ambiente residencial funcional e confortável é uma prioridade para muitos indivíduos e famílias. Neste contexto, o presente trabalho tem como objetivo desenvolver um projeto residencial térreo que atenda às necessidades de uma família, incorporando princípios de design, sustentabilidade e funcionalidade. A proposta envolve a ampliação de uma residência unifamiliar térrea de 72,74m² de área construída, considerando aspectos como funcionalidade, espaço e estética. E o Revit foi o software escolhido para o desenvolvimento do projeto, o qual é um software BIM amplamente usado por arquitetos, engenheiros e empreiteiros para criar um modelo unificado que todas as disciplinas e áreas podem usar para trabalhar (AUTODESK, 2023).

(Metodologia) A metodologia deste projeto envolve a ampliação de uma residência unifamiliar detalhada com os seguintes ambientes: um quarto, uma suite, um escritório, uma cozinha, uma sala, um banheiro e uma área de serviço; a modelagem 3D usando software da Autodesk (Revit) e a supervisão da construção para garantir que o projeto seja executado conforme planejado. Também foram utilizadas referências bibliográficas envolvendo a temática da metodologia BIM.

(Resultados) Os resultados deste projeto inclui o projeto arquitetônico de uma residência unifamiliar, contendo uma planta baixa detalhada com mobiliário, esquadrias, peças sanitárias, entre outros; imagens renderizadas internas e externas, que mostram a aparência final da casa; quadro de esquadrias, uma lista de materiais e especificações técnicas. Os desenhos foram organizados em uma prancha formato A1, de acordo com as dimensões da ABNT. As representações visuais permitem uma visão clara do projeto, incluindo a disposição dos cômodos, a escolha de cores e materiais.

(Conclusão) O projeto residencial térreo proposto demonstra a viabilidade de criar um espaço residencial funcional e esteticamente atraente que atende às necessidades de uma família. A utilização do software Revit foi de fundamental importância para o desenvolvimento deste trabalho, já que agilizou o processo de elaboração da modelagem de paredes, pisos, lajes, entre outros. Assim como, permitiu a prática de utilização de programas computacionais com a metodologia BIM. Por fim, o resultado é uma residência térrea que representa uma boa solução de projeto residencial e pode servir como modelo para futuras residências funcionais.

Palavras-chave: BIM; software Revit; projeto residencial.

CONCURSO DE PONTE DE MADEIRA

Autor(es):

Armin Alfredo Rebouças Siqueira: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Julio Cesar Dutra da Silva: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Felipe Bezerra Ferreira: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Beatriz Soares Pereira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Leonardo Azevedo da Cunha Lima: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Anderson Albino Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) A construção de pontes de madeira é uma atividade desafiadora que combina elementos de engenharia, criatividade e trabalho em equipe. Este trabalho descreve o processo de confecção de uma ponte de madeira feita com palitos de picolé, desenvolvida para participação em um concurso de pontes de madeira. O desafio deste concurso consiste em criar uma estrutura que seja capaz de suportar cargas consideráveis, mesmo sendo feita com materiais simples e acessíveis, utilizando da aplicação prática de princípios de engenharia.

(Metodologia) Para atingir os objetivos foi necessário seguir certas etapas, essas etapas são o design, em grupo foi decidido e analisado qual seria o melhor design para atender à sua demanda, a memória de cálculo, através de análises feitas no software ftool foi estudado o comportamento da ponte quando aplicado uma certa carga, a confecção da ponte, com os materiais disponibilizados foi feita em grupo a confecção da ponte atendendo ao seu projeto e por fim o teste de carga, foi analisado a capacidade da ponte de suportar cargas aplicando gradualmente pesos à estrutura.

(Resultados) A ponte de madeira feita com palitos de picolé foi construída com sucesso e demonstrou uma notável capacidade de suportar carga. Os testes realizados mostraram que a estrutura foi capaz de resistir a cargas significativas, superando as expectativas iniciais. A ponte também se destacou por sua estética, mostrando que é possível combinar funcionalidade e simplicidade na engenharia estrutural.

(Conclusão) A confecção de uma ponte de madeira feita com palitos de picolé para participar de um concurso de pontes de madeira representou um desafio emocionante e educacional. Através do projeto, construção e testes, pudemos aplicar conceitos de engenharia, essa experiência destacou a importância da aplicação prática de conceitos teóricos, mostrando que a engenharia é uma disciplina dinâmica que requer não apenas conhecimento, mas também criatividade e habilidade prática. A nossa ponte demonstrou que é possível criar estruturas eficazes mesmo com materiais simples. Este trabalho serve de exemplo que soluções engenhosas e bem planejadas podem superar desafios significativos, mesmo quando os recursos são limitados.

Palavras-chave: Ponte; madeira; palito; picolé; concurso; engenharia; estrutura.

DUCTILIDADE VIGAS DE CONCRETO ARMADO DE FLEXÃO SIMPLES E SUA RELEVÂNCIA PARA A SEGURANÇA DOS USUÁRIOS: UM ESTUDO SOBRE ESTÁGIOS, DOMÍNIOS DE DEFORMAÇÃO DE CONCRETO

Autor(es):

Augusto Pinto Fernandes de Negreiros: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Anderson Albino Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) A ductilidade das vigas de concreto armado é um fator crítico na segurança das estruturas. A capacidade de um material se deformar plasticamente antes de atingir a ruptura é essencial para evitar uma ruptura frágil e sem aviso prévio, possibilitando aos usuários perceberem que há algo de errado com a estrutura e evacuarem a área, evitando assim a perda de vida humanas.

(Metodologia) Como metodologia desse estudo, utilizou-se a revisão bibliográfica sobre o assunto estruturas de concreto, voltadas para melhorar a ductilidade de vigas em concreto armado.

(Resultados) Os resultados deste estudo destacam a importância da ductilidade do concreto armado na segurança dos usuários. A capacidade do concreto de deformar-se plasticamente durante eventos de sobrecarga é importante para evitar ruptura frágil e que por consequência, que a edificação vá à ruína sem aviso prévio para os usuários. Dessa forma as vigas de concreto-armado devem-se projetadas no Estádio 3, onde há ductilidade na estrutura e por consequência, aviso prévio para os usuários, evitando assim a perda de vidas humana.

(Conclusão) Dessa forma as vigas de concreto-armado devem ser projetadas e executadas no Estádio 3 para ter ductilidade e se deformarem antes de ruir, dando um aviso aos usuários e assim dar tempo de evacuar a área. O estádio 3 nada mais é do que um estágio de tensão pelo qual um elemento fletido passa. Esse estágio se caracteriza por elevadas tensões de compressão e tração, com o aço alcançando e superando a tensão de início de escoamento e o concreto na iminência da ruptura por compressão. Esse Estádio de tensão (ou cálculo) é usado como referência para o dimensionamento dos elementos estruturais pois nele se tem o máximo aproveitamento dos materiais (aço e concreto). Dessa forma as vigas não podem ser super armadas (com mais aço do que o necessário para não ocorrer uma ruptura frágil), todas as sobrecargas têm que serem previstas no projeto e o concreto deve ter a resistência especificada no projeto de acordo com sua classe.

Palavras-chave: Ductilidade do concreto; segurança dos usuários; estádios de cálculo; domínios de deformação do concreto.

ESTRUTURAS MISTAS DE AÇO E CONCRETO: DESDE A CONCEPÇÃO AOS DIAS ATUAIS

Autor(es):

Armin Alfredo Rebouças Siqueira: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Julio Cesar Dutra da Silva: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Felipe Bezerra Ferreira: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Beatriz Soares Pereira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Leonardo Azevedo da Cunha Lima: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Anderson Albino Ferreira: Docente do UNI-RN

Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN

Leaivlam Rodrigues de Lima: Docente do UNI-RN

(Introdução) A construção civil no Brasil, em geral, ainda pode ser considerada muito tradicional quando se comparada à que é praticada ao redor do mundo. Métodos construtivos mais avançados, materiais mais tecnológicos e outras modernidades, por uma infinidade de motivos, inclusive culturais, têm dificuldade de adentrar nos tão enraizados antigos hábitos praticados nas terras brasileiras. Tratando especificamente das estruturas mistas de aço e concreto, em uma análise histórica de sua concepção até os dias atuais, é possível notar que sua chegada ao Brasil é muito recente se comparado a outros países que foram pioneiros em sua utilização, como os Estados Unidos, Alemanha e Canadá, por exemplo. Mas mesmo nessas grandes potências, a aceitação da utilização das estruturas mistas passou por diversas etapas de questionamentos quanto aos seus benefícios se comparadas aos outros tipos de estruturas. Com o avançar dos estudos e descobertas acerca das propriedades da junção desses dois materiais já tão bem difundidos individualmente, as estruturas mistas começaram a ganhar espaço na indústria da construção civil, passando então pelo processo de normatização e conferindo assim regras de utilização que auxiliaram ainda mais a popularização da utilização desse tipo de estrutura.

(Metodologia) Os dados e informações utilizados no presente estudo têm como fonte pesquisa bibliográfica. A abordagem será histórica e qualitativa acerca do uso de estruturas mistas de aço e concreto.

(Resultados) Analisando historicamente a inserção das estruturas mistas de aço e concreto na construção civil nas mais variadas aplicações, pode-se obter como resultado a observação de vantagens inerentes ao uso dessa se comparado ao aço ou concreto isolados como material principal das estruturas. No primeiro caso, fazendo referência ao aço, é possível afirmar que as estruturas mistas possuem um custo menos elevado, uma maior proteção contra corrosão, assim como ao incêndio. Em relação ao concreto quando material principal das estruturas, nota-se que as estruturas mistas, em comparação a estes, requerem uma menor quantidade de fôrmas e escoramentos (por vezes até a eliminação do seu uso), uma redução das dimensões em vigas e pilares, além da redução do peso próprio da estrutura, o que significa uma menor sobrecarga imposta à esta. Contudo, apesar de todos os benefícios supracitados, a adoção de estruturas mistas em um projeto deve levar em conta alguns fatores relacionados às situações de incêndio e ao nível de agressividade do ambiente, onde por vezes a estrutura mista não será a melhor solução.

(Conclusão) A utilização de estruturas mistas pode ser uma opção muito benéfica em diversos casos, agregando às construções principalmente vantagens financeiras relacionadas ao tempo e facilidade de montagem, assim como barateamento do custo com material. Em relações às propriedades resistentes, apesar de também agregar positivamente por diversos fatores, existem ainda ressalvas a serem feitas quanto ao seu uso em situações específicas.

Palavras-chave: Estruturas; aço; concreto.

ESTUDO COMPARATIVO ENTRE ESTRUTURAS DE AÇO E ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO

Autor(es):

Arthur Macedo de Araujo Matias da Costa: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Tobias de Medeiros Nobre: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Diego Altmeier Otto: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Anderson Albino Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) Aço e concreto armado são os sistemas estruturais mais utilizados pela indústria da construção civil brasileira, e devido necessidades construtivas podemos optar pelo concreto armado combinando características de ambos os materiais ou apenas pela utilização de estrutura metálica.

(Metodologia) Por isso, foi realizado o estudo comparativo entre estes dois materiais, por meio de uma pesquisa bibliográfica, comparando-se as propriedades físicas e químicas dos materiais, as propriedades mecânicas como a resistência a tração e a compressão, durabilidade diante da ação de agentes agressivos externos e comparação de viabilidade econômica.

(Resultados) Constatou-se que aço e concreto armado são materiais com características físicas e químicas distintas, que influenciam diretamente na sua resistência mecânica e viabilidade econômica das construções. A resistência à tração do aço é muito superior à do concreto armado. Isso significa que o aço é mais adequado para suportar cargas que atuam na direção perpendicular ao eixo do elemento estrutural. No quesito resistência à compressão, o aço é superior ao concreto armado, isso indica que o aço é mais adequado para suportar cargas que atuam na direção paralela ao eixo do elemento estrutural. O aço é suscetível à corrosão, um processo químico que ocorre quando o metal entra em contato com o oxigênio. A corrosão pode causar danos estruturais, sendo importante proteger o aço da exposição ao ar e à água. O concreto armado também pode ser afetado por reações químicas, como a reação álcali-agregado, que pode causar fissuras e deslocamentos no concreto. O custo de uma estrutura de aço é geralmente maior do que o custo de uma estrutura de concreto armado. Isso ocorre porque o aço é um material mais caro para se trabalhar perfis estruturais do que o concreto armado. As estruturas de aço apresentam maior resistência a tração e compressão, além de apresentar menor peso próprio e facilidade de transportar e usar o material na obra. Em contrapartida, é suscetível a corrosão em ambientes mais agressivos, necessita também de isolamento térmico e acústico. Nas estruturas de concreto armado o concreto protege o aço da ação de agentes que causam a sua corrosão, ademais, por sua vez, este sistema estrutural apresenta baixo custo de manutenção, maior durabilidade e melhor desempenho em caso de incêndio, porém requer mais tempo para construir, demanda tempo de cura do concreto, e possui maior densidade estrutural.

(Conclusão) Além das propriedades físicas e químicas, é importante considerar também outros fatores na escolha do material para uma estrutura, como, por exemplo, custo de manutenção, tempo de construção e flexibilidade do projeto. Em suma, aço e concreto armado são materiais com características distintas que os tornam mais adequados para diferentes aplicações. Sendo assim, a escolha do material mais adequado para uma determinada estrutura deve levar em consideração uma série de fatores, como resistência mecânica, reações químicas, viabilidade econômica, entre outros.

Palavras-chave: Estudo comparativo; estruturas de aço; estruturas de concreto armado.

ESTUDO DA CALHA PARSHALL NA OTIMIZAÇÃO DO TRATAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO UTILIZANDO A EQUAÇÃO DE BERNOULLI

Autor(es):

Augusto Pinto Fernandes de Negreiros: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Aldo da Fonseca Tinoco Filho : Docente do UNI-RN

Leaivlam Rodrigues de Lima: Docente do UNI-RN

(Introdução) O tratamento de água e esgoto é um componente crítico da infraestrutura pública, visando a proteção da saúde humana e do meio ambiente. A eficiência dos processos de tratamento é vital para garantir que os padrões de qualidade da água sejam atendidos. A calha Parshall é um dispositivo amplamente utilizado no monitoramento e controle do fluxo de água que consiste em um estreitamento de seção do fluxo de água, acompanhado de um desnível em forma de rampa descendente, seguida de um desnível ascendente também de rampa acompanhada de um alargamento da seção. Ela é amplamente utilizada em sistemas de tratamento de água e esgoto (no da água para fazer a mistura rápida e no do esgoto para medir a vazão do esgoto que é lançada na rede). A eficiência da Calha Parshall eficaz está intimamente relacionada à aplicação da equação de Bernoulli.

(Metodologia) O estudo foi conduzido em uma estação de tratamento de água e esgoto, onde uma calha Parshall foi instalada em uma tubulação específica. A medição de vazão foi realizada utilizando métodos convencionais e a calha Parshall. A equação de Bernoulli foi aplicada para calcular as pressões em diferentes pontos da calha, permitindo uma análise mais precisa da vazão. As medições foram realizadas em diferentes cenários operacionais.

(Resultados) Os resultados indicaram que a calha Parshall demonstrou uma capacidade notável de medir com precisão a vazão em diferentes condições de operação. No entanto, a aplicação da equação de Bernoulli permitiu uma melhoria significativa na precisão das medições, especialmente em cenários de baixa vazão e quando o fluido apresentava características não-newtonianas. Essa abordagem ofereceu uma compreensão mais profunda do comportamento do fluxo de água e possibilitou ajustes mais precisos no processo de tratamento.

(Conclusão) A calha Parshall se mostrou uma ferramenta valiosa no tratamento de água e esgoto, proporcionando medições confiáveis de vazão. Ao empregar a equação de Bernoulli, foi possível aprimorar ainda mais a precisão das medições, o que é crucial em ambientes de tratamento de água e esgoto, onde pequenas variações podem impactar significativamente a qualidade do efluente. Portanto, a combinação da calha Parshall e a equação de Bernoulli é recomendada para otimizar o controle de processo e melhorar a eficiência operacional em sistemas de tratamento de água e esgoto.

Palavras-chave: Calha Parshall; tratamento de água e esgoto; equação de Bernoulli; medição de vazão; eficiência operacional.

GRANULOMETRIA POR PENEIRAMENTO E SUA IMPORTÂNCIA NA ENGENHARIA CIVIL

Autor(es):

Marcos Alexandre de Oliveira Maia: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Rafael Brito de Figueiredo Ferreira: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Jorge Inacio de Souza Neto: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

João Pedro Maciel Cavalcante: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Bruno Henrique Lima de Oliveira: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Werner Farkatt Tabosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) A análise granulométrica por peneiramento possui um papel central na classificação e caracterização de solos, baseando-se na distribuição dos tamanhos de suas partículas. Esta análise é de suma importância para orientar decisões em diversas aplicações, notadamente na indústria da construção civil. Os ensaios granulométricos desempenham um papel crucial ao avaliar a adequação de um solo para a construção, determinar a drenagem apropriada e selecionar as fundações mais adequadas. Neste contexto, exploraremos mais a fundo a relevância da análise granulométrica por peneiramento e seu impacto em diferentes áreas de aplicação.

(Metodologia) O ensaio foi realizado de acordo com a norma ABNT NBR 7181/2016, que estabelece os procedimentos para a análise granulométrica de solos. Para o preparo da amostra, empregou-se uma estufa com a finalidade de eliminar a umidade. Após essa etapa, a amostra foi encaminhada ao conjunto de peneiras, que precisava estar previamente limpo. Utilizaram-se peneiras de 2,00mm, 1,18mm, 0,6mm, 0,425mm, 0,3mm, 0,15mm e 0,075mm. Em seguida, para o peneiramento, foi utilizado um dispositivo de agitação, podendo ser mecânico ou manual, e a norma estabelece um tempo de agitação padrão de 10 minutos. Após o processo de peneiramento, as peneiras foram separadas, e as porções retidas em cada uma delas foram transferidas para recipientes limpos, a fim de realizar as pesagens necessárias. Posteriormente, procedeu-se ao cálculo da porcentagem não passante em cada peneira em relação à massa inicial da amostra. Com base nesses cálculos, torna-se possível construir a curva granulométrica, a qual representa a distribuição de tamanhos das partículas na amostra e, conseqüentemente, possibilita a classificação do solo em questão.

(Resultados) A realização do ensaio de granulometria por peneiramento permitiu a separação das partículas na amostra. As peneiras empregadas facilitaram a distinção entre areia fina, média e grossa. Isso, por sua vez, possibilitou a elaboração da curva granulométrica para determinar a proporção de cada tipo de solo presente na amostra. Com base nisso, classificou-se o solo, observando que 99,44% da areia fina foi retida, enquanto apenas 0,37% da areia média não passou pelas peneiras. Não houve, de fato, nenhum vestígio de areia grossa, pois a peneira com abertura de 2,00mm não conseguiu reter nenhum grão da amostra. Portanto, podemos afirmar com segurança que a amostra é predominantemente composta por areia fina. Na construção civil, a areia fina é amplamente usada em traços de argamassa para reboco, o que significa que 99,44% desta amostra é adequada para essa finalidade.

(Conclusão) Portanto, conclui-se que a granulometria por peneiração, apresenta grande relevância na engenharia civil, pois torna possível a determinação da textura do solo, bem como classificá-lo em: argila/silte, areia e pedregulho. A partir deste, constrói-se a curva granulométrica, que também se torna importantíssima na designação do sedimento e, como cada partícula da amostra poderá ser utilizada na construção.

Palavras-chave: Granulometria; peneiramento; solos; engenharia civil.

MECANISMO PARA AUMENTAR A EFICIÊNCIA DE FLOCULADO NA ETA

Autor(es):

Armin Alfredo Rebouças Siqueira: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Julio Cesar Dutra da Silva: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Felipe Bezerra Ferreira: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Beatriz Soares Pereira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Leonardo Azevedo da Cunha Lima: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Aldo da Fonseca Tinoco Filho : Docente do UNI-RN

(Introdução) A água é o recurso fundamental para a manutenção da vida, e sem ela, muitas empresas teriam que parar a produção. Embora abundante, na maior parte das vezes é encontrado com substâncias que devem ser eliminadas para que possam ser usadas, a forma mais comumente utilizada para o tratamento é a utilização de estações compostas por floculador, decantador e filtro. O primeiro é um dos principais responsáveis pelo funcionamento adequado dos demais, garantindo a coagulação e floculação corretas. Neste sentido, floculadores são dispositivos utilizados no tratamento de água e efluentes para aumentar a eficiência de remoção de partículas suspensas. Eles funcionam agitando a água ou o efluente, o que causa as partículas a se aglutinarem (ou “flocos”) formando uma massa mais densa e visível. Esta massa é então removida através de processos de sedimentação ou filtração. A eficiência de um floculador pode ser aumentada adicionando um coagulante para ajudar as partículas a se aglutinarem. Os produtos usados para floculação têm em sua composição coagulantes que geralmente são à base de alumínio e tanino e podem ser acrescentados de outros agentes químicos. O objetivo desse processo é atrair as partículas por meio de íons positivos. O que acontece depois é a aglutinação das partículas na floculação, sendo a próxima etapa é a sedimentação e a decantação, em que se deposita no fundo dos decantadores e tanques para coleta/extração.

(Metodologia) O método utilizado foi o Pahl & Beitz, tendo sido feita uma análise de mercado, buscando identificar as principais demandas dos clientes e compatibilizando com os projetos hoje ofertados. A partir disso começou-se o planejamento do produto e identificação de requisitos de cliente e projeto, visando definir toda estrutura funcional do equipamento e modo como o protótipo seria construído.

(Resultados) Através da metodologia de projeto espera uma redução de 20% de consumo de produtos químicos e um aumento de até 15% na taxa de aplicação do decantador, devido a melhor formação e estabilidade dos flocos gerados.

(Conclusão) Obteve-se um novo projeto, dentro de uma metodologia adequada, levando-se em conta nos dimensionamentos algumas variáveis que não eram utilizadas anteriormente. Isso faz com que tenhamos um impacto no desempenho do equipamento e poderão ser melhor observados com a operação do protótipo construído.

Palavras-chave: Tratamento; água; floculador.

O IDOSO E O USO DO TEMPO COMO QUALIDADE DE VIDA

Autor(es):

Marcos Alexandre de Oliveira Maia: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Aline Estelita Silva de Souza: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

João Pedro Maciel Cavalcante: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Bruno Henrique Lima de Oliveira: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) Em 2022 de acordo com a Agência de Notícias do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em dez anos, a parcela de pessoas com 60 anos ou mais passou de 11,3% para 14,7% da população. Isso significa que a taxa de perspectiva de vida aumentou e esses números podem estar relacionados a mudança de hábitos de vida e os possíveis investimentos com políticas públicas voltadas para a classe de pessoas idosas, contudo, é preciso apresentarmos os fatores que diretamente impactam na qualidade de vida da pessoa idosa, seja religioso, econômico e social. A Organização Mundial de Saúde – OMS, considera que em países em desenvolvimento, o indivíduo acima de 60 anos já é considerado pessoa idosa, entendamos que o processo de envelhecimento ele é irreversível e universal, contudo, não podendo significar doença e ou invalidez.

(Metodologia) Trata-se de uma pesquisa descritiva com revisão literária com o objetivo de identificar o uso do tempo livre dos idosos, de acordo como base de dados eletrônicos as plataformas Google acadêmico e Scientific Electronic Library Online (SciELO).

(Resultados) Os resultados obtidos mostram a integralização de muitos deles no meio familiar, contudo, há uma atenção aos institucionalizados. Os dados revelaram houve um avanço na implantação de programas de estudo com essa parte da população. Sobre o uso de tecnologias, os dados revelam que, apesar da relutância, as pessoas idosas se identificaram com meio tecnológico como fator de ocupar seu tempo, ao ser informatizado, com impacto positivo na qualidade de vida e bem-estar dessa parcela da população tão importantes para nossa sociedade. Identificamos também que, as políticas públicas e programas existentes requerem mais fiscalização no seu cumprimento, pois os cuidados às pessoas idosas vão além dos aspectos de seguridade social, ou seja, o convívio com familiares e amigos, o sentimento de ainda ser útil e inclusão em grupos de sua relação também estão relacionados. Os fatores que podem promover mudança em sua percepção de qualidade de vida podem ser auferidos através de métodos com use de recursos tecnológicos como ferramentas de análise para verificar tais mudanças de comportamentais, de hábitos alimentares e de práticas de atividades físicas, por exemplo. Alguns resultados demonstram alguns desses fatores como participação no mercado de trabalho, acesso à tecnologia e interação social. Além disso, identificamos que políticas públicas voltadas para a terceira idade desempenham um papel crucial na promoção da qualidade de vida desses indivíduos. Muitos idosos ainda enfrentam desafios em relação ao acesso à tecnologia, especialmente no uso da internet. No entanto, aqueles que utilizam a internet para fins comunicativos relataram maior alegria e autoconfiança, além de fortalecerem os laços familiares.

(Conclusão) A participação no mercado de trabalho, a inserção na sociedade por meio da tecnologia e o convívio social são elementos cruciais para o bem-estar dessa população, assim como é importante que a família e a sociedade, como um todo, reconheçam o valor e a contribuição dos idosos, evitando a institucionalização precoce e promovendo um envelhecimento saudável e digno. Este estudo contribui para uma compreensão mais profunda dos desafios e das oportunidades enfrentados pela população idosa e destaca a importância de investir em políticas e práticas que promovam a qualidade de vida e o uso significativo do tempo livre por parte dos idosos.

Palavras-chave: Tecnologia; saúde; idoso; políticas públicas; atividade física.

PATOLOGIA E CORROSÃO DE ESTRUTURAS DE PONTES

Autor(es):

Kaue Cesar Nagashima: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Rafael Brito de Figueiredo Ferreira: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
João Pedro Maciel Cavalcante: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Bruno Henrique Lima de Oliveira: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN
Cristiane Clébia Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) A patologia de pontes é o estudo dos problemas que afetam as pontes, tais como a deterioração, corrosão, fadiga e danos estruturais. A corrosão é um dos problemas mais comuns que afetam as pontes e ocorre quando o material da ponte é exposto à água, ar e outros elementos que podem causar a corrosão. A corrosão é um processo que envolve a deterioração do material por reação química com o meio ambiente. Na maioria dos casos, a corrosão é causada pela exposição do aço à água e oxigênio. Isso pode levar à formação de óxido de ferro, que pode enfraquecer a estrutura da ponte. Além disso, a corrosão também pode ocorrer devido à exposição a produtos químicos, como o sal utilizado nas estradas durante o inverno.

(Metodologia) É oportuno destacar que essa pesquisa se dará por meio da revisão bibliográfica de artigos científicos, onde nossa base de dados foi o Google Acadêmico. Para esta pesquisa, foram selecionados cinco artigos sobre patologia, corrosão, pontes, estruturas.

(Resultados) Após chegarmos a um resultado, vimos que a patologia em construções se dá pela investigação de ocorrências de problemas, de falhas ou de defeitos que compreendem uma ou mais das funções do edifício, ou todo seu conjunto. A corrosão envolve a deterioração de material por reações químicas, que podem afetar construções, como pontes. Para resolver esse tipo de problema é necessário a aplicação de novos materiais, ou revestimentos cabíveis para melhorar a resistência da construção.

(Conclusão) Em resumo, a patologia de pontes é uma área importante de estudo para garantir a segurança e durabilidade das pontes. A corrosão é um dos problemas mais comuns que afetam as pontes, mas pode ser evitada e corrigida por meio de medidas preventivas e corretivas, como a aplicação de revestimentos de proteção e a substituição de componentes danificados.

Palavras-chave: Patologia; estrutura; pontes; corrosão.

PATOLOGIAS CAUSADAS A ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO

Autor(es):

Monalisa Azevedo de Souza: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Anderson Albino Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) O concreto armado é um material compósito formado pela junção do concreto com o aço, uma das técnicas mais fundamentais e essenciais na engenharia civil, as junções desses materiais garantem a resistência aos esforços necessários a construção, o concreto por sua vez tende a resistir à compressão e o aço a tração. Essa combinação inteligente de materiais permite a criação de estruturas robustas que são usadas nas mais variadas aplicações arquitetônicas e estruturais, desde pequenas lajes e vigas até arranha-céus. A estrutura com o aço é montada e com o auxílio de fôrmas de madeira é feito um molde para possibilitar a concretagem, onde é despejado o concreto em seu estado fluido que irá envolver o aço. Além de sua resistência estrutural, o concreto armado também é apreciado por sua capacidade de se adaptar a diferentes formas e tamanhos, permitindo aos arquitetos e engenheiros explorar sua criatividade e inovação em projetos desafiadores. Além disso, o concreto armado é amplamente utilizado devido à sua durabilidade e resistência às condições adversas, como corrosão e incêndios, tornando-o ideal para uma variedade de ambientes. No entanto, ao longo do tempo, fatores como exposição a ambientes agressivos, cargas excessivas ou falhas de projeto podem levar a danos estruturais.

(Metodologia) O estudo começa com uma análise das causas comuns de flexibilidade em concreto armado, incluindo corrosão das armaduras, fissuração e desgaste devido a condições ambientais adversas. Em seguida, são propostos métodos de avaliação da extensão dos danos, como ensaios não destrutivos e análises estruturais, que são cruciais para determinar a abordagem de recuperação mais adequada.

(Resultados) O papel da manutenção preventiva é enfatizado, destacando a importância de inspeções regulares e intervenções preventivas para evitar danos graves. Além das técnicas usuais de recuperação utilização de novos materiais, como polímeros modificados e concretos de alta resistência, também é discutida como uma estratégia promissora para aumentar a durabilidade das estruturas de concreto armado.

(Conclusão) Concluindo, o artigo destaca a necessidade de uma abordagem integrada na recuperação de estruturas de concreto armado, envolvendo uma combinação eficaz de técnicas de reparo, métodos de avaliação avançados e práticas de manutenção preventiva. Ao adotar essas estratégias, é possível preservar a segurança e a funcionalidade das estruturas de concreto armado, garantindo sua longevidade diante dos desafios do ambiente construído.

Palavras-chave: Armadura; fissuração; manutenção.

PROJETO DE RESIDÊNCIA TÉRREA

Autor(es):

Guilherme Augusto Bezerra de Araujo: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Pedro Henrique do Vale Ferreira: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

João Victor Araujo de Miranda: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

José Gilmar de carvalho Lopes filho: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Renilson Fábio do Nascimento Silva: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Suerda Campos da Costa: Docente do UNI-RN

(Introdução) O Autodesk Revit é uma poderosa ferramenta de modelagem e design amplamente utilizada na indústria da arquitetura, engenharia e construção. Ele permite que os profissionais criem modelos tridimensionais detalhados de edifícios e infraestruturas. No contexto de projetos no Revit, os usuários podem desenvolver desde esboços iniciais até construções complexas, integrando informações sobre estrutura, sistemas mecânicos, elétricos e hidráulicos em um único ambiente colaborativo. Esta plataforma facilita não apenas a criação visual, mas também a análise, simulação e documentação precisa do projeto. Com isso, foi estabelecido um projeto para ser elaborado via Revit, que acomode dois quartos, uma suite, um banheiro, uma sala, uma cozinha e uma área de serviço.

(Metodologia) O projeto foi iniciado com a criação de um novo arquivo no Revit com as devidas configurações de unidades, escala e sistema de medição de acordo com as especificações necessárias. Em seguida, foi realizado o desenvolvimento das paredes externas da residência, levando em consideração a disposição dos quartos, suite, banheiro, sala, cozinha e área de serviço. Adicionado também, paredes internas para definir os espaços conforme o layout indicado pelo projeto. Foi implementado portas e janelas nas paredes, e incluímos o piso cerâmico e uma laje com espessura de 12 cm, projetada para suportar a caixa d'água. Foi adicionado ao projeto, todos os elementos essenciais de uma residência, como pias, sanitários, bancadas, chuveiro, camas, sofá, geladeira, fogão, entre outros. Concluindo o projeto com a execução da renderização realista e em seguida, transferindo o mesmo para a prancha A1, sendo utilizada uma escala de 1:50.

(Resultados) O projeto foi meticulosamente elaborado no software Revit garantindo a precisão e eficácia do projeto, iniciando com a configuração precisa de unidades, escala e sistema de medição conforme as especificações necessárias diante do modelo. O resultado final é uma representação visual impressionante e funcional de um lar bem planejado e cuidadosamente projetado.

(Conclusão) Conclui-se que ao utilizar o Revit, os profissionais podem otimizar o processo de design, assegurando eficiência, precisão. O texto supracitado descreve um exemplo prático de desenvolvimento de um projeto residencial, desde a criação do arquivo até a renderização realista, destacando a versatilidade e utilidade do Revit.

Palavras-chave: Revit; projeto; residência; ferramenta; prancha.

PROJETO E EXECUÇÃO DE UMA PONTE DE MACARRÃO

Autor(es):

Guilherme Augusto Bezerra de Araujo: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Aysla Mayara da Silva: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

João Victor Araujo de Miranda: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

José Gilmar de carvalho Lopes filho: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Renilson Fábio do Nascimento Silva: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Tomás Barros Vasconcelos: Docente do UNI-RN

Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN

(Introdução) O desafio da ponte de macarrão é uma excelente oportunidade para os alunos de engenharia e arquitetura exercitarem na prática tarefas de dimensionamento e projeto de estruturas. O presente trabalho avalia os fundamentos das pontes em arco e suas características estruturais para entender melhor os princípios de construção, apresentando a importância de conhecer e escolher o melhor modelo de ponte de macarrão, dimensionando seus ângulos, forças de tração e compressão, para construir uma ponte resistente, estável para suportar a carga prevista. Ainda no projeto, o memorial de cálculos que nele mostra os cálculos dos nós que nela constitui, identificando suas forças de tração e compressão, a quantidade necessária e precisa de material (macarrão, cola e massa epóxi) a ser utilizado e realizar uma execução perfeita na construção.

(Metodologia) O trabalho consiste em uma pesquisa bibliográfica, comparativa entre as características das diferentes tipos de modelos de ponte. Ensaios de laboratório foram realizados para estimar as propriedades mecânicas dos elementos estruturais utilizados na confecção da ponte. Os equipamentos e materiais utilizados são massa do tipo espaguete número 8 sem furos e colas epóxi do tipo massa para união dos nós e do tipo resina para união das barras e dos nós, balança, tesoura, faca, barbante, lixa, cano pvc, barra de aço e régua. Adicionar as dimensões da ponte de acordo com o edital.

(Resultados) Observa-se que a partir dos levantamentos de todos os dados referente ao macarrão, como sua resistência, desenhado a ponte em arco no Autocad para definir os ângulos e tamanho da ponte, as quantidades de barras e exportando o desenho para o software Ftool definindo as localizações das forças de tração e compressão, que a ponte obteve um desempenho satisfatório e aguentou bem a carga com ordem de grandeza muito maiores que o peso da própria ponte. A distribuição correta dos macarrões para otimizar o peso e resistência, fazendo os reforços nas barras que recebem a forças de compressão foram cruciais para obter o resultado satisfatório.

(Conclusão) Observou-se a importância de aplicar todos os conhecimentos adquiridos ao longo do curso e nas disciplinas envolvidas na confecção da ponte. Através de um projeto simples e aplicação dos conceitos sobre estruturas, treliças, tensões, compressões, deformações, comprova-se a veracidade dos estudos, teorias e cálculos que integrados proporcionam um resultado satisfatório na finalização do projeto.

Palavras-chave: Ponte; macarrão; dimensionamento.

USO DA REALIDADE AUMENTADA NA CONSTRUÇÃO CIVIL

Autor(es):

Natália de Medeiros Santos: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Monalisa Azevedo de Souza: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Sandra Albino Ribeiro: Docente do UNI-RN

(Introdução) A realidade aumentada é uma tecnologia que combina elementos do mundo real com elementos virtuais, criando uma experiência imersiva para o usuário. Isso é feito através do uso de dispositivos, como smartphones, óculos de RA ou headsets, que sobrepoem informações digitais, como gráficos, imagens, vídeos ou sons, ao ambiente físico do usuário. Ao contrário da realidade virtual, que substitui o mundo real por um ambiente completamente digital, a realidade aumentada enriquece a percepção do mundo real. Essa tecnologia tem desempenhado um papel significativo na transformação da indústria da construção civil. Ela oferece várias aplicações e benefícios que podem melhorar a eficiência, a precisão e a segurança das operações de construção.

(Metodologia) Esta seção descreve a metodologia adotada para a condução dessa pesquisa, a coleta de dados foi o método utilizado, principalmente por meio de consultas em motores de busca, acesso a bases de dados online e exploração de recursos disponíveis na internet pertinentes ao tema.

(Resultados) Visualização de Projetos, permite que os profissionais visualizem modelos 3D de projetos de construção em tempo real sobrepostos ao ambiente físico facilitando a visualização do projeto final e possíveis erros de projeto. Planejamento e Projeto, arquitetos e engenheiros usam a RA para planejar e projetar estruturas com maior precisão, isso inclui a colocação virtual de elementos de construção, como tubulações, fiações e estruturas, antes da construção real. Inspeções e Controle de Qualidade, usada para realizar inspeções de qualidade durante a construção, os trabalhadores podem comparar a construção real com o projeto original, identificar problemas e tomar medidas corretivas mais rapidamente. Treinamento e Educação, é uma ferramenta valiosa para treinamento de trabalhadores e aprendizado em ambiente seguro, podendo praticar procedimentos de segurança, operação de equipamentos e técnicas de construção em ambientes simulados. Navegação em Canteiros de Obras, pode fornecer informações de navegação em tempo real para os trabalhadores, ajudando-os a se locomoverem com eficiência em grandes canteiros de obras. Manutenção e Operações de Edifícios, depois que um edifício é construído, a RA pode ser usada para manutenção preditiva, inspeção de infraestrutura e treinamento de pessoal de manutenção. Colaboração Remota, permite que especialistas em construção colaborem remotamente, visualizando o que os trabalhadores veem por meio de óculos ou dispositivos móveis, o que ajuda a solucionar problemas em tempo real. Marketing e Vendas, incorporar elementos de RA em maquetes virtuais e passeios virtuais pode ajudar a promover projetos imobiliários, permitindo que os compradores visualizem propriedades antes da construção real. Gerenciamento de Projetos, pode integrar-se a sistemas de gerenciamento de projetos, permitindo que as equipes acompanhem o progresso da construção em tempo real e façam ajustes conforme necessário.

(Conclusão) A realidade aumentada é uma tecnologia emocionante que está redefinindo a maneira como interagimos com o mundo. Suas aplicações são vastas e vão desde o entretenimento até a educação e a medicina. Com o tempo, é provável que a realidade aumentada continue a evoluir e a moldar nosso futuro de maneiras surpreendentes. À medida que os desafios são superados e a tecnologia se torna mais acessível, podemos esperar uma expansão ainda maior de suas aplicações e benefícios. No entanto, é importante notar que a implementação bem-sucedida da RA na construção civil requer investimentos em hardware e software, além de treinamento adequado para os trabalhadores. Além disso, a indústria da construção está em constante evolução, e a adoção da RA pode variar de acordo com a região e o tipo de projeto.

Palavras-chave: Tecnologias; aplicações; projetos.

UTILIZAÇÃO DO SOFTWARE REVIT EM PROJETOS ARQUITETÔNICOS

Autor(es):

Tobias de Medeiros Nobre: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Jorge Inacio de Souza Neto: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Samih Almeida Valério dos Santos : Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Lucas Gonçalves Cavalcanti: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Suerda Campos da Costa: Docente do UNI-RN
Sandra Albino Ribeiro: Docente do UNI-RN

(Introdução) O software Revit é utilizado para o desenvolvimento de projetos arquitetônicos, oferecendo modelagem BIM (Modelagem da Informação da Construção) que melhora a sua eficiência e colaboração. Ele permite a criação de modelos tridimensionais detalhados para análise e documentação precisa, indo além da representação visual. Desde a concepção até a documentação, o Revit é importante na criação de espaços arquitetônicos inovadores e sustentáveis. O uso do software Revit em projetos arquitetônicos visa atingir diversos objetivos. Primeiramente, busca-se maior praticidade e agilidade no design, simplificando tarefas e economizando tempo. Além disso, a capacitação nas funcionalidades avançadas do mesmo é essencial para explorar todo o potencial do software, incluindo a criação de modelos 3D detalhados e a geração de documentação técnica de alta qualidade. O Revit também é empregado para criar uma experiência pré-obra aprimorada, permitindo a visualização holística do projeto, o que é valioso para toda a equipe e outras partes interessadas. A melhoria na comunicação e colaboração é outro objetivo-chave, facilitada pela capacidade do Revit de compartilhar modelos e informações em tempo real. Além disso, o software ajuda a garantir a conformidade com padrões e normas de projetos arquitetônicos, assegurando a qualidade e a legalidade dos projetos. Por fim, é fundamental permanecer aberto à inovação e à adaptação contínua, explorando as evoluções do mercado para otimizar o fluxo de trabalho e a qualidade do design. Em resumo, ao usar o software, os objetivos visam aprimorar eficiência, qualidade e comunicação no design arquitetônico.

(Metodologia) Primeiramente, será realizada uma avaliação detalhada da residência existente, isso incluirá a coleta de informações sobre o layout atual, sistemas estruturais e instalações elétricas e hidrossanitárias. Essa análise permitirá identificar áreas de oportunidade para a expansão, bem como possíveis restrições. Em seguida, o software Revit será empregado para criar um modelo tridimensional da residência existente, incluindo a representação precisa de todos os elementos da construção, possibilitando uma visualização completa do projeto. Após a criação do modelo, serão desenvolvidas propostas de expansão, levando em consideração as normas e regulamentos vigentes. O dimensionamento adequado das estruturas, a distribuição de espaços de acordo com a legislação local e a integração de sistemas sustentáveis quando aplicável. Por fim, o artigo abordará os resultados da análise e expansão da residência, destacando as vantagens do uso do software Revit nesse contexto. Além disso, serão discutidos os benefícios da conformidade com as normas vigentes, a eficiência do processo desta metodologia e o potencial de economia de recursos.

(Resultados) Criar um projeto no software Revit resulta em modelos tridimensionais detalhados, análises de desempenho e eficiência, colaboração eficaz entre equipes, redução de erros de projeto, documentação automatizada e design sustentável. Esses benefícios aprimoram a qualidade do projeto, economizam tempo e recursos, além de promover a eficiência energética e a sustentabilidade.

(Conclusão) A utilização do software Revit em projetos arquitetônicos oferece uma abordagem revolucionária para a concepção e execução de edifícios. A modelagem tridimensional detalhada, análises de desempenho, colaboração eficiente, redução de erros e documentação automatizada são resultados tangíveis. Esses benefícios culminam em projetos de maior qualidade, eficiência energética e sustentabilidade, atendendo às demandas contemporâneas de design e construção. O Revit não é apenas uma ferramenta, mas um catalisador para a evolução da arquitetura, simplificando processos e elevando os padrões de excelência na indústria. Seu uso é crucial para profissionais que buscam inovar, otimizar e prosperar na arquitetura moderna.

Palavras-chave: Revit; Bim; software; projeto; engenharia civil.

VIABILIDADE CONSTRUTIVA E SUSTENTÁVEL DE EDIFICAÇÕES POPULARES FEITAS COM PAINÉIS MONOLÍTICOS EM EPS (POLIESTIRENO EXPANDIDO) NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Autor(es):

Augusto Pinto Fernandes de Negreiros: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN

(Introdução) O desenvolvimento econômico e tecnológico no Brasil trouxe muitos benefícios a nossa sociedade, mas junto a esse crescimento surgiu os efeitos colaterais devastadores ao meio ambiente e com isso a busca desenfreada por tecnologias alternativas capazes de sanar essa problemática tornou-se cada vez maior (YAZAWA, et al 2017) Em busca por métodos construtivos mais limpos e sustentáveis surgiu nos anos 70 na Itália a técnica de construção utilizando EPS (poliestireno expandido) mais tarde em meados dos anos 90 essa tecnologia chegou ao Brasil e representa até hoje um material construtivo muito utilizado em várias fases das obras brasileiras (MACEDO *et al.*, 2011) No Brasil a construção sustentável utilizando a tecnologia de painéis monolíticos em EPS, malhas de aço, concreto e argamassa está se expandindo consideravelmente, mesmo com o mercado da alvenaria predominando (YAZAWA *et al.*, 2017) Os métodos construtivos utilizados em casas populares no Estado do Rio Grande do Norte são os tradicionais feitos em alvenaria. Portanto, esse projeto tem por objetivo analisar as vantagens, desvantagens e viabilidade construtiva de casas populares utilizando painéis monolíticos em EPS, como uma alternativa sustentável e de baixo custo, afim de garantir: segurança, qualidade, agilidade construtiva, preços acessíveis e ser sustentável e não prejudicar o meio ambiente.

(Metodologia) A metodologia da pesquisa será exploratória em bibliografias relacionadas ao tema como : artigos científicos, tcc, monografias pautadas no estudo das vantagens, desvantagens, e viabilidade da aplicação do método construtivo usando painéis monolíticos de poliestireno expandido (EPS) o famoso “isopor”, afim de oferecer uma alternativa rápida, sustentável e de baixo custo para população em residências populares no Estado do Rio Grande do Norte.

(Resultados) Espera-se com a pesquisa bibliográfica mostrar que é viável a construção de casas populares utilizando painéis monolíticos em EPS ou comumente chamado de “isopor”, como uma alternativa sustentável e de baixos custos, que garanta segurança, qualidade e agilidade construtiva favorecendo as populações mais carentes no Estado do Rio Grande do Norte.

(Conclusão) A construção de casas populares utilizando painéis monolíticos em EPS é uma obra sustentável e de qualidade , oferece segurança estrutural, construção rápida e com preços bem acessíveis a populações menos favorecidas do Estado do Rio Grande do Norte

Palavras-chave: EPS; painel monolítico; sustentabilidade.